

Diário Oficial dos Municípios

de Santa Catarina





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1500

Quarta-feira - 04 de Junho de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	3	Imbituba	214	Salto Veloso.....	342
Anchieta	3	Iomerê	217	São Bento do Sul.....	342
Antônio Carlos	4	Ipumirim	218	São Domingos.....	347
Arroio Trinta.....	5	Irineópolis	219	São José.....	352
Atalanta.....	7	Itaiópolis	225	São Lourenço do Oeste.....	376
Balneário Rincão	8	Itapiranga.....	233	São Pedro de Alcântara.....	376
Biguaçu	10	Itapoá	235	Schroeder.....	378
Bom Jesus do Oeste	28	Ituporanga	238	Serra Alta	400
Bom Retiro	32	Joaçaba.....	238	Siderópolis.....	405
Braço do Trombudo.....	32	Lages	241	Timbé do Sul	425
Brusque.....	35	Lauro Muller	247	Timbó	425
Caçador.....	48	Lebon Regis	248	Treze Tilias	427
Camboriú.....	73	Leoberto Leal.....	249	Trombudo Central.....	429
Campo Alegre	83	Lindóia do Sul	253	Tunápolis.....	429
Campos Novos	84	Luzerna	253	Turvo	430
Canelinha	85	Maracajá	261	Vargem Bonita	433
Canoinhas.....	85	Marema.....	261	Vidal Ramos.....	434
Capinzal	89	Massaranduba.....	262	Videira.....	435
Celso Ramos.....	91	Meleiro	273	Vitor Meireles.....	438
Chapadão do Lageado	91	Modelo	275	Xaxim.....	438
Cocal do Sul.....	115	Monte Carlo	276		
Concórdia	117	Morro da Fumaça	276	Associações	
Cordilheira Alta	119	Navegantes.....	277	AMAVI.....	451
Coronel Freitas.....	143	Nova Trento	285		
Coronel Martins.....	143	Novo Horizonte	286	Consórcios	
Corupá	158	Orleans	288	CIGA	451
Curitibanos	158	Ouro Verde.....	289	CIS Nordeste	451
Dionísio Cerqueira	160	Palhoça	291	CIS/AMUREL	452
Doutor Pedrinho.....	161	Papanduva.....	311		
Ermo	164	Passo de Torres.....	312		
Faxinal dos Guedes.....	165	Passos Maia	313		
Forquilha.....	179	Penha.....	314		
Fraiburgo.....	181	Peritiba.....	319		
Garopaba.....	187	Pinheiro Preto	320		
Garuva	209	Pomerode.....	322		
Gaspar	210	Ponte Serrada	323		
Governador Celso Ramos	212	Porto Belo.....	323		
Guaramirim.....	213	Porto União.....	324		
Herval d'Oeste	214	Rio do Sul.....	334		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

Edital N 008/2014

EDITAL Nº 008/2014 - DE 03.06.2014
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Chefe do Poder Executivo Municipal de Água Doce, em cumprimento a lei 781/92 de 14.10.1992, art. 3º, inciso I e II alterada pela lei nº 1011/1997 de 18.11.1997, convoca as Entidades Educacionais e Organizações representativas de Água Doce:

- Representando a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- Associação de Pais e Professores de Centro de Educação Profissional - CEDUP

- Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Ruth Lebarbechon

- Associação de Pais e Professores do Centro de Educação Infantil Estrelinha Azul

- Associação de Pais e Professores do Centro Educacional Municipal Frei Silvano

Para que indiquem dois representantes sendo um Titular e um Suplente, de seus quadros respectivos para compor dois terços do Conselho Municipal de Educação, pelo período de três anos, a contar de junho de 2014.

Cada entidade escolherá os seus representantes de forma democrática e participativa e os indicará através de documento que segue em anexo, no prazo de 05 dias.

Água Doce, 03 de junho de 2014
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Anchieta

PREFEITURA

I Errata No Edital de PR - 023-2014

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/2014-PREFEITURA
PROCESSO Nº. 046/2014
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data referente ao Edital de Pregão Presencial nº. 023/2014 - PREFEITURA, tem por objeto Contratação de empresa em regime de empreitada global para prestação de serviços com fornecimento de materiais, para reforma, manutenção e conservação dos parques infantis das escolas municipais do interior e centro lotadas no ensino infantil e fundamental da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pago com recursos do salário educação, ficando assim determinado:

Leia-se:

1.2-Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

Data: 17 de JUNHO de 2014

b) Local: Prefeitura Municipal de Anchieta/SC.

Setor de Licitações, Endereço: Avenida Anchieta- 838 - centro de Anchieta SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h30min.

d) Abertura do processo: às 08h30min

3.1.3- O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 17 de JUNHO de 2014 às 08h30min, , diretamente no Setor no Licitações.

ANCHIETA/SC, 02 de JUNHO de 2014.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Republicação Contrato 36 E 37 2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL - REPUBLICAÇÃO

Contrato Nº.: 036/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

Contratada.: RENATO ROSSATO - ME

Valor : 968,70 (novecentos e sessenta e oito reais e setenta centavos)

Vigência : Início: 17/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de material de higiene limpeza para uso da UBS,
nos setores aonde atuam os ESF para o ano de 2014, pago com recursos

próprios.

Contrato Nº.: 037/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

Contratada...: PROTESES DENTARIAS KLEIN LTDA ME

Valor : 90.885,00 (noventa mil oitocentos e oitenta e cinco reais)

Vigência : Início: 23/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Prestação de serviço na confecção de próteses dentaria

conforme a portaria nº 2.486 de 31 de outubro de 2012, Portaria nº. 1.825

de 24 de agosto de 2012, onde estipula o valor da tabela SUS, pelo período de abril a dezembro de 2014. Pago com recursos de confecção de

próteses dentaria nos laboratórios Regionais de Próteses Dentarias (LRPD).

Anchieta, 3 de Junho de 2014

Antônio Carlos

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 118/2014

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 118/2014; Origem: Processo Licitatório nº. 062/2014 - Pregão Presencial nº 041/2014; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: SUPRIMÓVEIS EIRELI - EPP; Objeto: aquisição de ar condicionado e arquivo de aço para uso da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município de Antônio Carlos/SC; Valor: R\$ 5.103,00 (cinco mil, cento e três reais); Vigência: 15/05/2014 - 31/12/2014.

Antônio Carlos, 15 de maio de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 119/2014

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 119/2014; Origem: Processo Licitatório nº. 062/2014 - Pregão Presencial nº 041/2014; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: SANDRO VILMAR PIRES ME; Objeto: aquisição de bebedouro para uso da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município de Antônio Carlos/SC; Valor: R\$ 1.158,00 (um mil, cento e cinquenta e oito reais); Vigência: 15/05/2014 - 31/12/2014.

Antônio Carlos, 15 de maio de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 121/2014

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 121/2014; Origem: Processo Licitatório nº. 054/2014 - Chamada Pública nº 001/2014; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Cooperativa Agropecuária Petrópolis Ltda; Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COM DISPENSA DE LICITAÇÃO, para alunos da rede de educação infantil e básica pública, verba FNDE/PNAE, 1º e 2º semestre de 2014; Valor: R\$ 8.817,60 (oito mil, oitocentos e dezessete reais e sessenta centavos); Vigência: 20/05/2014 - 31/12/2014.

Antônio Carlos, 20 de maio de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 122/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº.: 122/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

Contratada...: ARTE REAL HOTELARIA E AGENCIA DE TURISMO LTDA ME

Desconto : 1% (um ponto percentual)
Vigência : Início: 21/05/2014 Término: 20/05/2015

Licitação : 64/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 43/2014

Objeto : Contratação de empresa especializada na prestação de serviços (empresa agenciadora de viagens) para fornecimento parcelado de passagens aéreas e terrestres, com taxa de embarque nacional e internacional, compreendendo a emissão, marcação, remarcação, entrega de bilhetes, reserva de hotéis no Brasil e exterior e demais serviços correlatos de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal e do Fundo Municipal de Saúde.

Antônio Carlos, 21 de Maio de 2014
Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA

Decreto Nº 1611

DECRETO Nº 1611, de 03 de junho de 2014.

Publica as Inscrições do Processo Seletivo do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam publicadas as inscrições de nº 001 a 014 para o preenchimento das vagas do Processo Seletivo, conforme Edital nº 001/2014 de 14/05/2014.

Art. 2º Fazem parte integrante do presente Decreto, as relações de inscritos para o Processo Seletivo, Anexo I.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução do presente Decreto, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 03 de junho de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

ANEXO I

RELAÇÃO DOS INSCRITOS PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014.

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

Nº Protocolo	Candidato	Nº Identidade	Nº CPF	D. Nascimento
001	Vanessa Aparecida de Britto	5.506.478-7	066.493.179-00	27/07/1989
002	Daiani Cristina Samora Hoff	3.847.547	022.807.539-44	27/12/1978
003	Meliza Sabini	5.928.104	080.435.459-60	01/11/1991
005	Manoel Wanderlei de Moraes	7050010516	50553534068	11/04/1967
Total de Inscritos: 04				

CARGO: FARMACEUTICO

Nº Protocolo	Candidato	Nº Identidade	Nº CPF	D. Nascimento
004	Alexandre Bahir de Andrade	3.392.547	026.981.529-58	13/01/1979
012	Lisiane Flavia Locatelli	4.784.927	048.155.869-18	27/12/1985
014	Lidiane Ste-dille	4.784.930	053.729.069-95	06/10/1986
Total de Inscritos: 03				

CARGO: ENFERMEIRO

Nº Protocolo	Candidato	Nº Identidade	Nº CPF	D. Nascimento
006	Ataize Zuffo	5.393.508-0	732.724.779-34	30/05/1972
013	Kamila da Silva	5.173.775	074.969.599-44	29/06/1992
Total de Inscritos: 02				

CARGO: FISIOTERAPEUTA

Nº Protocolo	Candidato	Nº Identidade	Nº CPF	D. Nascimento
007	Karoline Favero Simioni	3.246.443	027.503.069-57	14/03/1981
009	Marina Morena Seba Muller	4059205999	050.515.559-18	16/09/1985
010	Celina de Bortoli	4.624.543	060.226.869-97	08/04/1987
011	Maria Luisa Cesca	4.182.165	039.806.949-25	25/09/1983
Total de Inscritos: 04				

CARGO: AUXILIAR OPERACIONAL I

Nº Protocolo	Candidato	Nº Identidade	Nº CPF	D. Nascimento
008	Leomar da Silva	5.747.773	070.134.689-24	29/03/1983
Total de Inscritos: 01				

Arroio Trinta - SC, 03 de junho de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Portaria Nº 119

PORTARIA Nº 119, de 03/06/2014.

Nomeia Servidor para Cargo Efetivo, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta - SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no Artigo 37 da Constituição Federal, combinado com os Artigos 23 e 26 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 1102/2005 e suas alterações posteriores, Lei nº 1043/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e de acordo com o Edital de Concurso Público nº 001 de 04/04/2013,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Nomear por Concurso Público, REOVALDO ANTONIO SECCO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Alta, interior, Município de Arroio Trinta - SC, inscrito no CPF sob nº 613.136.889-91 e Identidade nº 2.144.331, classificado em 2º lugar no Concurso Público, Edital nº 001/2013 para exercer o Cargo de Provimento Efetivo de MOTORISTA, Nível CE-07, Lotado na Secretaria Municipal de Educação do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, por 40:00 (quarenta) horas semanais, no horário compreendido entre 08:00 as 12:00 horas e 13:30 as 17:30 horas de 2ª à 6ª feira, com vencimentos em Lei, a partir do dia 03 de junho de 2014.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 03 de junho de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Decreto Nº 1612

DECRETO Nº 1612, de 03 de junho de 2014.

Fixa Horário Especial de Funcionamento dos Órgãos e Repartições Públicas Municipais, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

DECRETA:

Art. 1º. Fica fixado horário especial de funcionamento dos órgãos e repartições públicas municipais, nos dias em que ocorrem jogos da seleção brasileira na Copa do Mundo de futebol de 2014, conforme abaixo:

Dia 12/06/2014 - expediente apenas no período da manhã, em virtude do Cerimonial de Abertura da Copa do Mundo que terá seu início a partir das 14h00min horas;

Dia 17/06/2014 - expediente será até as 15h00min horas, início do jogo da Seleção Brasileira será as 16h00min horas;

Dia 23/06/2014 - expediente será até as 16h00min horas, início do jogo da Seleção Brasileira será as 17h00min horas;

§1º. A Seleção Brasileira se classificando para as demais fases da competição, o expediente encerra 1(uma) hora antes do início de cada partida.

§2º. Não haverá qualquer desconto da remuneração do servidor em razão do horário especial de funcionamento definida neste Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 03 de junho de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Atalanta**PREFEITURA****Resolução Nº 006/2014**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATALANTA - SC

RESOLUÇÃO Nº 006/2014

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação para co-financiamento do Governo Federal - SUAS 2014.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 1374/2014 e considerando a Implantação do Sistema Único de Assistência Social, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação para co-financiamento do Governo Federal das ações continuadas da Assistência Social por meio do SUAS Web no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS para o ano 2014;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Atalanta, 22 de maio de 2014.

Nádia E. A. Chiquett
Presidente do CMAS

Balneário Rincão**PREFEITURA****Lei Nº 122/2014**

LEI Nº122 / 2014.

INCLUI A CARNE DE PEIXE NO CARDÁPIO DA MERENDA ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica incluído a carne de peixe no cardápio da merenda escolar da rede pública municipal de ensino, preferencialmente produzido no Estado de Santa Catarina.

Art. 20. Esta Lei poderá ser regulamentada para garantir a sua execução.

Art.3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Balneário Rincão, 02 de Maio de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração, em 02 de Maio de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK
Secretário de Administração

Lei Nº 123/2014

LEI Nº123 / 2014.

cria e denomina escola de educação básica municipal "ARROIO RINCÃO" NO CENTRO DO BALNEÁRIO RINCÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criada uma Unidade de ensino denominada Escola de educação Básica Municipal "Arroio Rincão" situada na Rua Jaguara, s/n, Centro, Município de Balneário Rincão.

Art. 20. A escola destina-se a oferecer ensino de Educação Básica, visando o atendimento a alunos da localidade e arredores.

Art.3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 07 de Maio de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração, em 07 de Maio de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK
Secretário de Administração

Lei Nº 124/2014

LEI Nº124/ 2014.

DENOMINA RUA DE BALNEÁRIO RINCÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Passa a denominar-se RUA BRAZ ARINO CARLOS, a Rua Projetada nº 1, localizado no Loteamento Larissa, com início na SC 445 (Rodovia Paulino Búrgio), Balneário Rincão, e término na Rua João Roque Bitencourt Carlos.

Art. 20. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 07 de Maio de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração, em 07 de Maio de 2014.

GISELE FERREIRA

Secretaria Municipal de Administração

Lei Nº 125/2014

LEI Nº125 / 2014.

REPOSIÇÃO DA INFLAÇÃO NOS VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica concedido à reposição da inflação no valor de 5,56% (cinco vírgula cinquenta e seis por cento), acumulado de janeiro a dezembro de 2013, correspondente ao INPC, sobre os valores dos vencimentos, salários e proventos dos servidores públicos municipais, e seus efeitos retroagem a 1º de Janeiro de 2014.

Art. 20. As despesas inerentes à execução desta lei correm às expensas de dotações próprias do orçamento vigente.

Art.3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 16 de Maio de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração, em 16 de Maio de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK

Secretário de Administração

Lei Nº 126/2014

LEI Nº 126/2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 390.000,00 (Trezentos e noventa mil reais) para suplementar no orçamento vigente, os seguintes elementos de despesa:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

01 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2.006 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3.3.90. 00.00.00.00.00.0.1.000 Aplicações Diretas (20) R\$ 30.000,00

05 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E LAZER

01 - DEPARTAMENTO DE TURISMO

2.017 - Manutenção do Departamento de Turismo

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000 Aplicações Diretas (91) R\$ 60.000,00

2.018 - Manutenção do Departamento de Turismo

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000 Aplicações Diretas (92) R\$ 300.000,00

TOTAL GERAL R\$390.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o art. 1.º correrá por conta da anulação dos seguintes elementos de despesa:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO

2.013 - Manutenção de Outros Níveis de Ensino

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas (26) R\$ 85.000,00

06 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

1.018 - Aquisição de Área, Construção Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000 Aplicações Diretas (105) R\$ 25.000,00

1.019 - Aquisição de Área e Construção do Centro de Referência Assistência Social

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000 - Aplicações Diretas (108) R\$50.000,00

07 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

02 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

1.025 - Construção, Reconstrução de Bueiros e Drenagem Pluvial

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000 Aplicações Diretas (168) R\$ 50.000,00

1.026 - Construção e Reformas de Pontes e Pontilhões

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000 Aplicações Diretas (171) R\$ 30.000,00

1.027 - Implantação e Manutenção de Sinalização de vias, Bens Públicos e Segurança

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000 Aplicações Diretas (174) R\$ 100.000,00

1.028 - Construção, Reforma e Manutenção das Calçadas, Jardins e Praças Públicas

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000 Aplicações Diretas (177) R\$ 50.000,00

TOTAL GERAL R\$390.000,00

Art. 3º - Esta lei entra vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 21 de Maio de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração, em 21 de Maio de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK

Secretário de Administração

Lei Nº 127/2014

LEI Nº 127/2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 275.000,00 (Duzentos e Setenta Cinco Mil Reais) para suplementar no orçamento vigente, os seguintes elementos de despesa:

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.050 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90. 00.00.00.00.00.0.1.02.0000 Aplicações Diretas (16) R\$ 275.000,00

TOTAL GERAL R\$275.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o art. 1.º correrá por conta da anulação dos seguintes elementos de despesa:

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1.050 - Aquisição de Área, Construção, Ampliação e Reformas Unidades de Saúde

4.4.90. 00.00.00.00.00.0.1.000 Aplicações Diretas (1) R\$100.000,00

1.051 - Aquisição de Veículos, Ambulâncias e Equipamentos

4.4.90. 00.00.00.00.00.0.1.000 Aplicações Diretas (5) R\$ 50.000,00

1.052 - Aquisição e Construção de Academias ao Ar Livre

4.4.90. 00.00.00.00.00.0.1.000 Aplicações Diretas (9) R\$ 25.000,00

2.057 - Manutenção do Programa Centro Atendimento Psicossocial - CAPS

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.02.0000 Aplicações Diretas (44) R\$100.000,00

TOTAL GERAL R\$275.000,00

Art. 3º - Esta lei entra vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 21 de Maio de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração, em 21 de Maio de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK

Secretário de Administração e Finanças

Biguaçu

PREFEITURA

Decreto Nº 068/2014

DECRETO Nº 068/2014 DE 02 DE JUNHO DE 2014.
FIXA DATA PARA USO DE ASSINATURA DIGITAL NAS EMISSÕES DE NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA- NFS-E E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Castelo Deschamps, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das suas atribuições previstas no art. 98º, inciso VII, da Lei Orgânica do Município promulgada em 06 de setembro de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 13, §§ 4º e 5º da Lei Complementar nº 49, de 30 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido a data de 30 de Junho de 2015 para a obrigação do uso de assinatura digital certificada por entidade credenciada pela Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, para a emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica-NFS-e, conforme art. 13, §§ 4º e 5º da Lei Complementar nº 49, de 30 de Dezembro de 2011.

Parágrafo Único - Fica facultado a obrigação do caput acima, para as empresas enquadradas como Microempreendedores Individuais - EI e para as pessoas físicas.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o art. 1º do Decreto Municipal nº 198 de 27 de novembro de 2013.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

Portaria Nº 1566/2014

PORTARIA nº 1566 de 02 de junho de 2014
Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DEIZE CRISTINA PERES AMORIM, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DEIZE CRISTINA PERES AMORIM, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 30 horas semanais, no período de 28/04/2014 a 23/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 28/04/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1565/2014

PORTARIA nº 1565 de 02 de junho de 2014
Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GRAZIELLE BEATRIZ CARDOSO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GRAZIELLE BEATRIZ CARDOSO, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/04/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1564/2014

PORTARIA nº 1564 de 02 de junho de 2014
Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CHIRLLE SILVA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CHIRLLE SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1563/2014

PORTARIA nº 1563 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), STEPHANIE COSTA TEODORO SALARO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), STEPHANIE COSTA TEODORO SALARO, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/04/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1562/2014

PORTARIA nº 1562 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARIA LUIZA DE SOUZA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARIA LUIZA DE SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/04/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1561/2014

PORTARIA nº 1561 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ELIARA FERNANDES YATES,

e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ELIARA FERNANDES YATES, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/04/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1560/2014

PORTARIA nº 1560 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JAQUELINE MARIA ALMEIDA ROSA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JAQUELINE MARIA ALMEIDA ROSA, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1559/2014

PORTARIA nº 1559 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SCHEILA MEIRA LOPES, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SCHEILA MEIRA LOPES, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1558/2014

PORTARIA nº 1558 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ALINE TEIXEIRA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ALINE TEIXEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1557/2014

PORTARIA nº 1557 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GILCEIA MARIA PAULI, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GILCEIA MARIA PAULI, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal

da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1556/2014

PORTARIA nº 1556 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUCIMAR FURLANETTO MARTINS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUCIMAR FURLANETTO MARTINS, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1555/2014

PORTARIA nº 1555 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RAQUEL MUNIZ NASCIMENTO RODRIGUES, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RAQUEL MUNIZ NASCIMENTO RODRIGUES, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1554/2014

PORTARIA nº 1554 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TAIARA NASCIMENTO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TAIARA NASCIMENTO, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1553/2014

PORTARIA nº 1553 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CLEIDE MARIA DA SILVA DE SOUZA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CLEIDE MARIA DA SILVA DE SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1552/2014

PORTARIA nº 1552 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSIANE MARIA PRIM, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSIANE MARIA PRIM, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1551/2014

PORTARIA nº 1551 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VERA LUCIA KUHNEN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VERA LUCIA KUHNEN, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1550/2014

PORTARIA nº 1550 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GISELE MARIA, e dá outras

providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GISELE MARIA, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1549/2014

PORTARIA nº 1549 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CLAUDIA OTILIA DE SOUZA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CLAUDIA OTILIA DE SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1548/2014

PORTARIA nº 1548 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FERNANDA SONIA SILVA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FERNANDA SONIA SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1547/2014

PORTARIA nº 1547 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MICHELLY BORGES PEIXOTO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MICHELLY BORGES PEIXOTO, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1546/2014

PORTARIA nº 1546 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DARLIANE CRISTINA FERNANDES, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DARLIANE CRISTINA FERNANDES, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal

da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1545/2014

PORTARIA nº 1545 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ELIANE DA SILVA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ELIANE DA SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1544/2014

PORTARIA nº 1544 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SIMONE SOLANGE FRANCISCO FELTZ, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SIMONE SOLANGE FRANCISCO FELTZ, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1543/2014

PORTARIA nº 1543 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), NELIDA BEATRIZ MIOTTO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), NELIDA BEATRIZ MIOTTO, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1542/2014

PORTARIA nº 1542 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GRASIELA FIRMINO BARCELOS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GRASIELA FIRMINO BARCELOS, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1541/2014

PORTARIA nº 1541 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DEOLITA DE FATIMA BALDUINO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DEOLITA DE FATIMA BALDUINO, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1540/2014

PORTARIA nº 1540 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GRASIELA REGINA LEITE DA SILVA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GRASIELA REGINA LEITE DA SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1539/2014

PORTARIA nº 1539 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JULIANA FEIBER PEREIRA,

e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JULIANA FEIBER PEREIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1538/2014

PORTARIA nº 1538 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MEIRE KARIANE AMARAL, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MEIRE KARIANE AMARAL, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1537/2014

PORTARIA nº 1537 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DAYANI CASANOVA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DAYANI CASANOVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO I, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 30 horas semanais, no período de 16/04/2014 a 31/05/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/04/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1536/2014

PORTARIA nº 1536 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ALEXSANDRA APARECIDA MACHADO CORREA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ALEXSANDRA APARECIDA MACHADO CORREA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO II, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/04/2014 a 31/05/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1535/2014

PORTARIA nº 1535 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANDREA REGINA WILL, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANDREA REGINA WILL, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO II, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada

de 40 horas semanais, no período de 01/04/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1534/2014

PORTARIA nº 1534 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JANE LUCIA DA CUNHA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JANE LUCIA DA CUNHA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO II, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/04/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1533/2014

PORTARIA nº 1533 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TATIANI DELFIS DA CRUZ DA MAIA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TATIANI DELFIS DA CRUZ DA MAIA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO II, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/04/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1532/2014

PORTARIA nº 1532 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ELIANE BATISTA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ELIANE BATISTA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1531/2014

PORTARIA nº 1531 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DJOSI VIEIRA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DJOSI VIEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1530/2014

PORTARIA nº 1530 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LAIS MAYER, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LAIS MAYER, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1529/2014

PORTARIA nº 1529 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VANESSA BASSO FERREIRA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VANESSA BASSO FERREIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1528/2014

PORTARIA nº 1528 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANA MARA DO NASCIMENTO DA MAIA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANA MARA DO NASCIMENTO DA MAIA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1527/2014

PORTARIA nº 1527 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), BARBARA CRISTINE MANOEL, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), BARBARA CRISTINE MANOEL, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1526/2014

PORTARIA nº 1526 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), NUBIA PEREIRA DAMASIO

MADEIRA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), NUBIA PEREIRA DAMASIO MADEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1525/2014

PORTARIA nº 1525 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANDREA TEIXEIRA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANDREA TEIXEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1524/2014

PORTARIA nº 1524 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CAMILA PEREIRA DE SOUZA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CAMILA PEREIRA DE SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1523/2014

PORTARIA nº 1523 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ASTRONN SOUZA CAPUÁ TEIXEIRA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ASTRONN SOUZA CAPUÁ TEIXEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1522/2014

PORTARIA nº 1522 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CLEONICE SCHNEIDER, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CLEONICE SCHNEIDER, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração

Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1521/2014

PORTARIA nº 1521 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CAROLINE HOFFMANN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CAROLINE HOFFMANN, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1520/2014

PORTARIA nº 1520 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FRANCIELLE GONÇALVES, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FRANCIELLE GONÇALVES, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1519/2014

PORTARIA nº 1519 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ESTELA MACALLI ALVES, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ESTELA MACALLI ALVES, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1518/2014

PORTARIA nº 1518 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARISTELA DUARTE, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARISTELA DUARTE, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 04/04/2014 a 03/04/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/04/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1517/2014

PORTARIA nº 1517 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), AGUIDA MARIA PEREIRA DE FARIAS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), AGUIDA MARIA PEREIRA DE FARIAS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 21/03/2014 a 20/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/03/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1516/2014

PORTARIA nº 1516 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARIA ZELI DUARTE, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARIA ZELI DUARTE, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 24/04/2014 a 24/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 24/04/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1515/2014

PORTARIA nº 1515 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TALITA CABRERA CORREA,

e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TALITA CABREIRA CORREA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1514/2014

PORTARIA nº 1514 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GABRIELA SOSNITZJI ELEUTERIO ROSA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GABRIELA SOSNITZJI ELEUTERIO ROSA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1513/2014

PORTARIA nº 1513 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RODOLFO KOCH, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RODOLFO KOCH, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1512/2014

PORTARIA nº 1512 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ISIA CARLA HANSEN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ISIA CARLA HANSEN, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/08/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1511/2014

PORTARIA nº 1511 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KHALID HASAN ISMAIL AL ROB, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KHALID HASAN ISMAIL AL ROB, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração

Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1510/2014

PORTARIA nº 1510 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ISABEL GEHLING, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ISABEL GEHLING, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 31/08/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1509/2014

PORTARIA nº 1509 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JEFFESON DAVID PEREIRA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JEFFESON DAVID PEREIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1508/2014

PORTARIA nº 1508 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSELI MARIA PEREIRA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSELI MARIA PEREIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 06/05/2014 a 31/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1507/2014

PORTARIA nº 1507 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSILENE MARLY VITORIO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSILENE MARLY VITORIO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/07/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1506/2014

PORTARIA nº 1506 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARISTELA TEREZINHA PAULI AMARAL, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARISTELA TEREZINHA PAULI AMARAL, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/05/2014 a 31/07/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1505/2014

PORTARIA nº 1505 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ADRIANA SILVA DO NASCIMENTO DE AGUIAR, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ADRIANA SILVA DO NASCIMENTO DE AGUIAR, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 22/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1504/2014

PORTARIA nº 1504 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TEREZINHA MARTENDAL

DE CAMPOS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TEREZINHA MARTENDAL DE CAMPOS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 29/04/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/04/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1503/2014

PORTARIA nº 1503 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ADRIANO LUIZ VICENTE, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ADRIANO LUIZ VICENTE, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE ESPECIALISTA VII (INFECTOLOGISTA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 20 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1502/2014

PORTARIA nº 1502 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LAURIANA CAMPOS DE BEM, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LAURIANA CAMPOS DE BEM, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/05/2014 a 31/07/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1501/2014

PORTARIA nº 1501 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), NATHALIA TAVARES GOMES, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), NATHALIA TAVARES GOMES, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/04/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1500/2014

PORTARIA nº 1500 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KAROLINE BORBA SOARES, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KAROLINE BORBA SOARES, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta,

com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/04/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1499/2014

PORTARIA nº 1499 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JANICE ANTONIO PACHECO ROSA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JANICE ANTONIO PACHECO ROSA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ALMOXARIFE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 31/07/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1498/2014

PORTARIA nº 1498 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KATIA PAULINA GONÇALVES, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KATIA PAULINA GONÇALVES, para desempenhar as funções do cargo não provido de RECEPCIONISTA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 31/07/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1497/2014

PORTARIA nº 1497 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VIVIANA WEISS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VIVIANA WEISS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SAÚDE II, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 30 horas semanais, no período de 21/04/2014 a 31/07/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/04/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1496/2014

PORTARIA nº 1496 de 02 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JULIO CESAR KLOK DE SOUZA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JULIO CESAR KLOK DE SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENCANADOR, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 10/05/2014 a 09/07/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Lei Nº 3482/2014

LEI Nº 3482/2014 DE 03 DE JUNHO DE 2014.

ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI ORDINÁRIA N.º 3452/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI ORDINÁRIA:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º, da Lei Ordinária n.º 3452/2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, mediante convênio, a transferir R\$ 174,00 (cento e setenta e quatro reais) mensais, por criança atendida, limitados ao valor da dotação orçamentária do exercício financeiro de 2014, à entidade "Associação dos Moradores da Praia João Rosa - AMPRA", CNPJ nº 01.569.993/0001-80, destinados a atender despesas de manutenção do Centro Educacional Infantil Comunitário Anjinho da Guarda, constante do objeto do seu estatuto, conforme Plano de Trabalho apresentado e aprovado pelo Município."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 03 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Lei nº 3482/2014, de 03/06/2014
Sancionada em 03/06/2014

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 095/2014

PORTARIA Nº 095/2014

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU, utilizando-se das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 24, item III, letra "a" do Regimento Interno da Câmara e art. 54, item VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu e, nos termos da Lei Municipal nº 2791/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 089/2014 onde nomeava, EDITE LOIZE MACHADO, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 062382299-77, para exercer o cargo em provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo do Município de Biguaçu.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU, em 03/06/2014.
MANOEL AIRTON PEREIRA
Presidente

Registrada e publicada em 04/06/2014.

Portaria Nº 096/2014

PORTARIA Nº 096/2014

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU, utilizando-se das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 24, item III, letra "a" do Regimento Interno da Câmara e art. 54, item VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu e, nos termos da Lei Municipal nº 2791/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 094/2014 onde nomeava, MARCOS TADEU RÉGIS JORDÃO, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 868208429-53, para exercer o cargo em provimento efetivo de SERVIÇOS GERAIS, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo do Município de Biguaçu.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU, em 03/06/2014.

MANOEL AIRTON PEREIRA

Presidente

Registrada e publicada em 04/06/2014.

Bom Jesus do Oeste**PREFEITURA****Lei do Legislativo Nº007-14 de 03 de Junho de 2014 Institui O Sistema de Controle Interno da Câmara Municipal de Bom Jesus do Oeste -SC E Dá Outras Providências.**

LEI DO LEGISLATIVO Nº 07/14 de 03 de Junho de 2014.

Institui o Sistema de Controle Interno da Câmara Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC e dá outras providências.

O Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação vigente, apresenta para apreciação o seguinte a seguinte Projeto de Lei do Legislativo:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - Fica instituído no âmbito do Poder Legislativo Municipal o Sistema de Controle Interno, nos termos do que dispõem os artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, o art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 2º - O Sistema de Controle Interno compreende o conjunto de atividades relacionadas com o acompanhamento e avaliação das ações do Poder Legislativo Municipal, da gestão desempenhada pelos membros da Mesa e dos atos dos responsáveis pela aplicação dos recursos alocados por meio do repasse constitucional, com atuação prévia, concomitante e posterior aos atos administrativos.

CAPÍTULO II**DAS FINALIDADES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO**

Art. 3º - A Unidade de Controle Interno tem as seguintes finalidades:

I - Assegurar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e a execução dos programas orçamentários;

II - Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência, da gestão e orçamentária, financeira, patrimonial e operacional do Poder Legislativo;

III - Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;

IV - Promover o cumprimento das normas legais e técnicas;

V - Realizar o controle dos limites fiscais e constitucionais aplicados a gestão das finanças do Poder Legislativo;

CAPÍTULO III**DA ORGANIZAÇÃO E DAS COMPETÊNCIAS DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO****Seção I****Da Unidade de Controle Interno**

Art. 4º - A Unidade de Controle Interno é o órgão do Poder

Legislativo que irá operacionalizar o Sistema de Controle Interno e ficará subordinada diretamente a Presidência da Câmara Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC, como órgão de assessoria e consulta direta.

Art. 5º - Constituem atribuições da Unidade Central de Controle Interno:

I - proceder a avaliação da eficiência, eficácia e economicidade do Sistema de Controle Interno do Poder Legislativo Municipal;

II - promover auditorias internas periódicas levantando os desvios, falhas e irregularidades e recomendando as medidas corretivas aplicáveis;

III - revisar e orientar a adequação da estrutura organo-administrativa do Poder Legislativo com vistas à racionalização do trabalho, objetivando o aumento da produtividade e a redução de custos operacionais;

IV - supervisionar as medidas adotadas pelo Legislativo Local para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite caso necessário, nos termos dos arts. 22 e 23 da LC 101/2000.

V - realizar o controle dos limites e das condições para a inscrição de despesas em restos a pagar;

VI - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Poder Legislativo Municipal.

VII - examinar as fases de execução da despesa, inclusive verificando a regularidade das licitações e contratos, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade;

VIII - avaliar em que medida existe na Câmara Municipal um ambiente de controle em que os servidores estejam motivados para o cumprimento das normas ao invés de desprezá-las.

IX - cientificar a autoridade responsável quando constatadas ilegalidades ou irregularidades na Administração do Legislativo local.

Art. 6º - As atribuições da Unidade de Controle Interno serão operacionalizadas através das atividades de:

I - Coordenadoria Geral, a qual compreende a coordenação das atividades e procedimentos de controle, avaliação, transparência e disseminação de informações técnicas e legislação às unidades executoras;

II - Assessoria e Consultoria jurídica, contábil e operacional, a qual dará suporte as decisões da Mesa Diretora, desenvolve mecanismos destinados à padronização e aperfeiçoamento de métodos e procedimentos de controle no âmbito do município, respeitando as características e peculiaridades próprias dos órgãos que o compõem, assim como as disposições legais;

III - Auditoria Interna, a qual deverá avaliar e controlar o cumprimento de instruções, normas, diretrizes e procedimentos voltados para o atendimento das finalidades do Poder Legislativo Municipal, inclusive, propor recomendações e estudos para alterações das normas ou rotinas de controle, quando estes, ao serem avaliados, apresentarem fragilidades;

IV - Publicação, a qual indicará os procedimentos e os meios para divulgação dos resultados e ações do Poder Legislativo.

Art. 7º - A Unidade de Controle Interno será assessorada permanentemente pelo órgão jurídico da Câmara Municipal, mediante a emissão de manifestações escritas, encaminhadas no prazo de até

15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da solicitação no âmbito do Poder Legislativo.

Art. 8º - Constituem-se em garantias do ocupante da função de coordenador da Unidade de Controle Interno:

I - Independência profissional para o desempenho das atividades a ele inerentes;

II - O acesso a documentos e bancos de dados indispensáveis ao exercício das funções de controle interno; e

III - A impossibilidade de destituição da função nos últimos oito meses do mandato do Chefe do Poder Legislativo.

§ 1º - O agente público que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação da Coordenadoria da Unidade de Controle Interno no desempenho de suas funções institucionais, ficará sujeito à pena de responsabilidade administrativa, civil e penal.

§ 2º - Quando a documentação ou informação prevista no inciso II deste artigo envolver assuntos de caráter sigiloso deverá ser dispensado tratamento especial de acordo com o estabelecido em ordem de serviço pelo Chefe do Poder Legislativo.

Seção II

Das Responsabilidades da Coordenadoria Perante Irregularidades

Art. 9º - O Controle Interno cientificará o chefe do Poder Legislativo mensalmente sobre o resultado das suas respectivas atividades, devendo conter, no mínimo:

I - as informações sobre a situação físico-financeira dos projetos e das atividades constantes dos orçamentos da Câmara;

II - avaliação de desempenho das atividades do poder legislativo;

III - o cumprimento dos limites fiscais e constitucionais;

IV - relato da apuração dos atos ou fatos inquinados de ilegalidade ou de irregularidades, por ventura praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos municipais;

§ 1º - Constatada irregularidade ou ilegalidade pela Coordenadoria da Unidade de Controle, esta cientificará o servidor ou autoridade responsável para a tomada de providências, devendo, sempre, proporcionar a oportunidade de esclarecimentos sobre os fatos levantados.

§ 2º - Não havendo a regularização relativa ao problema comunicado conforme o parágrafo anterior ou não havendo prestação de esclarecimentos suficientemente claros para eliminar a irregularidade ou ilegalidade, no prazo de 10 (dez) dias úteis o fato será levado a conhecimento do Presidente da Câmara Municipal e arquivado, ficando a disposição do Tribunal de Contas do Estado.

§ 3º - O arquivo a que se refere o parágrafo anterior ficará sob a responsabilidade do Coordenador de Controle Interno, juntamente com toda a documentação comprobatória das providências tomadas e do ato motivador.

§ 4º - A comunicação de que trata este artigo deverá ser feita, obrigatoriamente, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis do seu conhecimento.

Art. 10 - O responsável pelo controle interno, ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, não tendo sido

solucionada pelas providências previstas no artigo anterior, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária, nos termos do artigo 74 da Constituição Federal.

§ 1º - Quando da comunicação ao Tribunal, na situação prevista no caput deste artigo, o Coordenador de Controle Interno informará as providências adotadas para:

I - corrigir a ilegalidade ou irregularidade detectada;

II - determinar o ressarcimento de eventual dano causado ao erário;

III - evitar ocorrências semelhantes.

§ 2º - Na situação prevista no caput deste artigo, quando da ocorrência de dano ao erário, deve-se observar as normas para tomada de contas especial.

§ 3º - Quando do conhecimento de irregularidade ou ilegalidade através da atividade de auditoria interna, mesmo que não tenha sido detectado dano ao erário, deve o Coordenador de Controle Interno anexar o relatório dessa auditoria à respectiva prestação de contas anuais do Poder Municipal.

Art. 11 - A Coordenadoria de Controle Interno, com base nos trabalhos realizados nos diversos órgãos da administração municipal, conforme plano anual de trabalho emitirá periodicamente recomendações objetivando o fortalecimento dos controles internos e o respeito aos princípios da Administração Pública, conforme art. 37 da CF.

Parágrafo Único. As recomendações emitidas pelo Coordenador de Controle Interno, uma vez aprovadas pelo Presidente da Câmara, possuirão caráter normativo no âmbito do Poder Legislativo e possuirão vigência após publicadas no quadro de avisos da Câmara Municipal.

Art. 12 - O servidor deverá guardar sigilo sobre dados e informações pertinentes aos assuntos a que tiver acesso em decorrência do exercício de suas funções, utilizando-se, exclusivamente, para a elaboração de pareceres e relatórios destinados à autoridade competente, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 13 - O Coordenador de Controle Interno participará, obrigatoriamente:

I - dos programas de capacitação e treinamento de pessoal;

II - dos processos de expansão da informatização da Câmara, com vistas a proceder à otimização dos serviços prestados pela Unidade de controle interno; e

III - da implantação do gerenciamento pela gestão da qualidade total do Poder Legislativo.

Art. 14 - Nos termos da legislação, poderão ser contratados especialistas para orientar e assessorar os trabalhos técnicos desenvolvidos pelos integrantes da Unidade de Controle Interno.

Art. 15 - As despesas decorrentes das providências advindas dessa resolução correrá por conta das dotações vigentes suplementadas se necessário.

Art. 16 - Esta Lei Legislativa entra em vigor em na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, aos 03 de Junho de 2014.

Ivaldo Defendi Ribeiro
Presidente

Leisi Rauber Wandscheer
1ª Secretária

CONVENIO CDL 02.14

CONVÊNIO Nº 02/2014 DE 02 DE JUNHO DE 2014.

TERMO DE CONVÊNIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE - SC, E A CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE BOM JESUS DO OESTE.

O Município de Bom Jesus Do Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica, de direito público Interno, inscrito no CGC/MF sob o número 01.594.009/0001-30, com sede administrativa, na Av. Nossa Senhora de Fátima nº 120, na cidade de Bom Jesus Do Oeste - SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. AIRTON ANTONIO REINEHR, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Bom Jesus Do Oeste - SC, doravante denominado MUNICÍPIO e de outro lado a Câmara de Dirigentes Lojistas de Bom Jesus do Oeste, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.934.392/0001-78, com sede administrativa situada na Rua Eduardo Senhem, nº 495, centro, município de Bom Jesus do Oeste - SC, neste ato representado por seu presidente, Sr. IVANDRO PAULO FAÉ, residente e domiciliado em Bom Jesus do Oeste/SC, inscrito no CPF sob nº 026.800.569-90, e Carteira de Identidade sob nº 3.667.786 SSP/SC, doravante denominada Entidade, resolvem de comum acordo celebrar o presente termo de convênio, de acordo com as dispositivos legais e em especial o artigo 8º inciso XXI e o artigo 41, inciso XXXV da Lei Orgânica Municipal, e com amparo Lei Municipal autorizadora nº 913/13, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente convênio tem como objetivo a transferência de recursos financeiros para manutenção de atividades desenvolvidas pela ENTIDADE, voltadas ao desenvolvimento de comerciantes, industriários e seus colaboradores, através da implantação de serviços como o Balcão de Empregos, a realização de Cursos de Capacitação e Formação nas áreas de Comércio e Indústria, e a prestação de Assessoria e Consultoria aos empresários do município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para a execução do presente convênio o Município de Bom Jesus Do Oeste - SC, transferirá o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), em parcela mensal, a partir do mês de junho de 2014 até o mês de dezembro de 2014..

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

O município obriga-se:

- Efetuar o repasse dos recursos financeiros, através de depósito em conta corrente, em nome da ENTIDADE ;

- Analisar as prestações de contas apresentadas pela ENTIDADE, de acordo com as normas e legislação em vigor;

- Solicitar relatórios devidos pela ENTIDADE e associados, conforme estabelecido na cláusula Sexta;

- Promover política que favoreça o desenvolvimento das atividades da ENTIDADE em parceria com as metas da secretaria Municipal

de Administração e Fazenda.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

A ENTIDADE obriga-se:

- Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;
- Ressarcir ao MUNICÍPIO os recursos recebidos através do presente, quando não se comprovar a sua adequada utilização.
- Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto a utilização dos recursos, ou seja, realizar a despesa após a liberação dos recursos e em até 30 dias;
- Manter conta corrente junto a Banco, para a movimentação dos recursos financeiros repassados;
- Devolver ao MUNICÍPIO os saldos financeiros remanescentes no prazo improrrogáveis de 30 (trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Convenio, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial, providenciada pelo MUNICÍPIO;

CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Prestação de contas dos recursos financeiros de que trata a Clausula Segunda será elaborada de acordo com as normas da Contabilidade e da Normativa NTC-14/2012, do Tribunal de contas do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao MUNICÍPIO decidir sobre a oportunidade e a conveniência de proceder fiscalização nas instalações e documentos relativos a execução do presente Convenio.

CLÁUSULA SETIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de penalidades que impliquem descumprimento de quaisquer Cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo a suspensão de repasses de recursos financeiros pelo MUNICÍPIO, independente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O Município e a ENTIDADE, por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, poderão, a qualquer tempo, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias, por escrito, rescindir o presente convênio, por interesse ou por inadimplência de qualquer das cláusulas estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do cumprimento do presente convênio pelo Município, estão consignadas em dotação própria do orçamento vigente e subseqüentes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO DE VIGENCIA

O presente convênio terá validade a partir de sua assinatura, com termino em 31 de Dezembro de 2014. Podendo ser renovador mediante Lei própria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO

A qualquer tempo os convenientes, em comum acordo, poderão modificar, adicionar, prorrogar o tempo de vigência, retificar ou excluir os termos deste instrumento, desde que em consonância com os objetivos estabelecidos por Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FORO

Fica eleito o fórum da Comarca de Modelo - SC, para dirimir dúvidas ou questões oriundas da execução do presente convênio, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeados, para que produza os legítimos efeitos de direito.

Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina,
aos 03 de junho de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

PREFEITO CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS

IVANDRO PAULO FAÉ

PRESIDENTE DA ENTIDADE

TESTEMUNHAS:

WALTER NAUJORKS

CELIO FAZZIONI

CIC Nº. 446.591.219-68

CIC 892.881.499-53

ASSESSORIA JURIDICA

JOAO PAULO TESSEROLI SIQUEIRA

OAB/SC 14.565 B

Decreto Nº4560.14

DECRETO Nº 4560, DE 03 DE JUNHO DE 2014

DISPÕE SOBRE HORÁRIO DE EXPEDIENTE PARA OS DIAS DE JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA NA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL NO BRASIL E DECLARAÇÃO DE PONTO FACULTATIVO NO DIA 20 DE JUNHO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei Orgânica,

CONSIDERANDO: A realização de jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de Futebol no Brasil,

CONSIDERANDO: Que outros órgãos da Administração Pública das demais esferas governamentais adotam como ponto facultativo o dia 20 de junho,

DECRETA:

Art. 1º. - Fica Decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 20 (vinte) de junho do ano de 2014, preservado os serviços essenciais na forma plantão.

Art. 2º - Fica Decretado que nos dias dos jogos da Seleção Brasileira de Futebol realizados nos horários das 16:00 e das 17:00 horas, o expediente nas repartições públicas municipais encerrarão com 30 (trinta) minutos de antecedência.

Art. 3º - Fica Decretado que nos dias em que os jogos da Seleção Brasileira de Futebol, se realizarem às 13:00 horas, o expediente em todas as repartições públicas municipais será em turno único, iniciando às 07:00 e com término às 13:00 horas, podendo os servidores serem liberados do expediente com 30 (trinta) minutos de antecedência.

Art. 4º - Fica Decretado que em todos os dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol, o expediente na Secretaria de Agricultura e no Departamento de Estradas e Rodagens será em turno único, com início às 7:00 e término às 13:00 horas, podendo os servidores serem liberados do expediente com 30 (trinta) minutos de antecedência quando os jogos acontecerem às 13:00 horas.

Art. 5º - Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, condicionado sua validade a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto n.º 4450, de 16 de setembro de 2013.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste (SC), em 03 de junho de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito

Bom Retiro

PREFEITURA

Minuta Contrato 115/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 115/2014 Pregão Presencial 21/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Peçalub Comércio de Peças, Equipamentos e Lubrificantes Ltda. Me

Objeto: Aquisição de Peças e contratação de Mão de Obra para reparos do motor de arranque e placa de transmissão de marcha da Patrola New Holland 140 B.

Valor Total: R\$ 16.900,80 (dezesseis mil novecentos reais e oitenta centavos).

Bom Retiro, 03 de junho de 2014.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Lei 0797/2014

LEI Nº 0797/2014

Dispõe sobre o acesso a informações, previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal e na Lei Federal 12.527 de 18 de novembro de 2011, cria o Serviço de Informações ao Cidadão no âmbito do Legislativo Municipal e dá outras providências.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O acesso à informação pública garantido no inciso XXXIII do art. 5º e no inciso II do § 3º do art. 37 e § 2º do art. 216 da CF se dará, no âmbito da administração direta e indireta do Poder Legislativo Municipal de Braço do Trombudo, segundo o disposto nesta lei e na Lei Federal nº 12.527/2011.

Art. 2º Fica criado o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, no Município de Braço do Trombudo, garantindo o direito de acesso à informação, que será proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

§ 1º O SIC funcionará junto a Secretaria da Câmara Municipal de Braço do Trombudo, e será constituído por servidor público municipal.

§ 2º A Controladoria Interna Municipal compete orientar e fiscalizar a prestação do SIC, bem como, divulgar ao cidadão os procedimentos para acesso às informações.

Art. 3º Fica criada Comissão de Avaliação de Informações - CAI, com objetivo de esclarecer dúvidas e qualificar informações ou documentos como sigilosos.

Parágrafo único. A CAI será nomeada pelo Legislativo através de Portaria.

Art. 4º O Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, terá o objetivo de:

- I - atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;
- II - informar sobre a tramitação de documentos nas unidades; e
- III - receber e registrar pedidos de acesso à informação.

Parágrafo único. Compete ao SIC:

- I - o recebimento do pedido de acesso e, sempre que possível, o fornecimento imediato da informação;
- II - o registro do pedido de acesso em sistema eletrônico específico e a entrega de número do protocolo, que conterà a data de apresentação do pedido; e
- III - o encaminhamento do pedido recebido e registrado à unidade responsável pelo fornecimento da informação ao SIC, quando couber.

Art. 5º Qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá formular pedido de acesso à informação.

§ 1º O pedido será apresentado em formulário padrão, disponibilizado em meio eletrônico ou físico, no sítio na Internet e no SIC.

§ 2º O prazo de resposta será contado a partir da data de apresentação do pedido ao SIC.

§ 3º É facultado ao SIC o recebimento de pedidos de acesso à informação por qualquer outro meio legítimo, como correspondência eletrônica ou física, desde que atendidos os requisitos do

art. 6º.

§ 4º Na hipótese do § 3º, será enviada ao requerente comunicação com o número de protocolo e a data do recebimento do pedido pelo SIC, a partir da qual se inicia o prazo de resposta.

Art. 6º O pedido de acesso à informação deverá conter:

- I - nome do requerente;
- II - número de documento de identificação válido;
- III - especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e
- IV - endereço físico ou eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.

Parágrafo único. A falta de um dos requisitos previsto no caput deste artigo exime o fornecimento da informação e implica na devolução do requerimento pelo mesmo meio em que foi feito, sugerindo-se a complementação do dado faltoso ou incompleto.

Art. 7º Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

- I - genéricos;
- II - desproporcionais ou desarrazoados; ou
- III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do SIC.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III do caput, o SIC deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Art. 8º São vedadas exigências relativas aos motivos do pedido de acesso à informação.

Art. 9º Recebido o pedido e estando a informação disponível, o acesso será imediato.

§ 1º Caso não seja possível o acesso imediato, o SIC deverá, no prazo de até vinte dias:

- I - enviar a informação ao endereço informado;
- II - comunicar data, local e modo para realizar consulta à informação, efetuar reprodução ou obter certidão relativa à informação;
- III - comunicar que não possui a informação ou que não tem conhecimento de sua existência;
- IV - indicar, caso tenha conhecimento, o responsável pela informação ou que a detenha; ou;
- V - indicar as razões da negativa, total ou parcial, do acesso.

§ 2º Nas hipóteses em que o pedido de acesso demandar manuseio de grande volume de documentos, ou a movimentação do documento puder comprometer sua regular tramitação, será adotada a medida prevista no inciso II do § 1º.

§ 3º Quando a manipulação puder prejudicar a integridade da informação ou do documento, o SIC deverá indicar data, local e modo para consulta, ou disponibilizar cópia, com certificação de que confere com o original.

§ 4º Na impossibilidade de obtenção de cópia de que trata o § 3º, o requerente poderá solicitar que, às suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a integridade do documento original.

Art. 10. O prazo para resposta do pedido poderá ser prorrogado por dez dias, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de vinte dias.

Art. 11. Caso a informação esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em outro meio de acesso universal, o SIC deverá orientar o requerente quanto ao local e modo para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Parágrafo único. Na hipótese do caput o SIC desobriga-se do fornecimento direto da informação, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Art. 12. A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagem.

§ 1º Quando o fornecimento da informação implicar reprodução de documentos, o SIC observado o prazo de resposta ao pedido, disponibilizará ao requerente o DAM - Documento de Arrecadação Municipal ou documento equivalente, para pagamento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados.

§ 2º A reprodução de documentos ocorrerá no prazo de dez dias, contado da comprovação do pagamento pelo requerente.

§ 3º Está isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei no 7.115, de 29 de agosto de 1983.

Art. 13. Negado o pedido de acesso à informação, será enviada ao requerente, no prazo de resposta, comunicação com:

I - razões da negativa de acesso e seu fundamento legal;

II - possibilidade e prazo de recurso, com indicação da autoridade hierarquicamente superior ao SIC que o apreciará; e

Parágrafo único. O SIC disponibilizará formulário padrão para apresentação de recurso.

Art. 14. A divulgação de informações de interesse coletivo ou geral produzidas ou custodiadas pelo Município serão divulgadas, independente de requerimento, no Mural Oficial da Câmara Municipal, e/ou Internet e outros meios, devendo atender o disposto na Lei Federal de acesso a informações ao cidadão.

§ 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:

I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;

II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;

III - registros das despesas;

IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como, a todos os contratos celebrados;

V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e

VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

Art. 15. No caso de negativa de acesso à informação ou de não fornecimento das razões da negativa do acesso, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, à autoridade hierarquicamente superior ao SIC, que deverá apreciá-lo no prazo de cinco dias, contado da sua apresentação.

§ 1º Verificada a procedência das razões do recurso, a autoridade hierarquicamente superior ao SIC, determinará ao mesmo que adote as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto nesta Lei.

§ 2º Negado o acesso à informação pela autoridade hierarquicamente superior ao SIC, poderá o requerente interpor recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, à autoridade máxima do legislativo do município, que deverá apreciá-lo no prazo de cinco dias, contado da sua apresentação.

Art. 16. A autoridade hierarquicamente superior ao SIC no âmbito do legislativo municipal será representada pelo Agente Legislativo da Câmara Municipal.

Art. 17. A autoridade máxima do legislativo do município será representada pelo Presidente da Câmara.

Art. 18. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidades do agente público:

I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

II - utilizar indevidamente, subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda, a que tenha acesso ou sobre que tenha conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;

III - agir com dolo ou má-fé na análise dos pedidos de acesso à informação;

IV - divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido a informação classificada em grau de sigilo ou a informação pessoal;

V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;

VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação classificada em grau de sigilo para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e

VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

§ 1º Atendido o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no caput serão consideradas, para fins do disposto no Estatuto dos Servidores Público Municipais, infrações administrativas.

§ 2º Pelas condutas descritas no caput, poderá o agente público responder, também, por improbidade administrativa.

Art. 19. A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto nesta Lei estará sujeita às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - rescisão do vínculo com o poder público;

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, assegurado o direito de defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º A reabilitação referida no inciso V será autorizada somente quando o interessado efetivar o ressarcimento dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV.

§ 3º A aplicação da sanção prevista no inciso V é de competência exclusiva da autoridade máxima do município, facultada a defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 03 de junho de 2014.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Lei 0798/2014

LEI Nº 0798/2014

Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar a cedência de servidores públicos municipais para a CIDASC para atender o Programa de Defesa Sanitária Animal no município de Braço do Trombudo e dá outras providências.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a efetuar a cedência de servidores públicos municipais vinculados a Secretaria de Obras, Estradas Serv. Urbanos e Agropecuários para a CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - Regional de Rio do Sul, a fim de atender Programa de Defesa Sanitária Animal no município de Braço do Trombudo.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do Orçamento Vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 03 de junho de 2014.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Lei Complementar 123/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2014.

Altera dispositivo na Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, que institui o Estatuto e Plano de Carreira para os servidores do Magistério Público Municipal de Braço do Trombudo e dá outras providências.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o Artigo 16, da Lei Complementar nº 0097/2011 de 07.07.2011, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"As horas atividades serão desenvolvidas na escola e corresponderão a 1/3 (um terço) do total da jornada e será destinada de acordo com a proposta pedagógica da escola, ao planejamento, avaliação do trabalho didático, estudo e elaboração de estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento, à colaboração com a administração da escola em reuniões pedagógicas, à articulação da comunidade e ao aperfeiçoamento profissional".

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do Orçamento Vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 03 de junho de 2014.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Brusque

PREFEITURA

Lei Nº 3706 de 14 de Abril de 2014 - Legislativo

PARTE VETADA PELO PREFEITO MUNICIPAL E MANTIDA PELA CÂMARA MUNICIPAL DO PROJETO DE LEI Nº 12/2014 QUE SE TRANSFORMOU NA LEI Nº 3706 DE 14 DE ABRIL DE 2014, QUE "REGULAMENTA A OFERTA DE SERVIÇOS DO TIPO COUVERT ARTÍSTICO NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque:

Faço saber que a Câmara Municipal manteve e eu, Guilherme Marchewsky, Presidente, promulgo o seguinte parágrafo único:

Art. 3º

Parágrafo único. A responsabilidade pela fiscalização e aplicação das sanções estabelecidas neste artigo, será do Procon Municipal de Brusque.

Câmara Municipal de Brusque, em 21 de maio de 2014.

Guilherme Marchewsky
Presidente

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC

Rogério Gamba
Diretor Geral

Decreto Nº. 7.440, de 03 de Junho de 2014

DECRETO Nº. 7.440, DE 03 DE JUNHO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.676 de 19.12.13, a Lei nº 3.644 de 30.08.13, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no Orçamento Fiscal, em vigência do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 122.600,00 (cento e vinte e dois mil e seiscentos reais), para atender a programação abaixo especificada:

25.00	Fundo Municipal de Saúde
25.001	Fundo Municipal de Saúde
010.301.0340.1171	Construção Ampl. E Reforma de unidades de Saúde
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Despesas Correntes
0.1.71.00	Outros Rec. Fundo Nacional de Saúde
Inv.	
VALOR	R\$ 60.000,00
010.304.0105.2279	Manutenção da Vigilância Sanitária
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Despesas Correntes
0.1.12.01	Serviço de Saúde - Vigilância Sanitária
VALOR	R\$ 20.000,00
010.305.0105.2274	Vigilância Epidemiológica e Ambiental
(BLVGS)	
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Despesas Correntes
0.1.66.16	Vigilância Epidemiológica Ambiental
VALOR	R\$ 1.500,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

225.00	Fundo Municipal de Saúde
25.001	Fundo Municipal de Saúde
010.301.0340.1171	Construção Ampl. E Reforma de unidades de Saúde
4.4.90.00	Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.71.00	Outros Rec. Fundo Nacional de Saúde Inv.
VALOR	R\$ 60.000,00
010.304.0105.2279	Manutenção da Vigilância Sanitária
3.1.90.00	Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
0.1.12.01	Serviço de Saúde - Vigilância Sanitária
VALOR	R\$ 20.000,00
010.305.0105.2274	Vigilância Epidemiológica e Ambiental (BLVGS)
3.1.90.00	Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
0.1.66.16	Vigilância Epidemiológica Ambiental
VALOR	R\$ 1.500,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 03 de junho de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL ELTON ROGRIGO RIFFEL
Prefeito Municipal Procurador Geral do Município

ANA BEATRIZ BARON LUDVIG
Secretária de Saúde

Publicado na Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de junho de 2014.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe Gabinete do Prefeito

Contrato N.º 01/2014 - SMS/FMS

Contrato n.º 01/2014 - SMS/FMS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE EM BRUSQUE, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E HOSPITAL E MATERNIDADE DOM JOAQUIM.

Aos (14) quatorze dias mês de março, do ano de dois mil e quatorze (2014), de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o número 83.102.343/0001-94, por sua Secretaria Municipal de Saúde, e esta por sua vez, representada neste ato, por sua Secretária Municipal de Saúde, Sra. ANA BEATRIZ BARON LUDVIG, doravante designado CONTRATANTE; e de outro lado HOSPITAL E MATERNIDADE DOM JOAQUIM, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Botuverá, n. 202, bairro Dom Joaquim, em Brusque/SC, inscrito no CNPJ sob o número 82.991.860/0001-07, neste ato representado por seu Presidente em exercício, Pe. TIMÓTEO JOSÉ STEINBACH, brasileiro, portador do RG número 890.177-5 SSP/SC e inscrito no CPF sob o número 504.930.279-04 doravante designado CONTRATADO; tendo em vista o disposto na Lei 8.080/90 e demais legislações pertinentes, celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços para o Sistema Único de Saúde em Brusque, nos termos que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente contrato tem por objeto estabelecer as bases da relação entre as partes, integrar o CONTRATADO ao Sistema Único de Saúde (SUS) e definir sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde, visando à garantia da atenção integral à saúde, limitado aos serviços inscritos no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES) da unidade contratada, a serem prestados aos usuários do SUS que deles necessitem, sendo contratados os serviços:

a) Internações em clínica médica, cirurgias eletivas, procedimentos ambulatoriais em oftalmologia, serviço de auxílio ao diagnóstico e terapia (SADT) ambulatorial, pronto atendimento ambulatorial, atendimentos ambulatoriais especializados e consultas especializadas. Estes procedimentos se encontram discriminados no Plano Operativo previamente definido entre as partes (Anexo I), na Ficha de Programação Orçamentária (FPO) e no de CNES que integram este contrato, para todos os efeitos legais, devendo estar a disposição na Diretoria de Planejamento, Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria (DPRCAA) da CONTRATANTE;

b) Referidos a uma base territorial populacional, conforme Plano de Regionalização da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina (PDR) e serão ofertados conforme indicações técnicas de planejamento da saúde, compatibilizando demanda e disponibilidade de recursos financeiros do SUS;

c) Os serviços serão executados pelo CONTRATADO aos usuários do SUS, no Município de Brusque, dentro dos limites quantitativos de acordo com o pactuado entre as partes e deliberado pelo Conselho Municipal de Saúde (COMUSA), conforme discriminação do Plano Operativo (Anexo I).

1.1. O incentivo financeiro constante no Plano de Ação referente aos recursos da Portaria GM/MS n. 1.634/2013, havendo potencial de crescimento com ofertas e serviços de saúde pactuados para a região, poderão ser objeto de termo aditivo ou apostilamento do presente contrato, nele constando a quantificação de procedimentos e valores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

2. Na execução do presente contrato, as partes Contratantes deverão observar as seguintes condições gerais:

2.1. o acesso ao SUS se faz preferencialmente pelas unidades básicas de saúde, ressalvadas as situações de urgência e emergência;

2.2. o encaminhamento e atendimento do usuário dar-se-á, de acordo com as regras estabelecidas para a referência e contra-referência, ressalvadas as situações de urgência e emergência;

2.3. da gratuidade das ações e dos serviços de saúde prestados aos usuários, executados no âmbito deste contrato;

2.4. a prescrição de medicamentos na alta do usuário deve observar a Política Nacional de Medicamentos e o Plano de Assistência Farmacêutica Municipal, excetuadas as situações aprovadas pela Comissão de Assistência Farmacêutica do Município;

2.5. realizar atendimento humanizado, de acordo com a Política Nacional de Humanização do SUS, em consonância com as Portarias Ministeriais;

2.6. observância integral dos protocolos técnicos de atendimento e regulamentos estabelecidos pela Diretoria de Planejamento, Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria (DPRCAA) da Secretaria Municipal de Saúde em consonância com o Ministério da Saúde;

2.7. o estabelecimento de metas e indicadores de qualidade para todas as atividades de saúde decorrentes desse Contrato;

2.8. o CONTRATADO colocará à disposição do SUS, sua capacidade operacional instalada, necessária para o atendimento do volume assistencial definido no Plano Operativo Anual, de acordo com o Anexo I deste contrato;

2.9. é vedada a utilização da capacidade instalada do CONTRATADO para privilégios de atendimentos particulares, em detrimento dos pactuados no Plano Operativo constante do Anexo I;

2.10. a garantia da contraprestação integral pelos serviços prestados, de acordo com os serviços e procedimentos inscritos no CNES

do CONTRATADO, prestados desde que atendidas as normas do SUS.

2.11. A fiscalização do presente contrato será realizada por meio de comissão de acompanhamento, que será formada pela CONTRATADA, composta por dois representantes da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), um representante do CONTRATADO, e um representante do COMUSA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS COMUNS

3. São encargos comuns das partes signatárias deste contrato:

3.1. contribuir para a elaboração e implementação de protocolos de atendimento e de encaminhamento para as ações de saúde;

3.2. anualmente, aprovar o Plano Operativo Anual, independente de novo contrato, e contribuir para o cumprimento das metas qualitativas e quantitativas;

3.3. o Plano Operativo Anual, excepcionalmente, poderá ser modificado, desde que devidamente justificado e anuído pelas partes Contratantes, em documento formalmente registrado;

3.4. zelar pelo adequado funcionamento da Comissão de Acompanhamento do Contrato, por meio da indicação de seus representantes e do fornecimento de informações requisitadas nos prazos estabelecidos;

3.5. realizar educação continuada de recursos humanos, com auxílio à qualificação de profissionais, no âmbito da unidade hospitalar contratada.

CLÁUSULA QUARTA- DOS ENCARGOS ESPECÍFICOS DAS PARTES

4. São encargos dos contraentes:

4.1. - DO CONTRATADO

a) buscar atingir todas as metas e condições específicas do Plano Operativo, parte integrante deste Contrato, e nos Anexos II das Portarias GM/MS n.635, de 10 de novembro de 2005 e Portaria GM/MS n. 3.123, de 07 de dezembro de 2006;

b) manter no mínimo 60% (sessenta por cento) em internações hospitalares realizadas em relação ao objeto contratado, medida por paciente-dia ou serviços ambulatoriais disponíveis aos usuários do SUS;

c) manter afixado, em local visível aos seus usuários, aviso de sua condição de estabelecimento integrante da rede do SUS e da gratuidade aos usuários do SUS dos serviços prestados nessa condição;

d) aplicar os recursos financeiros provenientes deste contrato integralmente no Hospital;

e) contribuir para a investigação de eventuais denúncias de cobrança indevida feita ao usuário ou seu representante, por qualquer atividade prestada pelo Hospital, em razão da execução do objeto do presente contrato;

f) integrar-se aos sistemas de regulação do Município, assim como todos os sistemas de informação existentes do Ministério da Saúde, bem como os que forem criados de acordo com suas necessidades;

g) entregar a produção ambulatorial e relatório de produção (fatura) na DPRCAA da SMS, até o 10º dia de cada mês, referente a produção do mês anterior, sendo que no referido relatório deverá constar: nome do usuário, município de residência, data de realização do procedimento, código e descrição do procedimento executado, valor do procedimento;

h) apresentar as produções no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), Sistema de Regulação, Controle e Avaliação (SIS-CA), e no Sistema de Informações Hospitalares (SIH), ao CONTRATANTE, até o 10º dia do mês subsequente a realização dos procedimentos, por meio magnético, a ser enviado para o e-mail: faturamento.saude@pmbrusque.com.br.

i) apresentar, trimestralmente, à Comissão de Acompanhamento do Contrato, até o 15º dia útil do mês subsequente ao trimestre,

relatório discriminativo contendo despesas e receitas, referente aos serviços efetivamente realizados, constantes exclusivamente no presente contrato;

j) apresentar, trimestralmente, à Comissão de Acompanhamento do Contrato, até o 15º dia útil do mês subsequente ao trimestre, relatórios de atividades mensais, que demonstrem as metas quantitativas e qualitativas, constantes no presente contrato;

k) manter atualizadas as informações no CNES;

l) entregar, sempre que solicitado, por escrito, conforme determinação contida no art. 8º, inc. IV da Portaria n. 1.034/2010, ao usuário ou ao seu responsável, no ato da saída do estabelecimento, documento de histórico do atendimento prestado ou resumo da alta, onde conste, também, a inscrição "esta conta foi paga com recursos públicos provenientes de seus impostos e contribuições sociais";

m) responsabilizar-se pela utilização do pessoal de apoio, tais como enfermagem, administração, limpeza, etc., necessário a execução dos serviços previstos no presente contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes do vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE;

n) manter em dia os encargos trabalhistas, fiscais, sociais e previdenciários de seus trabalhadores e prestadores de serviços;

o) garantir o acesso dos conselhos de saúde aos serviços contratados no exercício de seu poder de fiscalização;

p) cumprir as diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH);

q) manter sempre atualizados o prontuário médico dos usuários e o arquivo médico;

r) não utilizar e nem permitir que terceiros utilizem o usuário para fins de experimentação;

s) atender o usuário com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação/execução dos serviços;

t) justificar ao usuário ou seu representante sempre que solicitado, por escrito, as razões técnicas alegadas, quando da decisão de não realização de qualquer procedimento previsto neste contrato;

u) notificar a SMS no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, por escrito, informando as razões, quando da impossibilidade técnico/administrativa da não realização de qualquer procedimento previsto neste contrato, sob pena de bloqueio dos repasses financeiros referidos na Cláusula Sétima do presente;

v) notificar a SMS de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário ou estatutário, e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando à DPRCAA, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do registro da alteração, cópia autenticada da certidão da Junta Comercial ou do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

w) notificar, imediatamente, o serviço de Vigilância Epidemiológica do Município, as doenças de notificação compulsória atendidas nos espaços da Instituição contratada;

x) manter atualizado o documento de indicação do responsável técnico, devendo os profissionais que possuírem nível superior de ensino apresentar certificado de habilitação e regularidade, reconhecido pelo conselho regional de classe;

y) responsabilizar-se pela aquisição de todos os insumos necessários para a perfeita prestação/execução dos procedimentos incluídos no presente contrato;

z) a execução dos procedimentos provenientes do presente contrato, serão realizados somente mediante regulação/autorização emitida pelo CONTRATANTE, independente do Município de procedência do usuário.

4.2. - DA CONTRATANTE

a) transferir os recursos previstos neste contrato ao CONTRATADO, conforme Cláusula Sexta;

b) regular, controlar, avaliar e auditar as ações e os serviços

dispostos neste contrato conforme as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde;

- c) estabelecer fluxos e mecanismos de encaminhamento da demanda, por meio do Sistema Nacional de Regulação (SISREG);
- d) analisar os relatórios elaborados pelo CONTRATADO, comparando as metas do Plano Operativo com os resultados alcançados e os recursos financeiros repassados.

CLÁUSULA QUINTA - DO PLANO OPERATIVO ANUAL

5. O Plano Operativo Anual, parte integrante deste contrato e condição de sua eficácia, elaborado em conjunto entre SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE e HOSPITAL, ora CONTRATADO, aprovado pelo CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE (COMUSA), deverá conter:

- 5.1. todas as ações e serviços objeto deste contrato;
 - 5.2. a estrutura tecnológica e a capacidade instalada do CONTRATADO descritas no CNES;
 - 5.3. definição de metas físicas das internações hospitalares, atendimentos ambulatoriais, atendimentos de urgência e dos serviços de apoio diagnóstico e terapêutico, com os seus quantitativos;
 - 5.4. definição de metas de qualidade;
 - 5.5. tabela de percentuais referentes aos valores que serão repassados de acordo com a Cláusula Sétima deste contrato;
 - 5.6. metas referentes as atividades de aprimoramento e aperfeiçoamento da gestão hospitalar, em especial:
 - a) ao Sistema de Planilha de Custos dos serviços, objeto deste contrato;
 - b) à prática de atenção humanizada aos usuários, de acordo com os critérios definidos pela Política de Humanização do SUS;
 - c) incremento de ações de garantia de acesso, mediante o complexo regulador de atenção à saúde, respeitado os serviços e limites pactuados neste contrato;
 - d) funcionamento adequado dos comitês de avaliação de mortalidade por grupo de risco (comissão de óbito).
- Parágrafo Único. Os serviços do Plano Operativo estão referidos a uma base territorial populacional, conforme PDR e o Plano Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS PÓS-FIXADOS

6. O CONTRATANTE repassará ao CONTRATADO o teto com valor estimado mensal de R\$ 432.333,41 (quatrocentos e trinta e dois mil, trezentos e trinta e três reais, quarenta e um centavos) relativo a prestação dos serviços descritos no objeto do presente contrato, relacionados no Plano Operativo do Anexo I deste contrato, sendo R\$ 208.543,57 (duzentos e oito mil, quinhentos e quarenta e três reais, cinquenta e sete centavos) referentes a recursos federais de média e alta complexidade (MAC) e R\$ 223.789,84 (duzentos e vinte e três mil, setecentos e oitenta e nove reais, oitenta e quatro centavos) referentes a recursos próprio do Município, variável de acordo com a produção efetivamente executada e apresentada pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE;

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FORMA DE PAGAMENTO

7. O pagamento dos recursos financeiros referentes a Cláusula Sexta dar-se-ão da seguinte forma:

- 7.1. o pagamento dos valores referentes a este contrato, dependerá da avaliação da comissão de acompanhamento do instrumento contratual, que repassará via relatório, o alcance e cumprimento das metas qualitativas e quantitativas existentes neste contrato;
 - a) a Comissão de Acompanhamento do Contrato reunir-se-á trimestralmente, após o 15º dia útil do mês subsequente ao trimestre, para avaliação dos relatórios emitidos pelo CONTRATADO,
 - b) havendo distorções do objeto contratado, ou o não alcance das metas estabelecidas, a SMS fará o desconto dos valores referentes ao incentivo financeiro da meta não alcançada, no mês subsequente.

7.2. o pagamento dar-se-á até o limite do teto, de acordo com a produção devidamente comprovada, conforme Cláusula Quarta deste contrato, dentro dos cronogramas estabelecidos pelo Ministério da Saúde/DATASUS e Secretaria Municipal de Saúde, valora da pela tabela unificada do SUS;

7.3. o pagamento do incentivo financeiro do sobreaviso será efetuado mediante apresentação de relatório mensal de realização do sobreaviso, bem como, disponibilização da escala para o mês subsequente;

7.4. a CONTRATANTE se compromete a acusar o recebimento e confirmar ou não a visualização dos arquivos eletrônicos, referentes a produção por parte do CONTRATADO no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do encaminhamento deste pelo CONTRATADO;

7.5. o pagamento do faturamento mensal será efetuado pela CONTRATANTE ao CONTRATADO até o 15º dia útil após o processamento e aprovação nos sistemas de informações do Ministério da Saúde;

7.6. o CONTRATADO se obriga a fazer o repasse aos terceiros em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o repasse do Fundo Municipal de Saúde ao CONTRATADO;

7.7. o CONTRATADO se obriga até o vencimento da próxima parcela a prestar contas com o Fundo Municipal de Saúde dos valores adicionais repassados para ter a garantia do próximo repasse;

7.8. o valor total anual estimado do presente contrato refere a importância de R\$ 5.094.954,84 (cinco milhões, noventa e quatro mil, novecentos e cinquenta e quatro reais, oitenta e quatro centavos);

7.9. o CONTRATANTE poderá fazer acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento), nos valores limites deste contrato, durante o prazo de sua vigência mediante termo aditivo, restringindo-se de acordo com a capacidade operacional do CONTRATADO e as necessidades da SMS/FMS;

7.10. no período compreendido entre os 15 (quinze) dias do mês de dezembro aos 20 (vinte) dias do mês de janeiro estará o contratado assegurado do recebimento dos valores constantes nas tabelas: TABELA VII - PAGAMENTO DE SOBREAVISO (RECURSO PRÓPRIO) E TABELA X - INCENTIVO À REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS SADT (RECURSO PRÓPRIO) e da TABELA XII - CIRURGIAS ELETIVAS - SERVIÇO HOSPITALAR (RECURSO PRÓPRIO), independente do alcance de das metas referidas no plano operativo e sem o envio dos correspondentes relatórios de produções mensais, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8. Os serviços referidos na Cláusula Primeira deste Contrato serão prestados/executados, na entidade contratada;

Parágrafo 1º. Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar, exercidos pela SMS/FMS sobre a prestação/execução do objeto deste contrato, os Contratantes reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

Parágrafo 2º. O CONTRATADO fica exonerado da responsabilidade pelo não atendimento do usuário amparado pelo SUS, na hipótese de atraso superior a 90 (noventa) dias, no pagamento devido pelo CONTRATANTE, ressalvadas as situações de calamidade pública ou grave ameaça da ordem interna ou as situações de urgência e emergência.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO

9. A vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses a contar da data de 14 de março de 2014.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO

10. O CONTRATADO, bem como os Prestadores por ele contratado, serão responsáveis pelo pagamento de indenização de dano causado ao usuário e aos órgãos do SUS e a terceiros a ele vinculado, decorrente de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticado por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado ao CONTRATADO o direito de regresso.

Parágrafo 1º. A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato, pelos órgãos competentes do SUS, não exclui e nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, nos termos da legislação referente a Licitações e Contratos Administrativos.

Parágrafo 2º. A responsabilidade de que trata esta Cláusula, estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação dos serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11. As despesas dos serviços executados por força deste contrato, ocorrerão, no presente exercício (2013-2014), à conta das seguintes dotações orçamentárias:

a) GRUPO I - VALORES PÓS-FIXADOS (16.500)
DOTAÇÃO: 2501.2273.33903950/16.500

b) GRUPO II - VALORES PÓS-FIXADOS (10.200)
DOTAÇÃO: 2501.2273.33903950/10.200

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE DO PREÇO

12. O valor estipulado na Cláusula Sexta será reajustado na mesma proporção dos índices e época dos reajustes concedidos na Tabela Unificada do Sistema Único de Saúde (SIGTAP), garantindo sempre o equilíbrio econômico-financeiro deste contrato, nos termos do art. 26 da Lei n. 8.080/90, e das normas gerais da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos.

Parágrafo 1º. Os valores próprios repassados serão reajustados de acordo com a Tabela IGPM - Índice Geral de Preços do Mercado.

Parágrafo 2º. Os reajustes independem de termo aditivo, sendo, necessário anotar no processo administrativo da SMS/FMS, a origem e autorização do reajuste, bem como os respectivos cálculos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA REGULAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO, AUDITORIA E ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

13. A execução do presente contrato será avaliada pelos órgãos competentes do SUS, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das Cláusulas e condições estabelecidas neste contrato e de quaisquer outros dados necessários à regulação, controle, avaliação e auditoria dos serviços prestados.

13.1 qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operacional do CONTRATADO poderá ensejar a não prorrogação/renovação deste contrato ou revisão das condições estipuladas;

13.2 a fiscalização exercida pela CONTRATANTE, sobre a execução dos serviços ora contratados, não eximirá o CONTRATADO de sua plena responsabilidade perante a CONTRATANTE, ou para com o usuário e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução deste contrato;

13.3 o CONTRATADO facilitará à CONTRATANTE, o acompanhamento e a fiscalização permanentes dos serviços, e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores designados para tal finalidade;

13.4 o CONTRATADO disponibilizará ao CONTRATANTE, a agenda diária e horários pré estabelecidos, no qual serão executados os serviços objeto do presente contrato, para a efetiva organização

do fluxo e para atendimento das necessidades dos usuários do SUS;

13.5 o CONTRATADO deverá guardar os documentos que comprovem a realização dos procedimentos por período não inferior a 05 (cinco) anos conforme as normas do Ministério da Saúde e Departamento Nacional de Auditoria em Saúde;

13.6 em qualquer hipótese é assegurado ao CONTRATADO, amplo direito de defesa, nos termos das normas gerais da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos e suas alterações;

13.7 a fiscalização dar-se-á por meio da Comissão de Acompanhamento do Contrato;

13.8 a referida Comissão reunirá-se trimestralmente para avaliação dos relatórios emitidos pelo CONTRATADO e após aprovado repassará a SMS para efetivação dos pagamentos;

13.9 a atribuição desta Comissão será a de acompanhar a execução do presente Contrato, principalmente no tocante deste termo, cumprimento das metas estabelecidas no Plano Operativo e avaliação da qualidade da atenção à saúde dos usuários;

13.10 o CONTRATADO fica obrigado a fornecer à Comissão de Acompanhamento todos os documentos e informações necessárias ao cumprimento de suas finalidades;

13.11 a existência da comissão mencionada nesta Cláusula não impede nem substitui as atividades próprias do Sistema Nacional de Auditoria (Federal, Estadual e Municipal).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

14. Fica estabelecida a possibilidade de denúncia do presente contrato, a qualquer tempo, por qualquer dos Contratantes, bastando notificar com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias;

14.1. constituem motivos para a rescisão unilateral do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas Cláusulas e condições previstas neste instrumento, bem como os motivos previstos nas legislações pertinentes;

14.2. em caso de rescisão contratual, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 60 (sessenta) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo o CONTRATADO negligenciar a prestação dos serviços contratados, as penalidades previstas nas legislações pertinentes serão duplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15. A contratualização de um prestador de serviço poderá ser, a qualquer tempo, alterada, suspensa ou cancelada, se o contrato deixar de satisfazer os interesses do CONTRATANTE ou as normas do Sistema Único de Saúde (SUS);

15.1. aplicar-se-á ao presente contrato, nas partes omissas, a legislação pertinente em vigor;

15.2. os Contratantes elegem o Foro desta Comarca de Brusque, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

15.3. por estarem justos e contratados passam, aceitam, outorgam e assinam o presente contrato, em 04 (quatro) vias de igual teor, para que produza seus efeitos, na presença de duas testemunhas, depois de lido e achado conforme;

15.4. a partir da data de assinatura do presente contrato, este instrumento substitui os anteriores.

Brusque, em 14 de março de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE

CONTRATANTE

Ana Beatriz Baron Ludvig

HOSPITAL E MATERNIDADE DOM JOAQUIM

CONTRATADO

Pe. Timóteo José Steinbach

Testemunhas

1. _____ CPF: _____
 2. _____ CPF: _____

ANEXO I - PLANO OPERATIVO ANUAL

O Plano Operativo é um instrumento no qual são apresentadas as ações, os serviços, as atividades, as metas quantitativas e qualitativas, e indicadores pactuados entre o CONTRATADO e CONTRATANTE.

1. METAS QUALITATIVAS

1.1. ATENÇÃO À SAÚDE

a) Redução da taxa de infecções hospitalares.

Meta: Apresentação de relatório trimestral, com redução de 3% (três por cento) por trimestre partindo da taxa atual a ser apresentada em relatório inicial.

b) Comissão de Revisão de Óbitos.

Meta: Apresentação de relatório trimestral com análise dos óbitos ocorridos por faixa etária e medidas adotadas.

c) Realizar mensalmente as cirurgias eletivas previamente autorizadas e encaminhadas pela SMS.

Meta: Realizar mensalmente 100% das cirurgias eletivas previamente autorizadas e encaminhadas pela SMS.

d) Estabelecer padrões de atendimento ao usuário.

Meta: Criar manuais e protocolos e encaminhar à Comissão de Acompanhamento do Contrato.

e) Comissões ativas.

Meta: Manter ativas as comissões de: Comissão de Controle de Infecção Hospitalar; Comissão de Revisão de Prontuários e Óbitos; e Comissão de Humanização Hospitalar, apresentando relatório trimestral, contendo itens relacionados as ações de cada comissão.

f) Avaliar e acompanhar o estado nutricional dos usuários e orientar a dieta para alta hospitalar.

Meta: Orientar dieta nutricional, inclusive na alta hospitalar, conforme prescrição médica, mediante registro no prontuário.

g) Incentivar o aleitamento materno nas dependências do Hospital.

Meta: Incentivar o aleitamento materno em 100% (cem por cento) das mães que realizaram parto nas instalações do CONTRATADO.

1.2. PARTICIPAÇÃO NAS POLÍTICAS PRIORITÁRIAS DO SUS

a) Implantar atividades humanizadoras conforme a política nacional de humanização do SUS.

Meta: Realizar atividades humanizadoras em todos os setores da instituição, comprovando as referidas ações por meio de relatórios trimestrais enviando-os à Comissão de Acompanhamento de Contrato.

b) Relatório mensal de usuários crônicos que apresentam internações recidivantes.

Meta: Encaminhar relatório mensal para o gestor local com o nome, endereço e telefone para contato dos usuários crônicos com internação recidivante.

1.3. GESTÃO HOSPITALAR

a) Apresentação à Comissão de Acompanhamento do Contrato da estrutura de despesas e receitas por item, conforme classificação: pessoal, medicamentos e materiais hospitalares e outras

despesas, em relatório trimestral.

Meta: apresentar dados em relatório trimestral.

b) Permitir à Comissão de Acompanhamento do Contrato, a avaliação dos serviços prestados pelo Contratado.

Meta: apresentar dados em relatório trimestral.

1.4. DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

a) Promover a educação continuada para os funcionários do Hospital.

Meta: Promover atividades de educação continuada para os funcionários do Hospital, devendo ser 20% (vinte por cento) dos funcionários em 2013 e 80% (oitenta por cento) dos funcionários em 2014, sendo que as atividades deverão ser comprovadas em relatório.

2. METAS QUANTITATIVAS

2.1. GRUPO I - VALORES PÓS FIXADOS - VÍNCULO 16.500 (MAC)

2.1.1. PRONTO ATENDIMENTO

a) O CONTRATADO conta com unidade de pronto atendimento com horário de funcionamento das 07h00min às 22h00min, e ofertará os atendimentos ambulatoriais constantes na TABELA I, disponibilizados aos usuários SUS.

TABELA I - PRONTO ATENDIMENTO AMBULATORIAL (MAC)

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE PACTUADA MENSAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Atendimento médico de urgência	1300	11,00	14.300,00	171.600,00
Procedimentos - BAU	50	5,68	284,00	3.408,00
Exames de patologia clínica	200	4,60	920,00	11.040,00
TOTAL			15.504,00	186.048,00

Indicadores:

- Realizar de 90% (noventa por cento) a 105% (cento e cinco por cento) dos procedimentos do pronto atendimento acima pactuados;

2.1.2. AMBULATORIAL

a) Os Serviços de Apoio e Diagnóstico e Terapia constantes na TABELA II, regulados pela DPRCAA, por meio do Sistema Nacional de Regulação (SISREG III), deverão ser disponibilizados pelo CONTRATADO para os usuários SUS referenciados.

TABELA II - SERVIÇOS DE APOIO E DIAGNÓSTICO E TERAPIA (MAC)

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE PACTUADA MENSAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Exames de patologia clínica	100	4,60	460,00	5.520,00
Radiologia (raio-x)	1200	7,30	8.760,00	105.120,00
Cerclagem de ânus	20	13,13	262,60	3.151,20
Colonoscopia	20	112,66	2.253,20	27.038,40

Biópsia de pele e partes moles	200	25,83	5.166,00	61.992,00
Retirada de corpo estranho do tubo digestivo	10	31,26	312,60	3.751,20
Retirada de corpo estranho do esôfago	10	49,50	495,00	5.940,00
Retirada de corpo estranho estômago/duodeno	10	47,25	472,50	5.670,00
Retirada de pólipos do tubo digestivo	10	29,84	298,40	3.580,80
Retossigmoidoscopia	20	23,13	462,60	5.551,20
Biópsia de ânus / canal anal	20	18,46	369,20	4.430,40
Esofagogastroduodenoscopia - EDA	160	48,16	7.705,60	92.467,20
TOTAL			27.017,70	324.212,40

Indicadores:

- Realizar de 90% (noventa por cento) a 105% (cento e cinco por cento) dos serviços de apoio diagnóstico e terapia acima pactuados, aos usuários SUS previamente regulados e agendados por meio SISREG III a ser realizado pelo CONTRATADO;

b) Os atendimentos/procedimentos ambulatoriais em anestesiologia constantes na TABELA III, deverão ser disponibilizados pelo CONTRATADO para os usuários SUS referenciados.

TABELA III - ATENDIMENTO/PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS EM ANESTESIOLOGIA (MAC)

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE PACTUADA MENSAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Consulta em anestesiologia	200	10,00	2.000,00	24.000,00
Procedimentos em anestesiologia	30	84,00	2.520,00	30.240,00
TOTAL			4.520,00	54.240,00

Indicadores:

- Realizar de 90% (noventa por cento) a 105% (cento e cinco por cento) dos atendimentos/procedimentos ambulatoriais em anestesiologia acima pactuados, aos usuários SUS previamente regulados e agendados por meio SISREG III a ser realizado pelo CONTRATADO;

c) Os atendimentos/procedimentos ambulatoriais em angiologia constantes na TABELA IV, deverão ser disponibilizados pelo CONTRATADO para os usuários SUS referenciados.

TABELA IV - ATENDIMENTOS/PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS EM ANGIOLOGIA (MAC)

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE PACTUADA MENSAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Consulta em angiologia	360	10,00	3.600,00	43.200,00
Consulta de outros profissionais de nível superior (enfermagem)	70	6,30	441,00	5.292,00
Curativo grau II (angiologia)	400	32,40	12.960,00	155.520,00
TOTAL			17.001,00	204.012,00

Indicadores:

- Realizar de 90% (noventa por cento) a 105% (cento e cinco por cento) dos atendimentos/procedimentos ambulatoriais em angiologia acima pactuados, aos usuários SUS previamente regulados e agendados por meio SISREG III a ser realizado pelo CONTRATADO.

d) Os atendimentos/procedimentos ambulatoriais em oftalmologia constantes na TABELA V, deverão ser disponibilizados pelo CONTRATADO para os usuários SUS referenciados.

TABELA V - ATENDIMENTOS/PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS EM OFTALMOLOGIA (MAC)

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE PACTUADA MENSAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Facoemulsificação c/ implante de lente dobrável	80	643,00	51.440,00	617.280,00
Tratamento cirúrgico de pterígio	35	139,70	4.889,50	58.674,00
Tratamento cirúrgico triquíase	05	159,37	796,85	9.562,20
Exérese de calázio/outras lesões de pálpebras e supercílios	20	45,00	900,00	10.800,00
Sutura de esclera	35	161,19	5.641,65	67.699,80
Epilação de cílios	02	22,93	45,86	550,32
Sondagem das vias lacrimais	02	22,93	45,86	550,32
Exérese de tumor de conjuntiva	02	82,28	164,56	1.974,72
Correção cirúrgica de entropião e ectropião	02	116,42	232,84	2.794,08
Correção cirúrgica de hérnia de íris	01	259,20	259,20	3.110,40
Fotocoagulação à laser	02	45,00	90,00	1.080,00
Injeção intravítrea	20	82,28	1.645,60	19.747,20

Injeção sub-conjuntival	01	8,24	8,24	98,88
Iridectomia cirúrgica	01	297,46	297,46	3.569,52
Oclusão do ponto lacrimal	01	19,14	19,14	229,68
Reconstrução do canal lacrimal	01	389,64	389,64	4.675,68
Sinequiólise à yag laser	02	45,00	90,00	1.080,00
Sutura de conjuntiva	02	82,28	164,56	1.974,72
Sutura de córnea	02	164,08	328,16	3.937,92
Sutura de pálpebra	02	82,28	164,56	1.974,72
Tratamento cirúrgico de miíase palpebral	06	22,93	137,58	1.650,96
TOTAL			67.751,26	813.015,12

Indicadores:

- Realizar de 90% (noventa por cento) a 105% (cento e cinco por cento) dos atendimentos/ procedimentos em oftalmologia acima pactuados, aos usuários SUS previamente regulados e agendados por meio SISREG III a ser realizado pelo CONTRATADO.

e) Os atendimentos/procedimentos ambulatoriais em ortopedia, constantes na TABELA VI, deverão ser disponibilizados pelo CONTRATADO para os usuários SUS referenciados.

TABELA VI - ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO AMBULATORIAL EM ORTOPEDIA (MAC)

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE PACTUADA MENSAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Consulta em ortopedia	350	10,00	3.500,00	42.000,00
Procedimentos ambulatoriais em ortopedia	40	30,00	1.200,00	14.400,00
TOTAL			4.700,00	56.400,00

Indicadores:

- Realizar de 90% (noventa por cento) a 105% (cento e cinco por cento) dos atendimentos / procedimentos ambulatoriais em ortopedia acima pactuados, aos usuários SUS previamente regulados e agendados por meio SISREG III a ser realizado pelo CONTRATADO.

f) Os atendimentos/procedimentos ambulatoriais em cardiologia, constantes na TABELA VII, regulados pela DPRCAA, por meio do Sistema Nacional de Regulação (SISREG III), deverão ser disponibilizados pelo CONTRATADO para os usuários SUS referenciados.

TABELA VII - ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO AMBULATORIAL EM CARDIOLOGIA (MAC)

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE PACTUADA MENSAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Consulta em cardiologia	350	10,00	3.500,00	42.000,00

Ecocardiografia transtorácica	120	39,94	4.792,80	57.513,60
Teste de esforço / teste ergométrico	70	30,00	2.100,00	25.200,00
Monitoramento pelo sistema holter 24 horas (3 canais)	30	30,00	900,00	10.800,00
Monitorização ambulatorial de pressão arterial	30	10,07	302,10	3.625,20
TOTAL			11.594,90	139.138,80

Indicadores:

- Realizar de 90% (noventa por cento) a 105% (cento e cinco por cento) dos atendimentos / procedimentos ambulatoriais em cardiologia acima pactuados, aos usuários SUS previamente regulados e agendados por meio SISREG III a ser realizado pelo CONTRATADO.

2.1.3. HOSPITALAR

O Município de Brusque é referência nas internações hospitalares para os Municípios de: Balneário Camboriú, Blumenau, Botuverá, Camboriú, Canelinha, Gaspar, Guabiruba, Ilhota, Itajaí, Major Gercino, Navegantes, Nova Trento, Penha e São João Batista, conforme Pactuação vigente da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

a) As internações hospitalares por especialidades de média complexidade, são procedimentos autorizados/regulados pela CONTRATANTE e destinados aos usuários do SUS que necessitarem de atendimento hospitalar oriundos da urgência e/ou cirurgias eletivas, encaminhados pela DPRCAA, conforme TABELA VIII.

TABELA VIII - INTERNAÇÕES POR ESPECIALIDADES DE MÉDIA COMPLEXIDADE (MAC)

INTERNAÇÕES POR ESPECIALIDADE	PACTUADO MENSAL FÍSICO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Clínica médica	30	464,99	13.949,70	167.396,40
Cirurgias eletivas	75	464,99	34.874,25	418.491,00
TOTAL			48.823,95	585.887,40

Indicadores:

- Realizar de 90% (noventa por cento) a 105% (cento e cinco por cento) das internações por especialidades de média complexidade;

- Realizar 100% (cem por cento) das cirurgias eletivas previamente autorizadas e encaminhados pela DPRCAA.

b) A Portaria GM nº 1.634 estabelece recursos a serem incorporados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado e Municípios de Santa Catarina destinados ao incremento da contratualização dos hospitais privados sem fins lucrativos e ao reforço de custeio da Assistência Hospitalar, sendo que o pagamento se dará 12 (doze) parcelas mensais, com início do repasse financeiro em agosto/2013 e término em julho/2014, ou seja, serão pagos por meio deste instrumento os valores de 04 (quatro) competências: abril/2014, maio/2014, junho/2014 e julho/2014, conforme valores descritos na Tabela IX.

TABELA IX - INCENTIVO A CONTRATUALIZAÇÃO HOSPITALAR (MAC)

INCENTIVO A CONTRATUALIZAÇÃO HOSPITALAR	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 4 MESES (ABRIL/MAIO/JUNHO/JULHO - 2014)
PORTARIA GM 1.634	11.630,76	46.523,04
TOTAL	11.630,76	46.523,04

TABELA X - TOTAL DAS METAS QUANTITATIVAS (MAC)

TABELAS	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$)
TABELA I - PRONTO ATENDIMENTO AMBULATORIAL (MAC)	15.504,00	186.048,00
TABELA II - SERVIÇOS DE APOIO E DIAGNOSE E TERAPIA (MAC)	27.017,70	324.212,40
TABELA III - ATENDIMENTOS/PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS EM ANESTESIOLOGIA (MAC)	4.520,00	54.240,00
TABELA IV - ATENDIMENTOS/PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS EM ANGIOLOGIA (MAC)	17.001,00	204.012,00
TABELA V - ATENDIMENTOS/PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS EM OFTALMOLOGIA (MAC)	67.751,26	813.015,12
TABELA VI - ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO AMBULATORIAL EM ORTOPEDIA (MAC)	4.700,00	56.400,00
TABELA VII - ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO AMBULATORIAL EM CARDIOLOGIA (MAC)	11.594,90	139.138,80
TABELA VIII - DAS INTERNAÇÕES POR ESPECIALIDADES DE MÉDIA COMPLEXIDADE (MAC)	48.823,95	585.887,40
TABELA IX - INCENTIVO A CONTRATUALIZAÇÃO HOSPITALAR (MAC)	11.630,76	46.523,04
TOTAL	208.543,57	2.409.476,76

2.2. GRUPO II - VALORES PÓS FIXADOS - VÍNCULO 10.200**2.2.2. AMBULATORIAL**

a) O incentivo financeiro dos sobreaviso destina-se a garantir o atendimento médico especializado em período integral aos usuários do SUS, conforme TABELA XI.

TABELA XI - PAGAMENTO DOS SOBREAVISO (RECURSO PRÓPRIO)

ESPECIALIDADES - PLANTÃO E SOBREAVISO	QUANTIDADE DE HORAS	VALOR HORA (R\$)	VALOR TOTAL DE HORAS MENSAL (R\$)	VALOR DE HORAS GLO-BAL (R\$) 12 MESES
Sobreaviso Clínica Médica	720	23,34	16.804,80	201.657,60
TOTAL			16.804,80	201.657,60

Indicadores:

- Manter 100% (cem por cento) dos sobreavisos.

b) O Município disponibilizará recursos financeiros próprio para realização de atendimentos/procedimentos ambulatoriais em angiologia, ampliando desta forma a capacidade de oferta dos serviços. Os referidos atendimentos constantes na TABELA XII, regulados pela DPRCAA, por meio do Sistema Nacional de Regulação (SIS-REG III), deverão ser disponibilizados pelo CONTRATADO para os usuários SUS referenciados.

TABELA XII - ATENDIMENTOS/PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS EM ANGIOLOGIA (RECURSO PRÓPRIO)

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE MENSAL PACTUADA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLO-BAL (R\$) 12 MESES
Consulta em angiologia	360	20,00	7.200,00	86.400,00
Curativo Grau II - Angiologia	400	45,00	18.000,00	216.000,00
TOTAL			25.200,00	302.400,00

Indicadores:

- Realizar de 90% (noventa por cento) a 105% (cento e cinco por cento) dos atendimentos / procedimentos ambulatoriais em angiologia pactuados, aos usuários SUS previamente regulados e agendados por meio SISREG III a ser realizado pelo CONTRATADO;

c) O Município disponibilizará recursos financeiros próprio para realização de atendimentos/procedimentos ambulatoriais em cirurgia torácica, ampliando desta forma a capacidade de oferta dos serviços. Os referidos atendimentos constantes na TABELA XIII, regulados pela DPRCAA, por meio do Sistema Nacional de Regulação (SISREG III), deverão ser disponibilizados pelo CONTRATADO para os usuários SUS referenciados.

TABELA XIII - ATENDIMENTOS/PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS EM CIRURGIA TORÁCICA (RECURSO PRÓPRIO)

INTERNAÇÕES POR ESPECIALIDADE	PACTUADO MENSAL FÍSICO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLO-BAL (R\$) 12 MESES
Consulta em cirurgia torácica	150	40,00	6.000,00	72.000,00
Exames em cirurgia torácica	75	46,84	3.513,00	42.156,00
TOTAL			9.513,00	114.156,00

Indicadores:

- Realizar de 90% (noventa por cento) a 105% (cento e cinco por cento) dos atendimentos/procedimentos ambulatoriais em cirurgia torácica pactuados, aos usuários SUS previamente regulados e agendados por meio SISREG III a ser realizado pelo CONTRATADO;

d) O Município disponibilizará recursos financeiros próprio para

realização de atendimentos/procedimentos ambulatoriais em anestesiologia, ampliando desta forma a capacidade de oferta dos serviços. Os referidos atendimentos constantes na TABELA XIV, regulados pela DPRCAA, por meio do Sistema Nacional de Regulação (SISREG III), deverão ser disponibilizados pelo CONTRATADO para os usuários SUS referenciados.

TABELA XIV - ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO AMBULATORIAL EM ANESTESIOLOGIA (RECURSO PRÓPRIO)

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE MENSAL PACTUADA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Consulta anestesia - cirurgia eletiva	200	20,00	4.000,00	48.000,00
TOTAL			4.000,00	48.000,00

Indicadores:

- Realizar de 90% (noventa por cento) a 105% (cento e cinco por cento) dos atendimentos/procedimentos ambulatoriais em anestesiologia pactuados, aos usuários SUS previamente regulados e agendados por meio SISREG III a ser realizado pelo CONTRATADO;

e) O Município disponibilizará recursos financeiros próprio para realização de atendimentos/procedimentos ambulatoriais em urologia ampliando desta forma a capacidade de oferta dos serviços. Os referidos atendimentos constantes na TABELA XV, regulados pela DPRCAA, por meio do Sistema Nacional de Regulação (SISREG III), deverão ser disponibilizados pelo CONTRATADO para os usuários SUS referenciados.

TABELA XV - ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO AMBULATORIAL EM UROLOGIA (RECURSO PRÓPRIO)

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE MENSAL PACTUADA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Consulta em urologia	250	27,50	6.875,00	82.500,00
Exames em urologia	60	67,74	4.064,40	48.772,80
TOTAL			10.939,40	131.272,80

Indicadores:

- Realizar de 90% (noventa por cento) a 105% (cento e cinco por cento) dos atendimentos/procedimentos ambulatoriais em urologia pactuados, aos usuários SUS previamente regulados e agendados por meio SISREG III a ser realizado pelo CONTRATADO;

f) O Município disponibilizará recursos financeiros próprio para realização de atendimento/procedimento ambulatorial em cirurgia geral, ampliando desta forma a capacidade de oferta dos serviços. Os referidos atendimentos constantes na TABELA XVI, regulados pela DPRCAA, por meio do Sistema Nacional de Regulação (SISREG III), deverão ser disponibilizados pelo CONTRATADO para os usuários SUS referenciados.

TABELA XVI - ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO AMBULATORIAL EM CIRURGIA GERAL (RECURSO PRÓPRIO)

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE MENSAL PACTUADA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Consulta em cirurgia geral	270	20,00	5.400,00	64.800,00
TOTAL			5.400,00	64.800,00

Indicadores:

- Realizar de 90% (noventa por cento) a 105% (cento e cinco por cento) dos atendimentos/procedimentos ambulatoriais em cirurgia geral pactuados, aos usuários SUS previamente regulados e agendados por meio SISREG III a ser realizado pelo CONTRATADO;

g) O Município disponibilizará recursos financeiros próprio para realização de atendimentos/procedimentos ambulatoriais em ortopedia, ampliando desta forma a capacidade de oferta dos serviços. Os referidos atendimentos constantes na TABELA XVII, regulados pela DPRCAA, por meio do Sistema Nacional de Regulação (SISREG III), deverão ser disponibilizados pelo CONTRATADO para os usuários SUS referenciados.

TABELA XVII - ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO AMBULATORIAL EM ORTOPEDIA (RECURSO PRÓPRIO)

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE MENSAL PACTUADA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Consulta em ortopedia	350	55,00	19.250,00	231.000,00
Procedimentos em ortopedia	40	103,00	4.120,00	49.440,00
TOTAL			23.370,00	280.440,00

Indicadores:

- Realizar de 90% (noventa por cento) a 105% (cento e cinco por cento) dos atendimentos/procedimentos ambulatoriais em ortopedia pactuados, aos usuários SUS previamente regulados e agendados por meio SISREG III a ser realizado pelo CONTRATADO;

h) O Município disponibilizará recursos financeiros próprio para realização de atendimentos/procedimentos ambulatoriais em oftalmologia, ampliando desta forma a capacidade de oferta dos serviços constantes na TABELA XVIII, regulados pela DPRCAA, por meio do Sistema Nacional de Regulação (SISREG III), deverão ser disponibilizados pelo CONTRATADO para os usuários SUS referenciados.

TABELA XVIII - ATENDIMENTOS/PROCEDIMENTOS AMBULATORIAL EM OFTALMOLOGIA (RECURSO PRÓPRIO)

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE MENSAL PACTUADA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Facoemulsificação (catarata)	80	125,00	10.000,00	120.000,00
TOTAL			10.000,00	120.000,00

Indicadores:

- Realizar 100% (cem por cento) dos procedimentos oftalmológicos atendimentos/procedimentos ambulatoriais em oftalmologia pactuados, aos usuários SUS previamente regulados e agendados por meio SISREG III a ser realizado pelo CONTRATADO;

i) O Município disponibilizará recursos financeiros próprio para realização de atendimentos/procedimentos ambulatoriais em cardiologia, ampliando desta forma a capacidade de oferta dos serviços. Os referidos atendimentos constantes na TABELA XIX, regulados pela DPRCAA, por meio do Sistema Nacional de Regulação (SISREG III), deverão ser disponibilizados pelo CONTRATADO para os usuários SUS referenciados.

TABELA XIX - ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO AMBULATORIAL EM CARDIOLOGIA (RECURSO PRÓPRIO)

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE PACTUADA MENSAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Consulta em cardiologia	350	45,00	15.750,00	189.000,00
Ecocardiografia transtorácica	120	60,06	7.207,20	86.486,40
Teste de esforço / teste ergométrico	70	100,00	7.000,00	84.000,00
Monitoramento pelo sistema holter 24 horas (3 canais)	30	55,00	1.650,00	19.800,00
Monitorização ambulatorial de pressão arterial	30	64,93	1.947,90	23.374,80
TOTAL			33.555,10	402.661,20

Indicadores:

- Realizar de 90% (noventa por cento) a 105% (cento e cinco por cento) dos atendimentos/procedimentos ambulatoriais em cardiologia pactuados, aos usuários SUS previamente regulados e agendados por meio SISREG III a ser realizado pelo CONTRATADO;

j) O Município disponibilizará recursos financeiros próprio conforme TABELA XX, como incentivo à realização dos procedimentos de SADT constantes e regulamentados neste contrato.

TABELA XX - INCENTIVO À REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS SADT (RECURSO PRÓPRIO)

SADT	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Exames de endoscopia digestiva	1.980,00	23.760,00
Exames por imagem	4.500,00	54.000,00
Procedimentos em ortopedia	650,00	7.800,00
TOTAL	7.130,00	85.560,00

2.2.3. HOSPITALAR**2.2.3.1. CIRURGIAS ELETIVAS DE MÉDIA COMPLEXIDADE (RECURSO PRÓPRIO)**

a) A complementação financeira dos serviços hospitalares tem a finalidade atender a demanda crescente dos usuários dos SUS no Município, a CONTRATANTE disponibilizará a CONTRATADA o incremento financeiro mensal conforme TABELA XXI.

TABELA XXI - CIRURGIAS ELETIVAS - SERVIÇO HOSPITALAR (RECURSO PRÓPRIO)

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE MENSAL PACTUADA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Cirurgias eletivas - serviço hospitalar	1	45.800,00	45.800,00	549.600,00
TOTAL			45.800,00	549.600,00

Indicadores:

- Realizar 100% (cem por cento) das cirurgias eletivas encaminhadas pela DPRCAA.

b) A complementação financeira dos serviços profissionais para a realização de cirurgias eletivas nas especialidades discriminadas na TABELA XXII, deverão ser reguladas, autorizadas e encaminhadas pela DPRCAA ao CONTRATADO, com a finalidade atender a demanda crescentes dos usuários dos SUS no Município da CONTRATANTE.

TABELA XXII - CIRURGIAS ELETIVAS - SERVIÇO PROFISSIONAL (RECURSO PRÓPRIO)

ESPECIALIDADE / PROCEDIMENTO	QUANTIDADE PACTUADA MENSAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Cirurgia Vascular	20	134,59	2.691,80	32.301,60
Cirurgia Cabeça e Pescoço	2	408,87	817,74	9.812,88
Cirurgia Geral - Colecistectomia	8	472,00	3.776,00	45.312,00
Cirurgia Geral - Herniorrafia	8	272,00	2.176,00	26.112,00
Cirurgia Geral - Parede abdominal	3	272,00	816,00	9.792,00
Cirurgia em Ortopedia - ligamentoplastia (manguito rotador)	25	1.000,00	25.000,00	300.000,00
Cirurgia em Ortopedia - artroscopia simples/demais cirurgias ortopédicas (exceto retirada de fio ou pino intra-ósseo)	25	750,00	18.750,00	225.000,00
Cirurgia em Ortopedia - retirada de fio ou pino intra-ósseo	25	252,00	6.300,00	75.600,00
Cirurgia em Urologia	12	262,50	3.150,00	37.800,00
Ato anestésico nas cirurgias eletivas	200	72,00	14.400,00	172.800,00
TOTAL			77.877,54	934.530,48

Indicadores:

- Realizar 100% (cem por cento) das cirurgias eletivas previamente reguladas e autorizadas pela SMS e mensalmente encaminhadas ao CONTRATADO.

TABELA XXIII - TOTAL DAS METAS QUANTITATIVAS (RECURSO PRÓPRIO)

TABELAS	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$)
TABELA XI - PAGAMENTO DOS SOBREAVISO (RECURSO PRÓPRIO)	16.804,80	201.657,60
TABELA XII - ATENDIMENTOS/PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS EM ANGIOLOGIA (RECURSO PRÓPRIO)	25.200,00	302.400,00
TABELA XIII - ATENDIMENTOS/PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS EM CIRURGIA TORÁCICA (RECURSO PRÓPRIO)	9.513,00	114.156,00
TABELA XIV - ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO AMBULATORIAL EM ANESTESIOLOGIA (RECURSO PRÓPRIO)	4.000,00	48.000,00
TABELA XV - ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO AMBULATORIAL EM UROLOGIA (RECURSO PRÓPRIO)	10.939,40	131.272,80
TABELA XVI - ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO AMBULATORIAL EM CIRURGIA GERAL (RECURSO PRÓPRIO)	5.400,00	64.800,00
TABELA XVII - ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO AMBULATORIAL EM ORTOPEDIA (RECURSO PRÓPRIO)	23.370,00	280.440,00
TABELA XVIII - ATENDIMENTOS/PROCEDIMENTOS AMBULATORIAL EM OFTALMOLOGIA (RECURSO PRÓPRIO)	10.000,00	120.000,00
TABELA XIX - ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO AMBULATORIAL EM CARDIOLOGIA (RECURSO PRÓPRIO)	33.555,10	402.661,20
TABELA XX - INCENTIVO À REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS SADT (RECURSO PRÓPRIO)	7.130,00	85.560,00
TABELA XXII - CIRURGIAS ELETIVAS - SERVIÇO PROFISSIONAL (RECURSO PRÓPRIO)	77.877,54	934.530,48
TOTAL	223.789,84	2.685.478,08

TABELA XXIV - TOTAL DAS METAS QUANTITATIVAS (MAC E RECURSO PRÓPRIO)

TABELAS	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$)
TABELA X - TOTAL DAS METAS QUANTITATIVAS (MAC)	208.543,57	2.409.476,76

TABELA XXIII - TOTAL DAS METAS QUANTITATIVAS (MAC E RECURSO PRÓPRIO)	268.789,84	3.235.078,08
TOTAL	432.333,41	5.094.954,84

Brusque, em 14 de março de 2014.
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE
CONTRATANTE
 Ana Beatriz Baron Ludvig

HOSPITAL E MATERNIDADE DOM JOAQUIM
CONTRATADO
 Pe. Timóteo José Steinbach

Testemunhas

1. _____ CPF: _____
 2. _____ CPF: _____

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 01/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2014 - AD01.2014-1

TERMO ADITIVO AO CONTRATO n.º 01/2014 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E O HOSPITAL E MATERNIDADE DOM JOAQUIM, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:

PREÂMBULO

1. **CONTRATANTE:** O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, pessoa jurídica de direito público, através da Secretaria de Saúde, situada na Praça das Bandeiras, nº 77, cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 11.188.015/0001-41, neste ato representado pela Secretária de Saúde ANA BEATRIZ BARON LUDVIG, ao final assinado;

2. **CONTRATADO:** HOSPITAL E MATERNIDADE DOM JOAQUIM, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Botuverá, n. 202, Bairro Dom Joaquim, em Brusque/SC, inscrito no CNPJ sob o número 82.991.860/0001-07, neste ato representado por seu Presidente em exercício, Pe. TIMÓTEO JOSÉ STEINBACH, brasileiro, portador do RG n. 890.177-5 SSP/SC e inscrito no CPF sob o n. 504.930.279-04, abaixo assinado,

RESOLVEM, com base no presente termo aditivo, alterar o contrato original firmado em 01/09/2010, nas condições a seguir pactuadas.

3. Este termo aditivo tem como fundamento legal no artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA
OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de quantitativo do valor global do contrato, em consonância com o artigo 65, § 1º, da Lei 8666/93 e conforme memorando encaminhado pela Secretaria de Saúde (MEMO Nº 013/2014).

1.1.1. O acréscimo de quantitativo refere-se à inclusão da Tabela XXI na soma dos valores da Tabela XXIII, passando esta última a vigorar com os seguintes indicadores:

TABELAS	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$)
TABELA XI - PAGAMENTO DOS SOBREAVISOS (RECURSO PRÓPRIO)	16.804,80	201.657,60
TABELA XII - ATENDIMENTOS/PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS EM ANGIOLOGIA (RECURSO PRÓPRIO)	25.200,00	302.400,00
TABELA XIII - ATENDIMENTOS/PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS EM CIRURGIA TORÁCICA (RECURSO PRÓPRIO)	9.513,00	114.156,00
TABELA XIV - ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO AMBULATORIAL EM ANESTESIOLOGIA (RECURSO PRÓPRIO)	4.000,00	48.000,00
TABELA XV - ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO AMBULATORIAL EM UROLOGIA (RECURSO PRÓPRIO)	10.939,40	131.272,80
TABELA XVI - ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO AMBULATORIAL EM CIRURGIA GERAL (RECURSO PRÓPRIO)	5.400,00	64.800,00
TABELA XVII - ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO AMBULATORIAL EM ORTOPEDIA (RECURSO PRÓPRIO)	23.370,00	280.440,00
TABELA XVIII - ATENDIMENTOS/PROCEDIMENTOS AMBULATORIAL EM OFTALMOLOGIA (RECURSO PRÓPRIO)	10.000,00	120.000,00
TABELA XIX - ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO AMBULATORIAL EM CARDIOLOGIA (RECURSO PRÓPRIO)	33.555,10	402.661,20
TABELA XX - INCENTIVO À REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS SADT (RECURSO PRÓPRIO)	7.130,00	85.560,00
TABELA XXI - CIRURGIAS ELETIVAS - SERVIÇO HOSPITALAR (RECURSO PRÓPRIO)	45.800,00	549.600,00
TABELA XXII - CIRURGIAS ELETIVAS - SERVIÇO PROFISIONAL (RECURSO PRÓPRIO)	77.877,54	934.530,48
TOTAL	269.589,84	3.235.078,08

CLÁUSULA SEGUNDA VALOR CONTRATUAL

2.0. O valor do total do presente Termo Aditivo ao Contrato nº 01/2014 é de R\$ 549.600,00 (quinhentos e quarenta e nove mil e seiscentos reais), levando-se em consideração o período de vigência (14/03/2014 a 13/03/2015) e o acréscimo de 25% sobre o valor global do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.0. As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo serão efetuadas a conta do seguinte recurso financeiro: 2501.2273.33903950/16500 e 2501.2273.33903950/10200.

CLÁUSULA QUARTA

DISPOSIÇÕES GERAIS

4.0. As demais cláusulas e condições contratuais permanecem inalteradas, restando ratificado todo o conteúdo do instrumento firmado em 14/03/2014.

4.1. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Brusque (SC), em 07 de abril de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE
CONTRATANTE
ANA BEATRIZ BARON LUDVIG

HOSPITAL E MATERNIDADE DOM JOAQUIM
CONTRATADO
Pe. TIMÓTEO JOSÉ STEINBACH

Segundo Termo Aditivo ao Contrato 01/2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2014 - AD02.2014-1

TERMO ADITIVO AO CONTRATO n.º 01/2014 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E O HOSPITAL E MATERNIDADE DOM JOAQUIM, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:

PREÂMBULO

1. CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, pessoa jurídica de direito público, através da Secretaria de Saúde, situada na Praça das Bandeiras, nº 77, cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 11.188.015/0001-41, neste ato representado pela Secretária de Saúde ANA BEATRIZ BARON LUDVIG, ao final assinado;

2. CONTRATADO: HOSPITAL E MATERNIDADE DOM JOAQUIM, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Botuverá, n. 202, Bairro Dom Joaquim, em Brusque/SC, inscrito no CNPJ sob o número 82.991.860/0001-07, neste ato representado por seu Presidente em exercício, Pe. TIMÓTEO JOSÉ STEINBACH, brasileiro, portador do RG n. 890.177-5 SSP/SC e inscrito no CPF sob o n. 504.930.279-04, abaixo assinado,

RESOLVEM, com base no presente termo aditivo, alterar o contrato original firmado em 14/03/2014, nas condições a seguir pactuadas.

3. Este termo aditivo tem como fundamento legal no artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO

1.0. O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de quantitativo do valor global do contrato, em consonância com o artigo 65, § 1º, da Lei 8666/93, a fim de incorporar o Incentivo Hospitalar de acordo com a Portaria n. 543/SES/2008, sistematizado de acordo com a Tabela I.

TABELA I - PORTARIA SES 543/2008

PORTARIA SES 543/2008	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Política Estadual de Incentivo Hospitalar	3.213,14	38.557,68
TOTAL	3.213,14	38.557,68

1.1. Os valores definidos na Tabela I do presente Termo Aditivo estão definidos em conformidade com os requisitos previstos nos artigos 2º, 3º e 4º da Portaria n. 543/SES/2008.

1.2. As ações estratégicas previstas nos artigos 2º, 3º e 4º da Portaria n. 543/SES/2008 devem ser cumpridas de forma efetiva pelo CONTRATADO, para o recebimento dos valores.

CLÁUSULA SEGUNDA VALOR CONTRATUAL

2.0. O valor anual total do presente Termo Aditivo ao Contrato nº 01/2014 é de R\$ 38.557,68 (trinta e oito mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e sessenta e oito centavos), para pagamento pós-fixado, dos itens acima citados.

CLÁUSULA TERCEIRA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.0. As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo serão efetuadas a conta do seguinte recurso financeiro: 2501.2273.33903950/16500.

CLÁUSULA QUARTA DISPOSIÇÕES GERAIS

4.0. As demais cláusulas e condições contratuais permanecem inalteradas, restando ratificado todo o conteúdo do instrumento firmado em 14/03/2014.

4.1. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Brusque (SC), em 26 de maio de 2014.
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE
CONTRATANTE
ANA BEATRIZ BARON LUDVIG

HOSPITAL E MATERNIDADE DOM JOAQUIM
CONTRATADO
Pe. TIMÓTEO JOSÉ STEINBACH

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 001/2014 SAMAE SAMAE DE BRUSQUE

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 001/2014, entre o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE de Brusque e a empresa: Radial Engenharia, Construções e Dragagens Ltda, em 03/06/2014. Objeto: prestação de serviço em recuperação asfáltica através do uso de unidade móvel autopropulsora, para a realização de pequenos reparos em todas as vias asfálticas públicas do município. Valor: R\$ 4.935.000,00. Fundamento legal: art. 15, da Lei 8.666/93. Origem: Pregão 020/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses. Signatário: Rógério Ristow

Caçador

PREFEITURA

Aviso de Licitação PR 10-2014 - FUNDEMA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2014

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA CONFEÇÃO DE DOZE CAXAMBUS, SEIS FOSSAS SÉPTICAS E CERCAS DE ARAME, DESTINADOS AO PROJETO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL PARA EXECUÇÃO DE 336 BASES PARA FIXAÇÃO DOS CANTEIROS PARA PRODUÇÃO DE MUDAS NATIVAS NO HORTO FLORESTAL MUNICIPAL DE CAÇADOR

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 16/06/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 16/06/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@caçador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 02 de junho de 2014.

Luiz Gustavo Pavelski
Presidente FUNDEMA

Decreto Nº 6.019

DECRETO nº 6.019, de 30 de maio de 2014.

Nomeia Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais RÔMULO MACHADO DE SOUZA, CAROLINA FREUT DE LIMA e ANTÔNIO CARLOS CASTILHO, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Julgamento do Processo de Licitação - Tomada de Preços nº 02/2014, cujo objeto é a contratação de empresa habilitada por empreitada global para pavimentação de esquinas com blocos intertravados de concreto em diversas ruas do município.

Parágrafo Único - A Comissão reunir-se-á a partir das 14h05 do dia 23/06/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de maio de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Decreto Nº 6.020

DECRETO Nº 6.020, de 02 de junho de 2014.

Dá nova redação ao art. 2º, do Decreto nº 5.980, de 23 de abril de 2014, que estabelece horário especial de expediente da Prefeitura Municipal de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º O art. 2º do Decreto nº 5.980, de 23 de abril de 2014, que estabelece horário especial de expediente da Prefeitura Municipal de Caçador, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º- Fica excluído do horário especial de expediente o Pronto Atendimento que funcionará normalmente”.(NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 02 de junho de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto,
PREFEITO MUNICIPAL.

Ata de Registro de Preços Nº 49-2014 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2014, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, GENEROS ALIMENTÍCIOS E UTENSÍLIOS, empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.919.156/0001-94, com sede na cidade de Chapecó, SC., O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	Qtde	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ VALOR
16	160	Unid.	Balde plástico capacidade 10 L - Reforçado	Arquiplast	2,30	368,00
43	280	Unid.	Disco de enceradeira - 180 verde, 30 preto e 70 amarelo, 350 mm	Super Pro	16,00	4.480,00
65	120	Unid.	Grampos de roupas de plástico resistente,	Reluz	0,98	117,60
66	400	Pact	Guardanapos de papel - tamanho médio 22,5 x 19,5 cm, pacotes com 50 unidades	Pomme	0,55	220,00
75	900	Unid.	Lustra Móveis tubo com 200 ml	Facille	2,49	2.241,00
76	40	Caixa	Luva cirúrgica com 100 unidades.	Descarpack	12,90	516,00
82	2000	Unid.	Multiuso 500 ml, limpeza geral.	Da Ilha	2,15	4.300,00
95	1.000	Fardo	Papel higiênico, branco, picotado, macio, folha dupla - 30 metros - fardos com 64 rolos, embalados em pacotes com 4 unidades	Fofinho	48,89	48.890,00
96	800	Pact	Papel toalha com 1.000 folhas cada pacote - 21 x 23 cm (Folha Branca), 100% fibras celulósicas virgens, para uso de manipuladores de alimentos.	Guipel Luxo	8,90	7.120,00
119	1200	Unid.	Saponáceo em pó. preparado à base de Tensoativo Aniônico, Alcalinizante, Agente Abrasivo, Corante e Essência. Com % de Ativos Aniônicos: 2,30 - 2,80 %; Peso Molecular Médio: 342 e pH (1% solução em água): 9,5- 10,5.	Radium	2,35	2.820,00
121	100	Unid.	Suporte para papel toalha na cor branca	Premisse	16,99	1.699,00
TOTAL GERAL - R\$ 72.771,60						

Ata de Registro de Preços Nº 50-2014 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2014, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, GENEROS ALIMENTÍCIOS E UTENSÍLIOS, empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.919.156/0001-94, com sede na cidade de Chapecó, SC., O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	Qtde	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ VALOR
16	160	Unid.	Balde plástico capacidade de 10 L - Reforçado	Arquiplast	2,30	368,00
43	280	Unid.	Disco de enceradeira - 180 verde, 30 preto e 70 amarelo, 350 mm	Super Pro	16,00	4.480,00
65	120	Unid.	Grampos de roupas de plástico resistente,	Reluz	0,98	117,60
66	400	Pact	Guardanapos de papel - tamanho médio 22,5 x 19,5 cm, pacotes com 50 unidades	Pomme	0,55	220,00
75	900	Unid.	Lustra Móveis tubo com 200 ml	Facille	2,49	2.241,00
76	40	Caixa	Luva cirúrgica com 100 unidades.	Descarpack	12,90	516,00
82	2000	Unid.	Multiuso 500 ml, limpeza geral.	Da Ilha	2,15	4.300,00
95	1.000	Fardo	Papel higiênico, branco, picotado, macio, folha dupla - 30 metros - fardos com 64 rolos, embalados em pacotes com 4 unidades	Fofinho	48,89	48.890,00
96	800	Pact	Papel toalha com 1.000 folhas cada pacote - 21 x 23 cm (Folha Branca), 100% fibras celulósicas virgens, para uso de manipuladores de alimentos.	Guipel Luxo	8,90	7.120,00
119	1200	Unid.	Saponáceo em pó. preparado à base de Tensoativo Aniônico, Alcalinizante, Agente Abrasivo, Corante e Essência. Com % de Ativos Aniônicos: 2,30 - 2,80 %; Peso Molecular Médio: 342 e pH (1% solução em água): 9,5-10,5.	Radium	2,35	2.820,00
121	100	Unid.	Suporte para papel toalha na cor branca	Premisse	16,99	1.699,00

TOTAL GERAL - R\$ 72.771,60

Editais de Notificação de Trânsito 1832 A 1835

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 053 1832/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ASR2700	55132985E	6599/2	15/05/2014	230 * V
CDC6666	55951695B	6610/2	15/05/2014	230 * VII
DKE9846	55698344D	6920/0	14/04/2014	233
JNI9406	54959959E	6599/2	04/04/2014	230 * V
KJB7086	55477192C	5010/0	13/05/2014	162 * I
LXG6231	55698358D	6920/0	25/04/2014	233
LXK6005	55696269D	5290/0	17/05/2014	176 * II
LYE9928	55698336D	6920/0	10/04/2014	233
LZH7072	55132982E	6599/2	15/05/2014	230 * V
LZY4345	55696308D	6599/2	15/04/2014	230 * V
LZY4345	55696309D	5045/0	15/04/2014	162 * V
MAC0530	54959478E	6599/2	07/05/2014	230 * V
MAC0530	54959479E	5045/0	07/05/2014	162 * V
MBV3266	55695757D	6610/2	15/05/2014	230 * VII
MCC3419	55698340D	6920/0	14/04/2014	233
MCG6843	54148577D	5010/0	15/05/2014	162 * I
MCH5780	55698355D	6920/0	23/04/2014	233
MCQ2232	54959946E	6599/2	13/05/2014	230 * V
MDI9683	55132981E	5010/0	15/05/2014	162 * I
MDV3375	54959412E	5045/0	16/05/2014	162 * V
MEM1172	55132984E	6599/2	15/05/2014	230 * V
MFN0281	55133242E	5010/0	15/05/2014	162 * I
MFP6329	55132888E	6408/0	16/05/2014	221
MFP6329	55133247E	5037/2	16/05/2014	162 * III
MGL3334	55698343D	6920/0	14/04/2014	233
MGZ6122	54959799E	6599/2	16/05/2014	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIG1990	55698634D	5169/1	18/05/2014	165
MJW5762	55698584D	5010/0	16/05/2014	162 * I
MJW5762	55698585D	6599/2	16/05/2014	230 * V
MKK9751	55132971E	6912/0	15/05/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 2 DE JUNHO DE 2014

FABIANO LOCATELLI

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 053 1833/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJQ3378	55132880E	5550/0	10/05/2014	181 * XVIII
DTC3357	55132997E	5541/1	16/05/2014	181 * XVII
LXG0769	54959962E	5460/0	16/05/2014	181 * IX
LXK6005	55696268D	5347/0	17/05/2014	178
LYT3982	54148574D	5541/2	14/05/2014	181 * XVII
MAB6745	55132893E	5215/2	16/05/2014	170
MAB6745	55698586D	6068/1	16/05/2014	209
MAR9527	55132946E	5541/2	14/05/2014	181 * XVII
MBS7371	54959403E	5541/2	12/05/2014	181 * XVII
MCF1885	55132936E	5541/6	13/05/2014	181 * XVII
MGH5164	55132986E	5185/1	15/05/2014	167
MHN9052	55132954E	5541/1	14/05/2014	181 * XVII
MHY1178	55132941E	5541/2	13/05/2014	181 * XVII
MIC8873	55132940E	5541/2	13/05/2014	181 * XVII
MIZ1786	55135701E	7099/1	17/05/2014	244 * V II
MJI0031	54959828E	5541/1	15/05/2014	181 * XVII
MJV7547	54959819E	6050/1	17/04/2014	208
MKB8954	55132947E	5541/2	14/05/2014	181 * XVII
MLP3334	55132910E	5541/2	07/05/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 2 DE JUNHO DE 2014

ALEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1834/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACE9482	55704136D	5282/0	10/03/2014	R\$ 957,69	176 * I
ACK2025	55704451D	6920/0	05/03/2014	R\$ 127,69	233
AHY8435	55480739C	5010/0	02/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
AHY8435	55480740C	5118/0	02/02/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
AHY8435	55480741C	6599/2	02/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
AJC1626	55480719C	5010/0	16/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
AJC1626	55480720C	5118/0	16/01/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
AJC1626	55703933D	6599/2	16/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
AKL4541	54959598E	6599/2	01/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
AKL4541	55698252D	6610/2	09/03/2014	R\$ 127,69	230 * VII
AMN9027	54959527E	6599/2	01/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
AMN9027	54959528E	5010/0	01/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
AMY4843	54959595E	6408/0	28/02/2014	R\$ 85,12	221
AOM7901	55704462D	6920/0	11/03/2014	R\$ 127,69	233
BZH8311	55480432C	6726/1	22/02/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
IGH1571	55704429D	6920/0	21/01/2014	R\$ 127,69	233
JLX9908	55698663D	6599/2	31/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
JLX9908	55698664D	5169/1	31/03/2014	R\$ 1.915,38	165
LAA9198	54959529E	6610/2	01/03/2014	R\$ 127,69	230 * VII
LYL9955	55700346D	6920/0	25/02/2014	R\$ 127,69	233
LYQ0234	54959921E	5010/0	21/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAL7888	55700450D	6599/2	08/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAL7888	55703765D	5169/1	08/02/2014	R\$ 1.915,38	165
MCD8024	55700446D	6599/2	27/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCI8001	55700348D	6920/0	28/02/2014	R\$ 127,69	233
MCO7442	55698609D	5045/0	01/03/2014	R\$ 191,53	162 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDI9683	55704332D	5010/0	28/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDI9683	55704333D	5118/0	28/02/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDW0593	54959927E	6599/2	01/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDX1159	55704453D	6920/0	05/03/2014	R\$ 127,69	233
MEW6679	54959700E	5010/0	01/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFH5749	55703833D	6599/2	02/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFH5749	55703834D	5010/0	02/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFO8043	55698552D	5045/0	22/02/2014	R\$ 191,53	162 * V
MFO8043	55698553D	6637/1	22/02/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MGU4838	55698557D	5010/0	02/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGU4838	55698558D	5118/0	02/03/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MJF3147	54150394D	6599/2	21/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MLP6645	55698659D	5045/0	11/03/2014	R\$ 191,53	162 * V
MLP8024	55699713D	5010/0	07/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
NBN1420	54959533E	6670/0	01/03/2014	R\$ 127,69	230 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 2 DE JUNHO DE 2014

FABIANO LOCATELLI

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1835/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AIP5439	54959689E	5509/0	19/02/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
ARB0018	54959774E	5541/2	05/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CVB3075	54959762E	5541/2	01/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
JYL8294	54959882E	5550/0	14/02/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
KEZ8441	54959145E	5185/1	12/03/2014	R\$ 127,69	167
LYD4587	54959914E	5541/1	21/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYL9444	54959679E	5541/1	07/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYW0389	55704177D	6050/1	02/03/2014	R\$ 191,53	208
LZA5938	54959915E	5541/1	21/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZV9014	54959697E	5835/0	01/03/2014	R\$ 127,69	195
MCL2797	54959142E	5541/2	10/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGV1069	55704336D	7030/1	02/03/2014	R\$ 191,53	244 * I
MJC3150	54959771E	5460/0	03/03/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MJO3364	54149488D	5541/2	04/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKP8029	54959895E	6050/1	30/03/2014	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 2 DE JUNHO DE 2014

ALEX ATOLINI SILVA
AUTORIDADE DE TRÂNSITO

IPASC**Termo de Acordo E Parcelamento****TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00439/2014)****DEVEDOR**

Ente Federativo/UF:	Caçador/SC	CNPJ:	83.074.302/0001-31
Endereço:	Avenida Santa Catarina	CEP:	89500-000
Bairro:	Centro	Fax:	(049) 3563-0322
Telefone:	(049) 3563-0322		
E-mail:	prefeito@cacador.sc.gov.br		
Representante legal:	Gilberto Amaro Comazzetto		
CPF:	550.201.009-00		
Cargo:	Prefeito	Complemento:	Prefeito eleito em
E-mail:	prefeitobeto@cacador.sc.gov.br	Data início da gestão:	01/01/2013

CREDOR

Unidade Gestora:	IPASC- Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos	CNPJ:	04.272.905/0001-71
Endereço:	Travessa General Osório,52	CEP:	89500-000
Bairro:	Centro	Fax:	(049) 3563-0216
Telefone:	(049) 3563-0216		
E-mail:	ipascontabil@cacador.sc.gov.br		
Representante legal:	Alcides Ferlin		
CPF:	476.609.539-15		
Cargo:	Diretor	Complemento:	Presidente
E-mail:	ipascontabil@cacador.sc.gov.br	Data início da gestão:	02/01/2013

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº Lei Nº 3.110, de 24 de abril de 2014 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O IPASC- Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipal de Caçador é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Caçador da quantia de R\$ 806.443,01 (oitocentos e seis mil e quatrocentos e quarenta e três reais e um centavo), correspondentes aos valores de PARCELAMENTO JURO E MULTA SOBRE DIVI PREF 420 PARC devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 06/2008 a 03/2014, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Caçador confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 806.443,01 (oitocentos e seis mil e quatrocentos e quarenta e três reais e um centavo), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 13.440,72 (treze mil e quatrocentos e quarenta reais e setenta e dois centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 13.440,72 (treze mil e quatrocentos e quarenta reais e setenta e dois centavos), vencerá em 30/06/2014 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei nº Lei Nº 3.110, de 24 de abril de 2014.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00439/2014)**

desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IGP-M acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações:

- a) a infração de qualquer das cláusulas do termo;
- b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas;
- c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados;
- d) a revogação da Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Caçador - SC / 15/05/2014

Prefeitura Municipal de Caçador
Gilberto Amaro Comazzetto

IPASC- Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipal de Caçador
Alcedir Fertin

Testemunhas:

Eliete Catarina D'Agostini
Diretora Administrativa
CPF: 386.386.499-91
RG: 860798

Karen Fernanda Ribeiro
Contadora
CPF: 031.763.409-74
RG: 4288094

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00439/2014)

DECLARAÇÃO

Gilberto Amaro Comazzetto, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 00439/2014, firmado entre o/a Caçador e o IPASC- Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipal de Caçador em 15/05/2014, foi publicado em ____/____/____, no

☐ mural

☐ jornal _____ - Edição nº _____, de ____/____/____

☐ Diário Oficial do _____ - Edição nº _____, de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Caçador, ____/____/____

Gilberto Amaro Comazzetto
Prefeito

AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM

Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	00439/2014	Data	22/04/2014
Valor consolidado	806.443,01	Valor da prestação inicial	13.440,72
Número prestações	60	Vencimento 1ª prestação	30/06/2014
DEVEDOR			
Ente Federativo	Caçador/SC	CNPJ	83.074.302/0001-31
Representante Legal	Gilberto Amaro Comazzetto	CPF	550.201.009-00
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	0375-1
		Conta nº	3896-2
CREDOR			
Unidade Gestora	IPASC- Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipal de Caçador	CNPJ	04.272.905/0001-71
Representante Legal	Alcedir Ferlin	CPF	476.609.539-15
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	0375-1
		Conta nº	25124-0

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, cientifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:

1.1 – das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;

1.2 – das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:

2.1 – Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.

2.2 – Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.

2.3 – Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.

2.4 – O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.


Caçador/SC - 15/05/2014

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO	
UNIDADE GESTORA	
BANCO DO BRASIL (*)	

(*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO	
CNPJ: 83.074.302/0001-31	Número do acordo: 00439/2014
Ente: Prefeitura Municipal de Caçador / SC	Data de consolidação do Termo: 22/04/2014
Título: PARCELAMENTO JURO E MULTA SOBRE DIVIDA PREEITURA 420 PARC	Data de assinatura do Termo: 15/05/2014
Lei autorizativa do parcelamento: Lei Nº 3.110, de 24 de abril de 2014	Data de vencimento da 1ª: 30/06/2014
2. RESULTADO DA RUBRICA	
Rubrica: PARCELAMENTO JURO E MULTA SOBRE DVI PREF 420 PARC	
Competência: Inicial: 06/2008 Final: 03/2014	Quantidade de Parcelas: 60
Diferença apurada: 584.605,39	Diferença apurada atualizada: 806.443,01
Valor da parcela na data de consolidação: 13.440,72	
Critérios de atualização para consolidação do débito:	
Índice: IPCA	Taxa de juros: 0,50 am
	Tipo de juros: Simples
Critérios de atualização das parcelas vincendas:	
Índice: IPCA	Taxa de juros: 0,50 am
	Tipo de juros: Simples
Critérios de atualização das parcelas vencidas:	
Índice: IGP-M	Taxa de juros: 1,00 am
	Tipo de juros: Simples
	Multa: 2,00 %



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA

COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%)	VARIAÇÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
06/2008	3.554,61	0,74	37,70	1.340,09	34,50	1.688,67		6.583,37
07/2008	9.920,94	0,53	36,97	3.667,77	34,00	4.620,16		18.208,87
08/2008	6.206,70	0,28	36,59	2.271,03	33,50	2.840,04		11.317,77
09/2008	9.285,28	0,26	36,23	3.364,06	33,00	4.174,28		16.823,62
10/2008	4.479,39	0,45	35,62	1.595,56	32,50	1.974,36		8.049,31
11/2008	1.923,11	0,36	35,14	675,78	32,00	831,64		3.430,53
12/2008	2.545,14	0,28	34,76	884,69	31,50	1.080,40		4.510,23
13/2008	0,00	0,28	34,76	0,00	31,50	0,00		0,00
01/2009	15.404,99	0,48	34,12	5.256,18	31,00	6.404,96		27.066,13
02/2009	12.858,11	0,55	33,38	4.292,04	30,50	5.230,80		22.380,95
03/2009	12.355,44	0,20	33,12	4.092,12	30,00	4.934,27		21.381,83
04/2009	12.155,08	0,48	32,48	3.947,97	29,50	4.750,40		20.853,45
05/2009	11.406,99	0,47	31,86	3.634,27	29,00	4.361,97		19.403,23
06/2009	10.733,09	0,36	31,39	3.369,12	28,50	4.019,13		18.121,34
07/2009	23.179,61	0,24	31,07	7.201,90	28,00	8.506,82		38.888,33
08/2009	57.217,20	0,15	30,88	17.688,67	27,50	20.593,61		95.479,48
09/2009	34.223,65	0,24	30,56	10.458,75	27,00	12.064,25		56.746,65
10/2009	12.607,66	0,28	30,20	3.807,51	26,50	4.350,02		20.765,19
11/2009	2.242,04	0,41	29,67	685,21	26,00	755,89		3.663,14
12/2009	11.190,49	0,37	29,19	3.266,50	25,50	3.686,53		18.143,52
13/2009		0,37	29,19		25,50			

03/06/14 18:02 v1.1

Página 2 de 6

**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP**

01/2010	0,75	28,23	25,00		
02/2010	0,78	27,23	24,50		
03/2010	0,52	26,58	24,00		
04/2010	0,57	25,86	23,50		
05/2010	0,43	25,32	23,00	4.786,38	25.596,74
06/2010	0,00	25,32	22,50	4.204,58	
07/2010	0,01	25,31	22,00		
08/2010	0,04	25,26	21,50		
09/2010	0,45	24,70	21,00		
10/2010	0,75	23,77	20,50		
11/2010	0,83	22,75	20,00		
12/2010	0,63	21,98	19,50		
13/2010	0,63	21,98	19,50		
01/2011	0,83	20,98	19,00	765,62	4.795,19
02/2011	0,80	20,02	18,50		
03/2011	0,79	19,08	18,00		
04/2011	0,77	18,17	17,50		
05/2011	0,47	17,61	17,00		
06/2011	0,15	17,44	16,50		
07/2011	0,16	17,25	16,00		
08/2011	0,37	16,82	15,50	2.108,03	15.708,25
09/2011	0,53	16,20	15,00	1.958,19	
10/2011	0,43	15,70	14,50		
11/2011	0,52	15,11	14,00		

03/06/14 18:02 v1.1

Página 3 de 6

**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP**

12/2011	0,50	14,53	13,50			
13/2011	0,50	14,53	13,50			
01/2012	0,56	13,90	13,00	3.208,10	27.885,80	
02/2012	0,45	13,38	12,50			
03/2012	0,21	13,15	12,00			
04/2012	0,64	12,43	11,50			
05/2012	0,36	12,02	11,00			
06/2012	0,08	11,93	10,50			
07/2012	0,43	11,46	10,00			
08/2012	0,41	11,00	9,50			
09/2012	0,57	10,37	9,00	1.617,15	19.585,50	
10/2012	0,59	9,72	8,50	1.408,49	17.978,95	
11/2012	0,60	9,07	8,00	892,69	12.051,30	
12/2012	0,79	8,21	7,50	288,74	4.138,66	
13/2012	0,79	8,21	7,50	286,98	4.113,39	
01/2013	0,86	7,29	7,00	2.726,22	41.672,24	
02/2013	0,60	6,65	6,50			
03/2013	0,47	6,15	6,00			
04/2013	0,55	5,57	5,50			
05/2013	0,37	5,18	5,00			
06/2013	0,26	4,91	4,50			
07/2013	0,03	4,88	4,00			
08/2013	0,24	4,63	3,50	630,75	18.652,18	
09/2013	0,35	4,26	3,00	670,93	23.035,21	

03/06/14 18:02 v1.1

Página 4 de 6

									
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP									
10/2013	28.581,95	0,57	3,67	1.048,96	2,50	740,77	30.371,68		
11/2013	28.008,53	0,54	3,12	873,87	2,00	577,65	29.460,05		
12/2013	22.892,79	0,92	2,18	499,06	1,50	350,88	23.742,73		
13/2013	4.036,31	0,92	2,18	87,99	1,50	61,86	4.186,16		
01/2014	19.319,40	0,55	1,62	312,97	1,00	196,32	19.828,69		
02/2014	33.173,16	0,69	0,92	305,19	0,50	167,39	33.645,74		
03/2014	18.177,61	0,92	0,00	0,00	0,00	0,00	18.177,61		
TOTAL:	584.605,39			103.484,47		118.353,15	806.443,01		



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

4. ASSINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de Caçador / SC - 83.074.302/0001-31

Representante Legal: 550.201.009-00 - Gilberto Amaro Comazzetto

Data: __/__/__ Assinatura: _____

UNIDADE GESTORA: IPASC- Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - 04.272.905/0001-71

Representante Legal: 476.609.539-15 - Alcedir Ferlin

Data: __/__/__ Assinatura: _____

TESTEMUNHAS:

Nome: Eliete Catarina D'Agostini

Cargo: Diretora Administrativa

CPF: 386.386.499-91

Nome: Karen Fernanda Ribeiro

Cargo: Contadora

CPF: 031.763.409-74

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00500/2014)****DEVEDOR**

Ente Federativo/UF: Caçador/SC
Endereço: Avenida Santa Catarina
Bairro: Centro
Telefone: (049) 3563-0322
E-mail: prefeito@cacador.sc.gov.br
Representante legal: Gilberto Amaro Comazzetto
CPF: 550.201.009-00
Cargo: Prefeito
E-mail: prefeitobeto@cacador.sc.gov.br

CNPJ: 83.074.302/0001-31
CEP: 89500-000
Fax: (049) 3563-0322

Complemento: Prefeito eleito em
Data início da gestão: 01/01/2013

CREDOR

Unidade Gestora: IPASC- Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos
Endereço: Travessa General Osório,52
Bairro: Centro
Telefone: (049) 3563-0216
E-mail: ipascocontabil@cacador.sc.gov.br
Representante legal: Alcedir Ferlin
CPF: 476.609.539-15
Cargo: Diretor
E-mail: ipascocontabil@cacador.sc.gov.br

CNPJ: 04.272.905/0001-71
CEP: 89500-000
Fax: (049) 3563-0216

Complemento: Presidente
Data início da gestão: 02/01/2013

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº Lei nº 3.110, de 24 de abril de 2014 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O IPASC- Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipal de Caçador é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Caçador da quantia de R\$ 1.041.625,00 (hum milhão e quarenta e um mil e seiscentos e vinte e cinco reais), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 11/2013 a 12/2013, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Caçador confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 1.041.625,00 (hum milhão e quarenta e um mil e seiscentos e vinte e cinco reais), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 17.360,42 (dezesete mil e trezentos e sessenta reais e quarenta e dois centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 17.360,42 (dezesete mil e trezentos e sessenta reais e quarenta e dois centavos), vencerá em 30/06/2014 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretroatável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei nº Lei nº 3.110, de 24 de abril de 2014.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00500/2014)**

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IGP-M acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações:

- a) a infração de qualquer das cláusulas do termo;
- b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas;
- c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados;
- d) a revogação da Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Caçador - SC / 15/05/2014

Prefeitura Municipal de Caçador
Gilberto Amaro Comazzetto

IPASC- Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipal de Caçador
Alcedir Ferlin

Testemunhas:

Eliete Catarina D'Agostini
Diretora Administrativa
CPF: 386.386.499-91
RG: 860798

Karen Fernanda Ribeiro
Contadora
CPF: 031.763.409-74
RG: 4288094

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00500/2014)

DECLARAÇÃO

Gilberto Amaro Comazzetto, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 00500/2014, firmado entre o/a Caçador e o IPASC- Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipal de Caçador em 15/05/2014, foi publicado em ____/____/____, no

☐ mural

☐ jornal _____ - Edição nº _____, de ____/____/____

☐ Diário Oficial do _____ - Edição nº _____, de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Caçador, ____/____/____

Gilberto Amaro Comazzetto
Prefeito

AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM

Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	00500/2014	Data	17/04/2014
Valor consolidado	1.041.625,00	Valor da prestação inicial	17.360,42
Número prestações	60	Vencimento 1ª prestação	30/06/2014
DEVEDOR			
Ente Federativo	Caçador/SC	CNPJ	83.074.302/0001-31
Representante Legal	Gilberto Amaro Comazzetto	CPF	550.201.009-00
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	0375-1
		Conta nº	3896-2
CREDOR			
Unidade Gestora	IPASC- Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipal de Caçador	CNPJ	04.272.905/0001-71
Representante Legal	Alcedir Ferlin	CPF	476.609.539-15
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	0375-1
		Conta nº	25124-0

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, cientifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:

1.1 – das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;

1.2 – das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:

2.1 – Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.

2.2 – Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.

2.3 – Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.

2.4 – O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Caçador/SC - 15/05/2014

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO	
UNIDADE GESTORA	
BANCO DO BRASIL (*)	

(*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO

</



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

4. ASSINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de Caçador / SC - 83.074.302/0001-31

Representante Legal: 550.201.009-00 - Gilberto Amaro Comazzetto

Data: __/__/__ Assinatura: _____

UNIDADE GESTORA: IPASC- Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - 04.272.905/0001-71

Representante Legal: 476.609.539-15 - Alcedir Ferlin

Data: __/__/__ Assinatura: _____

TESTEMUNHAS:

Nome: Eliete Catarina D'Agostini

Cargo: Diretora Administrativa

CPF: 386.386.499-91

Nome: Karen Fernanda Ribeiro

Cargo: Contadora

CPF: 031.763.409-74

Camboriú

PREFEITURA

Resultado do PR 15/14 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2014-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi "DESERTA COM REPETIÇÃO DO FEITO".

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 02 de Junho de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
PREFEITA MUNICIPAL

PR 18/14 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2014-FMS
OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO DO TIPO AMBULÂNCIA PARA ATENDER A DEMANDA NA SECRETARIA DA SAÚDE, AUXILIANDO NO TRANSPORTE DE PACIENTES.
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.
REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.
ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 09:30 horas do dia 13 (Treze) de Junho de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.
INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 02 de Junho de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Lei N.º 2.680/2014

LEI N.º 2.680/2014
Dispõe sobre a instalação de depósito receptor de lixo e de reciclagem de lixo no Município de Camboriú e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a instalação de depósito receptor de lixo e de reciclagem de lixo no Município de Camboriú.

Art. 2º A instalação de depósito receptor de lixo reciclável no Município dependerá de prévia solicitação do interessado, cujo documento deverá conter todas as informações necessárias para subsidiar a análise técnica, em especial:

I - características locais;

II - características tecnológicas;

III - anteprojeto do empreendimento ou atividade;

IV - proposta de ocupação e uso do solo, na área do empreendimento ou atividade.

Art. 3º A Administração estabelecerá as diretrizes de ocupação e uso do solo, a partir do competente processo administrativo, instruído com os pareceres dos órgãos competentes, ficando a autorização de instalação sujeita ao prévio atendimento dessas diretrizes e da avaliação de impacto ambiental.

Parágrafo único. Quando da análise do processo administrativo a que se refere o "caput" do artigo, verificar-se a necessidade de elaboração de estudos técnicos detalhados, a Administração determinará seja o empreendimento submetido ao licenciamento ambiental.

Art. 4º Fica proibida a instalação de depósito receptor de lixo reciclável e de reciclagem de lixo num raio de 200 (duzentos metros) de hospital, clínica, posto de saúde, posto de venda de combustível e estabelecimento de ensino.

Art. 5º Os proprietários de imóveis que descumprirem o disposto nesta lei ficam sujeitos às seguintes penalidades:

I - advertência: quando da primeira infração;

II - multa no valor de 10 (dez) UFM's (Unidade Fiscal Municipal) no caso de reincidência.

Art. 6º O Poder Executivo expedirá decreto, regulamentando esta Lei dentro do prazo de 90 (noventa) dias de sua publicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 22 de maio de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

Lei N.º 2.683/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
LEI N.º 2.683/2014
Institui a campanha "Dezembro Vermelho" no Município de Camboriú e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica pela presente lei instituída a campanha "Dezembro Vermelho" no Município de Camboriú, campanha de conscientização, prevenção e luta contra a AIDS, a ser realizada anualmente no mês de dezembro.

Art. 2º Durante o dezembro Vermelho, poderão ser realizados eventos culturais, palestras de conscientização nas escolas, distribuição de preservativos e outras atividades por meio de ações integradas entre Secretarias competentes ou em conjunto com as

organizações da sociedade civil, voltadas, para conscientização e luta contra a AIDS.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias contados de sua publicação, especialmente quanto à definição e organização dos eventos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 27 de maio de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

Lei N.º 2.684/2014

LEI N.º 2.684/2014

Dispõe sobre autorização para repasse de recursos financeiros mediante a celebração de convênio entre o Município de Camboriú/ Fundo Municipal de Saúde e o Centro Especializado em Reabilitação de Toxicômanos e Alcoolistas - CERTA e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a celebrar convênio com o Centro Especializado em Reabilitação de Toxicômanos e Alcoolistas - CERTA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrito no CPNJ sob o n.º 00.219.137/0001-31, com sede na Estrada Geral dos Macacos, s/n, Localidade Vila das Pedras, Camboriú/SC.

Art. 2º O objeto do convênio consiste no repasse de recursos financeiros destinados ao Centro Especializado em Reabilitação de Toxicômanos e Alcoolistas - CERTA, para custear as despesas com o atendimento de pessoas com dependência química, sendo disponibilizado um total de 18 (dezoito) vagas para adultos do sexo masculino.

§ 1º O repasse de recursos financeiros de que trata o caput deste artigo será de até R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), dividido em 10 (dez) parcelas mensais no valor de até R\$ 9.000,00 (nove mil reais), que serão depositadas até o 10º (décimo) dia útil de cada mês na conta da Instituição.

§ 2º O pagamento das parcelas será efetuado de acordo com a demanda de atendimentos efetuados no mês e devidamente comprovados junto à Secretaria Municipal de Saúde.

§ 3º Fica estabelecido o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao mês, por interno, para o custeio da internação e tratamento de dependência química.

§ 4º O pagamento das parcelas dentro do prazo estabelecido no § 1º deste artigo fica condicionado à entrega e aprovação das prestações de contas.

Art. 3º O convênio será celebrado para vigorar a partir de sua assinatura e terá vigência por 12 (doze) meses.

Art. 4º O convênio poderá ser rescindido ou suspenso unilateralmente pelo Município caso forem descumpridas as suas cláusulas ou pela conveniência e interesse público.

Art. 5º As despesas para a execução do convênio correrão por conta de dotação constante no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 27 de maio de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.858/2014

DECRETO N.º 1.858/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 19 da Lei n.º 2.615 de 18/11/2013-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.601 de 18/10/2013-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 240.500,00 (duzentos e quarenta mil e quinhentos reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Educação.

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0010 - Gestão da Educação com Qualidade

Atividade: 2.036 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0022 - Transferências de Convênio - Educação
Código Reduzido: 41
VALOR: R\$ 240.500,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação do Fundo Municipal de Educação, de recursos vinculados por meio do Plano Ações Articuladas - PAR n.º 201300964/2013 com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, conforme preceitua o artigo 19 da Lei n.º 2.615, de 18 de novembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso I do § 1º

do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 15 de maio de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.859/2014

DECRETO N.º 1.859/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 19 da Lei n.º 2.615 de 18/11/2013-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.601 de 18/10/2013-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú

Unidade Orçamentária: 07 - Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Função: 15 - Urbanismo

Sub-função: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Programa: 0008 - Gestão da Infra Estrutura e Mobilidade Urbana

Atividade: 1.003 - Investimentos em Pavimentação e Recuperação de Ruas

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 3.0000 - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 103

VALOR: R\$ 160.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o superávit financeiro da Prefeitura Municipal de Camboriú, apurado no exercício anterior, na mesma importância, conforme preceitua o artigo 19 da Lei n.º 2.615, de 18 de novembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso I do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 21 de maio de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.860/2014

DECRETO N.º 1.860/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 19 da Lei n.º 2.615 de 18/11/2013-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.601 de 18/10/2013-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) no orçamento vigente da Fundação Municipal de Cultura.

Órgão: 13 - Fundação Municipal de Cultura

Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Cultura

Função: 13 - Cultura

Sub-função: 392 - Difusão Cultural

Programa: 0004 - Gestão de Apoio ao Desenv. do Turismo e Cultura

Atividade: 2.055 - Manutenção da Fundação Municipal de Cultura

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 06

VALOR: R\$ 300.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação do exercício corrente de recursos ordinários no orçamento consolidado do Município, conforme preceitua o artigo 19 da Lei n.º 2.615, de 18 de novembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 21 de maio de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.861/2014

DECRETO N.º 1.861/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizada pelo artigo 19 da Lei n.º 2.615 de 18/11/2013-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.601 de 18/10/2013-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 27.960,00 (vinte e sete mil novecentos e sessenta reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal Agropecuário.

Órgão: 04 - Fundo Municipal Agropecuário

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal Agropecuário

Função: 15 - Urbanismo

Sub-função: 452 - Serviços Urbanos

Programa: 0008 - Gestão de Apoio a Agropecuária e Agricultura

Atividade: 1.008 - Investimento na Construção e Reformas de Praças

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 01

VALOR: R\$ 27.960,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente do Fundo Municipal Agropecuário, na mesma importância, conforme preceitua o artigo 19 da Lei n.º 2.615, de 18 de novembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Órgão: 04 - Fundo Municipal Agropecuário

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal Agropecuário

Função: 15 - Urbanismo

Sub-função: 452 - Serviços Urbanos

Programa: 0008 - Gestão de Apoio a Agropecuária e Agricultura

Atividade: 1.008 - Investimento na Construção e Reformas de Praças

Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 02

VALOR: R\$ 27.960,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 21 de maio de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.864/2014

DECRETO N.º 1.864/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizada pelo artigo 19 da Lei n.º 2.615 de 18/11/2013-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.601 de 18/10/2013-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) no orçamento vigente da Fundação Municipal de Esportes.

Órgão: 12 - Fundação Municipal de Esportes

Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Esportes

Função: 27 - Desporto e Lazer

Sub-função: 812 - Desporto Comunitário

Programa: 0017- Gestão de Incentivo aos Esportes

Atividade: 2.054 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 06

VALOR: R\$ 75.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú, na mesma importância, conforme preceitua o artigo 19 da Lei n.º 2.615, de 18 de novembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Órgão: 12 - Fundação Municipal de Esportes

Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Esportes

Função: 27 - Desporto e Lazer

Sub-função: 812 - Desporto Comunitário

Programa: 0017- Gestão de Incentivo aos Esportes

Atividade: 2.054 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes

Elemento de Despesa: 3.3.50.00.00 - Transf. a Inst. Priv. sem Fins Lucrativos

Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 05

VALOR: R\$ 75.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 27 de maio de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.865/2014

DECRETO N.º 1.865/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 19 da Lei n.º 2.615 de 18/11/2013-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.601 de 18/10/2013-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú

Unidade Orçamentária: 01 - Gabinete da Prefeita

Função: 04 - Administração

Sub-função: 122 - Administração Geral

Programa: 0002 - Gestão Financeira e Administrativa

Atividade: 2.004 - Manutenção da Controladoria Geral do Município

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0000 - recursos ordinários

Código Reduzido: 14

VALOR: R\$ 5.000,00

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú

Unidade Orçamentária: 03 - Secretaria de Administração

Função: 04 - Administração

Sub-função: 122 - Administração Geral

Programa: 0002 - Gestão Financeira e Administrativa

Atividade: 2.009 - Manutenção dos Encargos Gerais da Administração

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 36

VALOR: R\$ 95.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos vinculados ao convênio n.º 780473/2012 com o Ministério das Cidades, conforme preceitua o artigo 19 da Lei n.º 2.615, de 18 de novembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 28 de maio de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.866/2014

DECRETO N.º 1.866/2014

Altera o Decreto Municipal n.º 1.207, de 10 de março de 2011.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil, pelo artigo 79, inciso VII da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso I do artigo 3º do Decreto Municipal n.º 1.207/2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º (...)

I - Matias Fidelis Angeli - Presidente;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 30 de maio de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.867/2014

DECRETO N.º 1.867/2014

Altera o Decreto Municipal n.º 1.703, de 14 de agosto de 2013.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Ficam alteradas a alínea "b" do inciso I e a alínea "a" e "b" do inciso II do artigo 1º do Decreto Municipal n.º 1.703/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º (...)

I - (...)

a) (...)

b) suplente: Odiane Avelino.

II - (...)

a) titulares: Antonio Carlos Mesquita Leite e Anete Aly Barbieri;

b) suplentes: Rachel Cristina Portela da Silva Feijó e Valdilenia Merenciano.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 30 de maio de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.868/2014

DECRETO N.º 1.868/2014

Designa responsáveis pelas movimentações bancárias do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros - FUMRE-BOM e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados o Sr. Anderson Alves Izidoro (Comandante da OBM em Camboriú) e o Sr. Márcio da Rosa (Secretário Municipal de Administração), para a realização de movimentações eletrônicas bancárias, relativas ao Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros - FUMREBOM, junto ao (001) Banco do Brasil S/A, agência n.º 1707-8, conta n.º 97614-8, com

assinaturas em conjunto, especialmente para as ações abaixo descritas:

- I - ordens de pagamentos para fornecedores;
- II - abrir contas depósito;
- III - autorizar aplicação em fundos de investimento;
- IV - autorizar aplicações financeiras;
- V - autorizar cancelamento de agendamento de aplicações;
- VI - autorizar cancelamento de agendamento de resgate;
- VII - autorizar cobrança;
- VIII - autorizar débito em conta relativo a operações;
- IX - autorizar outros débitos;
- X - autorizar resgate de aplicações em fundos de investimentos;
- XI - autorizar resgate de aplicações financeiras;
- XII - baixar cheques;
- XIII - cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- XIV - cancelar cheques;
- XV - consultar contas/aplicações, programas, repasses e recursos;
- XVI - consultar depósitos judiciais via internet;
- XVII - efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- XVIII - efetuar resgates/aplicações financeiras;
- XIX - efetuar transferências por meio eletrônico;
- XX - efetuar transferências/pagamentos, por qualquer ME 06/01/2004;
- XXI - endossar cheque;
- XXII - receber ordens de pagamento;
- XXIII - receber, passar recibo e dar quitação;
- XXIV - retirar cheques devolvidos;
- XXV - solicitar saldos e extratos;
- XXVI - sustar/contrordenar cheques.

Art. 2º Fica revogado o Decreto Municipal n.º 1.862, de 22 de maio de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 30 de maio de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

Edital de Notificação por Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 - 1206/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 1206/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGQ5955	54947561E	6920/0	11/02/2014	R\$ 127,69	233
AHH4702	54947699E	6920/0	25/03/2014	R\$ 127,69	233
LYO1284	54947567E	6920/0	11/02/2014	R\$ 127,69	233
LYQ5267	54947515E	6599/2	22/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYQ5267	54947516E	5010/0	22/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYQ5267	54947517E	6912/0	22/02/2014	R\$ 53,20	232
LZD1831	54948269E	5061/0	09/03/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LZD1831	54948270E	5010/0	09/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
LZX5700	54945871E	6599/2	24/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBP8717	54947279E	5010/0	23/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCB0647	54948296E	6912/0	20/03/2014	R\$ 53,20	232
MCB0647	54948297E	7340/0	20/03/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MCE0715	54624336E	6920/0	18/03/2014	R\$ 127,69	233
MCH2027	54947399E	5010/0	12/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCH2027	54947534E	5061/0	12/03/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MCH2027	54947535E	7340/0	12/03/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MCJ6605	54947969E	6599/2	25/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDW4088	54946689E	5045/0	29/01/2014	R\$ 191,53	162 * V
MDW4088	54946690E	6912/0	29/01/2014	R\$ 53,20	232
MEA2034	54947610E	5010/0	23/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEA2034	54947611E	5061/0	23/02/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MEQ3851	54947971E	5010/0	26/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFE8529	54947974E	5045/0	28/02/2014	R\$ 191,53	162 * V
MFO6962	54946872E	5010/0	31/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFO6962	54946873E	6599/2	31/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGE1511	54948218E	7340/0	24/03/2014	R\$ 85,12	252 * IV

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGV3681	54947084E	6637/2	14/03/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MGZ5460	54947293E	5045/0	11/03/2014	R\$ 191,53	162 * V
MGZ5460	54947294E	6769/2	11/03/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MGZ5460	54947295E	7340/0	11/03/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MHT5837	54623145E	6769/2	18/02/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MIF5043	54947528E	7340/0	24/02/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MIW5554	54947861E	5010/0	19/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MIW5554	54947862E	5118/0	19/02/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MIW5554	54947863E	6599/2	19/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MKA1861	54945890E	5045/0	11/03/2014	R\$ 191,53	162 * V
MKA1861	54947296E	6637/2	11/03/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MKA1861	54947297E	6769/2	11/03/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MKD0838	54947683E	5118/0	19/02/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MKM3620	54947609E	5274/1	23/02/2014	R\$ 191,53	175
MKM3620	54947748E	5061/0	23/02/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MKM3620	54947749E	5010/0	23/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MKM3620	54947750E	6912/0	23/02/2014	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 2 DE JUNHO DE 2014

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO Nº 194 - 1207/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 1207/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ATN3592	54947987E	5525/0	20/03/2014	R\$ 85,12	181 * XV
ATN3592	54947992E	5525/0	24/03/2014	R\$ 85,12	181 * XV
CQR8485	54947667E	5185/1	13/02/2014	R\$ 127,69	167
LYP3659	54948125E	7366/2	27/02/2014	R\$ 85,12	252 * VI
LYP3659	54948126E	5185/1	27/02/2014	R\$ 127,69	167
LZC3638	54947087E	5452/1	14/03/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
LZZ8972	54947615E	6858/0	01/03/2014	R\$ 85,12	231 * VII
LZZ8972	54948252E	5568/0	02/03/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MAR7636	54947764E	5185/1	22/02/2014	R\$ 127,69	167
MBM3036	54948010E	5541/5	28/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEH2956	54945946E	7366/2	21/02/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MEH2956	54945947E	5738/0	21/02/2014	R\$ 191,53	186 * II
MEI0337	54623926E	5738/0	28/02/2014	R\$ 191,53	186 * II
MIF5043	54947369E	5525/0	24/02/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MIT3322	54947601E	7366/2	14/02/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MJB1836	54947984E	5568/0	20/03/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MJP4361	54947046E	5185/1	16/02/2014	R\$ 127,69	167
MKM3620	54947608E	5835/0	23/02/2014	R\$ 127,69	195

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 2 DE JUNHO DE 2014

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 8.384 de 02 de Junho de 2014

DECRETO Nº 8.372 DE 27 DE MAIO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.045 de 10 de dezembro de 2013; Decreta: Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 1.500,00 (um mil quinhentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
13.392.0082.2.107 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Cultura.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
13.392.0082.2.107 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Cultura.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
27 de maio de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 27/05/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.984 de 02 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 10.984 DE 02 DE JUNHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo IV da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 13 (treze) dias de férias a Secretária Municipal de Educação, VANESSA APARECIDA CCHALOUPEK RUDNICK, Registro no Sistema sob nº 955171, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2014 á 31 de maio de 2014.

Art.2º) A Secretária gozará férias no período de 03 de junho de 2014 á 15 de junho de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
02 de junho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 02/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos**PREFEITURA****Decreto Nº 7.027/14 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento Geral do Município**

DECRETO Nº 7.027/14 DE 02/06/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 281.250,00 (duzentos e oitenta e um mil, duzentos e cinquenta reais) no projeto e atividade abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
UNIDADE: 19 - DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA - GERÊNCIA
PROJETO/ATIVIDADE: 2.079 - Manutenção do Programa Horas Máquinas - Sec. De Agricultura
Elementos de despesa: 170 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0036.000000 - Aplicações Diretas R\$ 281.250,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação, Recursos de Convênio com o Estado nº 2014TR001426, no montante de R\$ 281.250,00 (duzentos e oitenta e um mil, duzentos e cinquenta reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 02 de junho de 2014.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Canelinha**PREFEITURA****Extrato Edital - 68/2014 - PMC**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 68/2014

MODALIDADE: Pregão Presencial 54/2014

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição de material gráfico, para manter os programas do CRAS do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme especificações e quantidades descritas no Anexo II, parte integrante e inseparável do Edital. DATA DE ABERTURA: 16 de junho de 2014, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 03 de junho de 2014.

ANTÔNIO DA SILVA
Prefeito do Município

Canoinhas

PREFEITURA

Processo Administrativo Nº. 019/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PUBLICAÇÃO DE DECISÃO EM PROCESSO
ADMINISTRATIVO Nº. 019/2014

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, Inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.384/0001-80, com sede na Rua Felipe Schmidt, nº. 10, Centro, torna público para todos os efeitos legais, que através do Processo Administrativo nº. 019/2014, considerando o descumprimento das obrigações contratuais, eis que essas atitudes prejudicam a Administração Pública e inviabiliza a prestação dos serviços com a qualidade requerida, configurando-se a violação do Edital e do contrato, sendo passível de rescisão contratual, consoante Processo de Licitação nº. 05/2013 - Pregão Presencial FMR nº. 04/2013, Contrato nº. 03/2014, bem como no art. 78, incisos I e II da Lei Federal nº. 8.666/93. Desta forma, procede a rescisão do contrato formalizado com a Empresa TRATORANA TERRAPLANAGEM LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 07.737.235/0001-00, cumulada com a aplicação da penalidade prevista no art. 87, inciso III da Lei de licitações, quer seja, a suspensão do direito de licitar com a Administração Pública pelo período de 06 (seis) meses, a contar da publicação deste extrato.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Portaria Nº 08/Fmel/2014

PORTARIA Nº 08/FMEL/2014

RICARDO PEREIRA MARTIN, Presidente da Fundação Municipal de Esportes, nomeado através da Portaria nº 481/2008, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 3.869/2005, Resolve:

CONCEDER ADICIONAL DE TEMPO INTEGRAL

Art.1º- Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de 02/06/2014, ao servidor BRUNA BARBOSA DA SILVA DOS SANTOS, efetiva no cargo de Auxiliar Administrativo junto à Fundação Municipal de Esportes, conforme comunicação interna.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art.3º- Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de Junho de 2014.
RICARDO PEREIRA MARTIN
Presidente Honorífico

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Fundação Municipal de Esportes em 02/06/2014.

EDITAL Nº. 022/2014

EDITAL Nº. 022/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2013.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 245 de 08 de novembro 2013; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);

Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br;
Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);

Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);

Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);

Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;

Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;

Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;

Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;

m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);

n) 1 Fotografia 3X4 recente;

o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);

p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 22 de maio de 2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 022/2014

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: MONITOR
CLEONICE PEREIRA

CARGO: EDUCADOR SOCIAL

AMANDA APARECIDA ROCHA

PORTARIA Nº. 410/2014

PORTARIA Nº. 410/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Municipal nº 2.741/1996; da Lei Municipal nº 3.386/2001; da Lei Municipal nº 3.511/2001; da Lei Municipal nº 4.485/2010 e da Lei Municipal nº 4.960/2012; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Educação, para atuar na EBM Maria Izabel de Lima Cubas, a profissional LUCIANA APARECIDA MACIEL, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrita sob nº. 1250, e convocada através do edital nº. 016 de 08 de abril de 2014, iniciando as suas atividades a partir de 03/06/2014.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de junho de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 02/06/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECISÃO PROCESSO Nº016/2013 - CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE CANOINHAS

MUNICÍPIO DE CANOINHAS-SC

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

Processo nº: 016/2013 - Recurso Voluntário.

Recorrente: ENCOPLAC - Engenharia, Construção e Planejamento Canoinhas Ltda

Recorrida: Fazenda Pública Municipal de Canoinhas.

Assunto: ISS Construção Civil

Relator: Francisco Afonso Bechel

E M E N T A

DIREITO TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA. BASE DE CÁLCULO. DEDUÇÃO DE VALORES REFERENTES AOS MATERIAIS EMPREGADOS. OBRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL. POSICIONAMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA REFORMADA EM PARTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

O Recorrente sustenta que devem ser excluídos da base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, os materiais aplicados nas obras por ele realizadas que foram adquiridos de terceiros ou fornecidos pelo prestador de serviços, independente de ser produzido ou não pela construtora.

Afirma que efetuou as retenções referentes ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, nos termos da Lei Municipal e

Federal, bem como nos termos do entendimento do Supremo Tribunal Federal, o qual diz que devem ser excluídos da base de cálculo os materiais utilizados, devendo ser tributado apenas o valor do serviço.

Requeru o provimento do recurso para o fim de se cancelar os lançamentos tributários decorrentes do Termo de Fiscalização n. 07 de 30/08/2013 e das notificações n. 11/ELB/2013, 12/ELB/2013, 13/ELB/2013 e 14/ELB/2013.

É o Relatório.

Após análise da documentação acostada aos autos, apesar de tratar-se de matéria complexa, verifiquei que acerca do tema em questão encontra-se posicionamento do Supremo Tribunal Federal no sentido de que devem ser excluídos os materiais adquiridos por terceiros e aplicados na obra, tributando-se apenas o Imposto Sobre o Serviço de Qualquer Natureza nas obras de construção civil.

O julgado RE 603.497/MG, em que foi reconhecida a repercussão geral acerca da matéria tem o condão de nortear os processos judiciais e administrativos acerca do tema, de modo a incidir a tributação somente pelo serviço prestado nas obras de construção e não pelo valor global da obra, como citado acima.

Entretanto, há também decisão em que foi Relator o Ministro Joaquim Barbosa no Agravo Regimental no Agravo de Instrumento n. 662.441, onde se negou provimento a recurso em razão de que não foram apresentados nos autos os documentos comprobatórios para que se permitisse a exclusão do ISS da base de cálculo sobre as mercadorias adquiridas.

Nesse sentido, verifico que a Recorrente apresentou os contratos firmados com a Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de Santa Catarina, referente às Notas 867, 938, 942, 948, 954, 958, 959, 962, 963, 966, 971, 976, 979, 983, 988, 989, 990, 994, 995, 996, 997. Contudo, não apresentou os contratos firmados junto às empresas:

- S Q Supermercados Ltda, notas n. 870, 871, 872, 880, 881, 884, 890, 893, 900 (parcial), 904, 907, 910, 918, 921, 926, 930, 940 e 944;
- Superauto Motos, notas n. 876, 883;
- Condomínio Edifício Ane Maria, nota n. 905;
- Conembra Construções e Obra, notas n. 914, 916, 933 e 941;
- Comércio de Ferragens Miliun, notas n. 920, 922, 924, 931 e 935;
- Sociedade Cooperativa União, nota n. 960.

Diante disso, verifico que as notas fiscais apresentadas pelo Recorrente não especificam onde foram aplicados os materiais, haja vista que nas referidas notas constam que os materiais foram entregues na sede da empresa Recorrente, o que impossibilita o conhecimento de quais as obras em que foram aplicados os materiais a fim de se deduzir a base de cálculo do ISSQN, assim como não o faz a cópia dos livros de registro de entrada anexo aos autos do presente processo administrativo.

Ademais, verifica-se que não foram apresentadas notas fiscais de saída dos materiais para o local da obra, o que também possibilitaria o conhecimento da base de cálculo para a tributação do ISSQN apenas referente a mão de obra, na hipótese de contrato de empreitada global, como no caso em questão.

Pelo exposto, dou parcial provimento ao recurso voluntário

interposto pelo Recorrente a fim de se cancelar os lançamentos tributários referente as notificações em que constam as seguintes notas fiscais: Nota Fiscal n. 867, 938, 942, 948, 954, 958, 959, 962, 963, 966, 971, 976, 979, 983, 988, 989, 990, 994, 995, 996, e 997. Indefiro parcialmente a notificação de n. 12/ELB/2013, em razão de que a empresa apresentou apenas 3 notas fiscais de compras n. 9960/2008 e n. 125354/2008, com entrega no local da obra (SQ Supermercados Ltda). Indefiro o pedido da recorrente referente as notificações em que constam as notas 870- S Q Supermercados Ltda, notas n. 870, 871, 872, 880, 881, 884, 890, 893, 900 (parcial), 904, 907, 910, 918, 921, 926, 930, 940 e 944; Superauto Motos, notas n. 876, 883; Condomínio Edifício Ane Maria, nota n. 905; Conembra Construções e Obra, notas n. 914, 916, 933 e 941; Comércio de Ferragens Miliun, notas n. 920, 922, 924, 931 e 935 e Sociedade Cooperativa União, nota n. 960.

É o Voto.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Voluntário em que é Recorrente ENCOPLAC - Engenharia, Construção e Planejamento Canoinhas Ltda e Recorrida Fazenda Pública do Município de Canoinhas, acordam os senhores integrantes do Egrégio Conselho de Contribuintes de Canoinhas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso por estarem presentes os requisitos de admissibilidade e, no mérito, conceder-lhe parcial provimento, excluindo-se parcialmente a exigência tributária exarada na primeira instância administrativa. Votaram com o Relator os senhores Conselheiros Roberto Ivan Ludka, Alfredo Lang Scultetus e Luís Gustavo Viera de Brito. Intimem-se.

CMC/Canoinhas, 03 de Junho de 2014.

FRANCISCO AFONSO BECHER DIOGO CARLOS SEIDEL
RELATOR PRESIDENTE

Publicação do Edital de Pregão Eletrônico N.º PMC 64/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 89/2014

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. PMC 64/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 18/06/2014, às 15h00min, Pregão Eletrônico para AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO UTILITÁRIO, ZERO QUILOMETRO, CARROCERIA ABERTA, DESTINADO A DEFESA CIVIL DESTE MUNICÍPIO. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 18/06/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): www.licitacoes-e.com.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Republicação do Edital de Pregão Presencial N.º PMC 48/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 68/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 48/2014
REPUBLICAÇÃO

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 18/06/2014, às 14h05min, Pregão Presencial para REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEO DIESEL S-10 DESTINADO AO ABASTECIMENTO DE CAMINHÕES, ÔNIBUS, VANS E CAMINHONETES DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS PELO PERÍODO DE 12 MESES. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 18/06/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Capinzal**PREFEITURA****PMC Processo Licitatório Nº 00102/2014 - Tomada de Preço Para Obras E Serviços Engenharia Nº 0006/2014****AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 00102/2014

Tomada de Preço para Obras e Serviços Engenharia Nº 0006/2014

OBJETO: Contratação de empresa especializada para Pavimentação em C.A.U.Q. de parte da Estrada Municipal Alto Alegre, localizada no perímetro Rural do Município de Capinzal/SC, conforme memorial descritivo, Planilha orçamentária, projetos e cronograma em anexo.

ENTREGA E ABERTURA: Documentos e propostas, até as 14:00 horas, para abertura às 14:05 horas do dia 23/06/2014.

Menor Preço Global

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739, FAX Nº (0xx49) 3555-8744

Capinzal, 04 de junho 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal de Capinzal

FMAS Processo Licitatório Nº 0014/2014 - Tomada de Preço Para Obras E Serviços Engenharia Nº 0001/2014**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0014/2014

Tomada de Preço para Obras e Serviços Engenharia Nº 0001/2014

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços especializados de engenharia em adequação do espaço físico do Centro de Convivência Comunitário - CCC, da localidade de Vila União, em conformidade com projeto, cronograma, planilha orçamentária e memorial descritivo em anexo.

ENTREGA E ABERTURA: Documentos e propostas, até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 23/06/2014.

Menor Preço Global

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739, FAX Nº (0xx49) 3555-8744

Capinzal, 4 de junho de 2014.

KELVIS BORGES

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

FMAS Ata/Contrato 0014/2014

Ata/Contrato Nº.: 0014/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL

Contratada...: ANDRADE, PASSINI COMÉRCIO DE MATERIAIS LTDA ME

Valor : 400,00 (quatrocentos reais)

Vigência : Início: 02/06/2014 Término: 02/06/2015

Processo Licitatório Nº 0012/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0010/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados à manutenção das atividades do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único.

FMAS Ata/Contrato 0015/2014

Ata/Contrato Nº.: 0015/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL

Contratada...: L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD

Valor : 22.396,00 (vinte e dois mil trezentos e noventa e seis reais)

Vigência : Início: 02/06/2014 Término: 02/06/2015

Processo Licitatório Nº 0012/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0010/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados à manutenção das atividades do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único.

FMAS Ata/Contrato 0016/2014

Ata/Contrato Nº.: 0016/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL

Contratada...: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

Valor : 13.399,70 (treze mil trezentos e noventa e nove reais e setenta centavos)

Vigência : Início: 02/06/2014 Término: 02/06/2015

Processo Licitatório Nº 0012/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0010/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados à manutenção das

atividades do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único.

FMS Contrato 0067/2014

Contrato Nº.: 0067/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

Contratada...: KIDAUANA LEORATO ANTUNES EIRELI - ME

Valor : 102,00 (cento e dois reais)

Vigência : Início: 02/06/2014 Término: 31/12/2014

Processo Licitatório Nº 0036/2014

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 0007/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação da empresa KIDAUANA LEORATO ANTUNES EIRELI ME, via INEXIGIBILIDADE de licitação, nos termos do Artigo 25 da Lei 8.666/93 com alterações posteriores, bem como no Edital de Credenciamento nº 001/2014, cujo objeto trata do Credenciamento de Clínicas de Fisioterapia para realização de sessões de fisioterapia clínica, neurológica, hospitalar e domiciliar, para os pacientes da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

PMC Contrato 0160/2014

Contrato Nº.: 0160/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: TENDAS CATARINENSE LOCACOES E VENDAS LTDA - EPP

Valor : 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais)

Vigência : Início: 02/06/2014 Término: 31/12/2014

Processo Licitatório Nº 0098/2014

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 0013/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO, para compras de tendas para a realização do Evento "PREFEITURA NA RUA", parte do Programa "Viva Bem Capinzal".

PMC Contrato 0161/2014

Contrato Nº.: 0161/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: SERV. DE APOIO AS MICRO E PEQ. EMPR.DE SC-SEBRAE.

Valor : 11.200,00 (onze mil duzentos reais)

Vigência : Início: 30/05/2014 Término: 31/12/2014

Processo Licitatório Nº 0101/2014

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 0014/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO para contratação do Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas - SEBRAE, conforme Artigo 24, Inciso XIII, para prestar serviços de consultoria para implementação da Área Industrial.

Decreto 079/2014

DECRETO Nº 079, DE 3 DE JUNHO DE 2014.

Revoga o Processo Licitatório nº 086/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 063/2014.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, em seu artigo 49, que autoriza a autoridade competente revogar a licitação, uma vez que nenhum interessado comparecer ao certame para formular lances;

CONSIDERANDO a ausência de interessado, é superveniente, suficiente e pertinente para justificar a medida administrativa de revogar o certame;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 153/2014, anexo;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo Licitatório nº 086/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 063/2014, cujo objeto é a aquisição de tintas para execução de atividades relacionadas à Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 3 de junho de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças Interino

Celso Ramos

PREFEITURA

Edital 11/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC

PREGÃO PRESENCIAL 11/2014

PROCESSO: 11/2014

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL: 11/2014, tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando a: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO ZERO KM E DEMAIS EQUIPAMENTOS PARA AMPLIAR E APERFEIÇOAR A UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS, DE ACORDO COM A PROPOSTA N. 14608.771000/1130-7 DO FUNDO NACIONAL DA SAÚDE - MINISTÉRIO DA SAÚDE - GOVERNO FEDERAL - CONFORME AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Entrega da documentação e proposta DIA:16/06/2014, ATÉ às 14:00 horas na SALA DE LICITAÇÕES

Informações pelo fone 49-3547-1211 - setor de Licitações.

Celso Ramos, 04 DE JUNHO DE 2014

ILDO PELOZATO

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Errata do Decreto Nº 033/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
ERRATA

Na Edição nº 1480 do Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, publicada em 07.05.2014, p.165, Decreto nº. 033/2014, parte final do Art. 1º,

Onde se lê:

1017 - Aquisição e Desapropriação de Imóveis R\$ 37.500,00

Leia-se:

1009 - Aquisição e Desapropriação de Imóveis R\$ 37.500,00

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,
03 DE JUNHO DE 2014.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 046 de 03.06.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
DECRETO Nº 046/2014
"HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 002/2014 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 70, inciso I da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº. 002/2014 de 16.05.2014, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Chapadão do Lageado, que aprova a aquisição de outdoor para divulgação do Fórum pelo fim da Violência Sexual Infanto-Juvenil, no Município de Chapadão do Lageado, onde terá um total de gastos de R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais), recurso este oriundo do FIA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO,
03 de junho de 2014.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Edital de Convocação Nº 07.2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 07/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA por este edital a candidata selecionada no Processo Seletivo nº 005//2013, a seguir relacionada, a comparecer no setor de pessoal, da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, para admissão em caráter temporário - ACT, sob regime administrativo especial, a fim de exercer as funções de Agente de Serviços Gerais.

NOME	FUNÇÃO
Regina Loos	Agente de Serviços Gerais - 40 Horas

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado,
03 de junho de 2014.
JOSE BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Resolução do Decreto Nº 46/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº002/2014

Dispõe sobre a aquisição de outdoor Referente ao Fórum Pelo Fim da Violência Sexual Infanto-juvenil, campanha esta realizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, através do Centro de Referencia da Assistência Social (CRAS) do município de Chapadão do Lageado/SC.

O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Chapadão do Lageado, instituído pela Lei nº0013 de 23.01.1997, nomeado pela Portaria nº 106/2014 de 26.02.2014, no uso de suas atribuições legais conforme disposições da Ata nº081/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a aquisição de outdoor para divulgação do Fórum Pelo Fim da Violência Sexual Infanto-juvenil, no município de Chapadão do Lageado, onde terá um total de gastos de R\$ 420,00 (Quatrocentos e vinte reais), recurso este oriundo do FIA.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Chapadão do Lageado, 16 de maio de 2014.
ELOINA PORTES DOS SANTOS
Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

Portaria Nº 232 de 03.06.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIANº 232/2014

CONSIDERANDO, o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº. 01/2014, realizado para a seleção e, posterior, contratação de pessoal em caráter temporário;

CONSIDERANDO, que não houve interesse do Candidato Fernando Luiz Albino, classificado em 1º lugar, em assumir a função;

CONSIDERANDO, a adesão do Município de Chapadão do Lageado ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo - SCFV;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa

Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com o inciso IV, art. 2º e inciso II, do art. 4º da Lei Complementar Nº 040, de 15/05/2009, bem como, as disposições contidas no Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 01/2014;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir em caráter temporário DENISE RAYMUNDO DA SILVA, para exercer as funções do Cargo de Orientador Social - 40 horas, na Secretaria de Assistência Social, pelo período de 04.06.2014 a 31.12.2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO,
03 de junho de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Rreo_2_bimestre_2014_chapadao_do_lageado

Município de Chapadao do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.755.147,71	9.755.147,71	1.643.577,78	16,85	3.572.568,03	36,62	6.182.579,68
RECEITAS CORRENTES	9.747.386,71	9.747.386,71	1.643.577,78	16,86	3.572.568,03	36,65	6.174.818,68
RECEITA TRIBUTÁRIA	208.502,77	208.502,77	43.132,28	20,69	51.089,37	24,50	157.413,40
IMPOSTOS	177.000,00	177.000,00	39.177,22	22,13	45.142,63	25,50	131.857,37
TAXAS	31.502,77	31.502,77	3.955,06	12,55	5.946,74	18,88	25.556,03
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	26.001,00	26.001,00	7.577,05	29,14	13.862,18	53,31	12.138,82
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	26.001,00	26.001,00	7.577,05	29,14	13.862,18	53,31	12.138,82
RECEITA PATRIMONIAL	30.501,00	30.501,00	16.744,65	54,90	29.286,27	96,02	1.214,73
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	10.501,00	10.501,00	16.744,65	159,46	29.286,27	278,89	-18.785,27
Outras Receitas Patrimoniais	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.767.580,94	8.767.580,94	1.453.746,15	16,58	3.349.933,05	38,21	5.417.647,89
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	8.767.580,94	8.767.580,94	1.453.746,15	16,58	3.349.933,05	38,21	5.417.647,89
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	714.801,00	714.801,00	122.377,65	17,12	128.397,16	17,96	586.403,84
Multas e Juros de Mora	2.301,00	2.301,00	468,37	20,36	501,88	21,81	1.799,12
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.000,00	10.000,00	606,00	6,06	606,00	6,06	9.394,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	2.500,00	2.500,00	569,73	22,79	729,57	29,18	1.770,43
RECEITAS DIVERSAS	700.000,00	700.000,00	120.733,55	17,25	126.559,71	18,08	573.440,29
RECEITAS DE CAPITAL	7.761,00	7.761,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.761,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.006,00	1.006,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.006,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.006,00	1.006,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.006,00
ALIENAÇÃO DE BENS	6.755,00	6.755,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.755,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	6.755,00	6.755,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.755,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	9.755.147,71	9.755.147,71	1.643.577,78	16,85	3.572.568,03	36,62	6.182.579,68
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	9.755.147,71	9.755.147,71	1.643.577,78	16,85	3.572.568,03	6.182.579,68
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	9.755.147,71	9.755.147,71	1.643.577,78	16,85	3.572.568,03	6.182.579,68
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	109.878,87	—	—	3.247,97	—
Superávit Financeiro	—	94.878,87	—	—	1.407,97	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	15.000,00	—	—	1.840,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	9.755.147,71	955.918,87	10.711.066,58	1.743.780,70	3.305.708,15	1.765.526,02	3.179.368,87	7.531.697,71
DESPESAS CORRENTES	8.709.003,71	73.997,45	8.783.001,16	1.674.670,02	3.084.838,97	1.679.177,44	2.966.628,69	5.816.372,47
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.587.276,97	1.007,97	4.588.284,94	875.640,47	1.769.276,37	875.808,47	1.769.276,37	2.819.008,57
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	25.000,00	0,00	25.000,00	2.545,64	2.545,64	2.545,64	2.545,64	22.454,36
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.096.726,74	72.989,48	4.169.716,22	796.483,91	1.313.016,96	800.823,33	1.194.806,68	2.974.909,54
DESPESAS DE CAPITAL	986.144,00	881.921,42	1.868.065,42	69.110,68	220.869,18	86.348,58	212.740,18	1.655.325,24
INVESTIMENTOS	886.144,00	881.921,42	1.738.065,42	48.698,18	200.456,68	65.936,08	192.327,68	1.545.737,74
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	130.000,00	0,00	130.000,00	20.412,50	20.412,50	20.412,50	20.412,50	109.587,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	9.755.147,71	955.918,87	10.711.066,58	1.743.780,70	3.305.708,15	1.765.526,02	3.179.368,87	7.531.697,71
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	9.755.147,71	955.918,87	10.711.066,58	1.743.780,70	3.305.708,15	1.765.526,02	3.179.368,87	29,68
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	393.199,16	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	9.755.147,71	955.918,87	10.711.066,58	1.743.780,70	3.305.708,15	1.765.526,02	3.572.568,03	29,68
								7.531.697,71

FONTE:

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.755.147,71	10.711.066,58	1.743.780,70	3.305.708,15	1.765.526,02	3.179.368,87	100,00	29,68
Legislativa	615.000,00	615.000,00	85.511,30	166.573,50	85.323,60	166.285,80	5,23	27,04
Ação Legislativa	615.000,00	615.000,00	85.511,30	166.573,50	85.323,60	166.285,80	5,23	27,04
Administração	2.008.679,97	2.254.179,97	332.265,71	628.983,28	364.827,90	600.892,19	18,90	26,66
Administração Geral	1.122.675,97	1.368.175,97	211.106,37	426.881,78	218.959,73	398.868,29	12,55	29,15
Administração Financeira	886.004,00	886.004,00	121.159,34	202.101,50	145.868,17	202.023,90	6,35	22,80
Defesa Nacional	2.000,00	2.000,00	835,00	835,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Civil	2.000,00	2.000,00	835,00	835,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	25.000,00	25.000,00	2.221,81	6.181,91	4.071,81	6.181,91	0,19	24,73
Policimento	25.000,00	25.000,00	2.221,81	6.181,91	4.071,81	6.181,91	0,19	24,73
Assistência Social	282.702,00	326.270,39	78.672,03	143.785,36	83.960,06	139.847,43	4,40	42,86
Assistência Comunitária	282.702,00	326.270,39	78.672,03	143.785,36	83.960,06	139.847,43	4,40	42,86
Saúde	1.536.890,66	1.827.485,47	303.126,88	628.961,40	305.866,06	613.195,77	19,29	33,55
Atenção Básica	1.514.887,66	1.800.656,94	298.438,78	619.668,30	302.299,66	605.024,37	19,03	33,60
Vigilância Sanitária	11.001,00	11.001,00	1.634,00	1.634,00	1.452,00	1.452,00	0,05	13,20
Vigilância Epidemiológica	11.002,00	15.807,53	3.054,10	7.659,10	2.114,40	6.719,40	0,21	42,51
Trabalho	21.000,00	21.000,00	3.402,00	7.344,00	3.942,00	7.344,00	0,23	34,97
Fomento ao Trabalho	21.000,00	21.000,00	3.402,00	7.344,00	3.942,00	7.344,00	0,23	34,97
Educação	2.573.338,08	2.574.346,05	525.472,20	858.459,68	499.990,19	805.188,42	25,33	31,28
Ensino Fundamental	1.785.006,05	1.786.014,02	448.831,20	781.335,63	423.349,19	728.064,37	22,90	40,76
Educação Infantil	788.332,03	788.332,03	76.641,00	77.124,05	76.641,00	77.124,05	2,43	9,78
Cultura	72.001,00	72.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	72.001,00	72.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos da Cidadania	190.009,00	190.009,00	5.780,00	6.028,40	5.080,00	5.080,00	0,16	2,67
Assistência à Criança e ao Adolescente	190.009,00	190.009,00	5.780,00	6.028,40	5.080,00	5.080,00	0,16	2,67
Urbanismo	1.145.756,00	1.156.023,70	250.414,00	575.906,54	248.939,26	566.740,31	17,83	49,02
Infra-Estrutura Urbana	285.754,00	296.021,70	3.726,68	111.202,65	3.726,68	111.202,65	3,50	37,57
Serviços Urbanos	860.002,00	860.002,00	246.687,32	464.703,89	245.212,58	455.537,66	14,33	52,97
Habitação	20.005,00	20.005,00	9.730,00	18.710,60	17.179,50	17.179,50	0,54	85,88
Habitação Rural	20.005,00	20.005,00	9.730,00	18.710,60	17.179,50	17.179,50	0,54	85,88

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Gestão Ambiental	9.755.147,71	10.711.066,58	1.743.780,70	3.305.708,15	1.765.526,02	3.179.368,87	100,00	29,68
Preservação e Conservação Ambiental	197.754,00	197.754,00	40.028,79	70.021,13	40.536,70	65.228,48	2,05	32,98
Turismo	168.004,00	168.004,00	36.278,79	66.271,13	37.136,70	61.828,48	1,94	36,80
Agricultura	29.750,00	29.750,00	3.750,00	3.750,00	3.400,00	3.400,00	0,11	11,43
Extensão Rural	589.509,00	589.509,00	91.641,24	167.684,44	94.036,95	163.539,90	5,14	27,74
Transporte	589.509,00	589.509,00	91.641,24	167.684,44	94.036,95	163.539,90	5,14	27,74
Transporte Rodoviário	312.502,00	677.502,00	4.723,25	6.613,25	2.913,00	4.803,00	0,15	0,71
Desporto e Lazer	312.502,00	677.502,00	4.723,25	6.613,25	2.913,00	4.803,00	0,15	0,71
Desporto Comunitário	103.001,00	103.001,00	9.956,49	19.619,66	8.858,99	17.862,16	0,56	17,34
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	103.001,00	103.001,00	9.956,49	19.619,66	8.858,99	17.862,16	0,56	17,34
	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	9.755.147,71	10.711.066,58	1.743.780,70	3.305.708,15	1.765.526,02	3.179.368,87	100,00	29,68

FONTE:

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2013 A ABRIL/2014

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014	
	Mar/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014		TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.578.694,11	900.708,36	818.772,76	872.768,47	985.104,34	876.203,42	1.034.529,65	1.508.546,34	985.747,19	944.675,38	733.479,76	911.438,85	12.130.668,65	9.754.386,71
RECEITA TRIBUTÁRIA	19.986,58	5.221,93	12.181,13	3.948,78	11.473,29	60.449,08	1.448,11	71.480,47	895,02	7.062,07	6.333,87	36.798,41	237.279,74	205.502,77
IPTU.	6.791,86	199,33	311,69	0,00	150,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.876,07	33.518,92	42.648,70	25.000,00
IRR.F.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	5.979,08	3.081,52	4.690,86	761,62	8.493,80	11.862,86	906,97	10.644,17	895,02	3.889,81	1.145,84	1.008,93	53.360,38	60.000,00
IT.B.I.	4.003,65	695,64	2.830,39	670,76	1.860,64	532,26	89,60	1.704,62	0,00	1.180,58	882,81	944,65	15.365,60	12.000,00
Outras Receitas Tributárias	3.211,99	1.245,44	4.348,19	2.516,40	988,22	48.053,86	452,54	59.131,68	0,00	1.991,68	2.829,15	1.325,91	125.875,06	111.502,77
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.786,59	2.572,62	1.963,58	0,00	4.157,78	0,00	4.760,64	2.286,84	2.849,13	3.436,00	3.722,79	3.854,26	33.390,23	26.001,00
RECEITA PATRIMONIAL	8.404,79	12.148,59	3.735,44	6.472,26	12.629,10	11.651,49	6.034,57	3.519,19	4.179,47	8.362,15	8.090,92	8.653,73	93.882,70	30.501,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.543.823,05	880.114,01	774.099,19	860.867,05	933.528,10	796.531,62	974.372,94	1.411.932,42	975.197,06	922.422,16	704.787,35	750.299,65	11.527.874,60	8.774.580,94
Cota-Parte do FPM	549.566,47	457.664,94	325.915,82	426.129,77	352.678,29	352.683,71	480.576,88	740.091,40	475.865,13	508.154,35	301.434,66	344.036,90	5.323.797,32	3.940.420,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	229.298,14	214.776,02	213.201,39	223.536,10	237.593,84	230.910,45	256.940,86	256.081,12	197.914,75	187.526,83	189.262,61	185.430,66	2.622.384,79	1.903.280,33
Cota-Parte do IPVA	19.729,87	15.288,21	16.872,97	16.028,34	7.587,17	7.287,07	5.847,07	3.335,57	5.012,60	9.056,03	13.702,58	17.219,27	136.966,98	64.000,00
Cota-Parte do ITR	66,59	13,90	13,06	5,00	722,97	650,14	18,29	0,00	5,59	0,00	22,40	0,00	1.517,94	1.200,00
Outras Transferências Correntes	628.664,11	84.274,94	114.874,17	80.870,07	221.271,11	94.422,78	96.650,48	288.720,30	175.354,82	99.724,66	92.438,57	93.845,05	2.089.111,06	1.970.879,61
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 87/1996	1.049,57	1.049,57	1.049,57	1.049,57	1.049,57	1.049,57	1.049,57	1.049,57	819,87	819,87	0,00	819,87	10.856,17	10.400,00
Transferências do FUNDEB	118.448,30	107.044,43	102.172,21	113.248,20	112.715,15	109.527,67	123.290,77	122.654,46	120.224,30	117.140,42	107.926,53	108.947,90	1.363.340,34	884.401,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.683,10	650,21	26.793,42	1.480,38	3.316,07	7.571,23	47.912,39	19.327,42	2.626,51	3.393,00	10.544,85	111.832,80	238.131,38	714.801,00
DEDUÇÕES (II)	160.410,83	138.453,70	112.094,90	134.082,05	120.574,41	119.228,30	151.676,23	154.136,23	170.679,87	177.045,72	126.747,03	137.575,68	1.702.704,95	175.900,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	160.410,83	138.453,70	112.094,90	134.082,05	120.574,41	119.228,30	151.676,23	154.136,23	170.679,87	177.045,72	126.747,03	137.575,68	1.702.704,95	175.900,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	1.418.273,28	762.254,66	706.677,86	738.686,42	844.529,93	756.975,12	882.853,42	1.354.410,11	815.067,32	767.629,66	606.732,75	773.863,17	10.427.963,70	9.578.486,71
NOTA:														

FONTE:

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 28 Feb 2014 (B)	Em 30 Abr 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	870.283,89	1.444.097,62	1.357.415,32
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.078.408,05	1.698.614,29	1.667.786,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	208.124,16	254.516,67	310.370,68
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-870.283,89	-1.444.097,62	-1.357.415,32
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-870.283,89	-1.444.097,62	-1.357.415,32

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2014 (C - A)
VALOR	86.682,30	-487.131,43

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	15.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 28 Feb 2014 (B)	Em 30 Abr 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	9.736.885,71	1.626.833,13	3.543.281,76	3.364.343,52
Receita Tributária	208.502,77	43.132,28	51.089,37	69.361,91
I.P.T.U.	25.000,00	35.194,99	35.194,99	26.386,02
I.S.S.	60.000,00	2.154,77	6.939,60	7.922,19
I.T.B.I.	12.000,00	1.827,46	3.008,04	7.010,94
I.R.R.F.	80.000,00	0,00	0,00	21.473,27
Outras Receitas Tributárias	31.502,77	3.955,06	5.946,74	6.569,49
Receita de Contribuição	26.001,00	7.577,05	13.862,18	11.375,06
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	26.001,00	7.577,05	13.862,18	11.375,06
Receita Patrimonial Líquida	20.000,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	30.501,00	16.744,65	29.286,27	10.209,81
(-) Aplicações Financeiras	10.501,00	16.744,65	29.286,27	10.209,81
Transferências Correntes	8.767.580,94	1.453.746,15	3.349.933,05	3.274.764,13
F.P.M.	3.940.420,00	645.471,56	1.629.491,04	1.451.689,92
I.C.M.S.	1.903.280,33	374.693,27	760.134,85	680.639,18
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	2.923.880,61	433.581,32	960.307,16	1.142.435,03
Demais Receitas Correntes	714.801,00	122.377,65	128.397,16	8.842,42
Dívida Ativa	2.500,00	569,73	729,57	1.133,99
Diversas Receitas Correntes	712.301,00	121.807,92	127.667,59	7.708,43
RECEITAS DE CAPITAL (II)	7.761,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	1.006,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	6.755,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	9.736.885,71	1.626.833,13	3.543.281,76	3.364.343,52

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	8.783.001,16	1.679.177,44	2.966.628,69	2.489.031,33
Pessoal e Encargos Sociais	4.588.284,94	875.808,47	1.769.276,37	1.533.321,83
Juros e Encargos da Dívida (IX)	25.000,00	2.545,64	2.545,64	8.077,10
Outras Despesas Correntes	4.169.716,22	800.823,33	1.194.806,68	947.632,40
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	8.758.001,16	1.676.631,80	2.964.083,05	2.480.954,23
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.868.065,42	86.348,58	212.740,18	232.531,06
Investimentos	1.738.065,42	65.936,08	192.327,68	191.706,06
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	130.000,00	20.412,50	20.412,50	40.825,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.738.065,42	65.936,08	192.327,68	191.706,06

Município de Chapadao do Lageado - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	60.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	10.556.066,58	1.742.567,88	3.156.410,73	2.672.660,29
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-819.180,87	-115.734,75	386.871,03	691.683,23
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	3.247,97	0,00
Superávit Financeiro	-	-	1.407,97	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	1.840,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				136.738,00

FONTE:

Chapadao do Lageado, 03/06/2014

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS			
	Inscritos	Inscritos			Inscritos	Inscritos		
	Em Exercícios Anteriores	En 31 de Dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	En 31 de Dezembro de 2013	Saldo
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)								
EXECUTIVO								
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	33.144,80	174.979,36	154.956,86	-	53.167,50	-	7.274,76	318,00
GABINETE DO PREFEITO E VICE	33.144,80	171.315,22	151.315,22	0,00	53.144,80	0,00	4.327,28	318,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA	0,00	128,29	128,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	13.750,00	141.840,00	141.840,00	0,00	0,00	0,00	781,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMEN	0,00	20.787,43	787,43	0,00	33.750,00	0,00	362,55	0,00
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	0,00	1.417,96	1.417,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIADOS TRANSPORTES, OBRAS E SERV	0,00	134,68	134,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CHAPADÃO DO LAGE	19.394,80	7.006,86	7.006,86	0,00	19.394,80	0,00	3.183,73	318,00
SECRETARIA DA SAÚDE	0,00	3.664,14	3.641,64	0,00	22,50	0,00	2.947,48	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)								
	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	33.144,80	174.979,36	154.956,86	0,00	53.167,50	0,00	7.274,76	318,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	180.100,00	180.100,00	40.215,32	46.374,08	25,75
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	28.100,00	28.100,00	36.233,09	36.426,44	129,63
1.1.1- IPTU	25.000,00	25.000,00	35.194,99	35.194,99	140,78
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	600,00	600,00	468,37	501,88	83,65
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	2.500,00	2.500,00	569,73	729,57	29,18
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	12.000,00	12.000,00	1.827,46	3.008,04	25,07
1.2.1- ITBI	12.000,00	12.000,00	1.827,46	3.008,04	25,07
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	60.000,00	60.000,00	2.154,77	6.939,60	11,57
1.3.1- ISS	60.000,00	60.000,00	2.154,77	6.939,60	11,57
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1- IRRF	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	6.123.200,33	6.123.200,33	1.321.615,03	3.060.244,92	49,98
2.1- Cota-Parte FPM	4.040.420,00	4.040.420,00	806.839,39	2.036.863,65	50,41
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	4.040.420,00	4.040.420,00	806.839,39	2.036.863,65	50,41
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	1.953.280,33	1.953.280,33	468.366,45	950.168,20	48,64
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	13.000,00	13.000,00	1.024,83	3.074,49	23,65
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	35.000,00	35.000,00	6.704,22	13.865,82	39,62
2.5- Cota-Parte ITR	1.500,00	1.500,00	28,00	34,98	2,33
2.6- Cota-Parte IPVA	80.000,00	80.000,00	38.652,14	56.237,78	70,30
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	6.303.300,33	6.303.300,33	1.361.830,35	3.106.619,00	49,29
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	201.001,00	201.001,00	41.073,47	41.073,47	20,43
5.1- Transferências do Salário-Educação	91.001,00	91.001,00	30.586,90	30.586,90	33,61
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	40.000,00	40.000,00	6.944,00	6.944,00	17,36
5.4- Transferências Diretas - PNATE	70.000,00	70.000,00	3.542,57	3.542,57	5,06
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	88.008,00	88.008,00	33.624,47	34.933,77	39,69
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	289.010,00	289.010,00	74.697,94	76.007,24	26,30
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	175.900,00	175.900,00	264.322,71	612.048,30	347,95
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	100.000,00	100.000,00	161.367,83	407.372,61	407,37
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	50.000,00	50.000,00	93.673,18	190.033,35	380,07
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	2.600,00	2.600,00	204,96	614,88	23,65
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	7.000,00	7.000,00	1.340,85	2.773,17	39,62
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	300,00	300,00	5,60	6,99	2,33
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	16.000,00	16.000,00	7.730,29	11.247,30	70,30
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	884.401,00	884.401,00	216.874,43	454.239,15	51,36
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	884.401,00	884.401,00	216.874,43	454.239,15	51,36
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	708.501,00	708.501,00	-47.448,28	-157.809,15	-22,27
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	563.211,00	564.218,97	158.892,08	256.093,88	45,39
13.1- Com Educação Infantil	198.210,00	198.210,00	62.013,48	62.013,48	31,29
13.2- Com Ensino Fundamental	365.001,00	366.008,97	96.878,60	194.080,40	53,03
14- OUTRAS DESPESAS	323.690,00	323.690,00	62.906,26	131.453,24	40,61
14.1- Com Educação Infantil	129.690,00	129.690,00	7.317,02	7.317,02	5,64
14.2- Com Ensino Fundamental	194.000,00	194.000,00	55.589,24	124.136,22	63,99
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	886.901,00	887.908,97	221.798,34	387.547,12	43,65
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					387.547,12
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					56,38
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					28,94
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					14,68
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	1.575.825,08	1.575.825,08	340.457,59	776.654,75	49,29
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	578.000,00	578.000,00	69.330,50	69.330,50	11,99
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.629.827,08	1.620.835,05	354.215,70	636.363,70	39,26
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	559.001,00	560.008,97	152.467,84	318.216,62	56,82
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.070.826,08	1.060.826,08	201.747,86	318.147,08	29,99
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.207.827,08	2.198.835,05	423.546,20	705.694,20	32,09
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-157.809,15
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					1.007,97
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-156.801,18
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					862.495,38
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					27,76
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	91.001,00	83.431,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	154.507,00	172.077,00	54.815,34	68.743,93	39,95
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	245.509,00	255.509,00	54.815,34	68.743,93	26,90
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.453.336,08	2.454.344,05	478.361,54	774.438,13	31,55

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		1.007,97	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		454.239,15	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		351.646,64	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		351.646,64	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		103.600,48	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 1.007,97, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recurso de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	1.006,00	0,00		1.006,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	1.868.065,42	212.740,18	0,00	1.655.325,24
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.868.065,42	212.740,18	0,00	1.655.325,24
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.867.059,42	-212.740,18		-1.654.319,24

FONTE:

Município de Chapadão do Lageado - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	6.755,00	0,00	6.755,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	6.755,00	0,00	6.755,00
TOTAL	6.755,00	0,00	6.755,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	3.504,00	0,00	0,00	3.504,00
Investimentos	3.504,00	0,00	0,00	3.504,00
TOTAL	3.504,00	0,00	0,00	3.504,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	6.993,47	0,00	6.993,47

FONTE:

Município de Chapadão do Lageado - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	181.101,00	181.101,00	46.374,08	25,61
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	25.000,00	25.000,00	35.194,99	140,78
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	12.000,00	12.000,00	3.008,04	25,07
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	60.000,00	60.000,00	6.939,60	11,57
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.601,00	1.601,00	501,88	31,35
Dívida Ativa dos Impostos	2.500,00	2.500,00	729,57	29,18
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	6.183.200,33	6.183.200,33	3.046.379,10	49,27
Cota-Parte FPM	4.040.420,00	4.040.420,00	2.036.863,65	50,41
Cota-Parte ITR	1.500,00	1.500,00	34,98	2,33
Cota-Parte IPVA	80.000,00	80.000,00	56.237,78	70,30
Cota-Parte ICMS	1.953.280,33	1.953.280,33	950.168,20	48,64
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	108.000,00	108.000,00	3.074,49	2,85
Desoneração ICMS (LC 87/96)	13.000,00	13.000,00	3.074,49	23,65
Outras	95.000,00	95.000,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	6.364.301,33	6.364.301,33	3.092.753,18	48,60

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	244.601,00	244.601,00	122.337,11	50,01
Provenientes da União	244.601,00	244.601,00	122.337,11	50,01
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	3,00	3,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1,00	1,00	3.671,67	367,167,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	244.605,00	244.605,00	126.008,78	51,52

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	1.474.382,66	1.492.036,05	622.944,40	41,75	609.978,77	40,88
Pessoal e Encargos Sociais	854.002,00	854.002,00	346.162,89	40,53	346.162,89	40,53
Outras Despesas Correntes	620.380,66	638.034,05	276.781,51	43,38	263.815,88	41,35
DESPESAS DE CAPITAL	62.508,00	335.429,42	6.017,00	1,79	3.217,00	0,96
Investimentos	62.508,00	335.429,42	6.017,00	1,79	3.217,00	0,96

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	62.508,00	335.429,42	6.017,00	1,79	3.217,00	0,96
Investimentos	62.508,00	335.429,42	6.017,00	1,79	3.217,00	0,96
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	1.536.890,66	1.827.465,47	628.961,40	34,42	613.195,77	33,55
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	332.701,98	610.428,93	209.544,77	33,32	204.177,31	33,30
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	329.195,98	334.001,51	209.544,77	33,32	204.177,31	33,30
Recursos de Operações de Crédito	3,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	3.503,00	276.424,42	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	332.701,98	610.428,93	209.544,77	33,32	204.177,31	33,30
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	1.204.188,68	1.217.036,54	419.416,63	1,10	409.018,46	0,26
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VII / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIB)/100]						
-54.894,52						

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
		0,00	0,00	2.827,48	-2.827,48	0,00		
TOTAL		0,00	0,00	2.827,48	-2.827,48	0,00		
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS						
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013		0,00	0,00			0,00		
TOTAL (VIII)		0,00	0,00			0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 24 E 26								
		LIMITE NÃO CUMPRIDO						
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
		-	-			-		

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total i)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	1.514.887,66	1.800.656,94	619.668,30	98,52	605.024,37	98,67
Vigilância Sanitária	11.001,00	11.001,00	1.634,00	0,26	1.452,00	0,24
Vigilância Epidemiológica	11.002,00	15.807,53	7.659,10	1,22	6.719,40	1,10
TOTAL	1.536.890,66	1.827.465,47	628.961,40	100,00	613.195,77	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $V[(h+i) - (15 \times \text{IIIb})/100]$

Continua 3/4

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Chapadão do Lageado, 03/06/2014

Município de Chapadão do Lageado - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	9.755.147,71	
Previsão Atualizada		—	9.755.147,71	
Receitas Realizadas		1.643.577,78	3.572.568,03	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	3.247,97	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	9.755.147,71	
Créditos Adicionais		—	955.918,87	
Dotação Atualizada		—	10.711.066,58	
Despesas Empenhadas		1.743.780,70	3.305.708,15	
Despesas Liquidadas		1.765.526,02	3.179.368,87	
Superavit Orçamentário		—	393.199,16	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		1.743.780,70	3.305.708,15	
Despesas Liquidadas		1.765.526,02	3.179.368,87	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			10.427.953,70	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		15.000,00	-487.131,43	-3.247,54
Resultado Primário		136.738,00	386.871,03	282,93
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	208.124,16	0,00	154.956,86	53.167,30
EXECUTIVO	208.124,16	0,00	154.956,86	53.167,30
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	7.274,76	0,00	6.956,76	318,00
EXECUTIVO	7.274,76	0,00	6.956,76	318,00
TOTAL:	215.398,92	0,00	161.913,62	53.485,30
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		862.495,38	25%	27,76
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		256.093,88	60%	56,38
Liquidadas		705.694,20		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	1.006,00	
Despesa de Capital Líquida		212.740,18	1.655.325,24	

Continua 1/2

Município de Chapadao do Lageado - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	6.755,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	3.504,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		409.018,46	15,00	13,23
Liquidadas		409.018,46		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

CÂMARA MUNICIPAL**Extrato do Contrato N.05/2014.**

Extrato do Contrato N.05/2014.

Estado de Santa Catarina

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado

Contratante: Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado.

Contratada: Consórcio de informática na gestão pública municipal (CIGA)

Objeto: Serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores (PGVC) aprovado pelo CIGA, nos termos da Resolução CIGA n.16/2011.

Valor total/Parcela única: R\$1.254,00.

Data da vigência: 02/06/2014 a 31/12/2014.

Cocal do Sul**SAMAE****Extrato de Contrato 10/2014**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
ADMINISTRADO PELA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 10/2014

DATA: 22/MAIO/2014

CONTRATADA: HIDROPEL - HIDROGEOLOGIA E PERFURAÇÕES LTDA

OBJETO: PERFURAÇÃO DE UM POÇO ARTESIANO AO LADO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DESTA AUTARQUIA, NO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, COM LICENCIAMENTO AMBIENTAL, INCLUINDO TODOS OS QUANTITATIVOS CONFORME O ANEXO I DO CONVITE 10/2014.

VALOR: R\$ 60.300,00 (SESSENTA MIL E TREZENTOS REAIS).

PRAZO DO CONTRATO: ATÉ 22/07/2014

DATA: 03/JUNHO/2014

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA

DIRETORA DO SAMAE

Extrato de Contrato 11/2014

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
ADMINISTRADO PELA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 11/2014

DATA: 30/MAIO/2014

CONTRATADO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

OBJETO: RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE, NÃO COMPENSÁVEL, BEM COMO FAZER DÉBITO AUTOMÁTICO DE SEUS CLIENTES VIA SISTEMA, SEM EMISSÃO DE FATURA PAPEL.

VALOR:

R\$ 0,90(NOVENTA CENTAVOS DE REAL), POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTO COM CÓDIGO DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DE DÉBITO AUTOMÁTICO;

R\$ 1,37(UM REAL E TRINTA E SETE CENTAVOS) POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS COM CÓDIGOS DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DE CONVENIADOS COM OS BANCOS/COOPERATIVAS (LOTÉRICAS,CORRESPONDENTES BANCÁRIOS E OUTROS);

R\$ 1,04(UM REAL E QUATRO CENTAVOS) POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS COM CÓDIGOS DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DA INTERNET;

R\$ 1,04(UM REAL E QUATRO CENTAVOS) POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS COM CÓDIGOS DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DOS TERMINAIS DE AUTO-ATENDIMENTO;

PRAZO DO CONTRATO: 01(UM) ANO

DATA: 03/JUNHO/2014

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA

DIRETORA DO SAMAE

Extrato de Contrato 12/2014

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
ADMINISTRADO PELA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 12/2014

DATA: 30/MAIO/2014

CONTRATADO: HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO

OBJETO: RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE, NÃO COMPENSÁVEL, BEM COMO FAZER DÉBITO AUTOMÁTICO DE SEUS CLIENTES VIA SISTEMA, SEM EMISSÃO DE FATURA PAPEL.

VALOR:

R\$ 0,90(NOVENTA CENTAVOS DE REAL), POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTO COM CÓDIGO DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DE DÉBITO AUTOMÁTICO;

R\$ 1,37(UM REAL E TRINTA E SETE CENTAVOS) POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS COM CÓDIGOS DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DE CONVENIADOS COM OS BANCOS/COOPERATIVAS (LOTÉRICAS,CORRESPONDENTES BANCÁRIOS E OUTROS);

R\$ 1,04(UM REAL E QUATRO CENTAVOS) POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS COM CÓDIGOS DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DA INTERNET;

R\$ 1,04(UM REAL E QUATRO CENTAVOS) POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS COM CÓDIGOS DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DOS TERMINAIS DE AUTO-ATENDIMENTO;

PRAZO DO CONTRATO: 01(UM) ANO

DATA: 03/JUNHO/2014

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA

DIRETORA DO SAMAE

Tomada de Preço 13/2014

AVISO DE LICITAÇÃO. O SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Cocal do Sul-SC, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 10:00 horas do dia 30 de Junho de 2014, realizará licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS - TIPO MENOR PREÇO POR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO nº 13/2014, para contratação de empresa especializada na administração e gerenciamento de fornecimento de cartões eletrônicos, magnéticos ou outros oriundos de tecnologia adequada), para aquisição de gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais(supermercado, armazém, mercearia, açougue, peixaria, hortimercado, comércio de laticínios e/ou frios, padaria e similares), destinados aos servidores desta Autarquia, cujo processo licitatório será regido pela Lei 8666/93, atualizada pelas Leis Federais 8.883/94 e 9.648/98. As propostas serão recebidas sob protocolo no setor de licitações do SAMAE, a partir desta data, encerrando-se o prazo de entrega às 10:00 horas do dia 30 de Junho de 2014. A integral do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Lisboa, 520 - Bairro Jardim Bela Vista - Cocal do Sul-SC, pelo telefone (48)3447-6350, ou através do Site: www.samaecocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul-SC., 02 de Junho de 2014.

Carla Cristina Possamai Della.

Diretora do SAMAE

Convite 11/2014

AVISO DE LICITAÇÃO. O SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Cocal do Sul-SC, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 10:00 horas do dia 16 de Junho de 2014, realizará licitação na modalidade de CONVITE - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM nº 11/2014, para aquisição de reagentes para análises de água, cujo processo licitatório será regido pela Lei 8666/93, atualizada pelas Leis Federais 8.883/94 e 9.648/98. As propostas serão recebidas no setor de licitações do SAMAE, a partir desta data, encerrando-se o prazo de entrega às 10:00 horas do dia 16 de Junho de 2014. A integral do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Lisboa, 520 - Bairro Jardim Bela Vista - Cocal do Sul-SC, pelo telefone (48)3447-6350, ou através do Site: www.samaecocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul-SC., 03 de Junho de 2014.

Carla Cristina Possamai Della.

Diretora do SAMAE

Convite 12/2014

AVISO DE LICITAÇÃO. O SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Cocal do Sul-SC, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 10:00 horas do dia 17 de Junho de 2014, realizará licitação na modalidade de CONVITE - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM nº 12/2014, para aquisição de conexões em PVC, DEFOFO e PEAD para redes e ramais de água e para reposição de almozarifado, cujo processo licitatório será regido pela Lei 8666/93, atualizada pelas Leis Federais 8.883/94 e 9.648/98. As propostas serão recebidas no setor de licitações do SAMAE, a partir desta data, encerrando-se o prazo de entrega às 10:00 horas do dia 17 de Junho de 2014. A integral do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Lisboa, 520 - Bairro Jardim Bela Vista - Cocal do Sul-SC, pelo telefone (48)3447-6350, ou através do Site: www.samaecocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul-SC., 03 de Junho de 2014.

Carla Cristina Possamai Della.

Diretora do SAMAE

Convite 14/2014

AVISO DE LICITAÇÃO. O SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Cocal do Sul-SC, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 10:00 horas do dia 23 de Junho de 2014, realizará licitação na modalidade de CONVITE - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM nº 14/2014, para aquisição de peças e conexões em ferro fundido para redes e ramais de água, cujo processo licitatório será regido pela Lei 8666/93, atualizada pelas Leis Federais 8.883/94 e 9.648/98. As propostas serão recebidas no setor de licitações do SAMAE, a partir desta data, encerrando-se o prazo de entrega às 10:00 horas do dia 23 de Junho de 2014. A integral do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Lisboa, 520 - Bairro Jardim Bela Vista - Cocal do Sul-SC, pelo telefone (48)3447-6350, ou através do Site: www.samaecocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul-SC., 03 de Junho de 2014.

Carla Cristina Possamai Della.

Diretora do SAMAE

Concórdia

PREFEITURA

Adendo 01 ao Edital Pregão Presencial Nº 67/2014 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

ADENDO 01 AO EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2014 PMC

O Município de Concórdia, SC, por intermédio do Secretário Municipal de Urbanismo e Obras, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: aquisição de luminárias para a Rua Coberta e Praças Públicas, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital, foi alterado.

Diante do Decreto nº 422/2014 de 23 de maio de 2014 e em observância ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/1993, o prazo para protocolo dos envelopes, contendo as propostas de preços e documentação para habilitação, fica alterado para dia 13 de junho de 2014, até as 10:00 horas, sendo que a sessão de abertura da licitação, continuam marcados para a mesma data e horário.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados no site www.cidadecompras.com.br e na home Page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 03 de junho de 2014.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Adendo 01 ao Edital Pregão Presencial Nº 68/2014 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

ADENDO 01 AO EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2014 PMC

O Município de Concórdia, SC, por intermédio da Secretária Municipal de Educação, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: contratação de empresa especializada em serviços out sourcing de impressão e fotocópias, com aluguel de equipamentos multifuncionais p&b a laser, incluindo o fornecimento total de suprimentos e peças, exceto papel, na modalidade de atendimento "on site" e instalação nas dependências das Escolas da Rede Municipal, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital, foi alterado. Diante do Decreto nº 422/2014 de 23 de maio de 2014 e em observância ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/1993, o prazo para protocolo dos envelopes, contendo as propostas de preços e documentação para habilitação, fica alterado para dia 18 de junho de 2014, até as 10:00 horas, sendo que a sessão de abertura da licitação, continuam marcados para a mesma data e horário.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados no site www.cidadecompras.com.br e na home Page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na

Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 03 de junho de 2014.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 24/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 24/2014

Secretário Municipal de Assistência Social, Cidadania e Habitação, torna público que ratificou o ato da Senhora Noeli Woloszyn Brum de Oliveira, Diretora de Ação Social, que dispensou a licitação, nos termos do Inciso IV, do Artigo 24, homologada em 30 de maio de 2014, para despesas com telefonia móvel, para o mês de abril de 2014, em favor das empresas: TIM CELULAR S.A., no valor total estimado de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais); CLARO S.A., no valor total estimado de R\$ 100,00 (cem reais); e VIVO S.A., no valor total estimado de R\$ 200,00 (duzentos reais).

LAURI GARBOSSA

Secretário Municipal de Assistência Social, Cidadania e Habitação

Adendo 01 ao Edital Pregão Presencial Nº 62/2014 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

ADENDO 01 AO EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2014 PMC

O Município de Concórdia, SC, por intermédio do Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: Aquisição e instalação de brinquedos para diversas praças deste município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital, foi alterado diante do Decreto nº 422/2014, de 23 de maio de 2014 e, em observância ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/1993, o prazo para protocolo dos envelopes, contendo as propostas de preços e documentação para habilitação, fica alterado para dia 12 de junho de 2014, até às 08h:10min.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 3 de junho de 2014.

MAURI MARAN

Secretário Municipal Obras e Urbanismo

Adendo 01 ao Edital Pregão Presencial Nº 63/2014 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
ADENDO 01 AO EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2014 PMC

O Município de Concórdia, SC, por intermédio do Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: Contratação de serviços de palco, som e luz para a realização da XXIX Festa Nacional do Leitão Assado - FENAL e Aniversário do Município, nos dias 27 e 29 de julho de 2014, na Rua Leonel Mosele, em frente à Prefeitura Municipal e no Parque de Exposições Senador Atilio Fontana, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital, diante do Decreto nº 422/2014, de 23 de maio de 2014 e em observância ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/1993, o prazo para protocolo dos envelopes, contendo as propostas de preços e documentação para habilitação, fica alterado para dia 18 de junho de 2014, até às 08h:10min.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2167

Concórdia, SC, 3 de junho de 2014.
MARNIO ALBERTO CADORE
Secretário Municipal de Desenvolvimento
Econômico e Turismo

Adendo 01 ao Edital Pregão Presencial Nº 2/2014 FIA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2014 - FIA

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível contratação durante o ano de 2014 de empresa específica de teatro para apresentação de esquete teatral, com o tema Violência e a Exploração Sexual, para alunos de Escolas da Rede Municipal e Estadual de Ensino, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço por Item.
Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 12/06/2014.
Abertura: dia 13/06/2014, às 08h30min.
Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 29 de maio de 2014.
LAURI GARBOSA
Gestor do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência

Adendo 01 ao Edital Concorrência Nº 4/2014 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
ADENDO 01 AO EDITAL
CONCORRÊNCIA Nº 4/2014 PMC

O Município de Concórdia, SC, por intermédio do Secretário Municipal de Urbanismo e Obras, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), de duplicação da Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, localizada neste Município, com recursos oriundos do Convênio nº 800158/2013, através do Processo nº 1013907-59/2013, celebrado com a Caixa Econômica Federal/ Ministério das Cidades e contrapartida municipal, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico, constantes no Anexo "D" do Edital, sofreu alterações. Em observância ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/1993, por não alterar as propostas, e por entendimento jurídico, os prazos para protocolo dos envelopes e a abertura da licitação continuam marcados para a mesma data e horário.

O Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 03 de junho de 2014.
Mauri Maranhão
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução 396/2014

RESOLUÇÃO Nº 396, DE 29 DE MAIO DE 2014.
Concede licença ao Vereador Gilberto Antônio Romani.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e consoante deliberação do Plenário, promulga a seguinte Resolução.

Art. 1º Fica concedida licença de 31 (trinta e um) dias ao Vereador Gilberto Antônio Romani, para tratar de assuntos de interesse particular, a partir do dia 1º de julho de 2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 29 de maio de 2014.
Rogério Luciano Pacheco
Presidente

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Decreto N 266/2014

DECRETO Nº266 /2014, DE 02 DE JUNHO DE 2014
"REVOGA DECRETO Nº 254/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto Nº 254/2014 que atribuí Adicional de Responsabilidade e Periculosidade ao Sr. EVERSON VIVIAN, ocupante do cargo de Operador de Máquinas lotado na Secretaria de Infraestrutura, a partir desta data.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 02 de junho de 2014
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N 267/2014

DECRETO Nº267 /2014, DE 02 DE JUNHO DE 2014
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Sra. CARMEM APARECIDA TRESSOLDI WARKEN, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 01/02/2013 a 31/01/2014, que serão gozadas no período de 01/07/2014 a 30/07/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de junho de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 02 de junho de 2014.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CARMEM APARECIDA TRESSOLDI WARKEN
Ciente em: ____/____/2014

Decreto N 268/2014

DECRETO Nº 268/2014, DE 02 DE JUNHO DE 2014
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL NO ORÇAMENTO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1111/2014,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 15.452.2511.2.011 - Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria da Infraestrutura.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 94
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 260.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será anulada parte das seguintes dotações orçamentárias.

Projeto/Atividade: 13.392.2507.1.025 - Aquisição de Acervo para Biblioteca.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 49
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 12.000,00

Projeto/Atividade: 13.392.2507.2.003 - Aniversário do Município e Realizações de Eventos e Feiras..

Modalidade de Aplicação: 339000 - 50
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 20.000,00

Projeto/Atividade: 15.452.2511.1.012 - Aquisição de Área de Terra para Parque de Exposições..

Modalidade de Aplicação: 449000 - 80
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 4.000,00

Projeto/Atividade: 15.452.2511.1.013 - Construção de Pavilhões Parque de Exposições.

Modalidade de Aplicação: 449000 - 81
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 4.000,00

Projeto/Atividade: 15.452.2511.1.015 - Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Mobiliário.

Modalidade de Aplicação: 449000 - 83
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 5.000,00

Projeto/Atividade: 15.452.2511.1.016 - Construção Reforma e Ampliação da Garagem de Máquinas..

Modalidade de Aplicação: 449000 - 84
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 15.000,00

Projeto/Atividade: 28.841.000.0.001 - Pagamento dos Encargos Gerais do Município.

Modalidade de Aplicação: 469000 - 127
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 200.000,00

Art. 3º. Fica aberto no corrente exercício abertura de Crédito

Adicional Suplementar no valor de até R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 12.362.2506.2.015 - Apoio no Transporte Escolar do Ensino Médio.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 29

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 155.000,00

Art. 4º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 3º, será anulada parte da seguinte dotação orçamentária.

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.023 - Manutenção do Transporte Escolar.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 37

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 155.000,00

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 02 de junho de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Decreto N 269/2014

DECRETO Nº269 /2014, DE 02 DE JUNHO DE 2014

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Sr. EVERSON VIVIAN, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 18/04/2013 a 17/04/2014, que serão gozadas no período de 03/06/2014 a 02/07/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de junho de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 03 de junho de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

EVERSON VIVIAN

Ciente em: ____/____/2014

Edital de Processo Seletivo Nº 003/2014 - Divulgação do Gabarito Definitivo

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº 003/2014

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO GABARITO DEFINITIVO, DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, OBJETO DO EDITAL Nº 003/2014. ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 70 da Lei Orgânica do Municipal, CONSIDERANDO a não interposição de recurso RESOLVE divulgar o gabarito definitivo da prova escrita/objetiva do Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital nº 003/2014:

I - GABARITO DEFINITIVO:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Questões	A	B	C	D	E
01			X		
02		X			
03		X			
04			X		
05	X				
06					X
07			X		
08		X			
09				X	
10					X
11				X	
12		X			
13			X		
14				X	
15		X			
16		X			
17					X
18	X				
19		X			
20			X		

OPERADOR DE MÁQUINAS

Questões	A	B	C	D	E
01			X		
02	X				
03		X			
04				X	
05		X			
06				X	
07		X			
08		X			
09			X		
10		X			
11					X
12			X		
13		X			
14		X			

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL

Questões	A	B	C	D	E
01				X	
02		X			
03		X			
04			X		
05			X		
06			X		
07	X				
08	X				
09				X	
10				X	
11				X	
12			X		
13	X				
14				X	
15	X				
16			X		
17		X			
18				X	
19			X		
20				X	

Cordilheira Alta, SC, 04 de junho de 2014.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Edital de Processo Seletivo Nº 003/2014 - Identificação Pública

Edital de Processo Seletivo simplificado Nº003 /2014.

Alceu Mazzioni, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta (SC), no uso de suas atribuições legais, e em obediência ao que determina o item 12.7 do Edital do Processo Seletivo n. 003/2014, FAZ SABER aos que interessar possa, que a Identificação Pública dos candidatos ocorrerá no dia 05 de junho de 2014 às 13h30 , junto a Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta/SC, sito a Rua Celso Tozzo, 27, centro, no Município de Cordilheira Alta/SC. Maiores informações ou a integra do Edital de Processo Seletivo Simplificado poderá ser obtido junto a Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta sito a Rua Celso Tozzo, 27, centro, no Município de Cordilheira Alta (SC). Fone (49) - 3358-9100.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, (SC), em 03 de junho de 2014.

Alceu Mazzioni
Prefeito Municipal

Decreto N 270/2014

DECRETO Nº270 /2014, DE 03 DE JUNHO DE 2014

"PRORROGA EM 60 (SESSENTA) DIAS A LICENÇA MATERNIDADE CONCEDIDA À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º Prorrogar em 60 (sessenta) dias a Licença Maternidade concedida a Servidora Municipal, Sra. THAISE MÁRCIA FIDELIS , ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com fulcro no Parágrafo Único, do Art. 1º, da Lei n. 915/2010.

Art. 2º A licença de que trata o Art. 1º, será estendida de 05/06/2014 a 03/08/2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 03 de junho de 2014.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Transferências Federais Mês 05/2014**Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 02/05/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		11.608,89
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	9.519,79
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	6.926,21
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	6.926,21
4.1.7.2.1.36.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	2.593,58
4.1.7.2.1.36.01.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	1.400,53
4.1.7.2.1.36.02.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	700,27
4.1.7.2.1.36.03.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	492,78
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.607,81
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.607,81
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.607,81
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-518,71
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-518,71

Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 05/05/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		24.319,02
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	22.779,54
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	22.779,54
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transferências do Salário-Educação	11.777,61
4.1.7.2.1.35.03.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	3.762,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	7.239,93
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.539,48
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.539,48
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.539,48

Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 06/05/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		12.571,92
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	10.668,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	10.668,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00	Programa de Assistência Farmaceutica Basica	1.623,08
4.1.7.2.1.33.07.00.00	Teto Financeiro de Vigilância em Saúde - TFVS	2.444,92
4.1.7.2.1.33.13.00.00	PMAQ (RAB - PMAQ - SM)	6.600,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.903,92
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.903,92
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.903,92

Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2014
Data do Recebimento: 07/05/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.979,98
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	1.186,47
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	1.186,47
4.1.7.2.1.22.20.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	1.186,47
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	793,51
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	793,51
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	793,51

Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2014
Data do Recebimento: 08/05/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		3.909,70
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	2.991,14
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	2.991,14
4.1.7.2.1.33.10.00.00	Transferência do SIA - MAC	2.991,14
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	918,56
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	918,56
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	918,56

Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 09/05/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		330.184,14
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	388.703,04
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	388.703,04
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	388.703,04
4.1.7.2.1.01.02.10.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	388.703,04
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	209.899,64
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	104.949,82
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	73.853,58
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	19.221,70
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	19.221,70
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	19.221,70
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-77.740,60
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-77.740,60
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-77.740,60
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-77.740,60

Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2014
Data do Recebimento: 12/05/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.245,19
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.245,19
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.245,19
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.245,19

Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 13/05/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		13.195,44
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	7.187,50
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	7.187,50
4.1.7.2.1.34.04.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGDB	687,50
4.1.7.2.1.34.05.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PBFI - CRAS	6.000,00
4.1.7.2.1.34.06.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGD SUAS	500,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	6.007,94
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	6.007,94
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	6.007,94

Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 14/05/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		22.112,20
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	22.112,20
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	22.112,20
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	22.112,20

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2014
Data do Recebimento: 15/05/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		23.735,51
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	23.735,51
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	23.735,51
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	23.735,51

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2014
Data do Recebimento: 16/05/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.303,98
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.303,98
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.303,98
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.303,98

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2014
Data do Recebimento: 19/05/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		960,41
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	960,41
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	960,41
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	960,41

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2014
Data do Recebimento: 20/05/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		35.907,64
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	40.871,93
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	40.871,93
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	40.871,93
4.1.7.2.1.01.02.10.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	40.871,93
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	22.070,84
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	11.035,42
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	7.765,67
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	3.210,09
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.210,09
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.210,09
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-8.174,38
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-8.174,38
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-8.174,38
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-8.174,38

Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2014
Data do Recebimento: 21/05/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		3.192,32
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	3.192,32
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.192,32
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.192,32

Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 22/05/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		26.420,07
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	18.272,10
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	18.168,23
4.1.7.2.1.33.03.00.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	7.098,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00	Saúde da Família - SF	4.000,00
4.1.7.2.1.33.08.00.00	Saúde Bucal - SB	2.230,00
4.1.7.2.1.33.17.00.00	Transferência do FNS BLMAC	3.713,89
4.1.7.2.1.33.18.00.00	Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	1.126,34
4.1.7.2.1.99.00.00.00	Outras Transferências da União	103,87
4.1.7.2.1.99.02.00.00	Outras Transferências da União	103,87
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	8.147,97
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	8.147,97
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	8.147,97

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2014
Data do Recebimento: 23/05/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		5.888,70
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	5.888,70
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	5.888,70
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	5.888,70

Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2014
Data do Recebimento: 26/05/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		2.430,71
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.430,71
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.430,71
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.430,71

Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2014
Data do Recebimento: 27/05/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		4.255,91
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	4.255,91
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.255,91
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.255,91

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2014
Data do Recebimento: 28/05/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.718,77
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.718,77
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.718,77
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.718,77

Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTABetha Sistemas
Exercício de 2014
Data do Recebimento: 29/05/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		2.294,34
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.294,34
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.294,34
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.294,34

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 30/05/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		122.292,04
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	143.514,33
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	143.514,33
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	143.514,33
4.1.7.2.1.01.02.10.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	143.514,33
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	77.497,74
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	38.748,87
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	27.267,72
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	7.480,57
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	7.480,57
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	7.480,57
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-28.702,86
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-28.702,86
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-28.702,86
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-28.702,86

Coronel Freitas

PREFEITURA

Tomada de Preço FMS Nº 01/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Modalidade TOMADA DE PREÇO FMS Nº 01/2014

Objeto: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE EMPREITEIRA GLOBAL PARA REFORMA DO POSTO CENTRAL NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS SC.

Tipo: Menor Preço Global

Entrega dos envelope: até as 08:30 horas do dia 24/06/2014

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 24/06/2014

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 04 de Junho de 2014

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

Decreto Nº 085, de 02 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 085, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a homologação do Concurso Público n. 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADO para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013, de 06 de novembro de 2013), o Sr. CLAUDIR DE SOUZA, para exercer o Cargo de VIGIA - 40H, pelo Provimento de cargo Efetivo, enquadrado no anexo I Grupo 1 - Serviços Gerais - SEG, da Lei Complementar Municipal nº 034 de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Decreto Nº 086, de 02 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 086, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a homologação do Concurso Público n. 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADO para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013, de 06 de novembro de 2013), o Sr. DIOGO RODRIGO FRONCHETTI, para exercer o Cargo de MEDICO VETERINÁRIO - 40H, pelo Provimento de cargo Efetivo,

enquadrado no anexo I Grupo 5 - Técnico Científico - TEC, da Lei Complementar Municipal nº 034 de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Decreto Nº 087, de 02 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 087, DE 02 DE JUNHO DE 2014.
NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a homologação do Concurso Público n. 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADO para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013, de 06 de novembro de 2013), o Sr. ELVIR PERUZZO, para exercer o Cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS - 40H, pelo Provimento de cargo Efetivo, enquadrado no anexo I Grupo 2 - Serviços Operacionais - SOP, da Lei Complementar Municipal nº 034 de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Decreto Nº 088, de 02 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 088, DE 02 DE JUNHO DE 2014.
NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a homologação do Concurso Público n. 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADA para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013, de 06 de novembro de 2013), a Sra. FABIANE KNISPEL BURATTO, para exercer o Cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO - 40H, pelo Provimento de cargo Efetivo, enquadrado no anexo I Grupo 2 - Serviços Operacionais - SOP, da Lei Complementar Municipal nº 034 de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Decreto Nº 089, de 02 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 089, DE 02 DE JUNHO DE 2014.
NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a homologação do Concurso Público n. 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADO para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013, de 06 de novembro de 2013), o Sr. IVANDRO FERNANDES, para exercer o Cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO AREA 1 - 40H, pelo Provimento de cargo Efetivo, enquadrado no anexo I Grupo 3 - Serviços Auxiliares - SAL, da Lei Complementar Municipal nº 034 de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera

direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

Decreto Nº 090, de 02 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 090, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a homologação do Concurso Público n. 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADA para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013, de 06 de novembro de 2013), a Sra. TALITA SCHEFFER GITRONE, para exercer o Cargo de ENFERMEIRA - 40H, pelo Provimento de cargo Efetivo, enquadrado no anexo I Grupo 5 - Técnico Científico - TEC, da Lei Complementar Municipal nº 034 de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

Decreto Nº 091, de 02 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 091, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a homologação do Concurso Público n. 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADO para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013, de 06 de novembro de 2013), o Sr. JOSIMAR BECKER, para exercer o Cargo de MOTORISTA - 40H, pelo Provimento de cargo Efetivo, enquadrado no anexo I Grupo 2 - Serviços Operacionais - SOP, da Lei Complementar Municipal nº 034 de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

Decreto Nº 092, de 02 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 092, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a homologação do Concurso Público n. 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADO para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013, de 06 de novembro de 2013), o Sr. JOSOEL DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de MOTORISTA - 40H, pelo Provimento de cargo Efetivo, enquadrado no anexo I Grupo 2 - Serviços Operacionais - SOP, da Lei Complementar Municipal nº 034 de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da

Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

Decreto Nº 093, de 02 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 093, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a homologação do Concurso Público n. 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADO para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013, de 06 de novembro de 2013), o Sr. LAUDINEI BANDEIRA, para exercer o Cargo de VIGIA - 40H, pelo Provimento de cargo Efetivo, enquadrado no anexo I Grupo 1 - Serviços Gerais - SEG, da Lei Complementar Municipal nº 034 de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

Decreto Nº 094, de 02 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 094, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a homologação do Concurso Público n. 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADO para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013, de 06 de novembro de 2013), o Sr. LEOPOLDO SMANIOTTO, para exercer o Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - 40H, pelo Provimento de cargo Efetivo, enquadrado no anexo I Grupo 1 - Serviços Gerais - SEG, da Lei Complementar Municipal nº 034 de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

Decreto Nº 095, de 02 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 095, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a homologação do Concurso Público n. 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADO para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013, de 06 de novembro de 2013), o Sr. RAFAEL PERTUSSATTI, para exercer o Cargo de TÉCNICO EM INFORMÁTICA - 40H, pelo Provimento de cargo Efetivo, enquadrado no anexo I Grupo 4 - Técnico Profissional - TEP, da Lei Complementar Municipal nº 034 de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da

Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Decreto Nº 096, de 02 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 096, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a homologação do Concurso Público n. 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADO para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013, de 06 de novembro de 2013), o Sr. RICARDO JOSÉ PERTILLE, para exercer o Cargo de VIGIA - 40H, pelo Provimento de cargo Efetivo, enquadrado no anexo I Grupo 1 - Serviços Gerais - SEG, da Lei Complementar Municipal nº 034 de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Decreto Nº 097, de 02 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 097, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a homologação do Concurso Público n. 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADO para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013, de 06 de novembro de 2013), o Sr. RODRIGO PAULO BARBOSA, para exercer o Cargo de MOTORISTA - 40H, pelo Provimento de cargo Efetivo, enquadrado no anexo I Grupo 2 - Serviços Operacionais - SOP, da Lei Complementar Municipal nº 034 de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Decreto Nº 098, de 02 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 098, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a homologação do Concurso Público n. 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADO para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013, de 06 de novembro de 2013), o Sr. RUDIMAR CAMPANHA DA TRINDADE, para exercer o Cargo de VIGIA - 40H, pelo Provimento de cargo Efetivo, enquadrado no anexo I Grupo 1 - Serviços Gerais - SEG, da Lei Complementar Municipal nº 034 de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da

Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

Decreto Nº 099, de 02 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 099, DE 02 DE JUNHO DE 2014.
NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a homologação do Concurso Público n. 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADO para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013, de 06 de novembro de 2013), o Sr. SANDRO CAMPANA, para exercer o Cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS - 40H, pelo Provimento de cargo Efetivo, enquadrado no anexo I Grupo 2 - serviços Operacionais - SOP, da Lei Complementar Municipal nº 034 de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

Decreto Nº 100, de 02 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 100, DE 02 DE JUNHO DE 2014.
NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a homologação do Concurso Público n. 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADO para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013, de 06 de novembro de 2013), o Sr. VALCIR ALVARISTO, para exercer o Cargo de MOTORISTA - 40H, pelo Provimento de cargo Efetivo, enquadrado no anexo I Grupo 2 - Serviços Operacionais - SOP, da Lei Complementar Municipal nº 034 de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

Decreto Nº 101, de 02 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 101, DE 02 DE JUNHO DE 2014.
NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a homologação do Concurso Público n. 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADO para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013, de 06 de novembro de 2013), o Sr. VANDERLEI ERCULINO CONSOLI, para exercer o Cargo de MOTORISTA - 40H, pelo Provimento de cargo Efetivo, enquadrado no anexo I Grupo 2 - Serviços Operacionais - SOP, da Lei Complementar Municipal nº 034 de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da

Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Decreto Nº 102, de 02 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 102, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a homologação do Concurso Público n. 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADA para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013, de 06 de novembro de 2013), a Sra. BELONI POMAGERSKI, para exercer o Cargo de SERVENTE - 40H, pelo Provimento de cargo Efetivo, enquadrado no anexo I Grupo 1 - Serviços Gerais - SEG, da Lei Complementar Municipal nº 034 de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Decreto Nº 103, de 02 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 103, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a homologação do Concurso Público n. 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADA para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013, de 06 de novembro de 2013), a Sra. CLEUZA MENEGAT BELATTO, para exercer o Cargo de AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS - 40H, pelo Provimento de cargo Efetivo, enquadrado no anexo I Grupo 3 - Serviços Auxiliares - SAU, da Lei Complementar Municipal nº 034 de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Decreto Nº 104, de 02 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 104, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a homologação do Concurso Público n. 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADA para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013, de 06 de novembro de 2013), a Sra. CRISTINA BORDIGNON, para exercer o Cargo de PSICÓLOGA - 40H, pelo Provimento de cargo Efetivo, enquadrado no anexo I Grupo 5 - Técnico Científico - TEC, da Lei Complementar Municipal nº 034 de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da

Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Decreto Nº 105, de 02 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 105, DE 02 DE JUNHO DE 2014.
NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a homologação do Concurso Público n. 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADA para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013, de 06 de novembro de 2013), a Sra. FRANCI ELLEN FIN, para exercer o Cargo de FARMACÊUTICA - 40H, pelo Provimento de cargo Efetivo, enquadrado no anexo I Grupo 5 - Técnico Científico - TEC, da Lei Complementar Municipal nº 034 de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Decreto Nº 106, de 02 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 106, DE 02 DE JUNHO DE 2014.
NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a homologação do Concurso Público n. 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADA para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013, de 06 de novembro de 2013), a Sra. ISABEL DE ALMEIDA PAZ, para exercer o Cargo de FISIOTERAPEUTA - 40H, pelo Provimento de cargo Efetivo, enquadrado no anexo I Grupo 5 - Técnico Científico - TEC, da Lei Complementar Municipal nº 034 de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Decreto Nº 107, de 02 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 107, DE 02 DE JUNHO DE 2014.
NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a homologação do Concurso Público n. 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADA para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013, de 06 de novembro de 2013), a Sra. JANINHA NEVES PAIN RAVARENA, para exercer o Cargo de SERVENTE - 40H, pelo Provimento de cargo Efetivo, enquadrado no anexo I Grupo 1 - Serviços Gerais - SEG, da Lei Complementar Municipal nº 034 de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da

Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Decreto Nº 108, de 02 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 108, DE 02 DE JUNHO DE 2014.
NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a homologação do Concurso Público n. 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADA para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013, de 06 de novembro de 2013), a Sra. JOSIANE SILVESTRE, para exercer o Cargo de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL - 40H, pelo Provimento de cargo Efetivo, enquadrado no anexo I Grupo 3 - Serviços Auxiliares - SAU, da Lei Complementar Municipal nº 034 de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Decreto Nº 109, de 02 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 109, DE 02 DE JUNHO DE 2014.
NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a homologação do Concurso Público n. 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADA para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013, de 06 de novembro de 2013), a Sra. JUCELIA MARA GIRARDI PINHEIRO, para exercer o Cargo de SERVENTE - 40H, pelo Provimento de cargo Efetivo, enquadrado no anexo I Grupo 1 - Serviços Gerais - SEG, da Lei Complementar Municipal nº 034 de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Decreto Nº 110, de 02 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 110, DE 02 DE JUNHO DE 2014.
NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a homologação do Concurso Público n. 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADA para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013, de 06 de novembro de 2013), a Sra. KARINA PINHEIRO, para exercer o Cargo de SERVENTE - 40H, pelo Provimento de cargo Efetivo, enquadrado no anexo I Grupo 1 - Serviços Gerais - SEG, da Lei Complementar Municipal nº 034 de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da

Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Decreto Nº 111, de 02 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 111, DE 02 DE JUNHO DE 2014.
NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a homologação do Concurso Público n. 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADA para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013, de 06 de novembro de 2013), a Sra. MARIVONE CECCATTO MARASCHIN, para exercer o Cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO AREA 6 - 40H, pelo Provimento de cargo Efetivo, enquadrado no anexo I Grupo 3 - Serviços Auxiliares - SAU, da Lei Complementar Municipal nº 034 de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Decreto Nº 112, de 02 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 112, DE 02 DE JUNHO DE 2014.
NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a homologação do Concurso Público n. 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADA para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013, de 06 de novembro de 2013), a Sra. NEUZA DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de SERVENTE - 40H, pelo Provimento de cargo Efetivo, enquadrado no anexo I Grupo 1 - Serviços Gerais - SEG, da Lei Complementar Municipal nº 034 de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Decreto Nº 113, de 02 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 113, DE 02 DE JUNHO DE 2014.
NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a homologação do Concurso Público n. 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADA para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013, de 06 de novembro de 2013), a Sra. ROSA MARIA CAMARGO, para exercer o Cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO - 40H, pelo Provimento de cargo Efetivo, enquadrado no anexo I Grupo 2 - Serviços Operacionais - SOP, da Lei Complementar Municipal nº 034 de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da

Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

Decreto Nº 114, de 02 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 114, DE 02 DE JUNHO DE 2014.
NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a homologação do Concurso Público n. 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADA para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013, de 06 de novembro de 2013), a Sra. ROSELAINE LUCIA RETORE RAVARENA, para exercer o Cargo de SERVENTE - 40H, pelo Provimento de cargo Efetivo, enquadrado no anexo I Grupo 1 - Serviços Gerais - SEG, da Lei Complementar Municipal nº 034 de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

Decreto Nº 115, de 02 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 115, DE 02 DE JUNHO DE 2014.
NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a homologação do Concurso Público n. 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADA para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013, de 06 de novembro de 2013), a Sra. SILVANA BASI KARACEK, para exercer o Cargo de SERVENTE - 40H, pelo Provimento de cargo Efetivo, enquadrado no anexo I Grupo 1 - Serviços Gerais - SEG, da Lei Complementar Municipal nº 034 de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

Decreto Nº 116, de 02 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 116, DE 02 DE JUNHO DE 2014.
NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a homologação do Concurso Público n. 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADA para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013, de 06 de novembro de 2013), a Sra. SIMONE ZEVIESKI, para exercer o Cargo de SERVENTE - 40H, pelo Provimento de cargo Efetivo, enquadrado no anexo I Grupo 1 - Serviços Gerais - SEG, da Lei Complementar Municipal nº 034 de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da

Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Decreto Nº 117, de 02 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 117, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a homologação do Concurso Público n. 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADO para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013, de 06 de novembro de 2013), o Sr. JONES LEMES DA SILVA, para exercer o Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - 40H, pelo Provimento de cargo Efetivo, enquadrado no anexo I Grupo 1 - Serviços Gerais - SEG, da Lei Complementar Municipal nº 034 de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Decreto Nº. 119 de 02 de Junho de 2014.

DECRETO Nº. 119 DE 02 DE JUNHO DE 2014.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, e pela Lei Complementar nº034 de 27 de agosto de 2013, resolve;

DECRETAR:

Art. 1º Fica nomeado o Servidor Público Municipal abaixo relacionado, para ocupar Cargo em Comissão, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, regida pela Lei Complementar Municipal Nº 034 de 27 de agosto de 2013- Dispõe sobre a Reestruturação do plano de cargo e vencimento do pessoal do poder executivo do município de coronel Martins/SC, a partir de 03 de junho de 2014.

NOME	CARGO
Evandro Belatto	Chefe de Gabinete

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Decreto Nº 118 de 02 Junho de 2014.

DECRETO Nº 118 DE 02 JUNHO DE 2014.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

DECRETAR:

Art. 1º Fica exonerado, o Servidor Público Municipal abaixo nominado ocupante do Cargo em Comissão, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário com contribuição para o Regime Geral da Previdência Social, a partir de 02 de junho de 2014.

Nome	Cargo
Evandro Belatto	Diretor Geral de Convênios

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Anexo Segundo Termo Aditivo 022 /2014 Dados E Texto de Convenio

ANEXO SEGUNDO TERMO ADITIVO 022 /2014 DADOS E TEXTO DE CONVENIO

MÊS/ANO: 2005 NÚMERO CONVENIO: 723127/2009 e PMCM 028/2009

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 2009

DESCRIÇÃO: Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação do prazo de vigência do convenio nº. 723127/2009, para até 27 de Abril de 2014.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ nº. 03.353.358/0001-96
CONTRATADO: Ministério da Integração Nacional

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 27/04/2014

Anexo Terceiro Termo Aditivo 023/2014 Dados E Texto de Convenio

ANEXO TERCEIRO TERMO ADITIVO 023/2014 DADOS E TEXTO DE CONVENIO

MÊS/ANO: 2005 NÚMERO CONVENIO: 723127/2009 e PMCM 028/2009

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 2009

DESCRIÇÃO: Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação do prazo de vigência do convenio nº. 723127/2009, para até 25 de Agosto de 2014.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ nº. 03.353.358/0001-96
CONTRATADO: Ministério da Integração Nacional

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 25/08/2014

Portaria Nº. 089, de 02 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº. 089, DE 02 DE JUNHO DE 2014.
COLOCA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL À DISPOSIÇÃO DA CIDASC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Capítulo V, Artigo nº. 115, Inciso II, da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

RESOLVE:

Art. 1º Colocar o servidor municipal Sr. Diogo Rodrigo Franchetti, matrícula nº 887, ocupante do Cargo de Médico Veterinário, CPF nº 061.607.189-24, à disposição da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, com ônus para origem, a partir do dia 02/06/2014, para desenvolver atividades

de Defesa Sanitária Animal e para realização de inspeção junto as Agroindústrias do município de Coronel Martins, Santa Catarina:

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 02 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária Municipal da Administração, Planejamento e Finanças

Portaria Nº. 090 de 02 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº. 090 DE 02 DE JUNHO DE 2014.
DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA PARA ATUAR DE FORMA COM-
PARTILHADA JUNTO ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS QUE INDICA
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve:

DESIGNAR:

Art. 1º A Servidora Pública Municipal Senhora Cristina Bordignon, ocupante do Cargo Efetivo de Psicóloga, para exercer suas funções de forma harmônica e compartilhada, de conformidade com a carga horária e Secretarias Municipais a seguir indicadas:

Carga horária
Secretaria
20hs semanais
Secretaria de Saúde
20hs semanais
Secretaria de Assistência Social - CRAS

Art.2º A Servidora referida no artigo 1º atenderá ao público na Secretaria Municipal de Assistência Social, junto ao Centro de Referência de Assistência Social -CRAS.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 02 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Portaria Nº. 085 de 02 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº. 085 DE 02 DE JUNHO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 à 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 60 (sessenta) dias no período de 16/06/2014 à 14/08/2014.

Nome	Cargo	Referência
Avenir Cecatto	Vigia	06/03/2012 à 05/03/2013 05/03/2013 à 05/03/2014

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 02 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária de Administração, Planejamentos e Finanças.

Portaria Nº. 086 de 02 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº. 086 DE 02 DE JUNHO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 à 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 15 (quinze) dias no período de 09/06/2014 à 23/06/2014.

Nome	Cargo	Referência
Jefferson Pastorelo	Assessor de Imprensa	15/01/2013 à 14/01/2014

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 02 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária de Administração, Planejamentos e Finanças.

Portaria Nº. 087 de 02 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº. 087 DE 02 DE JUNHO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 à 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 60 (sessenta) dias no período de 12/06/2014 à 10/08/2014.

Nome	Cargo	Referência
Gefson Antônio de Carli	Vigia	12/07/2012 à 11/07/2013 12/07/2013 à 11/07/2014

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 02 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária de Administração, Planejamentos e Finanças.

Portaria Nº. 088 de 02 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº. 088 DE 02 DE JUNHO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em exercício, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 á 77 da Lei Complementar nº. 039, de 03/12/2013, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 01/07/2014 à 30/07/2014.

Nome	Cargo	Referência
Dinaura Dallacqua	Assistente Social	13/07/2012 á 12/07/2013

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 02 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária de Administração, Planejamentos e Finanças.

Decreto Nº 120 de 02 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 120 DE 02 DE JUNHO DE 2014.

PRORROGA PRAZO PARA PAGAMENTO DE IPTU - IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO EXERCICIO 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005.

Considerando os princípios administrativos da moralidade, interesse público e da eficiência, resolve;

DECRETAR:

Art. 1º Fica prorrogado para o dia 15 de Julho de 2014, o prazo para pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU da 1ª (primeira) parcela ou parcela única, para dia 15 de AGOSTO de 2014 a 2ª (Segunda) parcela, para o dia 15 de Setembro de 2014 a 3ª (terceira) parcela, e para o dia 15 de Outubro de 2014 a 4ª (Quarta) e última parcela, referente ao Exercício de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins, SC,
em 02 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Decreto Nº 121, de 02 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 121, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAIS DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a aprovação, sanção e publicação da Lei Complementar Municipal n. 34/2013, de 27 de agosto de 2013, que estabeleceu novo quadro de cargos de provimento em comissão.

DECRETA:

Art. 1º A servidora publica Fabiane Kinispel Burato fica nomeada para o respectivo Cargo de provimento em Comissão de Diretora Geral dos Serviços de Saúde Preventiva, enquadrada na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário com contribuição para o Regime Geral da Previdência Social, conforme Lei Complementar Municipal 34/2013, de 27 de agosto de 2013, optando pelo vencimento do cargo em comissão nos termos do artigo nº. 16 da lei citada

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições me contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária de Administração Planejamento e Finanças

Corupá

PREFEITURA

Decreto Nº 716 / 14

DECRETO Nº 716 / 14

DECRETA HORÁRIO REDUZIDO NOS DIAS EM QUE A SELEÇÃO BRASILEIRA JOGAR NA COPA DO MUNDO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, A SER OBSERVADO PELOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA.

LUIZ CARLOS TAMANINI Prefeito Municipal de Corupá no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com base no item VII, do art. 66 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a importância da otimização da prestação dos serviços públicos municipais;

CONSIDERANDO a necessidade contínua de controle nas despesas em todos os órgãos da Administração; e

CONSIDERANDO o evento Mundial, Copa do Mundo de Futebol da FIFA, que tem como sede nosso País.

DECRETA:

Art. 1º- Fica decretado horário reduzido no âmbito do Município de Corupá, a ser observado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta, somente nos dias em que a Seleção Brasileira jogar, sendo das 07 às 13 horas, exceto os Centros de Educação Infantil que paralisarão suas atividades 01 hora e 30 minutos antes do início de cada jogo.

Art. 2º- As medidas dispostas no presente Decreto não acarretarão paralisações nas prestações de agentes comunitárias de ESF e demais serviços públicos essenciais, considerados indispensáveis.

Art. 3º- Os serviços serão restabelecidos a sua normalidade no dia útil após cada situação.

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
30 de maio de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

PREFEITURA

Justificativa de Inexigibilidade de Licitação Nº 14/2014

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2014
REFERENTE: Contrato de prestação de serviço firmado entre o Fundo Municipal de Assistência Social de Curitibanos e a empresa Antenados Propagandas e Comunicações Ltda - ME, com o valor total de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

RESUMO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ANTENADOS PROPAGANDAS E COMUNICAÇÕES PARA A APRESENTAÇÃO DA PALESTRA MUSICAL E MOTIVACIONAL "SAUDADE DO QUE?", NO DIA 13/06/2014 NO EVENTO DO CREAS REFERENTE AO DIA MUNICIPAL DO IDOSO, NA FORMA DO ARTIGO 25, INCISO II, DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 25 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II - "para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 25 inciso II da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 03 de junho de 2014.

Diego Sebem Wordell
Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto
Membro

Márcia Dominski Penteado
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 25 o inciso II dou como aprovada.

Curitibanos, 03 de junho de 2014.

Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 03 de junho de 2014.

João Carlos Martis dos Santos
Presidente do Fundo

Editais de Pregão Presencial Nº 165/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 165/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS PARA REFORMA DA SALA DE MONITORAMENTO DA POLÍCIA MILITAR, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 17:30 horas do dia 18/06/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 18:00 horas do dia 18/06/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Curitiba, 30 de maio de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito MunicipalDiego Sebem Wordell
Pregoeiro**Editais de Pregão Presencial Nº 13/2014**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2014

O Fundo de Assistência Social de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento pelo Menor preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE PNEUS, VÁLVULAS DE AR E SERVIÇO DE GEOMETRIA, PARA O VEÍCULO GM SPIN, PLACAS MLJ 4754, EM USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 23/06/2014, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 23/06/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 02 de Junho de 2014.

João Carlos Martins dos Santos
Presidente do FundoDiego Sebem Wordell
Presidente da CPL**Editais de Pregão Presencial Nº 15/2014**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2014

O Fundo de Assistência Social de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento pelo Menor preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE CADEIRAS PARA CARRO TIPO BEBÊ CONFORTO E INFANTIL, PARA USO DO CONSELHO TUTELAR, E POLTRONAS GIRATORIAS TIPO EXECUTIVA PARA USO NO CREAS, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO DE CURITIBANOS CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 23/06/2014, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 23/06/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 03 de Junho de 2014.

João Carlos Martins dos Santos
Presidente do FundoDiego Sebem Wordell
Presidente da CPL

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

Aditivos de Contratos Pmdc - Contrato Nº 088/2013 067/2014 E 068/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO: 088/2013.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira.
Contratado: JCV Construção e Incorporação Ltda.
Objeto: Contratação de empresa para executar serviços e fornecimento de materiais para a construção do centro de comercialização de produtos dos agricultores rurais. Conforme contrato de repasse 772381/2012 MDA/PRONAT/CAIXA processo nº 0389698-40/2012. Origem: TP 124/2013 Vigência 01/06/2014 à 31/12/2014.

Dionísio Cerqueira 29/05/2014.
Altair Rittes
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 067/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira.
Contratado: Vanessa Tremea.
Objeto: Contratação de profissional em fonoaudiologia para prestação de serviços 08 horas semanais em atendimento de alunos diagnosticados com alterações Fonoaudiológicas necessitando de acompanhamento periódico.. Valor R\$ 855,00 - Origem: DL 074/2014 Vigência 10/06/2014 à 09/07/2014.

Dionísio Cerqueira 03/06/2014.
Altair Rittes
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO: 068 /2014.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira.
Contratado: Aline Vanin
Objeto: Contratação de profissional nutricionista 10 hs semanais para atendimento aos alunos com necessidade nutricional. Valor R\$ 780,00 . Origem: DL 074/2014 Vigência 10/06/2014 à 09/07/2014.

Dionísio Cerqueira 03/06/2014.
Altair Rittes
Prefeito Municipal

Aviso de Licitações Pmdc Nº 083 - 084 E 085

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão Presencial n. 083/2014. Objeto: Aquisição de Alimentos e material de limpeza para a casa abrigo Beija Flor Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 17/06/2014 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores

informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 03/06/2014.
Altair Rittes
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão Presencial n. 084/2014. Objeto: Aquisição de Moveis, eletrodomésticos para a Secretaria de Educação Entrega da documentação e propostas até as 14:30 horas do dia 17/06/2014 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 03/06/2014.
Altair Rittes
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão Presencial n. 085/2014. Objeto: Contratação de casa abrigo, para abrigamento de idosos Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 18/06/2014 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 03/06/2014.
Altair Rittes
Prefeito Municipal

Resultado de Licitações Pmdc Nº 077 E 078 - Fundo Municipal de Saúde Nº 033 E 034

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Licitação CV nº 077/2014, Objeto: Aquisição de moveis, equipamentos para o gabinete do Prefeito Municipal e para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano.. Vencedores: Elisabete Poletto Salla -ME - Valor R\$ 19.863,00 - Sandra Daniela Girardi - ME - Valor R\$ 6.152,00 - Salla Informática de Equip. de Inf. Ltda. Valor R\$ 10.190,00 -

Dionísio Cerqueira SC 29/05/2014
Altair Rittes
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Licitação Pregão nº 033/2014, Objeto: Aquisição de materiais de salvamento em locais elevados e aquáticos para o corpo de bombeiros militar de Dionísio Cerqueira SC Vencedores: D.Edge Comercio e Serviços Ltda. ME - Valor R\$ 5.487,00 -

Dionísio Cerqueira SC 28/05/2014

João Stahl
Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Licitação Pregão nº 078/2014, Objeto: Aquisição de portas, vidros, coberturas em chapa translúcida para creche Municipal e reformas de brinquedos nos parquinhos infantil.. Vencedor: Lavall e Lorenzon Ltda. Valor R\$ 26,776,00

Dionísio Cerqueira 03/06/2014
Altair Rittes
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Licitação Pregão nº 034/2014, Objeto: aquisição de materiais elétricos, hidráulicos e de pintura para manutenção das unidades básicas de saúde e divisórias para adequação de sala na sede do caps Vencedores: Lavall e Lorenzon Ltda - Valor R\$ 7.415,00 - Comercio de Ferragens Silvestri Ltda- Valor R\$ 807,56

Dionísio Cerqueira SC 03/06/2014
João Stahl
Gestor do FMS

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

Extrato de Contrato 041/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: ARCANGELO NONES e LODOVIRGEM J. NONES; OBJETO: Autorização de uso de Imóvel e de Exploração de Jazida Mineral; CONTRATO Nº: 041/2014; VALOR: R\$ 12.000,00 (doze mil reais); VIGÊNCIA: de 16/05/2014 a 31/12/2014;

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho

Extrato de Contrato 042/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: TEREZINHA SALETE VAES; OBJETO: Locação de duas (02) salas comerciais, contendo 110,48m², do imóvel localizado na Rua Brasília, nº 285, Centro, para funcionamento da Biblioteca Municipal e do Telecentro Comunitário; CONTRATO Nº: 042/2014; VALOR: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais); VIGÊNCIA: de 16/05/2014 a 31/12/2014;

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho

Extrato de Contrato 043/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: Empresa INDASPORTS ATIVIDADES DESP. S.S. LTDA; ESPÉCIE: PREGÃO PRESENCIAL; OBJETO: Prestação de serviços de arbitragem para eventos esportivos do município de Doutor Pedrinho - SC. CONTRATO Nº: 043/2014; VALOR: Valor global de R\$ 16.711,20 (dezesseis mil setecentos e onze reais e vinte centavos). VIGÊNCIA: de 16/05/2014 à 31/12/2014.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Extrato de Contrato 044/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: Empresa LIGA POMERODENSE DE DESPORTOS; ESPÉCIE: PREGÃO PRESENCIAL; OBJETO: Prestação de serviços de arbitragem para eventos esportivos do município de Doutor Pedrinho - SC. CONTRATO Nº: 044/2014; VALOR: Valor global de R\$ 18.315,62 (dezoito mil trezentos e quinze reais e sessenta e dois centavos). VIGÊNCIA: de 16/05/2014 à 31/12/2014.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Extrato de Contrato 045/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: Empresa INDELÉTRICA MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-ME; ESPÉCIE: TOMADA DE PREÇOS; OBJETO: Contratação de empresa para execução de serviços de engenharia, incluindo fornecimento de mão de obra e material na instalação de um sistema de iluminação esportiva no campo de futebol e pista de atletismo anexa ao campo. CONTRATO Nº: 045/2014; VALOR: Valor global de R\$ 272.759,64 (duzentos e setenta e dois mil, setecentos e cinquenta e nove reais e sessenta e quatro centavos). VIGÊNCIA: de 19/05/2014 à 31/12/2014.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Extrato de Contrato 046/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: Empresa METROMED COMERCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA; ESPÉCIE: PREGÃO PRESENCIAL; OBJETO: Fornecimento de EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DE USO NAS UNIDADES DE SAUDE PARA ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO. CONTRATO Nº: 046/2014; VALOR: Valor global de R\$ 26.486,40 (vinte e seis mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos). VIGÊNCIA: de 19/05/2014 à 31/12/2014.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Extrato de Contrato 047/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: Empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA; ESPÉCIE: PREGÃO PRESENCIAL; OBJETO: Fornecimento de EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DE USO NAS UNIDADES DE SAUDE PARA ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO. CONTRATO Nº: 047/2014; VALOR: Valor global de R\$ 7.319,38 (sete mil, trezentos e dezenove reais e trinta e oito centavos). VIGÊNCIA: de 19/05/2014 à 31/12/2014.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Extrato de Contrato 048/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: Empresa ALIANÇA HOSPITALAR LTDA; ESPÉCIE: PREGÃO PRESENCIAL; OBJETO: Fornecimento de EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DE USO NAS UNIDADES DE SAUDE PARA ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO. CONTRATO Nº: 048/2014; VALOR: Valor global de R\$ 3.564,40 (três mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos). VIGÊNCIA: de 19/05/2014 à 31/12/2014.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Extrato de Contrato 049/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: Empresa PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; ESPÉCIE: PREGÃO PRESENCIAL; OBJETO: Fornecimento de EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DE USO NAS UNIDADES DE SAUDE PARA ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO. CONTRATO Nº: 049/2014; VALOR: Valor global de R\$ 3.816,70 (três mil, oitocentos e dezesseis reais e setenta centavos). VIGÊNCIA: de 19/05/2014 à 31/12/2014.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Extrato de Contrato 050/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: Empresa PLASMEDIC COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA; ESPÉCIE: PREGÃO PRESENCIAL; OBJETO: Fornecimento de EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DE USO NAS UNIDADES DE SAUDE PARA ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO. CONTRATO Nº: 050/2014; VALOR: Valor global de R\$ 13.809,00 (treze mil, oitocentos e nove reais). VIGÊNCIA: de 19/05/2014 à 31/12/2014.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Extrato de Contrato 051/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: Empresa CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-ME; ESPÉCIE: PREGÃO PRESENCIAL; OBJETO: Fornecimento de EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DE USO NAS UNIDADES DE SAUDE PARA ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO. CONTRATO Nº: 051/2014; VALOR: Valor global de R\$ 8.523,00 (Oito mil, quinhentos e vinte e três reais). VIGÊNCIA: de 19/05/2014 à 31/12/2014.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Extrato de Contrato 052/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: Empresa MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A; ESPÉCIE: PREGÃO PRESENCIAL; OBJETO: Prestação de serviços em seguro para frota de veículos municipais (Prefeitura e FMS). CONTRATO Nº: 052/2014; VALOR: Valor global de R\$ 19.999,00 (dezenove mil, novecentos e noventa e nove reais). VIGÊNCIA: de 19/05/2014 à 31/12/2014.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Extrato de Contrato 053/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: Banda CURINGAS PROMOÇÕES E EVENTOS DE ESPETÁCULOS LTDA-ME; ESPÉCIE: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE; OBJETO: Prestação de Serviços relativos a APRESENTAÇÃO MUSICAL DA "BANDA CURINGAS" NO DIA 01 DE JUNHO DE 2014, NA FESTA DE COMEMORAÇÃO AOS 25 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO - ADMINISTRATIVA, junto ao Centro de Eventos de Doutor Pedrinho. CONTRATO Nº: 053/2014; VALOR: Valor de R\$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais). VIGÊNCIA: de 20/05/2014 à 30/06/2014.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Extrato de Contrato 054/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: IRANI PIRES (BANDA ELYTE); ESPÉCIE: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE; OBJETO: Prestação de Serviços relativos a APRESENTAÇÃO MUSICAL DA "BANDA ELYTE" NO DIA 01 DE JUNHO DE 2014, NA FESTA DE COMEMORAÇÃO AOS 25 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO - ADMINISTRATIVA, junto ao Centro de Eventos de Doutor Pedrinho. CONTRATO Nº: 054/2014; VALOR: Valor de R\$ 10.600,00 (dez mil e seiscentos reais). VIGÊNCIA: de 20/05/2014 à 30/06/2014.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Extrato de Contrato 055/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE - AMUSPE (BANDA FRIDAS); ESPÉCIE: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE; OBJETO: Prestação de Serviços relativos a APRESENTAÇÃO MUSICAL DA "BANDA FRIDAS" NO DIA 01 DE JUNHO DE 2014, NA FESTA DE COMEMORAÇÃO AOS 25 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO - ADMINISTRATIVA, junto ao Centro de Eventos de Doutor Pedrinho. CONTRATO Nº: 055/2014; VALOR: Valor de R\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais). VIGÊNCIA: de

20/05/2014 à 30/06/2014.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Extrato de Contrato 056/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: Empresa SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA-ME; ESPÉCIE: PREGÃO PRESENCIAL; OBJETO: Fornecimento de material elétrico de iluminação pública para o município de Doutor Pedrinho - SC. CONTRATO Nº: 056/2014; VALOR: Valor global de R\$ 29.756,30 (vinte e nove mil setecentos e cinquenta e seis reais e trinta centavos). VIGÊNCIA: de 26/05/2014 à 31/12/2014.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Extrato de Contrato 057/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: Empresa PRESIDENTE TUBOS E ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI ME; ESPÉCIE: CARTA CONVITE; OBJETO: Aquisição e instalação de galeria de concreto que serão alocados na Rua Santa Catarina. CONTRATO Nº: 057/2014; VALOR: Valor global de R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais). VIGÊNCIA: de 28/05/2014 à 31/12/2014.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Ermo

PREFEITURA

Lei Nº 354, de 04 de Junho de 2014.

LEI Nº 354, de 04 de junho de 2014.

Altera o Artigo 27 da Lei nº 020, de 21 de maio de 1997 que Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Artigo 27 da Lei nº 020, de 21 de maio de 1997, passa a vigorar com a seguinte Alteração:

“ Art. 27

§ 1º. Aos Membros Titulares do Conselho Tutelar, enquanto permanecerem no cargo, será atribuído subsídio mensal no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), revistos anualmente na mesma data e índice de revisão geral dos servidores e agentes políticos.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 04 de junho de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA R. MARCON BORGES

Secretária de Administração e Finanças Interina

Lei Nº 355, de 04 de Junho de 2014.

LEI Nº 355, de 04 de junho de 2014.

Autoriza o Poder Executivo a Celebrar Convênio de Cooperação com o Estado de Santa Catarina para implantação, funcionamento e administração dos serviços municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário e autoriza a execução de tais serviços pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, por intermédio de Contrato de Programa.

ALDOIR CADORIN, Prefeito do Município de Ermo faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar, CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO PARA GESTÃO ASSOCIADA, com fundamento no artigo 241 da Constituição Federal, Lei Federal nº. 11.107/2005, Lei Federal nº. 11.445/2007, Lei Estadual nº. 4.547/1970, Lei Estadual nº. 13.517/2005, Lei Estadual nº. 381/2007, e art. 31, da Lei Complementar Estadual nº 484/2010, visando à cooperação na Implantação, funcionamento e administração dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário com o ESTADO DE SANTA CATARINA para a prestação desses serviços pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN.

Art. 2º Fica o Poder Executivo, com fundamento no artigo 24 inciso XXVI da Lei Federal 8.666/93, e na legislação referida no artigo anterior, autorizado a celebrar CONTRATO DE PROGRAMA com a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, visando à Implantação, funcionamento e administração dos serviços

municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Art. 3º Fica a CASAN autorizada a celebrar outros instrumentos jurídicos com terceiros para prestação dos serviços abrangidos pelo contrato, como subconcessões, locação de ativos, parcerias público-privada dentre outras, visando à realização de adequada prestação dos serviços e sua gradual expansão.

Art. 4º As autorizações de que tratam os artigos 1º, 2º e 3º desta lei, visam à implantação e integração dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário ao serviço estadual de saneamento básico e abrangerá as seguintes atividades integradas e suas respectivas infra-estruturas e instalações operacionais:

I - a captação, adução e tratamento de água bruta;
II - a adução, reservação e distribuição de água tratada;
III - a coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos sanitários.

Art. 5º O convênio de cooperação estabelecerá:

I - os meios e instrumentos para o exercício das competências de fiscalização e regulação, delegados ao ÓRGÃO REGULADOR;
II - o planejamento dos serviços de saneamento básico;
III - as atribuições do MUNICÍPIO;
IV - as atribuições do Estado, através da CASAN.

Art. 6º O presente CONVÊNIO poderá ser extinto, nas seguintes hipóteses:

I - pelo MUNICÍPIO, unilateralmente, através de processo conduzido pela Agência Reguladora nos termos da Legislação vigente e em caso de risco na descontinuidade da prestação dos serviços, salvo se esta descontinuidade for decorrente de intempéries ou motivo de força maior.

II - advento do termo final do prazo do CONVÊNIO, sem que haja prorrogação pactuada entre as PARTES;

III - pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas, por meio de processo administrativo visando à verificação de inadimplência do MUNICÍPIO ou da CASAN, assegurado o direito de ampla defesa.

Art. 7º A denúncia total ou parcial do CONVÊNIO pelos CONVENIENTES, não afeta a vigência do CONTRATO DE PROGRAMA firmado entre o MUNICÍPIO e a CASAN para a prestação dos serviços de saneamento básico, ficando assegurado o cumprimento das obrigações previstas.

Art. 8º Em qualquer hipótese, a reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 04 de junho de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA R. MARCON BORGES

Secretária de Administração e Finanças Interina

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

Extrato Dispensa 00082014 - Mitra Diocesana - Creche Barra Grande

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa nº 0008/2014

Locatário: O Município de Faxinal dos Guedes

Locador: Mitra Diocesana Chapecó

Objeto: Locação de imóvel destinado as atividades da creche municipal do distrito da Barra Grande.

Valor: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Amparo Legal: Art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0066/2014, na Modalidade Dispensa de Licitação nº 0008/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 03 de junho de 2014.

EDEGAR GIORDANI

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Edital_1tubos de Concreto PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial nº 0039/2014

Processo licitatório nº: 0069/2014

Objeto: Aquisição de forma parcelada de tubos de concreto para a prefeitura de Faxinal Dos Guedes.

Data do recebimento: 25/06/2014 as 09h 00min.

Data da Abertura: 25/06/2014 as 09h 15min.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 50 - Centro - fone (49) 3436 - 4300.

Amparo legal: Leis 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 03 de junho de 2013

EDEGAR GIORDANI

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Edital_lavagem Veiculos Pm1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial nº 0037/2014

Processo licitatório nº: 0067/2014

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de lavagem de veículos da prefeitura municipal.

Data do recebimento: 23/06/2014 as 09h 00min.

Data da Abertura: 23/06/2014 as 09h 15min.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 50

- Centro - fone (49) 3436 - 4300.

Amparo legal: Leis 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 03 de junho de 2013

EDEGAR GIORDANI

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Edital_lavagem Veiculos Fms1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial nº 0011/2014

Processo licitatório nº: 0034/2014

Objeto: Contratação de empresa para prestação de lavagem de veículos do fundo municipal de saúde

Data do recebimento: 23/06/2014 as 10h 00min.

Data da Abertura: 23/06/2014 as 10h 15min.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 50 - Centro - fone (49) 3436 - 4300.

Amparo legal: Leis 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 03 de junho de 2013

EDEGAR GIORDANI

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Edital_borracharia Fms1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial nº 0012/2014

Processo licitatório nº: 0035/2014

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de borracharia para o fundo municipal de saúde

Data do recebimento: 24/06/2014 as 10h 30min.

Data da Abertura: 24/06/2014 as 10h 45min.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 50 - Centro - fone (49) 3436 - 4300.

Amparo legal: Leis 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 03 de junho de 2013

EDEGAR GIORDANI

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Edital_borracharia Pm1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial nº 0038/2014

Processo licitatório nº: 0068/2014

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de borracharia.

Data do recebimento: 24/06/2014 as 09h 00min.

Data da Abertura: 24/06/2014 as 09h 15min.
Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 50 - Centro - fone (49) 3436 - 4300.

Amparo legal: Leis 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 03 de junho de 2013
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Contrato_ Diversos1 - Pneus Novos Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº. 0064/2014

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: Bellenzier Pneus Ltda.
Objeto: Aquisição de forma parcelada de protetores de aro, câmaras de ar e pneus novos, destinados aos veículos da secretaria de saúde.
Valor: R\$ 16.820,00 (dezesesseis mil oitocentos e vinte reais)
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0032/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0010/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 29 de maio de 2014.
ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº. 0065/2014

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: Joaçaba Pneus Ltda.
Objeto: Aquisição de forma parcelada de protetores de aro, câmaras de ar e pneus novos, destinados aos veículos da secretaria de saúde.
Valor: R\$ 4.596,00 (quatro mil quinhentos e noventa e seis reais)
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0032/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0010/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 29 de maio de 2014.
ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº. 0066/2014

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: Pneuforte Comércio e Recapagens Ltda.
Objeto: Aquisição de forma parcelada de protetores de aro, câmaras de ar e pneus novos, destinados aos veículos da secretaria de saúde.
Valor: R\$ 352,00 (trezentos e cinquenta e dois reais)
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0032/2014, na

Modalidade Pregão Presencial nº 0010/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 29 de maio de 2014.
ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

1Extrato Contrato_ Diversos - Pneus Novos Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 0099/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Bellenzier Pneus Ltda
Objeto: Aquisição de protetores de aro, câmaras de ar e pneus novos, destinados aos veículos das diversas secretarias do centro administrativo municipal.
Valor: R\$ 43.792,00 (quarenta e três mil setecentos e noventa e dois reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0048/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0026/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 29 de maio de 2014.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 0100/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Joaçaba Pneus Ltda
Objeto: Aquisição de protetores de aro, câmaras de ar e pneus novos, destinados aos veículos das diversas secretarias do centro administrativo municipal.
Valor: R\$ 58.985,60 (cinquenta e oito mil novecentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0048/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0026/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 29 de maio de 2014.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 0101/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Modelo Pneus Ltda
Objeto: Aquisição de protetores de aro, câmaras de ar e pneus novos, destinados aos veículos das diversas secretarias do centro administrativo municipal.
Valor: R\$ 73.056,00 (setenta e três mil e cinquenta e seis reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0048/2014, na Modalidade

Pregão Presencial nº 0026/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 29 de maio de 2014.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 0102/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Pneuforte Comércio e Recapagens Ltda.

Objeto: Aquisição de protetores de aro, câmaras de ar e pneus novos, destinados aos veículos das diversas secretarias do centro administrativo municipal.
Valor: R\$ 386,00 (trezentos e oitenta e seis reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0048/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0026/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 29 de maio de 2014.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Contrato 01032014 - Mitra Diocesana - Creche Barra Grande

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº 0103/2014

Locatário: O Município de Faxinal dos Guedes

Locador: Mitra Diocesana Chapecó
Objeto: Locação de imóvel destinado as atividades da creche municipal do distrito da Barra Grande.

Valor: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
Amparo Legal: Art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0066/2014, na Modalidade Dispensa de Licitação nº 0008/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 03 de junho de 2014.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato1 Alteração de Dados Cardiologia Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO ALETRAÇÃOD E DADOS

Altera-se o nome da contratada de: Prócardio Clínica De Cardiologia S/S Ltda, passa a ser: Vita Cardio Clínica de Cardiologia S/S Ltda.

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de cardiologia a serem executados junto ao fundo municipal de saúde de Faxinal dos Guedes.

Número do Contrato: 0019/201, Processo Licitatório: 0010/2013, Tomada de Preços: 0002/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 02 de junho de 2014.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

002 - Edital N 003 - Homologa Inscrições Ps1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES**

PROCESSO SELETIVO Nº 002/2014

EDITAL Nº 003

**PUBLICA O RESULTADO PRELIMINAR DA HOMOLOGAÇÃO DAS
INSCRIÇÕES ÀS VAGAS DO EMPREGO PÚBLICO
CONTEMPLADO NO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2014.**

O Prefeito Municipal, de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, Senhor **Edegar Giordani**;

Considerando os relatórios encaminhados pela empresa responsável pela coordenação e operacionalização do Processo Seletivo nº 002/2014;

Considerando as disposições do Edital nº 001, que regulamentam o Processo Seletivo nº 002/2014;

Faz Saber o resultado da análise das inscrições dos interessados inscritos em concorrer às vagas dos cargos contemplados no Processo Seletivo nº 002/2014, conforme consta dos quadros seguintes:

I – Concorrência Geral – CG:

Identificação do Emprego Público		Nº Vagas
Agente Comunitário de Saúde – Área 02/Microárea 28		01
Identificação do Candidato		Condição da Inscrição
Nº Insc.	Nome	
29	ALEXANDRE VICELLI DALLA BETHA	Não Homologada
7	ANA PAULA ALVES NUNES	Não Homologada
17	CAMILA DASSI	Não Homologada
14	ELIZANDRA RODRIGUES DOS SANTOS	Homologada
16	GIZELE SBARDELLA BENETTI	Homologada
10	JULIANA KUGELMAIER DE ANDRADE	Homologada
21	MARLI MORAIS	Homologada
5	SABRINA BRUCHEZ CORRÊA	Homologada
30	SAMARA APARECIDA SIQUEIRA	Não Homologada
05 (cinco) inscrições homologadas.		



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES**

PROCESSO SELETIVO Nº 002/2014

Identificação do Emprego Público		Nº Vagas
Agente Comunitário de Saúde – Área 03/Microárea 15		01
Identificação do Candidato		Condição da Inscrição
Nº Insc.	Nome	
25	ADRIANA CARLA CARDOZO	Não Homologada
19	ALESSANDRA BRUCHEZ	Não Homologada
6	ANA PAULA MENEZES OTOVOLF	Homologada
23	DILVA ZARDINELLO MACEDO	Não Homologada
28	DIVANIA BACCHI	Homologada
8	ELIANE WAEISS	Homologada
11	ELIZANGELA GIROTTO ALVES ROSA DA SILVA	Homologada
20	ELIZANGELA SANTIN BERTE	Homologada
4	ILIANE VIEIRA PAETZOLD	Homologada
22	JANETE NEVES TOBALDINI	Homologada
27	JOSE DE OLIVEIRA	Homologada
18	KATIA REGINA CAVASSINI POTTRATZ	Homologada
12	LENOIR BARBOSA DE LIMA	Não Homologada
9	MARILENE PRESTES	Homologada
26	MARITANIA SPRICIGO	Homologada
24	MARY BIESEK BERTÉ	Homologada
13	SUZANA DIAS ZAMPROGNA	Não Homologada
15	TAMIRES CARLA COMIN	Homologada
13 (treze) inscrições homologadas.		

II – Portadores de Necessidades Especiais – PNE:

(PNE) Não houve inscritos na condição de Portadores de Necessidades Especiais

III – Das inscrições NÃO HOMOLOGADAS

As inscrições não homologadas estão nesta condição pela ausência de comprovação do pagamento do boleto bancário relativo ao valor estabelecido para a inscrição.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES
PROCESSO SELETIVO Nº 002/2014

IV – Dos recursos em face dos resultados da homologação das inscrições

4.1 Nos termos do da linha "a", do subitem "7.1" e do ANEXO VIII do Edital nº 001 que disciplina este Processo Seletivo, após a publicação deste Edital, ficará aberto o prazo de dois dias úteis para a interposição de recursos em face do mesmo.

4.2 Se não houver a alteração de resultados em face de recursos interpostos, será este considerado o resultado definitivo da homologação das inscrições.

Gabinete do prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes – SC, 3 de junho de 2014.

EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

002 - EDITAL N 004 - HOMOLOGA INSCRICOES CP**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES****CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2014****EDITAL Nº 004****PUBLICA O RESULTADO PRELIMINAR DA HOMOLOGAÇÃO DAS
INSCRIÇÕES ÀS VAGAS DOS CARGOS CONTEMPLADOS NO
CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2014**

O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina,
Senhor **Edegar Giordani**;

Considerando os relatórios encaminhados pela empresa responsável pela
coordenação e operacionalização do Concurso Público nº 002/2014;

Considerando as disposições do Edital nº 001, que regulamentam o
Concurso Público nº 002/2014;

Faz Saber o resultado da análise das inscrições dos interessados inscritos
em concorrer às vagas dos cargos contemplados no Concurso Público nº
002/2014, conforme consta dos quadros seguintes:

I – Concorrência Geral – CG

Identificação do Cargo		Nº Vagas
Agente de Serviços Específicos (Masculino)		01
Identificação do Candidato		Condição da Inscrição
Nº Insc.	Nome	
58	ADAVILSO GIROLOMETTO	Homologada
37	ANDRÉ GOMES	Homologada
28	AUGUSTO DE MARTINI	Não Homologada
60	DIOMAR DE MORAIS SANTANA	Não Homologada
9	FELIPE JOSE ALVES	Homologada
36	IDAMARA MONICA CORTINA	Não Homologada
112	JOÃO MARIA GOMES FERREIRA	Não Homologada
87	NELI LOURDES DE OLIVEIRA	Homologada
5	RITA APARECIDA SCAINI	Não Homologada



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES**

CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2014

103	ROBERTO LUIZ LAZZARI	Não Homologada
27	VALDELIR COSTA MAIA	Homologada
05 (cinco) inscrições homologadas.		

Identificação do Cargo		Nº Vagas
Cozinheira		01
Identificação do Candidato		Condição da Inscrição
Nº Insc.	Nome	
3	ADRIANA BALLICO	Não Homologada
86	ANDRESSA APARECIDA FLORENCIO MOREIRA	Não Homologada
62	ANITA DOS SANTOS	Homologada
17	CATARINA SEBASTIANA DOS SANTOS MENDES	Não Homologada
63	CLAUDIA FATIMA TOSS	Não Homologada
19	CLEUNICE APARECIDA GUERREIRO SALAMBAIA	Não Homologada
35	CRISTIANE DA PURIFICAÇÃO SIQUEIRA	Não Homologada
52	ELIZETE DA LUZ LEITE	Homologada
48	GISELE ROSA DE OLIVEIRA DE BORTOLLI	Homologada
108	ILDA DE SÁ	Não Homologada
30	IVANILDE MUNARETTO	Não Homologada
85	IVONE DE FATIMA FLORÊNCIO	Homologada
101	JANDIRA DE OLIVEIRA DALLIGNA	Homologada
25	LIDIA TONET	Homologada
65	LORECI SIMÕES DOS SANTOS DE LIMA	Não Homologada
53	MARIANA REBELATTO FRANKIN	Homologada
94	MARILI RECH	Homologada
83	MARLENE TAPPARELLO	Homologada
67	MARLI AUGUSTINHA BOROSKI BEE	Homologada
12	MARLI JANETE RODRIGUES	Homologada



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES**

CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2014

70	MARTA FALCK PADOAN	Homologada
7	ROSELI COUSSEAU MAURER	Homologada
59	SIMONE TEREZINHA SPEROTTO MASO	Homologada
50	SIRLEI VERDI	Homologada
10	VILMA ANTUNES ALVES	Homologada
16 (dezesesseis) inscrições homologadas.		

Identificação do Cargo		Nº Vagas
Médico		01
Identificação do Candidato		Condição da Inscrição
Nº Insc.	Nome	
44	ALESSANDRA CAROLINA CHIARELLO	Homologada
45	MARCIA MARQUES ANDRADE WERLANG	Homologada
82	MARIA JULIA SOUZA DA SILVA	Homologada
03 (três) inscrições homologadas.		

Identificação do Cargo		Nº Vagas
Motorista de Ambulância		01
Identificação do Candidato		Condição da Inscrição
Nº Insc.	Nome	
16	ALESSANDRO DEITOS	Não Homologada
29	ALMIR SEDNEI DA SILVA	Não Homologada
23	ALTAIR ALVES CAVALHEIRO DA SILVA	Não Homologada
105	CLOVIS PAVLAK	Não Homologada
96	CRISTIANO CERATTO	Homologada
78	DACI CERATTO	Homologada
40	EDILSONALVESDAMASCENO	Não Homologada
98	GIOVANI LUIS BORTOLOTTO	Homologada



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES**

CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2014

57	JOÃO CARLOS GOMES	Homologada
38	JOSÉ OFRAGIO	Não Homologada
24	JULNEI ANTONIO RIGON	Homologada
90	MAILSON ANTONIO COSTA	Homologada
15	MARCOS VANDERLEI VALENDOLF DE ALMEIDA	Homologada
49	NELSON PICOLOTTO	Homologada
08 (oito) inscrições homologadas.		

Identificação do Cargo		Nº Vagas
Motorista de Caminhão		01
Identificação do Candidato		Condição da Inscrição
Nº Insc.	Nome	
92	ADELAMIR TONET FELIPE	Homologada
31	ARÇOLINO RODRIGUES	Homologada
107	CIDEMAR LUIZ MASCARELLO	Homologada
39	CRISTIAN SIQUEIRA DE OLIVEIRA	Homologada
11	DANIEL ARNO PASIN	Não Homologada
21	DEOCLECIO ANTONIO DEQUIGIOVANI	Homologada
68	DILMAR ELVIS LORENTZ	Homologada
111	EDI PAULO SCHINA	Não Homologada
20	EDSON SANDRO QUILANTE	Homologada
6	ELIZER DA FONSECA	Não Homologada
64	ELMIR LUIS PADOAN	Homologada
26	FERNANDO MARINHO DE MELLO	Não Homologada
55	FRANCISCO BOGISCH	Homologada
18	IVANIR SALAMBAIA	Não Homologada
91	IVO PEDROSO	Homologada
80	JACSON THOMAZZI	Homologada



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES**

CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2014

72	JEAN LUIZ BERGAMASCHI	Homologada
41	LUIZ ANTONIO MOGNOL	Não Homologada
76	LUIZ BATASSINI	Não Homologada
71	LUIZ CARLOS SCHERNOSKI	Homologada
81	NELSON MARIO DE BORTOLI	Homologada
66	ODINEI PINTO RIBEIRO	Não Homologada
79	ROBSON LEANDRO LEISMANN	Homologada
15 (quinze) inscrições homologadas.		

Identificação do Cargo		Nº Vagas
Motorista de Ônibus		01
Identificação do Candidato		Condição da Inscrição
Nº Insc.	Nome	
75	CLAUDINEI BATISTA DE OLIVEIRA	Homologada
56	DIONES FRACARO	Homologada
13	GENTIL GILBERTO SCHVIRK	Homologada
106	GERSON LUIZ SANDI	Homologada
73	IVONETE IVANIR DA SILVA	Homologada
104	JACKSON DE OLIVEIRA	Homologada
14	JULCINÉIA APARECIDA DOS SANTOS RODRIGUES	Não Homologada
46	NEODI PRIMO DE BORTOLLI	Homologada
99	VAGNER KUGELMEIER TONDELLO	Homologada
34	VALDECI DOS SANTOS	Homologada
69	VALDIR DE OLIVEIRA FLORES	Homologada
10 (dez) inscrições homologadas.		



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES**

CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2014

Identificação do Cargo		Nº Vagas
Professor de Artes - 20 horas semanais		01
Identificação do Candidato		Condição da Inscrição
Nº Insc.	Nome	
109	CLEUSA TELES MENDES KERBER	Homologada
88	DAIANE BERNARDON	Homologada
02 (duas) inscrições homologadas.		

Identificação do Cargo		Nº Vagas
Professor de Artes - 40 horas semanais		01
Identificação do Candidato		Condição da Inscrição
Nº Insc.	Nome	
89	ELIANE APARECIDA SCHEIS	Homologada
97	GILVANE ARALDI	Homologada
2	MARLUCE MARISA BECKER	Não Homologada
93	RAQUEL MOURA DE SOUZA BORGES	Não Homologada
02 (duas) inscrições homologadas.		

Identificação do Cargo		Nº Vagas
Professor de Ciências - 40 horas semanais		01
Identificação do Candidato		Condição da Inscrição
Nº Insc.	Nome	
95	JÉSSICA TAIZE SPRICIGO	Homologada
01 (uma) inscrição homologada.		

Identificação do Cargo		Nº Vagas
Professor de Ensino Religioso - 40 horas semanais		01
Identificação do Candidato		Condição da Inscrição
Nº Insc.	Nome	
54	DULCINÉIA KOSLOSKI	Não Homologada
110	KELLI CRISTINA MARQUES FERRAZ FERREIRA	Homologada



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES**

CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2014

32	LEANDRO AUGUSTO DE SOUZA VENTURINI	Não Homologada
61	PATRICIA DELGADO ACOSTA BACHI	Homologada
43	SUELI RODRIGUES FERRO	Homologada
03 (três) inscrições homologadas.		

Identificação do Cargo		Nº Vagas
Professor de Língua Estrangeira/Espanhol 40 horas semanais		01
Identificação do Candidato		Condição da Inscrição
Nº Insc.	Nome	
77	SOLANGE CRISTINA ROSSETTO	Homologada
01 (uma) inscrição homologada.		

Identificação do Cargo		Nº Vagas
Professor de Língua Estrangeira/Inglês 40 horas semanais		01
Identificação do Candidato		Condição da Inscrição
Nº Insc.	Nome	
74	NATALI REGINA DA SILVA	Homologada
01 (uma) inscrição homologada.		

Identificação do Cargo		Nº Vagas
Professor de Matemática - 40 horas semanais		01
Identificação do Candidato		Condição da Inscrição
Nº Insc.	Nome	
102	ELIANA MARCIA ALBERTON	Não Homologada
84	GICELA ROSA MARIN	Homologada
42	ROGÉRIO LUIZ BAGGIO	Homologada
02 (duas) inscrições homologadas.		



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES**

CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2014

II – Portadores de Necessidades Especiais – PNE:

Não houve inscritos na condição de Portadores de Necessidades Especiais (PNE).

III – Das inscrições NÃO HOMOLOGADAS

As inscrições não homologadas estão nesta condição pela ausência de comprovação do pagamento do boleto bancário relativo ao valor estabelecido para a inscrição.

IV – Dos recursos em face dos resultados da homologação das inscrições

4.1 Nos termos do da linha "a", do subitem "7.1" e do ANEXO VIII do Edital nº 001 que disciplina este Concurso Público, após a publicação deste Edital, ficará aberto o prazo de dois dias úteis para a interposição de recursos em face do mesmo.

4.2 Se não houver a alteração de resultados em face de recursos interpostos, será este considerado o resultado definitivo da homologação das inscrições.

Gabinete do prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes – SC, 3 de junho de 2014.

EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

Forquilha

PREFEITURA

Extrato de Contrato PMF Nº. 103/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 103/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - GUEDE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA

OBJETO -O presente Instrumento tem por objeto a aquisição de materiais esportivos para atender as necessidades da Comissão Municipal de Esportes - CME, por meio da Secretaria de Esporte Cultura e Turismo do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 1.490,00 (mil quatrocentos e noventa reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 0803.2019.3390 (152).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 95/PMF/2014

DATA DA ASSINATURA - 07 de maio de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Ata do Edital de Tomada de Preço Nº. 112/PMF/2014

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 112/PMF/2014

PRIMEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 112/PMF/2014, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO NO AEROPORTO DIOMÍCIO FREITAS, LOCALIZADO NA AVENIDA VANTE ROVARIS, 1.085, MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, COMPREENDENDO MATERIAL, MÃO-DE-OBRA, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS NORMAIS E ESPECIAIS NECESSÁRIAS.

Às dez horas do dia três do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 112/PMF/2014. Abertos os trabalhos pelo Presidente, Sr. Ademir Brandieli Pedro, o mesmo informou que a empresa PONTO CERTO CONSTRUÇÕES LTDA., protocolaram tempestivamente seus envelopes no Setor de Compras desta Prefeitura. Determinada a abertura dos envelopes n. 01 da HABILITAÇÃO, a comissão analisou os documentos de habilitação, juntamente com o participante da empresa Ponto Certo Construções Ltda., o Sr. Miguel Machado, e a Engª. Sra. Lilian Bitencourt Colombi. Assim, por estar tudo em conformidade com o disposto do edital, a mesma foi habilitada para a próxima fase - da Proposta de Preços (envelope 02). A empresa participante renunciou expressamente o prazo para interposição de recurso na forma da lei configurando a decadência deste. Decide esta comissão em dar continuidade a este processo licitatório com a abertura da segunda etapa. Aberto o envelope nº. 02 da Proposta de Preço, o preço global apresentado foi: PONTO CERTO CONSTRUÇÕES LTDA. R\$ 202.045,33 (duzentos e dois mil quarenta e cinco reais e trinta e três centavos). A proposta de menor valor global, pertencente à empresa PONTO CERTO CONSTRUÇÕES LTDA. foi conferida pela comissão de licitação, a mesma certificou-se que a proposta apresentada de acordo com as exigências do edital. Assim, decide esta comissão, por unanimidade, declarar vencedora

a empresa PONTO CERTO CONSTRUÇÕES LTDA. O representante da empresa participante renunciou expressa o prazo para interposição de recurso sofrendo assim, a decadência deste. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem.

Forquilha, 03 de junho de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Presidente da Comissão de Licitação

TAINARA REDIVO

Membro da Comissão

MAGALI DA ROSA

Membro da Comissão

LILIAN BITENCOURT COLOMBI

Engenheira Civil

PONTO CERTO CONSTRUÇÕES LTDA.

Miguel Machado

Ata do Edital de Pregão Presencial Nº. 83/PMF/2014

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 83/PMF/2014

Às onze horas do dia três do mês de junho de dois mil e quatorze, a comissão de Pregão reuniu-se para julgar o recurso apresentado pela empresa MOBILEBRAS PRODUTOS E SERVIÇOS, recebido tempestivamente em 08/04/2014, conforme Ata 01. A empresa recorrente questionou a apresentação do Laudo Ergonômico e Biomecânico pela empresa Celito Carlessi e Cia Ltda., de acordo com o item 7.1.4 do edital de chamamento. Com base nas alegações da recorrente, a pregoeira solicitou análise dos fatos à equipe técnica desta municipalidade, estes afirmaram que o documento apresentado pela empresa Celito Carlessi não relata as atividades inerentes à ergonomia e biomecânica. Com base nesta documentação a comissão de pregão decidiu por inabilitar a empresa Celito Carlessi e Cia Ltda. e transferir a situação de vencedor para a segunda colocada, a empresa MOBILEBRAS PRODUTOS E SERVIÇOS. A documentação dessa já foi conferida e a empresa habilitada conforme Ata 01. Assim, abre-se prazo recursal conforme legislação vigente para manifestação de recurso quanto à decisão de inabilitação. Nada mais havendo a tratar, fica encerrada esta reunião.

Forquilha, 03 de junho de 2014.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

RENATA PREIRA FRITZEN

Membro da Comissão

VALCDECIR TISCOSKI

Membro da Comissão

Decreto Nº. 70, de 22 de Maio de 2014.

DECRETO Nº. 70, DE 22 DE MAIO DE 2014.

ESTABELECE EXPEDIENTE EM REGIME ESPECIAL AOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL NOS DIAS DE JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA NA COPA DO MUNDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal c/c a Lei nº 992, de 26 de agosto de 2003,

CONSIDERANDO a realização da Copa do Mundo de Futebol que se realizará no Brasil no período de 12/06/2014 a 13/07/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido expediente em regime especial aos órgãos da administração direta, indireta e fundacional, para o funcionamento dos serviços administrativos das repartições públicas municipais, no dias de jogos da seleção brasileira, onde os servidores poderão ser liberados uma hora antes do início dos jogos, com exceção das seguintes Secretarias e servidores:

I - Secretaria Municipal de Saúde, com funcionamento do Pronto Atendimento Municipal;

II - Secretaria de Educação, com funcionamento dos Centros de Educação Infantil;

III - Demais servidores que prestam serviços essenciais e inadiáveis.

Art. 2º Cabe a cada Secretaria viabilizar escala de trabalho para que os serviços públicos não sejam prejudicados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 22 de maio de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 22 de maio de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração

Decreto Nº 071, de 22 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 071, DE 22 DE MAIO DE 2014.

DETERMINA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DIA 20 DE JUNHO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 20 de junho do corrente ano, tendo em vista o feriado municipal de Corpus Christi declarado pela Lei nº 200, de 22 de janeiro de 1993.

Art. 2º Os serviços públicos municipais ficarão suspensos na data referida no artigo primeiro.

Parágrafo único. Os serviços públicos considerados essenciais e inadiáveis permanecerão em funcionamento, cabendo a cada Secretaria viabilizar escala de trabalho para que os serviços públicos não sejam prejudicados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 22 de maio de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 22 de maio de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 41/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 41/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 110/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - GENTE SEGURADORA S.A.

DO OBJETO - Prestação de serviços, através de empresa especializada, para cobertura de seguros de veículos diversos da Frota Oficial do Município de Forquilha/SC.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº. 110/PMF/2013 de 27/05/2014 para 27/05/2015.

DO VALOR - O valor foi alterado conforme proposta de reequilíbrio econômico e financeiro apresentada pela Contratante considerando o volume de sinistros ocorridos (confirmados pelo setor competente desta municipalidade), perfazendo o valor global de R\$ 8.929,75 (oito mil novecentos e vinte e nove mil e setenta e cinco centavos).

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 22/05/2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 91/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 91/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA

OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de gêneros alimentícios, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino, de FORQUILHINHA/SC.

VALOR - R\$ 66.609,90 (sessenta e seis mil seiscentos e nove reais e noventa centavos).

VIGÊNCIA - 31/08/2014.

DOTAÇÃO - 0501.2014.3390 (65), (66).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 75/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 02 de maio de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 32/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 32/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 16/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA

DO OBJETO - Aquisição de gêneros alimentícios, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino, de FORQUILHINHA/SC;

DO VALOR - Fica acrescido no objeto do contrato nº. 16/PMF/2014 o valor de R\$ 7.169,37 (sete mil cento e sessenta e nove reais e trinta e sete centavos) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, relativo ao seguinte item:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
13	200	Kg	Carne bovina em iscas	Pavei	R\$ 16,80	R\$ 3.360,00
14	300	Kg	Carne bovina moída	Genebra	R\$ 10,20	R\$ 3.060,00
32	37	Kg	Margarina	Delícia	R\$ 6,83	R\$ 252,71
34	125	Kg	Macarrão parafuso	Ogliari	R\$ 3,50	R\$ 437,50
38	17	Pct	Mingau de aveia	Nutribom	R\$ 3,48	R\$ 59,16

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 22 de abril de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação: Pregão Presencial Nº. 129/PMF/2014.

AVISO DE LICITAÇÃO

REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 129/PMF/2014.

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de informática, através de empresas do ramo pertinente, para uso das diversas secretarias da Administração Municipal de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 24 de junho de 2014 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mails: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 03 de junho de 2014.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

Fraiburgo**PREFEITURA****Decreto 0153/2014**

DECRETO Nº 153, DE 03 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2210, de 05 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo crédito adicional suplementar, para o exercício de 2014 no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

12.00 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
12.01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
23.695.0025.2.052 - Desenvolvimento e Promoção do Turismo		
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (215)	R\$	20.000,00
Total	R\$	20.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

12.00 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
12.01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
23.695.0025.2.052 - Desenvolvimento e Promoção do Turismo		
4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (216)	R\$	20.000,00
Total	R\$	20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 02 DE JUNHO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso da Tomada de Preços Nº 0013/2014

Aviso de Licitação - Tomada de Preços nº 0013/2014 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 0013/2014 - PMF

Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação com pedras basálticas irregulares na Rua Amâncio Chelli, no Bairro Roland Mayer, Loteamento Vila Nova, nesta cidade, com área total a pavimentar de 6.009,18 m², de acordo com os projetos, memorial descritivo e quantitativo (anexos ao PAL); Modalidade: Tomada de Preços; Regime de Execução: Empreitada por Preço Global; Recurso: 1.290 - Operações

de Crédito Interna (BADESC) - Dotação 128; Julgamento: Menor Preço Global; Protocolo dos Envelopes: Até às 09:00 horas do dia 23.06.2014; Abertura do Certame: No mesmo dia às 09:15 horas. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas, nº 185. Informações pelo fone (49) 3256-3000-ramais 3023/3039. Email: compras@fraiburgo.sc.gov.br

Fraiburgo(SC), 03 de junho de 2014.
Ivo Biazolo
Prefeito Municipal

Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 0025/2014- Editora Folha

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0121/2014
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0025/2014-PMF

O Município de Fraiburgo (SC), neste ato representado pelo Prefeito Municipal, torna público a Inexigibilidade de Licitação nº 0025/2014-PMF, de acordo com o Edital de Credenciamento nº 0001/2014-PMF e Decreto nº 0092 de 18 de março de 2014, o credenciamento da empresa "EDITORA FOLHA DE VIDERA LTDA ME" inscrita no CNPJ sob nº 06.017.462/0001-06, para prestação de serviços relativo a veiculação na forma impressa de publicidade institucional, de utilidade pública, campanhas educativas e outras, com base no Art. 25, Caput, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Fraiburgo(SC), 03 de junho de 2014.
Ivo Biazolo
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1078/2014

PORTARIA N.º 1.078, DE 03 DE JUNHO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0001 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SAMUARA DA CRUZ ROSA MOREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 068.019.399-55, contratada em caráter temporário na função de FISIOTERAPEUTA, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 07 de junho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de junho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1079/2014

PORTARIA N.º 1.079, DE 03 DE JUNHO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de NEIDE APARECIDA TIEQUIM, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 005.094.309-02, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 08 de junho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de junho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1080/2014

PORTARIA N.º 1.080, DE 03 DE JUNHO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JANDIRA APARECIDA MARQUES DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 560.017.119-68, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de junho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de junho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1081/2014

PORTARIA N.º 1.081, DE 03 DE JUNHO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o

Edital n.º 0021 de 14 de março de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARTA DA APARECIDA DOS SANTOS, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 961.102.799-00, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 17 de junho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1082/2014

PORTARIA Nº 1.082, DE 03 DE JUNHO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato da servidora JUCENI MELLO CAREGNATO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 656.714.579-04, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 03 de junho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1083/2014

PORTARIA N.º 1.083, DE 03 DE JUNHO DE 2014.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0111, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0673/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JUCENI MELLO CAREGNATO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 656.714.579-04, no cargo de provimento em comissão de DIRETOR ESCOLAR - NÍVEL 02, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 04 de junho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1084/2014

PORTARIA Nº 1.084, DE 03 DE JUNHO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato da servidora JANETE CORTE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 044.199.979-40, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 03 de junho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1085/2014

PORTARIA Nº 1.085, DE 03 DE JUNHO DE 2014.

Designa Agente Público Municipal como Responsável pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Agente Público Municipal, ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o nº 027.546.959-07, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Administração e Planejamento, através da portaria nº 1.574, de 28 de maio de 2013, para ser responsável e exercer a função de ORDENADOR DE DESPESAS da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, a partir de 02 de junho de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1086/2014

PORTARIA N.º 1.086, DE 03 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital

n.º 0015 de 05 de fevereiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0092/2014 da Secretaria Municipal de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANDREA HILDEBRANDO DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 035.532.869-03, contratada em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de junho de 2014 até 31 de julho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1087/2014

PORTARIA N.º 1.087, DE 03 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0015 de 05 de fevereiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0092/2014 da Secretaria Municipal de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JUCIANE DE FATIMA FERNANDES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 938.487.579-15, contratada em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de junho de 2014 até 31 de julho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1088/2014

PORTARIA N.º 1.088, DE 03 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0015 de 05 de fevereiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0092/2014 da Secretaria Municipal de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLEUDE BIANCHI, brasileira,

divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 656.561.649-34, contratada em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de junho de 2014 até 31 de julho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1089/2014

PORTARIA N.º 1.089, DE 03 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0015 de 05 de fevereiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0093/2014 da Secretaria Municipal de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IVONE RIBEIRO ALVES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 814.007.139-00, contratada em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 06 de junho de 2014 até 31 de julho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1090/2014

PORTARIA N.º 1.090, DE 03 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0015 de 05 de fevereiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0094/2014 da Secretaria Municipal de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLECI TEREZINHA RODRIGUES DOS SANTOS RUSCHEL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 743.463.939-34, contratada em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 08 de junho de 2014 até 31 de julho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de junho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1091/2014

PORTARIA N.º 1.091, DE 03 DE JUNHO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0015 de 05 de fevereiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0096/2014 da Secretaria Municipal de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOSIANE MOREIRA DOS SANTOS SCHIRMER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 026.264.499-11, contratada em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de junho de 2014 até 31 de julho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de junho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1092/2014

PORTARIA N.º 1.092, DE 03 DE JUNHO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0015 de 05 de fevereiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0096/2014 da Secretaria Municipal de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de VIVIANE VAZ COSTA ALVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 092.157.619-69, contratada em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de junho de 2014 até 31 de julho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de junho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1093/2014

PORTARIA N.º 1.093, DE 03 DE JUNHO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0015 de 05 de fevereiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0095/2014 da Secretaria Municipal de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de FRANCIELE PEDROSO RAUBER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 023.872.449-23, contratada em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 17 de junho de 2014 até 31 de julho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de junho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1094/2014

PORTARIA Nº 1.094, DE 03 DE JUNHO DE 2014.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato do servidor JULIANO ANGELO DA SILVA MARTINS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 074.897.429-60, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 03 de junho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de junho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1095/2014

PORTARIA Nº 1.095, DE 03 DE JUNHO DE 2014.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato da servidora MARIA ROZENA DA CRUZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 649.920.809-44, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 03 de junho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1096/2014

PORTARIA Nº 1.096, DE 03 DE JUNHO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato da servidora LAURIETI DOS SANTOS SCHADE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 085.806.809-56, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 03 de junho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Lei Nº 2232/2014

LEI Nº 2232, DE 03 DE JUNHO DE 2014.

AUTORIZA A CRIAÇÃO DE PROGRAMA DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR DE FRAIBURGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a criação de Programa de Apoio à Agricultura Familiar de Fraiburgo, com o objetivo de produção de alimentos seguros, de forma sustentável, dentro dos princípios estabelecidos pelo sistema de produção integrada, em transição à produção orgânica, fomentando junto aos produtores de Fraiburgo a implantação progressiva e gradual de sistemas de produção agroecológica, nas áreas de laticínio, fruticultura, horticultura e agroflorestas de erva-mate, entre outras.

Art. 2º. Para desenvolvimento do programa o município poderá instituir, através da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, projetos de Patrulha Agrícola, visando atender aos produtores.

Parágrafo único. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a

realizar a cessão de uso de máquinas e equipamentos necessários a implantação do projeto de Patrulha Agrícola, diretamente às associações civis sem fins econômicos, criadas com estes objetivos, de acordo com normas estabelecidas em contrato e regimento interno específicos do programa.

Art. 3º. Para execução do programa criado por esta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a realizar parcerias, convênios e cooperações técnicas com universidades, instituições públicas e privadas de pesquisa e extensão e instituições criadas com os mesmos objetivos do programa, seja de âmbito Municipal, Estadual ou Federal, obedecidas as disposições legais aplicáveis.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução financeira da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias previstas e consignadas nos orçamentos vigentes.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC, 03 DE JUNHO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Lei Nº 2233/2014

LEI Nº 2233, DE 03 DE JUNHO DE 2014.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO A REALIZAR A PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a executar projeto de pavimentação nas vias públicas que integram o sistema viário municipal:

a) Avenida Adalberto Schmidt Burda, defronte das quadras 034, 035, 036, 038, 039, 040, 041, 042, 053 e 054;

b) Rua Albano Burger, defronte das quadras 038 e 054.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC, 03 DE JUNHO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA

Portaria N.º 410/2014.

PORTARIA N.º 410, DE 02 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor SEVERO JOSÉ COSTA, Matrícula Funcional n.º 0789, referente a 2011/2012, no período de 07/05/2014 à 16/05/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 411/2014.

PORTARIA N.º 411, DE 02 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor MARCELO ABREU DOS SANTOS, Matrícula Funcional n.º 4201, referente a 2012/2013, no período de 05/05/2014 à 03/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 412/2014.

PORTARIA N.º 412, DE 02 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora TATIANE DA ROSA THEOPHILO, Matrícula Funcional n.º 3559, referente a 2012/2013, no período de 05/05/2014 à 14/05/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 413/2014.

PORTARIA N.º 413, DE 02 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 20 (vinte) dias, concedidos através da Portaria n.º 197/2014 e suspensas através da Portaria n.º 296/2014, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor JOÃO LUIZ GREGÓRIO, Matrícula Funcional n.º 3770, no período de 28/04/2014 à 17/05/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 28/04/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 414/2014.

PORTARIA N.º 414, DE 02 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, sem remuneração, nos termos do art. 123, da Lei n.º 1000/2005, ao servidor GERALDO LAUDELINO DE SENNA FILHO, Matrícula Funcional n.º 0105, pelo período de 07(sete) meses, a partir de 02/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 415/2014.

PORTARIA N.º 415, DE 02 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor VALDELI MARQUES, Matrícula Funcional n.º 0118, referente à 2012/2013, no período de 01/05/2014 à 30/05/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/05/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 416/2014.

PORTARIA N.º 416, DE 02 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.734/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, LORENA BERNARDO DE ABREU, CPF n.º 824.870.149-20, das funções comissionadas do cargo de DIRETOR ADMINISTRATIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PROCESSOS, da Secretaria Municipal de Administração, a partir de 01/05/2014.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/05/2014

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 417/2014.

PORTARIA N.º 417, DE 02 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.734/2013, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º DESIGNAR, nos termos do art. 5º, § 7º, b. e art. 83, da Lei n.º 1000/2005, LORENA BERNARDO DE ABREU, CPF n.º 824.870.149-20, para exercer as funções do cargo comissionado de DIRETOR ADMINISTRATIVO DE GESTÃO DE PESSOAS, com gratificação de 80% (oitenta por cento) do cargo ocupado, a partir de 02 de maio de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 418/2014.

PORTARIA N.º 418, DE 05 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 07 (sete) dias, concedidos através da Portaria n.º 430/2013 e suspensas através da Portaria n.º 472/2013, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor ROGÉRIO OSVALDO DE SOUZA GONÇALVES, Matrícula Funcional n.º 4296, no período de 05/05/2014 à 11/05/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 419/2014.

PORTARIA N.º 419, DE 05 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias, referentes a férias concedidas através da Portaria n.º 333/2012 e interrompidas através da Portaria n.º 411/2012, do servidor JOSÉ NILTON SANSEVERINO, Matrícula Funcional n.º 4152.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 420/2014.

PORTARIA N.º 420, DE 05 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) LIONI FILISBINA FONSECA, Merendeira, matrícula funcional n.º 3682, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 07/04/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 07/04/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 421/2014.

PORTARIA N.º 421, DE 05 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos do art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ROSILEI DE PAULO, Auxiliar de serviços gerais, matrícula funcional n.º 5118, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 01/05/2014, sendo encaminhado(o) após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias,

o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/05/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 422/2014.

PORTARIA N.º 422, DE 05 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora EDINETE CARDOSO, Agente Comunitário de Saúde, matrícula funcional n.º 5137, contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, pelo período de 19 (dezenove) dias, a partir de 22/04/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 22/04/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 423/2014.

PORTARIA N.º 423, DE 05 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, a servidora ANA MARIA GONÇALVES DE OLIVEIRA, Matrícula Funcional n.º 0046, referente a 2002-2007, no período de 20/05/2014 à 18/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 424/2014.

PORTARIA N.º 424, DE 05 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, CRISTIAN JOSÉ DE PAULO PATRICIO, CPF n.º 088.995.799-11, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DE SETOR DE APOIO, da Secretaria de Saúde, a partir de 05 de maio de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 425/2014.

PORTARIA N.º 425, DE 05 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora IVONETE DA ROSA, Matrícula Funcional n.º 0172, referente a 2013, no período de 05/05/2014 à 03/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 426/2014.

PORTARIA N.º 426, DE 06 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) LAURA AMORIM DA ROCHA,

Servente, matrícula funcional n.º 0042, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 02/05/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/05/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 427/2014.

PORTARIA N.º 427, DE 06 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) DILMA ANICETO DA SILVA, Merendeira, matrícula funcional n.º 4384, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 02/05/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/05/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 428/2014.

PORTARIA N.º 428, DE 06 DE MAIO DE 2014.
DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º

1000/2005, ao(a) servidor(a) MARILÍS DOS REIS WERLANG, matrícula n.º 3587, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Saúde, com gratificação de 70% (setenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 01/05/2014.

§ 1º. Nos termos do § 1º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MARILÍS DOS REIS WERLANG, CPF n.º 004.015.729-60, fica designada a responsabilidade direta pelo trabalho com os pacientes portadores de HIV, Hepatite C e Tuberculose, da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Garopaba.

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/05/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 429/2014.

PORTARIA N.º 429, DE 06 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor FERNANDO DA SILVA FERREIRA, Matrícula Funcional n.º 3556, referente a 2013/2014, no período de 06/05/2014 à 04/06/2014.

Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 430/2014.

PORTARIA N.º 430, DE 06 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de

Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias, referente às férias concedidas através da Portaria n.º 253/2010 e suspensas através da portaria 310/2010, da Servidora ADRIANE DOS SANTOS, Matrícula Funcional n.º 0009,

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 431/2014.

PORTARIA N.º 431, DE 07 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) EDEGAR FURTADO RODRIGUES, Servente, matrícula funcional n.º 3838, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 12/05/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 432/2014.

PORTARIA N.º 432, DE 07 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos

termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor MANOEL NETO ALEXANDRINO, Matrícula Funcional n.º 0006, referente à 2012/2013, no período de 24/05/2014 à 22/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 433/2014.

PORTARIA N.º 433, DE 08 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, MARIANA FERREIRA, CPF n.º 093.705.419-42, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DE SETOR DE APOIO, da Secretaria Municipal de Infra Estrutura, a partir de 08 de maio de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 434/2014.

PORTARIA N.º 434, DE 08 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor ROSEMIRO GONÇALVES, Matrícula Funcional n.º 0079, referente a 2013/2014, no período de 01/05/2014 à 30/05/2014.

Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/05/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 435/2014.

PORTARIA N.º 435, DE 08 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, a servidora NEREIDE PINTO RODRIGUES, Matrícula Funcional n.º 0102, referente a 2007-2012, no período de 05/05/2014 à 03/07/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 05/05/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 436/2014.

PORTARIA N.º 436, DE 08 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA À MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, a servidora JULIA GRACIELA DE MORAES CAMPOS, Atendente de Consultório Dentário, matrícula funcional n.º 5043, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 06/05/2014.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 06/05/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 437/2014.

PORTARIA N.º 437, DE 08 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 07/05/2014, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor TIAGO MEDEIROS, Matrícula Funcional n.º 3555, concedidas através da Portaria n.º 429/2014, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 07/05/2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 438/2014.

PORTARIA N.º 438, DE 08 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE AUSÊNCIA JUSTIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Nos termos do art. 63, III, b, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora LAVINA MARQUES PACHECO, matrícula funcional n.º 0766, JUSTIFICA SUA AUSÊNCIA, por 07 (sete) dias consecutivos, a partir de 03 de maio de 2014, por motivo de falecimento de sua mãe.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 03/05/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 439/2014.

PORTARIA N.º 439, DE 08 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora SOLANGE NASCIMENTO ANTONIO, Matrícula Funcional n.º 4904, referente à 2013/2014, no período de 19/05/2014 à 02/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 440/2014.

PORTARIA N.º 440, DE 09 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora CAROLINA ROSA DE ABREU MACHADO, Matrícula Funcional n.º 5073, referente à 2013/2014, no período de 12/05/2014 à 10/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 441/2014.

PORTARIA N.º 441, DE 09 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora MARIA DE AMORIM BOTELHO, Servente, matrícula funcional n.º 5384, contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, pelo período de 25 (vinte e cinco) dias, a partir de 19/04/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 19/04/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 442/2014.

PORTARIA N.º 442, DE 09 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE INCORPORAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INCORPORAR aos vencimentos do servidor FERNANDO DA SILVA FERREIRA, Auxiliar Administrativo, Matrícula n.º 3556, o valor de R\$ 138,16 (cento e trinta e oito reais com dezesseis centavos), correspondentes a 20% (vinte por cento) da diferença entre seu vencimento e a remuneração definida para o cargo ao qual foi nomeado, através da Portaria n.º 594/2011, conforme calculo constante no Anexo I, em cumprimento ao parágrafo 8º, do artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/05/2011, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 443/2014.

PORTARIA N.º 443, DE 09 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor ITAMAR CARVALHO FARACO, Matrícula Funcional n.º 3700, referente à 2012/2013, no período de 02/06/2014 à 01/07/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 444/2014.

PORTARIA N.º 444, DE 09 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora LINDOCI GONÇALVES DOS SANTOS, Matrícula Funcional n.º 0725, referente à 2013/2014, no período de 02/06/2014 à 01/07/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 445/2014.

PORTARIA N.º 445, DE 09 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor JOSÉ NILTON SANSEVERINO, Matrícula Funcional n.º 4152, referente à 2013/2014, no período de 02/06/2014 à 01/07/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 446/2014.

PORTARIA N.º 446, DE 09 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora BRUNA DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 3552, referente à 2013/2014, no período de 16/05/2014 à 30/05/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 447/2014.

PORTARIA N.º 447, DE 10 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor AURINO DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 0076, referente à 2013/2014, no período de 15/05/2014 à 13/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 448/2014.

PORTARIA N.º 448, DE 10 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor OSVALDO ROCHA, Matrícula Funcional n.º 0108, referente à 2013/2014, no período de 01/06/2014 à 30/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 449/2014.

PORTARIA N.º 449, DE 14 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor JOÃO LUIZ GREGÓRIO, Matrícula Funcional n.º 3770, referente a 2012/2013, no período de 02/06/2014 à 01/07/2014.

Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 450/2014.

PORTARIA N.º 450, DE 14 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos da Lei Municipal n.º 1.533 de 02 de junho de 2011, a conselheira tutelar NADIR DA SILVA, CPF n.º 657.243.059-68, referente à 2013, no período de 02/06/2014 à 01/07/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 451/2014.

PORTARIA N.º 451, DE 14 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora GABRIELA PERES, Matrícula Funcional n.º 4142, referente a 2013/2014, no período de 19/05/2014 à 17/06/2014.

Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 452/2014.

PORTARIA N.º 452, DE 14 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, EDEVALDO GONÇALVES DA SILVA JUNIOR, CPF n.º 068.892.519-70, das funções comissionadas do cargo de CHEFE DA DIVISÃO DE EVENTOS, da Secretaria Municipal de Turismo e Esporte, a partir de 13/05/2014.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 13/05/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 453/2014.

PORTARIA N.º 453, DE 14 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias, referente às férias concedidas através da Portaria n.º 384/2014 e suspensas através da portaria

437/2014, do Servidor TIAGO MEDEIROS, Matrícula Funcional n.º 3555,

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 454/2014.

PORTARIA N.º 454, DE 14 DE MAIO DE 2014.
CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM CARÁTER TEMPORÁRIO N.º 006/2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Constituir COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, formada pelos servidores municipais: TULA SOUZA DO AMARAL, GABRIELA RODRIGUES PEREIRA e NYCHOLAS GONÇALVES DO NASCIMENTO, para sob a presidência da primeira, efetuarem o processo de avaliação, referente ao Edital de Contratação de Profissionais em Caráter temporário n.º 006/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 457/2014.

PORTARIA N.º 457, DE 15 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor maurilio machado, Matrícula Funcional n.º 0089, referente a 2013/2014, no período de 02/06/2014 à 01/07/2014.

Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 458/2014.

PORTARIA N.º 458, DE 15 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE INCORPORAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INCORPORAR aos vencimentos do servidor RONALDO GABRIEL TEIXEIRA, Técnico em contabilidade, Matrícula n.º 0356, o valor de R\$ 357,52 (trezentos e cinquenta e sete reais com cinquenta e dois centavos), correspondentes a 20% (vinte por cento) da diferença entre seu vencimento e a remuneração definida para o cargo ao qual foi nomeado, através da Portaria n.º 038/2013, conforme calculo constante no Anexo I, em cumprimento ao parágrafo 8º, do artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/05/2011, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 459/2014.

PORTARIA N.º 459, DE 15 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora KELLY FERNANDA DE OLIVEIRA, Matrícula Funcional n.º 746, referente à 2013, no período de 02/06/2014 à 01/07/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 460/2014.

PORTARIA N.º 460, DE 16 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, a servidora CLEIDE DE AGUIAR PEREIRA, Matrícula Funcional n.º 0017, referente a 2002-2007, no período de 05/05/2014 à 18/06/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 05/05/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 461/2014.

PORTARIA N.º 461, DE 16 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor GUILHERME DA SILVA CRISPIM, Matrícula Funcional n.º 4213, referente à 2012/2013, no período de 12/06/2014 à 11/07/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 462/2014.

PORTARIA N.º 462, DE 16 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor MARCELO DOS SANTOS FERREIRA, Matrícula Funcional n.º 0434, referente à 2013/2014, no período de 16/05/2014 à 14/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 463/2014.

PORTARIA N.º 463, DE 16 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, EDEVALDO GONÇALVES DA SILVA JUNIOR, CPF n.º 068.892.519-70, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DA DIVISÃO DE HABITAÇÃO, da Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 14 de maio de 2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 14/05/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 464/2014.

PORTARIA N.º 464, DE 16 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) EDEGAR FURTADO RODRIGUES, Servente, matrícula funcional n.º 3838, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 14/05/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 14/05/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 465/2014.

PORTARIA N.º 465, DE 16 DE MAIO DE 2014.

FAZ CESSAR GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. FAZ CESSAR, em 30/04/2014, a gratificação de 50% sobre seus vencimentos fixos, para exercer atividade ESPECIAL, da Secretaria da Infra Estrutura, nos termos do art. 84, da Lei n.º 1000/2005, concedida ao servidor TIAGO MEDEIROS, matrícula funcional n.º 3555.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 30/04/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 466/2014.

PORTARIA N.º 466, DE 16 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor FÁBIO TEIXEIRA DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 3814, referente a 2013/2014, no período de 19/05/2014 à 07/06/2014.

Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 467/2014.

PORTARIA N.º 467, DE 16 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO PARA OCUPAR CARGO COMISSIÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município

de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 5º, § 7º, b. e art. 83, da Lei n.º 1000/2005, TIAGO MEDEIROS, CPF n.º 008.143.369-73, para exercer as funções do cargo comissionado de CHEFE DE SETOR DE APOIO, da Secretaria Municipal de Infra Estrutura, com Gratificação Especial de 80% do cargo ocupado, a partir de 02/05/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/05/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 468/2014.

PORTARIA N.º 468, DE 16 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE AUSÊNCIA JUSTIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Nos termos do art. 63, III, b, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor RAFAEL DE SOUZA, matrícula funcional n.º 3271, JUSTIFICA SUA AUSÊNCIA, por 05 (cinco) dias consecutivos, a partir de 25 de abril de 2014, por motivo de nascimento do filho.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 25/04/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 469/2014.

PORTARIA N.º 469, DE 19 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora CLAUDIA BREDA, Matrícula Funcional n.º 5078, referente a 2013/2014, no período de 02/06/2014 à 01/07/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 470/2014.

PORTARIA N.º 470, DE 19 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, ao servidor GILNÉRIO MANOEL VALENTIM, Matrícula Funcional n.º 0734, referente a 2006-2011, no período de 19/05/2014 à 02/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 471/2014.

PORTARIA N.º 471, DE 19 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 17/05/2014, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor MARCELO DOS SANTOS FERREIRA, Matrícula Funcional n.º 0434, concedidas através da Portaria n.º 462/2014, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 17/05/2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 473/2014.

PORTARIA N.º 473, DE 21 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 03 (três) dias, concedidos através da Portaria n.º 187/2014, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor RAFAEL TONVILDES DE ABREU, Matrícula Funcional n.º 4957, no período de 19/05/2014 à 21/05/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 19/05/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 474/2014.

PORTARIA N.º 474, DE 21 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ANDREIA KRAVETZ, Professora, matrícula funcional n.º 0036, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 12/05/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 12/05/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 476/2014.

PORTARIA N.º 476, DE 21 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de

Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor SILVIO DE SOUZA NASCIMENTO, Matrícula Funcional n.º 4712, referente à 2013/2014, no período de 01/06/2014 à 30/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 477/2014.

PORTARIA N.º 477, DE 21 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora INÁCIA LOPES DO NASCIMENTO BENTO, Agente Comunitário de Saúde, matrícula funcional n.º 5180, contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, pelo período de 42 (quarenta e dois) dias, a partir de 08/05/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 08/05/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 478/2014.

PORTARIA N.º 478, DE 21 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor ALEXANDRE DA ROSA, Matrícula Funcional n.º 5037, referente à 2013/2014, no período de 26/05/2014 à 24/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 479/2014.

PORTARIA N.º 479, DE 21 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES A FAZEREM JUS AO ADICIONAL POR PLANTÃO DIFERENCIADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1.623/2012 e demais legislação vigente, os Servidores do Plantão Diferenciado do cargo de Enfermeiro e Técnico em Enfermagem da Secretaria de Saúde no período de maio de 2014:

MATRICULA	NOME
5258	Alessandro Predebon
3571	Ana Cristina da Silva Prudêncio
3764	Ana Maria de Souza Roecker
3552	Bruna da Silva
5255	Carini Martins
3648	Celiane Gonçalves Carlsen
5269	Daiane Cristina Leopoldo
5270	Elis Margreth Eliseu Hilário
5293	Fabiúla Rodrigues Garcia
5538	Luciane dos Santos
5304	Lucinei Teixeira Gonçalves
5126	Mara Isa Yarenhuk
3759	Maria Aparecida dos Santos
5294	Maria Raimunda Miranda
5298	Marlene Batista Abreu
5271	Raquel Xavier
3643	Rosilda de Amorim
5522	Rozimar Pacheco Martins
3595	Sueli Teresinha dos Santos
5287	Vanessa Márcia Tabaczinski

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/05/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 480/2014.

PORTARIA N.º 480, DE 22 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora ESTER OLIVEIRA ANTULINO DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 0092, referente à 2013/2014, no período de 10/06/2014 à 09/07/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 481/2014.

PORTARIA N.º 481, DE 22 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) DANIELA DE SOUZA VIEIRA, Contrato n.º 031/2014, em 31/05/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 482/2014.

PORTARIA N.º 482, DE 22 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor

carlos alberto do nascimento, Matrícula Funcional n.º 0723, referente à 2010/2011, no período de 02/06/2014 à 01/07/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 483/2014.

PORTARIA N.º 483, DE 22 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,
Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) KATIA SANTANA INNOCENTE, Contrato n.º 096/2014, em 14/05/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 14/05/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 484/2014.

PORTARIA N.º 484, DE 23 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE INCORPORAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,
Art. 1º. INCORPORAR aos vencimentos da servidora MARIA DAS DORES DE SOUZA GADAN, Recepcionista, Matrícula n.º 0004, o valor de R\$ 91,68 (noventa e um reais e sessenta oito centavos), correspondentes a 20% (vinte por cento) da diferença entre seu vencimento e a remuneração definida para o cargo ao qual foi nomeado, através da Portaria n.º 218/2012, conforme calculo constante no Anexo I, em cumprimento ao parágrafo 8º, do artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/05/2014, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 485/2014.

PORTARIA N.º 485, DE 23 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE INCORPORAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,
Art. 1º. INCORPORAR aos vencimentos da servidora MARIA DAS DORES DE SOUZA GADAN, Recepcionista, Matrícula n.º 0004, o valor de R\$ 96,22 (noventa e seis reais e vinte e dois centavos), correspondentes a 20% (vinte por cento) da diferença entre seu vencimento e a remuneração definida para o cargo ao qual foi nomeado, através da Portaria n.º 218/2012, conforme calculo constante no Anexo I, em cumprimento ao parágrafo 8º, do artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/05/2014, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 486/2014.

PORTARIA N.º 486, DE 23 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE INCORPORAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,
Art. 1º. INCORPORAR aos vencimentos do servidor JOSÉ ANTONIO GONÇALVES, Professor, Matrícula n.º 0739, o valor de R\$ 92,92 (noventa e dois reais e noventa e dois centavos), correspondentes a 20% (vinte por cento) da diferença entre seu vencimento e a remuneração definida para o cargo ao qual foi nomeado, através da Portaria n.º 227/2013, conforme calculo constante no Anexo I, em cumprimento ao parágrafo 8º, do artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/05/2014, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 487/2014.

PORTARIA N.º 487, DE 23 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º

1.120/2007, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias, referente às férias concedidas através da Portaria n.º 403/2014, da Servidora Léia cristina de abreu vieira, Matrícula Funcional n.º 0297.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 488/2014.

PORTARIA N.º 488, DE 23 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) LAURA AMORIM DA ROCHA, Servente, matrícula funcional n.º 0042, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 21/05/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 21/05/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 489/2014.

PORTARIA N.º 489, DE 26 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, sem remuneração, nos termos do art. 123, da Lei n.º 1000/2005, a servidora ROSA JOAQUINA DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 0071, pelo período de 182 (cento e oitenta e dois) dias, a partir de 27/05/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 490/2014.

PORTARIA N.º 490, DE 26 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias, referente às férias concedidas através da Portaria n.º 298/2014 e suspensas através da portaria 365/2014, do Servidor THIAGO QUATRIN TOSETTO, Matrícula Funcional n.º 4968,

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 491/2014.

PORTARIA N.º 491, DE 26 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ANA CRISTINA RODRIGUES DE CARVALHO, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula funcional n.º 5595, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 30/05/2014, sendo encaminhado(o) após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 492/2014.

PORTARIA N.º 492, DE 26 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 11/04/2014, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor INDALÉCIO CARLSEN, Matrícula Funcional n.º 0112, concedidas através da Portaria n.º 362/2014, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 11/04/2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 493/2014.

PORTARIA N.º 493, DE 26 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 11/05/2014, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor ROSEMIRO GONÇALVES, Matrícula Funcional n.º 0079, concedidas através da Portaria n.º 434/2014, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 11/05/2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 494/2014.

PORTARIA N.º 494, DE 27 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MARCELO DOS SANTOS FERREIRA, Motorista, matrícula funcional n.º 0434, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 14/05/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 14/05/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 495/2014.

PORTARIA N.º 495, DE 27 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA À MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, a servidora GIZELLI DE SOUZA JOVINO, Enfermeira, matrícula funcional n.º 4971, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 25/05/2014.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 25/05/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de maio de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 496/2014.

PORTARIA N.º 496, DE 27 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE AUSÊNCIA JUSTIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Nos termos do art. 63, III, b, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor OTAIR SILVEIRA CORREIA, matrícula funcional n.º 5586, JUSTIFICA SUA AUSÊNCIA, por 05 (cinco) dias consecutivos, a partir de 25 de maio de 2014, por motivo de nascimento da filha.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 25/05/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 497/2014.

PORTARIA N.º 497, DE 27 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) ALBINO RAQUEL JUNIOR, Contrato n.º 263/2014, em 27/05/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 498/2014.

PORTARIA N.º 498, DE 28 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos

termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora MARIVONE INÁCIA DE ABREU, Matrícula Funcional n.º 0722, referente à 2013/2014, no período de 28/05/2014 à 11/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 506/2014.

PORTARIA N.º 506, DE 30 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DANIELA MARIA DOS SANTOS, Matrícula n.º 3693, das funções comissionadas do cargo de CHEFE DA DIVISÃO DE IGP E JUNTA MILITAR, da Secretaria Municipal de Administração, a partir de 31/05/2014.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Extrato de Contrato de Trabalho - 274/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 274/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: NIVALDO WESTRUP

Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTO/ONIBUS - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.047,37 mensais

Vigência: a contar de 02/05/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 275/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 275/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: EDMILSON CUNHA OLIVEIRA

Objetivo: AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO - 40 HORAS

Valor: R\$ 786,18 mensais

Vigência: a contar de 02/05/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 276/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 276/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: ANA CRISTINA RODRIGUES DE CARVALHO
Objetivo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - 40 HORAS
Valor: R\$ 786,18 mensais

Vigência: a contar de 02/05/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 277/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 277/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: LEANDRO PEREIRA FURTADO
Objetivo: AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO - 40 HORAS
Valor: R\$ 786,18 mensais

Vigência: a contar de 03/05/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 278/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 278/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: BENTO DA ROSA
Objetivo: AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO - 40 HORAS
Valor: R\$ 786,18 mensais

Vigência: a contar de 02/05/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 279/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 279/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: CLAUDIONOR TOMAZ
Objetivo: AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO - 40 HORAS
Valor: R\$ 786,18 mensais

Vigência: a contar de 02/05/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 280/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 280/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: DEBORA PIRES CUSTODIO
Objetivo: PROFESSOR II - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 26/05/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 281/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 281/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: PEDRO PAULO LUIZ
Objetivo: OPERADOR DE EQUIPAMENTOS - 40 HORAS
Valor: R\$ 1.225,86 mensais

Vigência: a contar de 05/05/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 282/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 282/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: CLAUDIOMIRO DA SILVA
Objetivo: OPERADOR DE EQUIPAMENTOS - 40 HORAS
Valor: R\$ 1.225,86 mensais

Vigência: a contar de 05/05/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 283/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 283/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: MARIA CELIA SEMEÃO PINHEIRO
Objetivo: AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO - 40 HORAS
Valor: R\$ 786,18 mensais

Vigência: a contar de 05/05/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 284/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 284/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: PAULINO DE JESUS
Objetivo: AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO - 40 HORAS
Valor: R\$ 786,18 mensais

Vigência: a contar de 05/05/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 285/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 285/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: CAIO ERNESTO DE SOUZA PASSOS
Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTO/ONIBUS - 40 HORAS
Valor: R\$ 1.047,37 mensais

Vigência: a contar de 05/05/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 286/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 286/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ABILIO GONÇALVES FILHO

Objetivo: AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO - 40 HORAS

Valor: R\$ 786,18 mensais

Vigência: a contar de 05/05/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 287/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 287/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: GILMAR GONÇALVES

Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTO/ONIBUS

Valor: R\$ 1.047,37 mensais

Vigência: a contar de 05/05/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 288/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 288/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: CRISTINA OSVALDA CONSTANTE DA COSTA

Objetivo: AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO - 40 HORAS

Valor: R\$ 786,18 mensais

Vigência: a contar de 07/05/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 289/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 289/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ONDINA MARINET DA SILVA

Objetivo: PROFESSOR II - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.765,26 mensais

Vigência: a contar de 07/05/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 290/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 290/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: JOÃO CARLOS BATISTA

Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTO/ONIBUS - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.047,37 mensais

Vigência: a contar de 13/05/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 291/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 291/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ANA ALICE DA SILVA FREITAS

Objetivo: PROFESSOR II - 20 HORAS

Valor: R\$ 882,63 mensais

Vigência: a contar de 14/05/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 292/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 292/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ROSA MARIA FURTADO SCHEIDT

Objetivo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - 40 HORAS

Valor: R\$ 786,18 mensais

Vigência: a contar de 22/05/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 293/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 293/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: EDUARDO ILBE CASAGRANDE PERRARO

Objetivo: MEDICO ESF/PROVAB

Valor: R\$ 1.621,99 mensais

Vigência: a contar de 22/05/2014 pelo período de 01 (um) ano prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 294/2014

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 294/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: HENRIQUE SOARES NUNES

Objetivo: ENFERMEIRO - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.682,10 mensais

Vigência: a contar de 23/05/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Aviso de Licitação Pe046/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 046/2014

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de fita para teste de dosagem de glicemia, lancetas e seringas de insulina. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site www.cidadecompras.com.br até as 14h00min do dia 17/06/2014. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 17/04/2014, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 03 de junho de 2014.
Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

Decreto N.º 070

DECRETO N.º 070, DE 03 DE JUNHO DE 2014.
DEFINE TARIFAS DO TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE GAROPABA, DA LEI MUNICIPAL Nº 954/05, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal n.º 717/ 2001,

DECRETA:

Art. 1º. O sistema de transporte coletivo de passageiros do Município de Garopaba contará com as seguintes linhas regulares e as respectivas tarifas:

Garopaba X Palhocinha	R\$ 2,20
Garopaba X Caminho do Rei	R\$ 2,80
Garopaba X Ferrugem	R\$ 3,25
Garopaba X Campo Duna	R\$ 2,20
Garopaba X Limpa	R\$ 2,80
Garopaba X Ressacada	R\$ 3,25
Garopaba X Grama	R\$ 3,25
Garopaba X Praia do Rosa	R\$ 3,70
Garopaba X Areias do Macacu	R\$ 2,30
Garopaba X Siriú ate a praia	R\$ 3,25
Garopaba X Siriú 2ª ponte	R\$ 2,80
Garopaba X Macacu	R\$ 3,25
Garopaba X Gamboa	R\$ 4,20

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de junho de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 04/06/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

Aviso de Licitação Pe047/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO Nº. 047/2014

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de kit de saúde bucal infantil para o Programa de Saúde na Escola, da Secretaria de Saúde de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site www.cidadecompras.com.br até as 15h00min do dia 17/06/2014. A sessão pública será realizada a partir das 15h10min do dia 17/04/2014, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 03 de junho de 2014.
Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

Garuva

PREFEITURA

Decreto Nº 110/2014

DECRETO Nº. 110 de 02 de junho de 2014

“Dispõe sobre a exoneração do senhor Célio Pedrinho Catapan, do cargo comissionado de Diretor de Saneamento Ambiental.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. - Fica exonerado a pedido, o senhor CÉLIO PEDRINHO CATAPAN, portador do RG nº 8.316.930 e CPF nº 189.618.780-34, do cargo comissionado de Diretor de Saneamento Ambiental - CC3, subordinado a Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, nomeado através do Decreto Nº 185/2013 de 08 de agosto de 2013.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 02 de junho de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Decreto Nº 109/2014

DECRETO Nº. 109 de 02 de junho de 2014

“Dispõe sobre a exoneração do senhor Álvaro Schafer, do cargo comissionado de Chefe de Gabinete.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. - Fica exonerado, a pedido, o senhor ÁLVARO SCHAFER, do cargo comissionado de Chefe de Gabinete - CC1, subordinado ao Gabinete do Prefeito, nomeado através do Decreto Nº 021/2014 de 31 de janeiro de 2014.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 02 de junho de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 339/2014

PORTARIA Nº 339, de 29 de maio de 2014.

“DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAÇÃO DE FATOS, DO SERVIDOR NIVALDO PINTO.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR 001/98;

CONSIDERANDO, o Artigo 20 do Decreto Municipal nº 131/1998 de 31 de agosto de 1998;

CONSIDERANDO, o Processo 1607/2014 de 26 de Maio de 2014;

RESOLVE:

ART. 1º. Determinar à Comissão Permanente de Processo Administrativo a abertura de INQUÉRITO ADMINISTRATIVO, para apurar fatos envolvendo o servidor público municipal “NIVALDO PINTO”.

ART. 2o. Conceder o prazo de 30 (trinta) dias para a comissão apresentar relatório com parecer, indicando as medidas cabíveis à luz do Estatuto do Servidor.

ART. 3o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 29 de maio de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PMG Nº 042/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial PMG nº 042/2014
Tipo de julgamento: Menor Preço por lote

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos, pelo período contratual, com a disponibilidade de pessoal técnico e operacional, para a estrutura da XXI Festa do Colono, compreendendo palco, pavilhão de shows, fechamento linear, tendas, portal de entrada, camarotes, grades de ferro e cabine de bilheteria, conforme memorial descritivo.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 17/06/2014 as 09:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 03 de junho de 2014.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

Decreto Nº 5.956, de 27 de Maio de 2014

DECRETO Nº 5.956, DE 27 DE MAIO DE 2014.

NOMEIA, EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBROS DA ÁREA GOVERNAMENTAL DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, em substituição, os membros abaixo indicados para integrar o CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme segue:

Entidade/Secretaria	Membro Atual	Novo Membro
Secretaria Municipal de Administração e Finanças	Jean Carlos de Oliveira - Titular Cleber Sabel - Suplente	Cleber Sabel - Titular Jean Carlos de Oliveira - Suplente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gaspar, 27 de maio de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 97/2014

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

Aviso de Pregão Presencial Nº 97/2014

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza e zeladoria do terminal urbano Vereador Norberto Willy Schossland e da Companhia da Polícia Militar do Município de Gaspar. ENVELOPES: até às 13h30min do dia 18/06/2014. ABERTURA: às 14h. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras, Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Centro, e no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar(SC), 03 de junho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

SAMAE

Extrato do Contrato Nº 22/2014 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
EXTRATO CONTRATOS / 2014

Número do contrato: 22/2014

Data vigência: 02/06/2014

Data vencimento: 30/07/2014

Número da Licitação: 32/2014 - Modalidade: Dispensa

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: ALACIR TEREZINHA FISCHER - ME - CNPJ/CPF do contratado: 05.351.031/0001-00.

Objeto: Aquisição de carroceria de madeira para camionete F-200, placas LZU 5097.

Valor: R\$ 2.180,00 (dois mil cento e oitenta reais).

Gaspar (SC), em 2 de junho de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Portaria N. 34 de 02 de Junho de 2014

PORTARIA N. 34 DE 02 DE JUNHO DE 2014

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE SERVIÇOS EXTERNOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR CRISTIANO POLEZA

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado, a partir do dia 02 de junho de 2014, o servidor CRISTIANO POLEZA, portador do CPF nº. 017.453.899-54 e da CI nº. 3.566.186 do cargo em comissão de Chefe de Serviços Externos do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Nível CC, Ref. 44, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 02 de junho de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor-Presidente

PORTARIA N. 35 DE 02 DE JUNHO DE 2014

PORTARIA N. 35 DE 02 DE JUNHO DE 2014

NOMEIA DIRETOR GERAL TÉCNICO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR CRISTIANO POLEZA

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado, a partir do dia 03 de junho de 2014, o servidor CRISTIANO POLEZA, portador do CPF nº 017.453.899-54 e da CI nº. 3.566.186-0 para o cargo de Diretor Geral Técnico do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Nível CC, Ref. 64, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 02 de junho de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor-Presidente

EXTRATO DO CONTRATO Nº 21/2014 - SAMAE
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
EXTRATO CONTRATOS / 2014

Número do contrato: 21/2014

Data vigência: 02/06/2014

Data vencimento: 30/07/2014

Número da Licitação: 30/2014 - Modalidade: Dispensa

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: RT ITAJAI REFORMAS DE PNEUS LTDA. - CNPJ/CPF do contratado:

13.366.072/0001-07

Objeto: Contratação de empresa recapagem de pneus para caminhões.

Valor: R\$ 3.960,00 (três mil novecentos e sessenta reais).

Gaspar (SC), em 2 de junho de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Resumo da Ata de Registro de Preços Oriunda do Pregão Presencial Nº 25/2014 - SAMAE

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2014

Aos três dias do mês de junho do ano de 2014, no Departamento de Compras, localizado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº. 25/2014, conforme registradas na Ata de Sessão homologada em 03/06/2014, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para aquisição de tubos, grelhas, lajotas e calhas em concreto, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital de Pregão Presencial nº. 25/2014. As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR LTDA. (72.567.076/0001-04)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
3	un TUBO DE CONCRETO COM 400MM DE DIÂMETRO CLASSE PS-2 EM CONFORMIDADE COM A NBR-8890 E ALTERAÇÕES.	300	R\$ 22,00	R\$ 6.600,00
9	un LAJOTA RETANGULAR EM CONCRETO DIÂMETRO 15X25X8CM COM RESISTÊNCIA DE 35MPA.	2.500	R\$ 1,10	R\$ 2.750,00

10	m2 LAJOTA SEXTAVADA	1.000	R\$ 27,90	R\$ 27.900,00
11	m2 LAJOTA RETANGULAR Em concreto tipo PAVER nas dimensões 20x10x6cm com resistência de 35 MPA na cor concreto natural.	1.000	R\$ 27,90	R\$ 27.900,00
12	m2 LAJOTA RETANGULAR PIGMENTADA Em concreto tipo PAVER nas dimensões 20x10x6cm com resistência de 35 MPA e pigmentada em cores a definir (cinza, vermelho e amarelo).	500	R\$ 31,90	R\$ 15.950,00

Valor total homologado do Licitante: R\$ 81.100,00 (Oitenta e um mil e cem reais).

PREMOCON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA. (00.556.052/0001-49)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
1	un TUBO DE CONCRETO COM 200MM DE DIÂMETRO CLASSE PS-2 EM CONFORMIDADE COM A NBR-8890 E ALTERAÇÕES.	200	R\$ 11,80	R\$ 2.360,00
2	un TUBO DE CONCRETO COM 300MM DE DIÂMETRO CLASSE PS-2 EM CONFORMIDADE COM A NBR-8890 E ALTERAÇÕES.	300	R\$ 14,90	R\$ 4.470,00
4	un TUBO DE CONCRETO COM 600MM DE DIÂMETRO CLASSE PA-2 EM CONFORMIDADE COM A NBR-9794 E ALTERAÇÕES.	100	R\$ 85,00	R\$ 8.500,00
5	un TUBO DE CONCRETO COM 800MM DE DIÂMETRO CLASSE PA-2 EM CONFORMIDADE COM A NBR-9794 E ALTERAÇÕES.	100	R\$ 134,00	R\$ 13.400,00

6	un TUBO DE CONCRETO COM 1000MM DE DIÂ- METRO CLASSE PA-2 EM CONFORMIDADE COM A NBR-9794 E ALTERA- ÇÕES.	100	R\$ 170,00	R\$ 17.000,00
7	un GRELHA EM CONCRETO PARA BOCA DE LOBO DIMENSÕES: 35X75X10.	80	R\$ 45,00	R\$ 3.600,00
8	un CALHA EM CONCRETO DIÂMETRO 30CM	30	R\$ 9,00	R\$ 270,00

Valor total homologado do Licitante: R\$ 49.600,00 (Quarenta e nove mil e seissentos reais)

Valor total homologado da Licitação: R\$ 130.700,00 (Cento e trinta mil e setecentos reais).

Este instrumento não obriga o SAMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará a partir de sua assinatura pelo período de 12 (doze) meses.

ENTREGA: Após efetuada sua solicitação, os objetos licitados deverão ser entregues no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, no seguinte local: Na sede do SAMAE, sito na Rua: Barão do Rio Branco nº. 500 - Bairro: Centro, Gaspar/SC ou no local da obra em que se fizerem necessários, dentro do território municipal.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento dos materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pelo Diretor Presidente e/ou Diretor Geral Técnico e, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital; através de depósito na conta corrente da licitante vencedora.

Gaspar (SC), em 03 de junho de 2014.
COMISSÃO:

ANA PAULA BECKER- Pregoeira

MARLENE CAMPOS DA SILVA - Equipe de Apoio

MARIA DE LURDES RAMOS PISETTA - Equipe de Apoio

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pregão 47/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 047/2014

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM E BIODIESEL) DESTINADOS A FROTA VEICULAR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 16/06/2014 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 16/06/2014 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 03 de Junho de 2014.
Mariana de Souza Fernandes
PREGOEIRA

CÂMARA MUNICIPAL

Extrato do Contrato Nº 5

Câmara Municipal de Governador Celso Ramos
Extrato do contrato nº 05/2014

Contratante: Câmara Municipal de Governador Celso Ramos
Contratado: Outsourcing Center Com. de Copiadora e imp. Ltda ME.

CNPJ: 11.416.991/0001-04

Objeto: Contratação de empresa para locação de impressora multifuncional com impressão a laser, marca / modelo brother MCF 8890 com 2.000 páginas mês, em perfeito estado incluindo transformador de voltagem 2.000VA.

Valor R\$ 3.000,00 (três mil reais)

Assinatura do contrato: 28 de maio de 2014

Governador Celso Ramos, 28 de maio de 2014.
Presidente:
Gidalte Mafra

Guaramirim

PREFEITURA

Portaria Nº. 249/2014

PORTARIA Nº 249/2014

Dispõe sobre assinatura em Termos de Ajustamento de Conduta.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Todos os Termos de Ajustamento de Conduta firmados pelo Município deverão ser assinados pelo Chefe do Poder Executivo, bem como pelo Secretário responsável.

Art. 2º. Antes de firmar qualquer Termo de Ajustamento de Conduta é imprescindível e obrigatória a orientação junto à Procuradoria-Geral do Município e a verificação junto à Secretaria de Administração e Finanças para apurar a viabilidade de execução do TAC.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Guaramirim/SC, 30 de maio de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº. 250/2014

PORTARIA Nº 250/2014

Altera a Presidência da Comissão Permanente de Estágio Probatório, nomeada pela Portaria nº. 90/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. A presidência da Comissão Permanente de Estágio Probatório, nomeada pela Portaria nº. 90/2014, de 03 de março de 2014, passará a ser exercida pela servidora Salete Ferrari.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Guaramirim/SC, 02 de junho de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Aviso Licitação 542014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

READEQUAÇÃO DA PAUTA

ALTERAÇÃO DO QUANTITATIVO LICITADO DO OBJETO

Edital: Pregão - 54/2014

Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : AQUISIÇÃO IMPRIMAÇÃO CM-30, PINTURA DE LIGAÇÃO RR-2C E DE CAMADA DE REVESTIMENTO ASFÁLTICO CBUQ.

REPUBLICAÇÃO PARA

Entrega dos Envelopes: 17/06/2014 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 17/06/2014 às 09:00h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 27/05/2014.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

Aviso Licitação 62 2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia - 62/2014

Tipo : Menor Preço - pelo total Geral

Objeto : REFORMA DO GINÁSIO DE ESPORTE OSVALDO KLEIN, LOCALIZADO NO BAIRRO GUAMIRANGA, GUARAMIRIM, SC.

Entrega dos Envelopes: 23/06/2014 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 23/06/2014 às 09:00h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 02/06/2014.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

Herval d'Oeste

IPREVI/HO

Resolução Iprevi-Ho Nº 013/2014

RESOLUÇÃO Nº 013/2014

"CONVERTE O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA COMPULSÓRIA, COM PROVENTOS PROPORCIONAIS SEM PARIDADE, DO INATIVO LEONILDO RECH EM PENSÃO POR MORTE AOS DEPENDENTES POR DECORRÊNCIA DE SEU ÓBITO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SILVANA LAZZARINI BULLA, Presidente do Conselho de Administração, e JAQUELINE RAZERA, Diretora Administrativa do IPREVI-HO, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 179/2005, e

Considerando a Portaria nº 755 de 02.05.2014;

Considerando o óbito do servidor inativo, Sr. Leonildo Rech, ocorrido em 21.05.2014;

Considerando o requerimento da Sra. Janalda Gemelli Rech datado de 23.05.2014;

Considerando o disposto nos artigos 46, 47, 48, 51 e 52 da LC nº 179/2005;

Considerando o disposto no art. 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal;

RESOLVEM:

Art. 1º Cessar os efeitos da Portaria nº.509 de 20.04.2002, que concedeu Aposentadoria Compulsória, com proventos proporcionais sem paridade, ao servidor Leonildo Rech;

Art. 2º Converter o benefício de Aposentadoria Compulsória, com proventos proporcionais sem paridade, ao servidor Leonildo Rech em decorrência do seu óbito, no benefício de "Pensão por Morte aos Dependentes", equivalente ao valor global do último provento percebido em vida, sem paridade, à Sra. Janalda Gemelli Rech, viúva do de cujus;

Art. 3º A presente Resolução entrará em vigor após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d' Oeste (SC), 03 de junho de 2014.

JAQUELINE RAZERA
Diretora Administrativa

SILVANA LAZZARINI BULLA
Presidente do Conselho de Administração

Imbituba

PREFEITURA

Portaria PMI/DGP Nº 229/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 229, de 26 de maio de 2014.

Dispõe sobre lotação da servidora pública municipal, ocupante de emprego público de Assistente Social, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, interino, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991,

CONSIDERANDO, que o Relatório Final da Comissão de Sindicância instituída pela Portaria PMI/SMS nº 001/2013, de 14 de outubro de 2013, no âmbito do Processo Administrativo nº 12546/2013, apontou desvio de função da servidora sindicada ocupante de emprego público de Assistente Social;

CONSIDERANDO, o disposto na CI/SMS nº 083/2014, objeto do Processo Administrativo nº 7417/2014, de 13 de maio de 2014, em que a Secretária Municipal de Saúde informa sobre a penalidade aplicada a servidora sindicada e a coloca a disposição para lotação adequada, ante o desvio de função apontado pela Comissão de Sindicância e o pedido da servidora;

CONSIDERANDO, que integra o citado Processo Administrativo nº 7417/2014 a CI nº 006/2014, de 12 de maio de 2014, em que a própria servidora sindicada informa o desvio de função e requereu a lotação adequada para o exercício do emprego público de Assistente Social;

CONSIDERANDO, que Lei Complementar nº 4.161, de 20 de fevereiro de 2013, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional Básica do Poder Executivo do Município de Imbituba, em seu art. 23, § 1º, "a", atribui à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, entre outras, competência para desenvolver atividades relacionadas com a formulação e coordenação da política municipal de desenvolvimento social relacionada com a assistência social, apoiando e supervisionando sua execução, direta ou indireta;

CONSIDERANDO as tratativas com a Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação para lotação de servidora sindicada naquele órgão, conforme a competência legal retro mencionada;

RESOLVE:

Art. 1º Lotar a servidora DENISE RIBEIRO, inscrita no CPF sob o nº 520.886.009-06, ocupante do emprego público de Assistente Social, Matrícula nº 113, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua edição.

Imbituba, 26 de maio de 2014.

Dorvalino Pedro de Mello Filho

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 239/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 239, de 03 de junho de 2014.
Dispõe sobre a nomeação de Assessora III e, dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear KARLA CRISTINA DE ARAÚJO NASCIMENTO, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 846.061.779-34, para exercer o cargo de Assessora III, junto a Secretaria Municipal da Fazenda, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 02 de maio de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 03 de junho de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Homologação Processo Seletivo Simplificado Edital PMI/Cersp/Pss/SEINFRA 08/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal - CERSP
HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL PMI/CERSP/PSS/SEINFRA N.º 08/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Senhor JAISON CARDOSO, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município, tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado realizado para o preenchimento dos empregos públicos temporários existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura, conforme Leis n.º(s) 1.144, e Lei Complementar n.º 3.135/2007; 3.330/2008; 3436/2009, e por recomendação da Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal - CERSP HOMOLOGA o resultado final do Processo Seletivo Simplificado objeto do EDITAL PMI/CERSP/PSS/SEINFRA Nº 08/2014. Determina, por sua vez, a publicação no DOM - Diário Oficial dos Municípios, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Imbituba, 20 DE ABRIL de 2014.

JAISON CARDOSO

Prefeito Municipal

Editais PMI/CERSP/PSS/ACESSUAS N.º 03/2014

Extrato de Termo de Convênio Nº 014/2014 - Associação Empresarial de Imbituba-Acim

MUNICÍPIO DE IMBITUBA

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 014/2014. PARTÍCIPES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal de Turismo e a Associação Empresarial de Imbituba-ACIM.FUNDAMENTO: Lei Municipal nº 4.358, de 25 de fevereiro de 2014.OBJETO: O objeto do presente Convênio consiste na concessão de auxílio financeiro para implementação de infraestrutura para o carnaval 2014, junto ao parque Municipal de Eventos..VALOR DO CONVÊNIO: Total de R\$ \$ 99.500,00(noventa e nove mil e quinhentos reais).. CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa ocorrerá por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento do município para o exercício de 2014, vinculada ao orçamento da Secretaria Municipal de turismo. VIGÊNCIA: De 28/02/2014 a 31/12/2014. SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e Sr Luiz Dário Rocha, Presidente da Associação Empresarial de Imbituba-ACIM

Extrato de Termo de Convênio Nº 018/2014 - Ctg 13 Guapos

MUNICÍPIO DE IMBITUBA

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 018/2014. PARTÍCIPES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal da Fazenda e o CTG 13 Guapos FUNDAMENTO: Lei Municipal N. 4.354, de 25 de fevereiro de 2014. OBJETO: O objeto do presente convênio consiste na concessão de auxílio financeiro ao CTG 13 Guapos visando a cobertura das despesas referentes a realização do XVIII Rodeio Crioulo Nacional - CTG 13 Guapos VALOR DO CONVÊNIO: Total de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa correrá por conta de rubricas orçamentárias da Secretaria Municipal da Fazenda, conforme funcional programática (13)04.123.0004 2004.3.50.00.00.00.00.0080, transferência a instituições privadas sem fins lucrativos. VIGÊNCIA: De 17/03/2014 a 31/12/2014. SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e Sr. José Nilton Fraga, Presidente do CTG 13 Guapos.

Extrato Termo do Convênio Nº 019/2014-Assiart

MUNICÍPIO DE IMBITUBA

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 019/2014. PARTÍCIPES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal da Fazenda e a ASSOCIAÇÃO IMBITUBENSE DE ARTESANATO- ASSIART FUNDAMENTO: Lei Municipal N. 4.361, de 12 de março de 2014. OBJETO: O objeto do presente convênio consiste na concessão de auxílio financeiro, visando à cobertura das despesas à manutenção das atividades da respectiva entidade VALOR DO CONVÊNIO: Total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa correrá por conta de rubricas orçamentárias da Secretaria Municipal da Fazenda, conforme funcional programática (13)04.123.0004 2004.3.50.00.00.00.00.0080, transferência a instituições privadas sem fins lucrativos. VIGÊNCIA: De 18/03/2014 a 31/12/2014. SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e a Srª. Maria Verônica Nascimento Presidente da ASSOCIAÇÃO IMBITUBENSE DE ARTESANATO- ASSIART

Publicação de Extrato de Dispensa 15/2014 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 76/2014

DISPENSA Nº 15/2014

Objeto: Locação de um imóvel para sede da Secretaria de Desenvolvimento Regional Norte.

Locador: Ana Carolina Speck Ribeiro.

Valor Mensal: R\$ 2.400,00 Prazo: 07 meses

Valor Total: 16.800,00

Fundamento: Artigo 24, X da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 04 de junho de 2014.

Nivaldo Marques Gabriel

Secretario Municipal

Portaria PMI/DGP Nº 240/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 240, de 03 de junho de 2014.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido, o período de fruição de licença-prêmio fixado na PORTARIA PMI/DGP Nº 372, de 24 de junho de 2013, concedida ao servidor FLÁVIO DA ROSA, Agente Administrativo, inscrito no CPF sob o n.º 025.546.029-56, admitido em 15 de maio de 2008, contrato nº 4412, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	01.07.2013 a 29.08.2013
	01.06.2014 a 30.06.2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 03 de junho de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)**CÂMARA MUNICIPAL****Portaria CMI Nº 20/2014**

PORTARIA CMI Nº 20/2014

"Nomeia Iara Pittigliani Carvalho Mendes para exercer o Cargo em Comissão de Assessora Parlamentar"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Nomear, a partir do dia 03 de Junho de 2014, a Sra. Iara Pittigliani Carvalho Mendes, brasileira, divorciada, portadora do RG nº 4.159.955 SSP/SC, inscrita no CPF sob o nº 009.226.369-07, residente e domiciliada na Rua Osmar Florentino Machado, nº 238, Vila Nova, neste Município, para exercer o Cargo em Comissão de Assessora Parlamentar.

Imbituba (SC), em 03 de Junho de 2014.

Luís Antônio Dutra

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 03/06/2014.

Iomerê

PREFEITURA

Portaria 2372/2014

PORTARIA Nº 2372 DE 02 DE JUNHO DE 2014
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora MAURA RENATA TRAGANCIN PERAZZOLI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 02/04/2012 a 01/04/2013 a contar de 02/06/2014 a 01/07/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 02 de junho de 2014.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2373/2014

PORTARIA Nº 2373 DE 02 DE JUNHO DE 2014.
Relota servidores Públicos Municipais

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Ficam relotados os seguintes servidores públicos municipais:

Nome	Nova Lotação
Juarez Vieira de Barros	Sec. de Agricultura e Meio Ambiente
Roni Meneguzzi	Sec. de Agricultura e Meio Ambiente
Leandro Zamboni	Sec. de Agricultura e Meio Ambiente
Valdenir Peretti	Sec. de Agricultura e Meio Ambiente

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 02 de junho de 2014.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1530/2014

DECRETO Nº 1530 DE 03 DE JUNHO DE 2014
Decreta ponto facultativo e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais, facultado pela Lei Orgânica do Município de Iomerê

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado horário de expediente nas repartições públicas para os dias de jogos da Copa do Mundo conforme segue:

Dia 12 de junho de 2014 expediente matutino normal e, vespertino das 13:00hs às 16:00hs

Dia 17 de junho de 2014 expediente matutino normal e, vespertino das 13:00hs às 15:00hs

Dia 23 de junho de 2014 expediente matutino normal e, vespertino das 13:00hs às 16:00hs

Art. 2º - Para a Creche Municipal o horário de expediente será:

Dia 12 de junho de 2014 expediente matutino normal e, vespertino até às 16:30hs

Dia 17 de junho de 2014 expediente matutino normal e, vespertino até às 15:30hs

Dia 23 de junho de 2014 expediente matutino normal e, vespertino até às 16:30hs

Art. 3º Em casos especiais poderá ocorrer, convocação, para atender os serviços essenciais a população, inexistindo em tal caso qualquer forma de pagamentos extraordinários.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 03 de junho de 2014.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Ipumirim

PREFEITURA

Portaria Nº. 230/2014 de 02 de Junho de 2014.

CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A IVANETE SIEBENEICHLER LOCATELLI, matrícula 1822-8, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 04/04/2013 a 03/04/2014 e gozo de 01/06/2014 a 30/06/2014 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01/06/2014.

Ipumirim - SC, 02 de junho de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 231/2014 de 02 de Junho de 2014.

EXONERA SERVIDOR EFETIVO NO CARGO DE MOTORISTA A PEDIDO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

GUTHIERRY LOCATELLI, Matrícula 2284-5, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.584.843 e do CPF 070.060.929-65, com nomeação para o cargo de Motorista, constante no Anexo II, Grupo C - Serviços Operacionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002, nível salarial Nível 40, com carga horária de 44 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 205/2014, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 02 de junho de 2014.

Ipumirim - SC, 02 de junho de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 232/2014 de 02 de Junho de 2014.

EXONERA MEMBRO DO MAGISTERIO PUBLICO MUNICIPAL NO CARGO DE PROFESSOR A PEDIDO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

MANOEL DENER BARTNISKI, Matrícula 2271-3, com domicílio na Cidade e Município de Concórdia, Carteira de Identidade nº. 5.664.115 e do CPF 068.177.149-66, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos

previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 176/2014, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 02 de junho de 2014.

Ipumirim - SC, 02 de junho de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 233/2014 de 02 de Junho de 2014.

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARGO COMISSIONADO DE COORDENADORA DE PROGRAMAS SETORIAIS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

LAIDE NEUSA LUBENOW CASAGRANDE, Matrícula 2143-1, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 2.139.736 e do CPF 626.816.809-72, com nomeação para o cargo de COORDENADORES DE PROGRAMAS SETORIAIS, constante no , nível salarial CC - 010, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 224/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 02 de junho de 2014.

Ipumirim - SC, 02 de junho de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Decreto N. 2.065 de 03 de Junho de 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO VALOR DE R\$ 49.999,99.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos II e III do artigo 34 da Lei 1.725 de 15 de outubro de 2013 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2014 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e incisos I e III do § 4º do artigo do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.729 de 12 de dezembro de 2013, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2014 - LOA,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

I - Código reduzido 124, Projeto 2.061 - Gestão das Políticas e Ações do Transporte Rodoviário Municipal, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0081, Órgão 5 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, Unidade 1 - Departamento de Estradas de Rodagem, no valor de R\$ 49.999,99.

TOTAL GERAL R\$ 49.999,99

Art. 2º O crédito suplementar constante do artigo anterior será aberto por conta das seguintes fontes de recursos:

I - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0081 - Recursos Convênio SDR Seara, no montante de R\$ 49.999,99.

TOTAL GERAL R\$ 49.999,99

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 03 de junho de 2.014.

Ipumirim-SC, 03 de junho de 2.014

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Irineópolis

PREFEITURA

Portaria N º 292/2014

PORTARIA N º. 292/2014.

“DESIGNA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001, consoante o anexo VI, quadro III - Quadro de Gratificação de Funções Específicas, da Lei Complementar n º 057/2012, de 27/03/2012, com redação dada pela Lei Complementar nº 075/2013, de 20/11/2013,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor REICHARDT WAGNER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal, para exercer a Função Específica de Operador de Retroescavadeira, percebendo gratificação mensal de acordo com os percentuais previstos em Lei.

Parágrafo único. A gratificação ora concedida será paga em estrita observância aos critérios e disposições contidas na Lei Complementar nº 075/2013, de 20/11/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de maio de 2014.

Fica revogada a Portaria nº 023/2014 e demais disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 29 de Maio de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Portaria N º 293/2014

PORTARIA N º. 293/2014.

“DESIGNA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001, consoante o anexo VI, quadro III - Quadro de Gratificação de Funções Específicas, da Lei Complementar n º 057/2012, de 27/03/2012, com redação dada pela Lei Complementar nº 075/2013, de 20/11/2013,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor GILBERTO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal, para exercer a Função Específica de Operador de Pá Carregadeira, percebendo gratificação mensal de acordo com os percentuais previstos em Lei.

Parágrafo único. A gratificação ora concedida será paga em estrita observância aos critérios e disposições contidas na Lei Complementar nº 075/2013, de 20/11/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de maio de 2014.

Fica revogada a Portaria nº 021/2014 e demais disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 29 de Maio de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Portaria N º 294/2014

PORTARIA N º. 294/2014.

“DESIGNA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001, consoante o anexo VI, quadro III - Quadro de Gratificação de Funções Específicas, da Lei Complementar n º 057/2012, de 27/03/2012, com redação dada pela Lei Complementar nº 075/2013, de 20/11/2013,

RESOLVE:

DESIGNAR DENILSON DA ROCHA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal, para exercer a Função Específica de Operador de Motoniveladora, percebendo gratificação mensal de acordo com os percentuais previstos em Lei.

Parágrafo único. A gratificação ora concedida será paga em estrita observância aos critérios e disposições contidas na Lei Complementar nº 075/2013, de 20/11/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de maio de 2014.

Fica revogada a Portaria nº 032/2014 e demais disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 29 de Maio de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Portaria N º 295/2014

PORTARIA N º. 295/2014.

“DESIGNA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001, consoante o anexo VI, quadro III - Quadro de Gratificação de Funções Específicas, da Lei Complementar n º 057/2012, de 27/03/2012, com redação dada pela Lei Complementar nº 075/2013, de 20/11/2013,

RESOLVE:

DESIGNAR CLAUDIR MICHOUSKI, ocupante do cargo de Auxiliar

de Serviços Gerais (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal, para exercer a Função Específica de Motorista de Caminhão, percebendo gratificação mensal de acordo com os percentuais previstos em Lei.

Parágrafo único. A gratificação ora concedida será paga em estrita observância aos critérios e disposições contidas na Lei Complementar nº 075/2013, de 20/11/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de maio de 2014.

Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 29 de Maio de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Extrato de Homologação Processo 04/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO INEXIGIBILIDADE Nº 04/2013

Expirado o prazo recursal, torna público a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epígrafe e a adjudicação da empresa: Clínica Médica Posenatto e Posenatto Ltda - ME.

Irineópolis, 28 de maio de 2014.

FRANCISCO ERALDO KONKOL

Responsável Interino do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Portaria N º 296/2014

PORTARIA N º. 296/2014.

“DESIGNA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001, consoante o anexo VI, quadro III - Quadro de Gratificação de Funções Específicas, da Lei Complementar n º 057/2012, de 27/03/2012, com redação dada pela Lei Complementar nº 075/2013, de 20/11/2013,

RESOLVE:

DESIGNAR EDILSON BRAND, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal, para exercer a Função Específica de Motorista de Caminhão, percebendo gratificação mensal de acordo com os percentuais previstos em Lei.

Parágrafo único. A gratificação ora concedida será paga em estrita observância aos critérios e disposições contidas na Lei Complementar nº 075/2013, de 20/11/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de maio de 2014.

Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 29 de Maio de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato Nº 015/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 014/2014
Contratante - Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Contratada - Clínica Médica Posenatto e Posenatto Ltda - ME

Objeto - SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MEDICO DO TIPO CONSULTAS, NA ESPECIALIDADE DE CARDIOLOGIA, PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DAS UNIDADES DE SAUDE DO MUNICIPIO.

Valor - R\$ 86.400,00 (oitenta e seis mil e quatrocentos reais).

Vigência - 28/05/2014 a 27/05/2015.

Base Legal - Processo Licitatório nº 15/2014 - Inexigibilidade nº 04/2014.

Lei nº 8.666/93 consolidada.

FRANCISCO ERALDO KONKOL
Responsável Interino do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Portaria N º 297/2014

PORTARIA N º. 297/2014.
EXONERA SERVIDOR POR MOTIVO DE APOSENTADORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE :

Art. 1º - EXONERAR por motivo de aposentadoria por invalidez, o servidor JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS, ocupante do cargo de Pedreiro, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Irineópolis, no qual foi admitido em 05/08/2004, através da Portaria nº 221/2004.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Junho de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Portaria N º 298/2014

PORTARIA N º. 298/2014.
ALTERA CARGA HORÁRIA DE PROFESSORA ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI

PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR a carga horária do contrato de trabalho temporário da servidora SILVIA JUSAK KÖNIG, nascida em 03/06/1981, portadora do CPF n º 045.272.399-02, RG. n º 3.991.915, SSP/SC, contratada para as atividades de Professora ACT em 12/02/2014, através da Portaria nº 101/2014, com alterações dadas pela Portaria nº 213/2014, Contrato de Trabalho Temporário nº 038/2014/SME, passando de 20 para 40 h/sem, para atuar junto como 2ª. Professora junto ao NE Guilherme Bossow, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 05/05/2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Junho de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Lei N.º 1.799/2014

Lei nº 1.799/2014

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes desse Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, no montante de R\$ 174.000,00 (Cento e setenta e quatro mil reais).

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.051 - Contribuição ao CISAMURC		
3.3.93.00.00.00.00.00.01.0251	Aplicações Diretas	R\$ 174.000,00
T O T A L		R\$ 174.000,00

Art. 2º - Para dar face ao crédito especial acima citado serão utilizados recursos por conta da anulação das dotações a seguir especificadas, do Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, no montante de R\$ 174.000,00 (Cento e setenta e quatro mil reais).

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.051 - Contribuição ao CISAMURC		
3.3.71.00.00.00.00.00.01.0251	Aplicações Diretas	R\$ 174.000,00
T O T A L		R\$ 174.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 04 de junho de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Decreto N.º 2.599/2014

Decreto nº 2599/2014

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ESPECIAL E CONTEM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1799/2014 de 04 de junho de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, no montante de R\$ 174.000,00 (Cento e setenta e quatro mil reais).

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.051 - Contribuição ao CISAMURC		
3.3.93.00.00.00.00.00.01.0251	Aplicações Diretas	R\$ 174.000,00
T O T A L R\$ 174.000,00		

Art. 2º - Para dar face ao crédito especial acima citado, ficam anuladas as dotações a seguir especificadas, do Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, no montante de R\$ 174.000,00 (Cento e setenta e quatro mil reais).

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.051 - Contribuição ao CISAMURC		
3.3.71.00.00.00.00.00.01.0251	Aplicações Diretas	R\$ 174.000,00
T O T A L R\$ 174.000,00		

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 04 de junho de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Decreto N.º 2.597/2014

DECRETO Nº . 2.597/2014.

"DELEGA PODERES A PRESTADOR DE SERVIÇOS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº. 007/2001,

RESOLVE:

DELEGAR ao senhor LUIZ SERGIO KERSCHER, na qualidade de Prestador de Serviços do Município de Irineópolis, autorização para analisar os orçamentos de manutenção e recuperação dos veículos e equipamentos que compõem a frota municipal, bem como, a verificação da real necessidade da realização dos serviços e/ou aquisição e substituição das peças, emitindo parecer conclusivo.

Parágrafo único. A delegação de competência, objeto do caput, estende-se a todos os veículos e equipamentos das Secretarias que compõem a estrutura administrativa municipal.

Para dar cumprimento as obrigações estabelecidas nesta Portaria

fica o prestador de serviços senhor LUIZ SERGIO KERSCHER autorizado a vistoriar os veículos oficiais em recuperação, no interior de oficinas mecânicas, com a finalidade de analisar e comparar orçamentos de custos à necessidade concreta da realização dos serviços.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 03 de Junho de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Decreto N.º 2.598/2014

DECRETO Nº 2.598 DE 03 DE JUNHO DE 2014.

"REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 1.770/2014, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014, NO QUE SE REFERE AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA A ORGANIZAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E FORMA DE COMPENSAÇÃO PELOS SERVIÇOS PRESTADOS, NA EXECUÇÃO DO PROGRAMA CIDADE LIMPA E SOLIDÁRIA".

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica do Município, e amparado no que dispõe a Lei nº 1.770/2014 de 20/02/2014 e,

Considerando que é dever da Administração Pública conscientizar a população, sobre a importância da limpeza para a preservação da saúde pública, além de estar colaborando com os cidadãos e cidadãs que não possuem um trabalho fixo, para a geração da renda de que necessitam para a sua subsistência e de seus familiares; e,

Considerando que se constitui obrigação da Administração Municipal regular os serviços de manutenção e conservação dos espaços públicos, para uma boa apresentação da cidade, e para o bem estar geral da população,

DECRETA:

Art. 1.º Conforme disposto na Lei Municipal nº 1.770/2014 os procedimentos para a organização e implementação do Programa "Cidade Limpa e Solidária" será coordenado pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário juntamente com a Secretaria Municipal da Infraestrutura, aos quais compete proporcionar as condições estruturais e funcionais para o desenvolvimento do mesmo

Art. 2º A adesão dos participantes ao Programa, será promovida mediante a assinatura de Termo de Adesão, e Termo de Adesão a Serviço Voluntário, entre o (a) interessado (a) e a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário, conforme modelos constantes do Anexo I, deste Decreto.

Art. 3º Aos participantes no Programa "Cidade Limpa e Solidária" será concedido pelo Município de Irineópolis, uma retribuição mensal, através da entrega de uma cesta básica de gêneros alimentícios no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), não podendo dito valor ser entregue aos participantes sob a forma de pecúnia, tendo em vista o caráter eminentemente social do programa.

Parágrafo único. Para efeito da composição da cesta básica serão considerados os produtos alimentícios relacionados na Tabela do Anexo II, parte integrante deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 03 de Junho de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

ANEXO I - DECRETO NÚM 2.598/2014.

TERMO DE ADESÃO

Nome : _____

CPF: _____

RG _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____

Cidade _____

Telefone: () _____

Celular: () _____

Esse Termo de Adesão faz parte do Programa "Cidade Limpa e Solidária" para fins específicos estabelecidos através da Lei nº 1.770/2014, de 20/02/2014.

O trabalho a ser desempenhado junto à Secretaria do Desenvolvimento Comunitário de Irineópolis, de acordo com a Lei Municipal nº 1.770/2014 de 20 de fevereiro de 2014, consta de atividades específicas cuja retribuição compensatória constitui-se de recebimento pelo prestador de serviços de uma cesta básica, conforme estabelecido na citada Lei, regulamentada pelo Decreto nº. 2.598/2014, de 03 de junho de 2014, e não gera vínculo empregatício nem funcional ou quaisquer obrigações trabalhistas, previdenciárias e afins.

1. Tarefas específicas: _____

2. Duração: de _____ a _____

3. Horários: _____

4. Total de horas: _____

5. Resultados esperados pela oportunidade do desenvolvimento de ações de voluntariado:

Declaro estar ciente da legislação específica sobre a prestação de serviços dentro do Programa Cidade Limpa e Solidária e que aceito participar de sua execução, nos termos do presente Termo de Adesão.

Irineópolis ____ de _____ de 201...

Assinatura do Voluntário(a) Assinatura do responsável pelo Programa

Nome: _____ Nome: _____

RG: _____ RG: _____

ANEXO II - DECRETO NÚM 2.598/2014.

TERMO DE ADESÃO A SERVIÇO VOLUNTÁRIO.

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, CNPJ/MF nº 83.102.558/0001-05, situada à Rua Paraná, nº 200, Centro, Irineópolis - SC, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. JULIANO POZZI PEREIRA, doravante denominada ENTIDADE, e (o)a Sr.(a)

..... portador(a) do RG nº - SSP/SC, e CPF nº , residente e domiciliado(a) à , Nº , Bairro , Irineópolis - SC, doravante denominado VOLUNTÁRIO(A), celebram o presente Instrumento Particular de TERMO DE ADESÃO, nos termos da Lei nº 9.608/98 (Serviço Voluntário) e das cláusulas que adiante se- guem:

Cláusula Primeira - O presente Termo de Adesão tem por objetivo a fixação de regras para atuação do VOLUNTÁRIO perante a ENTIDADE, mediante a prestação de serviço voluntário.

Cláusula Segunda - O VOLUNTÁRIO se compromete a auxiliar a ENTIDADE no serviço de , junto a .. , , podendo participar de outras atividades, mediante consentimento expresso.

Cláusula Terceira - O VOLUNTÁRIO realizará suas atividades a cada dias das às horas.

Parágrafo Único - Esse calendário pode ser mudado a qualquer tempo, por iniciativa de qualquer das partes, desde que conte com o expresso consentimento da outra.

Cláusula Quarta - O presente Termo de Adesão tem prazo de duração até a data de de de 20 , podendo ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicação escrita de uma parte a outra.

Cláusula Quinta - O VOLUNTÁRIO declara ser conhecedor do inteiro teor da Lei Federal nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, especialmente de que o serviço voluntário é atividade não remunerada, a qual não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Cláusula Sexta - Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União - SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida ou litígio decorrente deste Termo de Adesão.

Por estarem acordes, as partes assinam o presente Termo, em duas (02) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis (SC), em de de 201....

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

(NOME)

Voluntário(a)

TESTEMUNHAS:

DECRETO N.º 2.598/2014 - ANEXO III**ANEXO III – DECRETO Nº 2.598/2014****CESTA BÁSICA - PROGRAMA CIDADE LIMPA E SOLIDÁRIA**

Quant.	Unidade	Descrição	Preço máx.unit. R\$	Valor total R\$
01	Pacote	Açúcar branco refinado especial – 05 kg	7,79	7,79
01	Caixa	Amido de milho – 500 gr	3,29	3,29
02	Pacote	Arroz parborizado longo, fino tipo 1 – 5kg	9,39	18,78
01	Quilo	Banha tipo suína – 01 kg	4,49	4,49
01	Pacote	Biscoito doce sortido – 800gr	4,49	4,49
01	Quilo	Carne de ave Coxa e sobrecoxa congelada sem tempero – pct com 3kg	4,89	14,67
01	Quilo	Carne suína congelada sem tempero – pct com 3 kg	7,99	23,97
01	Lata	Creme de leite – 300 gr	4,49	4,49
01	Pote	Doce de frutas em pasta – 400 gr	2,79	2,79
01	Pote	Doce de leite em pasta – 400 gr	3,19	3,19
01	Pacote	Erva de chá mate tostado - 500gr	4,09	4,09
01	Lata	Ervilha em conserva - 200 gr	2,29	2,29
01	Lata	Extrato de tomate – 870 gr	5,09	5,09
01	Pacote	Farinha de milho tipo biju branca – 01 kg	4,29	4,29
02	Pacote	Farinha de trigo especial, tipo I enriquecido c/ ferro e ácido fólico – 5kg	9,89	19,78
03	Pacote	Feijão tipo 1(safra 2012-2013) – 1kg	4,89	14,67
01	Unidade	Fermento biológico, seco instantâneo – 125gr	2,59	2,59
01	Lata	Fermento em pó químico – 100gr	1,79	1,79
01	Pacote	Fubá de milho pré cozido enriquecido com ferro e ácido fólico – 500gr	1,49	1,49
02	Unidade	Gelatina em pó – 045gr	0,69	1,38
01	Lata	Leite condensado – 395gr	2,99	2,99
02	Pacote	Leite em pó – 400gr	6,99	13,98
01	Pacote	Macarrão tipo parafuso e ou espaguete – 1kg	4,09	4,09
01	Pote	Maionese – 500gr	2,69	2,69
01	Pote	Margarina vegetal, com sal – 1kg	3,79	3,79
01	Lata	Milho verde – 200gr	1,59	1,59
03	Lata'	Óleo refinado – 900ml	2,54	7,62
01	Caixa	Ovos brancos c/ 12 un	3,99	3,99
01	Pacote	Pó para café torrado e moído – 500gr	5,69	5,69
01	Pacote	Quirera de 1kg	1,49	1,49
01	Pacote	Refresco em pó diversos sabores – 500gr	2,89	2,89
01	Pacote	Sabão em barra glicerinado – c/05 um tipo 1	2,89	2,89
01	Caixa	Sabão em pó – 1kg tipo 1	5,19	5,19
01	Pacote	Sagu de mandioca tipo 1 – 500gr	3,09	3,09
01	Pacote	Sal refinado iodado – 1kg	1,09	1,09

Itaiópolis

PREFEITURA

Extratos de Contratos - PR Nº 32/2014

EXTRATOS DE CONTRATOS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2014 - OBJETO: registro de preços para contratação de empresas para prestarem serviços mecânicos e elétricos, para a frota municipal. CONTRATO - CONTRATADA - VALOR TOTAL. Nº 54/2014. Molasul Posto de Molas e Mecânica Diesel Ltda. EPP. R\$ 8.400,00. 55/2014 Auto Peças Bauer Ltda. ME - R\$ 31.100,00. 56/2014 RC Eletromecânica Automotiva Ltda. ME - R\$ 30.200,00. Prazo: 31-12-2014.

Itaiópolis, 19 de maio de 2014.

Gervásio Uhlmann

Prefeito Municipal.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 16/2014

Processo Licitatório nº 42/2014 - Pregão Presencial nº 33/2014 - Objeto: registro de preços para aquisição de material de construção, elétrico, hidráulico, tintas, ferramentas, equipamentos, para diversos Departamentos. PROPONENTES: Albino Celso Danna MEI - ITENS: 1, 3, 7, 14, 15, 30, 31, 32, 37, 38, 47, 49, 51, 57, 62, 63, 66, 72, 73, 74, 78, 81, 83, 87, 93, 102, 105, 120, 122, 123, 124, 137, 139, 140, 141, 144, 145, 147, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 173, 199 e 205. R\$ 40.029,00. Artefatos de Cimento Alto Paraguçu Ltda. - ITENS: 5, 9, 21, 34, 75, 103, 104, 126, 134, 172, 174, 177, 181, 182 e 191. R\$ 20.139,25. Irineu Comércio de Tintas Ltda. ME - ITENS: 50 e 56. R\$ 2.423,00. Madevia Ltda. ME - ITENS: 130, 131, 132, 189, 192, 193, 194, 195, 196 e 197. R\$ 40.945,50. Mello Materiais de Construção Ltda. ME - ITENS: 2, 4, 6, 8, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 26, 27, 28, 35, 36, 39, 40, 41, 42, 44, 46, 48, 52, 53, 54, 55, 58, 59, 60, 65, 67, 68, 69, 71, 79, 80, 82, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 106, 107, 108, 111, 114, 115, 118, 119, 121, 125, 127, 128, 129, 133, 135, 136, 138, 142, 143, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 158, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 171, 175, 176, 179, 180, 183, 184, 185, 186, 190, 198, 200, 201, 202, 203 e 204. R\$ 242.550,50.

Itaiópolis, 28 de maio de 2014.

Gervásio Uhlmann

Prefeito Municipal.

Editais de Notificações Maio 2014 - Itaiópolis SC

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 350 884/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFC1505	59908248D	6920/0	24/02/2014	233
AGY0357	54960201E	6920/0	24/02/2014	233
ANV2260	54960006E	6599/2	22/02/2014	230 * V
ANV2260	54960007E	5010/0	22/02/2014	162 * I
AOH9330	54781845C	7366/2	17/03/2014	252 * VI
AOJ8349	59908417D	6599/2	22/02/2014	230 * V
LWV9844	54960202E	6920/0	24/02/2014	233
LYO3251	54960164E	6726/1	19/03/2014	230 * XVIII
MDO3370	59908090D	6599/2	14/03/2014	230 * V
MDO3370	59908091D	5045/0	14/03/2014	162 * V
MFF8434	59908416D	6637/1	22/02/2014	230 * IX
MHA3234	55233298D	6920/0	24/02/2014	233
MKY9909	59908428D	7366/2	18/03/2014	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 7 DE MAIO DE 2014

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 350 885/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYT4323	54960059E	5010/0	17/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
LYT4323	59908075D	5274/1	15/12/2013	R\$ 191,53	175
LYT4323	59908076D	5045/0	15/12/2013	R\$ 191,53	162 * V
LZL4144	59908319D	6599/2	05/12/2013	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 7 DE MAIO DE 2014

LAURO LANGER JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 350 886/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEO4749	54960016E	6599/2	28/02/2014	230 * V
AEO4749	54960017E	5045/0	28/02/2014	162 * V
AGQ3186	54960020E	5010/0	28/02/2014	162 * I
AID3492	59908418D	5010/0	28/02/2014	162 * I
BQV0442	54960301E	6920/0	13/03/2014	233
IKW5111	54960168E	6920/0	31/03/2014	233
KGU1153	59908422D	5010/0	09/03/2014	162 * I
LXR0451	54960165E	6920/0	31/03/2014	233
LXS8432	54960161E	6599/2	22/02/2014	230 * V
LZV4993	59908331D	5010/0	27/03/2014	162 * I
LZV4993	59908332D	6912/0	27/03/2014	232
MAE3191	54960305E	6920/0	13/03/2014	233
MAO1053	59908419D	6769/1	28/02/2014	230 * XXII
MCI1114	54960304E	6920/0	13/03/2014	233
MFC9256	59908421D	6610/2	09/03/2014	230 * VII
MFO3251	54960203E	6920/0	27/03/2014	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 7 DE MAIO DE 2014

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 350 887/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCZ3603	59908487D	6920/0	23/01/2014	R\$ 127,69	233
MGZ7160	59908082D	6599/2	02/01/2014	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 7 DE MAIO DE 2014

LAURO LANGER JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 350 888/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEH0655	54960061E	7366/2	11/03/2014	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 7 DE MAIO DE 2014

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 350 889/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAP5036	59908427D	5185/1	18/03/2014	167
ABK0120	59908094D	5010/0	29/03/2014	162 * I
CCD5512	54960162E	6599/2	19/03/2014	230 * V
CCD5512	54960163E	5010/0	19/03/2014	162 * I
LXV8303	54960204E	6920/0	27/03/2014	233
LZV0550	54960169E	6920/0	31/03/2014	233
LZY9982	59908433D	5185/1	28/03/2014	167
MAY7936	54960026E	5010/0	20/03/2014	162 * I
MAY7936	54960027E	6599/2	20/03/2014	230 * V
MAY7936	54960028E	7030/1	20/03/2014	244 * I
MAY7936	54960029E	6912/0	20/03/2014	232
MFT7901	54960065E	5010/0	29/03/2014	162 * I
MFT7901	54960066E	6530/0	29/03/2014	228
MIQ9568	59908439D	6122/0	08/04/2014	214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 7 DE MAIO DE 2014

LAURO LANGER JUNIOR
DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 350 890/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ARY7227	59908241D	6920/0	10/02/2014	R\$ 127,69	233
CEM3446	59907989D	6920/0	19/11/2013	R\$ 127,69	233
CYN8080	59908245D	6920/0	24/02/2014	R\$ 127,69	233
LWW9667	59907984D	6920/0	19/11/2013	R\$ 127,69	233
LYH9405	59908497D	6920/0	23/01/2014	R\$ 127,69	233
LZG8091	59908318D	6599/2	05/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZQ2196	59908486D	6920/0	23/01/2014	R\$ 127,69	233
LZW5119	59907986D	6920/0	19/11/2013	R\$ 127,69	233
MAF0155	54960003E	5169/1	26/01/2014	R\$ 1.915,38	165
MAO1844	59908073D	7048/1	12/11/2013	R\$ 191,53	244 * II
MCZ0402	54960101E	5010/0	26/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCZ0402	54960102E	6599/2	26/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCZ0402	54960103E	6556/1	26/11/2013	R\$ 191,53	230 * I
MGR3375	55233295D	6920/0	29/11/2013	R\$ 127,69	233
MJL0848	59908479D	6920/0	02/01/2014	R\$ 127,69	233
MUC3074	59908244D	6920/0	10/02/2014	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 7 DE MAIO DE 2014

LAURO LANGER JUNIOR
DELEGADO DE POLÍCIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**Extrato da Licitação Nº 18/2014**

Processo Licitatório nº 18/2014; Pregão Presencial nº 06/2014. Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa para prestação de Serviços de Lavagem dos Veículos utilizados pela Secretaria Municipal da Saúde de Itaiópolis. Empresa vencedora: Sandra Vinci - MEI. Valor: R\$ 23.500,00. Vigência: 30 de maio de 2015.

Itaiópolis, 03 de junho de 2014.
Gervasio Uhlmann
Prefeito Municipal.

Extrato de Termo Aditivo

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao Processo Licitatório nº 12/2014. Tomada de preços nº 01/2014. Homologada em 08/05/2014. Objeto: Construção da Unidade Básica de Saúde ESF Bom Jesus, na Rua Engelberto Linzmeier, S/N - Bairro Bom Jesus, no Município de Itaiópolis/SC com área à construir de 513,60m². Contratada: Construtora Ferrari Ltda - ME. CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica acrescido em 2,684% (dois virgula seiscentos e oitenta e quatro por cento) a homologação do objeto licitado, parágrafo 1º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 de 21-06-1993 e conforme Planilha no valor de R\$ 14.778,11 (Quatorze mil, setecentos e setenta e oito reais e onze centavos).

Itaiópolis, 03/06/2014.
Gervásio Uhlmann
Prefeito Municipal.

Extrato de Termo Aditivo

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao Processo Licitatório nº 13/2014. Tomada de preços nº 02/2014. Homologada em 29/04/2014. Objeto: Construção da Unidade Básica de Saúde ESF Central, na Rua Coronel Antônio Correa, S/N - centro, no Município de Itaiópolis/SC com área à construir de 513,60m². Contratada: Construtora Ferrari Ltda - ME. CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica acrescido em 21,994% (vinte e um virgula novecentos e noventa e quatro por cento) a homologação do objeto licitado, parágrafo 1º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 de 21-06-1993 e conforme Planilha no valor de R\$ 114.285,90 (Cento e quatorze mil, duzentos e oitenta e cinco reais e noventa centavos).

Itaiópolis, 03/06/2014.
Gervásio Uhlmann
Prefeito Municipal.

Itapiranga**PREFEITURA****Licitação Nº 91/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 91/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o edital de Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 91/2014, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para execução em regime de empreitada global dos serviços, fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para pavimentação asfáltica, em CAUQ - Concreto Asfáltico Usinado a Quente, em ruas da cidade de Itapiranga, conforme financiamento contrato nº 2013028101 BADESC CIDADES II. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 07 julho de 2014. Maiores informações podem ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 03 de junho de 2014
Milton Simon
Prefeito Municipal

Licitação Nº 21/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2014 FMS

Objeto: Aquisição de 01 veículo novo, 0 KM, destinado para as unidades básicas de saúde do Município de Itapiranga, conforme portaria Ministério da Saúde nº 2.198 de 11/09/2009, proposta nº 11356.676000/1130-03, recurso de emenda parlamentar nº 29050004.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço.

Recebimento das propostas: até às 13:00 do dia 23/06/2014
Início da Sessão: dia 23/06/2014, às 13:15, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF. Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cidadecompras.com.br. Quaisquer informações sobre o edital poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações ou pelo fone/fax (49) 3678-7714.

Itapiranga - SC., 03 de junho de 2014.
Luis Carlos Steffenon
Adm. Fundo Municipal Saude

Extrato do Contrato Nº 91/2014/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 91/2014/RH
PARTES: Município de Itapiranga e THANARA PETRY.
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino

Fundamental e Educação Infantil.
Nível salarial: Piso Nacional do Magistério
Classe - Referencia:
VIGÊNCIA: 02/06/2014 até 30/06/2014.

Itapiranga - SC.02 de junho de 2014
Milton Simon
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 92/2014/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 92/2014/RH
PARTES: Município de Itapiranga e MARILETE STAUB.
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.
Nível salarial: Piso Nacional do Magistério
Classe - Referencia:
VIGÊNCIA: 02/06/2014 até 30/06/2014.

Itapiranga - SC.02 de junho de 2014
Milton Simon
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 93/2014/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 93/2014/RH
PARTES: Município de Itapiranga e TATIANE MULLER.
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.
Nível salarial: Piso Nacional do Magistério
Classe - Referencia:
VIGÊNCIA: 02/06/2014 até 30/06/2014.

Itapiranga - SC.02 de junho de 2014
Milton Simon
Prefeito Municipal

Portaria Nº 150/2014

Portaria nº 150 de 2 de junho de 2014

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir de 2 de junho de 2014, Franciele Hickmann Jaehn, para exercer as funções do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, com 40 horas semanais, tendo em vista aprovação no concurso público nº 01/2013, exercendo as atribuições do referido cargo de conformidade com a Legislação Municipal supra mencionada.

Art. 2º - A servidora municipal estará vinculada ao Regime de

Trabalho Estatutário e enquadrada no nível 512 classe A-01.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de junho de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

Itapoá

PREFEITURA

Decreto Municipal Nº 2204/2014 - Dispõe Sobre A Abertura de Créditos Adicionais Suplementares por Anulação Parcial de Dotação Dentro da Mesma Categoria de Programação.

DECRETO MUNICIPAL NO 2204/2014

Data: 30 de maio de 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 6º, inciso I, da Lei Municipal nº 501/2013 - LOA 2014 e considerando CI 63/14, da Divisão de Orçamento,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por anulação parcial de dotações dentro da mesma categoria de programação, nas seguintes rubricas orçamentárias, perfazendo o montante de R\$ 11.454,00 (onze mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais):

Suplementações

09.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA
09.01 Departamento de Agricultura
206010012.2038 Manutenção do Departamento de Agricultura
33390 Aplicações Diretas (108) FR 10000 R\$ 508,00
206010012.2040 Implantação de Feiras Agrícolas
33390 Aplicações Diretas (112) FR 10000 R\$ 998,00
09.02 Departamento de Pesca
206020012.2047 Manutenção do Departamento de Pesca
33390 Aplicações Diretas (127) FR 10000 R\$ 2.998,00

10.00 SECRETARIA DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULTURA
10.01 Fundo de Desenvolvimento de Turismo - FUNDETUR
236950006.2051 Manutenção do FUNDETUR
33390 Aplicações Diretas (139) FR 10000 R\$ 300,00
10.02 Fundo Municipal de Meio-Ambiente - FMMA
185410007.2056 Manutenção do FMMA
33390 Aplicações Diretas (154) FR 10000 R\$ 1.000,00
185410007.2064 Monitoramento do Processo Erosivo
33390 Aplicações Diretas (165) FR 10000 R\$ 2.950,00
10.03 Departamento de Cultura
133920008.2067 Manutenção do Departamento de Cultura
33390 Aplicações Diretas (179) FR 10000 R\$ 2.700,00

Total das Suplementações R\$ 11.454,00

Anulações

09.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA
09.01 Departamento de Agricultura
206010012.2038 Manutenção do Departamento de Agricultura
34490 Aplicações Diretas (109) FR 10000 R\$ 508,00
206010012.2040 Implantação de Feiras Agrícolas
34490 Aplicações Diretas (113) FR 10000 R\$ 998,00
09.02 Departamento de Pesca
206020012.2047 Manutenção do Departamento de Pesca
34490 Aplicações Diretas (128) FR 10000 R\$ 2.998,00

10.00 SECRETARIA DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULTURA
10.01 Fundo de Desenvolvimento de Turismo - FUNDETUR
236950006.2051 Manutenção do FUNDETUR
34490 Aplicações Diretas (140) FR 10000 R\$ 300,00
10.02 Fundo Municipal de Meio-Ambiente - FMMA
185410007.2056 Manutenção do FMMA
34490 Aplicações Diretas (155) FR 10000 R\$ 1.000,00
185410007.2064 Monitoramento do Processo Erosivo
34490 Aplicações Diretas (166) FR 10000 R\$ 2.950,00
10.03 Departamento de Cultura
133920008.2067 Manutenção do Departamento de Cultura
34490 Aplicações Diretas (180) FR 10000 R\$ 2.700,00
Total das Anulações R\$ 11.454,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 30 de maio de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Decreto Municipal Nº 2205/2014 - Dispõe Sobre A Abertura de Créditos Adicionais Suplementares por Excesso de Arrecadação.

DECRETO MUNICIPAL NO 2205/2014

Data: 30 de maio de 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 6º, inciso IV, da Lei Municipal nº 501/2013 - LOA 2014 e considerando CI 64/14, da Divisão de Orçamento,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por excesso de arrecadação da DR 10.000 - Recursos Ordinários, nas seguintes rubricas orçamentárias, perfazendo o montante de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais):

Suplementações

09.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA

09.01 Departamento de Agricultura

206010012.2038 Manutenção do Departamento de Agricultura

33390 Aplicações Diretas (108) FR 10000 R\$ 5.000,00

14.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.01 Fundo Municipal de Saúde

103010013.2118 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

33390 Aplicações Diretas (32) FR 10200 R\$ 11.000,00

Total das Suplementações R\$ 16.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 30 de maio de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Ata de Sessão Pública Para Abertura de Envelope de Habilitação E Proposta- Pregão Nº 39/2014

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 03/06/2014, a partir das 09:30 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira Ad Hoc do Município, a Sra. ISABELA RAICIK DUTRA POHL e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros SOLAMIR COELHO, , MARIZA APARECIDA FILLA, nomeados pelo DECRETO Nº 2192/2014, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 39/2014, que tem como objeto a AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEO DIESEL BS10, PARA ABASTECIMENTO DA FROTA MUNICIPAL DE VEÍCULOS PESADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, INCLUINDO A INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA O ABASTECIMENTO, CONFORME ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, a Pregoeira iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Empresas Participantes (Credenciadas)
RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA

Representantes (Credenciados)
HANS H. GEHRMANN

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foi aberto o envelope de Proposta de Preços da empresa licitante para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisada a proposta foi achada conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, fica a licitante vencedora responsável pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos, chegando-se aos devidos lances:

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA	2,5100	2,4720

Encerrados os lances verbais, foi aberto o envelope de documentação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que, a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora portanto, a empresa citada abaixo:

Vencedor	Vlr Total
RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA	148.320,0000

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos

termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) - A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) - A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 03/06/2014.
ISABELA RAICIK DUTRA POHL
Pregoeira Ad Hoc

Equipe de Apoio
SOLAMIR COELHO
MARIZA APARECIDA FILLA

Assinantes	
Representantes	Assinatura
RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA	

Ata de Sessão Pública Para Abertura de Envelope de Habilitação E Proposta- Pregão Nº 40/2014

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 03/06/2014, a partir das 10h30min horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira Ad Hoc do Município, a Sra. ISABELA RAICIK DUTRA POHL e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA, MARIZA APARECIDA FILLA, nomeados pelo DECRETO Nº 2192/2014, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 000040/2014, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) CONSERVADORA DE VACINA PARA USO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, a Pregoeira iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Empresas Participantes (Credenciadas)	Representantes (Credenciados)
INDREL IND. DE REFRIGERACAO LONDRINENSE LTDA	ALCIDES CALDERAM
ELBER INDÚSTRIA REFRIGERAÇÃO LTDA	DIEGO CRISTOVAO APARICIO

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas verificou-se que a empresa ELBER INDÚSTRIA REFRIGERAÇÃO LTDA deixou de constar em sua proposta as informações referentes à garantia do produto e a aquiescência às cláusulas editalícias. Além disso, foi suscitado pelo representante da empresa INDREL IND. DE REFRIGERACAO LONDRINENSE LTDA que o produto cotado pela empresa ELBER INDÚSTRIA REFRIGERAÇÃO LTDA não possui o devido registro na ANVISA, ao consultar o seu representante, o mesmo confirmou a informação. Diante de tais fatos, considerando também o item 6.4 do Anexo VI do Edital (Os produtos a serem fornecidos deverão estar de acordo com as normas estabelecidas neste edital de licitação e órgãos competentes fiscalizadores...) e, tendo em vista a Lei 6.360/76 que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências e a Resolução nº 185/2001 da ANVISA. a proposta apresentada pela empresa ELBER INDÚSTRIA REFRIGERAÇÃO LTDA foi considerada DESCLASSIFICADA. A proposta da empresa INDREL IND. DE REFRIGERACAO LONDRINENSE LTDA foi achada conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo ao classificado para o lance a oportunidade de redução do preço ofertado na proposta escrita conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos, chegando-se aos devidos lances:

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	INDREL IND. DE REFRIGERACAO LONDRINA LTDA	15.200,0000	15.000,0000

Encerrados os lances verbais, foi aberto o envelope de documentação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora portanto, a empresa citada abaixo:

Vencedor	Vlr Total
INDREL IND. DE REFRIGERACAO LONDRINA LTDA	15.000,0000

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) - A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) - A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 03/06/2014.
ISABELA RAICIK DUTRA POHL
Pregoeira Ad Hoc

Equipe de Apoio
MARIZA APARECIDA FILLA JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA

Representantes	
INDREL INDÚSTRIA DE REFRIGERACAO LONDRINA	

Ituporanga

PREFEITURA

Pregão 20 2014 Sistema

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA/SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº.20/2014

Processo: 56/2014

Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PROVER SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA E SERVIÇOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E DEMAIS CONDIÇÕES DESCRITAS NOS ANEXOS CONSTANTES DESTA EDITAL. FORMA DE JULGAMENTO:Menor Preço Global. ENTREGA DOS ENVELOPES:Dia 16 de junho de 2014 até às 09:00 hrs. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO:Dia 16 de junho de 2014 às 09:30 horas no setor de licitações. INICIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min pelo fone (**47) 3533-1211.O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br.

Ituporanga, 04 de junho de 2014
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município

Pregão 21 2014 Treinamento

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA/SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº.21/2014

Processo: 57/2014

Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSULTORIA E TREINAMENTO, PARA A FORMAÇÃO DE 02 GRUPOS SETORIAIS DE TRABALHO (FORMADOS POR ATÉ NO MÁXIMO 20 EMPRESAS LOCAIS CADA E NO MÍNIMO 08 EMPRESAS POR GRUPO), INCLUINDO AINDA PRESTAÇÃO DE TRABALHOS AOS GRUPOS, DURANTE O PERÍODO DE 24 MESES. FORMA DE JULGAMENTO:Menor Preço Global. ENTREGA DOS ENVELOPES:Dia 16 de junho de 2014 até às 12:00 hrs. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO:Dia 16 de junho de 2014 às 14:00 horas no setor de licitações. INICIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 14:30 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min pelo fone (**47) 3533-1211.O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br.

Ituporanga, 04 de junho de 2014
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município

Joaçaba

PREFEITURA

Decreto Nº 4.589 de 30 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4.589 DE 30 DE MAIO DE 2014.

"NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE JOAÇABA (SC)."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado a partir da data de 20 de maio de 2014, o servidor ADONES MARCIANO, para o cargo de contador da JUNTA ADMINISTRATIVA do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de que trata o artigo 7º do Decreto Nº 1.350 de 21 de setembro de 1993, responsável pela administração, contabilidade, controle e movimentação dos recursos financeiros do Fundo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 30 de maio de 2014..

RAFAEL LASKE

Prefeito

Errata PL 16/2014/FMS - PP 11/2014/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

JOAÇABA (SC) - ERRATA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2014/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2014/FMS

Na publicação do aviso de licitação referente ao Processo Licitatório nº 16/2014/FMS - Edital PP nº 11/2014/FMS, feita no Diário Oficial dos Municípios, na edição de 29/05/2014, cujo objeto é a "Aquisição de 01 (um) veículo tipo passeio, novo, zero quilômetro, ano/modelo 2014, que será utilizado no atendimento dos programas desenvolvidos pelo Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), com atuação integrada à Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.":

Onde se lê:

"PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2014/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2014/FMS";

Leia-se:

"PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2014/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2014/FMS".

As demais disposições permanecem inalteradas.

Joaçaba, 03 de junho de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

SIMAE**Ordem de Serviço 0005/2014 - SIMAE**

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 0005/2014

Autorizo por meio desta, a empresa CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA a iniciar os serviços referentes à Implantação da nova Elevatória de Água Tratada denominada EAT-005 no terreno da Estação de Tratamento de Água do SIMAE, localizado na AV Caetano Natal Branco, 1849 no Município de Joaçaba-SC, de acordo com as especificações pertinentes ao Processo Licitatório JHL 0008/2014, Tomada de Preços JHL 0002/2014, Protocolo JHL 0231/2014, formalizada pelo Termo de Contrato N.º 0023/2014 de 24 de Março de 2014.

O valor Global dos serviços e materiais contratados é de R\$ 132.873,32 (Cento e trinta e dois mil, oitocentos e setenta e três reais e trinta e dois centavos), com prazo de execução de 180 (cento e oitenta) dias, a partir do recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC) 04 de Junho de 2014.

Contratante: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Nome e cargo: Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora PresidenteContratado: CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA
Engº Responsável: Dieison Ramos Glasenapp - Engenheiro Civil
CPF- 017.992.999-29
CREA- 58024-5

RECEBI EM ____/____/____

CÂMARA MUNICIPAL**PP 05/2014 - Aviso de Licitação Fracassada**

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 05/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2014

OBJETO: A aquisição de cadeiras giratórias, cadeiras de aproximação e poltronas retráteis destinadas à nova sede da Câmara de Vereadores de Joaçaba, situada na Av. Tiradentes, n. 872, Centro, Joaçaba/SC.

MOTIVO: Considerando o teor do parecer jurídico emitido em 03/06/2014, referente ao Processo de Licitação n. 05/2014, Pregão Presencial n. 05/2014, o Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação pertinente, atendendo aos pressupostos da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, declara FRACASSADA a licitação acima citada.

Observação: As amostras apresentadas pelas empresas FUNCIONAL COMÉRCIO DE MOVEIS PARA CASA E ESCRITÓRIO LTDA ME, LA INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA ME e TARSIO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME serão devolvidas, tendo as empresas o prazo de 5 (cinco) dias a partir da publicação desse aviso para retirá-las no local onde foram entregues.

Joaçaba (SC), 03 de junho de 2014.

FRANCISCO MOREIRA LOPES

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

Balancete Financeiro Maio/2014**Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Maio/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	278.703,80
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	268.908,14
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	105.414,17
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33.280,30
		INVESTIMENTOS	130.213,67
		Despesas Intra-orçamentárias	9.795,66
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.732,13
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	63,53
Receita Extra - Orçamentária	556.906,28	Despesa Extra - Orçamentária	300.437,73
DEPÓSITOS	24.036,48	DEPÓSITOS	21.521,68
CONSIGNAÇÕES	20.260,58	CONSIGNAÇÕES	20.260,58
PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.230,37	PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.230,37
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	6.933,24	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	6.933,24
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA M	3.376,91	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA M	3.376,91
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	3.378,68	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	3.378,68
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	1.341,38	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	1.341,38
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	3.775,90	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.261,10
DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	3.775,90	DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	1.261,10
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	278.703,80	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	278.916,05
OBRIGAÇÕES A PAGAR	278.703,80	OBRIGAÇÕES A PAGAR	278.916,05
FORNECEDORES	163.557,50	FORNECEDORES	163.769,75
PESSOAL A PAGAR	93.189,41	PESSOAL A PAGAR	93.189,41
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	21.956,89	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	21.956,89
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	254.166,00		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	254.166,00		
REPASSE RECEBIDO	254.166,00		
Saldos anteriores	306.914,67	Saldos atuais	284.679,42
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	302.857,22	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	282.372,02
BANCO C/ MOVIMENTO	4.057,45	BANCO C/ MOVIMENTO	2.307,40
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	0,00	POUPANÇA	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	863.820,95	Total	863.820,95

Joacaba, 03/06/2014

 Marcio Roberto Piccoli
 Contador CRCSC 025688/O

 Francisco Moreira Lopes
 Presidente

Lages

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 097/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 097/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: LHMS SOLUÇÕES LTDA inscrita no CNPJ sob nº 09.159.727/0001-90, estabelecida a Rua: Presidente Nereu Ramos, n.º 73 - Centro, Compl. Sala 01 - 2º andar - Cep: 88.502-170 Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços Técnicos de Desenvolvimento, Implementação, Manutenção e Hospedagem de Sites e Hotsites aplicados ao Setor Público.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, a contar da data da assinatura do(s) Contrato(s) decorrente(s);

2.2 De Execução, até 31/12/2014 a contar da(s) data(s) da(s) assinatura do Contrato decorrente;

CLÁUSULA TERCEIRA- DOS PREÇOS

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 5.850,00 (cinco mil oitocentos e cinquenta reais).

Lages, 30 de Maio de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 092/2014 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 092/2014 FMAS.

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: ADL COMERCIAL EIRELI EPP, inscrita no CNPJ n.º 15.267.298/0001-78, com sede a Rua Florânia, 467 - Fundo Bairro Velha, CEP 89040-190 - Blumenau/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Consumo Diversos, para CRAS I, II, III, IV V.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2. De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação (ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 7.330,00 (sete mil, e trezentos e trinta reais)

Lages. 15 de Abril de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 091/2014 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 091/2014 FMAS.

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: CLIMA SERVICE REFRIGERAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ n.º 73.211.393/0001-56, com sede a Avenida Presidente Vargas, Nº 1186 - Bairro Coral, CEP: 88.509-501 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Consumo Diversos, para CRAS I, II, III, IV V.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2. De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação (ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 1.770,00 (um mil, setecentos e setenta reais),

Lages. 15 de Abril de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 090/2014 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 090/2014 FMAS.

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: MAX RICARDO MARIM & CIA LTDA EPP, inscrita no CNPJ n.º 82.977.125/0001-30, com sede a Avenida Luiz de Camões 1062 - Bairro Coral, CEP: 88.523-000 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Consumo Diversos, para CRAS I, II, III, IV V.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2. De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação (ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 2.520,00 (dois mil quinhentos e vinte reais),

Lages. 15 de Abril de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 097/2014 FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 097/2014 FMAS.

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME, inscrita no CNPJ n.º 13.965.228/0001-68, com sede a Rua 24 de Outubro 1162- Centro - Bom Retiro/SC, CEP: 88680-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Material de Expediente e Consumo para o Programa Vida Nova da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação (ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 3.636,90 (três mil, seiscentos e trinta e seis reais e noventa centavos),

Lages. 08 de Maio de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 094/2014 FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 094/2014 FMAS.

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: KLEBER MACHADO E CIA LTDA, inscrita no CNPJ n.º 11.118.645/0001-40, com sede a Avenida Luiz de Camões. 939 - Sala 04, Coral CEP: 88523-000 Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Material de Expediente e Consumo para o Programa Vida Novos da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação (ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 8.953,50 (oito mil novecentos e cinqüenta e três reais e cinqüenta centavos),

Lages. 08 de Maio de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 095/2014 FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 095/2014 FMAS.

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: CELIA REGINA W SANI - ME, inscrita no CNPJ n.º 04.195.853/0001-87, com sede a Avenida Beira Rio, 730 - Centro CEP: 88450-000 - Alfredo Wagner/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Material de Expediente e Consumo para o Programa Vida Novos da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação (ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 2.735,80 (dois mil, setecentos e trinta e cinco reais e oitenta centavos),

Lages. 08 de Maio de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 096/2014 FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 096/2014 FMAS.

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA, inscrita no CNPJ n.º 12.903.455/0001-04, com sede a Rua: Marfim, Nº 261 - Centro, CEP: 88.131-50 - Palhoça/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Material de Expediente e Consumo para o Programa Vida Nova da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação (ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 2.130,00 (dois mil cento e trinta reais),

Lages. 15 de Maio de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 098/2014 FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 098/2014 FMAS.

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: STANG & STANG LTDA, inscrita no CNPJ n.º 08.033.253/0014-98, com sede a Avenida Dom Pedro II Nº 967 - Bairro: São Cristóvão - Lages/SC, CEP: 88509-600.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Combustíveis e Filtro para uso nos Veículos da Frota da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente a 31/12/2014;

2.2 De Entrega far-se-ão diretamente da bomba de abastecimento do Posto, localizado no perímetro urbano do Município de Lages, ao tanque dos veículos, mediante a apresentação de requisição (ões) devidamente assinada(s) pelo Responsável do Departamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 86.692,80 (oitenta e seis mil e seiscentos e noventa e dois reais e oitenta centavos),

Lages. 21 de Maio de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 099/2014 FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 099/2014 FMAS.

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: JULIO CÉSAR RODRIGUES DELFES - ME, inscrita no CNPJ n.º 82.894.718/0001-33, com sede a Rua Mario Ribeiro Ramos, 242 - Bairro São Cristóvão, CEP 88509-340 - na cidade de Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios e Descartáveis para o CREAS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2.1 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação (ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.2.2 Os produtos perecíveis deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme cronograma de entrega a ser fornecido à(s) Empresa(s) vencedora(s);

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 5.639,98 (cinco mil seiscentos e trinta e nove reais e noventa e oito centavos).

Lages. 05 de Maio de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 100/2014 FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 100/2014 FMAS.

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: SUPER VAREJÃO CÓRDOVA DE ALIMENTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ n.º 83.197.277/0001-83, com sede a Rua Araci Paim, Nº19, Bairro: Araucária, CEP 88.512-680 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios e Descartáveis para o CREAS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2.1 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação (ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.2.2 Os produtos perecíveis deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme cronograma de entrega a ser fornecido à(s) Empresa(s) vencedora(s);

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 5.494,81 (cinco mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e oitenta e um centavos),

Lages. 05 de Maio de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 101/2014 FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 101/2014 FMAS.

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: CELIA REGINA W SANI - ME, inscrita no CNPJ n.º 04.195.853/0001-87, com sede a Avenida Beira Rio, 730 - Centro CEP: 88450-000 - Alfredo Wagner/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios e Descartáveis para o CREAS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2.1 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação (ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.2.2 Os produtos perecíveis deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme cronograma de entrega a ser fornecido à(s) Empresa(s) vencedora(s);

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 3.279,99 (três mil, duzentos e setenta e nove reais e noventa e nove centavos),

Lages. 05 de Maio de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº102/2014 FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: CONTRATO 102/2014 FMAS.

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: COMERCIAL DE ALIMENTOS MILÊNIO LTDA, inscrita no CNPJ n.º 07.773.491/0001-52, com sede a Avenida Caldas Junior, 550 - sala 01 - Bairro Santa Helena, na cidade de Lages/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios e Descartáveis para o CREAS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2.1 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação (ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.2.2 Os produtos perecíveis deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme cronograma de entrega a ser fornecido à(s) Empresa(s) vencedora(s);

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 5.197,98 (cinco mil, cento e noventa e sete reais e noventa e oito centavos),

Lages. 05 de Maio de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 098/2014 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 098/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: JL COMÉRCIO DE BATERIAS, LUBRIFICANTES, PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS LTDA - ME inscrita no CNPJ sob nº 16.694.574/0001-47, estabelecida a Rua: Pernambuco, n.º 1069 - Centro, Compl. Sala 02 - CEP: 99.700-000 - Erechim/RS.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Baterias para uso nos Veículos da Frota do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 03 (três) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação (ões), na Garagem da PML, à Rua Ministro Pedro de Toledo nº 07, Bairro Coral, CEP 88509-220, Fone (49) 3223-3449, nesta cidade;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA- DOS PREÇOS

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 50.312,00 (cinquenta mil trezentos e doze reais),

Lages, 30 de Maio de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 009/2014 FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO: INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS Nº 009/2014

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.

CONTRATADA. PAULO MARCIO CISLAGHI ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 85.145.423/0001-52, com sede a Avenida Belisário Ramos, 5575 - CEP 88511-200 - Bairro Universitário, Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Prestação de Serviços de sonorização e estruturas para Salão do Livro da Serra Catarinense e escolha da Rainha e Princesas da 26ª Festa Nacional do Pinhão.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO.

2.1 - O evento Salão do Livro da Serra Catarinense será realizado entre os dias 24 a 29 de Março, na Praça Joca Neves, sendo que a instalação da estrutura deverá estar montada até 24 horas antes do início do evento.

2.2 - O evento Escolha da Rainha e Princesas de 26ª Festa Nacional do Pinhão, será realizado 27 de Março de 2014, no Clube Caça e Tiro.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

O preço certo e ajustado pelas partes é de R\$ 18.300,00 (dezoito mil e trezentos reais).

Lages/SC 28 de Fevereiro de 2014

Elizeu Mattos

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato Nº 178/2014 FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO: INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS Nº 178/2014

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.

CONTRATADA. PAULO MARCIO CISLAGHI ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 85.145.423/0001-52, com sede a Avenida Belisário Ramos, 5575 - CEP 88511-200 - Bairro Universitário, Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Locação de Sonorização, Iluminação, Palco e Telões para o Recanto do Pinhão, Pinhão Blues e Cavalgada do Pinhão, para a 26ª Festa Nacional do Pinhão, nesta cidade, nesta cidade, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO.

2.1 De Início, a contar da data da assinatura do(s) Contrato(s) decorrente(s);

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do contrato, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega, imediata, mediante autorização de fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da

CONTRATADA, de R\$ 119.900,00 (cento e dezenove mil e novecentos reais),

Lages/SC 02 de Junho de 2014
Elizeu Mattos
Prefeito do Município de Lages

PP 31-2014 SMS; PP 58-2014 PML; TP 26, 27, 28, 29-2014 PML E TP 01-2014 FME

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Executivo de Licitações e Contratos
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 31-2014 SMS Objeto: Prestação Serviços de Instalação de Coberturas para Unidades de Saúde
Tipo: Menor Preço GlobalAbertura: 18/06/2014 às 09:00
Valor Estimado: R\$ 29.227,65

Modalidade: PP 58-2014 PML Objeto: Aquisição de Materiais
Tipo: Menor Preço Por LoteAbertura: 16/06/2014 às 14:30
Valor Estimado: R\$ 439.667,14

Modalidade: TP 26-2014 PML Objeto: Prestação de Serviços de Revitalização e Reurbanização da Rua Bruno Luersen
Tipo: Menor Preço GlobalAbertura: 23/06/2014 às 08:30
Valor Estimado: R\$ 590.735,41

Modalidade: TP 27-2014 PML Objeto: Prestação de Serviços de Revitalização da Rua Emiliano Ramos (Via Gastronômica).
Tipo: Menor Preço GlobalAbertura: 23/06/2014 às 08:30
Valor Estimado: R\$ 924.691,12

Modalidade: TP 28-2014 PML Objeto: Prestação de Serviços de Pavimentação Asfáltica da Rua Portugal
Tipo: Menor Preço GlobalAbertura: 23/06/2014 às 10:30
Valor Estimado: R\$ 1.035.245,14

Modalidade: TP 29-2014 PML Objeto: Prestação de Serviços de Recomposição de Pavimentação Asfáltica
Tipo: Menor Preço GlobalAbertura: 25/06/2014 às 09:00
Valor Estimado: R\$ 840.000,00

Modalidade: TP 01-2014 FMEObjeto: Prestação de Serviços de Reforma do Ginásio Municipal de Esportes Ivo Silveira
Tipo: Menor Preço GlobalAbertura: 25/06/2014 às 14:30
Valor Estimado: R\$ 754.507,00

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site HYPERLINK "http://www.lages.sc.gov.br/www.lages.sc.gov.br, sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 03 de junho de 2014.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

EXTRATO DE CONTRATO Nº 179/2014 FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO: INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS Nº 179/2014

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.

CONTRATADA. ECOBAN BANHEIROS QUÍMICOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.158.348/0001-86, com sede a Rua Coronel Arthur Pereira, 130 - Centro, CEP: 89.600-000 - Joaçaba/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Locação de Tendas, Estandes e Banheiros Químicos para o Recanto do Pinhão, Pinhão Blues e Cavalcada do Pinhão, para a 26ª Festa Nacional do Pinhão, nesta cidade, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO.

2.1 De Início, a contar da data da assinatura do(s) Contrato(s) decorrente(s);

2.2 De Execução, em até 210 (duzentos e dez) dias, a contar da data da assinatura do contrato;

2.3 De Entrega, imediata, mediante autorização de fornecimento;

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 102.756,50 (cento e dois mil, setecentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos),

Lages/SC 02 de Junho de 2014
Elizeu Mattos
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 318/2013 PML 1º Termo Aditivo Errata

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 318/2013 -1º TERMO ADITIVO - ERRATA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: MARCIA DA CUNHA VENTURA - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 04.498.706/0001-86, com sede na Av. Juscelino Kubitschek, 2510 - Lages/SC - cep: 88.519-400 - fone:32238051.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

Contratação de Empresa de Engenharia para Construção de Quadra Poliesportiva Coberta com palco, na EMEB Mutirão, nesta cidade, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital Correlato.

ONDE LÊ:

Ficam prorrogados em 90 (noventa) dias.
Lages, 24 de Setembro de 2013.

LEIA-SE:

Ficam prorrogados em 180 (cento e oitenta) dias.

Lages, 23 de Fevereiro de 2014.
Elizeu Mattos
Prefeito Municipal

Contrato 52/2014 - SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 52/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO PLANALTO SERRANO, inscrita no CNPJ sob o n.º 85.246.916/0001-89, com sede à Rua Frei Gabriel n.º 115 - Lages/SC - cep: 88.502-030.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Plantão Atendimento Pré-Hospitalar e Remoção no Parque Conta Dinheiro, durante a 26ª Festa Nacional do Pinhão, no período de 13/06 a 22/06, nesta cidade.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 - Para início: contar-se-á da assinatura do contrato.

2.2 - Para execução: no Recanto de 13/06/2014 a 22/06/2014;

2.3 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2014. A sua validade será da data da sua assinatura até o dia 22/06/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor global é de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), sendo que os serviços Médicos Pré-Hospitalares e de Apoio Logístico e Remoção no Parque Conta Dinheiro, será constituído por um médico, um enfermeiro e um socorrista, fazendo uso de Ambulância TIPO D, segundo normas do Ministério da Saúde (UTI AVANÇADA) sendo que uma permanecerá no local da realização da Festa e outra em Stand By (a disposição). Esta segunda equipe ficará condicionada a necessidade frente a demanda reprimida e será acionada somente em caso de autorização dos organizadores.

Lages, 30 de Maio de 2014

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Contrato 12/2014 - FME

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 12/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através da Fundação Municipal de Esportes, inscrita no CNPJ sob nº 78.497.559/0001-66, com sede à Rua Antônio Ribeiro dos Santos, 400, anexo ao Ginásio Jones Minosso, nesta cidade.

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE ARBITRAGEM DO PLANALTO SERRANO E EVENTOS ESPORTIVOS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.415.464/0001-85, com sede Rua Humberto de Campos, 1135 - anexo Ginásio Ivo Silveira, CEP: 88508-190 - Lages/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

Prestação de Serviços de Arbitragem do JOCOL - Jogos Comunitários de Lages Modalidade Futebol de Campo 3 CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início; da data da assinatura do Contrato até 31/12/2014;

2.2 De Execução; 240 (duzentos e quarenta) dias da data da assinatura do Contrato decorrente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 105.718,69 (cento e cinco mil, setecentos e dezoito reais), sendo:

547 jogos - valor unitário R\$ 193,27 (cento e noventa e três reais e vinte e sete centavos);

Lages, 28 de Abril de 2014

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 16/2013 FMAS 2º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 16/2013 - 2º TERMO ADITIVO

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

LOCADORA: NILSON NASCHENWENG CAMPOS, inscrito no CPF sob nº 003.959.199-91, RG Nº 60.957/SSP-SC estabelecida à Rua Coronel Cordova, nº 319 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto do presente instrumento, a locação de um imóvel em alvenaria com dois pavimentos, medindo 515,00 m², sito à Rua Correia Pinto, 343, nesta cidade de Lages/SC, onde será está instalada a Central do Bolsa Família.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR E PAGAMENTO

O valor da locação será de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) a partir de Janeiro/2014.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecerem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 31 de Janeiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 035/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 035/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: INTEGRA COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ n.º 10.212.388/0001-48, com sede a Rua Veríssimo Marques, 1732 - Centro, CEP 83.005-410, São José dos Pinhais/PR.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios para consumo nas Unidades Escolares Municipais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 399.474,10 (trezentos e noventa e nove mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e dez centavos),

Lages 29 de Janeiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 17/2014 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 17/2014

CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC. CONTRATADA, SINOX COMÉRCIO DE VÁLVULAS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.553.366/0001-01, com sede a Rod. 283, 650 - Linha Frogosos

- Concórdia/SC

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

Aquisição de Válvulas Borboletas tipo Wafer, para Retirada do Lodo dos Decantadores para Estação de Tratamento de Água (ETA).

3 CLÁUSULA SEGUNDA: DO(S) PRAZO(S).

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do contrato, até sua vigência que será até 30/06/2014.;

2.3 De Entrega(s), Em até 60(sessenta) dias da solicitação, no Almoxarifado da SEMASA, Av. 1º de Maio, 1700, B Popular.

4 CLÁUSULA TERCEIRA: DO(S) PREÇO(S).

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 12.300,00 (doze mil e trezentos reais)

Lages, 18 de Fevereiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal, SC.

Lauro Muller

PREFEITURA

Lei Nº 1.818/2014

LEI Nº 1.818/2014 DE 28 DE MAIO DE 2014.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar ao orçamento vigente do Hospital Municipal Henrique Lage, no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), assim classificado:

10.00 - HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE

10.01 - Hospital Municipal Henrique Lage

2.016 - Manutenção das Atividades do Hospital

DOTAÇÃO 06

Fonte 0106 - Recursos Próprios

3.3.90.00.00.0106 - Aplicação Direta R\$ 80.000,00

Total: R\$ 80.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação nas seguintes dotações orçamentárias:

10.00 - HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE

10.01 - Hospital Municipal Henrique Lage

1.011 - Ampliação da Rede Física

DOTAÇÃO 01

Fonte 0106 - Recursos Próprios

4.4.90.00.00.0106 - Aplicação Direta R\$ 45.000,00

10.00 - HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE

10.01 - Hospital Municipal Henrique Lage

1.012 - Aquisição de Veículos

DOTAÇÃO 02

Fonte 0106 - Recursos Próprios

4.4.90.00.00.0106 - Aplicação Direta R\$ 35.000,00

Total: R\$ 80.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 28 DE MAIO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

ERRATA DECRETO Nº 041/2014

RETIFICAÇÃO DECRETO N.º 041/2014

Considerando erro de digitação na publicação do Decreto n.º 041/2014, realizado no Diário Oficial dos Municípios, publicado na Edição n.º 1469, de 16 de abril de 2014, p. 190, retifica-se o referido Decreto para a seguinte redação:

Onde lê-se "Crédito suplementar", passa a ler-se "Crédito Suplementar Especial".

LAURO MÜLLER, 03 DE JUNHO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Errata Decreto Nº 045/2014

RETIFICAÇÃO DECRETO N.º 045/2014

Considerando erro de digitação na publicação do Decreto n.º 045/2014, realizado no Diário Oficial dos Municípios, publicado na Edição n.º 1476, de 29 de abril de 2014, p. 270, retifica-se o referido Decreto para a seguinte redação:

Onde lê-se "Crédito suplementar", passa a ler-se "Crédito Suplementar Especial".

LAURO MÜLLER, 03 DE JUNHO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Lebon Régis**PREFEITURA****Extrato Pregão Presencial Nº 03/2014 - Processo Licitatório Nº 05/2014**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEBON RÉGIS/SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que se realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por lote. Objeto: aquisição de gêneros alimentícios, produtos de higiene e limpeza, gás de cozinha e água mineral, para a Secretaria Municipal de Saúde e para os Postos de Saúde do Município de Lebon Régis, conforme quantidades e especificações contidas no edital. Recebimento da documentação e das propostas até 09h do dia 18/06/2014. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 09h10min do dia 18/06/2014. Obtenção do Edital e maiores Informações: www.lebonregis.sc.gov.br ou licitacoes@lebonregis.sc.gov.br ou (49) 3247-0188.

Lebon Régis, 03 de Junho de 2014.

Francisco Jucelino Ribeiro

Secretário da Saúde.

Aviso de Licitação Processo 06/2014-Pregão 05/2014

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO 06/2014-PREGÃO 05/2014

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOLCIAL do Município de Lebon Régis-SC torna público que às 11:10h do dia 17/06/2014 realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial, para contratação de empresa especializada para implantação, capacitação e fornecimento de licença de uso temporária de sistema de gestão pública com acesso simultâneo para usuários da administração que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e serviços técnicos correlatos, descritos no edital. Maiores informações no Setor de Compras e Licitações ou pelo e-mail: licitacoes@lebonregis.sc.gov.br ou fone (49) 3247 0188.

Adair da Silva Mattos

Pregoeiro.

Lebon Régis, 03 de junho de 2014.

Aviso de Licitação Processo 06/2014-Pregão 04/2014

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO 06/2014-PREGÃO 04/2014

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de Lebon Régis-SC torna público que às 09:10h do dia 17/06/2014 realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial, para contratação de empresa especializada para implantação, capacitação e fornecimento de licença de uso temporária de sistema de gestão pública e gestão de saúde com acesso simultâneo para usuários da administração que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e serviços técnicos correlatos, descritos no edital. Maiores informações no Setor de

Compras e Licitações ou pelo e-mail: licitações@lebonregis.sc.gov.br ou fone (49) 3247 0188.

Adair da Silva Mattos
Pregoeiro.
Lebon Régis, 03 de junho de 2014.

Leoberto Leal

PREFEITURA

Contrato Nº 033/2014 - PMLL

CONTRATO Nº 033/2014 - PMLL

"Contrato de prestação de serviço para exportação das informações remetidas ao sistema E-sfinge, RREO, RGF e SIOPE da Lei de Responsabilidade Fiscal, para o Sistema do Tribunal de Contas de Santa Catarina"

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal Senhora Tatiane Dutra Alves da Cunha, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa SCPLANEJ CONSULTORIA E ASSESSORIA PÚBLICA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua Pedro Gomes, nº 41, Município de Major Gercino, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 07.954.122/0001-66, neste ato representada pelo Senhor Rubens Tives, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviço para exportação das informações remetidas ao sistema E-sfinge, RREO (Relatório Resumido da Execução Orçamentária, RGF (Relatório de Gestão Fiscal) e SIOPE, a ser fornecido pela Contratada, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND.	QUANT.
01	E-SFINGE MÓDULO CONTROLE INTERNO: EXPORTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DO PLANO PLURIANUAL, LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA, LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL E A MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA BIMESTRAL PARA O SISTEMA DO TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA.	BIMESTRE	06
02	E-SFINGE MÓDULO UNIDADE GESTORA PREFEITURA: EXPORTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DO SETOR DE LICITAÇÕES, SETOR DE CONTABILIDADE E SETOR PESSOAL PARA O SISTEMA DO TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA.	BIMESTRE	06

§ 1º - Este contrato não inclui qualquer outro tipo de serviço, que não sejam os previstos no Caput da Cláusula Primeira.

§ 2º- Serviços, que o MUNICÍPIO tenha interesse junto a CONTRATADA, deverão ser acordados entre ambas as partes, fora dos termos aqui estipulados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO - Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato será executado até 31/12/2014, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PAGAMENTO - Pelo objeto descrito na cláusula primeira deste Contrato, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, o valor total estimado de R\$ 6.240,00 (seis mil duzentos e quarenta reais), sendo o pagamento realizado parceladamente de acordo com a remessa dos dados e confirmação a que se refere o bimestre gerado.

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND.	QUANT.	PREÇO UNIT. MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO
01	E-SFINGE MÓDULO CONTROLE INTERNO: EXPORTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DO PLANO PLURIANUAL, LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA, LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL E A MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA BIMESTRAL PARA O SISTEMA DO TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA.	BIMESTRE	06	R\$ 400,00	R\$ 2.400,00
02	E-SFINGE MÓDULO UNIDADE GESTORA PREFEITURA: EXPORTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DO SETOR DE LICITAÇÕES, SETOR DE CONTABILIDADE E SETOR PESSOAL PARA O SISTEMA DO TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA.	BIMESTRE	06	R\$ 640,00	R\$ 3.840,00

I - O pagamento será efetuado de acordo com a apresentação das Notas Fiscais, até o dia 05 (cinco) do mês subsequente, após prestação dos serviços, através de depósito em conta bancária do fornecedor, mediante a apresentação de Nota Fiscal.

II - As faturas que apresentem incorreções, serão devolvidas ao emitente e seu vencimento ocorrerá em até 10 (dez) dias após a data de sua reapresentação.

III - O pagamento poderá ser susado pelo CONTRATANTE, quando os serviços não estiverem de acordo com o estipulado, ou por inadimplemento de qualquer Cláusula deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - RECURSOS PARA ATENDER AS DESPESAS - As despesas provenientes da execução do objeto deste Contrato correrão por conta de Dotação Orçamentária do Município de Leoberto Leal, e recursos alocados no orçamento:

03 01 04 122 0003 2.003.3.3.90.39.88.00.00.00.0.1.0000 (9) - Funcionamento e Manutenção da SACF - Recurso Ordinário

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES - Ambas as partes, por conta deste instrumento, contraem obrigações as quais não cumpridas, importarão na rescisão pleno jure do presente pacto, a saber:

I - A CONTRATADA, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Executar os serviços ao fiel cumprimento do objeto proposto neste Contrato;
- 2) Executar os serviços com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;
- 3) Refazer os serviços caso não ocorra a aprovação da remessa dos dados;
- 4) Comparecer in-loco a Prefeitura Municipal, uma vez por bimestre, para dirimir possíveis problemas referente a geração do banco de dados;
- 5) Executar o objeto diretamente, sendo vedada a subcontratação.

II - O MUNICÍPIO, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços;

- 2) Realizar o pagamento na forma estipulada neste Contrato;
- 3) Notificar a CONTRATADA por escrito, sobre quaisquer irregularidades que venham a ocorrer em função da execução deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO - Haverá rescisão contratual, de pleno jure, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas for inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo MUNICÍPIO, ou bilateralmente pelas partes desde que seja de comum acordo, e por escrito.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA MULTA - Estipular-se-á multa equivalente 10% (dez por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE - O valor estabelecido na Cláusula Terceira, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA NONA - DA HABILITAÇÃO - A CONTRATADA declara estar devidamente autorizada a prestar os serviços aqui avençados e rigorosamente regular quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes, tais como INSS, Caixa Econômica Federal no que toca ao FGTS, Fazenda Municipal, Fazenda Estadual e Fazenda Federal, Falência, Concordata e Recuperação Judicial, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO - Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Aplicam-se à execução deste Contrato de Prestação de Serviços, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus efeitos legais.

Leoberto Leal/SC, 02 de junho de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal
Contratante

SCPLANEJ CONSULTORIA E ASSESSORIA PÚBLICA LTDA ME
Rubens Tives
Contratada

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES CPF/MF nº 017.410.949-09	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
---	---

Contrato Nº 010/2014 - FMS**CONTRATO Nº 010/2014 - FMS**

"Contrato de prestação de serviço para exportação das informações remetidas ao sistema E-sfinge, RREO, RGF e SIOPS da Lei de Responsabilidade Fiscal, para o Sistema do Tribunal de Contas de Santa Catarina"

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 08.651.832/0001-80, neste ato representado pelo Secretário Municipal da Saúde Senhor Vitor Norberto Alves, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa SCPLANEJ CONSULTORIA E ASSESSORIA PÚBLICA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua Pedro Gomes, nº 41, Município de Major Gercino, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 07.954.122/0001-66, neste ato representada pelo Senhor Rubens Tives, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinente, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviço para exportação das informações remetidas ao sistema E-sfinge, RREO (Relatório Resumido da Execução Orçamentária, RGF (Relatório de Gestão Fiscal) e SIOPS, da Lei de Responsabilidade Fiscal a ser fornecido pela Contratada, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND.	QUANT.
01	E-SFINGE MÓDULO UNIDADE GESTORA FUNDO DE SAÚDE: EXPORTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DO SETOR DE LICITAÇÕES E SETOR DE CONTABILIDADE PARA O SISTEMA DO TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA.	BIMESTRE	06
02	SERVIÇOS RELACIONADOS À CONTABILIDADE: CONFIGURAÇÃO E CONFERÊNCIA DOS RELATÓRIOS DO RREO (RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RGF (RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL) DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. PREENCHIMENTO MANUAL BIMESTRAL DAS INFORMAÇÕES AO SIOPS.	BIMESTRE	06

§ 1º - Este contrato não inclui qualquer outro tipo de serviço, que não sejam os previstos no Caput da Cláusula Primeira.

§ 2º- Serviços, que o MUNICÍPIO tenha interesse junto a CONTRATADA, deverão ser acordados entre ambas as partes, fora dos termos aqui estipulados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO - Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato será executado até 31/12/2014, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PAGAMENTO - Pelo objeto descrito na cláusula primeira deste Contrato, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, o valor total estimado de R\$ 7.140,00 (sete mil cento e quarenta reais), sendo o pagamento realizado parceladamente de acordo com a remessa dos dados e confirmação a que se refere o bimestre gerado.

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND.	QUANT.	PREÇO UNIT. MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO
01	E-SFINGE MÓDULO UNIDADE GESTORA FUNDO DE SAÚDE: EXPORTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DO SETOR DE LICITAÇÕES E SETOR DE CONTABILIDADE PARA O SISTEMA DO TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA.	BIMESTRE	06	R\$ 470,00	R\$ 2.820,00
02	SERVIÇOS RELACIONADOS A CONTABILIDADE: CONFIGURAÇÃO E CONFERÊNCIA DOS RELATÓRIOS DO RREO (RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RGF (RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL) DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. PREENCHIMENTO MANUAL BIMESTRAL DAS INFORMAÇÕES AO SIOPS.	BIMESTRE	06	R\$ 720,00	R\$ 4.320,00

I - O pagamento será efetuado de acordo com a apresentação das Notas Fiscais, até o dia 05 (cinco) do mês subsequente, após prestação dos serviços, através de depósito em conta bancária do fornecedor, mediante a apresentação de Nota Fiscal.

II - As faturas que apresentem incorreções, serão devolvidas ao emitente e seu vencimento ocorrerá em até 10 (dez) dias após a data de sua reapresentação.

III - O pagamento poderá ser susado pelo CONTRATANTE, quando os serviços não estiverem de acordo com o estipulado, ou por inadimplemento de qualquer Cláusula deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - RECURSOS PARA ATENDER AS DESPESAS - As despesas provenientes da execução do objeto deste Contrato correrão por conta de Dotação Orçamentária do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, e recursos alocados no orçamento:

05 01 10 301 0006 2.015.3.3.90.39.88.00.00.00.0.1.0002 (4) - Receita de Impostos e de Transferência de Impostos da Saúde

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES - Ambas as partes, por conta deste instrumento, contraem obrigações as quais não cumpridas, importarão na rescisão pleno jure do presente pacto, a saber:

I - A CONTRATADA, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Executar os serviços ao fiel cumprimento do objeto proposto neste Contrato;
- 2) Executar os serviços com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;
- 3) Refazer os serviços caso não ocorra a aprovação da remessa dos dados;
- 4) Comparecer in-loco a Prefeitura Municipal, uma vez por bimestre, para dirimir possíveis problemas referente a geração do banco de dados;
- 5) Executar o objeto diretamente, sendo vedada a subcontratação.

II - O MUNICÍPIO, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços;
- 2) Realizar o pagamento na forma estipulada neste Contrato;
- 3) Notificar a CONTRATADA por escrito, sobre quaisquer irregularidades que venham a ocorrer em função da execução deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO - Haverá rescisão contratual, de pleno jure, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas for inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo MUNICÍPIO, ou bilateralmente pelas partes desde que seja de comum acordo, e por escrito.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA MULTA - Estipular-se-á multa equivalente 10% (dez por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE - O valor estabelecido na Cláusula Terceira, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA NONA - DA HABILITAÇÃO - A CONTRATADA declara estar devidamente autorizada a prestar os serviços aqui avençados e rigorosamente regular quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes, tais como: INSS, Caixa Econômica Federal no que toca ao FGTS, Fazenda Municipal, Fazenda Estadual e Fazenda Federal, Falência, Concordata e Recuperação Judicial, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO - Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Aplicam-se à execução deste Contrato de Prestação de Serviços, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus efeitos legais.

Leoberto Leal/SC, 02 de junho de 2014.

VITOR NORBERTO ALVES

Secretário Municipal da Saúde
Contratante

SCPLANEJ CONSULTORIA E ASSESSORIA PÚBLICA LTDA ME
Rubens Tives
Contratada

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES CPF/MF nº 017.410.949-09	JACQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
---	--

Pregão Presencial Nº 007/2014 - FMS

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Divisão de Licitações e Compras
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2014

TIPO: Menor Preço por item. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais odontológicos e equipamento, destinados ao Centro Odontológico, Unidade Básica de Saúde Santa Edwiges e Unidade Básica de Saúde Nossa Senhora Aparecida, pertencente ao Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, conforme Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 007/2014. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Decreto Municipal 23/2007, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze) horas, do dia 18 de junho de 2014. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site www.leobertoleal.sc.gov.br. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 03/06/2014.

VITOR NORBERTO ALVES

Secretário Municipal da Saúde.

Leilão Nº 002/2014 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
EDITAL DE LEILÃO 002/2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2014

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, torna público aos interessados que realizará LEILÃO PÚBLICO às 09h 30min do dia 24 de junho de 2014, tendo como local a Garagem da Prefeitura, localizada atrás da Prefeitura, na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Centro. O leilão será conduzido pela Srª. JACQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN, Leiloeira nomeada pela Portaria nº 121, de 11 de agosto de 2009, para venda à vista dos seguintes bens móveis e imóveis inservíveis. LOTE 01: 01 Trator agrícola sobre rodas, Valmet 4x4 compacto, ano 2000, modelo 785, cor amarela, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). LOTE 02: Trator agrícola sobre rodas, Valmet 4x4 compacto, ano 2001, modelo 785, cor amarela, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). LOTE 03: 01 Concha hidráulica Super Tatu PCA 600, cor amarela. LANCE INICIAL R\$ 1.000,00 (um mil reais). LOTE 04: 01 Lâmina para trator amarela. LANCE INICIAL R\$ 500,00 (quinhentos reais). LOTE 05: 01 Caçamba basculante para caminhão, fabricante Becker, capacidade para 10m³, ano 1988. LANCE INICIAL R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Leia atentamente o edital completo, que poderá ser obtido na Prefeitura ou através do site WWW.LEOBERTOLEAL.SC.GOV.BR ainda pelo telefone (48) 3268 1212 ou 3268 1327 (Prefeitura). Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores.

Em 03/06/2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Pregão Presencial 39/2014

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2014

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para contratação de empresa especializada em fornecimento de peças e mão de obra, para conserto de um britador móvel, ano 2008, as 14:00 horas do dia 16 de junho de 2014, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 13:45 horas do mesmo dia, no setor de compras e licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 03 de junho de 2014.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

Portaria 093/14

PORTARIA Nº 093/14 de 02 de junho de 2014.

"PROMOVE SERVIDORES QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 035/04 de 18 de março de 2004,

RESOLVE:

Art.1º- PROMOVER os servidores efetivos abaixo relacionados, para Classes superiores do mesmo Nível e Grupo que ocupam, por terem cumprido os requisitos dos arts. nºs 26, 27 e 55, da Lei Complementar Municipal nº 035, de 18 de março de 2004, que instituiu o Plano de Carreira, Empregos, Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Luzerna(SC):

Servidor	Emprego público	Classe atual	Classe nova	Períodos
Ivete Krug Kerschbaumer	Auxiliar de Serviços Gerais	B	C	01/06/2012 a 31/05/2014
Ana Terezinha Bettoni	Auxiliar de Serviços Gerais	B	C	09/02/2012 a 08/02/2014

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de junho de 2014.

Luzerna(SC), 02 de junho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Portaria 094/14

PORTARIA Nº 094/14 de 02 de junho de 2014.

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho/CLT, INÊS TEDESCO, para exercer as funções de Auxiliar de Serviços Gerais, 44 horas semanais, em conformidade com o inciso I do art.2º e art.4º da Lei nº 181 de 09 de dezembro de 1999, aprovada no Processo Seletivo - Edital nº 004/2013 de 10 de abril de 2013, homologado em 10 de maio de 2013, em substituição à servidora NEUSA FIORIN SPIER, que faleceu, a partir de 02 de junho de 2014 até nomeação de aprovado em concurso público.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de junho de 2014.

Luzerna(SC), 02 de junho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Contrato PML Nº 060A.14

Contrato PML Nº060A/14

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL PREVENTIVA, COMO DE MEIO, ATRAVÉS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO E CENTRAL DE OPERAÇÕES, PARA O PAÇO MUNICIPAL, SECRETARIA DE SAÚDE, ESCOLA MUNICIPAL SÃO FRANCISCO E CENTRO DE EVENTOS SÃO JOÃO BATISTA NO MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNP sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF sob o nº 024.651.199-07 e portador de documento de identidade, do tipo RG, de nº 11/C-3. 427.769, residente e domiciliado na Rua Limeira, 125, aptº 202, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna/SC, de ora em diante denominado CONTRATANTE e CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Getúlio Vargas, nº 2729, Bairro Centro, no Município de São José/SC (88.103-400), inscrita no CNPJ sob o nº 83.719.963/0001-77, neste ato representada pelo Presidente da Empresa, DILMO WANDERLEY BERGER, brasileiro, maior, administrador, portador de documento de identidade do tipo RG, de nº 1/R-1. 161.147, inscrito no CPF sob o nº 538.063.959-34, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL PREVENTIVA, COMO DE MEIO, ATRAVÉS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO E CENTRAL DE OPERAÇÕES, PARA O PAÇO MUNICIPAL, SECRETARIA DE SAÚDE, ESCOLA MUNICIPAL SÃO FRANCISCO E CENTRO DE EVENTOS SÃO JOÃO BATISTA NO MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

1.1. O objeto deste Contrato, de acordo com o Processo Licitatório 028/2013, Pregão Presencial nº 021/2013, é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de segurança patrimonial preventiva, como de meio, através de monitoramento eletrônico e central de operações, para o Paço Municipal, Secretaria de Saúde, Escola Municipal São Francisco e Centro de Eventos São João Batista no Município de Luzerna(SC), constituindo-se em:

Item	Especificação	Un.	Quant.	Preço Total (R\$)
1	Comodato CFTV - Centro de Eventos São João Batista	MÊS	12,00	3.745,67
2	Comodato CFTV - Unidade de Saúde	MÊS	12,00	2.358,12
3	Comodato CFTV - Escola Municipal São Francisco	MÊS	12,00	4.380,53
4	Comodato CFTV - Paço Municipal	MÊS	12,00	2.031,55

1.2. Os equipamentos necessários à plena execução do Contrato deverão ser mantidos em regime de comodato, de acordo com as especificações do Anexo I do Edital, nos seguintes locais: Escola Municipal São Francisco, bairro São Francisco, Luzerna/SC; Prédio da Prefeitura de Luzerna, Avenida 16 de Fevereiro, nº 151; Centro de Eventos São João Batista, Centro, Luzerna/SC; Unidade de Saúde, Avenida 16 de Fevereiro, nº 151;

1.3. A relação qualitativa/quantitativa dos equipamentos referentes ao sistema de segurança eletrônica está descrita no Anexo I do Edital, passando a fazer parte integrante e inseparável deste

instrumento;

1.4. A CONTRATADA deverá proceder à entrega, instalação e demonstração dos equipamentos, nos locais solicitados em até 15 dias contados do recebimento da Autorização de Fornecimento;

1.5. Os equipamentos deverão ser entregues de tal forma que se possibilite efetuar a conexão imediata à sua rede elétrica e à sua rede de comunicação de dados, conforme o caso;

1.6. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

1.7. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo envio e frete dos equipamentos previstos;

1.8. Os serviços a serem prestados pela CONTRATADA é uma atividade meio e não de resultado, sendo que a intervenção no atendimento a ocorrências delituosas ou criminosas é de competência exclusiva aos Órgãos Públicos de Segurança;

1.9. Todo sistema de segurança eletrônica deverá estar coberto por qualquer defeito de fabricação ou mau funcionamento;

1.10. A assistência técnica será permanente, durante toda a vigência do Contrato e de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

1.11. Os chamados por problemas técnicos deverão ser atendidos em até 08 (oito) horas após a comunicação e solucionados no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

1.12. Qualquer componente será substituído sem nenhum ônus para o Município de Luzerna/SC;

1.13. O CONTRATANTE não será responsável por falhas de comunicação, bem como eventuais incidentes ocorridos no período em que a rede telefônica estiver danificada e com impossibilidade de comunicação;

1.14. Em caso de tentativa de adentramento furtivo no patrimônio em quaisquer dos prédios públicos contemplados, com arrombamento e danificação de acessos principais, e que os mesmos ensejem vulnerabilidade às instalações e inviabilize a reparação necessária em tempo hábil, a CONTRATADA colocará um vigilante à disposição em um período máximo de 12 (doze) horas, sem qualquer ônus ao Município de Luzerna/SC;

1.15. Na ocorrência de ações delituosas no patrimônio de quaisquer dos prédios públicos contemplados, onde ocorram prejuízos de ordem material, sem que tenha havido culpa em qualquer das modalidades por parte da CONTRATADA, o mesmo não será responsável pelo ressarcimento ou restituição dos prejuízos causados;

1.16. Em virtude da contratação dos serviços serem com entrega dos equipamentos em regime de comodato, os prepostos públicos dos locais contemplados pelo objeto comprometem-se a zelar e manter a incolumidade dos equipamentos cedidos, responsabilizando-se por danos materiais causados aos mesmos, bem como, em manter em pleno funcionamento o sistema de comunicação com a central de monitoramento, indispensável ao funcionamento;

1.17. Os responsáveis pelos prédios públicos deverão, periodicamente, uma vez por mês, efetuar inspeções no sistema de segurança eletrônica, a fim de checar o seu funcionamento, haja vista, serem as únicas responsáveis pelo funcionamento do sistema de comunicação;

1.18. Por ocasião do recebimento dos serviços, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a CONTRATADA a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais;

1.19. O aceite dos serviços não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente;

1.20. Caso os serviços sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento;

1.21. Os quantitativos descritos no Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente;
1.22. A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, conforme o disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso I e § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, considerando-se neste computo os aditivos celebrados por ocasião da vigência da Ata de Registro de Preço do Processo Licitatório susomencionado, prévios à celebração deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Pela execução total do contrato a CONTRATADA receberá R\$ 12.515,87 (doze mil quinhentos e quinze reais e oitenta e sete centavos);

2.2. O pagamento será efetuado da seguinte forma:

2.2.1. Os valores correspondentes ao comodato e ao monitoramento serão pagos em parcelas iguais, mensais, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços;

2.2.2. O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31 da Lei nº 9.032/95, e apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.

2.2.3. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

2.2.4. A CONTRATADA deverá enviar FAX ou E-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700) E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

2.2.5. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o MUNICÍPIO do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA DA DOTAÇÃO

3.1. As despesas provenientes da execução deste Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna/SC e dos seus Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos seguintes termos:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.006.3390.00	0	17/2013	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO
2.030.3390.00	1	57/2013	MANUTENCAO DA EDUCACAO BASICA - FUNDAMENTAL
2.028.3390.00	0	75/2013	MANUNTENCAO DA EDUCACAO BASICA - INFANTIL
2.017.3390.00	2	05/2013	FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.2. Executar o objeto da presente Ata de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

4.3. Manter, durante toda a execução da Ata todas as condições

de habilitação prevista no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.4. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata;

4.5. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata;

4.6. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo Setor Municipal competente, para liberação dos serviços solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o FORNECEDOR, convocado no prazo estipulado, não assinar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

5.2. O atraso injustificado no fornecimento sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia de atraso.

5.3. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "a" e "b" e inciso II, letras "b", "c" e "d", observado o que dispõem os §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

7.1.1. por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

7.1.2. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

7.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente;

7.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;

7.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa;

7.4. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.66/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA OITAVA DA VIGÊNCIA

8.1. O contrato proveniente do presente processo licitatório terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de emissão Ordem

de Serviço Inicial, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, na forma da Lei.

CLÁUSULA NONA DO FORO

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 15 de maio de 2014.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

DILMO WANDERLEY BERGER
CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

Edital de Homologação Processo Seletivo 0042014

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO DESTINADO A PROVER VAGAS TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2014 de 26 de maio de 2014.

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, torna público o RESULTADO FINAL do Processo Seletivo destinado a prover vaga temporária de excepcional interesse público na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de Luzerna(SC):

Emprego Público: PROFESSOR II - INGLÊS - HABILITADO						
Inscr.	Candidato	Formação	Tempo de Serviço	Horas de Curso	Pontuação Final	Colocação
002	Lidiane G. Siqueira Silva	3,00	4,00	---	7,00	1º
001	Fernanda L. de Almeida	3,00	1,60	2,00	6,60	2º

Luzerna(SC), 02 de junho de 2014.

REGINA CARIN JACOBY CUREAU
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Fica homologado o Resultado Final do PROCESSO SELETIVO destinado a prover vaga temporária de excepcional interesse público na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de Luzerna(SC), Edital nº 004/2014.

Luzerna(SC), 02 de junho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Decreto 1810

DECRETO Nº 1810 de 02 de junho de 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21 da Lei nº 1076, de 05 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada na sua totalidade, na Atividade abaixo discriminada, a Modalidade de Aplicação da despesa:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LUZERNA

Atividade - 1401.08.243.0022.2025 - Manutenção Da Atividade de Amparo e Assistência à Criança e Adolescente e Contribuições

Categoria Econômica - 3.3.40.00.00 - Aplicações Diretas - Transferências a Municípios

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 28.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 28.000,00

Art. 2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada a Modalidade de aplicação da despesa atribuída à respectiva Atividade abaixo discriminada:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LUZERNA

Atividade - 1401.08.243.0022.2025 - Manutenção Da Atividade de Amparo e Assistência à Criança e Adolescente e Contribuições

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 28.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 28.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 02 de junho de 2014.

MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

Pregão Presencial - PL 073/2014 - PP 042/2014 - Equipamento de Proteção Individual - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 0073/2014 - PML

Pregão Presencial nº 0042/2014 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de equipamento de proteção individual - EPI's, de forma parcelada, para a utilização dos servidores da Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais do Município de Luzerna, conforme descrições em Anexo.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal

nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08 horas do dia 13 de junho de 2014.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 13 de junho de 2014.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Aviso de Alteração - PL 066/2014 - 036/2014 - Material de Enfermagem - FMS

AVISO DE ALTERAÇÃO

Processo Licitatório nº 0066/2014

Pregão nº 0036/2014

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Luzerna torna pública a alteração efetuada no processo Licitatório nº 0066/2014, Edital de Pregão Presencial 0036/2014, cujo objeto é o "a aquisição de materiais de enfermagem destinados à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Luzerna/SC." que no tange a alínea "e" do item 6.1.3, informo que este item esta excluído da documentação necessária para a habilitação dos proponentes licitantes no certame, informo ainda que permanecem inalteradas as demais disposições do certame.

Luzerna/SC, 02/06/2014.

Balancete Financeiro PML 04.14**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Abril/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	1.352.300,83	Despesa Orçamentária	971.373,87
RECEITA TRIBUTÁRIA	187.391,34	Despesas exceto Intra-orçamentárias	971.373,87
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	21.486,33	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	453.021,58
RECEITA PATRIMONIAL	17.680,09	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	7.572,85
RECEITA DE SERVIÇOS	4.820,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	458.004,70
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.275.549,92	INVESTIMENTOS	50.546,32
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.647,71	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.228,42
ALIENAÇÃO DE BENS	11.460,93		
DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-29,88		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-178.705,61		
Receita Extra - Orçamentária	1.035.641,79	Despesa Extra - Orçamentária	1.316.934,71
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	147,96	CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	147,96
CRÉDITOS A RECEBER	147,96	CRÉDITOS A RECEBER	147,96
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	147,96	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	147,96
DEPÓSITOS	56.561,76	DEPÓSITOS	56.561,76
CONSIGNAÇÕES	56.561,76	CONSIGNAÇÕES	56.561,76
PREVIDÊNCIA SOCIAL	34.436,02	PREVIDÊNCIA SOCIAL	34.436,02
TESOURO NACIONAL	10.089,65	TESOURO NACIONAL	10.089,65
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	1.064,18	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	1.064,18
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	10.429,71	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	10.429,71
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	542,20	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	542,20
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	978.932,07	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	982.724,99
OBRIGAÇÕES A PAGAR	969.130,80	OBRIGAÇÕES A PAGAR	972.923,72
FORNECEDORES	492.727,46	FORNECEDORES	492.873,18
PESSOAL A PAGAR	347.185,47	PESSOAL A PAGAR	347.185,47
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	108.249,32	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	108.249,32
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	17.321,35	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	17.321,35
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	3.647,20	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	7.294,40
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	9.801,27	CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	9.801,27
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO	9.801,27	OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO	9.801,27
		INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	277.500,00
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	277.500,00
		ORDEM DE TRANSFERÊNCIA CONCEDIDA	277.500,00
Saldos anteriores	2.849.863,78	Saldos atuais	2.949.497,82
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	1.462.499,08	BANCO C/ MOVIMENTO	1.588.186,93
BANCOS C/ VINCULADAS	1.387.364,70	BANCOS C/ VINCULADAS	1.361.310,89
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	0,00	POUPANÇA	0,00
Total	5.237.806,40	Total	5.237.806,40

Luzerna, 03/06/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃOMARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

BALANCETE FINANCEIRO FMDCAL 05.14**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC.LUZERNA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Maio/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	211,78	Despesa Orçamentária	6.065,14
RECEITA PATRIMONIAL	211,78	Despesas exceto Intra-orçamentárias	6.065,14
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.065,14
Receita Extra - Orçamentária	16.527,09	Despesa Extra - Orçamentária	6.527,09
DEPÓSITOS	461,95	DEPÓSITOS	461,95
CONSIGNAÇÕES	461,95	CONSIGNAÇÕES	461,95
PREVIDÊNCIA SOCIAL	355,69	PREVIDÊNCIA SOCIAL	355,69
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	106,26	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	106,26
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	6.065,14	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	6.065,14
OBRIGAÇÕES A PAGAR	6.065,14	OBRIGAÇÕES A PAGAR	6.065,14
FORNECEDORES	5.418,44	FORNECEDORES	5.418,44
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	646,70	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	646,70
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	10.000,00		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	10.000,00		
REPASSE RECEBIDO	10.000,00		
Saldos anteriores	40.639,44	Saldos atuais	44.786,08
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	40.639,44	BANCO C/ MOVIMENTO	44.786,08
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	57.378,31	Total	57.378,31

Luzerna, 02/06/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
GESTOR FDO MUN.DIREITOS CRIANÇA AD

DREONE FELSKI MENDES
CONTADOR - CRC/SC 36.461

RECEITAS FEDERAIS DO DIA 02/06/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 02/06/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		11.201,97
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	9.222,76
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	7.433,67
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	7.433,67
4.1.7.2.1.36.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	1.789,09
4.1.7.2.1.36.01.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner 60%	1.073,46
4.1.7.2.1.36.02.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner 25%	447,27
4.1.7.2.1.36.03.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner 15%	268,36
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.337,02
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.337,02
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	1.402,21
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	934,81
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-357,81
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-357,81

Luzerna, 03/06/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR

SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Maracajá

PREFEITURA

Decreto 46/2014

DECRETO Nº 46 DE 02 DE JUNHO DE 2014.

NOMEIA EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE JUNTA MÉDICA E SEUS RESPECTIVOS MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art.73, da Lei Orgânica do Município e o disposto na lei nº 950 de 26 de setembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a empresa CALDIERARO E SILVA SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL LTDA ME, localizada na Av. Capitão Pedro Fernandes, 1852 - Casa - Sala 02 - Coloninha, inscrita no CNPJ nº 13.003.752/0001-58, representada pelo Diretor Comercial Sr. Luciano Oliveira da Silva, portador do CPF nº 561.101.460-72, como Junta Médica Oficial - JMO do Município de Maracajá.

Art. 2º Ficam nomeados, conforme determina o art. 3º da lei nº 950 de 26/09/2013, os médicos abaixo relacionados, vinculados a empresa nomeada como Junta Médica Oficial, conforme o artigo 1º deste decreto, para comporem a Junta Médica Oficial do Município de Maracajá:

I - Diógenes Florêncio Caldieraro (CRM 1909)
Médico Perito Chefe da Junta Médica Oficial

II - Stefânio Napoli de Oliveira (CRM 9551)
Médico Perito da Junta Médica Oficial

III - Leopoldino Ceretta (CRM 1450)
Médico Perito da Junta Médica Oficial

IV - Fernanda Knob Caldieraro (CRM 16517)
Médica Perita da Junta Médica Oficial

Parágrafo único - A Junta Médica Oficial contará sempre com no mínimo três dos profissionais médicos nomeados no caput deste artigo.

Art. 3º A Junta Médica Oficial do Município de Maracajá atenderá no endereço Av. Capitão Pedro Fernandes, 1852 - Casa - Sala 02, bairro Coloninha, cidade de Araranguá, de segunda-feira à sexta-feira, das 13h às 17h, durante o período definido no contrato existente entre o município e a empresa nomeada no art. 1º deste decreto.

Art. 4º Sempre que houver a necessidade de utilizar a Junta Médica Oficial do Município, o setor de recursos humanos da prefeitura, realizará o agendamento para que o servidor compareça a JMO nos dias, horários e local citados no art. 3º deste decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 02 de Junho de 2014.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal na Secretaria de Administração em 02 de Junho de 2014.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

Marema

PREFEITURA

Pregão Presencial N. 016/2014.

Município de Marema - Pregão Presencial n. 016/2014.

A Prefeitura Municipal de Marema - SC, FAZ SABER a todos os interessados, para querendo, que se encontra aberto Processo Licitatório n. 029/2014 - Licitação na Modalidade de Pregão Presencial n. 016/2014, para contratação de serviços de perfuração e detonação de rocha. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 18/06/2014, às 09h00min e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 18/06/2014 às 09h00min. Maiores informações ou a cópia da integra do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h30 às 17h30min ainda, pelo telefone (0xx49)33540222.

Marema, 03 de junho de 2014
VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

Ata 7.2014 - Material Eletrico Cosip

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 7/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 37/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL / REGISTRO DE PREÇO Nº. 16/2014- MULTIENTIDADE

Vigência: 12 meses (02/06/2014 a 02/06/2015)

Aos dois dias do mês de Junho do ano de 2014, a MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 37/2014 - Pregão Presencial Nº. 16/2014 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para aquisição de diversos materiais elétricos para manutenção da Rede de Iluminação Pública Municipal ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do Edital de Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME, neste ato representado por LEANDRO LUNGEN	09.056.757/0001-71
LATINA COMERCIAL LTDA ME, neste ato representado por JORGE LEONARDO SALACHE BROQUETAS	12.626.885/0001-18
COMERCIAL VITÓRIA LTDA - ME, neste ato representado por ALTAIR SCHEER	18.138.763/0001-69

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO: aquisição de diversos materiais elétricos para manutenção da Rede de Iluminação Pública Municipal, em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura da presente ata, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos.

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
04	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME	LAMPADA VAPOR MERCURIO ALTA PRESSAO 80W. BULBO OVOIDE/DIFUSA. BASE E-27. FLUXO LUMINOSO 3.800 LUMENS OU MAIOR. IRC MINIMO >40. POSICAO DE FUNCIONAMENTO: UNIVERSAL. VIDA MEDIANA: 24.000 HORAS OU MAIOR. TEMPERATURA DE COR: 4.100K. GARANTIA MINIMA: 12 MESES LÂMPADA COM FABRICAÇÃO INFERIOR A 6 MESES DATA DA FABRICAÇÃO GRAVADA DE FORMA INDELÉVEL NO BULBO DA LÂMPADA	PECAS	EMPALUX	300	7,35	2.205,00
05	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME	LAMPADA VAPOR DE SODIO 150W. BULBO TUBULAR. BASE E-40. FLUXO LUMINOSO 17.200 LUMENS OU MAIOR. IRC MINIMO >20. POSICAO DE FUNCIONAMENTO: UNIVERSAL. VIDA MEDIANA: 32.000 HORAS OU MAIOR TEMPERATURA DE COR: 2.000K. GARANTIA MINIMA: 12 MESES. APRESENTAR-SELO DE EFICIENCIA ENERGETICA DE BAIXO CONSUMO (PRODUTO HOMOLOGADO CELESC) LÂMPADA COM FABRICAÇÃO INFERIOR A 6 MESES DATA DA FABRICAÇÃO GRAVADA DE FORMA INDELÉVEL NO BULBO DA LÂMPADA	PECAS	EMPALUX	200	24,40	4.880,00
06	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME	LAMPADA VAPOR DE SODIO 250W. BULBO TUBULAR. CLARA. BASE E-40. FLUXO LUMINOSO 31.000 LUMENS OU MAIOR. IRC MINIMO >20. POSICAO DE FUNCIONAMENTO: UNIVERSAL. VIDA MEDIANA: 32.000 HORAS OU MAIOR. TEMPERATURA DE COR: 2.000K. GARANTIA MINIMA 12 MESES. APRESENTAR SELO DE EFICIENCIA ENERGETICA DE BAIXO CONSUMO (PRODUTO HOMOLOGADO CELESC) LÂMPADA COM FABRICAÇÃO INFERIOR A 6 MESES DATA DA FABRICAÇÃO GRAVADA DE FORMA INDELÉVEL NO BULBO DA LÂMPADA	PECAS	EMPALUX	200	26,15	5.230,00

08	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME	LAMPADA MERCURIO 400W. BULBO TUBULAR. CLARA. BASEE-40. FLUXO LUMINOSO 56.000 LUMENS OU MAIOR. IRC MINIMO >20. POSICAO DE FUNCIONAMENTO: UNIVERSAL. VIDA MEDIANA: 28.000 HORAS OU MAIOR. TEMPERATURA DECOR: 2.000K. GARANTIA MINIMA 12 MESES. APRESENTARSELLO DE EFICIENCIA ENERGETICA DE BAIXO CONSUMO (PRODUTO HOMOLOGADO CELESC) LÂMPADA COM FABRICAÇÃO INFERIOR A 6 MESES DATA DA FABRICAÇÃO GRAVADA DE FORMA INDELÉVEL NO BULBO DA LÂMPADA	PECAS	EMPALUX	50	28,48	1.424,00
10	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME	REATOR VAPOR DE SODIO 70W - 220V. BAIXA PERDA. USO EXTERNO GALVANIZADO, COM IGNITOR E CAPACITOR INCORPORADO. FATOR DE POTENCIA MAIOR QUE 0,92. GARANTIA MINIMA: 5 ANOS, GRAVADA DE FORMA LEGIVELINDELEVEL NO CORPO DO REATOR. CARACTERÍSTICAS CONFORMEE-313.0047. APRESENTAR SELO DE EFICIENCIA ENERGETICA DE BAIXO CONSUMO (PRODUTO HOMOLOGADO CELESC)	PECAS	DEMAPE	300	57,55	17.265,00
12	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME	REATOR VAPOR DE SODIO 250W - 220V. BAIXA PERDA. USO EXTERNO GALVANIZADO, COM IGNITOR E CAPACITOR INCORPORADO. FATOR DE POTENCIA >0,92. GARANTIA MINIMA: 5 ANOS, GRAVADA DE FORMA LEGIVELINDELEVEL NOCORPO DO REATOR. CARACTERÍSTICAS CONFORMEE-313.0047. APRESENTAR SELO DE EFICIENCIA ENERGETICA DE BAIXO CONSUMO (PRODUTO HOMOLOGADO CELESC)	PECAS	DEMAPE	100	86,15	8.615,00
16	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME	REATOR VAPOR METALICO 1000W. 220V, BAIXA PERDA, USO EXTERNO GALVANIZADO, COM IGNITOR E CAPACITOR INCORPORADO, GARANTIA MÍNIMA EXIGIDA DE 5 ANOS, GRAVADA DE FORMA LEGÍVELEINDELÉVEL NO CORPO DO REATOR, CARACTERÍSTICAS CONFORME E-313.0047.	PECAS	DEMAPE	40	243,80	9.752,00
17	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME	RELÉ FOTOELETRONICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE CORRENTE ALTERNADA 220 V, FREQUÊNCIA 50/60 HZ. CONSTITUÍDO DE TAMPA EM POLICARBONATO ESTABILIZADO CONTRA RAIOS ULTRAVIOLETA, PINOS DE CONTATOS EM LATÃO FIXADOS NA PARTE INFERIOR E SELADOS, CONTATOS DE CARGA DE ALTA DURABILIDADE, SUPERIOR A 15.000 OPERAÇÕES. TIPO NF EM OPERAÇÃO SENSOR FOTOELÉTRICO FOTO TRANSISTOR DE ALTA SENSIBILIDADE, FAIXA DE OPERAÇÃO 3 A 20 LUX PARA LIGAR E NO MÁXIMO 80LUX PARA DESLIGAR...Conforme Edital	PECAS	ILUMTIC	400	23,90	9.560,00
23	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME	CHAVE MAGNÉTICA DE COMANDO DE GRUPO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EQUIPADA COM DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO 1X50A, CHAVE FABRICADA PARA USO COM CONTATORA E DISJUNTOR DE FORMA INDIVIDUAL - HOMOLOGADO CELESC	PECAS	EXATRON	50	135,80	6.790,00
24	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME	REATOR EXTERNO DE MERCÚRIO GALVANIZADO A FOGO, 400W/220V/60HZ, COM ALTO FATOR DE POTENCIA, COM IGNITOR INCORPORADO, COM SELO PROCEL INMETRO DE DESEMPENHO, PADRÃO ABNT, COM ALÇA TIPO L DE FABRICAÇÃO NACIONAL E PRAZO DE GARANTIA MÍNIMA 24 MESES	PECAS	DEMAPE	30	54,00	1.620,00
34	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME	IGNITOR PARA REATOR LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO DE 100W A 1000W OU VAPOR METÁLICO DE 70W A 1000W. USO INTERNO OU EXTERNO 220V/240V 50/60HZ.	PECAS	HIDROWATS	200	11,75	2.350,00
35	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME	CAPACITOR PARA REATOR LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 70W 10UFX250VAC.	PECAS	HIDROWATS	200	7,86	1.572,00
36	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME	CAPACITOR PARA REATOR LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 100W12UFX250VAC.	PECAS	HIDROWATS	200	8,85	1.770,00
37	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME	CAPACITOR PARA REATOR LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 150W18UFX250VAC.	PECAS	HIDROWATS	200	10,00	2.000,00
38	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME	CAPACITOR PARA REATOR LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 250W30UFX250VAC.	PECAS	HIDROWATS	200	13,12	2.624,00
39	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME	CAPACITOR PARA REATOR LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 400W45UFX250VAC.	PECAS	HIDROWATS	200	18,23	3.646,00
Total do Fornecedor: R\$ 81.303,00							
02	LATINA COMERCIAL LTDA ME	FITA ISOLANTE 19mm X 20m, preta. CERTIFICADA PELOINMETRO.	PECAS	PRYSMIAN	100	3,40	340,00

03	LATINA COMERCIAL LTDA ME	LAMPADA VAPOR DE SODIO 70W. BULBO TUBULAR. BASE E-27. FLUXO LUMINOSO 6.600 LUMENS OU MAIOR. IRC MINIMO >20. POSICAO DE FUNCIONAMENTO: UNIVERSAL. VIDAMEDIANA: 28.000 HORAS OU MAIOR TEMPERATURA DE COR: 2.000K. GARANTIA MINIMA: 12 MESES. APRESENTAR SELO DE EFICIENCIA ENERGETICA DE BAIXO CONSUMO (PRODUTO HOMOLOGADO CELESC)LÂMPADA COM FABRICAÇÃO INFERIOR A 6 MESES DATA DA FABRICAÇÃO GRAVADA DE FORMAINDELÉVEL NO BULBO DA LÂMPADA	PECAS	OSRAM	500	20,50	10.250,00
07	LATINA COMERCIAL LTDA ME	LAMPADA VAPOR DE SODIO 400W. BULBO TUBULAR. CLARA. BASE E-40. FLUXO LUMINOSO 56.000 LUMENS OU MAIOR. IRC MINIMO >20. POSICAO DE FUNCIONAMENTO: UNIVERSAL. VIDA MEDIANA: 28.000 HORAS OU MAIOR. TEMPERATURA DE COR: 2.000K. GARANTIA MINIMA 12 MESES. APRESENTAR SELO DE EFICIENCIA ENERGETICA DE BAIXO CONSUMO (PRODUTO HOMOLOGADO CELESC) LÂMPADA COM FABRICAÇÃO INFERIOR A 6 MESES DATA DA FABRICAÇÃO GRAVADADE FORMA INDELÉVEL NO BULBO DA LÂMPADA	PECAS	OSRAM	50	34,25	1.712,50
09	LATINA COMERCIAL LTDA ME	LÂMPADA DE MULTIVAPORES METÁLICOS 1000 W, BULBO TUBULAR, CLARA, BASE E-40, 85000 LUMENS OU MAIOR, IRC MÍNIMO 65, VIDA MEDIANA 15000HS OU MAIOR, TEMPERATURA DE COR ADMITIDA ENTRE 3999K E 5001K. GARANTIA 1 ANO. LÂMPADA COM FABRICAÇÃO INFERIOR A 6 MESES DATA DA FABRICAÇÃO GRAVADA DE FORMA INDELÉVEL NOBULBO DA LÂMPADA	PECAS	EMPALUX	40	152,50	6.100,00
11	LATINA COMERCIAL LTDA ME	REATOR VAPOR DE SODIO 150W - 220V. BAIXA PERDA. USO EXTERNO GALVANIZADO, COM IGNITOR E CAPACITOR INCORPORADO. FATOR DE POTENCIA >0,92. GARANTIA MINIMA: 5 ANOS, GRAVADA DE FORMA LEGIVELEINDELÉVEL NOCORPO DO REATOR. CARACTERÍSTICAS CONFORME E-313.0047. APRESENTAR SELO DE EFICIENCIA ENERGETICA DE BAIXO CONSUMO (PRODUTO HOMOLOGADO CELESC)	PECAS	TAKT GTN	100	74,00	7.400,00
13	LATINA COMERCIAL LTDA ME	KIT REMOVIVEL VAPOR SODIO MONTADO (REATOR + CAPAC. + IGNITOR). 150W. USO INTERNO. ALTO FATOR DE POTENCIA MAIOR QUE 0,92. BAIXAS PERDAS. O KIT REMOVIVEL DEVE VIR COM A LIGACAO ELETRICA UTILIZANDO-SE CONECTOR UNIVERSAL MATE-N-LOK DE 3 CIRCUITOS (PARTEFEMEA) DEVIDAMENTE MONTADO (O CONECTOR DEVERA SERACESSADO PELA PARTE SUPERIOR DO KIT REMOVIVEL). GARANTIA MINIMA: 3 ANOS. APRESENTAR CERTIFICACAO INMETRO. APRESENTAR SELO DE EFICIENCIA ENERGETICA DEBAIXO CONSUMO (PRODUTO HOMOLOGADO CELESC)	PECAS	DEMAPE	100	74,10	7.410,00
14	LATINA COMERCIAL LTDA ME	KIT REMOVIVEL VAPOR SODIO MONTADO (REATOR + CAPAC. + IGNITOR). 250W. USO INTERNO. ALTO FATOR DE POTENCIA MAIOR QUE 0,92. BAIXAS PERDAS. O KIT REMOVIVEL DEVE VIR COM A LIGACAO ELETRICA UTILIZANDO-SE CONECTOR UNIVERSAL MATE-N-LOK DE 3 CIRCUITOS (PARTEFEMEA) DEVIDAMENTE MONTADO (O CONECTOR DEVERA SERACESSADO PELA PARTE SUPERIOR DO KIT REMOVIVEL). GARANTIA MINIMA: 3 ANOS. APRESENTAR CERTIFICACAO INMETRO. APRESENTAR SELO DE EFICIENCIA ENERGETICA DEBAIXO CONSUMO (PRODUTO HOMOLOGADO CELESC)	PECAS	DEMAPE	100	89,45	8.945,00
15	LATINA COMERCIAL LTDA ME	REATOR VAPOR DE SODIO 400W - 220V. BAIXA PERDA. USO EXTERNO GALVANIZADO, COM IGNITOR E CAPACITOR INCORPORADO. FATOR DE POTENCIA MAIOR QUE 0,92. GARANTIA MINIMA: 5 ANOS, GRAVADA DE FORMA LEGIVELEINDELÉVEL NO CORPO DO REATOR. CARACTERÍSTICAS CONFORME E-313.0047. APRESENTAR SELO DE EFICIENCIA ENERGETICA DE BAIXO CONSUMO (PRODUTO HOMOLOGADO CELESC)	PECAS	DEMAPE	50	108,95	5.447,50

25	LATINA COMERCIAL LTDA ME	BOCAL E-40, COM DOIS FUROS PARA FIXAR NA LUMINÁRIA, EM PORCELANA VITRIFICADA E REFORÇADA, PARTES METÁLICAS EM LATÃO NIQUELADO, COM BORNE DE CONTATO. OS DOIS BORNES DEVEM SER FIXADOS AO RECEPTÁCULO ATRAVÉS DE PARAFUSOS. NO BOCAL DEVERA ESTAR ESTAMPADO DE FORMA LEGÍVEL: MARCA DO FABRICANTE, TIPO / MODELO DO SOQUETE, TENSÃO NOMINAL E CORRENTE NOMINAL.	PECAS	DECORLUX	300	5,40	1.620,00
27	LATINA COMERCIAL LTDA ME	LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA ELETRÔNICA COM REATOR INTEGRADO, TRADICIONAL OU ESPIRAL, 46 W - 220V - ROSCA E-27 - TEMP. COR: ENTRE 6000K E 6400K - EFICIÊNCIA MÍNIMA 60 LM/W - IRC MAIOR OU IGUAL A 80 - VIDA MEDIANA DE 6000H OU MAIOR.	PECAS	EMPALUX	150	28,90	4.335,00
28	LATINA COMERCIAL LTDA ME	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 40W COM IRC 80 OU MAIOR, TEMP. COR: ENTRE 6000K E 6400K, FLUXO DE 2300LUMENS OU MAIS, VIDA MEDIANA MÍNIMA DE 8000 HORAS.	PECAS	EMPALUX	1.000	3,50	3.500,00
29	LATINA COMERCIAL LTDA ME	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 20W COM IRC 80 OU MAIOR, TEMP. COR: ENTRE 6000K E 6400K, FLUXO DE 1200LUMENS OU MAIS, VIDA MEDIANA MÍNIMA DE 8000 HORAS.	PECAS	EMPALUX	500	3,50	1.750,00
31	LATINA COMERCIAL LTDA ME	REATOR BIVOLT ELETRÔNICO 2 X 20W ALTO FATOR DE POTENCIA.	PECAS	ECP	100	12,00	1.200,00
32	LATINA COMERCIAL LTDA ME	REATOR BIVOLT ELETRÔNICO 1 X 40W ALTO FATOR DE POTENCIA.	PECAS	ECP	100	12,00	1.200,00
33	LATINA COMERCIAL LTDA ME	REATOR BIVOLT ELETRÔNICO 2 X 40W ALTO FATOR DE POTENCIA.	PECAS	ECP	100	14,00	1.400,00
40	LATINA COMERCIAL LTDA ME	RELÊ FOTOELÉTRICO COM SISTEMA ELETROMAGNÉTICO DE CORRENTE ALTERNADA, 220V, PARA CONTROLE DE PONTO INDIVIDUAL DE LÂMPADA, CONSTITUÍDO DE CORPO EM POLIPROPILENO ESTABILIZADO CONTRA RAIOS ULTRAVIOLETA, PINOS EM LATÃO ESTANHADO PRESO AO CORPO POR SISTEMA DE REBITAGEM, COM CÉLULA FOTOELÉTRICA TIPO CDS COM ENCAPSULAMENTO BLINDADO DE RESPOSTA INSTANTÂNEA, POTÊNCIA DE 1000W (CARGA RESISTIVA) E 1800 VA (CARGA INDUTIVA), TIPO NF (ACIONA A CARGA A NOITE)... CONFORME EDITAL.	PECAS	ILUMATIC	200	35,00	7.000,00

Total do Fornecedor: R\$ 69.610,00

01	COMERCIAL VITÓRIA LTDA - ME	BASE PARA RELE FOTOELETRICO 10A, TIPO BAQUELITE OU MATERIAL EQUIVALENTE, DEVENDO OPERAR A TEMPERATURA DE -5°C A +70°C. CONTATOS DE ENCAIXE EM LATAO OU MATERIAL EQUIVALENTE, QUE SUPORTE NO MINIMO A CORRENTE DE 10A (PRODUTO HOMOLOGADO CELESC)	PECAS	EXATRON	200	7,30	1.460,00
18	COMERCIAL VITÓRIA LTDA - ME	FIO COBRE FLEXIVEL, 750V, COR PRETO 2,5MM.	M	SIL	2.000	1,04	2.080,00
19	COMERCIAL VITÓRIA LTDA - ME	FIO COBRE FLEXIVEL, 750V, COR AZUL 2,5MM.	M	SIL	2.000	1,04	2.080,00
20	COMERCIAL VITÓRIA LTDA - ME	FIO COBRE FLEXIVEL, 750V, COR PRETO 4,0MM.	M	SIL	1.000	1,64	1.640,00
21	COMERCIAL VITÓRIA LTDA - ME	FIO COBRE FLEXIVEL, 750V, COR AZUL 4,0MM.	M	SIL	1.000	1,64	1.640,00
22	COMERCIAL VITÓRIA LTDA - ME	CABO ALUMÍNIO MULTIPLEXADO 2 X 10MM, MONOFASICO	M	CORFIO	2.000	3,49	6.980,00
26	COMERCIAL VITÓRIA LTDA - ME	BOCAL E-27, COM DOIS FUROS PARA FIXAR NA LUMINÁRIA, EM PORCELANA VITRIFICADA E REFORÇADA, PARTES METÁLICAS EM LATÃO NIQUELADO, COM BORNE DE CONTATO. OS DOIS BORNES DEVEM SER FIXADOS AO RECEPTÁCULO ATRAVÉS DE PARAFUSOS. NO BOCAL DEVERA ESTAR ESTAMPADO DE FORMA LEGÍVEL: MARCA DO FABRICANTE, TIPO / MODELO DO SOQUETE, TENSÃO NOMINAL E CORRENTE NOMINAL.	PECAS	MECTRONIC	300	3,37	1.011,00
30	COMERCIAL VITÓRIA LTDA - ME	REATOR BIVOLT ELETRÔNICO 1 X 20W ALTO FATOR DE POTENCIA.	PECAS	RCG	100	10,20	1.020,00

Total do Fornecedor: R\$ 17.911,00

Total Geral dos Itens: R\$ 168.824,00

1.2. VALOR: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 168.824,00 (cento e sessenta e oito mil, oitocentos e vinte e quatro reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Prefeitura de Massaranduba e Fundo Municipal de Saúde, os quais serão o Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.2. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório Nº. 37/2014 - Pregão Presencial Nº. 16/2014.

3.3. Em cada fornecimento de serviços decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de Processo Licitatório Nº. 37/2014 - Pregão Presencial Nº. 16/2014 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. Condições de pagamento: nota fiscal emitida na 1ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente; nota fiscal emitida na 2ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação, da Ata de Registro de Preços e ainda serão observados os seguintes requisitos:

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.2. As despesas decorrentes da presente ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5.1. O objeto da licitação deverá ser entregue PARCELADAMENTE, em datas e quantidades a serem definidas pela Prefeitura de Massaranduba, devendo ser expedida a nota fiscal, sempre que houver a execução do objeto.

5.2. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº.

8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal nº. 2051/2010, a critério da Administração.

6.2. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.2.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.2.2. Cancelamento do registro na Ata;

6.2.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.5.1. Advertência;

6.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;

6.7 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.8. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.2. Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.2.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA - DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Prefeitura Municipal de Massaranduba, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.1.1. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.1.2. Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços.

10.1.3. O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. A empresa vencedora obriga-se a:

11.1.1. Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

11.1.2. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Massaranduba e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

11.1.3. Disponibilizar os materiais, de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, dentro de um prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos após solicitação através de ordem de serviço, devendo ser expedida a nota fiscal, sempre que houver a execução do objeto.

11.1.3.1. A empresa vencedora entregará dos materiais, no Almoxarifado da Prefeitura de Massaranduba, situado na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, Massaranduba (SC).

11.1.4. Assumir todos os custos ou despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes desta Contratação;

11.1.5. Não transferir, total ou parcialmente, o objeto desta licitação, sem a autorização expressa pela administração;

11.1.6. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de cadastramento e qualificação exigidas nesta licitação;

11.1.7. Sujeitar-se à mais ampla fiscalização por parte da Prefeitura de Massaranduba, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações procedentes, caso ocorram;

11.1.8. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas seus empregados, observando-se as leis trabalhistas e previdenciárias aplicáveis ao caso e demais exigências legais para o exercício das atividades do objeto deste Contrato, ficando, ainda a Prefeitura Municipal de Massaranduba isenta de qualquer vínculo empregatício;

11.1.9. Responsabilizar-se por todas as despesas, tributos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, taxas e quaisquer outros que forem devidos;

11.1.10. Responsabilizar-se por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar diretamente ao patrimônio da Contratante ou a terceiros, decorrente de dolo ou culpa, sob quaisquer de suas formas, quando do cumprimento da obrigação. A Contratante ficará alheia à relação jurídica que se estabelecer

entre a licitante vencedora e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital do Processo Licitatório Nº. 37/2014, e as propostas das empresas classificadas no certame supranumerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba - SC 02 de Junho de 2014

MARIO FERNANDO REINKE

PREFEITO MUNICIPAL

COMERCIAL VITÓRIA LTDA - ME
ALTAIR SCHEER
Contratada

LATINA COMERCIAL LTDA ME
JORGE LEONARDO SALACHE BROQUETAS
Contratada

SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME
LEANDRO LUNGEN
Contratada

Ata 7.2014 - Fass - Cafe 3ª Idade

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 7/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 7/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL / REGISTRO DE PREÇO Nº. 5/2014

Vigência: 12 meses (30/05/2014 a 30/05/2015)

Aos trinta dias do mês de maio de de 2014, o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 432, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.743.462/0001-61, neste ato representado pela Gestora dos Fundos Municipais, Sra ANNA KARINE REINKE FRANZ e pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 7/2014 - Pregão Presencial Nº. 5/2014 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para AQUISIÇÃO DE DIVERSOS GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS CAFÉS DOS ENCONTROS DOS GRUPOS DA TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, para atender a demanda do Fundo Municipal de Assistência Social de Massaranduba, pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo X do Edital de Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
MERCADO MOA LTDA - ME, neste ato representado por MOACIR PRAWUTZKI	84.093.574/0001-41
MERCADO SPEZIA LTDA - EPP, neste ato representado por VANDERLEI SPEZIA	03.916.528/0001-01
CARMEN SCHMELZER MOHR	936.415.599-87

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO DE DIVERSOS GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS CAFÉS DOS ENCONTROS DOS GRUPOS DA TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA., em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos e conforme preços registrados abaixo:

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
00001	MERCADO MOA LTDA - ME	ACUCAR BRANCO REFINADO DE 1ª QUALIDADE	KG	ALTO ALEGRE	163,00000	1,7800	290,14
00002	MERCADO MOA LTDA - ME	ABACAXI PEROLA, IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE	UNID	IN NATURA	90,00000	2,7700	249,30
00003	MERCADO MOA LTDA - ME	ALFACE CRESPA EM CABEÇA, IN NATURA DE 1 QUALIDADE.	UNID	IN NATURA	39,00000	1,6700	65,13
00004	MERCADO MOA LTDA - ME	BANANA BRANCA IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE	KG	IN NATURA	110,00000	2,6000	286,00
00005	MERCADO MOA LTDA - ME	BOLINHA DE QUEIJO,POR QUILO	KG	BOCATINI	10,00000	21,3900	213,90

00013	MERCADO MOA LTDA - ME	CAFE EM PO TRADICIONAL, TORRADO E MOIDO, PURO DE 1 QUALIDADE, EMBALADO A VACUO, COM SELO DE PUREZA DA ABIC, embalagem de 500gramas	UNID	PELE	70,00000	5,9000	413,00
00014	MERCADO MOA LTDA - ME	CAFÉ SOLÚVEL, GRANULADO, DE 1ª QUALIDADE, EMBALAGEM DE 200 GRAMAS	UNID	NESCAFE	90,00000	9,8900	890,10
00015	MERCADO MOA LTDA - ME	CAFÉ SOLÚVEL, VIDRO PEQUENO 100 GRAMAS	UNID	NESCAFE	23,00000	7,5500	173,65
00016	MERCADO MOA LTDA - ME	CALDO DE CARNE EM TABLETE - CAIXA COM 06 UNIDADES	UNID	KITANO	5,00000	1,1000	5,50
00017	MERCADO MOA LTDA - ME	CEBOLA IN NATURA, TAMANHO MEDIO, UNIFORME, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS, TENRA	KG	IN NATURA	10,00000	1,6900	16,90
00018	MERCADO MOA LTDA - ME	CENOURA IN NATURA, SEM FOLHAS, DE PRIMEIRA, TAMANHO MEDIO, UNIFORME, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS, TENRAS	KG	IN NATURA	10,00000	2,4900	24,90
00019	MERCADO MOA LTDA - ME	COCHKAESE - QUEIJO BRANCO COZIDO, POR QUILO	KG	CANTINHO DOCE	5,00000	20,9500	104,75
00021	MERCADO MOA LTDA - ME	EXTRATO DE TOMATE, EMBALAGEM DE 500 GRAMAS	UNID	QUERO	20,00000	6,2000	124,00
00022	MERCADO MOA LTDA - ME	FERMENTOBIOLÓGICO, EMBALAGEM DE 250 GRAMAS	UNID	DONABELLA	5,00000	3,9500	19,75
00023	MERCADO MOA LTDA - ME	FERMENTO QUÍMICO EM PO, EMBALAGEM DE 250 GRAMAS	UNID	DONABELLA	5,00000	4,9000	24,50
00024	MERCADO MOA LTDA - ME	GOIABA, IN NATURA, DE 1 QUALIDADE	KG	IN NATURA	20,00000	10,3500	207,00
00025	MERCADO MOA LTDA - ME	LARANJA COMUM, NOVA, DE 1 QUALIDADE, GRAU DE AMADURECIMENTO MEDIO, COM CASCA SA	KG	IN NATURA	330,00000	1,9900	656,70
00026	MERCADO MOA LTDA - ME	Leite Longa vida, integral, tratado por processo UHT, acondicionado em embalagem individual, tetrapak, contendo 1 litro.	UNID	REALTA	830,00000	1,9900	1.651,70
00027	MERCADO MOA LTDA - ME	LINGUIÇA PURA	KG	HEFTER	100,00000	17,9500	1.795,00
00028	MERCADO MOA LTDA - ME	MACA IN NATURA, VERMELHA, NACIONAL, FRUTOS DE TAMANHO MEDIO, AROMA E SABOR DA ESPECIE, SEM FERIMENTOS	KG	IN NATURA	390,00000	4,8000	1.872,00
00029	MERCADO MOA LTDA - ME	MAIONESE, EMBALAGEM DE 200 GRAMAS	UNID	MESA	3,00000	3,9500	11,85
00030	MERCADO MOA LTDA - ME	MAIONESE - 500 GR	UNID	MESA	150,00000	5,7500	862,50
00031	MERCADO MOA LTDA - ME	MAMAO COMUM, IN NATURA, 1ª. QUALIDADE, EM PONTO DE MATURACAO PARA CONSUMO	KG	IN NATURA	147,00000	2,6500	389,55
00032	MERCADO MOA LTDA - ME	MARGARINA CREMOSA, PRODUZIDA EXCLUSIVAMENTE COM GORDURA VEGETAL, COM ADIÇÃO DE SAL, ACONDICIONADA EM POTES DE POLIPROPILENO, COM LACRE DE PAPEL ALUMINIZADO ENTRE A TAMP A E O POTE, RESISTENTES QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO. PESO LÍQUIDO 1 KG.	UNID	SOYA	70,00000	4,9500	346,50
00033	MERCADO MOA LTDA - ME	MARGARINA CREMOSA, PRODUZIDA EXCLUSIVAMENTE COM GORDURA VEGETAL, COM ADIÇÃO DE SAL, ACONDICIONADA EM POTES DE POLIPROPILENO, COM LACRE DE PAPEL ALUMINIZADO ENTRE A TAMP A E O POTE, RESISTENTES QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO. PESO LÍQUIDO 250 GRAMAS	UNID	SOYA	15,00000	1,8500	27,75
00034	MERCADO MOA LTDA - ME	MARGARINA CREMOSA, SEM SAL, POTES DE 500 GRAMAS	UNID	SOYA	43,00000	2,1500	92,45
00035	MERCADO MOA LTDA - ME	MELÂNCIA - IN NATURA DE 1 QUALIDADE	KG	IN NATURA	565,00000	1,8000	1.017,00
00036	MERCADO MOA LTDA - ME	MELÃO, IN NATURA DE 1 QUALIDADE	UNID	IN NATURA	50,00000	4,4500	222,50
00037	MERCADO MOA LTDA - ME	MINI PAO FRANCES (APROXIMADAMENTE 30 GRAMAS CADA)	KG	SR PÃO	52,00000	7,3500	382,20
00038	MERCADO MOA LTDA - ME	MORTADELA, SEM GORDURA, FATIADA, PRODUTO DA EMULSÃO DE CARNE DE GADO, EMBUTIDO.	KG	JCW	35,00000	10,8000	378,00
00040	MERCADO MOA LTDA - ME	OLEO DE SOJA DE 900 ML	UNID	COAMO	5,00000	2,9300	14,65

00042	MERCADO MOA LTDA - ME	OVOS VERMELHOS, FRESCOS, TAMANHO GRANDE	DUZIAS	RONCHI	130,00000	4,8500	630,50
00043	MERCADO MOA LTDA - ME	PÃO DE FORMA, TIPO CASEIRO, COM MASSA DE FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, ÁGUA, FERMENTO BIOLÓGICO, AÇÚCAR, SAL, ENTRE OUTROS. RENDE MAIOS OU MENOS 16 FATIAS.	UNID	2 SETEMBRO	700,00000	3,1500	2.205,00
00044	MERCADO MOA LTDA - ME	PÃO DE LEITE RENDE MAIOS OU MENOS 20 FATIAS- UNIDADE	UNID	2 SETEMBRO	12,00000	6,4500	77,40
00045	MERCADO MOA LTDA - ME	PÃO DE QUEIJO ASSADO - PRODUTO A BASE DE POLVILHO, LEITE SAL, OVO, QUEIJO, OLEO E CREME VEGETAL. PESANDO APROXIMADAMENTE 30 GRAMAS.	KG	SR PAO	40,00000	15,1000	604,00
00046	MERCADO MOA LTDA - ME	PÃO FATIADO, TIPO SANDUICHE, FEITO A BASE DE FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, ENRIQUECIDA COM ÁCIDO FOLICO, ÁGUA, FERMENTO BIOLÓGICO, OVOS, AÇUCAR, SAL, ENTRE OUTROS.	UNID	2 SETEMBRO	450,00000	3,9500	1.777,50
00047	MERCADO MOA LTDA - ME	PAO FRANCES - 50 GRAMAS	KG	SR PAO	25,00000	5,7300	143,25
00048	MERCADO MOA LTDA - ME	PATÊ DE FRANGO - EMBALAGEM 100GRAMAS	UNID	EXCELSIOR	20,00000	1,9900	39,80
00049	MERCADO MOA LTDA - ME	PEPINO EM CONSERVA, VIDRO DE 300 GRAMAS	UNID	GDM	40,00000	3,9900	159,60
00050	MERCADO MOA LTDA - ME	PEPINO EM CONSERVAS 540 GRAMAS	UNID.	GDM	20,00000	7,1500	143,00
00051	MERCADO MOA LTDA - ME	PERA - IN NATURA DE 1ª QUALIDADE, FIRMES, SEM PONTOS DE APODRECIMENTO.	KG	IN NATURA	10,00000	7,0000	70,00
00052	MERCADO MOA LTDA - ME	PRESUNTO COZIDO	KG	SAO PEDRO	150,00000	19,9000	2.985,00
00053	MERCADO MOA LTDA - ME	QUEIJO MUSSARELA	KG	LACTOVALE	150,00000	18,2000	2.730,00
00054	MERCADO MOA LTDA - ME	QUEIJO PRATO	KG	LACTOVALE	90,00000	18,2000	1.638,00
00055	MERCADO MOA LTDA - ME	REFRIGERANTE EMBALAGEM PET COM 2 LITROS. SABORES: LARANJA, SODA LIMONADA E GUARANA	UNID	MAX WILHEN	16,00000	2,5300	40,48
00056	MERCADO MOA LTDA - ME	REPOLHO VERDE, IN NATURA	UNID	IN NATURA	10,00000	3,4000	34,00
00057	MERCADO MOA LTDA - ME	REQUEIJÃO CREMOSO: LATICINIO PASTOSO, DE COR BRANCA, FEITO DE LEITE DESNATADO E CREME DE LEITE FRESCO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE APROXIMADAMENTE 220 GRAMAS.	UNID	DO VALE	35,00000	3,8000	133,00
00060	MERCADO MOA LTDA - ME	SALAME	KG	SÃO PEDRO	10,00000	19,0000	190,00
00061	MERCADO MOA LTDA - ME	SALSICHA TIPO HOT-DOG, DE 1 QUALIDADE, A GRANEL	KG	FRICASA	60,00000	5,0000	300,00
00062	MERCADO MOA LTDA - ME	SARDINHA EM SALMOURA	KG	HEMMER	5,00000	30,9000	154,50
00063	MERCADO MOA LTDA - ME	SARDINHA EM LATA EMBALAGEM COM 250 GRAMAS	UNID	PESCADOR	6,00000	6,6500	39,90
00064	MERCADO MOA LTDA - ME	SARDINHA ENLATADA DE 135 GRAMAS - OLEO	UNID	PESCADOR	90,00000	2,6000	234,00
00065	MERCADO MOA LTDA - ME	TANGERINA COMUM, IN NATURA, DE 1 QUALIDADE	KG	IN NATURA	160,00000	6,9500	1.112,00
00066	MERCADO MOA LTDA - ME	TOMATE IN NATURA, TIPO SALADA, TAMANHO MEDIO A GRANDE, DE PRIMEIRA, APROXIMADAMENTE 60% MATURACAO, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS	KG	IN NATURA	15,00000	2,9300	43,95
00067	MERCADO MOA LTDA - ME	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, ACONDICIONADA EM PACOTE DE 5 KG	UNID	ORQUIDEA	5,00000	9,3500	46,75
Total do Fornecedor: R\$ 28.360,50							
00008	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	BOLO DE CENOURA COM COBERTURA DE CHOCOLATE NAS MEDIDAS MINIMAS DE 35X43CM	UNID	BAUER	175,00000	15,5000	2.712,50
00009	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	BOLO DE LARANJA COM COBERTURA DE NATA E COCO NAS MEDIDAS MINIMAS DE 35X43CM	UNID	BAUER	116,00000	16,0000	1.856,00
00012	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	BOLO TIPO TOALHA FELPUDA NAS MEDIDAS MINIMAS DE 35X43CM	UNID	BAUER	70,00000	16,5000	1.155,00
00041	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	ORELHA DE GATO POR KG	KG	BAUER	60,00000	12,3000	738,00
00059	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	ROSCA DE POLVILHO (CORUJA) GRANDE	UNID	BAUER	150,00000	10,5000	1.575,00

Total do Fornecedor: R\$ 8.036,50							
00006	CARMEN SCHMELZER MOHR	BOLO DE AIPIM NAS MEDIDAS MINIMAS DE 35X43CM	UNID	MOHR	2,00000	16,5000	33,00
00007	CARMEN SCHMELZER MOHR	BOLO DE CENOURA COM COBERTURA DE NATA NAS MEDIDAS MINIMAS DE 35X43CM	UNID	MOHR	4,00000	16,5000	66,00
00010	CARMEN SCHMELZER MOHR	BOLO DE MANTEIGA COM COBERTURA DE NATA E COCO NAS MEDIDAS MINIMAS DE 35X43CM	UNID	MOHR	20,00000	19,0000	380,00
00011	CARMEN SCHMELZER MOHR	BOLO SECO NAS MEDIDAS MINIMAS DE 35X43CM	UNID	MOHR	185,00000	16,5000	3.052,50
00020	CARMEN SCHMELZER MOHR	CUCA COM RECHEIOS VARIADOS - FAROFA, NATA, BANANA E QUEIJO, NAS MEDIDAS 35X43CM	UNID	MOHR	1.100,00000	12,3000	13.530,00
00039	CARMEN SCHMELZER MOHR	BOLO TIPO NEGA MALUCA, COM COBERTURA DE CHOCOLATE, NAS MEDIDAS MINIMAS DE 35X43CM	UNID	MOHR	50,00000	17,5000	875,00
00058	CARMEN SCHMELZER MOHR	ROCAMBOLE, PRODUTO RECHEADO COM FRUTAS, CHOCOLATE, PUDIM OU OUTROS. PESO APROXIMADO 1 KG.	UNID	MOHR	40,00000	13,0000	520,00
Total do Fornecedor: R\$ 18.456,50							
Total Geral dos Itens: R\$ 54.853,50							

1.2. O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 54.853,50 (cinquenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Secretaria de Assistência Social de Massaranduba - SC, que será o Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.2. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório Nº. 7/2014 - Pregão Presencial Nº. 5/2014

3.3. Em cada fornecimento de materiais decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de Processo Licitatório Nº. 7/2014 - Pregão Presencial Nº. 5/2014 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. Condições de pagamento: nota fiscal emitida na 1ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 8 (oito) do mês subsequente; nota fiscal emitida na 2ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 20 (vinte) do mês subsequente. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação, da Ata de Registro de Preços e ainda serão observados os seguintes requisitos:

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.2. As despesas decorrentes da presente ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente descritos na Ordem de Compra.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5.1. A entrega será efetuada no ato do recebimento da Ordem de Compra ou Nota de Empenho que será fornecida pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

5.2. O objeto será retirado no local, devendo ser entregue mediante a apresentação da ordem de compra.

5.3 A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal nº. 2051/2010, ao critério da Administração.

6.2. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme

o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.2.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.2.2. Cancelamento do registro na Ata;

6.2.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.5.1. Advertência;

6.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;

6.7 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.8. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.2. Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.2.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA - DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Secretaria de Administração, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10. 1. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.2. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3. Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

10.4. O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. Compete ao Fornecedor:

11.1.1. Efetuar a entrega no prazo previsto na Cláusula V, independentemente da quantidade solicitada e do local de entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital do PROCESSO LICITATÓRIO nº. 7/2014, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para

dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba - SC 30 de Maio de 2014

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA MARIO FERNANDO REINKE PREFEITO	FUNDO MUN. ASS. SOCIAL ANNA K. R. FRANZ Gestora
--	---

MERCADO MOA LTDA - ME MOACIR PRAWUTZKI Contratada	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP VANDERLEI SPEZIA Contratada
---	---

CARMEN SCHMELZER MOHR Contratada

Co 39/2014 - Aulas de Italiano - Alirio Valentini

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 39 / 2014
MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

Processo Licitatório nº. 34/2014

Pregão Presencial nº.13/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: ALIRIO VALENTINI

OBJETO: Prestação de serviço inerente a aulas de língua Italiana nas instituições educacionais.

VALOR MENSAL: R\$ 4.928,00 (quatro mil, novecentos e vinte oito reais

VIGENCIA: 02.06.2014 a 31.12.2015.

Massaranduba, 30 de Maio de 2014.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

Meleiro

PREFEITURA

Portaria Nº 221/2014

PORTARIA n.º 221/2014

TRATA DO ENQUADRAMENTO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1643/2014, de 30 de maio de 2014, resolve:

ENQUADRAR

Art. 1º A servidora pública abaixo relacionada, considerando o Término e Aprovação do Estágio Probatório e a consequente Efetivação, conforme Tabela Salarial do Anexo II da Lei nº 1643/2014.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	TEMPO	NÍVEL/ REFERÊNCIA
Melissa Boeira Zapala	Psicóloga	20	01/03/2011	4C

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/03/2014.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 03 de Junho de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria Nº 222/2014

PORTARIA n.º 222/2014

TRATA DO ENQUADRAMENTO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1643/2014, de 30 de maio de 2014, resolve:

ENQUADRAR

Art. 1º A servidora pública abaixo relacionada, considerando o Término e Aprovação do Estágio Probatório e a consequente Efetivação, conforme Tabela Salarial do Anexo II da Lei nº 1643/2014.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	TEMPO	NÍVEL/ REFERÊNCIA
Tatiana Amboni	Nutricionista	20	04/04/2011	4C

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/04/2014.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 03 de Junho de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Lei Nº 1644/2014

LEI nº 1644/2014

TRATA DA ALTERAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL 1409/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O anexo VII, da Lei 1409/2009, especificamente aos cargos de Diretor Geral de Escola (MAG 260) e Secretário de Escola (MAG 270), passa a ter a seguinte redação.

ANEXO IV DA LEI Nº 1409/2009

TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGO MAG 260 E MAG 270

CÓDIGO	CARGO	Nº VAGAS	CARGA HORÁRIA	LOCAL DE ATUAÇÃO	VENCIMENTO
MAG 260	Diretor Geral de Escola	05	20 H 40 H	Unidades Escolares	R\$ 2.582,52 (dois mil, quinhentos e oitenta e dois reais e cinquenta e dois centavos)
MAG 270	Secretário de Escola	04	20 H 40 H	Secretaria de Educação	R\$ 1.807,13 (hum mil, oitocentos e sete reais e treze centavos)

Art. 2.º O anexo IV da Lei 1409/2009, especificamente ao de nutricionista (MAG 120), passa a ter a seguinte redação:

CÓDIGO	CARGO	Nº VAGAS	CARGA HORÁRIA	LOCAL DE ATUAÇÃO	VENCIMENTO
MAG 120	Nutricionista	01	20 H 40 H	Secretaria de Educação	R\$ 1.286,03 (hum mil, duzentos e oitenta e seis reais e três centavos).

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de junho de 2014.

Art. 4.º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Meleiro/SC, 03 de junho de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Lei Nº 1645/2014

LEI Nº 1645/2014

TRATA DA ALTERAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1.150/2006 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. A alínea "a", do inciso II do art. 3º da Lei nº 1,150/2006, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º [...]"

II - [...]"

Até 08 (oito) anos para qualquer empresa prestadora de serviços que se instalar no Município."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro/SC, 03 de junho de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Extrato Aditivo Nº 001/2014 - Contrato Nº 024/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 001/2014 (Prorrogação do Prazo de Vigência)

Contrato nº. 024/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

Contratado: JFC CONSTRUÇÕES INDUSTRIALIZADAS

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de engenharia na construção de uma garagem para os veículos da saúde na Rua Prefeito Luiz Canela, junto a unidade básica de saúde, sendo a construção em estrutura de concreto pré moldado e cobertura com estrutura metálica e telhas de aluzic, com uma área total de 180,00m2, conforme projeto básico e memorial descritivo.

Vigência: Início: 26/04/2014 Término: 31/12/2014

Data da assinatura: 24 de abril de 2014.

Extrato Aditivo Nº 001/2014 - Contrato Nº 044/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 001/2014 (Prorrogação do Prazo de Vigência)

Contrato nº. 044/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: JFC CONSTRUÇÕES INDUSTRIALIZADAS

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de engenharia na construção de duas estruturas metálicas e o fechamento de corredor com telhas translúcidas no centro infantil municipal escadinha do tempo localizado na Av. Antônio Walmor Canela, tudo em conformidade ao projeto básico e memorial descritivo em anexo.

Vigência: Início: 26/04/2014 Término: 31/12/2014

Data da assinatura: 24 de abril de 2014.

Extrato Aditivo Nº 001/2014 - Contrato Nº 010/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 001/2014 (Prorrogação do Prazo de Vigência)
Contrato nº. 010/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: ADRIANO RECO MEI
Objeto: AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2014.
Vigência: Início: 09/06/2014 Término: 08/07/2014
Data da assinatura: 03 de junho de 2014.

Extrato Aditivo Nº 001/2014 - Contrato Nº 011/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 001/2014 (Prorrogação do Prazo de Vigência)
Contrato nº. 011/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: JOSÉ AMBONI PRESA EPP
Objeto: AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2014.
Vigência: Início: 09/06/2014 Término: 08/07/2014
Data da assinatura: 03 de junho de 2014.

Modelo**PREFEITURA****Portaria Nº 098/2014**

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE MODELO
CNPJ: 83.021.832/0001-11

PORTARIA Nº 098/2014 de 03.06.2014
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LUCIA CECÍLIA URBAN, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com o Art. 112 da Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art.1º - Fica concedido à Servidora Pública Municipal LUCIA CECÍLIA URBAN, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Internos, conforme Decreto de nomeação nº 014/2004 de 09.02.2004, 30 (trinta) dias de LICENÇA PRÊMIO, a que faz jus, conforme disposto no artigo 112 da Lei Municipal 1.513/2002, relativo ao período aquisitivo de 02/2009 a 02/2014, a ser usufruída no período de 04.06.2014 a 03.07.2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 03 de junho de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
CHEFE DE SETOR

Monte Carlo

PREFEITURA

Processo Licitatório Nº 43/2014

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 43/2014

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2014

REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO visando o REGISTRO DE PREÇO para contratações futuras do objeto abaixo indicado.

TIPO: Menor preço por item.

RECEBIMENTO DAS "PROPOSTA DE PREÇOS":

das 08:00 horas do dia 09 de Junho de 2014 até às 08:30 horas do dia 17 de Junho de 2014.

ABERTURA DA SESSÃO PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

das 08:31 horas até às 08:59 horas do dia 17 de Junho de 2014.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:

das 09:00 horas do dia 17 de Junho de 2014.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília-DF.

LOCAL: www.cidadecompras.com.br

INFORMAÇÕES: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br ou 049/3546.0194

As condições são as estatuídas em Edital, e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

DO OBJETO

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras e parceladas de MATERIAL DE EXPEDIENTE para manutenção de atividades da Administração do Município de Monte Carlo.

Monte Carlo - SC, 02 de Junho de 2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2014

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Extrato da Homologação da Concorrência Publica 054/2014

Município de Morro da Fumaça. Extrato da Homologação da Concorrência Publica 054/2014. A empresa CREMA ENGENHARIA LTDA venceu o lote 2 no valor de R\$ 881.381,33 e a empresa SETEP CONSTRUÇÕES venceu o lote 1 no valor de R\$ 1.837.054,49. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E LAJOTAS NAS RUAS NO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA CONFORME ANEXOS. CONFORME ANEXO. Homologada em 03/06/2014.

Michel Antônio Maccari
Secretário de Finanças.

Registro de Preço FMS 036/2014

Município de Morro da Fumaça. Edital de REGISTRO DE PREÇO FMS 036/2014. Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 ODONTOMOVEL. Data: 17/06/2014 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município.

Michel Antônio Maccari
Secretário de Finanças.

Extrato da Autorização de Fornecimento do Pregão Presencial Para Registro de Preços 019/2014

Município de Morro da Fumaça. Extrato da Autorização de Fornecimento do Pregão Presencial para Registro de Preços 019/2014. A empresa MACROMAQ EQUIPS. ROD. E INDS. venceu o item 1: Pá Carregadeira no valor de R\$ 340.000,00. Homologada em 05/02/2014.

Michel Antônio Maccari
Secretário de Finanças.

Navegantes

PREFEITURA

Portarias 2291 Prorrogação de Processos de Sindicância

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 2291 DE 3 DE JUNHO DE 2014
PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - PRORROGAR por 30 (trinta) dias os trabalhos da Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria n° 1831 de 9/4/2014 para apurar responsabilidades pelo furto ocorrido no C.M.E.I. Extensão Profª Silvette Couto de Miranda.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 10/5/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE JUNHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 3 de junho de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 2292 DE 3 DE JUNHO DE 2014
PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - PRORROGAR por 30 (trinta) dias os trabalhos da Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria n° 1842 de 9/4/2014 para apurar possível irregularidade e a responsabilidade pelo pagamento indevido de triênios.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 10/5/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE JUNHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 3 de junho de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 2293 DE 3 DE JUNHO DE 2014
PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - PRORROGAR por 30 (trinta) dias os trabalhos da Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria n° 1838 de 9/4/2014 para apurar responsabilidade pela possível violação de correspondência (holerite) de médica mastologista da Unidade Básica de Saúde de São Domingos.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 10/5/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE JUNHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 3 de junho de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 2294 DE 3 DE JUNHO DE 2014
PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos

Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - PRORROGAR por 30 (trinta) dias os trabalhos da Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria n º 1840 de 9/4/2014 para apurar a atuação do motorista socorrista do SAMU durante o atendimento realizado no dia 18/11/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 10/5/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 3 de junho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 2295 DE 3 DE JUNHO DE 2014

PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - PRORROGAR por 30 (trinta) dias os trabalhos da Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria n º 1836 de 9/4/2014 para apurar possível extravio do livro de ocorrências do SAMU, bem como os motivos das rasuras presentes na escala de trabalho.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 10/5/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 3 de junho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 2296 DE 3 DE JUNHO DE 2014

PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - PRORROGAR por 30 (trinta) dias os trabalhos da Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria n º 1839 de 9/4/2014 para apurar possível irregularidade no ato de lavrar o Auto de Infração 555.8500.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 10/5/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 3 de junho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 2297 DE 3 DE JUNHO DE 2014

PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - PRORROGAR por 30 (trinta) dias os trabalhos da Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria n º 1837 de 9/4/2014 para apurar possível responsabilidade pela multa infligida ao veículo FIAT DUCATO TH AMB, placas MED 3057, da Secretaria Municipal da Saúde.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 10/5/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 3 de junho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Portaria 2298 Prorroga Trabalhos Processo Administrativo

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2298 DE 3 DE JUNHO DE 2014
PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - PRORROGAR por 60 (trinta) dias os trabalhos da Comissão de Processo Administrativo instaurada pela Portaria n.º 68 de 17/1/2014 para apurar possível abandono de cargo pela servidora Célia Sagás Filha.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 18/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE JUNHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 3 de junho de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Portarias 1830 Sindicância

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1830 DE 9 DE ABRIL DE 2014
DETERMINA ABERTURA DE SINDICÂNCIA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim - Atendente de Posto de Saúde -, Juliana Rúbia da Costa Succo - Analista Consultor Administrativo - e Euclides Mendes - Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE SINDICÂNCIA para apurar possível infração ao dever funcional, disposto no art. 116, I e II, e 117, I, da lei complementar n.º 7 de 11/11/2003.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE ABRIL DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de abril de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1831 DE 9 DE ABRIL DE 2014
DETERMINA ABERTURA DE SINDICÂNCIA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim - Atendente de Posto de Saúde -, Juliana Rúbia da Costa Succo - Analista Consultor Administrativo - e Euclides Mendes - Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE SINDICÂNCIA para apurar responsabilidades pelo furto ocorrido no C.M.E.I. Extensão Profª Silvete Couto de Miranda.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE ABRIL DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de abril de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 1836 DE 9 DE ABRIL DE 2014
DETERMINA ABERTURA DE SINDICÂNCIA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim - Atendente de Posto de Saúde -, Juliana Rúbia da Costa Succo - Analista Consultor Administrativo - e Euclides Mendes - Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE SINDICÂNCIA para apurar possível extravio do livro de ocorrências do SAMU, bem como os motivos das rasuras presentes na escala de trabalho.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE ABRIL DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 1837 DE 9 DE ABRIL DE 2014

DETERMINA ABERTURA DE SINDICÂNCIA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim - Atendente de Posto de Saúde -, Juliana Rúbia da Costa Succo - Analista Consultor Administrativo - e Euclides Mendes - Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE SINDICÂNCIA para apurar possível responsabilidade pela multa infligida ao veículo FIAT DUCATO TH AMB, placas MED 3057, da Secretaria Municipal da Saúde.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE ABRIL DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 1838 DE 9 DE ABRIL DE 2014

DETERMINA ABERTURA DE SINDICÂNCIA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim - Atendente de Posto de Saúde -, Juliana Rúbia da Costa Succo - Analista Consultor Administrativo - e Euclides Mendes - Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE SINDICÂNCIA para apurar a responsabilidade pela possível violação de correspondência (holerite) de médica mastologista da Unidade Básica de Saúde de São Domingos.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE ABRIL DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 1839 DE 9 DE ABRIL DE 2014

DETERMINA ABERTURA DE SINDICÂNCIA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos

Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim - Atendente de Posto de Saúde -, Juliana Rúbia da Costa Succo - Analista Consultor Administrativo - e Euclides Mendes - Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE SINDICÂNCIA para apurar possível irregularidade no ato de lavrar o Auto de Infração 555.8500.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE ABRIL DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n.º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1840 DE 9 DE ABRIL DE 2014

DETERMINA ABERTURA DE SINDICÂNCIA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim - Atendente de Posto de Saúde -, Juliana Rúbia da Costa Succo - Analista Consultor Administrativo - e Euclides Mendes - Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE SINDICÂNCIA para apurar a atuação do motorista socorrista do SAMU durante o atendimento realizado no dia 18/11/2013.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE ABRIL DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n.º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1841 DE 9 DE ABRIL DE 2014

DETERMINA ABERTURA DE SINDICÂNCIA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim - Atendente de Posto de Saúde -, Juliana Rúbia da Costa Succo - Analista Consultor Administrativo - e Euclides Mendes - Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE SINDICÂNCIA para apurar a atuação do motorista socorrista do SAMU durante o atendimento realizado no dia 18/11/2013.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE ABRIL DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n.º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1842 DE 9 DE ABRIL DE 2014

DETERMINA ABERTURA DE SINDICÂNCIA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim - Atendente de Posto de Saúde -, Juliana Rúbia da Costa Succo - Analista Consultor Administrativo - e Euclides Mendes - Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE SINDICÂNCIA para apurar possível irregularidade e a responsabilidade pelo pagamento

indevido de triênios.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE ABRIL DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Ata de Julgamento de Recurso 17/2014 FMS (Renata Domingues Me)

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2014 FMS

Aos 02 dias de junho de 2014, às 17:15 horas, reuniu-se o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados pela Portaria número 918 de 19/02/2014, com intuito de analisar e julgar o recurso e a impugnação ao recurso do Pregão Presencial nº 17/2014, cujo OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE OCULOS DE GRAU COMPOSTO DE ARMAÇÃO E LENTE PARA OS PACIENTES BENEFICIADOS PELO PROGRAMA DE ASSISTENCIA SOCIAL DA SECRETARIA DE SAUDE, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES/SC.

PRELIMINARMENTE

O Pregoeiro e a Equipe de Apoio, ao receber o recurso, verificou que foi protocolada tempestivamente e na forma prevista em lei, decidindo, portanto, recebê-las, passando a analisá-las, com fulcro nos fatos e fundamentos a seguir descritos.

---RECURSO Protocolado pela empresa RENATA DOMINGUES ME em 29/05/2014

Do Recurso:

Em síntese, manifesta-se a empresa RENATA DOMINGUES ME arguindo sua habilitação.

1 - Alega que o atestado de capacidade técnica deveria ter um modelo no edital e que já fornece os materiais há vários anos para várias prefeituras.

2 - Alega que a autarquia municipal de São Matheus do Sul-PR ainda não se manifestou a respeito da confecção do alvará sanitário e que não poderia apresentar, pois não há expedição do mesmo.

3 - Alega que a apresentação do contrato de prestação de serviços entre laboratório e óptica não é baseada em nenhuma lei.

DA DECISÃO:

Diante do exposto, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio decide pela improcedência do recurso conforme segue:

1 - não existe um modelo de atestado de capacidade técnico

padrão em que a prefeitura se baseie para requerer do licitante, ENTRETANTO, é notório que tal atestado deve ter elementos objetivos, os quais mencionem ao menos NOME, NUMERO DE CNPJ, NUMERO DE TELEFONE do expedidor, o que não foi fornecido pelo recorrente.

2 - o recorrente apresentou alvará sanitário vencido em 30/04/2014, desrespeitando o item 5.4.2 e 5.4.3.2 do edital 17/2014.

3- quanto a falta de apresentação de contrato de prestação de serviço entre laboratório e óptica, a recorrente desrespeitou o item 5.4.3 do edital 17/2014 :

"Quando a ótica em seu Alvará de Licença Sanitária não comprovar possuir laboratório ótico próprio ou não for a empresa o próprio laboratório ótico, deverá apresentar as seguintes documentações:

5.4.3.1 Contrato de prestação de serviço entre a ótica e o laboratório;"

Ao alegar que tal exigência não está prevista em nenhuma lei, o recorrente se equivoca, pois a própria lei 8666/93 em seu artigo 3º nos traz que a licitação será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos, dentre eles o da vinculação ao instrumento convocatório.

Desta forma o recorrente não deixou de apresentar apenas um documento exigido para sua habilitação, mas sim três documentos.

- Conclusão:

- Decide pela improcedência do recurso

- Decide pela manutenção da inabilitação da recorrente.

- Publique-se

É a decisão. Navegantes, 02 de junho de 2014.

DOUGLAS LEMOS

Pregoeiro

MARIA BENEDITA CORRÊA

Pregoeira substituta

Equipe de apoio:

JOSEZITE DOS SANTOS

CARLA CLAUDINO

FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO

Ratificando:

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

Portaria 2300 Exonera Servidora Efetiva A Pedido

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 2300 DE 3 DE JUNHO DE 2014

EXONERA SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, incisos I, III e VI, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

EXONERAR a servidora VIVIANE DOS SANTOS CAMPOS do cargo de Enfermeira do quadro de servidores efetivos da municipalidade a partir de 2/6/2014, A PEDIDO.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/6/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 3 de junho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Portarias 2001 Exoneração de Servidores Efetivos

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 2001 DE 28 DE ABRIL DE 2014

EXONERA SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, incisos I, III e VI, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

EXONERAR a servidora LIVIA MÔNICA ROBES AYRES VIEGAS do cargo de Agente Comunitária de Saúde ESF do quadro de servidores efetivos da municipalidade a partir de 1º/5/2014, A PEDIDO.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/5/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE ABRIL DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 2043 DE 5 DE MAIO DE 2014

EXONERA SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, incisos I, III e VI, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

EXONERAR a servidora LUZIA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA DIAS do cargo de Técnica em Saúde Bucal do quadro de servidores efetivos da municipalidade a partir de 5/5/2014, A PEDIDO.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 5 DE MAIO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 5 de maio de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 2188 DE 20 DE MAIO DE 2014

EXONERA SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, incisos I, III e VI, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

EXONERAR a servidora CASSIANA DEBORAH FERREIRA DA SILVA do cargo de Agente Comunitária de Saúde ESF do quadro de servidores efetivos da municipalidade a partir de 26/5/2014, A PEDIDO.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 26/5/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE MAIO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de maio de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 2267 DE 28 DE MAIO DE 2014
EXONERA SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, incisos I, III e VI, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

EXONERAR o servidor RICARDO MENDES MAFRA do cargo de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade a partir de 5/5/2014, A PEDIDO.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 5/5/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE MAIO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de maio de 2014.
Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Ata de Julgamento de Impugnação P. P. Nº 22/2014 FMS (Elevadores Villarta Ltda)

ATA DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL REFERENTE CONCORRÊNCIA Nº 22/2014 FMS

Aos 03 dias de junho de 2014, às 11:00 horas, reuniu-se a Comissão e o Presidente, designados pela Portaria número 176 de 31/01/2014, com intuito de analisar e julgar as Impugnações ao Edital da Concorrência nº 22/2014, cujo objeto é CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE 02 (DOIS) ELEVADORES DEVIDAMENTE INSTALADOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA O HOSPITAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC - QUARTA ETAPA DA AMPLIAÇÃO, protocoladas pela empresa ELEVADORES VILLARTA LTDA - CNPJ: 54222401/0001-15, em 03/06/2014.

PRELIMINARMENTE

O Presidente e a Comissão Permanente, ao receber a Impugnação ao Edital 22/2014 FMS, verificou que a mesma foi protocolizada intempestivamente não respeitando a forma prevista em lei, decidindo, portanto, não recebê-las, conforme fundamenta o artigo 41, § 2º da Lei 8.666/93, que traz a seguinte redação:

“Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preço ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciaram esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.”

Não respeitou também o prazo prescrito no edital:

8.1 Até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar o ato convocatório da presente Concorrências, aplicando-se neles subsidiariamente as disposições contidas na Lei 8.666/93.

8.1.1 Em se tratando de licitante, o prazo para impugnação é de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

Desta forma não será reconhecida a impugnação, conforme item 8.5 do edital.

8.5 Não serão reconhecidas as impugnações e recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

CONCLUSÃO:

O não reconhecimento da impugnação.
Publique-se

É a decisão. Navegantes, 03 de junho de 2014.

DOUGLAS LEMOS
Presidente

Comissão:
MARIA BENEDITA CORRÊA
FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO
CARLA CLAUDINO
ADRIANA CORREA

Corroborando
BENILDE PERÃO
Secretaria de Administração

Extrato Contratual Nº 149/2014.

Extrato Contratual PMN Nº 149/2014.

Contrato Nº...: 149/2014.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Empreiteira de Mão de Obra Adrimar Ltda.

CNPJ: 03.574.370/0001-20.

Vigência : Início: 04/06/2014 Término: 02/09/2014

Valor....: R\$ 159.237,55 (cento e cinquenta e nove mil duzentos e trinta e sete reais e cinquenta e cinco centavos).

Licitação : Tomada de Preços nº 109/2014.

Recursos : Dotação: 1.039.4490.00.00.00.00

Objeto : Contratação de empresa especializada em Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica (com fornecimento de Materiais) da Avenida Rio do Sul, localizada no Bairro Gravatá, Município de Navegantes, conforme convênio - Ministério da Integração Nacional.

Navegantes, 04 de junho de 2014.

Inexigibilidade de Licitação Nº 135/2014.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PMN Nº 135/2014

PROCESSO Nº 135/2014.

Data: 02 de junho de 2014.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Contratado: E&E Eventos e Produções Ltda.

CNPJ: 000.230.590/0001-49.

OBJETO: Inexigibilidade de Licitação visando a Contratação de Show Musical com o Grupo “Karametade”, a ser realizado no dia 22 de agosto de 2014, em praça pública durante as festividades

do 52º aniversário de Emancipação Política Administrativa do Município de Navegantes, SC.

VALOR: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Navegantes, 02 de junho de 2014.

Roberto Carlos de Souza.

Prefeito do Município.

NAVEGANTESPREV

Aviso de Licitação - Pregão Presencial N.º 01/2014Ipp

NAVEGANTESPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2014 NAVEGANTESPREV

Terceira Publicação

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório de OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEICULO ZERO KM, TIPO SW, PARA USO DO NAVEGANTESPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. Data da entrega dos envelopes: 18/06/2014 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 18/06/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Av. Conselheiro João Gaya, nº 295, Centro em Navegantes/SC ou no site: www.navegantesprev.sc.gov.br.

Navegantes, 03 de junho de 2014.

JAN ULLRICH

DIRETOR PRESIDENTE

Extrato do Termo Aditivo N.º 02/2014Ipp

NAVEGANTESPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Extrato Termo Aditivo nº 02/2014IPP

Contratante. : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Contratada : CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES ESTÁGIOS CIN

Licitação: Dispensa de Licitação nº 09/2012

Vigência: Início: 03/06/2014 Término: 31/12/2014.

Dotação: 29.02.3.3.90.00.00.00

Objeto : TERCEIRO TERMO ADITIVO, CUJO OBJETO É O REAJUSTE DOS VALORES PACTUADOS NO CONTRATO ORIGINAL Nº 03/2013IPP E A AMPLIAÇÃO DO QUANTITATIVO DO CONTRATO ORIGINAL.

Navegantes, 03 de junho de 2014.

JAN ULLRICH

Diretor Presidente

Nova Trento

PREFEITURA

Portaria Nº 550/2014

PORTARIA Nº 550/2014

Dispõe Sobre a Composição do Grupo Conductor Municipal das Redes de Atenção à Saúde e Define as Atribuições do Grupo e dá outras Providências.

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal de Nova Trento em Exercício, usando da competência que lhe confere o item VIII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, RESOLVE:

Art. 1º Fica assim constituído o Grupo Conductor Municipal das Redes de Atenção à Saúde, no município de Nova Trento:

Fernanda Wisintainer - Enfermeira e Coordenadora Atenção Básica, na qualidade de Presidente do Grupo Conductor das Rede de Atenção à Saúde, Valéria Moura, Fonoaudióloga do NASF, no cargo de Vice Presidente e Ana Cláudia Alexandre Brasil, Enfermeira da Vigilância Epidemiológica, como Secretária.

Demais Membros:

- Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário;

- Rodrigo Serva, Enfermeiro do ESF (Estratégia Saúde da Família);
- Leonardo Vargas, Educador Físico do NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família),
- Ariany Maçaneiro da Silveira, Psicóloga do NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família);
- Alayze Battisti Archer, Central de Regulação;
- Vaudinei Minatti, Coordenador de Motoristas e Veículos;
- Camila Vitor Moresco, Coordenadora Saúde Bucal;
- Clauber Renato Amorin, Administrador do Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição;
- Sonia Solange de Souza Silva, Enfermeira do Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição e
- Eder Marquato, Responsável pelo SAMU.

Art. 2º - Compete ao Grupo Gestor, as seguintes atribuições:

Mobilizar os profissionais, prestadores de serviço e gestores do sistema de saúde em seu território, em cada fase;
Apoiar e organizar os processos de trabalho voltados à implantação e implementação da rede:

Identificar, apoiar e executar a solução dos possíveis pontos críticos em cada fase;

Definir e pactuar no Conselho Municipal de Saúde e na CIR, ajustes da implementação das redes;

Definir o período de vigência do Grupo de Condução Municipal;

Apoiar a elaboração, operacionalização e monitoramento do Plano de Fortalecimento da Atenção Básica no Município;

Pactuar e validar o plano com os atores sociais para o fortalecimento da atenção básica;

Monitorar e avaliar o processo de implantação/implementação da rede no município;

Realizar o registro das reuniões através de ata e lista de presença;

Apoiar e replicar as oficinas de fortalecimento de Atenção Básica;

O grupo condutor poderá solicitar a participação de áreas específicas da Secretaria conforme a sua pauta.

Art. 3º Incumbe a Secretária a lavratura das atas das reuniões deste Grupo e a execução das tarefas que lhe forem ditas pelo Presidente nos limites de sua competência.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com vigência de 01 (um) ano, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 03 de junho de 2014
Josemar Guilherme Franzói
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada nesta Prefeitura e publicada a presente Portaria no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário M. Administração e Finanças

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato Termo Aditivo Nº 001 ao Ca Nº 036/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO ADITIVO

Aditivo Nº : 001 ao Contrato Administrativo Nº: 036/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada....: PANDINI CONSTRUCOES E INCORPORACOES L

Vigência : Início: 30/05/2014 Término: 29/06/2014

Licitação : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 4/2014

Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, consistindo na prorrogação para mais 30 (trinta) dias, passa a vigorar com a seguinte redação: CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO-11.1. O prazo de vigência do presente contrato será de mais 30 (trinta) dias, contados a partir da data da assinatura deste instrumento até 29/06/2014, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

Novo Horizonte, 30 de Maio de 2014

Resultado Julgamento Habilitação E Propostas PL Nº 036/2014-CV 010/2014

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2014 - CONVITE Nº 010/2014-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto consiste AQUISIÇÃO DE OLEO LUBRIFICANTE PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, TRANSPORTE, OBRAS E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC, conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos. Que no dia de sua realização dia 03/06/2014 às 09:00 horas, que houve a participação das seguintes empresas convidadas: TRATOR PEÇAS TUPY LTDA - ME, FILBRAM COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS LTDA - ME e TRATORMAX - COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA - EPP, que todas as empresas restaram HABILITADAS pela apresentação regular dos documentos de acordo com o Edital, passando para a fase subsequente, qual seja julgamento das propostas, a qual se dará nesta mesma data, pela HABILITAÇÃO das empresas participantes do processo.

Novo Horizonte (SC), em 03 de Junho de 2014
Comissão Permanente de Licitação

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2014 - CONVITE Nº 010/2014-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE.

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto consiste na AQUISIÇÃO DE OLEO LUBRIFICANTE PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, TRANSPORTE,

OBRAS E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC, conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos. QUE quando do julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS, restou classificada pela Comissão, apresentando a menor proposta, sagrando-se VENCEDORA a Empresa TRATORMAX - COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA - EPP,, com valor Global de R\$ 29.996,00 (Vinte e nove mil, novecentos e noventa e seis reais), estando o preço de acordo com o orçamento da Prefeitura, os autos seguirão para análise, para posterior homologação e adjudicação pela autoridade competente.

Novo Horizonte (SC), em 03 de Junho de 2.014.
Comissão Permanente de Licitação

Lei 499/2014 Reposição Salarial

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.
Rua José Fabro, 01 - Centro - CEP: 89.998-000
Fone: (49) 3362 0024 - e-mail - pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

Lei nº 499 de 16 de maio de 2014
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE REPOSIÇÃO SALARIAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica, concedida aos Servidores Públicos do Poder Executivo, a reposição salarial no percentual de 8,07% (oito vírgula sete por cento), com base no IGPM/FGV, acumulado nos períodos de 1º de janeiro de 2013 a 31 de março de 2014.

§ 2º. O percentual de que trata esta lei, incidirá sobre o valor do vencimento dos servidores, percebidos a partir do mês de maio de 2014.

Art. 2º. O percentual previsto nesta lei estende-se, também, aos servidores municipais admitidos em caráter temporário, bem como aos inativos e pensionistas.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar serão usados recursos do orçamento municipal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de maio de 2014.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Novo Horizonte/SC
Em 16 de maio de 2014
ELI MARIOTT
Prefeito Municipal

Lei 501/2014 Abre Crédito Adicional No Orçamento Vigente

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.
Rua José Fabro, 01 - Centro - CEP: 89.998-000
Fone: (49) 3362 0024 - e-mail - pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

Lei nº 501 de 02 de junho de 2014
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte/SC, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município de Novo Horizonte/SC, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais), para a suplementação do seguinte programa:

DESPESA:

50.00 - SECRET.DE AGRICULT.TRANSP.OBRAS E MEIO AMBIENTE
50.01 - DEPARTAMENTO DE TRANSP.OBRAS E SERV.URBANOS
26.782.0014.2.2023 - Manutenção do Departamento de Transportes
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata a presente Lei, a ser operada mediante Decretos específicos, as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 479 de 02 de agosto de 2013.

RECEITA:

4.2.1.1.9.00.00.00.00.00 - Outras Operações de Crédito Internas
R\$ 600.000,00

§ 1º - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

§ 2º - O saldo da operação de crédito contratada por força da Lei referida no caput deste artigo que não for liberada durante o exercício, deverão ser incorporadas na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art. 3º - Esta Lei entra e vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário

Novo Horizonte - SC, 02 de junho de 2014.
ELI MARIOTT
Prefeito Municipal

Orleans

PREFEITURA

1.691 - Revoga Processo Licitatório 57/2014

DECRETO Nº 3.691 DE 21 DE MAIO DE 2014.
REVOGA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2014

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município e,
CONSIDERANDO que só houve um interessado para o processo licitatório nº 57/2014, cujo objeto é a aquisição de tubos de concreto;
CONSIDERANDO os princípios norteadores da licitação, em especial, o do interesse público e da escolha da melhor proposta;
CONSIDERANDO o parecer jurídico exarado e;
CONSIDERANDO o interesse público.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo de Licitação nº 57/2014, que tem por Objeto a Aquisição de Tubos de Concreto.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Orleans/SC, 21 de maio de 2014; 129º ano da Fundação e 100º ano de Emancipação Política Administrativa.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito Municipal de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta secretaria de Administração, aos vinte um dia do mês de maio do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI
Secretário Interino de Administração

3.692 - Designa Servidor Para Exercer Fiscalização da Concessão

DECRETO Nº 3.692 DE 27 DE MAIO DE 2014.
DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER A FISCALIZAÇÃO DA CONCESSÃO DO CEMITÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município e
CONSIDERANDO a necessidade de fiscalização dos serviços de concessão, nos termos do artigo 27, inciso I, da Lei Ordinária nº 1919/2005;
CONSIDERANDO a cláusula 14.1.12 do Edital de Concorrência Pública nº 124/2013 que prevê a ampla, irrestrita e permanente fiscalização em todas as fases da execução do serviço;
CONSIDERANDO a cláusula nº 4.2.12 do Contrato Administrativo nº 30/2014;

DECRETA:

Art. 1º Designar o servidor Fábio Salvador, auditor fiscal de tributos, matrícula nº 2.376, como responsável pela fiscalização dos serviços de concessão do Cemitério Municipal.
Art. 2º O servidor designado exercerá, em nome da Administração Pública Municipal, ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases da execução do serviço e do Comportamento do Pessoal da concessionária, conforme os dispositivos legais cabíveis.
Art. 3º A designação é feita sem prejuízo das demais atribuições

da função, não fazendo jus a qualquer gratificação ou vantagem adicional.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Orleans, 27 de maio de 2014; 129º ano da Fundação e 100º ano de Emancipação Política Administrativa.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito Municipal de Orleans

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E QUATORZE.

EDUARDO BERTONCINI
Secretário Interino de Administração

3.693 - Designa Servidores Municipais Fiscais 004/2014

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.693 DE 27 DE MAIO 2014.
"DESIGNA SERVIDORES MUNICIPAIS PARA ATUAREM COMO FISCAIS NO PROCESSO SELETIVO N. 004/2014.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 68, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam designados os servidores públicos municipais abaixo relacionados para atuarem como fiscais, durante a realização das provas para preenchimento das vagas referentes ao Processo Seletivo nº 004/2014, a realizar-se no dia 31 de maio de 2014, a partir das 9h, nas dependências do Centro Administrativo, sito a Praça Celso Ramos, Bairro Centro, Orleans/SC.

Valdair Della Giustina Bagio
Ariel Alberton Bernardino Borges.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 27 de maio de 2014; 129º anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Política Administrativa.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte sete dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI
Secretário Interino de Administração

3.694 - Regulamenta Horário de Expediente

DECRETO Nº 3.694 DE 30 DE MAIO DE 2014.
"REGULAMENTA HORÁRIO DE EXPEDIENTE NOS DIAS DE JOGOS DA COPA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, usando das suas atribuições conferidas pelo Art.68, Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans,

DECRETA:

Art. 1º O horário de funcionamento da Prefeitura Municipal de Orleans, nos dias de jogos da seleção brasileira será das 7h30min

às 13h, exceto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2. O horário da Secretaria Municipal de Saúde nos dias de jogos da Seleção Brasileira será das 8h as 12h e das 13h30min as 15h, no dia 12 de junho de 2014 e nos demais dias de jogos, o expediente será suspenso uma hora antes dos jogos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Orleans/SC, 30 de maio de 2014; 129º anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Política administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil quatorze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário Interino de Administração

Ouro Verde

PREFEITURA

Decreto Nº2477

DECRETO N.º 2477/2014

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Inciso I do Artigo 10 da Lei Municipal nº. 873, de 10 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 35.480,00 (trinta e cinco mil, quatrocentos e oitenta reais), destinado a reforçar a seguinte dotação orçamentária do orçamento vigente, conforme discriminação abaixo:

Órgão/Unidade: 04.01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Projeto/Atividade: 12.361.1201.2.016 - Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 44900000 - 97

Fonte de Recurso: 0162 R\$ 35.480,00

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto, correrá por conta do Excesso de Arrecadação na Fonte 0162 - Outras Transferências de Recursos do FNDE - Adesão a Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico n. 16/2013/FNDE/MEC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Ouro Verde - SC, em 20 de maio de 2014.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

Decretos Nº2478

DECRETO N.º 2478/2014

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerada por motivo de concessão de Aposentadoria a servidora pública municipal Sra. Ilce Luiza Ferronato, ocupante do cargo Efetivo de Agente de Copa e Limpeza, a partir de 01 de Junho de 2014.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Ouro Verde - SC, em 30 de maio de 2014.
ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
Secretário de Adm. e Gestão

Decreto Nº2479

DECRETO N.º 2479/2014

“CESSA EFEITOS DE DECRETO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Cessado os Efeitos do Decreto n.º 2377/2013, que concedeu função de Confiança a Servidora Pública Municipal Sra. Rose Ferrarin, a partir de 01 de Junho de 2014.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Ouro Verde - SC, em 02 de junho de 2014.
ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
Secretário de Adm. e Gestão

Palhoça

PREFEITURA

Portaria Nº. 1732/2014.

PORTARIA Nº. 1732/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) LUCIANA KLOPPEL VIEIRA, matrícula nº. 800434, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010, com efeitos a 23/01/2014:

Averbar tempo que trabalhou pelo INSS, totalizando 11 (onze) anos, 11 (onze) meses e 21 (vinte e um) dias.

Palhoça, SC, em 22 de abril de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de AdministraçãoSHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de EducaçãoSINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/04/2014

a 07/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente**Portaria Nº. 1734/2014.**

PORTARIA Nº. 1734/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR FELIPP MARIOTTO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) Programa Sócio Educativo - Projeto Esportes, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 24/02/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 22 de abril de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de AdministraçãoSHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de EducaçãoSINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/04/2014

a 07/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente**PORTARIA Nº. 1735/2014.**

PORTARIA Nº. 1735/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR JOELMA DAL BO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) Escola Básica Abílio Manoel de Abreu, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 22 de abril de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de AdministraçãoSHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de EducaçãoSINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/04/2014

a 07/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1736/2014.

PORTARIA Nº. 1736/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ANDRE LUIS DE SOUZA FERNANDES, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2014, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde da Pinheira, da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 05/04/2014 a 05/04/2015.

Palhoça, SC, em 22 de abril de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/04/2014

a 07/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1737/2014.

PORTARIA Nº. 1737/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO THAIS DUTRA ALVES FENNER, titular do cargo de Psicóloga, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/05/2014.

Palhoça, SC, em 22 de abril de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/04/2014

a 07/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1738/2014.

PORTARIA Nº. 1738/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CELICINA DE SOUZA MENDONÇA HASSE, matrícula nº. 801104, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 14/06/2004 a 14/06/2009, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 12/05/2014 à 12/06/2014.

Palhoça, SC, em 22 de abril de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/04/2014

a 07/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1739/2014.

PORTARIA Nº. 1739/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARCELO PEREIRA, matrícula nº. 500398, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 28/01/2003 a 28/01/2008, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 05/05/2014 à 05/06/2014.

Palhoça, SC, em 22 de abril de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/04/2014

a 07/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1740/2014.

PORTARIA Nº. 1740/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, JACKSON SOARES PEREIRA, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 05/05/2014.

Palhoça, SC, em 22 de abril de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/04/2014

a 07/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1741/2014.

PORTARIA Nº. 1741/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO JANIO OSVALDO DUARTE, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 05/05/2014.

Palhoça, SC, em 22 de abril de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/04/2014

a 07/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1742/2014.

PORTARIA Nº. 1742/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO CRISTINA PANNAIN BONHOTE, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/05/2014.

Palhoça, SC, em 22 de abril de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/04/2014

a 07/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1743/2014.

PORTARIA Nº. 1743/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, THAYSE DE SOUZA PIRES, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a

contar de 05/05/2014.

Palhoça, SC, em 22 de abril de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/04/2014

a 07/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1744/2014.

PORTARIA Nº. 1744/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CESSAR LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES da servidora MICHELLI NAZARÉ FERREIRA DA SILVA, matrícula nº. 400390, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 170 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 05/05/2014.

Palhoça, SC, em 22 de abril de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/04/2014

a 07/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1745/2014.

PORTARIA Nº. 1745/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora ANA BEATRIZ FALCÃO, Matrícula nº. 802058, ocupante da categoria funcional de Técnico em Contabilidade, removido para a Secretaria de Finanças, do Quadro de Pessoal da Administração Indireta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 22 de abril de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/04/2014

a 07/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1746/2014.

PORTARIA Nº. 1746/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

DESIGNAR EM SUBSTITUIÇÃO para Responder pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos o servidor JOSIAS JOÃO DA SILVA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, face ao impedimento da titular JEISA ANA DA SILVA, a contar de 16/04/2014, face a titular se encontrar em Licença Gestação.

Palhoça, SC, em 22 de abril de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/04/2014

a 07/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1747/2014.

PORTARIA Nº. 1747/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1642 de 11 de abril de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora ELIZANGELA APARECIDA MULER, no cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 06/04/2014 a 30/05/2014, face ao impedimento da titular Tereza de Moura, que se em LTS.

Palhoça, SC, em 22 de abril de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/04/2014

a 07/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1748/2014.

PORTARIA Nº. 1748/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1589 de 11 de abril de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora CINARA JULIANA MARIA VICENTE, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 06/05/2014 a 30/06/2014, face ao impedimento da titular Flavia Cristina Grah da Silva, que se em LTS.

Palhoça, SC, em 22 de abril de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/04/2014

a 07/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1749/2014.

PORTARIA Nº. 1749/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1589 de 11 de abril de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora TAMYRES DA SILVA, no cargo de Agente de Serviços Operacionais (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2014 a 10/05/2014.

Palhoça, SC, em 22 de abril de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/04/2014

a 07/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1750/2014.

PORTARIA Nº. 1750/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1626 de 11 de abril de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora MARGARETE SILVA DE PINHO, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 05/04/2014 a 05/06/2014.

Palhoça, SC, em 22 de abril de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/04/2014

a 07/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1751/2014.

PORTARIA Nº. 1751/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1647 de 11 de abril de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora LARISSA CALDEIRA STEL, no cargo de Agente de Serviços Operacionais (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 07/04/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 22 de abril de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/04/2014

a 07/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1752/2014.

PORTARIA Nº. 1752/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1628 de 11 de abril de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora VALDEIA MARIA WAGNER, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 20/03/2014 a 09/04/2014.

Palhoça, SC, em 22 de abril de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/04/2014

a 07/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1753/2014.

PORTARIA Nº. 1753/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1627 de 11 de abril de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora ANA MARIA ZANELA, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 26/03/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 22 de abril de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/04/2014

a 07/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1754/2014.

PORTARIA Nº. 1754/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1630 de 11 de abril de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora VALQUIRIA DORVALINA DA SILVA PEREIRA, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 22 de abril de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/04/2014

a 07/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1755/2014.

PORTARIA Nº. 1755/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 3362 21 de outubro de 2013, que Averbou Tempo de Serviços do servidor FRANCISCO LEOPOLDO ZIMMERMANN, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 11 (onze) anos, 08 (oito) meses e 12 (doze) dias, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 22 de abril de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/04/2014

a 07/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1756/2014.

PORTARIA Nº. 1756/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar Gratificação de Produtividade da servidora, conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Conceder Gratificação de Produtividade aos servidores, conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a contar da data abaixo.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	CARGO	DE	PARA	CONTAR DE
251750	Cibele de Oliveira França	Médico	60%	68%	01/10/2013
260090	Luiza Bento da Silva Bertolino	Médico	50%	80%	01/04/2014
401199	Perla Camargo	TE	10%	20%	01/04/2014

ANEXO II

MATRICULA	NOME	CARGO	DE	CONTAR DE
402219	Bianca Eva Coelho	ACD	20%	01/12/2013

Palhoça, SC, em 22 de abril de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1757/2014.

PORTARIA Nº. 1757/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Concede Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Concede Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo III. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de abril de 2014.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE	PARA
800465	Alessandro Mattos Pereira	R\$ 594,00	R\$ 627,00
802338	Anabelle Barroso de Paiva	R\$ 395,00	R\$ 414,00
800725	Angelita Bernardo	R\$ 381,00	R\$ 413,00
800683	Angelita Sourilda Teodomiro	R\$ 687,00	R\$ 726,00
802020	Bruna Gomes dos Santos Costa	R\$ 395,00	R\$ 414,00
500147	Carlos Antonio de Freitas	R\$ 200,00	R\$ 400,00
800709	Catia Regina Soares da Rosa	R\$ 538,00	R\$ 568,00
800652	Fernanda Cristiane Rosar	R\$ 538,00	R\$ 568,00
800496	Geronimo Juttel	R\$ 565,00	R\$ 597,00
800383	Jair Joaquim Pereira	R\$ 640,00	R\$ 708,00
800847	Josiane Cristina Couto	R\$ 565,00	R\$ 597,00
800737	Lilian Regina Alves da Rosa	R\$ 566,00	R\$ 597,00
800289	Maria Cristina Pierri	R\$ 687,00	R\$ 725,00
800227	Marlene Maria da Silva	R\$ 654,00	R\$ 691,00
800082	Nadia Farias da Costa	R\$ 757,00	R\$ 840,00
800748	Patrícia Santos Carlos	R\$ 538,00	R\$ 568,00
802302	Rangel de Oliveira Medeiros	R\$ 395,00	R\$ 414,00
802072	Samir Manoel Medeiros	R\$ 392,00	R\$ 414,00
801731	Sandra Aparecida Nogueira	R\$ 395,00	R\$ 414,00
802070	Stefanie da Cunha Rocha	R\$ 395,00	R\$ 414,00
800397	Tatiane Grun Lemos	R\$ 454,00	R\$ 479,00
100421	Valdir Pieri	R\$ 200,00	R\$ 400,00

ANEXO II

MATRICULA	NOME	DE
401944	Célio Antonio Lamin	R\$ 200,00
300233	Fernanda Werlich Correa Censi	R\$ 500,00
401902	Nathalia Moreira	R\$ 200,00

ANEXO III

MATRICULA	NOME	DE
100466	Pamela Cristina Deucher	R\$ 800,00

Palhoça, SC, em 22 de abril de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1758/2014.

PORTARIA Nº. 1758/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIA APARECIDA DE SOUZA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da ER Jose Bento do Nascimento da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 13/02/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 22 de abril de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/04/2014

a 07/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1759/2014.

PORTARIA Nº. 1759/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, JULIANO BARCELOS DOS SANTOS, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/05/2014.

Palhoça, SC, em 22 de abril de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/04/2014

a 07/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1760/2014.

PORTARIA Nº. 1760/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ROSILEIA MARGARIDA DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 014/2013, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Central, da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/05/2014 a 02/05/2015.

Palhoça, SC, em 22 de abril de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/04/2014

a 07/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1761/2014.

PORTARIA Nº. 1761/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Período
Bruno João Nicoleit	40	15	19/03/2014 a 19/12/2014
Claiton Jose de Souza Peixoto	30	20	25/02/2014 a 19/12/2014
Cristina Zapelini	20	35	30/04/2014 a 19/12/2014
Fernando João Demetrio	15	25	30/04/2014 a 19/12/2014
Francys João Balestreri	35	20	29/04/2014 a 19/12/2014
Juliana Bezerra dos Santos	40	30	02/05/2014 a 19/12/2014
Luiz Roberto Ribeiro Junior	30	40	02/05/2014 a 19/12/2014
Magda Cristina de Oliveira	25	35	21/02/2014 a 19/12/2014
Pedro Jorge de Oliveira	25	35	08/04/2014 a 19/12/2014

Palhoça, SC, em 22 de abril de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1762/2014.

PORTARIA Nº. 1762/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados para juntos comprem o Conselho Municipal do Programa Minha Casa Minha Vida, de acordo com a Lei nº 078/2009 e o Decreto nº. 1.077/2010.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor em 22 de abril de 2014.

Representante da Secretaria de Educação - Patrícia Adelaide da Silva;

Representante da Procuradoria Jurídica do Município - Michelle Gastão da Rosa Perdigão;

Representante da Secretaria da Receita - Jefferson João Miguel;

Representante da Secretaria de Planejamento e Infraestrutura - Cacio Abramo Gasperim;

Representante da Secretaria de Saúde - Vitor Sodre Dias.

Palhoça, SC, em 22 de abril de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/04/2014

a 07/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1763/2014.

PORTARIA Nº. 1763/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MAGDA CRISTINA OLIVEIRA, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 05/05/2014.

Palhoça, SC, em 22 de abril de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/04/2014

a 07/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1764/2014.

PORTARIA Nº. 1764/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de maio de 2014.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE
800497	Alexandra Eni Moreira	R\$ 300,00
300147	Andrea Lourdes Machado	R\$ 300,00
800562	Raquel Terezinha da Silva	R\$ 300,00

Palhoça, SC, em 22 de abril de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1765/2014.

PORTARIA Nº. 1765/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 949 de 05 de março de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora ROSANA VALMIRA ALEXANDRE, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 12/03/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 22 de abril de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/04/2014

a 07/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1766/2014.

PORTARIA Nº. 1766/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Maria Goreti Q. C. de Souza	Assistente Administrativo	90	03/04/14	I - C 50-9

Mario Cesar Pereira	Vigia	60	04/04/14	I - M 54-0
Arlete Apolinária da Silva Padoin	ASO	60	05/03/14	I - F 33-9
Bianca Lucchi Bartuchski	Fiscal de Vigilância Sanitária	30	19/04/14	I - F 32-1
Bianca Lucchi Bartuchski	Fiscal de Vigilância Sanitária	30	18/03/14	I - F 32-1
Julia Carolina Silmar	Técnica em Enfermagem	10	08/04/14	I - M 54-9, II - O 12
Julia Carolina Silmar	Técnica em Enfermagem	17	17/04/14	I - M 54-9, II - O 12
Viviane Briesse dos Santos	Médico	10	08/04/14	I - O 20-0
Elizete Rosane da Silva Teixeira	Técnica em Enfermagem	60	10/04/14	I - Z 76-3
Renata de Souza Fagundes	Dentista	30	21/04/14	I - G 70
Denise Asari Saito	Fisioterapeuta	02	10/04/14	I - Z 76-
Nilson Firmino de Lima	ASG	60	15/04/14	I - M 75-1
Mateus Proença Dahlke	Dentista	07	10/04/14	I - B 01-9
Mateus Proença Dahlke	Dentista	04	22/04/14	I - B 01-9
Maurino Pedro da Silva	Médico	90	28/04/14	I - I 25
Andreia Althoff de Pinho	ACS	180	08/04/14	I - Z 33
Elenita da Silva	ASG	30	20/04/14	I - F 33-2, II - F 43-0, II - I 10
Elizete Coelho	ASG	15	14/04/14	I - D 25-0
Luiziane Renata Feijo	Enfermeira	60	26/03/14	I - F 39
Mac Weverton Willian Froes	Socorrista	04	14/04/14	I - M 65-8
Cristina Maria Santos	Fisioterapeuta	12	25/03/14	I - Z 54, II - Z 54-0
Jessica Carla de Souza	ACS	05	10/01/14	I - F 10
Edite de Cassia Lopes	Técnica em Enfermagem	03	09/04/14	I - Z 76-3
Edite de Cassia Lopes	Técnica em Enfermagem	03	13/04/14	I - Z 76-3
Rosani Martins	ACS	40	04/04/14	I - Z 54-0
Gisele da Silva	ACS	02	07/04/14	I - Z 54-0
Gisele da Silva	ACS	02	10/04/14	I - Z 54-0
	Merendeira	10	18/03/14	I - I 87-1
	Merendeira	07	08/04/14	I - I 87-1
	Médica	05	07/03/14	I - Z 54-0
	Merendeira	30	02/04/14	I - M 16-0, II - M 15-1
	Merendeira	60	26/03/14	I - M 75-1
	Professor	08	26/03/14	I - G 43-9, II - F 32-9
Maria Celi da Silva Simonetti	Merendeira	40	12/03/14	I - M 75

Marisa Neubauer Ocampos	Merendeira	120	04/01/14	I - M 54-1, II - M 78, II - M 79
Medianeira de Castro	Professor	120	04/02/14	I - IM 54-2, II - M 54-5, III - M 54-4
Morgana Camilo	Técnico em Enfermagem	03	26/03/14	I - Z 76-3, II - K 52
Nadia Maria Cardoso	Técnico em Enfermagem	02	26/03/14	I - Z 76-3, II - K 52
Odete Maria Virgilio	ASO	20	11/03/14	I - M 25-5, II - M 79
Rafaela Marcelino	ACS	30	04/04/14	I - M 25-5
Renata de Souza Fagundes	Dentista	30	20/03/14	I - G 70
Roberta de Brito Medeiros	Assistente Administrativo	10	03/04/14	I - Z 54-0

Palhoça, SC, em 22 de abril de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1767/2014.

PORTARIA Nº. 1767/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO DANILO PORFIRIO CADORIN, titular do cargo de Socorrista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 05/05/2014.

Palhoça, SC, em 22 de abril de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/04/2014

a 07/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1768/2014.

PORTARIA Nº. 1768/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, TATIANE GRUN LEMOS, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/05/2014.

Palhoça, SC, em 22 de abril de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/04/2014

a 07/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1769/2014.

PORTARIA Nº. 1769/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LUANA MAI, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 014/2013, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Central, da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 23/04/2014 a 23/04/2015.

Palhoça, SC, em 22 de abril de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/04/2014

a 07/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1770/2014.

PORTARIA Nº. 1770/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ROSICLEI Korpalski, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 014/2013, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Central, da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 29/04/2014 a 29/04/2015.

Palhoça, SC, em 22 de abril de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/04/2014

a 07/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1771/2014.

PORTARIA Nº. 1771/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 956 05 de março de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora DINEIA ODETE DE SOUZA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 19/02/2014 a 19/12/2014, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 22 de abril de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/04/2014

a 07/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1772/2014.
PORTARIA Nº. 1772/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 620 de 01 de março de 2013, que Contratou por Tempo Determinado à servidora IRENE ANIBALETE DA ROSA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 10/05/2014 a 20/07/2014, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 22 de abril de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/04/2014

a 07/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1773/2014.
PORTARIA Nº. 1773/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para os servidores abaixo relacionados de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com

efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
401910	Alexandra da Silva	Pós Graduação	15%	31/01/2014
401058	Caroline Ferreira Caciato	Pós-Graduação	15%	07/04/2014
401237	Cicero João de Araujo	Graduação	30%	01/04/2014
100078	Daniel Hoffmann	Graduação	30%	02/04/2014
100416	Dayana da Silva	Pós Graduação	15%	07/04/2014
402184	Hellen Bracht da Silva	Pós Graduação	15%	01/04/2014
401946	Jony Alberto Correia	Pós Graduação	15%	03/04/2014
200304	Tamara Pinheiro Martins	Graduação	30%	11/04/2014

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1774/2014.
PORTARIA Nº. 1774/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL - para os servidores abaixo relacionados com fundamento no Artigo 292, 293 e 297 da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Cargo	Nível		A partir de:
			De:	Para	
800560	Cristiani Mara Pinho Marques	ASG	ANFB-1-C	ANFB-1-C	20/02/2014
401162	Eliane Espindola Broering	Fiscal de Vigilância Sanitária	ANMF-I-D	ANMF-II-D	28/03/2014
500943	Ricardo Mattiello	Engenheiro Sanitarista	ANSEAG-1A- A	ANSEAG-2A- A	18/03/2014
400959	Simone de Souza Coelho	Cirurgiã Dentista	ESF-O-1A-A	ESF-O-2A-A	08/01/2014

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1775/2014.

PORTARIA Nº. 1775/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ANDREA APARECIDA SPRICIGO DOS SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013 e Convênio de Cooperação Técnica nº 043/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) Programa Sócio Educativo - PETI, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/04/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 02/05/2014

a 17/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1776/2014.

PORTARIA Nº. 1776/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ALINE CONRADO RAMOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013 e Convênio de Cooperação Técnica nº 043/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) Programa Sócio Educativo - PETI, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 05/05/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 02/05/2014

a 17/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1777/2014.

PORTARIA Nº. 1777/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ANA CAROLINA SCHMIDT DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013 e Convênio de Cooperação Técnica nº 043/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) Programa Sócio Educativo - PETI, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 05/05/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 02/05/2014

a 17/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1778/2014.

PORTARIA Nº. 1778/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ZAIDA MARIZA SILVA DE OLIVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013 e Convênio de Cooperação Técnica nº 043/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) Programa Sócio Educativo - PETI, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 05/05/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 02/05/2014

a 17/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1779/2014.

PORTARIA Nº. 1779/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Período
Eunice Soares da Silva	20	40	31/03/2014 a 19/12/2014
Fabricia Maria Marques	20	40	22/04/2014 a 22/07/2014

Mariane Rosa Barbosa	20	40	06/05/2014 a 06/08/2014
----------------------	----	----	-------------------------

Palhoça, SC, em 22 de abril de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1780/2014.

PORTARIA Nº. 1780/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO SALETE VICCARI, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Social, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 12/05/2014.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 02/05/2014

a 17/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1781/2014.

PORTARIA Nº. 1781/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO MAYARA DE ABREU STUEPP, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Social, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 09/05/2014.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 02/05/2014

a 17/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1782/2014.

PORTARIA Nº. 1782/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 774 de 25 de fevereiro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora MUYARA DOS SANTOS, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 06/05/2014 a 05/11/2014, que se encontra em Licença Geração.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 02/05/2014

a 17/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1783/2014.

PORTARIA Nº. 1783/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1638 de 11 de abril de 2014, que Contratou

por Tempo Determinado à servidora REGIANE MACHADO, no cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 04/05/2014 a 03/06/2014, que se encontra em Licença Tratamento de Saúde.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 02/05/2014

a 17/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1784/2014.

PORTARIA Nº. 1784/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MOACIR PEDRO INACIO, matrícula nº. 500348, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Região Sul, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 31/03/2007 a 31/03/2012, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 12/05/2014 à 12/08/2014.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 02/05/2014

a 17/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1785/2014.

PORTARIA Nº. 1785/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ADELINO MANOEL DE JESUS, matrícula nº. 500385, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Região Sul, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 31/03/2008 a 31/03/2013, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 06/05/2014 à 06/07/2014.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 02/05/2014

a 17/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1786/2014.

PORTARIA Nº. 1786/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para IVONE ZELIA DE SOUZA PEREIRA, matrícula nº. 300107, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 10/03/1999 a 10/03/2004, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 12/05/2014 à 12/06/2014.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 02/05/2014

a 17/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1787/2014.

PORTARIA Nº. 1787/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA VANIA PAULI DA SILVA, matrícula nº. 800341, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 10/03/2008 a 10/03/2013, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 19/05/2014 à 19/06/2014.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 02/05/2014

a 17/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1788/2014.

PORTARIA Nº. 1788/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MAIARA REGINA MORAES, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 08/05/2014.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 02/05/2014

a 17/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1789/2014.

PORTARIA Nº. 1789/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR ANGEL FRANCINE TOMAZONI, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/05/2014.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 02/05/2014

a 17/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1790/2014.

PORTARIA Nº. 1790/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO IVAN CARLOS DA LUZ, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 07/05/2014.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 02/05/2014

a 17/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1791/2014.

PORTARIA Nº. 1791/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1088 de 10 de março de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora PRISCILA MARIA ELEUTERIO, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 18/05/2014 a 05/09/2014, que se encontra em Licença Tratamento de Saúde.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 02/05/2014

a 17/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1792/2014.

PORTARIA Nº. 1792/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o art. 24, da Lei nº. 1683, de 08 de maio de 2003, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	A Contar
Giancarlo Philippi Zacchi	32	40	01/04/2014

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1793/2014.
PORTARIA Nº. 1793/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

AUTORIZAR os servidores abaixo relacionados, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

MATRICULA	SERVIDOR	CNH
800465	Alessandro Mattos Pereira	908396280

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1794/2014.
PORTARIA Nº. 1794/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para o (a) servidor (a) JULIANA LAPA, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, com efeitos a contar de 27/03/2014.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 02/05/2014

a 17/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1795/2014.
PORTARIA Nº. 1795/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para o (a) servidor (a) IONARA OLIVIA ALVES, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, com efeitos a contar de 12/02/2014.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 02/05/2014

a 17/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1796/2014.
PORTARIA Nº. 1796/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para o (a) servidor (a) NADIA HELENA ANDRADE ANGELO, Matrícula nº. 210577, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, com efeitos a contar de 03/02/2014.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 02/05/2014

a 17/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1797/2014.

PORTARIA Nº. 1797/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para o (a) servidor (a) NATAN PAMPLONA GOULART, Matrícula nº. 210577, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, com efeitos a contar de 03/02/2014.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 02/05/2014

a 17/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1798/2014.

PORTARIA Nº. 1798/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para o (a) servidor (a) ANDREIA MEDEIROS KLOPPPEL, Matrícula nº. 210611, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, com

efeitos a contar de 03/02/2014.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 02/05/2014

a 17/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1799/2014.

PORTARIA Nº. 1799/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para o (a) servidor (a) SANDRA SCHMIDT WAGNER, Matrícula nº. 210620, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, com efeitos a contar de 03/02/2014.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 02/05/2014

a 17/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

TOMADA DE PREÇOS Nº129/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº129/2014

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Tomada de Preços Nº129/2014, no dia 25 de junho de 2014, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. A TOMADA DE PREÇOS nº129/2014 tem como objeto a contratação de empresa especializada para pavimentação, drenagem e sinalização vertical da Rua Manoel João Martins, Bairro Furadinho, neste Município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material. O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 03 de junho de 2014.
COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

Papanduva**PREFEITURA****Aviso de Licitação - Pregão Presencial Registro de Preços Nº 075/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA.
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 075/2014. Objeto: Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios e produtos de limpeza para manutenção do programa de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV. Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: até o dia 17 de junho de 2014 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 17/06/2014 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 02 de junho de 2014
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Dispensa de Licitação Nº 077/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAPANDUVA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 077/2014. Objeto: Locação de imóvel para uso da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratada: ZEGMUNDO CHISLINSKI. Justificativa: Em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e considerando que essa municipalidade não dispõe de espaço físico adequado para a instalação de empresas voltadas para a vocação econômica do município e para que essas empresas possam iniciar as suas atividades, considerando que tais instalações são imprescindíveis para o município, considerando que o imóvel contratado localiza-se em ponto estratégico, faz-se necessário a realização desta dispensa de licitação. Prazo de vigência: a realização desta dispensa de licitação terá duração de 03 de junho de 2014 até o dia 31 de dezembro de 2014. Valor total: R\$ 13.866,00.

Papanduva, 03 de junho de 2014
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Passo de Torres

PREFEITURA

Decreto Nº 061/2014

DECRETO Nº 061 DE 03 DE JUNHO DE 2014.

“PRORROGA O PRAZO DE VALIDADE DOS DECRETOS DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA Nº 013 E 014 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere os Incisos V e XIV, do Artigo 53, da Lei Orgânica do Município, e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo de validade dos Decretos 013 e 014/2014 de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo único. Esta prorrogação se dá conforme o Art 4º, parágrafo único dos Decretos 013 e 014/2014, ficando assim prorrogado o prazo de validade por mais 90 (noventa) dias .

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 13 de maio de 2014.

Art. 3º- Revogam-se disposições em contrário.

Passo de Torres - SC, 03 de junho de 2014.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado, nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças em 03 de junho de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério

Secretária M. de Administração e Finanças.

Decreto Nº 060/2014

DECRETO Nº. 060 DE 02 DE JUNHO DE 2014.

“NOMEIA JOSE EDSON DA SILVA PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeado, Jose Edson da Silva para exercer o cargo de Chefe de Divisão de Manutenção de Equipamentos e Máquinas, com remuneração específica em Lei.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 02 de junho de 2014.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de junho de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério

Secretária M. de Administração e Finanças.

Passos Maia

PREFEITURA

Processo Administrativo Nº 0037/2014

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0037/2014

TOMA DE PREÇO N. 0005/2014

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede, sito à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE TOMADA DE PREÇO N. 0005/2014 - Objeto - Contratação de empresa especializada na área de engenharia, para AMPLIAÇÃO DA ESCOLA NOSSA SENHORA DE APARECIDA, LOCALIZADA NO ASSENTAMENTO RURAL ZUMBI DOS PALMARES, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC, conforme descrito no Memorial Descritivo, Orçamentos, Cronograma Físico Financeiro e Projetos anexos ao presente. Com recursos oriundos do convênio firmado com o Governo do Estado de Santa Catarina. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidos até às 08:45hs do dia 24 de junho de 2014, iniciando-se a Sessão Pública às 09:00hs do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda das 09:00hs às 17:00hs. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 03 de junho de 2014.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

Processo Administrativo Nº 0038/2014

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0038/2014

TOMA DE PREÇO N. 0006/2014

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede, sito à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE TOMADA DE PREÇO N. 0006/2014 - Objeto - Contratação de empresa especializada na área de engenharia, para construção de cancha de bochas junto ao centro de convivência do grupo terceira idade, localizado na Rua Pedro Bresciani, Centro, município de Passos Maia - SC. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidos até às 14:00hs do dia 24 de junho de 2014, iniciando-se a Sessão Pública às 14:30hs do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda das 09:00hs às 17:00hs. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 03 de junho de 2014.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

Decreto N.º 270, de 3 de Junho de 2014.

DECRETO N.º 270, de 3 de junho de 2014.

"NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FHIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso

das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei nº 555/2007 e a Lei nº 562/2008;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros abaixo relacionadas para compor o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FHIS:

I - Representante da Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento:
Ivandre Bocalon.

II - Representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura:
Alex Sander Zanchet.

III - Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:
Giovana Votcoski.

IV - Representante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST:
Ezequiel dos Santos Nascimento.

V - Representante da Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora Aparecida:
Cleverson Luís Alves de Santi.

VI - Representante dos Servidores Públicos Municipais de Passos Maia:
Cleusa Gabiatti.

VII - Representante do Grupo de Mulheres Amigas Voluntárias de Passos Maia:
Ivanilse Sutil.

VIII - Representante da Câmara Municipal de Vereadores:
Vanderlei Dalbosco e/ou Marcos Antonio Rodrigues da Silva.

Art. 2º. A Presidência do presente Conselho será exercida pelo representante da Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, nos termos do artigo 5º, § 2º, da Lei nº 555/2007.

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 297, de 3 de julho de 2009.

Passos Maia-SC, 3 de junho de 2014.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que o decreto foi publicado em data supra

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

Termo Aditivo 0001/2014 Contrato 0020/2014

TERMO ADITIVO 0001/2014 AO CONTRATO 0020/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC

CONTRATADO: SUPERMERCADO SALVADEGO LTDA EPP

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios utensílios de cozinha e gás.

PREÇO : O preço fixado na cláusula terceira do Contrato Administrativo n. 0020/2014, para o item 120, que era de R\$ 1,80 (um real e oitenta centavos) será reajuste em 21,33%, sendo assim, terá a seguinte redação:

Item 120 - Leite Integral UHT 1lts Caixa Tetra Park - Valor unitário: R\$ 2,18 (dois reais e dezoito centavos);
As demais cláusulas do Contrato Originário permanecem em pleno vigor.

Passos Maia - SC, 03 de junho de 2014.
EVANDRO BOCALON
Prefeito Municipal

Penha

PREFEITURA

Contrato Nº 66/2014 FMS - Coffe Break

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 66/2014 - FMS

CONTRATADO: PANIFICAÇÃO E MERCEARIA PATRICIA LTDA - ME.
Licitação: Processo Licitatório nº. 18/2014 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 12/2014 -FMS.

OBJETO: Aquisição de serviços de coffee break para Secretaria de Saúde.

VALOR TOTAL: R\$ 35.100,00 (trinta e cinco mil reais).

VIGÊNCIA: 31.12.2014

Penha, 03 de maio de 2014.

Evandro Eredos dos Navegantes - PELA PREFEITURA

Contrato Nº 20/2014 FMAS - Coffe Break

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 20/2014 - FMAS

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 9/2014 -FMAS, modalidade Pregão Presencial nº. 5/2014 -FMAS

CONTRATADA: Panificação e Mercearia Patricia Ltda - ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COFFE BREAK PARA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.

VALOR TOTAL: 18.325,00 (dezoito mil trezentos e vinte e cinco reais).

VIGÊNCIA: até 31.12.2014

Penha, 03 de junho de 2014.

Graziella Martins Teixeira - Pela Contratada

Evandro Eredos dos Navegantes - PELA PREFEITURA

Decreto Nº 2034/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2034/2014

"Autoriza o Poder Executivo Municipal através da Fundação Municipal de Esportes de Penha a realizar despesas com taxas de registro de cadastros de atletas para participação em competições na modalidade esportiva de judô".

Art.1º - Fica O Poder Executivo Municipal através da Fundação Municipal de Esportes de Penha, em consonância com a política de esportes deste Município, prevista na Lei Complementar nº. 005, de 28.12.1998, e na Lei nº 2697/2014 de 23.05.2014 a realizar despesa com taxas de registros de cadastros de atletas - Exercício de 2014 para participação em competições na modalidade esportiva de judô, sendo:

I - Até R\$ 4.220,00 (Quatro mil duzentos e vinte reais) para a Federação Catarinense de Judô, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 83.040.014/0001-66.

Parágrafo Primeiro - Está incluída nos recursos deste artigo, a Taxa de Registro da Fundação Municipal de Esportes de Penha.

Parágrafo Segundo - Os recursos constantes deste artigo serão destinados exclusivamente aos atletas que representam o

Município em competições desta modalidade.

Art.2º - As despesas com a execução deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária da Fundação Municipal de Esportes de Penha, como segue:

Órgão: 70 - Fundação Municipal de Esportes de Penha
Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Esportes de Penha
Programa de Trabalho: 27.812.0017
Atividade: 2.083- Promoção de Eventos Esportivos
3.3.90.00.00.00.00.0000
Aplicações Diretas - (4)

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha, 26 de maio de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze.

Rafael Celestino
Secretário da Administração

Decreto Nº 2035/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº. 2035/2014

"Dispõe sobre autorização de subvenção social a Associação Cultural Beneficente e Esportiva Beira Mar".

Art. 1º - Fica autorizada a transferência de recursos financeiros a Associação Cultural Beneficente e Esportiva Beira Mar, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.825.182-0001/67, no valor de até R\$10.000,00 (Dez mil reais), autorizada pelo art. 16 da Lei Municipal nº 2.658, de 19 de novembro de 2013, art. 21 da Lei Municipal nº 2.649, de 01 de outubro de 2013 e Lei Municipal nº 2698, de 23 de maio de 2014.

Art. 2º - A execução do presente Decreto correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - Secretaria da Educação e Cultura
Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Cultura
Programa de Trabalho: 13.392.0010
Atividade: 2.034 - Funcionamento e Manutenção do Departamento de Cultura
Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$: 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha, 26 de maio de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze.

Rafael Celestino
Secretário da Administração

Decreto Nº 2036/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº. 2036/2014

"Dispõe sobre autorização de subvenção social a Associação Cultural Beneficente e Esportiva São Nicolau".

Art. 1º - Fica autorizada a transferência de recursos financeiros a Associação Cultural Beneficente e Esportiva São Nicolau, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.825.596/0001-96, no valor de até R\$10.000,00 (Dez mil reais), autorizada pelo art. 16 da Lei Municipal nº 2.658, de 19 de novembro de 2013, art. 21 da Lei Municipal nº 2.649, de 01 de outubro de 2013 e da Lei Municipal nº 2699/2014, de 23 de maio de 2014.

Art. 2º - A execução do presente Decreto correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - Secretaria da Educação e Cultura
Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Cultura
Programa de Trabalho: 13.392.0010
Atividade: 2.034 - Funcionamento e Manutenção do Departamento de Cultura
Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$: 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha, 26 de maio de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze.

Rafael Celestino
Secretário da Administração

Portaria Nº 182/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA Nº 182/2014

Autoriza servidores a dirigirem veículos oficiais e dá outras providências.

Evandro Eredes dos Navegantes, Prefeito do Município de Penha, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e nos termos do Artigo 92, II, da Lei Orgânica do Município e considerando a Normatização do Controle Interno:

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar os servidores ORACI MARIA SOUZA, portadora da Cédula de identidade RG nº 573239; KÁTIA EVANGELISTA ORLANDI, portadora da Cédula de identidade RG nº 3634009; MARILENE PELZ WOHLKE portadora da Cédula de identidade RG nº1509520; LUCIMAR TIBUSCKI portadora da Cédula de identidade RG nº1363922; e JAIANE CAROLINA CORREIA CAPELA portadora da Cédula de identidade RG nº5234953 a dirigirem veículos oficiais pertencentes à frota municipal obedecida às restrições das categorias das respectivas CNH.

Art. 2º - A presente autorização não exime os servidores das responsabilidades inerentes à condução de veículos oficiais, nem os resguarda de eventuais ações regressivas em caso de danos ao patrimônio público ou alheio.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 27 de maio de 2014
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e sete dias do mês de maio do ano dois mil e quatorze.

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

Portaria Nº 183/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA Nº 183/2014

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os funcionários abaixo nomeados, para compor a Comissão Técnica em Assuntos de Vigilância Sanitária - COTAVISA, nos termos da Lei Complementar nº 70/2013:

Dois representantes do Departamento de Vigilância Sanitária

- Arão João da Silva (titular) - Presidente
- Lucélio Laércio Mateus (suplente)

- Alexandre Deolindo - membro consultor
- Sabrina de Souza (suplente)

Um representante da Procuradoria Geral do Município

- Marizete da Costa (titular) - Relator
- Kátia Luciane dos Santos Duarte (suplente)

Um representante da Secretaria da Fazenda

- José Veríssimo da Silva Neto (titular) - Membro Consultor
- Adriana Mafra (suplente)

Um representante da Secretaria de Planejamento

- Everaldo Moraes dos Santos (titular) - Membro Consultor
- Ricardo Francisco das Neves (suplente)

Art. 2º Perde o mandato da Comissão Técnica em Assuntos de Vigilância Sanitária - COTAVISA - o membro que deixar de comparecer a três reuniões consecutivas, sem motivo justificado.

Art. 3º Ao Presidente da Comissão Técnica em Assuntos de Vigilância Sanitária fica atribuída Gratificação mensal correspondente a 8% (oito por cento) do valor do vencimento do cargo de Secretário municipal e os demais membros ficam atribuídos gratificações mensais individuais correspondentes a 5% (cinco por cento) do valor do vencimento do cargo de Secretário municipal.

Art. 4º Os membros suplentes farão jus a gratificação prevista no caput em valor proporcional ao número de reuniões a que comparecer em cada período.

Art. 5º O Presidente da Comissão Técnica em Assuntos de Vigilância Sanitária - COTAVISA elaborará e encaminhará mensalmente ao Secretário Municipal da Fazenda, relatório com a frequência dos membros efetivos e suplentes, nas reuniões do período, e os respectivos valores das gratificações individuais a que fizerem jus.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 27 de maio de 2014.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e sete dias do mês de maio do ano dois mil e quatorze.

RAFAEL CELESTINO
Secretario da Administração

Lei Nº 2697/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
LEI Nº 2697/2014

"Autoriza o Poder Executivo Municipal através da Fundação Municipal de Esportes de Penha a realizar despesas com taxas de registro de cadastros de atletas para participação em competições na modalidade esportiva de judô".

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica O Poder Executivo Municipal através da Fundação Municipal de Esportes de Penha, em consonância com a política de esportes deste Município, prevista na Lei Complementar nº. 005, de 28.12.1998, a realizar despesa com taxas de registros de cadastros de atletas - Exercício de 2014 para participação em competições na modalidade esportiva de judô, sendo:

I - Até R\$ 4.220,00 (Quatro mil duzentos e vinte reais) para a Federação Catarinense de Judô, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 83.040.014/0001-66.

Parágrafo Primeiro - Está incluída nos recursos deste artigo, a Taxa de Registro da Fundação Municipal de Esportes de Penha.

Parágrafo Segundo - Os recursos constantes deste artigo serão destinados exclusivamente aos atletas que representam o Município em competições desta modalidade.

Art.2º - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária da Fundação Municipal de Esportes de Penha, como segue:

Órgão: 70 - Fundação Municipal de Esportes de Penha

Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Esportes de Penha

Programa de Trabalho: 27.812.0017

Atividade: 2.083- Promoção de Eventos Esportivos

3.3.90.00.00.00.0000

Aplicações Diretas - (4)

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha, 23 de maio de 2014.
Evandro Eredos dos Navegantes
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze.

Rafael Celestino
Secretário da Administração

Lei Nº 2698/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
LEI Nº. 2698/2014

“Dispõe sobre autorização de subvenção social a Associação Cultural Beneficente e Esportiva Beira Mar”.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a transferência de recursos financeiros a Associação Cultural Beneficente e Esportiva Beira Mar, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.825.182-0001/67, no valor de até R\$10.000,00 (Dez mil reais), autorizada pelo art. 16 da Lei Municipal nº 2.658, de 19 de novembro de 2013 e art. 21 da Lei Municipal nº 2.649, de 01 de outubro de 2013.

Art. 2º - A execução da presente Lei correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - Secretaria da Educação e Cultura
Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Cultura
Programa de Trabalho: 13.392.0010
Atividade: 2.034 - Funcionamento e Manutenção do Departamento de Cultura
Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$: 10.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha, 23 de maio de 2014.
Evandro Eredos dos Navegantes
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze.

Rafael Celestino
Secretário da Administração

Lei Nº 2699/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
LEI Nº. 2699/2014

“Dispõe sobre autorização de subvenção social a Associação Cultural Beneficente e Esportiva São Nicolau”.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a transferência de recursos financeiros a Associação Cultural Beneficente e Esportiva São Nicolau, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.825.596/0001-96, no valor de até R\$10.000,00 (Dez mil reais), autorizada pelo art. 16 da Lei Municipal nº 2.658, de 19 de novembro de 2013 e art. 21 da Lei

Municipal nº 2.649, de 01 de outubro de 2013.

Art. 2º - A execução da presente Lei correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - Secretaria da Educação e Cultura
Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Cultura
Programa de Trabalho: 13.392.0010
Atividade: 2.034 - Funcionamento e Manutenção do Departamento de Cultura
Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$: 10.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha, 23 de maio de 2014.
Evandro Eredos dos Navegantes
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze.

Rafael Celestino
Secretário da Administração

Lei Nº 2700/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
LEI Nº 2700/2014

“Autoriza o poder executivo a receber em doação bem móvel que especifica e incorporá-lo ao patrimônio municipal.”

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Município de Penha, através do Poder Executivo autorizado a receber em doação, da UNIÃO por intermédio da Secretária De Direitos Humanos Da Presidência Da República o veículo abaixo especificado parte integrante desta lei.

I - Um automóvel marca FIAT, Modelo Palio Weekend, Placa MLM 4380, ano de fabricação 2012, modelo 2013, com 5 portas, na cor branca.

Art. 2º - O veículo descrito no artigo 1º, objeto da doação, será incorporado ao uso da Administração Municipal de Penha, para uso restrito do conselho tutelar municipal, conforme cláusula segunda do termo de doação 2683/2014, com o valor estimado em 40.811,20 (quarenta mil, oitocentos e onze reais e vinte centavos), em conformidade com a nota fiscal nº 1971809, em anexo.

Art. 3º - Somente poderá o Município de Penha incorporar os veículos descritos no artigo 1º ao patrimônio público municipal, caso os mesmos estejam liberados de quaisquer ônus, restrição judicial ou extrajudicial e, sem impostos a pagar.

Art. 4º - As despesas para cumprimento do disposto nesta Lei correrão por conta do orçamento do Município de Penha.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Penha, 27 de maio de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze.

Rafael Celestino
Secretário da Administração

Lei Nº 2701/2014

LEI Nº 2701/2014

“Dá denominação oficial á rua no município.”

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica o Poder Executivo autorizado a denominar de RUA ROSA MARGARIDA NORRY, a rua sem saída que parte da Rua Maria Joaquina Benta até confrontar-se com o imóvel nº 01.02.075.0552, no centro do Município de Penha, medindo 57,00 metros de extensão e 4,00 metros de largura.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Penha, 27 de maio de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze.

Rafael Celestino
Secretário da Administração

Lei Nº 2702/2014

LEI Nº 2702/2014

“Dispõe sobre a entrega de bem móvel ao poder executivo municipal.”

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Legislativo, autorizado a proceder à entrega de bem móvel de propriedade do Município, ao Poder Executivo, conforme descrição:

I. Um Automóvel SPACE FOX 1.6
ANO FAB/MOD 2009/2009
Placas MGI 7904
Chassi: 8AWPB05ZX9A336500

Art. 2º - Integram esta Lei cópia da Nota Fiscal e Termo Cessão do bem, devidamente assinado pelos chefes dos Poderes Executivo e Legislativo.

Art. 3º - As despesas para o cumprimento do disposto nesta Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Penha, 02 de junho de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

Rafael Celestino
Secretário da Administração

Decreto Nº 2039/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2039/2014

Exonera a funcionária CRISLAINNY MERY FISCHER, do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE PESCA I, da Secretaria Municipal de Pesca e Agricultura, com carga horária de 40 horas semanais, revogando o decreto nº 1509/2013, a contar desta data.

Penha/SC, 03 de Junho de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2040/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2040/2014

Exonera a funcionária ISABELA CAPO DOS SANTOS, do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR ADMINISTRATIVO II, da Secretaria Municipal de Pesca e Agricultura, com carga horária de 40 horas semanais, revogando o decreto nº 1803/2013, a contar desta data.

Penha/SC, 03 de Junho de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2041/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2041/2014

Nomeia: CASSIA REGINA DE CAMARGO, ao cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DO CEFIR I, da Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 03 de Junho de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2043/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2043/2014

Exonera o funcionário MOACIR EURICO DOS PASSOS, do cargo em comissão de COORDENADOR DE FROTAS, da Secretaria Municipal

de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, revogando o decreto nº 1575/2013, a contar desta data.

Penha/SC, 03 de Junho de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2044/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2044/2014

Exonera o funcionário MARCOS VINICIUS DA SILVA, do cargo em comissão de COORDENADOR DE MANUTENÇÃO, da Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, revogando o decreto nº 1463/2013, a contar desta data.

Penha/SC, 03 de Junho de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Contrato Nº 104/2014 Pmp

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 104/2014 - PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 43/2014 -PMP, modalidade Tomada de Preço nº. 09/2014 -PMP.
CONTRATADA: VIBRON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA EPP.
OBJETO: Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material, para pavimentação em lajota sextavada de concreto, drenagem pluvial e sinalização da Rua Antônio João Pinto, Bairro Armação, totalizando 5.656,20m² de área a pavimentar.
VALOR TOTAL: R\$ 544.868,13 (quinhentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e oito reais e treze centavos).
VIGÊNCIA: até 31.12.2014

Penha, 30 de maio de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes - PELA PREFEITURA

Peritiba

PREFEITURA

Resumo de Licitação 09/2014 - FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA FMS
RESUMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 09/2014 - Dispensa de Licitação 01/2014.

Objeto: Contratação de Prestadores de Serviços de Fisioterapia, Acupuntura e Auriculoterapia.

Dados do Contrato: Contrato nº 37/2014

Contratado: FISIOTERAPIA WEBER E VIEIRA LTDA ME

CNPJ: 05.591.331/0001-67

Data do Contrato: 02/06/2014

Valor do Contrato: R\$ 11.400,00 (Onze mil e quatrocentos reais).
Informações complementares:

Dispensa de Licitação, Lei 8.666 CAPUT do Artigo 25.

Município de Peritiba - SC em 02 de Junho de 2014.
ADRIANO JOSÉ KRINDGES
Secretário Mun. de Saúde e Bem Estar Social

Resumo de Licitação 10/2014 - FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA FMS
RESUMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 10/2014 - Dispensa de Licitação 02/2014.

Objeto: Contratação de Empresa especializada na Realização de Exames Laboratoriais.

Dados do Contrato: Contrato nº 38/2014

Contratado: LABORATÓRIO PERITIBA LTDA
CNPJ: 20.009.472/0001-12
Data do Contrato: 03/06/2014

Informações complementares:

Dispensa de Licitação, Lei 8.666 CAPUT do Artigo 25.

Município de Peritiba - SC em 03 de Junho de 2014.
ADRIANO JOSÉ KRINDGES
Secretário Mun. de Saúde e Bem Estar Social

Extrato de Contrato 37/2014 FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA - FMS
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 08/2014 - Credenciamento Universal nº 03/2014.

Objeto: Contratação de empresa para prestação serviços especializados na área de Fisioterapia, Acupuntura e Auriculoterapia
Dados do Contrato: Contrato nº 37/2014

Contratado: FISIOTERAPIA WEBER E VIEIRA LTDA ME
CNPJ: 05591331000167

Data de vigência: 02/06/2014 até 31/12/2014.

Valor do Contrato: R\$ 11.400,00 (Onze mil e quatrocentos reais).

Município de Peritiba - SC em 02 de junho de 2014.

ADRIANO JOSÉ KRINDGES

Secretário Municipal de Saúde e Bem Estar Social

Pinheiro Preto**PREFEITURA****Edital de Teste Seletivo Nº 004/2014**

EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 004/2014

Art. 1º - O PREFEITO MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO, no uso de suas atribuições legais, DIVULGA o gabarito das prova escritas objetivas aplicadas no dia 01 de junho de 2014, referente ao Teste Seletivo aberto através do Edital de Teste Seletivo Nº 001/2014, conforme abaixo discriminado:

QUESTÕES	AGENTE CO-MUNITÁRIO DE SAÚDE	ATENDENTE DE SERVIÇOS DE ADMINISTRA-TIVOS GERAIS	ENFERMEIRO PSF (PROGRA-MA SAÚDE DA FAMÍLIA)	FISIOTERA-PEUTA
1.	C	C	C	C
2.	E	E	E	E
3.	C	C	C	C
4.	E	E	E	E
5.	A	A	A	A
6.	B	B	B	B
7.	B	B	B	B
8.	D	D	D	D
9.	B	B	B	B
10.	D	D	D	D
11.	E	A	E	E
12.	C	D	C	C
13.	D	D	D	D
14.	E	A	E	E
15.	C	C	C	C
16.	A	C	A	A
17.	E	C	E	E
18.	C	C	C	C
19.	D	E	D	D
20.	C	A	C	C
21.	A	C	A	A
22.	D	C	D	D
23.	A	C	A	A
24.	A	D	A	A
25.	A	A	A	A
26.	E	E	B	A
27.	E	C	C	A
28.	D	A	D	A
29.	E	D	E	D
30.	B	D	A	D
31.	A	A	D	D
32.	A	E	A	C
33.	B	C	E	C
34.	A	D	B	B
35.	A	C	A	D
36.	B	A	B	D
37.	D	D	D	B
38.	E	A	C	B

39.	C	A	E	C
40.	A	A	A	A

QUESTÕES	NUTRICIONISTA	OPERADOR DE MOTONIVELADORA	OPERÁRIO BRAÇAL	PROFESSOR
1.	C	C	C	C
2.	E	E	E	E
3.	C	C	A	C
4.	E	B	C	B
5.	A	C	E	D
6.	B	B	D	B
7.	B	C	C	D
8.	D	D	A	C
9.	B	C	B	A
10.	D	E	C	E
11.	E	D	B	C
12.	C	D	C	C
13.	D	D	D	E
14.	E	D	C	D
15.	C	D	E	C
16.	A	A	C	A
17.	E	E	D	E
18.	C	C	A	C
19.	D	D	C	D
20.	C	C	C	C
21.	A	D	D	A
22.	D	A	E	D
23.	A	E	D	A
24.	A	E	D	A
25.	A	C	E	A
26.	B	A	D	A
27.	A	C	D	C
28.	C	B	E	D
29.	E	C	D	A
30.	A	B	D	E
31.	E	D	A	C
32.	B	D	E	C
33.	A	B	C	D
34.	D	C	D	B
35.	A	D	C	E
36.	A	B	D	A
37.	B	C	A	E
38.	D	B	E	D
39.	C	C	E	D
40.	A	C	C	B

QUESTÕES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	PSICÓLOGO	SERVENTE	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
1.	C	C	C	C
2.	E	E	E	E
3.	C	C	A	C
4.	B	E	C	E
5.	D	A	E	A

6.	B	B	D	B
7.	D	B	C	B
8.	C	D	A	D
9.	A	B	B	B
10.	E	D	C	D
11.	C	E	B	E
12.	C	C	C	C
13.	E	D	D	D
14.	D	E	C	E
15.	C	C	E	C
16.	A	A	C	A
17.	E	E	D	E
18.	C	C	A	C
19.	D	D	C	D
20.	C	C	C	C
21.	A	A	D	A
22.	D	D	E	D
23.	A	A	D	A
24.	A	A	D	A
25.	A	A	E	A
26.	A	A	D	A
27.	C	B	D	D
28.	A	E	E	B
29.	C	C	D	A
30.	D	D	D	E
31.	B	C	A	A
32.	D	B	E	B
33.	A	C	C	B
34.	E	B	D	B
35.	D	A	C	C
36.	A	B	D	B
37.	C	D	A	D
38.	D	E	E	E
39.	B	C	E	C
40.	A	A	C	A

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Pinheiro Preto - SC, 02 de junho de 2014.
Prefeito Municipal

Pomerode

SAMAE

Ata Registro de Preço 014/2014

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 011/2014
TIPO PRESENCIAL PROCESSO ADMINISTRATIVO 013/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COM CAMINHÃO GUINCHO, CAMINHÃO BASCULANTE TOCO E SERVIÇO DE MÁQUINA RETROESCAVADEIRA

FORNECEDOR: DISK GRAMA COMERCIAL LTDA - ME

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 014/2014

Validade: A partir de 03.06.2014 validade (12 MESES).

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	SERVIÇO DE CAMINHÃO BASCULANTE TOCO	HORAS		400	R\$61,0000	R\$24.400,00
2	SERVIÇOS DE MÁQUINA RETROESCAVADEIRA.	HORAS		400	R\$94,0000	R\$37.600,00
Total do Fornecedor:						R\$62.000,00
Total Geral dos Itens:						R\$62.000,00

POMERODE (SC), 03 de JUNHO de 2014.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

Ata Registro de Preço 015/2014

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 011/2014

TIPO PRESENCIAL PROCESSO ADMINISTRATIVO 013/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COM CAMINHÃO GUINCHO, CAMINHÃO BASCULANTE TOCO E SERVIÇO DE MÁQUINA RETROESCAVADEIRA

FORNECEDOR: SIGFRID KNOPF ME

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 015/2014

Validade: A partir de 03.06.2014 validade (12 MESES).

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
3	SERVICO DE GUINCHO	SERVIÇO		800,00000	R\$85,0000	R\$68.000,0000
Total do Fornecedor:						R\$68.000,0000
Total Geral dos Itens:						R\$68.000,0000

POMERODE (SC), 03 de JUNHO de 2014.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

Extrato de Contrato Nº 02/2014

Extrato do Contrato Administrativo N.º 02/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SAMAE POMERODE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto)

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2014

Processo Administrativo n.º 09/2014.

Modalidade Pregão Tipo Presencial 08/2014

Contratante: SAMAE POMERODE.

Contratada: AFER SERVIÇOS DE INSTRUMENTAÇÃO LTDA ME

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestar serviço de caráter continuado de AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL

Valor Total contratado: R\$ 78.000,00 (SETENTA E OITO MIL REAIS).

Prazo de vigência: 12 MESES 07/05/2014 À 07/05/2015.

Pomerode/SC, 07/05/2014.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE POMERODE

Aviso de Licitação 015/2014

SAMAE POMERODE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO N.º 013/2014 TIPO ELETRÔNICO - CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO 015/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE "RECOMPOSITOR DE PISTA" (CUBUQ, ASFALTO USINADO A QUENTE PARA APLICAÇÃO A FRIO).

Local: o pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em toda as suas fases através do sistema de pregão eletrônico sistema BLL (Bolsa de Licitações e Leilões)

Entrega das propostas: Até as 13:00 horas do dia 23/06/2014

Início da sessão de disputa de preços : 13:30 do dia 23/06/2014

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos nos seguintes endereços: Na página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil WWW.bll.org.br e WWW.pomerode.sc.gov.br

Departamento de Licitações e Compras do SAMAE POMERODE Av. 21 de Janeiro Nº 2233

regia.parpinelli@samaepomerode.com.br ou pelo fone (47) 3387 2550

Pomerode SC, 03 de JUNHO de 2014.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

Ponte Serrada

PREFEITURA

Extrato Concorrência 0050/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0050/2014
CONCORRENCIA PUBLICA N.º 005/2014

O Município de Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade CONCORRENCIA PÚBLICA para Concessão de direito real de uso de imóvel e incentivos com encargos e cláusulas de reversão para implantação de empresa do ramo de fabricação de embalagens de papel ondulado a título gratuito de uma área de terra de 8.000,00 m², localizado no distrito industrial do município, compreendendo o lote nº 03, com 5.000,00 m² e mais 3.000,00 m² do lote nº 5-B ambos registrados ao cartório de registro de imóveis da comarca de Ponte Serrada, SC sob matrícula nº 5.755. Recebimento de Envelopes: até as 08:50MIN do dia 07/07/2014. Abertura: às 09h00min horas do dia 07/07/2014.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e das 13:00 às 17:00h e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 03 de junho de 2014.

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

Credenciamento 002

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA
PROC. LIC. Nº 0051/2014 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2014

OBJETO: CREDENCIAMENTO VISANDO A SELEÇÃO E POSSÍVEL CONTRATAÇÃO/ AQUISIÇÃO DE JORNAIS E MÍDIAS ELETRÔNICAS PARA VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE GOVERNAMENTAL EM ESPECIAL A PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA E A PUBLICIDADE INSTITUCIONAL.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: artigo 25, caput da Lei n.º 8666/93.

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2014.

Ponte Serrada/SC, 03 de Junho de 2014.

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

Porto Belo

PREFEITURA

Resolução Nº 004-2014 - CMDCA

RESOLUÇÃO 004 /2014

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, Porto Belo - SC. No uso de suas atribuições previstas na Lei Federal 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei Municipal 1482/06, no exercício de sua função deliberativa e controladora das ações da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Porto Belo - SC, conforme deliberação da reunião extraordinária do dia vinte e sete (27) de maio de 2014.

CONSIDERANDO

CONSIDERANDO o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, destinado a regulamentar a forma como o Poder Público, por seus mais diversos órgãos e agentes, deverá prestar o atendimento especializado ao qual adolescentes autores de ato infracional têm direito;

CONSIDERANDO que o SINASE foi originalmente instituído pela Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e foi aprovado pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que trouxe uma série de inovações no que diz respeito à aplicação e execução de medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, dispondo desde a parte conceitual até o financiamento do Sistema Socioeducativo, definindo papéis e responsabilidades;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo é uma tarefa complexa, que por força do disposto na própria Lei nº 12.594/2012, relativa ao SINASE, demanda uma abordagem eminentemente interdisciplinar, considerando, inclusive, a necessidade de execução das ações a ele correspondentes de forma intersetorial;

CONSIDERANDO que o Plano de Atendimento Socioeducativo é uma construção coletiva, e exige uma definição de uma "comissão intersetorial";

RESOLVE

Art. 1º. Nomear a Comissão responsável pela elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, conforme segue:

Representante da Secretaria M. de Educação;
Representante da Secretaria M. de Saúde;
Representante da Secretaria M. de Assistente Social;
Representante da Fundação M. de Cultura;
Representante da Secretaria M. de Esportes;
Representante do Conselho Tutelar;
Representante do Poder Judiciário;
Representante da Polícia Civil.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, 27 de maio de 2014.

Laudiceia A C Poluceno
Coordenadora Geral - CMDCA

Resolução Nº 005-2014 - CMDCA

RESOLUÇÃO 005 /2014

Dispõe sobre o pagamento de diárias para qualificação dos Conselheiros do CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Porto Belo - SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, Porto Belo - SC. No uso de suas atribuições previstas na Lei Federal 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei Municipal 1482/06, no exercício de sua função deliberativa e controladora das ações da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Porto Belo - SC, conforme deliberação da reunião extraordinária do dia vinte e sete (27) de maio de 2014.

CONSIDERANDO

CONSIDERANDO a importância de formação continuada para os representantes do CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a relevância das articulações em rede no qual conselheiros com culturas diferentes, buscam qualificar-se para atuar na política de proteção de direitos;

RESOLVE

Art. 1º. Autorizar o pagamento de diárias para participação de quatro (04) Conselheiros de Direitos no Seminário Regionalizado sobre Gestão do Fundo da Infância e Adolescência, realizado na cidade de Brusque - SC, no dia vinte e nove (29) de maio do corrente ano, totalizando oito (08) horas de formação. Custo das diárias R\$ 58,15 (Cinquenta e oito reais e quinze centavos)

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, 27 de maio de 2014.

Laudiceia A C Poluceno

Coordenadora Geral - CMDCA

Porto União**PREFEITURA****Aditivo de Contrato 095/2014**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato aditivo 095/2014

Aditivo ao Contrato de Fornecimento nº 154/2013

Partes: Município de Porto União e Supermercado Dukelli Ltda.

CLAUSULA SEGUNDA - VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 928,82 (novecentos e vinte e oito reais e oitenta e dois centavos), ao aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 26 de maio de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Aditivo de Contrato 015/2014 FUNREBOM

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato aditivo 015/2014- FUNREBOM

Aditivo nº 02 ao Contrato de Execução de Obra nº 014/2013-FUNREBOM.

Partes: Município de Porto União e Leme & Ribas Engenharia e Arquitetura Ltda

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 19.150,40 (dezenove mil cento e cinquenta reais e quarenta centavos) ao aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 28 de maio de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Aditivo de Contrato 098/2014

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato aditivo 098/2014

Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 094/2013

Partes: Município de Porto União e Marcus Vinícius Grazziotin

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR CONTRATUAL

O valor mensal a ser pago passa a R\$ 1.286,04 (hum mil duzentos e oitenta e seis reais e quatro centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a

este deu origem.

Porto União SC, 28 de maio de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Aditivo de Contrato 086/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 086/2014
Aditivo ao Contrato de Execução de Obra nº 091/2013
Partes: Município de Porto União e Keila Adriane Pacheco Magnani Eireli - EPP (Derpa).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por mais 03 (três) meses a vigência do aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 16 de maio de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Aditivo de Contrato 094/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 094/2014
Aditivo ao Contrato de Fornecimento nº 155/2013
Partes: Município de Porto União e Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 2.172,37 (dois mil cento e setenta e dois reais e trinta e sete centavos), ao aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 26 de maio de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Aditivo de Contrato 059/2014 Educação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 059/2014- EDUCAÇÃO
Aditivo nº 02 ao Contrato de Cessão de Uso do Sistema Informatizado Integrado para Gestão Escolar, nº 036/2012-EDUCAÇÃO.
Partes: Município de Porto União & Controller Tecnologia e Sistemas de Informação Ltda ME

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR CONTRATUAL

O valor mensal a ser pago pela CONTRATANTE passa a ser de R\$ 1.373,51 (hum mil trezentos e setenta e três reais e cinquenta e um centavos);

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

Prorroga-se o aludido contrato superior por mais 12 (doze) meses.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 23 de maio de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Aditivo de Contrato 087/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 087/2014
Aditivo nº 02 ao Contrato de prestação de Serviços nº 092/2013
Partes: Município de Porto União & Oi Móvel S.A

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por mais 12 (doze) meses a vigência do aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 21 de maio de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Aditivo de Contrato 097/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 097/2014
Aditivo ao Contrato de Fornecimento nº 157/2013
Partes: Município de Porto União e Cleide Bahniuk Schwaab - ME

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 1.619,18 (hum mil seiscentos e dezenove reais e dezoito centavos), ao aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 28 de maio de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Termo de Homologação Pregão Presencial 028/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 054/2014
Pregão Presencial 028/2014

Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Superagro Comércio e Representação Agropecuária Ltda - EPP

Porto União SC, 21 de Maio de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 089/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 089/2014

Partes: Município de Porto União e empresa Superagro Comércio e Representação Agropecuária Ltda - EPP
Objeto: a aquisição de 600 (seiscentas) toneladas de calcário dolomítico a granel
Valor total R\$ 46.800,00 (quarenta e seis mil e oitocentos reais).
Vigência: será de 08 (oito) meses a contar da assinatura do contrato, ou até a retirada do total do quantitativo licitado
Base legal: Pregão Presencial 028/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 21 de Maio de 2014.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

Superagro Comércio e Representação Agropecuária Ltda - EPP
Contratada

Extrato de Contrato 090/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 090/2014

Partes: Município de Porto União e empresa Ekosolos Indústria Remineralizadora de Solos Ltda - ME
Objeto: aquisição de 200 toneladas de pó de basalto.
Valor total R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais).
Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, ou até a retirada do total do quantitativo licitado.
Base legal: Pregão Presencial 029/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 21 de Maio de 2014.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

Ekosolos Indústria Remineralizadora de Solos Ltda - ME
Contratada

Termo de Homologação Pregão Presencial 029/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 055/2014
Pregão Presencial 029/2014
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
Ekosolos Indústria Remineralizadora de Solos Ltda - ME

Porto União SC, 21 de Maio de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Termo de Homologação Pregão Presencial 026/2014 Carona

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 052/2014-CARONA
Pregão Presencial 026/2014

Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
Adagil Materiais de Construção Ltda

Porto União SC, 21 de Maio de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 091/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 091/2014
Partes: Município de Porto União e empresa Adagil Materiais de Construção Ltda
Objeto: o fornecimento de aparelhos de ar condicionado.
Valor total R\$ 4.926,00 (quatro mil novecentos e vinte e seis reais).
Vigência: será de 12 (doze) meses
Base legal: Pregão Presencial 026/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 21 de Maio de 2014.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

Adagil Materiais de Construção Ltda
Contratada

Termo de Homologação Pregão Presencial 013/2014 Educação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 020/2014-EDUCAÇÃO
Pregão Presencial 013/2014-CARONA
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
IRINEU WEIWANKO & CIA LTDA (NOVO ESTILO)

Porto União SC, 02 de Junho de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 062/2014 Educação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 062/2014-EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e empresa IRINEU WEIWANKO & CIA LTDA. (NOVO ESTILO)
Objeto: a confecção de cortinas para as Escolas da Rede Municipal de Ensino.
Valor total R\$ 6.700,00 (seis mil e setecentos reais).
Vigência: será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período se conveniente entre as partes.
Base legal: Pregão Presencial 013/2014- CARONA, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 02 de Junho de 2014.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

IRINEU WEIWANKO & CIA LTDA. (NOVO ESTILO)
Contratada

Extrato de Contrato 012/2014 Cultura

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 012/2014-CULTURA
Partes: Município de Porto União e empresa IRINEU WEIWANKO & CIA LTDA. (NOVO ESTILO)
Objeto: aquisição de tecidos para decoração de eventos culturais e substituição de cortinas
Valor total R\$ 9.210,00 (nove mil, duzentos e dez reais).
Vigência: será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período se conveniente entre as partes.
Base legal: Pregão Presencial 013/2014- CARONA, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 02 de Junho de 2014.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

IRINEU WEIWANKO & CIA LTDA. (NOVO ESTILO)
Contratada

Termo de Homologação Pregão Presencial 031/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 057/2014
Pregão Presencial 031/2014
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa ADRIANA HOBI EPP(KERBER PRÉ-MOLDADOS)

Porto União SC, 29 de Maio de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 106/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 106/2014
Partes: Município de Porto União e empresa ADRIANA HOBI EPP (KERBER PRÉ-MOLDADOS).
Objeto: aquisição de Meio Fio Reto.
Valor total R\$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais).
Vigência: será de 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 031/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 29 de Maio de 2014.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

ADRIANA HOBI EPP (KERBER PRÉ-MOLDADOS).
Contratada

Termo de Homologação Pregão Presencial 027/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 053/2014-CARONA
Pregão Presencial 027/2014
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas FENIX INFORMATICA E TELEFONIA LTDA.
PEREIRA & SOUZA INFORMÁTICA LTDA.

ZOOM TECNOLOGIA LTDA.

Porto União SC, 29 de Maio de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Justificativa de Dispensa de Licitação 002/2014 FAS

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório 011/2014 - FAS
Dispensa de Licitação n.º 002/2014

Caracterização da Situação: O município necessita contratar instrutora para ministrar curso de artesanato nas áreas urbana e rural deste município, em 10 comunidades, com Recursos Federais do Programa Bolsa Família, visando à capacitação de pessoas em situação de vulnerabilidade para geração de renda.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação de instrutora para ministrar curso de artesanato nas áreas urbana e rural deste município, em 10 comunidades, com Recursos Federais do Programa Bolsa Família.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre Raquel Berenice Storck, tendo em vista a experiência anterior da mesma.

Do Preço: O valor total a ser pago será de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), que serão pagos em 03 (três) parcelas, sendo: 1ª parcela R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), no mês de maio de 2014;
2ª parcela R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) no mês de agosto de 2014;
3ª parcela R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) no mês de novembro de 2014.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 1500 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade 1501 - Fundo Municipal de Assistência Social
Atividade 2051 - Recadastramento Bolsa Família
Modalidade 3390-100 - Aplicações Diretas
Cód 03
Complemento 33903905 - Serviços Técnicos profissionais

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, II, da Lei 8.666/93, face os motivos já expostos.

Porto União, 12 de maio de 2014
PAULO RUBENS BUCH
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Decreto 376/2014

Extrato de Contrato 025/2014 FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 025/2014-FAS

Partes: Município de Porto União e Raquel Berenice Storck
Objeto: contratação de instrutora para ministrar curso de artesanato nas áreas urbana e rural deste município.
Valor total R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)
Vigência: até 31 de dezembro de 2014.
Base legal: Dispensa de Licitação 002/2014- FAS, Lei 8.666/93

Porto União SC, 20 de Maio de 2014.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

Raquel Berenice Storck
Contratada

Inexigibilidade de Licitação 001/2014 FAS

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2014 - FAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2014

Caracterização da Situação: O Município necessita adquirir passagens para transporte estadual e interestadual destinados aos usuários atendidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a aquisição de passagens para transporte estadual e interestadual destinados aos usuários atendidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social pelo período de 12 (doze) meses.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Reunidas Transportes Coletivos S/A inscrita no CNPJ 83.054.395/0001-32, em razão de que esta é fornecedora exclusiva do município, até mesmo por ser a mesma detentora da concessão estadual das linhas.

Do Preço: O valor total estimado a ser pago será R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão - 1500 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade 1501 - Fundo Municipal de Assistência Social
Atividade 2049 - Manutenção FMAS
Modalidade 3390-100 - Aplicações diretas
Cód. 01

Complemento 33903301 - Passagens para o país

Da Justificativa: A presente inexigibilidade encontra respaldo no art. 25 caput inciso I, da Lei 8.666/93, já que restou evidenciada a inviabilidade de competição, face os motivos já expostos.

Porto União, 08 de maio de 2014.
PAULO RUBENS BUCH
Presidente da Comissão de Licitação
Decreto 376/2014

Extrato de Contrato 023/2014 FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 023/2014-FAS

Partes: Município de Porto União e a empresa Reunidas Transportes Coletivos S/A.

Objeto: aquisição de passagens para transporte estadual e interestadual destinados aos usuários atendidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Valor total R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Vigência: será de 12 (doze) meses, ou até o término do quantitativo contratado.

Base legal: Inexigibilidade de Licitação 001/2014- FAS, Lei

8.666/93

Porto União SC, 16 de Maio de 2014.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

Reunidas Transportes Coletivos S/A
Contratada

Justificativa de Dispensa de Licitação 001/2014 FAS

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório 010/2014 - FAS
Dispensa de Licitação n.º 001/2014

Caracterização da Situação: O município necessita contratar instrutora para ministrar curso de artesanato nas áreas urbana e rural deste município, em 04 comunidades, com Recursos Federais do Programa Bolsa Família, visando à capacitação de pessoas em situação de vulnerabilidade para geração de renda.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação de instrutora para ministrar curso de artesanato nas áreas urbana e rural deste município, em 04 comunidades, com Recursos Federais do Programa Bolsa Família.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre Jane Lucia Satnkovitz, tendo em vista a experiência anterior da mesma.

Do Preço: O valor total a ser pago será de R\$ 2.880,00 (dois mil e oitocentos e oitenta reais), que serão pagos em 03 (três) parcelas, sendo:

1ª parcela R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais), no mês de maio de 2014;

2ª parcela R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais) no mês de agosto de 2014;

3ª parcela R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais) no mês de novembro de 2014.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 1500 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade 1501 - Fundo Municipal de Assistência Social
Atividade 2051 - Recadastramento Bolsa Família
Modalidade 3390-100 - Aplicações Diretas
Cód 03

Complemento 33903905 - Serviços Técnicos profissionais

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, II, da Lei 8.666/93, face os motivos já expostos.

Porto União, 12 de maio de 2014
PAULO RUBENS BUCH
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Decreto 376/2014

Extrato de Contrato 026/2014 FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 026/2014-FAS

Partes: Município de Porto União e Jane Lucia Stankovitz
Objeto: contratação de instrutora para ministrar curso de artesanato nas áreas urbana e rural deste município.

Valor total R\$ 2.880,00 (dois mil e oitocentos e oitenta reais)
Vigência: será até 31 de dezembro de 2014
Base legal: Dispensa de Licitação 001/2014- FAS, Lei 8.666/93

Porto União SC, 20 de Maio de 2014.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

Jane Lucia Stankovitz
Contratada

Termo de Homologação Tomada de Preços 005/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 049/2014
Tomada de Preços 005/2014
Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico
CAMILA MICHALICHEN

Porto União SC, 21 de Maio de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 088/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 088/2014

Partes: Município de Porto União e Camila Michalichen
Objeto: contratação de advogada para compor a equipe do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.
Valor total R\$ 7.476,00 (sete mil quatrocentos e setenta e seis reais).
Vigência: será de 12 (doze) meses, podendo ser renovado por igual período se assim houver interesse de ambas as partes.
Base legal: Tomada de Preços 005/2014, Lei 8.666/93

Porto União SC, 21 de Maio de 2014.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

Camila Michalichen
Contratada

Justificativa de Dispensa de Licitação 002/2014 FUNREBOM

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº 003/2014 - FUNREBOM
Dispensa de Licitação n.º 002/2014

Caracterização da Situação: o Município necessita contratar empresa para prestação de serviço de Manutenção no Sistema Telefônico e Sistema de Segurança por Câmeras das Instalações do Corpo de Bombeiros de Porto União.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação de empresa para prestação de serviço de Manutenção no Sistema Telefônico e Sistema de Segurança por Câmeras das Instalações do Corpo de Bombeiros de Porto União.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa M.P. BOGUT & CIA LTDA ME, inscrita no CNPJ 09.358.640/0001-42, visto que é o menor valor proposto, dentre os orçamentos apresentados, anexos junto ao processo.

Do Preço: O valor mensal a ser pago será de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), totalizando o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), pelo período de 12 (doze) meses.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 1600 - FUNREBOM
Unidade 1601 - FUNREBOM
Atividade 2040 - Manutenção do FUNREBOM
Modalidade 3390-100 Aplicações Diretas
Cód 01
Complemento 339099 - Outros servs. de terceiros - Pessoa Jurídica

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, face os motivos já expostos.

Porto União, 23 de maio de 2014.
Paulo Rubens Buch
Presidente da Comissão de Licitação
Decreto 376/2014

Extrato de Contrato 019/2014 FUNREBOM

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 019/2014-FUNREBOM

Partes: Município de Porto União e a empresa M.P.BOGUT & CIA LTDA ME
Objeto: prestação de serviço de Manutenção no Sistema Telefônico e Sistema de Segurança por Câmeras das Instalações do Corpo de Bombeiros de Porto União.
Valor total R\$ 3.000,00 (três mil reais).
Vigência: será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do presente instrumento, podendo ser renovado por igual período se for de interesse das partes.
Base legal: Dispensa de Licitação 002/2014-FUNREBOM, Lei 8.666/93

Porto União SC, 30 de Maio de 2014.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

M.P.BOGUT & CIA LTDA ME
Contratada

Justificativa de Dispensa de Licitação 011/2014

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2014
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 011/2014

Caracterização da Situação: O Município necessita contratar os serviços técnicos de informática através da Cessão de Direito de Uso do Sistema DetranNet, módulo Fiscalização, desenvolvido e instalado no ambiente DATACENTER do CIASC. Relativos ao acesso/cessão de informação do banco de dados do DETRAN/SC para a inserção e atualização das multas de trânsito de competência administrativa do Município de Porto União.

Descrição do Objeto: O objeto da presente dispensa é justamente a contratação do Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S/A - CIASC para prestar os serviços técnicos de informática através da Cessão de Direito de Uso do Sistema DetranNet, módulo Fiscalização, desenvolvido e instalado no ambiente DATACENTER do CIASC. Relativos ao acesso/cessão de informação do banco de dados do DETRAN/SC para a inserção e atualização das multas de trânsito de competência administrativa do Município de Porto União.

Razão da Escolha: A razão da escolha recaiu sobre o Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S/A - CIASC, inscrita no CNPJ 83.043.745/0001-65, uma vez que esta é uma Empresa Pública Estadual criada para esta finalidade.

Dos Valores: Pelos serviços prestados, o Município de Porto União, pagará o percentual de 16% (dezesesseis por cento) do valor das multas de trânsito efetivamente recolhidas através do sistema bancário.

Justificativa: O caso in concreto trazido no presente processo enquadra-se no art. 24, incisos VIII e XVI, da Lei n.º 8.666/93 que dispõe sobre hipótese de dispensa de licitação, uma vez que esta empresa possui infra-estrutura tecnológica capaz de suportar as necessidades da coletividade e do interesse público, e ainda, no caso específico dos serviços de processamento das infrações de trânsito,

Porto União, 21 de maio de 2014.
PAULO RUBENS BUCH
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Decreto 376/2014

Extrato de Contrato 096/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 096/2014

Partes: Município de Porto União e CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A - CIASC
Objeto: serviços técnicos de informática através da Cessão de Direito de Uso do Sistema DetranNet, módulo Fiscalização, desenvolvido e instalado no ambiente DATACENTER do CIASC. Relativos ao acesso/cessão de informação do banco de dados do DETRAN/SC para a inserção e atualização das multas de trânsito de competência administrativa do município de Porto União.

Valor total: o percentual de 16% (dezesesseis por cento) do valor total das multas de trânsito efetivamente recolhidas através do sistema bancário.

Vigência: 48 (quarenta e oito) meses, a contar da data de assinatura

Base legal: Dispensa de Licitação 011/2014-, Lei 8.666/93

Porto União SC, 28 de Maio de 2014.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A - CIASC
Contratada

Justificativa de Dispensa de Licitação 012/2014

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 064/2014

Dispensa de Licitação n.º 012/2014

Caracterização da Situação: o Município, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente necessita locar um imóvel para instalar a Associação dos Agentes Recicladores de Porto União - ASSARPU, como parte de incentivo para o programa geração de renda de reciclagem solidária.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a locação de imóvel, barracão com área de 900,00 m2 situada na Rua Alberto Alfredo Matzembacher, s/nº, Área Industrial, neste município, inscrito sob a matrícula 15.949 do Registro de Imóveis da Comarca de Porto União SC, anexo ao processo, de propriedade da empresa Alison Omar Abbas EPP, inscrita no CNPJ 02.570.510/0001-20.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre o imóvel acima descrito, de propriedade da empresa Alison Omar Abbas EPP em razão da sua localização condicionar a escolha, bem como em razão de este estar dentro do preço praticado no mercado e a inexistência de outro lugar para acolher o projeto.

Do Preço: O valor a ser pago será de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais, pelo período de 12 (doze) meses.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.º:
Órgão 0200 - Poder Executivo de Porto União
Atividade 2093 - Manut. Secret. Desenv. Econômico
Modalidade 3390-100 - Aplicações diretas
Cód. 154
Complemento 33903910 - Locação de Imóveis

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93, face os motivos já expostos.

Porto União, 23 de maio de 2014.
Paulo Rubens Buch
Presidente da Comissão de Licitação
Decreto 376/2014

Extrato de Contrato 107/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 107/2014

Partes: Município de Porto União e Alison Omar Abbas EPP
Objeto: locação de imóvel para o funcionamento da Associação dos Agentes Recicladores de Porto União SC - ASSARPU.
Valor mensal de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)
Vigência: será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período se for de interesse da municipalidade.
Base legal: Dispensa de Licitação 012/2014, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 30 de Maio de 2014.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

Alison Omar Abbas EPP
Contratada

Termo de Homologação Pregão Presencial 033/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 059/2014
Pregão Presencial 033/2014
Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
INOVA COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA.

Porto União SC, 30 de Maio de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 108/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 108/2014

Partes: Município de Porto União e empresa INOVA COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA.
Objeto: contratação de serviço de Confecção de Placas de Sinalização para as áreas Central e Rural do Município.
Valor total R\$ 10.720,00 (dez mil, setecentos e vinte reais).
Vigência: será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, se houver interesse entre as partes.
Base legal: Pregão Presencial 033/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 30 de Maio de 2014.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

INOVA COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA
Contratada

Aditivo de Contrato 093/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 093/2014
Aditivo ao Contrato de Fornecimento nº 156/2013
Partes: Município de Porto União e Mercado Koseira Ltda.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 4.789,78 (quatro mil setecentos e oitenta e nove reais e setenta e oito centavos), ao aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 26 de maio de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Termo de Homologação Pregão Presencial 025/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 051/2014- CARONA
Pregão Presencial 025/2014
Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
ESCOBRINQ LTDA.- EPP
LÍDER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA
M MOBILE EIRELI - ME
PAULINEIA LOTTERMAN REIS.

Porto União SC, 29 de Maio de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 102/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 102/2014

Partes: Município de Porto União e empresa LÍDER SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA EPP
Objeto: aquisição de móveis para escritório para manutenção das Secretarias Municipais.
Valor total R\$ 3.790,00 (três mil, setecentos e noventa reais).
Vigência: será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, se houver interesse entre as partes.
Base legal: Pregão Presencial 025/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 29 de Maio de 2014.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

LÍDER SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA EPP
Contratada

Extrato de Contrato 103/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 103/2014

Partes: Município de Porto União e empresa ESCOBRINQ LTDA.- EPP
Objeto: aquisição de móveis para escritório para manutenção das Secretarias Municipais.
Valor total R\$ 14.267,40 (quatorze mil, duzentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos).
Vigência: será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, se houver interesse entre as partes.
Base legal: Pregão Presencial 025/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 29 de Maio de 2014.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

ESCOBRINQ LTDA. - EPP
Contratada

Extrato de Contrato 104/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 104/2014

Partes: Município de Porto União e empresa PAULINEIA LOTTERMAN REIS - ME
Objeto: aquisição de móveis para escritório para manutenção das Secretarias Municipais.
Valor total R\$ 2.412,00 (dois mil, quatrocentos e doze reais).
Vigência: será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, se houver interesse entre as partes.
Base legal: Pregão Presencial 025/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 29 de Maio de 2014.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

PAULINEIA LOTTERMAN REIS - ME
Contratada

Extrato de Contrato 105/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 105/2014

Partes: Município de Porto União e empresa M MÓBILE EIRELI - EPP
Objeto: aquisição de móveis para escritório para manutenção das Secretarias Municipais.
Valor total R\$ 3.169,00 (três mil, cento e sessenta e nove reais).
Vigência: será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, se houver interesse entre as partes.
Base legal: Pregão Presencial 025/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 29 de Maio de 2014.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

M MÓBILE EIRELI - EPP
Contratada

Extrato de Contrato 060/2014 Educação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 060/2014-EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e empresa ESCOBRIHQ LTDA. - EPP
Objeto: aquisição de móveis para escritório para manutenção da Secretaria Municipal de Educação.
Valor total R\$ 3.480,00 (três mil, quatrocentos e oitenta reais).
Vigência: será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, se houver interesse entre as partes.
Base legal: Pregão Presencial 025/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 29 de Maio de 2014.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

ESCOBRIHQ LTDA. - EPP
Contratada

Extrato de Contrato 016/2014 FUNREBOM

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 016/2014-FUNREBOM

Partes: Município de Porto União e empresa FÊNIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME
Objeto: aquisição de equipamentos de informática diversos.
Valor total R\$ 218,00 (duzentos e dezoito reais).
Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por mais 06 (seis) meses, se conveniente entre as partes.
Base legal: Pregão Presencial 027/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 29 de Maio de 2014.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

FÊNIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME
Contratada

Extrato de Contrato 099/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 099/2014

Partes: Município de Porto União e empresa FÊNIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME
Objeto: aquisição de equipamentos de informática diversos.
Valor total R\$ 13.987,00 (treze mil, novecentos e oitenta e sete reais).
Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por mais 06 (seis) meses, se conveniente entre as partes.
Base legal: Pregão Presencial 027/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 29 de Maio de 2014.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

FÊNIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME
Contratada

Extrato de Contrato 017/2014 FUNREBOM

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 017/2014-FUNREBOM

Partes: Município de Porto União e empresa ZOOM TECNOLOGIA LTDA.
Objeto: aquisição de equipamentos de informática diversos.
Valor total R\$ 4.467,00 (quatro mil, quatrocentos e sessenta e sete reais).
Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por mais 06 (seis) meses, se conveniente entre as partes.
Base legal: Pregão Presencial 027/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 29 de Maio de 2014.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

ZOOM TECNOLOGIA LTDA.
Contratada

Extrato de Contrato 100/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 100/2014

Partes: Município de Porto União e empresa ZOOM TECNOLOGIA LTDA.

Objeto: aquisição de equipamentos de informática diversos.

Valor total R\$ 39.104,00 (trinta e nove mil, cento e quatro reais).

Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por mais 06 (seis) meses, se conveniente entre as partes.

Base legal: Pregão Presencial 027/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 29 de Maio de 2014.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

ZOOM TECNOLOGIA LTDA.
Contratada

Extrato de Contrato 101/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 101/2014

Partes: Município de Porto União e empresa PEREIRA & SOUZA INFORMÁTICA LTDA.

Objeto: aquisição de equipamentos de informática diversos.

Valor total R\$ 18.474,20 (dezoito mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e vinte centavos).

Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por mais 06 (seis) meses, se conveniente entre as partes.

Base legal: Pregão Presencial 027/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 29 de Maio de 2014.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

PEREIRA & SOUZA INFORMÁTICA LTDA.
Contratada

Extrato de Contrato 018/2014 FUNREBOM

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 18/2014- FUNREBOM

Partes: Município de Porto União e empresa PEREIRA & SOUZA INFORMÁTICA LTDA.

Objeto: aquisição de equipamentos de informática diversos.

Valor total R\$ 1.952,00 (Hum mil, novecentos e cinquenta e dois reais).

Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por mais 06 (seis) meses, se conveniente entre as partes.

Base legal: Pregão Presencial 027/2014, Lei 8.666/93 e Lei

10.520/02.

Porto União SC, 29 de Maio de 2014.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

PEREIRA & SOUZA INFORMÁTICA LTDA.
Contratada

Rio do Sul

PREFEITURA

Contrato Administrativo Nº 317/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 317/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARLISE HECK DE SOUZA portador(a) do CPF nº 043.815.499-10 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Virginia Ledra, nº 23 - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Anos Iniciais, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Escola Modelo Ella Kurt, em virtude de vaga não ocupada através de Concurso Público.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.546,13 (dois mil, quinhentos e quarenta e seis reais e treze centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 02/06/2014 e encerrando-se em 01/07/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com

a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 30 de maio de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

MARLISE HECK DE SOUZA

Contratado (a)

Portaria Nº 0645/RH

PORTARIA Nº 0645/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Homologar o Estágio Probatório da servidora municipal LAIR BECKER, matrícula n. 101095/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Pedagogo, por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo, no período de 22/09/2003 a 07/07/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de junho de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

Portaria Nº. 0646/2014

PORTARIA Nº. 0646/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento no § 1º. do Art. 50 da Lei Complementar nº 207/2010, fica dispensado do registro de ponto diário o(a) servidor(a) municipal TIAGO ROPELATTO MACEDO, matrícula nº 2354616, ocupante do cargo em comissão de ASSESSOR DE ANÁLISES DE PROCESSOS FISCAIS, em razão das particularidades afetadas ao cargo, conforme os termos do Protocolo nº 147722/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de junho de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº. 0647/2014

PORTARIA Nº. 0647/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento no § 1º. do Art. 50 da Lei Complementar nº 207/2010, fica dispensado do registro de ponto eletrônico diário, a servidora municipal ANDREIA CRISTINA LADEWIG, matrícula nº 3179801, ocupante de provimento feito de Auxiliar de Saúde Bucal, conforme os termos do Protocolo nº 147770/2014.

Art. 2º Deverá a servidora realizar o registro de ponto utilizando-se da Folha Ponto Individual do Anexo II do DECRETO Nº 1.989 de 18 de julho de 2011 e encaminhar mensalmente a Divisão de Controle de Pessoal da Secretaria de Saúde.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de junho de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 0653/2014

PORTARIA Nº. 0653/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010, a partir de 01/06/2014, o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, ocupado pelo(a) servidor(a) NILSA SCHWAMBACH, matrícula nº 102725, em virtude de sua Aposentadoria por idade, sem paridade, conforme Decreto nº 4.071 de 21 de maio de 2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de junho de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Apmf

Decreto Nº 4074, de 23 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4074, de 23 de maio de 2014.

"ALTERA O DECRETO Nº 3.992, DE 15 DE ABRIL DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO, CARGOS COM RESPECTIVO NÚMERO DE VAGAS, NÍVEL DE VENCIMENTO, JORNADA DE TRABALHO E GRUPO OCUPACIONAL DOS SERVIDORES EFETIVOS QUE INTEGRAM A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento ao disposto no parágrafo 3º do art.15, da Lei Complementar n. 208, de 28 de setembro de 2010, acrescentado pela Lei Complementar n. 243, de 29 de março de 2012,

DECRETA:

Art.1º- Fica alterada a lotação dos cargos com respectivo número de vagas, nível de vencimento, jornada de trabalho e grupo ocupacional dos servidores efetivos que integram a estrutura organizacional da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal passando a vigorar na conformidade com o Anexo I que integra o presente Decreto.

Parágrafo único: A alteração do Decreto nº 3.992, de 15 de abril de 2014, ocorre em face da:

I - Publicação da Lei Complementar nº 277, de 14 de maio de 2014, que amplia vagas na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e altera os anexos da Lei Complementar 208 de 28 de setembro de 2010: ampliação de 03 (três) vagas de Agente Administrativo ficando um total de 15 (quinze) vagas deste cargo na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação; ampliação de 10 (dez) vagas de Assistente Social ficando um total de 21 (vinte e uma) vagas deste cargo na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação; ampliação de 04 (quatro) vagas de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino ficando um total de 10 (dez) vagas deste cargo na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação; ampliação de 02 (duas) vagas de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino ficando um total de 03 (três) vagas deste cargo na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação; ampliação de 02 (duas) vagas de Educador Social ficando um total de 09 (nove) vagas deste cargo na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação; ampliação de 02 (duas) vagas de Motorista de Veículo Leve ficando um total de 06 (seis) vagas deste cargo na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação; e ampliação de 09 (nove) vagas de Psicólogo ficando um total de 15 (quinze) vagas deste cargo na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Anexo I que integra o Decreto nº 3.992 de 15 de abril de 2014.

GABINETE DO PREFEITO.

23 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

LOTAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS

a) Lotação Administração Direta

I - Gabinete do Prefeito

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	8	E	40	GA
Agente de Defesa Civil	2	E	40	GA
Auditor Interno	1	H	40	GS
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	5	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	2	D	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	1	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	1	A	40	GO
Engenheiro Civil	2	H	40	GS
Fiscal do PROCON	2	G	40	GS
Guarda Municipal	30	E	40	GO
Motorista de Caminhão	2	E	40	GO
Motorista de Veículo Leve	2	D	40	GO
Pedreiro	1	D	40	GO
Pintor	1	C	40	GO
Telefonista	2	C	36	GA

Agente Administrativo	19	E	40	GA
Assistente Social	2	H	40	GS
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	7	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	5	D	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	6	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	2	A	40	GO
Coveiro	3	B	40	GO
Digitador (em extinção)	1	E	36	GA
Eletricista	1	D	40	GO
Médico Perito	1	H	20	GS
Motorista de Veículo Leve	2	D	40	GO
Programador (em extinção)	1	E	40	GA
Psicólogo	1	H	40	GS
Técnico em Enfermagem	1	F	40	GT
Técnico em Informática	2	F	40	GT
Técnico em Segurança no Trabalho	1	F	40	GT
Telefonista	2	C	36	GA
Vigia (em extinção)	11	B	40	GO

V - Secretaria Municipal de Fazenda

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Arquivista	1	H	40	GS
Agente Administrativo	14	E	40	GA
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	3	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	3	D	40	GA
Contador	2	H	40	GS
Fiscal de Tributos	12	G	40	GS
Fiscal de Obras (em extinção)	2	G	40	GS
Fiscal de Obras e Posturas	6	G	40	GS
Fiscal de Posturas (em extinção)	1	G	40	GS

VI - Secretaria Municipal de Saúde				
Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Administrador	1	H	40	GS
Agente Administrativo	17	E	40	GA
Agente de Saúde (em extinção)	2	F	40	GA
Almoxarife (em extinção)	1	B	40	GA
Assistente Social	2	H	40	GS
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	10	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	4	D	40	GA
Auxiliar de Saúde Bucal	20	C	40	GO
Auxiliar de Enfermagem (em extinção)	36	D	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	18	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	5	A	40	GO
Carpinteiro	1	D	40	GO
Cirurgião Dentista	30	H	20	GS
Cirurgião Dentista (em extinção)	1	J	30	GS
Eletricista	1	D	40	GO
Enfermeiro	26	H	40	GS
Enfermeiro Obstétrico	2	H	40	GS
Farmacêutico	7	H	40	GS
Fiscal de Saúde Pública	4	G	40	GS
Fisioterapeuta	2	H	40	GS
Fonoaudiólogo	3	H	40	GS
Médico	14	H	20	GS
Médico (em extinção)	1	J	30	GS
Médico	13	K	40	GS
Médico Angiológico	1	H	20	GS
Médico Auditor	1	H	20	GS
Médico Autorizador	1	H	20	GS
Médico Cardiologista	2	H	20	GS
Médico Cirurgião Geral	2	H	20	GS
Médico Cirurgião Pediátrico	1	H	20	GS

Médico Dermatologista	1	H	20	GS
Médico Endocrinologista	1	H	20	GS
Médico Ginecologista/Obstetra	6	H	20	GS
Médico Neurologista	2	H	20	GS
Médico Pediatra	6	H	20	GS
Médico Pneumologista	1	H	20	GS
Médico Psiquiatra	2	H	20	GS
Médico Oftalmologista	3	H	20	GS
Médico Oncologista	1	H	20	GS
Médico Ortopedista	1	H	20	GS
Médico Otorrinolaringologista	2	H	20	GS
Médico Urologista	2	H	20	GS
Médico Veterinário	1	H	40	GS
Motorista de Caminhão	8	E	40	GO
Motorista de Veículo Leve	12	D	40	GO
Nutricionista	2	H	40	GS
Psicólogo	8	H	40	GS
Radiologista/Odontológico	3	H	20	GS
Recepcionista (em extinção)	1	B	40	GA
Técnico em Análises Clínicas	2	F	40	GT
Técnico em Enfermagem	57	F	40	GT
Técnico em Informática	2	F	40	GT
Técnico em Radiologia	2	F	20	GT

VII - Secretaria Municipal de Educação

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	20	E	40	GA
Assistente Social	1	H	40	GS
Atendente de Educação Infantil (em extinção)	3	B	40	GA
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	2	C	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	112	A	40	GO

Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	9	A	40	GO
Cozinheiro	39	B	40	GO
Engenheiro de Alimentos	1	H	40	GS
Fonoaudiólogo (em extinção)	1	G	30	GS
Fonoaudiólogo	4	H	40	GS
Instrutor de Trabalhos Manuais (em extinção)	2	B	20	GO
Motorista de Caminhão	8	E	40	GO
Motorista de veículo leve	4	D	40	GO
Nutricionista	3	H	40	GS
Professor I (em extinção)	4	B	40	GA
Psicólogo	2	H	40	GS
Psicopedagogo	2	H	40	GS
Técnico em Informática	1	F	40	GT

VIII - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	3	E	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	1	D	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	2	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	3	A	40	GO
Turismólogo	2	H	40	GS

IX - Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	15	E	40	GA
Assistente Social	21	H	40	GS
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	1	C	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	10	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	3	A	40	GO
Cozinheiro	2	B	40	GO
Educador Social	9	E	40	GA

Engenheiro Civil	1	H	40	GS
Psicólogo	15	H	40	GS
Psicopedagogo	2	H	40	GS
Motorista de Caminhão	4	E	40	GO
Motorista de Veículo Leve	6	D	40	GO

X - Secretaria Municipal de Agricultura

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	2	E	40	GA
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	1	C	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	1	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	3	A	40	GO
Engenheiro Agrônomo	2	H	40	GS
Médico Veterinário	2	H	40	GS
Motorista de Caminhão	1	E	40	GO
Operador de Equipamentos	8	E	40	GO
Técnico em Agropecuária	4	F	40	GT

XI - Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	8	E	40	GA
Arquiteto	4	H	40	GS
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	1	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	1	D	40	GA
Auxiliar de Topografia	4	B	40	GO
Biólogo	1	H	40	GS
Desenhista	6	F	40	GT
Engenheiro Civil	6	H	40	GS
Engenheiro Florestal	1	H	40	GS
Engenheiro Sanitarista	1	H	40	GS
Fiscal de Meio Ambiente	2	G	40	GS
Fiscal de Serviço Público	4	G	40	GS
Motorista de Caminhão	1	E	40	GO

Topógrafo	2	F	40	GT
XII - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos				
Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	4	E	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	1	D	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	15	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	59	A	40	GO
Calceteiro	12	C	40	GO
Carpinteiro	6	D	40	GO
Detonador (em extinção)	1	B	40	GO
Engenheiro Civil	1	H	40	GS
Lubrificador	1	B	40	GO
Motorista de Caminhão	24	E	40	GO
Motorista de Veículo Leve	4	D	40	GO
Operador de Equipamentos	20	E	40	GO
Pedreiro	9	D	40	GO
Pintor	1	C	40	GO
b) Lotação Administração Indireta - Fundação Cultural				
Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	4	E	40	GA
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	4	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	5	D	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	2	A	40	GO
Bibliotecário	1	H	40	GS
Motorista de Veículo Leve	2	D	40	GO
Telefonista	2	C	36	GA
c) Lotação Administração Indireta - Fundação Municipal de Desporto				
Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	2	E	40	GA
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	1	C	40	GA

Auxiliar Administrativo II (em extinção)	2	D	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	4	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	6	A	40	GO
Motorista de Caminhão	1	E	40	GO
Motorista de Veículo Leve	2	D	40	GO

Decreto Nº 4089, de 28 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4089, de 28 de maio de 2014.

“SUBSTITUI OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - CONSELHO DO FUNDEB.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e nos dispositivos da Lei Municipal nº 4.539/2007, alterada pela Lei Municipal nº 4.797/2008.

DECRETA:

Art.1º - Ficam substituídos os membros para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB os seguintes membros devidamente indicado por sua entidade:

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA.

Titular: Marilene Back Espíndola, substitui Jucélia Correia de Santana

Suplente: Margarete Poffo Nau

Art.2º- Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art.3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

28 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul.

Concorrência Pública 087/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 087/2014

O Município de Rio do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, através da Comissão Permanente de Licitações do Município nomeada pelo Decreto nº 3.766, de 10 de dezembro de 2013, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade de

CONCORRÊNCIA PÚBLICA visando à outorga de permissão, objetivando a exploração de Quiosques, junto a Praça. Ermembergo Pellizzetti, com manutenção de toda a área do complexo.

Os envelopes de "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA DE PREÇOS" deverão ser protocolados junto à Secretaria Municipal de Administração ao Departamento de Licitações, localizada na sede deste Município - Praça 25 de Julho, 01, Centro, Rio do Sul, SC, até às 9:00 horas do dia 08 de julho de 2014 ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data para abertura no mesmo dia. A abertura dos envelopes contendo a habilitação e proposta comercial, dar-se-á às 09:00 horas do dia 08 de julho de 2014, no endereço supra indicado. A presente licitação será do tipo MAIOR OFERTA, consoante as condições estatuídas neste Edital, e será regida pelas Leis nº 8.666/93 e alterações posteriores, Lei Municipal nº 4.257 de 01 de novembro de 2005.

Rio do Sul, 30 de maio de 2014.
Garibaldi Antônio Ayroso
Prefeito de Rio do Sul

Portaria Nº 0631/2014

PORTARIA Nº. 0631/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder auxílio-funeral, a SABINO MARCHI, (Protocolo 147607/2014), em virtude do falecimento ocorrido no dia 16/05/2014, da servidora pública municipal, IDA BORGONOV O MARCHI, conforme Certidão de óbito Nº 0016150 09, aposentada pelo Fundo de Aposentadoria e Pensões (FAP), de acordo com o Art. 262, da Lei Complementar nº. 207/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de maio de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Vf

Portaria Nº 0385/2014

PORTARIA Nº. 0385/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido, a partir de 02/04/2014, o servidor municipal VALDEMIRO GILZ, do cargo de provimento efetivo de CARPINTEIRO, nos termos do Art. 39, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de abril de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Apmf

Portaria Nº 0650/RH

PORTARIA N. 0650/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 a 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor JEAN MARCO PEGORARO, matrícula n. 173436/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Desenhista, o primeiro Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 133506/2012 a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de maio de 2014, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de junho de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria Nº 0651/RH

PORTARIA N. 0651/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 a 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder a servidora MARGARETE DA SILVA DA LUZ, matrícula n. 102156/2, ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem, o primeiro Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 133198/2012 a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de maio de 2014, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de junho de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria Nº 0652/RH
PORTARIA N. 0652/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 a 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder a servidora LUCIMERI BERNARDES, matrícula n. 171395/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Guarda Municipal, o primeiro Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 133506/2012 a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de maio de 2014, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de junho de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

Resolução Nº 07.2014, de 30 de Maio de 2014.**RESOLUÇÃO Nº 07/2014**

Resolve efetuar pagamento através do FIA, para custear despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem e Inscrição fornecida a dois Conselheiros Tutelares, para participar VII Seminário para Capacitação de Conselheiros Tutelares e Agentes Operadores do Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, dispostas no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90 e Lei Municipal nº 2.947/94,

Considerando, o Plano de Ação e Aplicação onde prevê capacitações para os Conselheiros Tutelares e Conselheiros de Direitos.

RESOLVE:

Art. 1º - Realizar pagamento através do FIA (Fundo para a Infância e Adolescência), para custear despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem e inscrição para dois representantes do Conselho Tutelar (Sr. Osmar Cachoeira e Niocete Laurentino Ferrari) para participar do VII Seminário para Capacitação de Conselheiros Tutelares e Agentes Operadores do Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente a se realizar dias 04, 05 e 06 de Junho de 2014 na cidade de São Lourenço do Oeste - SC.

Art. 2º - A quantia a ser paga corresponde ao valor de R\$ 1600,00 (Um mil e seiscentos reais), para a Conselheira Niocete Ferrari (Banco Brasil Agência: 0276 Conta Nº 13.616-6), que será responsável pela prestação de contas das despesas.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de maio de 2014.

JULIO CESAR ALVES

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rio do Sul

CMDCA

Salto Veloso

PREFEITURA

Portaria Nº 002/2014 - Ipresvel

Estado de Santa Catarina

Município de Salto Veloso

IPRESVEL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso

PORTARIA N.º 002/2014

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER INTEGRAL, A JORGE LUIZ SAUER.

TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI, Diretora Executiva do IPRESVEL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso, nomeada pela Portaria n.º 003, de 9 de maio de 2014, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 80, inciso I, da Lei n.º 1.096, promulgada em 24 de junho de 2003, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER INTEGRAL,

De acordo com o artigo 6º da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, a

JORGE LUIZ SAUER, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista Classe II, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, sob o Regime Jurídico Estatutário, devendo perceber o correspondente a 100% (cem por cento) dos proventos, perfazendo a importância de R\$ 2.181,75 (Dois mil, cento e oitenta e um reais e setenta e cinco centavos), a contar de 02 de junho de 2014, conforme Processo nº 002/2014.

Salto Veloso, 02 de junho de 2014.

TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

Diretora Executiva

São Bento do Sul

PREFEITURA

Lei Nº 3381/2014

LEI Nº 3381, DE 30 DE MAIO DE 2014.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 160.800,00 (cento e sessenta mil e oitocentos reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 02 - DETRUSBS

Atividade: 2.015 - Convênio SSP/Trânsito - PREFEITURA

4.4.90.52.00.00.00 024 - Equip. Material Permanente R\$ 150.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 01 - Agricultura

Atividade: 2.017 - Gestão do Departamento de Agricultura - DE-AGRI

(388) 3.3.90.37.00.00.00 100 - Locação de Mão-de-Obra R\$ 10.800,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das dotações orçamentárias:

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

Projeto: 1.040 - Infraestrutura em vias públicas - Operação Tapete Preto

(520) 4.4.90.51.00.00.00 024 - Obras e Instalações R\$ 150.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 01 - Agricultura

Atividade: 2.018 - Departamento de Pecuária - DEPEC

(377) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 5.800,00

(378) 4.4.90.52.00.00.00 100 - Equip. Material Permanente R\$ 5.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de maio de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 573/2014

DECRETO Nº 0573, DE 30 DE MAIO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VI-
GENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atri-
buições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a
Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza
a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de
R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais) no orçamento vigente da
Prefeitura Municipal e suplementará as seguintes dotações orça-
mentárias:

Órgão: 09 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.029 - Gestão da Secret. Munic. de Obras e Serv. Ur-
banos -SEMOB

(212) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ. R\$ 30.000,00

Órgão: 11 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 03 - Turismo

Atividade: 2.019 - Departamento de Turismo - DETUR

(357) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo. R\$ 8.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aber-
to, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das
seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 09 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.029 - Gestão da Secret. Munic. de Obras e Serv. Ur-
banos -SEMOB

(211) 3.3.90.36.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PF. R\$ 30.000,00

Órgão: 11 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 03 - Turismo

Atividade: 2.019 - Departamento de Turismo - DETUR

(361) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ. R\$ 8.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de maio de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 574/2014

DECRETO Nº 0574, DE 30 DE MAIO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VI-
GENTE DO MUNICÍPIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas
atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3381, de 30 de
maio de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de
R\$ 160.800,00 (cento e sessenta mil e oitocentos reais) no orça-
mento vigente do município de São Bento do Sul e suplementará
as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E UR-
BANISMO

Unidade: 02 - DETRUSBS

Atividade: 2.015 - Convênio SSP/Trânsito - PREFEITURA

4.4.90.52.00.00.00 024 - Equip. Material Permanente R\$
150.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 01 - Agricultura

Atividade: 2.017 - Gestão do Departamento de Agricultura - DE-
AGRI

(388) 3.3.90.37.00.00.00 100 - Locação de Mão-de-Obra R\$
10.800,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão uti-
lizados recursos provenientes das anulações parciais das dotações
orçamentárias:

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E UR-
BANISMO

Unidade: 01 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

Projeto: 1.040 - Infraestrutura em vias públicas - Operação Tapete
Preto

(520) 4.4.90.51.00.00.00 024 - Obras e Instalações R\$ 150.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 01 - Agricultura

Atividade: 2.018 - Departamento de Pecuária - DEPEC

(377) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 5.800,00

(378) 4.4.90.52.00.00.00 100 - Equip. Material Permanente R\$
5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de maio de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Portaria Nº 5709/2014

PORTARIA Nº 5709, DE 30 DE MAIO DE 2014

Concede aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal/88, com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 20/1998 e art. 33, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 29 de maio de 2014, aposentadoria compulsória ao segurado PERICLES MENEZES DA COSTA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Ortopedista, Grupo Ocupacional VIII, Nível I, Classe B, matrícula nº 35683, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma data aplicável no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 3487/2014, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 29 de maio de 2014.

São Bento do Sul, 30 de maio de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Listagem de Portarias 006/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 5619, de 26 de maio de 2014. Nomeia Servidor Público, a partir de 21 de maio de 2014. Deise Aparecida Stal. Auxiliar de Consultório Dentário. Grupo Ocupacional 03. Nível I. Classe A. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 5694, de 29 de maio de 2014. Nomeia Servidor Público, a partir de 28 de maio de 2014. Elaine Teixeira Knopik. Atendente Educativo. Grupo Ocupacional Assistência Educacional. Nível I. Classe A. 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 5695, de 29 de maio de 2014. Nomeia Servidor Público, a partir de 28 de maio de 2014. Ana Cristina Unisesky. Atendente Educativo. Grupo Ocupacional Assistência Educacional. Nível I. Classe A. 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 5696, de 29 de maio de 2014. Nomeia Servidor Público, a partir de 28 de maio de 2014. Ana Paula Dranka. Atendente Educativo. Grupo Ocupacional Assistência Educacional. Nível I. Classe A. 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 5697, de 29 de maio de 2014. Nomeia Servidor Público, a partir de 28 de maio de 2014. Adriane Martins. Atendente Educativo. Grupo Ocupacional Assistência Educacional. Nível I. Classe A. 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 5698, de 29 de maio de 2014. Nomeia Servidor Público, a partir de 28 de maio de 2014. Diana Aparecida de Anhaia. Atendente Educativo. Grupo Ocupacional Assistência Educacional. Nível I. Classe A. 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 5699, de 29 de maio de 2014. Revoga Portaria nº 5694/2014 que nomeou servidora pública Elaine Teixeira Knopik, no cargo de Atendente Educativo, por desistência espontânea.

Portaria nº 5700, de 29 de maio de 2014. Revoga Portaria nº 5695/2014 que nomeou servidora pública Ana Cristina Unisesky, no cargo de Atendente Educativo, por desistência espontânea.

Portaria nº 5701, de 29 de maio de 2014. Revoga Portaria nº 5572/2014 que nomeou servidora pública Jaqueline Selke, no cargo de Enfermeira, por desistência espontânea.

Portaria nº 5702, de 30 de maio de 2014. Declara Vago Cargo de Auxiliar de Serviços, a partir de 02 de junho de 2014, ocupado pela servidora Elaine de Oliveira, com fulcro no art. 47, VI, da Lei nº 228/2001.

Portaria nº 5703, de 30 de maio de 2014. Nomeia Servidor Público, a partir de 30 de maio de 2014. Adriana Classar Ribas. Professor. Grupo Ocupacional Educação Infantil. Licenciatura Plena. Nível I. Classe A. 20 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 5704, de 29 de maio de 2014. Revoga Portaria nº 5703/2014 que nomeou servidora pública Adriana Classar Ribas, no cargo de Professor Educação Infantil, por desistência espontânea.

Portaria nº 5705, de 30 de maio de 2014. Nomeia Servidor Público, a partir de 30 de maio de 2014. Heloiza Cristina Paes Pereira. Professor. Grupo Ocupacional Educação Infantil. Licenciatura Plena. Nível I. Classe A. 20 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 5706, de 30 de maio de 2014. Nomeia Servidor Público, a partir de 30 de maio de 2014. Vitor Alves. Professor. Grupo Ocupacional Ensino Fundamental. Anos Finais - Artes. Licenciatura Plena. Nível I. Classe A. 20 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 5707, de 30 de maio de 2014. Nomeia Servidor Público, a partir de 30 de maio de 2014. Fernanda Spitzner. Assistente Administrativo. Grupo Ocupacional 04. Nível I. Classe A. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 5708, de 29 de maio de 2014. Revoga Portaria nº 5707/2014 que nomeou servidora pública Fernanda Spitzner, no cargo de Assistente Administrativo, por desistência espontânea.

Portaria nº 5710, de 30 de maio de 2014. Nomeia Coordenador de Serviços de Zeladoria dos Cemitérios do Cruzeiro, Ponte dos Vieira e Fundão, a partir de 01 de junho de 2014. Fabricio Michael Borchardt. SEMOB.

Portaria nº 5711, de 30 de maio de 2014. Admite Servidor Temporário. Carmem Ressel. Atendente Educativo. 30 horas semanais. EBM Maria Waltrudes Kruger. SEMED.

Portaria nº 5712, de 30 de maio de 2014. Admite Servidor Temporário. Terezinha Rodrigues de Souza. Auxiliar de Serviços. EBM Sophia Schwedler. 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 5713, de 30 de maio de 2014. Admite Servidor Temporário. Vanderleia Buthevit. Professor Educação Infantil. 40 horas semanais. CEIM Tico e Teco. SEMED.

Portaria nº 5714, de 30 de maio de 2014. Admite Servidor Temporário. Josiane Pereira Gulik. Professor Educação Infantil. 20 horas semanais. CEIM Pingo de Gente. SEMED.

Portaria nº 5715, de 30 de maio de 2014. Admite Servidor Temporário. Patricia Weise. Auxiliar de Serviços. EBM Ladir dos Santos. 40 horas semanais. SEMED.

São Bento do Sul, 04 de junho de 2014.
FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL.

SAMAE

Portaria/SAMAE/SBS/Nº 105, de 29 de Maio de 2014.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 105, de 29 de maio de 2014.
" EXONERA CHEFE DE DIVISÃO "

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - EXONERAR, na forma do art. 49º, alínea b, da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001, JOSÉ ALEXANDRE KOCH, do cargo de Chefe da Divisão Comercial.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 01 de junho de 2014, revogando-se a portaria nº 222 de 07 de outubro de 2013.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 106, DE 29 DE MAIO DE 2014.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 106, de 29 de maio de 2014.
"NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 0013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - NOMEAR, na forma do art. 5º, § 3º, da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001, MARIA LOURDES SPERKA, para exercer o cargo de Chefe da Divisão Comercial.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 01 de junho de 2014.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE/SBS/Nº 107 DE 29 DE MAIO DE 2014.

PORTARIA SAMAE/SBS/Nº 107 de 29 de maio de 2014.
" CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO "

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC., nomeado pela Portaria 013 de 01 de janeiro de 2013, do Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER ao servidor JOAO CARNEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Saneamento I, lotado nesta Autarquia, Gratificação de Função, nível FG-03, função de AGENTE DE SERVIÇOS em conformidade com o artigo 75 § 1º da Lei Municipal nº 228 de 28 de dezembro de 2001, modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de junho de 2014, revogando-se a portaria nº 069 de 11 de março de 2014.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE/SBS/Nº 108 DE 29 DE MAIO DE 2014.

PORTARIA SAMAE/SBS/Nº 108 de 29 de maio de 2014.
" CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO "

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC., nomeado pela Portaria 013 de 01 de janeiro de 2013, do Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER ao servidor JOSÉ ALEXANDRE KOCH, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Saneamento I, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-04, função de AGENTE DE SETOR, em conformidade com o artigo 75 § 1º da Lei Municipal nº 228 de 28 de dezembro de 2001, modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de junho de 2014.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE/SBS/ Nº 109 DE 29 DE MAIO DE 2014.

PORTARIA SAMAE/SBS/ Nº 109 de 29 de maio de 2014.
" CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO "

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER ao servidor ALIRIO MORAES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Operacionais, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-01, função de AGENTE DE SERVIÇOS de responsabilidades alheias ao cargo, em conformidade com o artigo 75 § 1º da Lei Municipal nº 228 de 28 de dezembro de 2001, modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de junho de 2014.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 104, DE 26 DE MAIO DE 2014.

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 104, de 26 de maio de 2014.
"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER ao servidor ANTONIO VALDEMIR BAIER, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS OPERACIONAIS, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2º - As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 26/05/14.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 008/2014, de 02 de Junho de 2014

PORTARIA Nº 008/2014, DE 02 DE JUNHO DE 2014.
"Corrige valores de diárias".

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE :

Artigo 1º - Corrigir os valores das diárias constantes da Portaria nº 069/2007, de 01 de março de 2007, conforme segue:

I - Capital do Estado de Santa Catarina:

	Diária Inteira	½ diária	¼ diária
Vereadores	R\$ 360,00	R\$ 180,00	R\$ 90,00
Assessores/Funcionários	R\$ 320,00	R\$ 160,00	R\$ 80,00

II - Demais cidades do Estado de Santa Catarina e do Estado do Paraná:

	Diária Inteira	½ diária	¼ diária
Vereadores	R\$ 300,00	R\$ 150,00	R\$ 75,00
Assessores/Funcionários	R\$ 260,00	R\$ 130,00	R\$ 65,00

III - Demais Estados:

	Diária Inteira	½ diária	¼ diária
Vereadores	R\$ 500,00	R\$ 250,00	R\$ 125,00
Assessores/Funcionários	R\$ 450,00	R\$ 225,00	R\$ 112,50

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria nº 069/2007, de 01 de março de 2007.

São Bento do Sul, 02 de junho de 2014.
CÉSAR AUGUSTO ACCORSI DE GODOY
Presidente

São Domingos

PREFEITURA

Dec 1635 de 30 05 14 Atualiza Tabelas Reposição Salarial

DECRETO Nº 1635, DE 30 DE MAIO DE 2014.

Dispõe sobre atualização de valores dos Salários e Vencimento Mensais constantes em Legislação Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; na Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada e na Lei Municipal nº 1.737, de 23/05/14;

- Considerando o disposto no art. 2º da Lei Municipal nº 1.737, de 23/05/14, que dispõe sobre a revisão geral anual dos vencimentos dos servidores públicos municipais, dos salários dos empregados públicos municipais e dos subsídios dos agentes políticos e dá outras providências;

- Considerando o disposto na Lei Complementar nº 042 de 04/04/2012 atualizada, que trata sobre a Reorganização Geral dos Grupos, Níveis e dos Vencimentos do Quadro de Pessoal dos Servidores Públicos Municipais, inclusive o do Magistério e dos Inativos; reorganização Geral dos Grupos, Níveis e dos Salários do Quadro de Pessoal dos Empregados Públicos Municipais; e a criação de Cargos Públicos de Provimento Efetivo, conforme o art. 4º da Lei Complementar nº 042 de 04/04/2012 atualizada, que criou os cargos públicos, Auxiliar de Saúde Bucal, Agente Educativo, Técnico de Saúde Bucal, Fisioterapeuta, Arquiteto;

- Considerando a Lei Complementar nº 0044, de 06/11/2012 que criou a coordenadoria municipal de políticas públicas para as mulheres;

- Considerando a Lei nº 1.687, de 28 de junho de 2012, que fixa os subsídios;

- Considerando a Lei Municipal nº 1.594 de 29/06/2009, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente;

DECRETA:

Art. 1º Ficam atualizados os Anexos I, II, III, IV, V e VI e o art. 2º do Decreto nº 1530, de 14/02/2014, no que se refere a atualização de valores dos vencimento e salários, conforme segue:

ANEXO I

QUADRO GERAL DE CARGOS PERMANENTES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

GRUPO	CÓDIGO	CARGO	QUANTIDADE	VENCIMENTO
1 - SERVIÇOS GERAIS (SEGER)				
	11.01	Agente Comunitário de Saúde	06	850,39
	11.02	Auxiliar de Serviços Gerais	65	850,39
	11.03	Vigia	22	850,39
	11.04	Auxiliar Administrativo	08	907,09
2 - SERVIÇOS OPERACIONAIS (SOPER)				
	21.01	Agente de Construção e Conservação	15	1.020,47
	21.02	Agente Administrativo	14	1.190,55
	21.03	Bibliotecário	02	907,09

	21.04	Eletricista	01	1.020,47
	21.05	Mecânico	03	1.303,94
	21.06	Motorista	35	1.054,49
	21.07	Operador de Máquinas	30	1.303,94
	21.08	Telefonista	02	907,09

3 - SERVIÇOS AUXILIARES (SAUXI)

	31.01	Assistente Administrativo	10	907,09
	31.02	Assistente Financeiro	06	1.417,32
	31.03	Agente Tributário	02	1.133,86
	31.04	Fiscal de Tributos, Obras e Serviços	02	1.190,55
	31.05	Fiscal de Vigilância Sanitária	02	1.190,55
	31.06	Auxiliar de Saúde Bucal	02	907,09
	31.07	Agente Educativo	10	1.020,47

4 - TÉCNICO PROFISSIONAL (TEPRO)

	41.01	Técnico Agrícola	02	1.326,61
	41.02	Técnico em Enfermagem	18	1.326,61
	41.03	Técnico em Meio Ambiente	01	1.326,61
	41.04	Técnico em Saúde Bucal	04	1.190,55

5 - TÉCNICO CIENTÍFICO (TECIE)

	51.01	Advogado	01	3.343,20
	51.02	Assistente Social	02	3.343,20
	51.03	Engenheiro Agrônomo	01	3.343,20
	51.04	Enfermeiro	05	3.343,20
	51.05	Engenheiro Civil	01	3.343,20
	51.06	Médico Veterinário	02	3.343,20
	51.07	Contador Geral	01	3.343,20
	51.08	Odontólogo	03	3.343,20
	51.09	Bioquímico	01	3.343,20
	51.10	Psicólogo	01	3.343,20
	51.11	Médico	06	3.343,20
	51.12	Farmacêutico	02	3.343,20
	51.13	Nutricionista	01	3.343,20
	51.14	Fisioterapeuta	01	3.343,20
	51.15	Arquiteto	01	3.343,20

ANEXO II

QUADRO GERAL DE CARGOS EM EXTINÇÃO

GRUPO	CÓDIGO	CARGO	QUANTIDADE	VENCIMENTO
6 - QUADRO EM EXTINÇÃO				
	61.01	Fiscal do DMER	01	1.814,18

61.03	Mecânico de Máquinas e Veículos	01	1.303,94
61.04	Agente Comunitário de Saúde	02	850,39
61.05	Agente de Tributação	01	1.814,18
61.06	Auxiliar de Finanças I	02	963,78
61.07	Auxiliar de Finanças II	02	1.814,18

ANEXO III QUADRO GERAL DE CARGOS COMISSIONADOS

GRUPO	CÓDIGO	CARGO	NÍVEL	QUANTIDADE	VENCIMENTO
7 - QUADRO DE CARGOS COMISSIONADOS					
	71.00	Secretário Municipal	AP-01	07	3.888,40
	71.01	Diretor de Departamento	CC-04	12	2.103,30
	71.02	Assessor Jurídico	CC-01	01	3.245,86
	71.03	Coordenador de Planejamento	CC-02	01	2.967,87
	71.04	Consultor Técnico	CC-02	06	2.967,88
	71.05	Assessor de Imprensa e Relações Públicas	CC-06	01	1.428,66
	71.06	Assistente Pessoal do Prefeito	CC-05	02	1.689,66
	71.07	Coordenador de Programa	CC-06	09	1.429,21
	71.08	Assessor de Secretaria	CC-07	15	907,09
	71.09	Coordenador de Serviços Contábeis	CC-01	01	3.245,85
	71.10	Coordenador Executivo do PROCON	CC-01	01	3.245,84
	71.11	Coordenador de Controle Interno	CC-03	01	2.214,57
	71.12	Coordenadora de Políticas Públicas para as Mulheres	CC-03	01	2.214,57

ANEXO IV QUADRO GERAL DE CARGOS E VENCIMENTOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

NIVEIS/FAIXAS DE VENCIMENTO	1	2	3	4	5	6	7
A	822,61	871,96	921,32	970,67	1.020,03	1.069,39	1.118,74
B	827,31	876,94	926,58	976,22	1.025,86	1.075,50	1.125,14
C	1.034,14	1.096,18	1.158,23	1.220,28	1.282,33	1.344,38	1.406,43
D	1.137,53	1.205,78	1.274,03	1.342,28	1.410,53	1.478,78	1.547,04
E	1.194,57	1.266,24	1.337,91	1.409,59	1.481,26	1.552,94	1.624,61

OBS.: valores para carga horária de 20 horas semanais.

ANEXO V QUADRO DE CARGOS INATIVOS E PENSIONISTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

NOME	CARGO	VENCIMENTO	TRIÊNIO	PROGRESSÃO POR MERECIMENTO	AUMENTO DE JORNADA	TOTAL EM R\$
Josefa Babinski	Professor PD/A-I	822,61	296,14	49,36	0,00	1.168,11
Leonilda Irene Hennerich	Professor PD/A-I	822,61	345,50	65,81	0,00	1.233,92
Vanda Rotava	Professor PD/C-III	1.034,14	434,34	186,14	1.034,14	2.688,76
Maria Dozolina Ottoni	Pensionista	1.198,83	0,00	0,00	0,00	1.198,83
Olmiro S. Walendorf	Auxiliar de Serviços Gerais	850,39	0,00	0,00	0,00	850,39
Edgar P. Kuhn	Auxiliar de Serviços Gerais	850,39	51,02	0,00	0,00	901,41

ANEXO VI QUADRO DE EMPREGOS PÚBLICOS

GRUPO	CÓDIGO	CARGO	QUANTIDADE	VENCIMENTO
1 - ATIVIDADES DE NÍVEL FUNDAMENTAL - ANF				
	91.01	Agente Comunitário de Saúde	30	850,39
	91.02	Agente de Combate às Endemias	04	850,39
	91.03	Monitor de Programas Sociais	08	963,78
2 - ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO - ANM				
	91.11	Técnico de Enfermagem	10	1.326,61
3 - ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - ANS				
	91.21	Médico	05	12.052,92
	91.22	Enfermeiro	04	3.343,20
	91.23	Odontólogo	03	3.343,20
	91.24	Assistente Social	04	3.343,20

91.25	Psicólogo	02	3.159,63
91.26	Nutricionista	02	3.343,20

Art. 2º Fica adequado a Seção IV Artigo 21, da Lei Municipal nº 1.594, de 29 de junho de 2009, no que se refere a atualização de valores, conforme segue:

Conselheiros Tutelares	889,92
------------------------	--------

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 1530 de 14 de fevereiro de 2014.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 30 de maio de 2014

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Decreto N. 1637, de 02 de Junho de 2014

DECRETO Nº 1637, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a exoneração de servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº. 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº. 042, de 04/04/12 atualizada e pela Lei Complementar 045, de 06/11/12; e:

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a servidora Crislene Mezzalira, do cargo de Assessor de Secretaria, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 02 de junho de 2014.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

Programa de Prestação de Serviços À Comunidade

PROGRAMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE
TERMO DE CONVÊNIO

Convênio que entre si estabelecem a Justiça Criminal da [Comarca do Processo], neste ato representada pelo Doutor Juiz de Direito Sandro Pierri e a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda de São Domingos/SC, neste ato representada por Ana Cláudia Barizon Fontana da Luz, para execução em conjunto do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade.

O Doutor Juiz de Direito da Jurisdição Criminal da Comarca de São Domingos, de um lado, e de outro lado, a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda de São Domingos/SC, abaixo denominada simplesmente Instituição, firmam o presente Convênio, mediante a adoção das seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A jurisdição criminal da Comarca selecionará réus condenados a penas restritivas de direitos (Prestação de Serviços à Comunidade) e os encaminhará à Instituição, para que nela seja cumprida a pena.

CLÁUSULA SEGUNDA: A seleção e escolha da atividade será feita de acordo com as condições do apenado e atenderá as peculiaridades e interesses da Instituição.

CLÁUSULA TERCEIRA: A Instituição se reserva o direito de, a qualquer tempo, por motivo justificado, pedir o desligamento do apenado.

CLÁUSULA QUARTA: O controle do efetivo cumprimento da pena será feito através de boletim, que será preenchido e rubricado pelo responsável pela instituição que o terá sob a sua guarda e será rubricado também pelo apenado. O boletim será encaminhado à Coordenação do Programa, mensalmente, até o dia 05 (cinco) do mês subsequente, conforme estabelece o art. 150, da Lei de Execução Penal (nº 7.210, de 11/07/84).

CLÁUSULA QUINTA: É gratuito o trabalho prestado pelo apenado à Instituição.

CLÁUSULA SEXTA: A Instituição receberá toda a documentação necessária ao cumprimento do presente convênio, relativo a cada apenado, e será comunicada de qualquer alteração sobre a sua execução.

CLÁUSULA SÉTIMA: A Instituição acompanhará o apenado cuidando de fornecer-lhe condições favoráveis ao bom desenvolvimento do trabalho a ser executado, orientando-o, quando necessário.

CLÁUSULA OITAVA: A Instituição poderá oferecer livremente benefícios ao apenado, se assim o entender, tais como: auxílio alimentação, auxílio transporte, etc., não lhe restando qualquer outra obrigação.

CLÁUSULA NONA: As partes poderão, a qualquer tempo, rescindir o presente convênio, enviando por escrito uma comunicação a outra parte com, no mínimo, trinta (30) dias de antecedência.

CLÁUSULA DÉCIMA: O presente convênio entrará em vigor no dia da sua assinatura.

E, por estarem assim acordes, firmam o presente instrumento na presença de 02 (duas) testemunhas adiante firmadas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Domingos (SC), 20 de maio de 2014.

Pela Jurisdição Criminal: Dr. Sandro Pierri - Juiz de Direito da Comarca

Pela Instituição Conveniada: Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
- Secretária de Administração e Fazenda

Decreto Nº 1636, de 02 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 1636, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 045, de 06/11/12, pela Lei Complementar 042 de 04/04/12 atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora Eliza Cristina de Oliveira, para exercer o cargo de Assessor de Secretaria, deste Município de São Domingos (SC), enquadrada no Anexo III, - Quadro Geral de Cargos Comissionados, Código 71.08, Nível CC-07, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12 atualizada, ficando lotada

na Secretaria Municipal de Administração de Fazenda.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 02 de junho de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

Decreto Nº 1.634, de 30 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 1.634, DE 30 DE MAIO DE 2014.

Constitui e nomeia membros de comissão de avaliação imobiliária, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90, atualizada;

- Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 1.608, de 05/05/14, que dispõe sobre a declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação, de imóvel que especifica, destinado à construção de nova escola municipal de ensino fundamental, através de proposta encaminhada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, pelo Projeto Espaço Educativo Urbano - 12 salas de aula;
- Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 1.631, de 28/05/14, que altera o Decreto n. 1.608, de 05 de maio de 2014, que declara imóvel de utilidade pública para fins de desapropriação e dá outras providências;
- Considerando a necessidade de avaliação do imóvel por comissão específica;

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão Municipal de Avaliação Imobiliária, com a incumbência de avaliar o seguinte imóvel: Quadra nº 50: composta por 16 (dezesesseis) lotes, sendo os Lotes nº 01, 06, 11 e 16 com 560m² cada um, medindo 16,00 x 35,00 metros; os Lotes nºs 02, 03, 04, 05, 12, 13, 14 e 15 com 595m² cada um, medindo 17,00 x 35,00 metros; os Lotes nºs 07, 08, 09 e 10 com 750m² cada um, medindo 15,00x50,00 metros, totalizando 10.000 m² situados no Loteamento São Cristóvão em São Domingos-SC, confrontando: ao NORTE: com a Rua Sete de Setembro na extensão de 100,00 metros; ao SUL: com a Rua XV de Novembro em 100,00 metros; ao LESTE: com a Rua João Bigolin, na extensão de 100,00 metros e ao OESTE: com a Rua Paraguai na extensão de 100,00 metros, que consta registrada sob a Matrícula nº 6.684, do CRI de São Domingos, em nome de FABIO BIGOLIN, brasileiro, advogado, inscrito no CPF nº 029.062.839-32 e RG nº 16/R-2.079.865-SSP/SC casado com CATIANE PEREIRA BIGOLIN, brasileira, bioquímica, inscrita no CPF nº 035.468.069-21 e RG nº 1.059.474.211-SSP/RS, residentes e domiciliados na Rua São Cristóvão, 393, em São Domingos/SC.

Parágrafo único. O imóvel destina-se à construção de nova escola municipal de ensino fundamental, através de proposta encaminhada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, pelo Projeto Espaço Educativo Urbano - 12 salas de aula.

Art. 2º Ficam nomeados para compor a Comissão os seguintes membros:

Flavio Celeste Lorenzi (Presidente);
Moacir Roberto Visoli (Membro);
Luiz Maurício de Marchi (Membro).

Parágrafo único. As atribuições e as tarefas da Comissão têm prioridade sobre quaisquer outros serviços públicos.

Art. 3º Aos membros da Comissão compete a avaliação "in loco" do bem, através de vistoria, devendo promover a avaliação do imóvel para fins de desapropriação mediante o pagamento de valor simbólico, cujo relatório será, oportunamente, levado à anuência do Prefeito Municipal.

Parágrafo único. É facultado à Comissão ora nomeada obter subsídios ou, a seu critério, solicitar auxílio de técnicos e/ou empresas especializadas, a fim de dirimir dúvidas e/ou emitir parecer, laudo ou outro documento de avaliação, podendo, para tanto, anexar os mesmos como peças integrantes do processo.

Art. 4º A Comissão desenvolverá os seus trabalhos no prazo máximo de 10 (dez) dias e apresentará um relatório de suas conclusões.

Art. 5º Aos membros da Comissão não será pago qualquer remuneração, sendo considerado serviço público relevante.

Art. 6º As despesas decorrentes do presente decreto, correrão por conta de recursos do orçamento municipal vigente.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 30 de maio de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Decreto Nº 1632, de 28 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 1632, DE 28 DE MAIO DE 2014.

Constitui e nomeia membros de comissão de avaliação imobiliária, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90, atualizada;

- Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 768, de 14/07/11, que dispõe sobre a declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação, de imóvel que especifica, destinado à construção de uma Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, para implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário no município de São Domingos;
- Considerando a necessidade de avaliação do imóvel por comissão específica;

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão Municipal de Avaliação Imobiliária, com a incumbência de avaliar o seguinte imóvel: Chácara nº 08, com área de 24.200,00m², constante da matrícula nº 1.787, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Domingos, localizada no perímetro urbano, de propriedade de CARLOS ALBERTO GITRONE e sua esposa EVA ROSENICE SANTETTI GITRONE, com as confrontações constantes da referida matrícula, sendo: Norte: com a Chácara 2 de Frederico Angeli; Sul: com o

Rio Bonito; Leste: com a chácara nº 1 de Mário Meira de Moura; Oeste: com a chácara nº 7 de Olivo Sady Bertolo.

Parágrafo único. O referido imóvel destina-se à construção de uma Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, para implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário no município de São Domingos.

Art. 2º Ficam nomeados para compor a Comissão os seguintes membros:

Flavio Celeste Lorenzi (Presidente);
Moacir Roberto Visoli (Membro);
Luiz Maurício de Marchi (Membro).

Parágrafo único. As atribuições e as tarefas da Comissão têm prioridade sobre quaisquer outros serviços públicos.

Art. 3º Aos membros da Comissão compete a avaliação "in loco" do bem, através de vistoria, devendo promover a avaliação do imóvel para fins de desapropriação mediante o pagamento de valor simbólico, cujo relatório será, oportunamente, levado à anuência do Prefeito Municipal.

Parágrafo único. É facultado à Comissão ora nomeada obter subsídios ou, a seu critério, solicitar auxílio de técnicos e/ou empresas especializadas, a fim de dirimir dúvidas e/ou emitir parecer, laudo ou outro documento de avaliação, podendo, para tanto, anexar os mesmos como peças integrantes do processo.

Art. 4º A Comissão desenvolverá os seus trabalhos no prazo máximo de 10 (dez) dias e apresentará um relatório de suas conclusões.

Art. 5º Aos membros da Comissão não será pago qualquer remuneração, sendo considerado serviço público relevante.

Art. 6º As despesas decorrentes do presente decreto, correrão por conta de recursos do orçamento municipal vigente.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 28 de maio de 2014.
Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Decreto Nº 1.631, de 28 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 1.631, DE 28 DE MAIO DE 2014.

Altera o Decreto n. 1.608, de 05 de maio de 2014, que declara imóvel de utilidade pública para fins de desapropriação e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina no uso de atribuições que lhe são conferidas por lei;

- Considerando o que estabelece o artigo 5º, inciso XXIV da Constituição Federal;
- Considerando o contido no inciso V do artigo 100; na alínea "e" do artigo 116 D; e no artigo 184, todos da Lei Orgânica Municipal;
- Considerando o disposto no Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/41, em especial o seu art. 5º, letra "m";
- Considerando a necessidade de construção de nova escola municipal de ensino fundamental no perímetro urbano do município de São Domingos, haja vista a crescente demanda;
- Considerando que o Governo Municipal de São Domingos está

encaminhando ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, proposta para implantação do Projeto Espaço Educativo Urbano - 12 salas de aula;

- Considerando o estabelecido na Súmula 473/STF de 03/10/69 que reforça o poder de autotutela administrativa onde o Poder Público, a qualquer tempo, pode rever seus atos;

- Considerando que não haverá prejuízo ao interesse público;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º do Decreto n. 1.608, de 05 de maio de 2014, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, o seguinte imóvel: Quadra nº 50: composta por 16 (dezesesseis) lotes, sendo os Lotes nº 01, 06, 11 e 16 com 560m² cada um, medindo 16,00 x 35,00 metros; os Lotes nºs 02, 03, 04, 05, 12, 13, 14 e 15 com 595m² cada um, medindo 17,00 x 35,00 metros; os Lotes nºs 07, 08, 09 e 10 com 750m² cada um, medindo 15,00x50,00 metros, totalizando 10.000 m² situados no Loteamento São Cristóvão em São Domingos-SC, confrontando: ao NORTE: com a Rua Sete de Setembro na extensão de 100,00 metros; ao SUL: com a Rua XV de Novembro em 100,00 metros; ao LESTE: com a Rua João Bigolin, na extensão de 100,00 metros e ao OESTE: com a Rua Paraguai na extensão de 100,00 metros, que consta registrada sob a Matrícula nº 6.684, do CRI de São Domingos, em nome de FABIO BIGOLIN, brasileiro, advogado, inscrito no CPF nº 029.062.839-32 e RG nº 16/R-2.079.865-SSP/SC casado com CATIANE PEREIRA BIGOLIN, brasileira, bioquímica, inscrita no CPF nº 035.468.069-21 e RG nº 1.059.474.211-SSP/RS, residentes e domiciliados na Rua São Cristóvão, 393, em São Domingos/SC.

Parágrafo único. O referido imóvel destina-se à construção de nova escola municipal de ensino fundamental, através de proposta encaminhada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, pelo Projeto Espaço Educativo Urbano - 12 salas de aula.

Art. 2º Ficam ratificadas as demais disposições do Decreto nº 1608, de 05 de maio de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Domingos (SC), 28 de maio de 2014.
Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Processo Licitatório Prefe N. 068/2014

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 068/2014

PREGÃO PRESENCIAL PREFE N. 019/2014

O Pregoeiro Oficial do Município TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 17 de junho de 2014, estará recebendo as propostas dos interessados para AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC, OBJETO DO TERMO DE COMPROMISSO N. 795103 DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/CAIXA E PROCESSO N. 2623.1011351-27/2013. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, e

demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br.

São Domingos, SC, 23 de maio de 2014.
FLÁVIO CELESTE LORENZI
PREGOEIRO OFICIAL.

São José

PREFEITURA

Portaria Nº 2209/2014/Sma

PORTARIA Nº 2209/2014/SMA

CREDENCIA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA REALIZAR EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL.

O Secretário de Administração Waldemar Bornhausen Neto, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica credenciada a instituição financeira Banco do Brasil S.A - CNPJ nº 00.000.000/0001-91, objetivando a prestação dos serviços descritos no Edital de Chamamento Público 001/2014.

Paço Municipal de São José (SC), 02 de junho de 2014.
Waldemar Bornhausen Neto
Secretário de Administração

RESULTADO DA CARTA CONVITE Nº 006/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA CARTA CONVITE Nº 006/2014 - Processo nº 112/2014 Objeto: Contratação de empresa para efetuar reforma emergencial do CEM RENASCER localizado no bairro Real Park, Município de São José, incluindo fornecimento dos materiais necessários a realização da obra. EMPRESAS HABILITADAS: HANG EMPREIT. DE MÃO DE OBRA E CONST. CIVIL LTDA EPP; PLANECON PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA; e VINÍCIUS GOEDERT - ME EMPRESA INABILITADA: MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS. Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100. Site: www.pmsj.sc.gov.br. Carlos Alfredo Schmidt, Presidente/CPL.

Portaria Nº 007/2014/Gab

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 007/2014/GAB

A **PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ**, no uso de suas atribuições legais, especificamente no artigo 62, da Lei Orgânica do Município de São José,

RESOLVE:

I - Homologar os resultados finais do Processo Seletivo Emergencial Simplificado - Edital número 001/2014 para formação de cadastro de reserva de professores e auxiliares de ensino que serão admitidos em caráter temporário no ano letivo de 2014, de acordo com a Lei Federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei Municipal nº 4.423 de 11 de janeiro de 2006, Lei Municipal nº 4.670 de 15 de setembro de 2008, Lei Municipal nº 4.744 de 20 de fevereiro de 2009, Lei Municipal nº 4.908 de 17 de dezembro de 2009, após decorrido o respectivo prazo para os recursos, conforme listagem anexa.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal Interina de Educação

Avenida Acioni Souza Filho, 403 – Beira Mar – Praia Comprida – São José/SC – CEP: 88.103-790
Fone: 55+ 48-3381-0000



Prefeitura Municipal de São José
 Processo Seletivo Emergencial Simplificado - Edital No 001/2014
Resultado da Prova Escrita e da Prova de Títulos

Cargo: Auxiliar de Ensino - Ensino Fundamental
Formação: Habilitado

Insc	Nome	Nascimento	NCG	NCE	NPE	NPT	NF	Class
568	DAIANE DE ANDRADE	09/02/1989	2.000	6.750	8.750	0.000	8.750	1
30	DANIELA ELI	22/04/1989	1.800	6.300	8.100	0.000	8.100	2
110	SONIA MARQUES DOS SANTOS	13/08/1971	2.200	5.850	8.050	0.000	8.050	3
184	FERNANDO DA SILVA	30/04/1977	2.200	5.850	8.050	0.000	8.050	4
487	MARIZETE ALBANO AMORIM	04/06/1954	1.600	6.300	7.900	0.000	7.900	5
352	ANA MARIA TITTONI CORSO	02/12/1958	1.600	6.300	7.900	0.000	7.900	6
461	SARAH CLEMENTINO PEREIRA LOPES	27/10/1987	2.000	5.850	7.850	0.000	7.850	7
503	DARCILA ROSANGELA MARTINS DA SILVA	09/03/1966	2.000	5.400	7.400	0.000	7.400	8
542	LEILA ALVES ESPINDOLA	06/01/1988	2.000	4.950	6.950	0.000	6.950	9
84	ELISANGELA COSTA OLIVEIRA	18/12/1975	1.400	5.400	6.800	0.000	6.800	10
425	ANA PAULA DA COSTA	18/01/1984	1.800	4.950	6.750	0.000	6.750	11
449	JAQUELINE VICENTE	21/07/1968	2.200	4.500	6.700	0.000	6.700	12
172	SABRINA ALVES	28/09/1985	1.600	4.950	6.550	0.000	6.550	13
602	JAQUELINE NUNES	01/08/1968	2.000	4.500	6.500	0.000	6.500	14
523	PRISCILA VICENTE	20/11/1985	2.000	4.500	6.500	0.000	6.500	15
254	SHAUANA DOS SANTOS TAVARES	28/12/1987	2.400	4.050	6.450	0.000	6.450	16
189	CRISTIANE CARVALHO	22/01/1984	1.400	4.950	6.350	0.000	6.350	17
539	KARLA RENATA DIAS	03/08/1981	1.800	4.500	6.300	0.000	6.300	18
566	MIRIA DA SILVA DE PAULA	24/12/1986	1.800	4.500	6.300	0.000	6.300	19
270	TALIANA RODRIGUES SALES ROSA	21/05/1987	1.800	4.500	6.300	0.000	6.300	20
547	ZENITA JOSE SOUZA	19/03/1970	2.200	4.050	6.250	0.000	6.250	21
400	MONICA REGINA SELL	11/05/1977	2.000	4.050	6.050	0.200	6.250	22
452	NARA VERGINA GONCALVES MACHADO	22/07/1959	1.600	4.500	6.100	0.000	6.100	23
357	LENITA DE FATIMA DA SILVA	08/03/1974	1.600	4.500	6.100	0.000	6.100	24
71	IVANIA EMANUELE APOLINARIO SANTOS	09/05/1986	2.000	4.050	6.050	0.000	6.050	25
567	MICHELLE DE SOUZA	21/04/1985	1.800	4.050	5.850	0.000	5.850	26
454	DANIELA GEREMIA	24/09/1985	1.800	4.050	5.850	0.000	5.850	27
210	GILSEMARA SILVA DA SILVA	02/07/1981	2.200	3.600	5.800	0.000	5.800	28
262	ZILA SIQUEIRA SULZBACHER	06/07/1949	1.800	3.600	5.400	0.000	5.400	29
589	MELISSA DE SA	18/09/1975	1.200	4.050	5.250	0.000	5.250	30
408	LUTIELE LEAL DA SILVA	01/09/1979	1.800	3.150	4.950	0.200	5.150	31
173	DANIELA BOTELHO PEREIRA SALVADOR	29/05/1987	1.400	3.600	5.000	0.000	5.000	32
521	BRUNA FRAGA BECKER	06/06/1990	1.400	3.600	5.000	0.000	5.000	33
78	JAYNE MAYARA DA ROSA	22/12/1992	1.400	3.600	5.000	0.000	5.000	34
620	MARCIA REGINA DE MELO DA SILVA	02/09/1969	1.400	3.150	4.550	0.000	4.550	35
535	ANA PATRICIA ROSA DE OLIVEIRA	04/02/1982	1.800	2.700	4.500	0.000	4.500	36
201	CAMILA MICHELS FONSECA	13/11/1986	1.200	3.150	4.350	0.000	4.350	37
464	JAQUELINE HULSE DE SAOUZA	19/06/1965	1.400	2.700	4.100	0.000	4.100	38
147	JANE JORGE TAVARES	03/09/1966	1.400	2.700	4.100	0.000	4.100	39
356	CLECI DA SILVA DUARTE	16/09/1976	1.400	2.700	4.100	0.000	4.100	40
39	MARCIA MARIA DUTRA	01/05/1980	1.400	2.700	4.100	0.000	4.100	41
524	EDIR HOMEM DA SILVEIRA	15/06/1960	0.800	3.150	3.950	0.000	3.950	42
615	GRAZIELA NUNES	03/07/1984	1.200	2.700	3.900	0.000	3.900	43
594	AURILEIA SOARES	07/06/1976	1.600	2.250	3.850	0.000	3.850	44
444	DENIZIA ORSSE CASTANHEL RIBAS	24/04/1963	1.400	2.250	3.650	0.000	3.650	45
92	JUCILENE EDITE TOMAZ RODRIGUES	07/04/1972	1.000	2.250	3.250	0.000	3.250	46
240	ANA CECI DA LUZ HERNANDES	01/03/1961	0.600	2.250	2.850	0.000	2.850	47

[NCG]: Nota Conhecimentos Gerais / [NCE]: Nota Conhecimento Especifico / [NPE]: Nota Prova Escrita / [NPT]: Nota Prova Títulos / [NF]: Nota Final



Prefeitura Municipal de São José
Processo Seletivo Emergencial Simplificado - Edital No 001/2014
Resultado da Prova Escrita e da Prova de Títulos

Cargo: Auxiliar de Ensino - Ensino Fundamental
Formação: Habilitado

Insc	Nome	Nascimento	NCG	NCE	NPE	NPT	NF	Class
121	ADRIANA VIEIRA	04/07/1971	1.000	1.800	2.800	0.000	2.800	48
185	MARIANA SILVEIRA DE FREITAS	05/01/1988	0.600	1.800	2.400	0.000	2.400	49
261	ROSILENE PATRICIA DE SOUZA	21/02/1979	1.000	1.350	2.350	0.000	2.350	50

[NCG]: Nota Conhecimentos Gerais / [NCE]: Nota Conhecimento Específico / [NPE]: Nota Prova Escrita / [NPT]: Nota Prova Títulos / [NF]: Nota Final



Prefeitura Municipal de São José
 Processo Seletivo Emergencial Simplificado - Edital No 001/2014
Resultado da Prova Escrita e da Prova de Títulos

Cargo: Auxiliar de Ensino - Ensino Fundamental
Formação: Não Habilitado

Insc	Nome	Nascimento	NCG	NCE	NPE	NPT	NF	Class
386	PHAENNA PROENCA	21/02/1985	2.000	5.850	7.850	0.000	7.850	1
462	KAMILLA SILVEIRA	31/01/1989	1.800	5.850	7.650	0.000	7.650	2
468	ANA CRISTINA RADTKE VARGAS	03/07/1975	2.800	4.500	7.300	0.000	7.300	3
50	JOYCE MACIEL RASVEILER	30/12/1986	2.800	4.500	7.300	0.000	7.300	4
470	ROSANGELA BOAVENTURA LOCH	03/10/1970	1.800	5.400	7.200	0.000	7.200	5
149	GABRIELE CRISTNE DA SILVA LEITE	07/09/1987	2.400	4.500	6.900	0.000	6.900	6
332	JESSIKA DE AMORIM	26/09/1988	2.200	4.500	6.700	0.000	6.700	7
516	ELAINE CRISTINA MORENO	18/09/1986	1.200	5.400	6.600	0.000	6.600	8
59	JULIANA TEREZA DA ROSA	08/07/1986	2.000	4.500	6.500	0.000	6.500	9
514	REBECCA DA SILVA MARTINS	12/10/1984	2.400	4.050	6.450	0.000	6.450	10
450	CLEUSENIR MIRANDA	13/10/1985	2.200	4.050	6.250	0.000	6.250	11
167	ROSILDA HECK	02/07/1970	2.000	4.050	6.050	0.000	6.050	12
575	ANDREA LAHIR NASCIMENTO ARANHA	17/07/1975	2.000	4.050	6.050	0.000	6.050	13
68	ROSILENE POSSATO KALESKI	16/12/1982	2.400	3.600	6.000	0.000	6.000	14
258	CRISTIANE BARROS DE PAULA	09/09/1975	1.400	4.500	5.900	0.000	5.900	15
312	TARCIANA REGINA RIBEIRO	17/03/1976	1.400	4.500	5.900	0.000	5.900	16
256	MARCILEIA CRISTIANE ANTUNES RIBEIRO	21/02/1986	1.800	4.050	5.850	0.000	5.850	17
430	MIRIAN ANDREA DA SILVA	24/03/1976	1.200	4.500	5.700	0.000	5.700	18
267	ACIOLI ISABEL DE JESUS	26/12/1985	2.400	3.150	5.550	0.000	5.550	19
5	ANA LETICIA DA ROSA CORREA	01/04/1988	1.000	4.500	5.500	0.000	5.500	20
345	DANIELA FONSECA	19/10/1986	1.400	4.050	5.450	0.000	5.450	21
576	MARIA CARMELITA DE SOUZA CHAVES	11/03/1968	1.800	3.600	5.400	0.000	5.400	22
496	ZIUNETE PRA JOAQUIM	06/01/1993	1.800	3.600	5.400	0.000	5.400	23
20	MARINEIDE SEMEAO PINHEIRO DIAS	27/07/1983	2.200	3.150	5.350	0.000	5.350	24
193	LUCIANA MARIA CARDOSO	01/05/1970	1.200	4.050	5.250	0.000	5.250	25
298	JOSIANE DOS SANTOS	10/07/1986	2.000	3.150	5.150	0.000	5.150	26
120	FRANCIELLE BITENCOURT DOS SANTOS	27/06/1987	2.000	3.150	5.150	0.000	5.150	27
223	CAROLINE JOHNSON EVANGELHO	17/03/1995	2.000	3.150	5.150	0.000	5.150	28
489	ALINE DOS SANTOS	17/06/1985	1.000	4.050	5.050	0.000	5.050	29
310	ALICE MARIA DA ROSA	10/07/1989	1.200	3.600	4.800	0.000	4.800	30
512	DAYANE CORREA	04/01/1986	1.600	3.150	4.750	0.000	4.750	31
28	TERESINHA ZANELLA	09/02/1964	1.400	3.150	4.550	0.000	4.550	32
537	MARLEI MACIEL BAGESTON	12/11/1972	1.400	3.150	4.550	0.000	4.550	33
77	BIANCA PAVONI OLIVEIRA	10/07/1984	1.400	3.150	4.550	0.000	4.550	34
242	MANOELA LOPES FONTANELLA	20/11/1983	1.200	3.150	4.350	0.000	4.350	35
383	BRUNA CAROLINE FERREIRA	12/09/1987	1.600	2.700	4.300	0.000	4.300	36
379	ANGELITA IZABEL DA SILVA	19/06/1977	0.600	3.600	4.200	0.000	4.200	37
475	VANESSA MARQUES SERAFIM	30/05/1995	1.000	3.150	4.150	0.000	4.150	38
186	ANA PAULA GUEDES MAYCA	26/09/1987	1.400	2.700	4.100	0.000	4.100	39
164	ANI CAROLINI DA SILVA	13/07/1986	1.600	2.250	3.850	0.000	3.850	40
194	MARIA PAULA FAUSTINO	15/05/1982	1.000	2.700	3.700	0.000	3.700	41
287	PATRICIA LOFFI	19/01/1990	1.000	2.700	3.700	0.000	3.700	42
56	JANAINA APARECIDA DA SILVA	04/09/1980	0.800	2.700	3.500	0.000	3.500	43
559	DEYSE CRISTINA MARIANO	31/12/1982	0.800	2.700	3.500	0.000	3.500	44
562	ELAINE CRISTINA GOMES	01/06/1986	0.800	2.700	3.500	0.000	3.500	45
371	JAQUELINER ROSI DOS SANTOS	07/02/1991	2.000	1.350	3.350	0.000	3.350	46
499	TAMIRES DIAS BARBOSA	06/12/1987	0.600	2.700	3.300	0.000	3.300	47

[NCG]: Nota Conhecimentos Gerais / [NCE]: Nota Conhecimento Especifico / [NPE]: Nota Prova Escrita / [NPT]: Nota Prova Títulos / [NF]: Nota Final



Prefeitura Municipal de São José
Processo Seletivo Emergencial Simplificado - Edital No 001/2014
Resultado da Prova Escrita e da Prova de Títulos

Cargo: Auxiliar de Ensino - Ensino Fundamental
Formação: Não Habilitado

Insc	Nome	Nascimento	NCG	NCE	NPE	NPT	NF	Class
192	MARIA ELISA PIERECK MARTINS MADALENA	02/06/1980	1.000	2.250	3.250	0.000	3.250	48
294	DANIELA LUZIA VITORIO	06/03/1988	1.400	1.350	2.750	0.000	2.750	49
81	RITA SIMONE NERI DE MORAIS	25/02/1969	1.200	1.350	2.550	0.000	2.550	50
176	ALINE AMARAL	09/09/1988	0.200	2.250	2.450	0.000	2.450	51
436	MARIA CELMA SEMEAO PINHEIRO	08/03/1979	1.000	1.350	2.350	0.000	2.350	52
89	GISIELE ARCENIO	02/12/1986	0.800	1.350	2.150	0.000	2.150	53
482	JESSICA DE SOUZA COSTA	18/04/1992	0.800	1.350	2.150	0.000	2.150	54
588	GEANE MARA DA CUNHA CARVALHO	03/03/1971	1.200	0.900	2.100	0.000	2.100	55
405	JURACI DE AVIZ	01/04/1951	0.400	1.350	1.750	0.000	1.750	56

[NCG]: Nota Conhecimentos Gerais / [NCE]: Nota Conhecimento Especifico / [NPE]: Nota Prova Escrita / [NPT]: Nota Prova Títulos / [NF]: Nota Final



Prefeitura Municipal de São José
 Processo Seletivo Emergencial Simplificado - Edital No 001/2014
Resultado da Prova Escrita e da Prova de Títulos

Cargo: Professor - Anos Iniciais (1º ao 5º Ano)

Formação: Habilitado

Insc	Nome	Nascimento	NCG	NCE	NPE	NPT	NF	Class
268	DAIANA DA ROSA FERREIRA	15/10/1984	2.600	7.200	9.800	0.000	9.800	1
139	ANDRE FABIANO KRUGER	28/02/1973	2.600	6.750	9.350	0.000	9.350	2
85	ALEXSANDRA DA ROSA	26/01/1976	2.200	6.750	8.950	0.000	8.950	3
6	SIMONE VIEIRA PEREIRA VARNIERI	03/06/1974	2.000	6.750	8.750	0.000	8.750	4
282	FERNANDA DE MELO	14/03/1988	2.000	6.750	8.750	0.000	8.750	5
131	MARCOS JOSE OLIVEIRA SILVA	19/01/1983	2.400	6.300	8.700	0.000	8.700	6
353	SILVANA CARDOSO DE SOUSA	26/07/1971	2.200	6.300	8.500	0.000	8.500	7
289	MARIA AMANDIA DA LUZ HERNANDES	21/01/1967	1.600	5.850	7.450	0.000	7.450	8
578	PAULA ANDREIA GERHARDT SILVA	18/04/1977	1.400	5.850	7.250	0.000	7.250	9
65	ANA CARLA MACHADO	15/03/1981	1.800	5.400	7.200	0.000	7.200	10
409	FRANK JOAO DEMETRIO	27/06/1981	1.800	5.400	7.200	0.000	7.200	11
328	GESSELI RECH ANDRADE	20/03/1977	1.200	5.850	7.050	0.000	7.050	12
79	ROSANGELA MARIA VIEIRA DE SOUZA	08/02/1959	1.800	4.950	6.750	0.200	6.950	13
168	JAYANN BATISTA DE ARAUJO	24/04/1989	1.200	5.400	6.600	0.200	6.800	14
369	SABRINA LUCAS DE FREITAS	08/05/1979	1.800	4.950	6.750	0.000	6.750	15
381	TAIANE BORGES GOULART	05/12/1983	1.200	5.400	6.600	0.000	6.600	16
363	MARIA APARECIDA MENDES	13/05/1953	2.000	4.500	6.500	0.000	6.500	17
98	DAIANA PFLEGER KREMER	30/07/1985	1.000	5.400	6.400	0.000	6.400	18
155	CRISTIANE ALVES	10/08/1985	1.400	4.950	6.350	0.000	6.350	19
536	MARCELA MENDES NOGUEIRA SILVA	06/04/1989	1.400	4.950	6.350	0.000	6.350	20
116	LACI ANDREIA NUNES DO CARMO	24/02/1972	1.800	4.500	6.300	0.000	6.300	21
341	ADRIANA MARA FREIBERGER	01/05/1967	1.600	4.500	6.100	0.200	6.300	22
573	NOEMIA RAIMUNDO ALVES	26/08/1965	1.600	4.500	6.100	0.000	6.100	23
66	EVELY ZIMMERMANN DA ROSA	06/07/1986	1.600	4.500	6.100	0.000	6.100	24
18	MICHELLE DA CUNHA	18/02/1977	1.000	4.950	5.950	0.000	5.950	25
253	ADRIANA MARIA DA SILVA	28/01/1972	1.600	4.050	5.650	0.000	5.650	26
549	ANDREIA WEISS COUTO	24/05/1982	2.000	3.600	5.600	0.000	5.600	27
8	DENISE BEATRIZ ROSSATO PINOS	28/07/1961	1.800	3.600	5.400	0.000	5.400	28
441	SUZANA MIRIHAN VIEIRA	27/02/1976	0.600	4.500	5.100	0.000	5.100	29
318	ALINE CRISTINA DA CUNHA	07/06/1987	1.800	3.150	4.950	0.000	4.950	30
572	KELLY CRISTIANE PEREIRA	25/09/1969	1.000	3.600	4.600	0.000	4.600	31
490	BELINDA MARIA VIEIRA DE ARAUJO	08/07/1961	0.800	3.600	4.400	0.000	4.400	32
295	ANDREA MARISTELA DA SILVA OLIVEIRA	17/07/1971	0.800	3.600	4.400	0.000	4.400	33
614	SUANI APARECIDA MENDES OURIQUES	24/09/1963	1.200	3.150	4.350	0.000	4.350	34
540	MARTA VIRGINIA BORGES CAPISTRANO	15/06/1962	1.400	2.700	4.100	0.000	4.100	35
508	NILZA MARIA MENDES CALVETE	18/03/1955	1.400	1.350	2.750	0.000	2.750	36
260	ANGELA MARIA DE ARAUJO HOFFMANN	18/05/1956	0.800	1.350	2.150	0.000	2.150	37

[NCG]: Nota Conhecimentos Gerais / [NCE]: Nota Conhecimento Específico / [NPE]: Nota Prova Escrita / [NPT]: Nota Prova Títulos / [NF]: Nota Final



Prefeitura Municipal de São José
 Processo Seletivo Emergencial Simplificado - Edital No 001/2014
Resultado da Prova Escrita e da Prova de Títulos

Cargo: Professor - Anos Iniciais (1º ao 5º Ano)

Formação: Não Habilitado

Insc	Nome	Nascimento	NCG	NCE	NPE	NPT	NF	Class
140	ISMAEL ANDRADA BERNARDES	06/05/1992	2.800	6.300	9.100	0.000	9.100	1
286	KAREN ANGELO BERKENBROCK MARTINS	05/05/1995	2.800	6.300	9.100	0.000	9.100	2
63	MARIAH SILVA GUZMAN	20/07/1990	1.800	6.750	8.550	0.000	8.550	3
239	DARCILA OLIVEIRA ROSA	08/12/1981	2.000	6.300	8.300	0.000	8.300	4
72	NATANAEL IRENO MACHADO	12/02/1977	1.800	6.300	8.100	0.000	8.100	5
249	JULIANA GOMES CAVALCANTE	29/11/1989	2.200	5.850	8.050	0.000	8.050	6
621	ROBERTA APARECIDA DA SILVA	31/08/1980	2.200	5.400	7.600	0.000	7.600	7
370	LIZANDRA MARTINS	05/07/1991	1.600	5.850	7.450	0.000	7.450	8
143	MARIANA ABIGAIL ANDERSON	11/09/1982	2.000	5.400	7.400	0.000	7.400	9
398	KARIN FLAVIA DA SILVA	02/03/1988	2.200	4.950	7.150	0.000	7.150	10
394	MARIANE ANDREA VOGES	08/06/1991	1.600	5.400	7.000	0.000	7.000	11
622	LUCAS SEVERO ABAD	15/01/1986	2.400	4.500	6.900	0.000	6.900	12
603	AMABILE ALMAGRO CRESTANI	19/07/1993	2.000	4.500	6.500	0.000	6.500	13
598	MERI NATALINA MACIEL BAGESTON	08/01/1984	1.200	4.950	6.150	0.000	6.150	14
83	LARISSA NERI DE MORAIS	22/03/1995	1.600	4.500	6.100	0.000	6.100	15
472	LIZANDRA VIDAL PEREIRA	07/07/1988	1.000	4.950	5.950	0.000	5.950	16
301	MELISSA MISIUK DE CASTRO	21/10/1980	1.400	4.500	5.900	0.000	5.900	17
548	PRISCILLA AMORIM FERREIRA	12/02/1985	1.200	4.500	5.700	0.000	5.700	18
478	MARIANNE SANTOS SANDIN	12/02/1975	0.600	4.950	5.550	0.000	5.550	19
395	PATRICIA HIPOLITO	27/04/1978	1.800	3.600	5.400	0.000	5.400	20
361	THAYANE DA ROSA	05/12/1993	1.200	4.050	5.250	0.000	5.250	21
128	ALESSANDRA ZIMMERMANN MOREIRA	06/05/1979	1.600	3.600	5.200	0.000	5.200	22
327	CARMEN LUCIA MATTOS	01/07/1969	1.000	4.050	5.050	0.000	5.050	23
19	SAMANTA SILVA	26/01/1987	1.000	4.050	5.050	0.000	5.050	24
442	DANIELA MARILDA FARIAS	09/11/1987	1.400	3.600	5.000	0.000	5.000	25
76	GRACIELE CONCEICAO BESEN	07/12/1981	1.800	2.700	4.500	0.000	4.500	26
434	KELI COELHO DE FARIA	01/03/1985	0.800	3.150	3.950	0.000	3.950	27
127	IRACEMA ZIMMERMANN	05/02/1984	0.400	2.700	3.100	0.000	3.100	28
515	TICIANE APARECIDA MEDEIROS	05/03/1988	1.600	1.350	2.950	0.000	2.950	29
292	RODRIGO PLATEN	08/04/1978	0.800	1.800	2.600	0.000	2.600	30
511	ANGELITIA APARECIDA DIAS	13/09/1970	1.400	0.450	1.850	0.000	1.850	31

[NCG]: Nota Conhecimentos Gerais / [NCE]: Nota Conhecimento Especifico / [NPE]: Nota Prova Escrita / [NPT]: Nota Prova Títulos / [NF]: Nota Final



Prefeitura Municipal de São José
Processo Seletivo Emergencial Simplificado - Edital No 001/2014
Resultado da Prova Escrita e da Prova de Títulos

Cargo: Professor - Biologia
Formação: Habilitado

Insc	Nome	Nascimento	NCG	NCE	NPE	NPT	NF	Class
208	ROSANA MARIA FREY	22/09/1979	1.800	5.850	7.650	0.500	8.150	1
227	NATALIA ALMEIDA TEIXEIRA RESENDE	19/03/1981	1.600	5.400	7.000	0.000	7.000	2
590	FATIMA CRISTINA MARTINS PIRES	20/11/1966	1.800	4.050	5.850	0.000	5.850	3
440	MARIELA SALVIO DE ANDRADE	31/05/1987	2.200	2.700	4.900	0.000	4.900	4

[NCG]: Nota Conhecimentos Gerais / [NCE]: Nota Conhecimento Específico / [NPE]: Nota Prova Escrita / [NPT]: Nota Prova Títulos / [NF]: Nota Final



Prefeitura Municipal de São José
Processo Seletivo Emergencial Simplificado - Edital No 001/2014
Resultado da Prova Escrita e da Prova de Títulos

Cargo: Professor - Ciências
Formação: Habilitado

Insc	Nome	Nascimento	NCG	NCE	NPE	NPT	NF	Class
296	PATRICIA MAGALHAES PINHEIRO	24/06/1988	2.600	4.950	7.550	0.500	8.050	1
611	ANA MARIA VASCONCELOS DE FREITAS	08/05/1988	1.800	4.500	6.300	0.200	6.500	2
456	MANUELA DOS SANTOS MAZALLI	08/01/1983	1.000	5.400	6.400	0.000	6.400	3
491	CRISTINA DIAS DA CRUZ	10/05/1987	2.200	4.050	6.250	0.000	6.250	4
38	THAIS GONCALVES SANTO	19/04/1978	1.200	4.950	6.150	0.000	6.150	5
205	ANA SARA SOARES PINTO	23/04/1980	1.600	3.600	5.200	0.000	5.200	6
187	SERLEIA APARECIDA DA SILVA PORTO	02/06/1964	0.800	4.050	4.850	0.000	4.850	7

[NCG]: Nota Conhecimentos Gerais / [NCE]: Nota Conhecimento Específico / [NPE]: Nota Prova Escrita / [NPT]: Nota Prova Títulos / [NF]: Nota Final



Prefeitura Municipal de São José
Processo Seletivo Emergencial Simplificado - Edital No 001/2014
Resultado da Prova Escrita e da Prova de Títulos

Cargo: Professor - Ciências

Formação: Não Habilitado

Insc	Nome	Nascimento	NCG	NCE	NPE	NPT	NF	Class
600	SILVANA POLLI	05/06/1966	2.200	4.050	6.250	0.200	6.450	1
581	JAQUELINE ZIMMER	03/05/1979	2.000	4.050	6.050	0.000	6.050	2
180	ALBERTO DUTRA	15/05/1957	1.400	3.150	4.550	0.000	4.550	3

[NCG]: Nota Conhecimentos Gerais / [NCE]: Nota Conhecimento Específico / [NPE]: Nota Prova Escrita / [NPT]: Nota Prova Títulos / [NF]: Nota Final



Prefeitura Municipal de São José
Processo Seletivo Emergencial Simplificado - Edital No 001/2014
Resultado da Prova Escrita e da Prova de Títulos

Cargo: Professor - Educação Especial (AEE)
Formação: Habilitado

Insc	Nome	Nascimento	NCG	NCE	NPE	NPT	NF	Class
199	ALESSANDRA MINA DOS SANTOS	26/03/1977	2.000	5.400	7.400	0.000	7.400	1
148	DENANCI LUIZA DO PRADO	11/04/1959	1.200	4.050	5.250	0.200	5.450	2

[NCG]: Nota Conhecimentos Gerais / [NCE]: Nota Conhecimento Específico / [NPE]: Nota Prova Escrita / [NPT]: Nota Prova Títulos / [NF]: Nota Final



Prefeitura Municipal de São José
 Processo Seletivo Emergencial Simplificado - Edital No 001/2014
Resultado da Prova Escrita e da Prova de Títulos

Cargo: Professor - Educação Física - Ed. Infantil / Ens. Fundamental
Formação: Habilitado

Insc	Nome	Nascimento	NCG	NCE	NPE	NPT	NF	Class
219	RICARDO GESSER DA COSTA	14/10/1985	2.000	4.950	6.950	0.000	6.950	1
47	THAIS RODRIGUES DE ALMEIDA	29/04/1980	2.200	3.600	5.800	0.500	6.300	2
169	DIEGO GRASEL BARBOSA	31/03/1987	2.000	4.050	6.050	0.000	6.050	3
429	KENIA DE ANDRADE MARTINS	14/01/1985	1.800	3.150	4.950	0.000	4.950	4
36	GIZIANE SIGALES	07/01/1987	2.200	2.700	4.900	0.000	4.900	5
346	VALMIR ARI BRITO	31/05/1964	2.400	1.800	4.200	0.500	4.700	6
459	TICIANA SCHUTZ	08/05/1982	1.400	3.150	4.550	0.000	4.550	7
485	VANESSA JULIANA SOUZA	01/02/1977	0.800	3.600	4.400	0.000	4.400	8
411	JULIANA LANGE RAMOS	08/08/1981	1.200	3.150	4.350	0.000	4.350	9
197	ELVIRA DA SILVA MONTEIRO FREDO	05/08/1987	1.800	2.250	4.050	0.000	4.050	10
315	DONER JOSE DE ANDRADE	18/02/1984	0.800	3.150	3.950	0.000	3.950	11
174	MARCIO AURELIO VIEIRA	18/12/1966	1.600	1.800	3.400	0.200	3.600	12
624	MARCOS LUIZ DE MELLO	25/01/1978	0.800	2.700	3.500	0.000	3.500	13
238	JOMAR WILLIAM ADAMI	21/04/1978	1.200	2.250	3.450	0.000	3.450	14
552	GILBERTO VIEIRA PEDRA	24/01/1968	1.600	1.800	3.400	0.000	3.400	15
471	RAMONA GADENS	15/05/1983	1.000	1.800	2.800	0.000	2.800	16
40	ANTONIO JOSE DE SOUZA	14/09/1964	1.400	1.350	2.750	0.000	2.750	17
45	MONICA MACZEWSKI	14/06/1985	1.600	0.900	2.500	0.200	2.700	18
165	MARCO ANTONIO DUTRA SCHMITZ	10/01/1978	1.200	1.350	2.550	0.000	2.550	19
234	CYNTHIA REGINA FARACO BATISTA	30/07/1982	1.200	1.350	2.550	0.000	2.550	20

[NCG]: Nota Conhecimentos Gerais / [NCE]: Nota Conhecimento Específico / [NPE]: Nota Prova Escrita / [NPT]: Nota Prova Títulos / [NF]: Nota Final



Prefeitura Municipal de São José
Processo Seletivo Emergencial Simplificado - Edital No 001/2014
Resultado da Prova Escrita e da Prova de Títulos

Cargo: Professor - Inglês
Formação: Habilitado

Insc	Nome	Nascimento	NCG	NCE	NPE	NPT	NF	Class
517	SOLANGE LAGE RODRIGUES	10/04/1962	1.600	7.200	8.800	0.000	8.800	1
420	ELIANA CELIA DE ALMEIDA GONCALVES	17/10/1953	1.000	4.500	5.500	0.000	5.500	2

[NCG]: Nota Conhecimentos Gerais / [NCE]: Nota Conhecimento Específico / [NPE]: Nota Prova Escrita / [NPT]: Nota Prova Títulos / [NF]: Nota Final



Prefeitura Municipal de São José
Processo Seletivo Emergencial Simplificado - Edital No 001/2014
Resultado da Prova Escrita e da Prova de Títulos

Cargo: Professor - Inglês
Formação: Não Habilitado

Insc	Nome	Nascimento	NCG	NCE	NPE	NPT	NF	Class
593	CLAUDIOMIR BARBOZA DE OLIVEIRA	30/05/1975	2.200	5.400	7.600	0.000	7.600	1
413	SAULO LANGARO SOARES	31/03/1975	1.600	4.950	6.550	0.000	6.550	2
277	BRUNO JOAO NICOLEIT	30/07/1993	0.800	5.400	6.200	0.000	6.200	3
529	JULYANA LIAMARYS MARCOS	13/12/1985	1.000	0.450	1.450	0.000	1.450	4

[NCG]: Nota Conhecimentos Gerais / [NCE]: Nota Conhecimento Específico / [NPE]: Nota Prova Escrita / [NPT]: Nota Prova Títulos / [NF]: Nota Final



Prefeitura Municipal de São José
Processo Seletivo Emergencial Simplificado - Edital No 001/2014
Resultado da Prova Escrita e da Prova de Títulos

Cargo: Professor - Matemática
Formação: Habilitado

Insc	Nome	Nascimento	NCG	NCE	NPE	NPT	NF	Class
554	NORTON PIZZI MANASSI	14/03/1980	1.200	7.200	8.400	0.000	8.400	1
86	THAIS KARINE AMARAL MANGRICH	26/06/1986	1.800	6.300	8.100	0.000	8.100	2
307	JACELI ECCHER	14/07/1986	1.200	5.400	6.600	0.000	6.600	3

[NCG]: Nota Conhecimentos Gerais / [NCE]: Nota Conhecimento Específico / [NPE]: Nota Prova Escrita / [NPT]: Nota Prova Títulos / [NF]: Nota Final



Prefeitura Municipal de São José
Processo Seletivo Emergencial Simplificado - Edital No 001/2014
Resultado da Prova Escrita e da Prova de Títulos

Cargo: Professor - Matemática
Formação: Não Habilitado

Insc	Nome	Nascimento	NCG	NCE	NPE	NPT	NF	Class
392	VINICIUS MAURICIO SACRAMENTO	19/02/1989	1.800	6.300	8.100	0.000	8.100	1
343	VALDONIRPEDRODE ABREU	25/04/1966	1.000	4.500	5.500	0.000	5.500	2
476	KLIVER LUIZ DO NASCIMENTO	30/06/1981	1.000	3.150	4.150	0.000	4.150	3

[NCG]: Nota Conhecimentos Gerais / [NCE]: Nota Conhecimento Específico / [NPE]: Nota Prova Escrita / [NPT]: Nota Prova Títulos / [NF]: Nota Final



Prefeitura Municipal de São José
Processo Seletivo Emergencial Simplificado - Edital No 001/2014
Resultado da Prova Escrita e da Prova de Títulos

Cargo: Professor - Português
Formação: Habilitado

Insc	Nome	Nascimento	NCG	NCE	NPE	NPT	NF	Class
415	MONICA BATISTA CANUTO DOS SANTOS MATOS	10/11/1983	2.000	4.500	6.500	0.200	6.700	1
207	ADRIANA SIQUEIRA LEAL	13/05/1979	1.600	4.500	6.100	0.000	6.100	2
362	FLAVIA NAZARE FERMIANO ALVES	09/02/1973	2.600	3.150	5.750	0.000	5.750	3
285	LETICIA PIRES DA SILVA	12/07/1988	1.800	3.600	5.400	0.000	5.400	4
157	HELENN L SOARES DE SOUZA	16/04/1965	1.400	3.150	4.550	0.000	4.550	5
325	JESSICA RASSWEILER	05/06/1991	1.800	2.700	4.500	0.000	4.500	6
290	KENIA VANESSA ZAPELINI GONCALVES	23/04/1972	1.400	2.250	3.650	0.000	3.650	7
106	DANIEL JOSE MARTINS	30/01/1983	0.600	0.900	1.500	0.000	1.500	8

[NCG]: Nota Conhecimentos Gerais / [NCE]: Nota Conhecimento Especifico / [NPE]: Nota Prova Escrita / [NPT]: Nota Prova Títulos / [NF]: Nota Final



Prefeitura Municipal de São José
Processo Seletivo Emergencial Simplificado - Edital No 001/2014
Resultado da Prova Escrita e da Prova de Títulos

Cargo: Professor - Português
Formação: Não Habilitado

Insc	Nome	Nascimento	NCG	NCE	NPE	NPT	NF	Class
497	VANESSA CUSTODIA INACIO	18/10/1991	1.400	2.250	3.650	0.000	3.650	1
232	MAYSA FABIOLA CAETANO	28/12/1978	0.400	3.150	3.550	0.000	3.550	2
404	JULIANA SOUZA FRANCISCO	16/09/1983	1.000	2.250	3.250	0.000	3.250	3

[NCG]: Nota Conhecimentos Gerais / [NCE]: Nota Conhecimento Especifico / [NPE]: Nota Prova Escrita / [NPT]: Nota Prova Títulos / [NF]: Nota Final



Prefeitura Municipal de São José
Processo Seletivo Emergencial Simplificado - Edital No 001/2014
Resultado da Prova Escrita e da Prova de Títulos

Cargo: Professor - Química
Formação: Habilitado

Insc	Nome	Nascimento	NCG	NCE	NPE	NPT	NF	Class
266	JOANNA FERREIRA GODINHO	27/10/1987	1.400	4.950	6.350	0.000	6.350	1

[NCG]: Nota Conhecimentos Gerais / [NCE]: Nota Conhecimento Específico / [NPE]: Nota Prova Escrita / [NPT]: Nota Prova Títulos / [NF]: Nota Final



Prefeitura Municipal de São José
Processo Seletivo Emergencial Simplificado - Edital No 001/2014
Resultado da Prova Escrita e da Prova de Títulos

Cargo: Professor - Química

Formação: Não Habilitado

Insc	Nome	Nascimento	NCG	NCE	NPE	NPT	NF	Class
302	LUIZ HENRIQUE CARTAPATI	21/10/1978	1.400	6.300	7.700	0.000	7.700	1

[NCG]: Nota Conhecimentos Gerais / [NCE]: Nota Conhecimento Específico / [NPE]: Nota Prova Escrita / [NPT]: Nota Prova Títulos / [NF]: Nota Final



Prefeitura Municipal de São José
Processo Seletivo Emergencial Simplificado - Edital No 001/2014
Resultado da Prova Escrita e da Prova de Títulos

Cargo: Professor - Informática
Formação: Não Habilitado

Insc	Nome	Nascimento	NCG	NCE	NPE	NPT	NF	Class
33	EDSON LUIZ BARBIERI	16/12/1971	1.800	4.950	6.750	0.000	6.750	1
142	SANDRA REGINA PREISCHADT ROSA	25/02/1962	1.400	2.250	3.650	0.000	3.650	2
313	PEDRO MOACIR PERGHER	05/05/1959	1.200	2.250	3.450	0.000	3.450	3
146	MAYCON CLAUDINO BARRETO	11/02/1982	0.800	2.250	3.050	0.000	3.050	4
263	ANA GABRIELA SCHUTZ	08/04/1985	0.800	2.250	3.050	0.000	3.050	5
396	THIAGO HOFFMANN PEREIRA	11/08/1990	1.200	1.350	2.550	0.000	2.550	6

[NCG]: Nota Conhecimentos Gerais / [NCE]: Nota Conhecimento Específico / [NPE]: Nota Prova Escrita / [NPT]: Nota Prova Títulos / [NF]: Nota Final



Prefeitura Municipal de São José
Processo Seletivo Emergencial Simplificado - Edital No 001/2014
Resultado da Prova Escrita e da Prova de Títulos

Cargo: Professor - Sociologia
Formação: Habilitado

Insc	Nome	Nascimento	NCG	NCE	NPE	NPT	NF	Class
551	PAOLA LUCIANA RODRIGUEZ PECIAR	27/12/1977	1.600	4.500	6.100	0.500	6.600	1

[NCG]: Nota Conhecimentos Gerais / [NCE]: Nota Conhecimento Específico / [NPE]: Nota Prova Escrita / [NPT]: Nota Prova Títulos / [NF]: Nota Final



Prefeitura Municipal de São José
Processo Seletivo Emergencial Simplificado - Edital No 001/2014
Resultado da Prova Escrita e da Prova de Títulos

Cargo: Professor - Sociologia
Formação: Não Habilitado

Insc	Nome	Nascimento	NCG	NCE	NPE	NPT	NF	Class
484	FABIO BARBOSA DE MIRANDA	25/07/1978	2.400	5.850	8.250	0.000	8.250	1
272	LUISA BONETTI SCIREA	18/01/1988	2.400	5.850	8.250	0.000	8.250	2
113	MATHEUS FELISBERTO COSTA	22/09/1994	1.600	5.850	7.450	0.000	7.450	3
414	ALCENY MARIA XAVIER	10/08/1970	1.200	4.950	6.150	0.000	6.150	4
280	JEFERSON WEBER SANTOS FILHO	05/12/1993	1.600	4.500	6.100	0.000	6.100	5

[NCG]: Nota Conhecimentos Gerais / [NCE]: Nota Conhecimento Específico / [NPE]: Nota Prova Escrita / [NPT]: Nota Prova Títulos / [NF]: Nota Final

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 083/2014, TP Nº 004/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 23/06/2014, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2014, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 004/2014, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DA COBERTURA E SUBSTITUIÇÃO DE GUARDA CORPO DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL SANTA CATARINA, LOCALIZADA NA RUA ISAURA MORETTO FEUSER, COM ÁREA INDICADA DE 919,63 M². Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Contrato N.º 059/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
CONTRATO n.º 059/2014

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor LUIZ CARLOS LUCHINI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 007.673.980-50, residente e domiciliado a Rua Silvonei Estacino Patricio, nº. 112, Ariú, Palhoça/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2013, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de OPERADOR DE MÁQUINA II, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 03/06/2014, findando no dia 28/11/2014, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:
5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;
5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;
5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;
5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:
5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);
5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:
5.2.2.1- Ato de improbidade;
5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;
5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;
5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;
5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;
5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;
5.2.2.7- Violação de segredo funcional;
5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;
5.2.2.9- Abandono de emprego;
5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;
5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.
5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA - DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta

(40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 03 de junho de 2014.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

LUIZ CARLOS LUCHINI
CONTRATADO
Testemunhas:

PORTARIA N.º 252/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 252/2014

Admite em Caráter Temporário LUIZ CARLOS LUCHINI para o cargo de Operador de Máquina II.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, LUIZ CARLOS LUCHINI para o cargo de Operador de Máquina II, contrato de trabalho nº. 059/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 03 de junho de 2014.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Schroeder

PREFEITURA

Extrato do Contrato Nº. 112/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 112/2014-PMS

Dispensa de Licitação nº. 48/2014-PMS - Processo nº. 105/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: EMEC BRASIL SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ÁGUA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.196.290/0001-41, estabelecida na Rua Wadia Jafet Assad, nº 179, sala 1 e 2, 2º andar, Bairro dos Casa, na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, CEP: 09850-090.

Objeto: Constitui o presente contrato o conserto em bomba dosadora, modelo FCEB 0505 k+ FP+CE para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Conserto em bomba dosadora modelo FCEB 0505 K+FP+CE	Unidade	01	332,00	332,00
TOTAL R\$					332,00

Valor do contrato: R\$ 332,00 (trezentos e trinta e dois reais).

Data da Assinatura: 03/06/2014 - Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Convocação Processo Seletivo Nº. 001/2014-Secel/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ALICE FURTADO, inscrita no CPF sob nº. 034.082.929-06, aprovada em 2º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2014-SECEL/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - GERAL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 17:00 h do dia 12 de junho de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da

listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 02 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Convocação Processo Seletivo Nº. 001/2014-Secel/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. JUMARA DA SILVA FRANÇA DIOGO, inscrita no CPF sob nº. 348.199.478-85, aprovada em 1º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2014-SECEL/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - GERAL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 17:00 h do dia 12 de junho de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 02 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Extrato do Contrato de Registro de Preços Nº. 70/2014 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato de Registro de Preços nº. 70/2014 - FMS

Processo de licitação nº. 35/2014-FMS - Pregão Presencial Registro de Preços nº. 07/2014-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 83.719.963/0001-77, estabelecida na Rua Getúlio Vargas nº. 470, Bairro Centro, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.103-400.

1.1. Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em locação de equipamento e monitoramento eletrônico para as Unidades de Saúde e da Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na

proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular na Estratégia Saúde da Família 001 - localizado a Rua Guaramirim, nº. 560, Bairro Schroeder I, do Município de Schroeder/SC, (47) 3374-5497 ou 3374-0665, sendo que o sensoriamento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local, cabos 4 pares espessura 0,50 AWG, sensores infravermelho passivo interno e sensores para sensoriamento de Ronda Eletrônica e Bastões de Ronda; sensoriamento de Violação de Porta e/ou Janela; sensoriamento de Presença; sensoria-mento de Presença Imune a Pequenos Animais; sensoriamento Ativo de In-trusão Perimetral Imune a Pequenos Animais; aciona-mento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	12	Mês	410,00	4.920,00

02	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para a Unidade Básica de Saúde - Rua Paulo Jahn, 147, Centro, Schroeder. SC. CEP 89275-000, (47) 3374-6400, sendo que o sensoriamento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local, cabos 4 pares espessura 0,50 AWG, sensores infravermelho passivo interno e sensores para sensoriamento de Ronda Eletrônica e Bastões de Ronda; sensoriamento de Violação de Porta e/ou Janela; sensoriamento de Presença; sensoria-mento de Presença Imune a Pequenos Animais; sensoriamento Ativo de In-trusão Perimetral Imune a Pequenos Animais; aciona-mento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência), o monitoramento e vigilância deve compreender um vigilante no período das 17:00 às 22:00 de segunda a sexta-feira.	12	Mês	480,00	5.760,00
----	---	----	-----	--------	----------

03	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para a Estratégia Saúde da Família 003 - Rua Alphons Maria Schmalz, 130, Sossego, Schroeder. SC. CEP 89275-000, (47) 3374-1107 / (47) 3374-0632, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local, cabos 4 pares espessura 0,50 AWG, sensores infravermelho passivo interno e sensores para sensoramento de Ronda Eletrônica e Bastões de Ronda; sensoramento de Violação de Porta e/ou Janela; sensoramento de Presença; sensoramento de Presença Imune a Pequenos Animais; sensoramento Ativo de Intrusão Perimetral Imune a Pequenos Animais; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	12	Mês	410,00	4.920,00
----	--	----	-----	--------	----------

04	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para a Estratégia Saúde da Família 004: Rua 23 de Março, 1995, Itoupava Acú, Schroeder. SC. CEP 89275-000, (47) 3275-1362, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local, cabos 4 pares espessura 0,50 AWG, sensores infravermelho passivo interno e sensores para sensoramento de Ronda Eletrônica e Bastões de Ronda; sensoramento de Violação de Porta e/ou Janela; sensoramento de Presença; sensoramento de Presença Imune a Pequenos Animais; sensoramento Ativo de Intrusão Perimetral Imune a Pequenos Animais; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	12	Mês	410,00	4.920,00
----	--	----	-----	--------	----------

05	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para a Estratégia Saúde da Família 002: Rua Presidente Costa e Silva, 770. Rio Hern. Schroeder. SC. CEP 89275-000, (47) 3374-6470, sendo que o sensoriamento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local, cabos 4 pares espessura 0,50 AWG, sensores infravermelho passivo interno e sensores para sensoriamento de Ronda Eletrônica e Bastões de Ronda; sensoriamento de Violação de Porta e/ou Janela; sensoriamento de Presença; sensoriamento de Presença Imune a Pequenos Animais; sensoriamento Ativo de Intrusão Perimetral Imune a Pequenos Animais; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	12	Mês	410,00	4.920,00
----	--	----	-----	--------	----------

06	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para o CRAE - Centro de Reabilitação e Atendimento Especializado, NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família e Movimenta Schroeder: Rua Marechal Castelo Branco, 3564, Centro, Schroeder. SC. CEP 89275-000, (47) 3373-3192 ou (47) 3373-6541, sendo que o sensoriamento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local, cabos 4 pares espessura 0,50 AWG, sensores infravermelho passivo interno e sensores para sensoriamento de Ronda Eletrônica e Bastões de Ronda; sensoriamento de Violação de Porta e/ou Janela; sensoriamento de Presença; sensoriamento de Presença Imune a Pequenos Animais; sensoriamento Ativo de Intrusão Perimetral Imune a Pequenos Animais; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	12	Mês	410,00	4.920,00
----	---	----	-----	--------	----------

07	Contratação de empresa especializada em serviços de locação e monitoramento eletrônico ininterrupto, através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS- Rua Blumenau, 123, Centro, (47) 3374-6460, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local, cabos 4 pares espessura 0,50 AWG, sensores infravermelho passivo interno e sensores para sensoramento de Ronda Eletrônica e Bastões de Ronda; sensoramento de Violação de Porta e/ou Janela; sensoramento de Presença; sensoramento de Presença Imune a Pequenos Animais; sensoramento Ativo de Intrusão Perimetral Imune a Pequenos Animais; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	12	Mês	410,00	4.920,00
----	---	----	-----	--------	----------

08	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS- Rua Paulo Jahn, 245, Centro, (47) 3374-5460, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local, cabos 4 pares espessura 0,50 AWG, sensores infravermelho passivo interno e sensores para sensoramento de Ronda Eletrônica e Bastões de Ronda; sensoramento de Violação de Porta e/ou Janela; sensoramento de Presença; sensoramento de Presença Imune a Pequenos Animais; sensoramento Ativo de Intrusão Perimetral Imune a Pequenos Animais; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	12	Mês	380,00	4.560,00
----	--	----	-----	--------	----------

09	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para o Conselho Tutelar - Rua Marechal Castelo Branco, 3668, Centro, Telefone: (47) 3374-0489, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local, cabos 4 pares espessura 0,50 AWG, sensores infravermelho passivo interno e sensores para sensoramento de Ronda Eletrônica e Bastões de Ronda; sensoramento de Violação de Porta e/ou Janela; sensoramento de Presença; sensoramento de Presença Imune a Pequenos Animais; sensoramento Ativo de Intrusão Perimetral Imune a Pequenos Animais; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	12	Mês	310,00	3.720,00
TOTAL R\$					43.560,00

Valor do contrato: R\$ 43.560,00 (quarenta e três mil quinhentos e sessenta reais)

Data da Assinatura: 03/06/2014 - Vigência: 03/06/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº. A02/2014 - FAS

TERMO ADITIVO Nº. A02/2014 - FAS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 10/2013-FAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: IVANA LACY BEHRENS, inscrita no CPF sob o nº. 600.864.329-15, portadora da carteira de identidade nº. 1.582.312-SSP-SC, residente na Rua Blumenau, nº 123, Centro, neste Município.

Considerando o Contrato nº. 10/2013-FAS, celebrado em 04 de junho de 2013, decorrente Dispensa de Licitação nº. 10/2013-FAS, Processo nº. 11/2013-FAS, para contrato a Locação de imóvel na Rua Blumenau nº 123, com total de 147m², para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, da Secretaria de Saúde e Assistência Social, da Prefeitura de Schroeder/SC, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Considerando o pedido feito pela Secretaria de Saúde e Assistência Social para aditivar o prazo de vigência do contrato de 01 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014 e para reajuste do valor de acordo com o índice do IGPM passando para R\$ 1.695,00 (um mil seiscentos e noventa e cinco reais) pagos mensais.

Considerando o disposto no artigo 57, II e artigo 65, II da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal, para aditivo de prorrogação do prazo de vigência do contrato e reajuste no valor das parcelas a fim de possibilitar a regular execução do objeto contratado.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a partir deste a Cláusula Segunda "do Valor do Contrato" no item 2.1, para o período de 01 de julho de 2014 a 31 de dezembro de 2014, pago o valor mensal de R\$1.695,00 (um mil seiscentos e noventa e cinco reais), totalizando o valor aditivado em R\$ 10.170,00 (dez mil cento e setenta reais), totalizando o valor do contrato em R\$ R\$ 30.310,00 (trinta mil trezentos e dez reais).

Cláusula 2ª - Fica a partir deste alterada a Cláusula Décima Primeira "da Vigência" no item 11.1 do contrato nº 10/2013-FAS, prorrogando-se o a vigência do contrato de 01 de julho de 2014 até dia 31 de dezembro de 2014.

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 10/2013-FAS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 03 de junho de 2014.

CONTRATADA:
IVANA LACY BEHRENS
CPF nº. 600.864.329-15

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____
Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

2ª _____
Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

Portaria Nº 5.596/2014, de 3 de Junho de 2014

PORTARIA Nº5.596/2014, de 3 de junho de 2014

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e nas Leis Municipais nº1.661/2008, de 6 de maio de 2008 e nº1.888/2012, de 20 de março de 2012,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear, os membros abaixo discriminados para comporem o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Schroeder, a saber:

I - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS:

- Cristiane Feustel - Titular
- Leonice Engler Kafer - Suplente

II - REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS:

- Walter Egídio Mukai - Titular
- Cezar Santos de Jesus - Suplente

III - REPRESENTANTES DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES:

- Sidiclei Domeraski - Titular
- Renildo João Tomaselli - Suplente

IV - REPRESENTANTES DA DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO:

- Sérgio Rosnir Voigt - Titular
- Elmer Sandro Quadros - Suplente

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 3 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.601/2014, de 3 de Junho de 2014

PORTARIA Nº5.601/2014, de 3 de junho de 2014

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SCHROEDER - CMHS.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e nas Leis Municipais nº1.661/2008, de 6 de maio de 2008 e nº1.851/2011, de 11 de setembro de 2011,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear, os membros abaixo discriminados para comporem o Conselho Municipal de Habitação de Schroeder - CMHS, a saber:

I - REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:

- Orlando Tecilla - Titular
- Daiane Regina Azevedo Wolf - Suplente
- Giselle Tomaselli Obenaus- Titular
- Diane Deretti - Suplente

II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL E MOVIMENTOS POPULARES:

- Nildo Daniel Bauer - Titular
- Sandro Pedroso - Suplente
- André Maciel - Titular
- Adriana Wulf Feustel - Suplente

III - REPRESENTANTES DA ÁREA URBANA:

- Marilei Lenzi Tomaselli - Titular
- Herve Sandmann Souza - Suplente

IV - REPRESENTANTES DA ÁREA RURAL:

- Edson Lindner - Titular
- Melânia Lindner Roters- Suplente

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 3 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Lei Nº 2.016/2014

LEI Nº2.016/2014

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SCHROEDER A CELEBRAR TERMO DE PARCERIA COM O SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Schroeder autorizado a celebrar Termo de Parceria com o Serviço Social do Comércio - SESC, objetivando a cooperação mútua entre os partícipes para a melhoria no fornecimento de programação de Música, programação local de Teatro, e Projeto "Schroeder 50 anos - Narrativas Visuais" na cidade de Schroeder.

§ 1º Para a execução do Convênio de que trata o "caput" deste artigo, o Município de Schroeder repassará à entidade R\$23.125,00 (vinte e três mil cento e vinte e cinco reais), de acordo com o Plano de Aplicação determinado no corpo do instrumento de Termo de Parceria.

§ 2º O repasse será efetivado em 04 (quatro) parcelas, nos meses de junho, agosto, setembro e novembro do mesmo ano.

§ 3º O repasse de cada parcela está condicionado à apresentação da Prestação de Contas da parcela anterior.

§ 4º A vigência do Termo de Parceria dar-se-á até o dia 31 de dezembro de 2014.

§ 5º As obrigações recíprocas entre os partícipes estarão detalhadas no Termo de Parceria a ser elaborado a posteriori.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotação orçamentária específica prevista na Lei Orçamentária Anual - Exercício 2014 da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Laser.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 3 de junho de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Lei Nº 2.017/2014

LEI Nº2.017/2014

INSTITUI O PROGRAMA DE BOLSAS DE ESTÁGIO PARA ESTUDANTES NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO COM O CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DE SANTA CATARINA - CIEE/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o programa de Bolsa de Estágio para estudantes de educação profissional de nível médio, do ensino médio regular e do 3º grau, no âmbito da Administração Municipal de Schroeder/SC, visando à complementação do ensino e da aprendizagem, e a experiência prática na respectiva área de formação.

Art. 2º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a firmar convênio com o Centro de Integração Empresa Escola do Estado de Santa Catarina - CIEE/SC, nos termos que segue.

§ 1º O objeto do presente convênio é o desenvolvimento de atividades conjuntas capazes de propiciar a promoção da integração ao mercado de trabalho e a formação para o trabalho, de acordo com a Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, através do estágio, que obrigatório ou não, deverá ser pedagogicamente útil e por isso, de interesse curricular, entendido como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho.

Art. 3º O estágio de que trata esta Lei não cria vínculo empregatício de qualquer natureza.

Art. 4º A realização do estágio dar-se-á mediante termo de compromisso celebrado entre o estudante e o Município, com intermediação da Instituição de Ensino, sendo de responsabilidade da CIEE/SC a formalização do mesmo.

Art. 5º Para participar do estágio deverá o estudante estar regularmente matriculado e efetivamente frequentando um curso vinculado a uma Instituição de ensino público ou privado, para esse fim conveniada com o Município de Schroeder/SC.

Parágrafo único. O CIEE/SC, de acordo com convênios previamente

formalizados com as Instituições de Ensino, será responsável pelo encaminhamento dos estudantes, cabendo à Administração Municipal a seleção dos estagiários, de acordo com suas necessidades.

Art. 6º Caberá às Instituições de ensino, em conjunto com a Administração Municipal, a definição sobre as formas de orientação, supervisão e avaliação do estágio.

Art. 7º São obrigações da Administração Municipal:

I - celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

II - ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III - indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

IV - contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado;

V - por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI - manter a disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

VII - enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 06 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

Art. 8º São obrigações da CIEE/SC:

I - manter convênios específicos com as Instituições de Ensino, contendo as condições exigidas para a caracterização e definição do estágio de seus alunos;

II - obter da Unidade Concedente a identificação e características das oportunidades de estágio e sobre os respectivos Programas de Atividades a serem oferecidos;

III - promover o ajuste das condições de estágio definidas pelas Instituições de Ensino para emissão do Termo de Compromisso e Plano de Atividades do Estágio;

IV - encaminhar à Unidade Concedente do Estágio os estudantes cadastrados e interessados na (s) oportunidade (s);

V - providenciar toda documentação referente ao estágio e encaminhar a negociação do Seguro Contra Acidentes Pessoais em favor do estagiário;

VI - assessorar a Instituição de Ensino, quando acordado, em sua sistemática de acompanhamento e avaliação do Programa do Estágio;

VII - notificar à Unidade Concedente do Estágio, qualquer irregularidade informada pela Instituição de Ensino constatada no Programa do Estágio e/ou na situação escolar dos estagiários;

VIII - efetuar o pagamento da Bolsa-Auxílio mensal ao estagiário no máximo até 5 (cinco) dias após a confirmação da transferência dos respectivos valores pela Unidade Concedente do Estágio.

Art. 9º São obrigações das Instituições de ensino:

I - celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

II - avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

III - indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

IV - exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 06 (seis) meses, de relatório das atividades;

V - zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

VI - elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;

VII - comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

Art. 10. A jornada de atividade em estágio será de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais para estudantes do ensino superior e técnico profissionalizante da rede particular e de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais para estudantes do ensino técnico profissionalizante da rede estadual e do ensino médio regular.

Parágrafo único. Nos períodos de avaliações de aprendizagem periódicas ou finais que a Instituição de ensino adotar, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, para garantir o bom desempenho do estudante.

Art. 11. O prazo do estágio será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 12. É assegurado ao estagiário, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

Parágrafo único. Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de estágio com duração inferior a 01 (um) ano.

Art. 13. O estagiário, desde que não exercente de qualquer cargo no âmbito da Administração, perceberá uma bolsa auxílio, bem como auxílio transporte, desde que devidamente comprovada a necessidade deste, a concessão dos benefícios (bolsa auxílio e vale transporte) na hipótese de estágio não obrigatório.

Parágrafo único. No caso de atividade de estágio parcial a Bolsa Auxílio será paga proporcionalmente ao número de horas do estágio.

Art. 14. Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente de estágio.

Art. 15. Fica o município autorizado a Transferir ao CIEE/SC,

mensalmente, contribuições destinadas ao Fundo Interno de Bolsa-Auxílio - FIBA, administrado pelo CIEE/SC, cujos valores serão aplicados, exclusivamente, na concessão de Bolsas Auxílio aos estagiários, conforme segue:

Do nível médio (convencional) 50% do salário mínimo vigente;

Do nível médio (profissionalizante) 70% do salário mínimo vigente;

Do nível superior 100% do salário mínimo vigente.

Parágrafo único. Esse valor de contribuição prevalecerá até o momento em que contingências econômicas ou alteração na Lei Municipal justifiquem sua alteração.

Art. 16. O Município repassará ao CIEE/SC o valor de R\$60,00 (sessenta reais) por estagiário/mês na vigência do convênio.

§1º O preço convencionado será reajustado sempre que houver prorrogação deste convênio pela variação do INPC dos últimos 12 meses, tendo o mês de junho de cada ano como base para o reajuste, com arredondamento para o valor absoluto mais próximo, excluindo-se os centavos.

§ 2º A vigência do Convênio dar-se-á até o dia 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado, por igual período, por mútuo acordo entre as partes.

Art. 17. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotação orçamentária específica prevista na Lei Orçamentária Anual - Exercício 2014.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008, ficando revoga a Lei nº1695/2008 e seus alterações.

Schroeder (SC), 3 de junho de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Lei Nº 2.018/2014

LEI Nº2.018/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar no valor de até R\$62.900,00 (sessenta e dois mil e novecentos reais) para reforço do programa abaixo especificado, constante da Lei Orçamentária nº1.989/2013, de 18 de dezembro de 2013:

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01.10.301.3013.2.336 - Manutenção das Ações da Atenção Básica de Saúde

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0023 Equipamentos e Material Permanente R\$62.900,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação de até R\$62.900,00 (Sessenta e dois mil e novecentos reais) da seguinte dotação orçamentária:

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01.10.301.3013.1.336 - Reforma, Ampliação e Construção de Unidades de Saúde e Academia ao Ar Livre

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0023 - Obras e Instalações R\$62.900,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 3 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº. 05/2014-FAS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2014-FAS
PROCESSO Nº. 11/2014-FAS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: aquisição de brinquedos e jogos para atender as necessidades da Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência deste instrumento.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 24 de junho de 2014 às 14h.

Abertura do Processo: 24 de junho de 2014 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 04 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Lei Nº 2.019/2014

LEI No2.019/2014

ALTERA O ART. 44, DA LEI N.º 1.628/2007, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE ATENDIMENTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE SCHROEDER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 44, da Lei n.º1.628/2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 44. O mandato do Conselheiro Tutelar será de 04 (quatro) anos, permitida uma única recondução" (Art. 132, Lei nº 12.696/2012).

Art. 2º Fica prorrogado extraordinariamente mandato dos conselheiros tutelares até 10 de janeiro de 2016. Com fulcro Resolução nº 152/2012, c/c Lei nº 12.696/2012 bem como o Artigo 139 da Lei nº 8.069/90.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 3 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 2.966/2014 de 30 de Maio de 2014

DECRETO Nº 2.966/2014 de 30 de maio de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 130,00 (cento e trinta reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA , ESPORTE E LAZER

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ.Infantil

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Outros Servicos de Terceiros

- Pessoa Juridica R\$ 130,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA , ESPORTE E LAZER

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ.Infantil

3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Outros Servicos de Terceiros

- Pessoa Fisica R\$ 130,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 30 de maio de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 2.968/2014, de 03 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 2.968/2014, de 03 de junho de 2014.

AUTORIZA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE MÉDICO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE ESPECIAL INTERESSE PÚBLICO, NA SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto no Art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando a informação repassada pela Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município, por meio de Ofício nº 12/2014-SMS, datado de 14 de abril de 2014, para a contratação de 01 (um) profissional Médico para atuar na Secretaria de Saúde Municipal;

Considerando que o Concurso Público nº03/2013 ainda está vigente, porém, a lista de candidatos foi exaurida;

Considerando que o referido secretário já foi orientado proceder com os ditames para realização do processo seletivo que permitirá a contratação em caráter temporário ACTs, para suprir possíveis demandas nas áreas da Saúde e Assistência Social;

Considerando que os profissionais do programa Saúde da Família são indispensáveis para conquistas de metas e continuidade do incentivo do Programa de Melhoria do Acesso;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu art. 6º, a saúde como um direito social pétreo e inalienável, e que o profissional médico é um dos componentes desse direito que deve ser garantido;

DECRETA:

Art. 1º Autoriza-se a contratação pelo Poder Executivo Municipal de 01 (um) profissional Médico - ESF para atuar na equipe do Programa Estratégia Saúde da Família - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da efetiva contratação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 03 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.595/2014, de 03 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 5.595/2014, de 03 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto no Art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando a informação repassada pela Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município, por meio de Ofício nº 12/2014-SMS, datado de 14 de abril de 2014, para a contratação de 01 (um) profissional Médico para atuar na Secretaria de Saúde Municipal;

Considerando que o Concurso Público nº03/2013 ainda está vigente, porém, a lista de candidatos foi exaurida;

Considerando que o referido secretário já foi orientado proceder com os ditames para realização do processo seletivo que permitirá a contratação em caráter temporário ACTs, para suprir possíveis demandas nas áreas da Saúde e Assistência Social;

Considerando que os profissionais do programa Saúde da Família são indispensáveis para conquistas de metas e continuidade do incentivo do Programa de Melhoria do Acesso;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu art. 6º, a saúde como um direito social pétreo e inalienável, e que o profissional médico é um dos componentes desse direito que deve ser garantido;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Irynna Natasha Soares de Alcantara, para exercer o cargo de Médica - ESF, percebendo o nível salarial nº 001 (ESF), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 079/2009, de 16/10/2009, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 003/2013, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 02 de junho de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILA
Secretário de Saúde e Assistência Social

Publicada na mesma data.

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.597/2014, de 03 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 5.597/2014, de 03 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da funcionária, Sra. Enilda Cristiane Lopes Diogo, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 03 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.598/2014, de 03 de Junho de 2013.

PORTARIA Nº 5.598/2014, de 03 de junho de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Jaimir Antonio Marostica, do cargo comissionado de Assessor de Educação, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 03 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.599/2014, de 03 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 5.599/2014, de 03 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o Sr. Jaimir Antonio Marostica, para exercer o cargo Comissionado de Assessor de Saúde, percebendo o nível salarial nº 001 Comissionados (Nível 178), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 03 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILA
Secretário de Saúde e Assistência Social

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Ata Pregão Presencial 07/2014-FMS (Sequência 03)

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 7/2014 - PR
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 35/2014 Data do Processo: 29/04/2014
	Folha: 1/5

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em locação de equipamento e monitoramento eletrônico para as Unidade de Saúde e da Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 17/2014 (Sequência: 3)

Ao(s) 3 de Junho de 2014, às 08:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 55382014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 35/2014, Licitação nº 7/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A pregoeira e equipe de apoio reuniram-se após recebimento do envelope de habilitação da empresa CASVIG - CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA., protocolado dentro do prazo estabelecido anteriormente na ata nº. 16/2014 (sequência 01) de 29 de maio de 2014. Sendo aberto o envelope de habilitação da licitante a empresa CASVIG - CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA., cujos documentos foram rubricados e examinados pela pregoeira e equipe de apoio. Constatando que a empresa CASVIG - CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA., apresentou a documentação de acordo com as exigências do edital, resultando habilitada. A empresa participante declina do direito de recurso ao resultado deste pregão nos termos do artigo 4, xx da Lei Federal nº 10.520/02, adjudicando na forma da lei os objetos ao licitante vencedor. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja enviada cópia da ata ao participante presente.

LOTE: 1

Participante: 11093 - CASVIG CATARINENSE DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular na Estratégia Saúde da Família 001 - localizado a Rua Guaramirim, nº. 560, Bairro Schroeder I, do Município de Schroeder/SC, (47) 3374-5497 ou 3374-0665, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local, cabos 4 pares espessura 0,50 AWG, sensores infravermelho passivo interno e sensores para sensoramento de Ronda Eletrônica e Bastões de Ronda; sensoramento de Violação de Porta e/ou Janela; sensoramento de Presença; sensoramento de Presença Imune a Pequenos Animais; sensoramento Ativo de Intrusão Perimetral Imune a Pequenos Animais; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	MÊS	12,00	CASVIG	0,0000	410,00	4.920,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 7/2014 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 35/2014
 Data do Processo: 29/04/2014

Folha: 2/5

LOTE: 1

Participante: 11093 - CASVIG CATARINENSE DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para a Unidade Básica de Saúde - Rua Paulo Jahn, 147, Centro, Schroeder. SC. CEP 89275-000, (47) 3374-6400, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local, cabos 4 pares espessura 0,50 AWG, sensores infravermelho passivo interno e sensores para sensoramento de Ronda Eletrônica e Bastões de Ronda; sensoramento de Violação de Porta e/ou Janela; sensoramento de Presença; sensoramento de Presença Imune a Pequenos Animais; sensoramento Ativo de Intrusão Perimetral Imune a Pequenos Animais; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência), o monitoramento e vigilância deve compreender um vigilante no período das 17:00 às 22:00 de segunda a sexta-feira.	MÊS	12,00	CASVIG	0,0000	480,00	5.760,00
3	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para a Estratégia Saúde da Família 003 - Rua Alphons Maria Schmalz, 130, Sossego, Schroeder. SC. CEP 89275-000, (47) 3374-1107 / (47) 3374-0632, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local, cabos 4 pares espessura 0,50 AWG, sensores infravermelho passivo interno e sensores para sensoramento de Ronda Eletrônica e Bastões de Ronda; sensoramento de Violação de Porta e/ou Janela; sensoramento de Presença; sensoramento de Presença Imune a Pequenos Animais; sensoramento Ativo de Intrusão Perimetral Imune a Pequenos Animais; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	MÊS	12,00	CASVIG	0,0000	410,00	4.920,00
4	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para a Estratégia Saúde da Família 004: Rua 23 de Março, 1995, Itoupava Acú, Schroeder. SC. CEP 89275-000, (47) 3275-1362, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local, cabos 4 pares espessura 0,50 AWG, sensores infravermelho passivo interno e sensores para sensoramento de Ronda Eletrônica e Bastões de Ronda; sensoramento de Violação de Porta e/ou Janela; sensoramento de Presença; sensoramento de Presença Imune a Pequenos Animais; sensoramento Ativo de Intrusão Perimetral Imune a Pequenos Animais; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	MÊS	12,00	CASVIG	0,0000	410,00	4.920,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 7/2014 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 35/2014
 Data do Processo: 29/04/2014

Folha: 3/5

LOTE: 1

Participante: 11093 - CASVIG CATARINENSE DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
5	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para a Estratégia Saúde da Família 002: Rua Presidente Costa e Silva, 770. Rio Hern. Schroeder. SC. CEP 89275-000, (47) 3374-6470, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local, cabos 4 pares espessura 0,50 AWG, sensores infravermelho passivo interno e sensores para sensoramento de Ronda Eletrônica e Bastões de Ronda; sensoramento de Violação de Porta e/ou Janela; sensoramento de Presença; sensoramento de Presença Imune a Pequenos Animais; sensoramento Ativo de Intrusão Perimetral Imune a Pequenos Animais; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	MÊS	12,00	CASVIG	0,0000	410,00	4.920,00
6	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para o CRAE - Centro de Reabilitação e Atendimento Especializado, NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família e Movimenta Schroeder: Rua Marechal Castelo Branco, 3564, Centro, Schroeder. SC. CEP 89275-000, (47) 3373-3192 ou (47) 3373-6541, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local, cabos 4 pares espessura 0,50 AWG, sensores infravermelho passivo interno e sensores para sensoramento de Ronda Eletrônica e Bastões de Ronda; sensoramento de Violação de Porta e/ou Janela; sensoramento de Presença; sensoramento de Presença Imune a Pequenos Animais; sensoramento Ativo de Intrusão Perimetral Imune a Pequenos Animais; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	MÊS	12,00	CASVIG	0,0000	410,00	4.920,00
7	Contratação de empresa especializada em serviços de locação e monitoramento eletrônico ininterrupto, através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS- Rua Blumenau, 123, Centro, (47) 3374-6460, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local, cabos 4 pares espessura 0,50 AWG, sensores infravermelho passivo interno e sensores para sensoramento de Ronda Eletrônica e Bastões de Ronda; sensoramento de Violação de Porta e/ou Janela; sensoramento de Presença; sensoramento de Presença Imune a Pequenos Animais; sensoramento Ativo de Intrusão Perimetral Imune a Pequenos Animais; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	MÊS	12,00	CASVIG	0,0000	410,00	4.920,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 7/2014 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 35/2014
 Data do Processo: 29/04/2014

Folha: 4/5

LOTE: 1

Participante: 11093 - CASVIG CATARINENSE DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
8	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS- Rua Paulo jahn, 245, Centro, (47) 3374-5460, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local, cabos 4 pares espessura 0,50 AWG, sensores infravermelho passivo interno e sensores para sensoramento de Ronda Eletrônica e Bastões de Ronda; sensoramento de Violação de Porta e/ou Janela; sensoramento de Presença; sensoramento de Presença Imune a Pequenos Animais; sensoramento Ativo de Intrusão Perimetral Imune a Pequenos Animais; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	MÊS	12,00	CASVIG	0,0000	380,00	4.560,00
9	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para o Conselho Tutelar - Rua Marechal Castelo Branco, 3668, Centro, Telefone: (47) 3374-0489, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local, cabos 4 pares espessura 0,50 AWG, sensores infravermelho passivo interno e sensores para sensoramento de Ronda Eletrônica e Bastões de Ronda; sensoramento de Violação de Porta e/ou Janela; sensoramento de Presença; sensoramento de Presença Imune a Pequenos Animais; sensoramento Ativo de Intrusão Perimetral Imune a Pequenos Animais; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	MÊS	12,00	CASVIG	0,0000	310,00	3.720,00

Total do Participante -----> 43.560,00

Total Geral -----> 43.560,00

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 7/2014 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 35/2014 Data do Processo: 29/04/2014

Folha: 5/5

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 3 de Junho de 2014

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- - Equipe de Apoio
Cheila Adriane Klitzke	- - Equipe de Apoio

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

LEONARDO BROERING	- - Representante
-------------------	-------------------------

ATA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL 07/2014-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Página: 1/5

Número do Registro de Preços: 8/2014		Data do Registro: 03/06/2014		Válido até: 03/06/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em locação de equipamento e monitoramento eletrônico para as Unidade de Saúde e da Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroe							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

1	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular na Estratégia Saúde da Família 001 - localizado a Rua Guararimir, nº. 560, Bairro Schroeder I, do Município de Schroeder/SC, (47) 3374-5497 ou 3374-0685, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local, cabos 4 pares espessura 0,50 AWG, sensores infravermelho passivo interno e sensores para sensoramento de Ronda Eletrônica e Bastões de Ronda; sensoramento de Violação de Porta e/ou Janela; sensoramento de Presença; sensoramento de Presença Imune a Pequenos Animais; sensoramento Ativo de Intrusão Perimetral Imune a Pequenos Animais; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	MÊS	CASVIG CATARINENSE DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA (11093)	CASVIG	0	410.0000	1
2	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para a Unidade Básica de Saúde - Rua Paulo Jahn, 147, Centro, Schroeder, SC, CEP 89275-000, (47) 3374-6400, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local, cabos 4 pares espessura 0,50 AWG, sensores infravermelho passivo interno e sensores para sensoramento de Ronda Eletrônica e Bastões de Ronda; sensoramento de Violação de Porta e/ou Janela; sensoramento de Presença; sensoramento de Presença Imune a Pequenos Animais; sensoramento Ativo de Intrusão Perimetral Imune a Pequenos Animais; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência), o monitoramento e vigilância deve compreender um vigilante no período das 17,00 às 22,00 de segunda a sexta-feira.	MÊS	CASVIG CATARINENSE DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA (11093)	CASVIG	0	480.0000	1
3	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para a Estratégia Saúde da Família 003 - Rua Alphons Maria Schmalz, 130, Sossego, Schroeder, SC, CEP 89275-000, (47) 3374-1107, (47) 3374-0632, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local, cabos 4 pares espessura 0,50 AWG, sensores infravermelho passivo interno e sensores para sensoramento de Ronda Eletrônica e Bastões de Ronda; sensoramento de Violação de Porta e/ou Janela; sensoramento de Presença; sensoramento de Presença Imune a Pequenos Animais; sensoramento Ativo de Intrusão Perimetral Imune a Pequenos Animais; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	MÊS	CASVIG CATARINENSE DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA (11093)	CASVIG	0	410.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Número do Registro de Preços: 8/2014 Data do Registro: 03/06/2014 Válido até: 03/06/2015						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em locação de equipamento e monitoramento eletrônico para as Unidade de Saúde e da Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroe						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
4	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para a Estratègia Saúde da Família 004: Rua 23 de Março, 1995, Itoupava Açú, Schroeder, SC. CEP 89275-000, (47) 3275-1362, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local, cabos 4 pares espessura 0,50 AWG , sensores infravermelho passivo interno e sensores para sensoramento de Ronda Eletrônica e Bastões de Ronda; sensoramento de Violação de Porta e/ou Janela; sensoramento de Presença; sensoramento de Presença Imune a Pequenos Animais; sensoramento Ativo de Intrusão Perimetral Imune a Pequenos Animais; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	MÊS	CASVIG CATARINENSE DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA (11093)	CASVIG	0	410.0000
5	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para a Estratègia Saúde da Família 002: Rua Presidente Costa e Silva, 770, Rio Hern. Schroeder, SC. CEP 89275-000, (47) 3374-6470, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local, cabos 4 pares espessura 0,50 AWG , sensores infravermelho passivo interno e sensores para sensoramento de Ronda Eletrônica e Bastões de Ronda; sensoramento de Violação de Porta e/ou Janela; sensoramento de Presença; sensoramento de Presença Imune a Pequenos Animais; sensoramento Ativo de Intrusão Perimetral Imune a Pequenos Animais; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	MÊS	CASVIG CATARINENSE DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA (11093)	CASVIG	0	410.0000
6	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para o CRAE - Centro de Reabilitação e Atendimento Especializado, NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família e Movimento Schroeder: Rua Marechal Castelo Branco, 3564, Centro, Schroeder, SC. CEP 89275-000, (47) 3373-3192 ou (47) 3373-6541, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local, cabos 4 pares espessura 0,50 AWG, sensores infravermelho passivo interno e sensores para sensoramento de Ronda Eletrônica e Bastões de Ronda; sensoramento de Presença; sensoramento de Presença Imune a Pequenos Animais; sensoramento Ativo de Intrusão Perimetral Imune a Pequenos Animais; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	MÊS	CASVIG CATARINENSE DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA (11093)	CASVIG	0	410.0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Número do Registro de Preços: 8/2014 Data do Registro: 03/06/2014 Válido até: 03/06/2015						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em locação de equipamento e monitoramento eletrônico para as Unidade de Saúde e da Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroe						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
7	Contratação de empresa especializada em serviços de locação e monitoramento eletrônico interrupto, através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS- Rua Blumenau,123, Centro, (47) 3374-6460, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local, cabos 4 pares espessura 0,50 AWG, sensores infravermelho passivo interno e sensores para sensoramento de Ronda Eletrônica e Bastões de Ronda; sensoramento de Violação de Porta e/ou Janela; sensoramento de Presença; sensoramento de Presença Imune a Pequenos Animais; sensoramento Ativo de Intrusão Perimetral Imune a Pequenos Animais; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	MÊS	CASVIG CATARINENSE DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA (11093)	CASVIG	0	410.0000
8	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico interrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS- Rua Paulo Jahn, 245, Centro, (47) 3374-9460, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local, cabos 4 pares espessura 0,50 AWG, sensores infravermelho passivo interno e sensores para sensoramento de Ronda Eletrônica e Bastões de Ronda; sensoramento de Violação de Porta e/ou Janela; sensoramento de Presença; sensoramento de Presença Imune a Pequenos Animais; sensoramento Ativo de Intrusão Perimetral Imune a Pequenos Animais; acionamento Silencioso em Caso de Emergência, detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	MÊS	CASVIG CATARINENSE DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA (11093)	CASVIG	0	380.0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Número do Registro de Preços: 8/2014		Data do Registro: 03/06/2014		Válido até: 03/06/2015				
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em locação de equipamento e monitoramento eletrônico para as Unidade de Saúde e da Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroe								
Item	Especificação		Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para o Conselho Tutelar - Rua Marechal Castelo Branco, 3668, Centro, Telefone: (47) 3374-0489, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou via internet que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local, cabos 4 pares espessura 0,50 AWG, sensores infravermelho passivo interno e sensores para sensoramento de Ronda Eletrônica e Bastões de Ronda; sensoramento de Presença Imune a Pequenos Animais; sensoramento de Presença; sensoramento de Presença Imune a Pequenos Animais; sensoramento Ativo de Intrusão Perimetral Imune a Pequenos Animais; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	MÊS	CASVIG CATARINENSE DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA (11093)	CASVIG	0	310.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Página: 5/5

Número do Registro de Preços: 8/2014		Data do Registro: 03/06/2014		Válido até: 03/06/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em locação de equipamento e monitoramento eletrônico para as Unidade de Saúde e da Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroe							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2014
PROCESSO Nº 35/2014
(11093) - CASVIG CATARINENSE DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA

Schroeder, 3 de Junho de 2014.

Serra Alta

PREFEITURA

Extrato Pregão Presencial Nº 35/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2014

Tipo: Menor Preço/Global.

OBJETO: Aquisição de Material para instalação de esquadrias com vidro temperado incolor e colocação de um Toldo no Prédio da Creche Municipal Primeiros Passos, garantindo aos alunos um lugar agradável, confortável, seguro e propício para o desenvolvimento e aprendizado.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 17 de Junho de 2014.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 17 de Junho de 2014.
O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/>

ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830,

nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30horas.

SERRA ALTA, 04 de junho de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

Relatório Compras Maio - 2014 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/3

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtdte Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AGRO VETERINÁRIA VIEIRA & VIEIRA LTDA ME	SEMENTES SELECIONADAS E CERTIFICADAS DE NOME COMUM: AVEIA PRETA. NOME CIENTÍFICO: Avena strigosa. FAMÍLIA: GRAMINEA. CICLO DE VIDA: ANUAL. ÉPOCA: INVERNO. A AVEIA PRETA ANTES DESTINADA SOMENTE A COBERTURA VERDE DO SOLO É ATUALMENTE UTILIZADA PARA FINS FORRAGEIROS DEVIDO AO AUMENTO DA IMPORTANCIA DA INTEGRAÇÃO LAVOURA PECUÁRIA. EM VÁRIAS REGIÕES NA PRODUÇÃO DE LEITE OU TERMINAÇÃO DE BOVINOS ELE PROPICIA O AUMENTO NA RENTABILIDADE DA PROPRIEDADE. QUANDO BEM MANEJADA ESSE SISTEMA É PERFEITAMENTE COMPATIVEL COM O SISTEMA DE SEMEADURA DIRETA. PESO DA EMBALAGEM 40KG.	1102	25.000,000	0,9700	24.250,00
	SEMENTES SELECIONADAS E CERTIFICADAS DE NOME COMUM: AZEVIEM. NOME CIENTÍFICO: Lolium multiflorum. FAMÍLIA: GRAMINEA. CICLO DE VIDA: ANUAL. ÉPOCA: INVERNO. É UMA GRAMINEA ANUAL QUE APRESENTA ALTA PRODUÇÃO E QUALIDADE DE FORRAGEM. RESISTE AO PASTEJO E A EXCESSOS DE UMIDADE, SUPORTANDO ALTAS LOTACOES. PODE SER MANEJADA PARA PERMITIR A RESSEMEADURA NATURAL OU SEJA, A PRODUÇÃO E A QUEDA DAS SEMENTES NA TERRA, NÃO SENDO NECESSÁRIO SEMEAR TODOS OS ANOS. PESO DA EMBALAGEM 25KG.	1102	12.000,000	2,8700	34.440,00
AGRO VETERINÁRIA VIEIRA & VIEIRA LTDA ME					
BETHA SISTEMAS LTDA	SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DO SISTEMA BETHA RECURSOS HUMANOS (ACESSO 01 USUÁRIO)		42,000	350,0000	14.700,00
EVANDRO MARCELO DE OLIVEIRA & ADVOGAD	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS QUALIFICADOS PARA ASSESSORIA JURIDICA EM EXECUÇÕES FISCAIS E O ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS QUE ESTÃO EM ANDAMENTO E FUTUROS QUE ENVOLVAM QUESTÕES JURIDICAS RELACIONADAS AS ÁREAS DE: COMPRAS E LICITAÇÕES, ÁREA ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA, PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO, AÇÕES DE RH (CONTRATAÇÕES E RESCISÕES), REVISÃO E PARECERES DE EDITAIS LICITATÓRIOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, ENTRE OUTROS QUE ENVOLVEM O MUNICÍPIO. ALEM DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS NAS ÁREAS TRABALHISTAS COM O ACOMPANHAMENTO E INSTRUÇÕES DE ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS NO DECORRER DA REALIZAÇÃO DE TESTES SELETIVOS E CONCURSOS PÚBLICOS. (COM CARGA HORÁRIA DE 20H SEMANAIS).	1026	8,000	5.600,0000	44.800,00
FREITAG LABORATORIOS LTDA	*COLIFORMES TOTAIS (ANÁLISE EM ÁGUA BRUTA) *COLIFORMES TERMOTOLERANTES. COLI (ANÁLISE EM ÁGUA BRUTA) *CIANOBACTERIAS (ANÁLISE EM ÁGUA BRUTA)		2,000	195,0000	390,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Maio/2014
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/3

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
FREITAG LABORATÓRIOS LTDA	ALUMÍNIO; AMÔNIA (COMO NH3); CLORETO; COR APARENTE; 1,2 DICLORO BENZENO; 1,4 DICLORO BENZENO; DUREZA TOTAL; ETIL BENZENO; FERRO; GOSTO E ODO; MANGANÊS; MONOCLORO BENZENO; SÓDIO; SÓLIDOS DISSOLVIDOS TOTAIS; SULFATO; SULFETO DE HIDROGÊNIO; SURFACTANTES (COMO LAS); TOLUENO; TURBIDEZ; ZINCO; XILENOS; ANTIMÔNIO; ARSÊNIO; BÁRIO; CÁDmio; CHUMBO; CIANETO; COBRE; CROMO; FLUORETO; MERCÚRIO; NIQUEL; NITRATO (COMO N); NITRITO (COMO N); SELÊNIO; URÂNIO; ACRILAMIDA; BENZENO; BENZOFAPIRENO; CLORETO DE VINILA; 1,2 DICLORO ETANO; 1,1 DICLORO ETENO; 1,2 DICLORO ETENO (CIS + TRANS); DICLORO METANO; DI(2-ETILHEXIL) FTALATO; ESTIRENO; PENTACLOROFENOL; TETRACLORO ETETO DE CARBONO; TETRACLORO ETENO; TRICLORO BENZENOS; TRICLORO ETENO; 2,4 D + 2,4,5 T; ALACLOR; ALDICARBE + ALDICARBESULFONA+ALDICARBESULFOXÍDO; ALDRIN+DIELDRIN; ATRAZINA; CARBENDAZIM + BENOMIL; CARBOFURANO; CLORDANO; CLORPIRIFÓS + CLORPIRIFÓS-OXON; DDT+DDD+DDE; DIURON; ENDOSSULFAN (? E SAIS); ENDRIN; GLIFOSATO + AMPA; LINDANO (GAMA HCH); MANCOZEBE; METAMIDOFÓS; METOLACLORO; MOLINATO; PARATONA METÍLICA; PENDIMENTALINA; PERMETRINA; PROFENOFÓS; SIMAZINA; TEBUCONAZOL; TERBUFOS; TRIFLURALINA; (ANÁLISE EM TRATADA). CONTAGEM DE BACTÉRIAS HETEROTRÓFICAS / TRIHALOMETANOS (ANÁLISE EM ÁGUA TRATADA).		2,000	1.400,0000	2.800,00
FREITAG LABORATÓRIOS LTDA	CONTRATAÇÃO DE BACTÉRIAS HETEROTRÓFICAS / TRIHALOMETANOS (ANÁLISE EM ÁGUA TRATADA).		2,000	150,0000	300,00
RÁDIO 102 DE PINHALZINHO LTDA	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS RADIOFÔNICOS DE DIVULGAÇÃO EM EMISSORA DE RÁDIO DE FREQUENCIA MODULADA (FM) DOS ATOS OFICIAIS E ADMINISTRATIVOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DA SEC. DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES, COMO AVISOS, SERVIÇOS E CAMPANHAS EDUCATIVAS, BOLETINS INFORMATIVOS DIÁRIOS; COMUNICADOS E CONVITES DE INTERESSE DA MUNICIPALIDADE, COM 03(TRÊS) INSERÇÕES DIÁRIAS DE 30 SEGUNDOS DE SEGUNDA-FEIRA A SEXTA-FEIRA E DEVERÁ SER DISPONIBILIZADO AOS SÁBADOS ESPAÇO COM DURAÇÃO DE ATÉ 10 (DEZ) MINUTOS EM HORÁRIO NOBRE ENTRE AS 11:20 AS 12:00 HORAS.		4,000	2.600,0000	10.400,00
RÁDIO 102 DE PINHALZINHO LTDA	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS RADIOFÔNICOS DE DIVULGAÇÃO EM EMISSORA DE RÁDIO DE FREQUENCIA MODULADA (FM) DOS ATOS OFICIAIS E ADMINISTRATIVOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DA SEC. DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES, COMO AVISOS, SERVIÇOS E CAMPANHAS EDUCATIVAS, BOLETINS INFORMATIVOS DIÁRIOS; COMUNICADOS E CONVITES DE INTERESSE DA MUNICIPALIDADE, COM 03(TRÊS) INSERÇÕES DIÁRIAS DE 30 SEGUNDOS DE SEGUNDA-FEIRA A SEXTA-FEIRA E DEVERÁ SER DISPONIBILIZADO AOS SÁBADOS ESPAÇO COM DURAÇÃO DE ATÉ 10 (DEZ) MINUTOS EM HORÁRIO NOBRE ENTRE AS 11:20 AS 12:00 HORAS.		4,000	2.600,0000	10.400,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 3/3

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
TRANSPORTES VALE VENETO LTDA	SEMENTES SELECIONADAS E CERTIFICADAS DE NOME COMUM: ERVILHACA NOME CIENTIFICO: (VICIA SATIVA). FAMILIA: LEGUMINOSA. CICLO DE VIDA: ANUAL. EPOCA: INVERNO. A ERVILHACA E UMA PLANTA COM GRANDE UTILIDADE NA AGRICULTURA DE CLIMA TEMPERADO, SENDO UTILIZADA NA ALIMENTAÇÃO DE ANIMAIS E COMO COBERTURA DO SOLO. UM DE SEUS PRINCIPAIS BENEFÍCIOS ADVÉM DE SUA HABILIDADE EM FORNECER NITROGÊNIO AS CULTURAS SUBSEQUENTES. PESO DA EMBALAGEM 25KG.	1103	1.000,000	3,7400	3.740,00
Total Geral do Mês →					146.220,00

RELATÓRIO COMPRAS - MAIO -2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/1

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
REUNIDAS TURISMO S.A	PASSAGEM DE CURITIBA (PR) A PINHALZINHO	381	30,000	82,0400	2.461,20
REUNIDAS TURISMO S.A	PASSAGEM DE FLORIANOPOLIS A PINHALZINHO (VIA LAGES)	381	50,000	132,1500	6.607,50
REUNIDAS TURISMO S.A	PASSAGEM DE JOINVILLE A PINHALZINHO	381	10,000	169,0800	1.690,80
REUNIDAS TURISMO S.A	PASSAGEM DE PINHALZINHO A CURITIBA (PR)	381	30,000	78,5400	2.356,20
REUNIDAS TURISMO S.A	PASSAGEM DE PINHALZINHO A FLORIANOPOLIS (VIA LAGES)	381	50,000	130,7500	6.537,50
REUNIDAS TURISMO S.A	PASSAGEM DE PINHALZINHO A JOINVILLE	381	10,000	167,0800	1.670,80
Total Geral do Mês -->					21.324,00

Siderópolis

PREFEITURA

Portaria 127-A

PORTARIA Nº 127 - A, DE 09 DE ABRIL DE 2014
COLOCA À DISPOSIÇÃO DA REDE BÁSICA DE SAÚDE A SERVIDORA BRUNA SILVA CESCONETTO, LOTADA NO ESF - VILA RICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso XIII - da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Colocar à disposição da Rede Básica de Saúde a servidora BRUNA SILVA CESCONETTO, brasileira, CPF nº037.377.609-85, médica, lotada no ESF - Vila Rica, a contar de 05/04/2014.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 09 de abril de 2014.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 09 de abril de 2014.

Portaria Nº 163/2014

PORTARIA Nº 163, DE 22 DE MAIO DE 2014
CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDORA SIMONE APARECIDA CARDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito à servidora SIMONE APARECIDA CARDOSO, CPF nº. 827.003.469-04, Professor - MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de C4 para D4, a contar de 02/05/2014.
Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 22 de maio de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de maio de 2014.

Portaria Nº 164/2014

PORTARIA Nº 164, DE 22 DE MAIO DE 2014
CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDORA SUSANA RAQUEL DE SOUZA INNOCENTI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito à servidora SUSANA RAQUEL DE SOUZA INNOCENTI, CPF nº. 645.652.469-53, Professor - MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de A4 para B4, a contar de 02/05/2014.
Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 22 de maio de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de maio de 2014.

Portaria Nº 165/2014

PORTARIA Nº 165, DE 22 DE MAIO DE 2014
CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDORA TATIANA RODRIGUES DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito à servidora TATIANA RODRIGUES DE SOUZA, CPF nº. 032.420.369-13, Professor - MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de D4 para E4, a contar de 02/05/2014.
Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 22 de maio de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de maio de 2014.

Portaria Nº 166/2014

PORTARIA Nº 166, DE 22 DE MAIO DE 2014
CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO À SERVIDORA ADRIANE TRENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003

combinada com a 2.025/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito à servidora ADRIANE TRENTTO, CPF nº. 789.825.549-72, Professor - MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de A4 para B4, a contar de 02/05/2014.
Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 22 de maio de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de maio de 2014.

Portaria Nº 167/2014

PORTARIA Nº 167, DE 22 DE MAIO DE 2014
CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO À SERVIDORA ANDREZA PATEL DE ARAÚJO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito à servidora ANDREZA PATEL DE ARAÚJO, CPF nº. 027.846.319-31, Professor - MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de A4 para B4, a contar de 02/05/2014.
Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 22 de maio de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de maio de 2014.

Portaria Nº 168/2014

PORTARIA Nº 168, DE 22 DE MAIO DE 2014
CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO À SERVIDORA ANGELA LARROYD E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito à servidora ANGELA LARROYD, CPF nº. 014.465.599-39, Professor - MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de A4 para B4, a contar de 02/05/2014.
Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 22 de maio de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de maio de 2014.

Portaria Nº 169/2014

PORTARIA Nº 169, DE 22 DE MAIO DE 2014
CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO À SERVIDORA DENISE CRISTINA MARTINS NUNES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito à servidora DENISE CRISTINA MARTINS NUNES, CPF nº. 854.930.749-15, Professor - MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de D4 para E4, a contar de 02/05/2014.
Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 22 de maio de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de maio de 2014.

Portaria Nº 170/2014

PORTARIA Nº 170, DE 22 DE MAIO DE 2014
CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO À SERVIDORA DENISE OLIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito à servidora DENISE OLIVO, CPF nº. 037.139.169-50, Professor - MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de A4 para B4, a contar de 02/05/2014.
Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 22 de maio de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de maio de 2014.

Portaria Nº 171/2014

PORTARIA Nº 171, DE 22 DE MAIO DE 2014

CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR EDUARDO VITTO MAGISTRALLI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito ao servidor EDUARDO VITTO MAGISTRALLI, CPF nº 034.860.849-76, Professor - MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de A4 para B4, a contar de 02/05/2014.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 22 de maio de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de maio de 2014.

Portaria Nº 172/2014

PORTARIA Nº 172, DE 22 DE MAIO DE 2014

CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO À SERVIDORA ELAINE POSSENTI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito à servidora ELAINE POSSENTI, CPF nº 041.648.249-05, Professor - MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de A4 para B4, a contar de 02/05/2014.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 22 de maio de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de maio de 2014.

Portaria Nº 173/2014

PORTARIA Nº 173, DE 22 DE MAIO DE 2014

CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO À SERVIDORA FRANCIELE BETTIOL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito à servidora FRANCIELE BETTIOL, CPF nº 041.486.249-89, Professor - MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de A4 para B4, a contar de 02/05/2014.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 22 de maio de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de maio de 2014.

Portaria Nº 174/2014

PORTARIA Nº 174, DE 22 DE MAIO DE 2014

CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO À SERVIDORA JUCINEIA NUNES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito à servidora JUCINEIA NUNES, CPF nº 021.943.659-23, Professor - MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de B4 para C4, a contar de 02/05/2014.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 22 de maio de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de maio de 2014.

Portaria Nº 175/2014

PORTARIA Nº 175, DE 22 DE MAIO DE 2014

CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO À SERVIDORA KARINA DAMIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito à servidora KARINA DA-MIN, CPF nº 028.941.199-84, Professor - MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de A4 para B4, a contar de 02/05/2014.
Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 22 de maio de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de maio de 2014.

Portaria Nº 176/2014

PORTARIA Nº 176, DE 22 DE MAIO DE 2014
CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO À SERVIDORA LIGIA APARECIDA DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito à servidora LIGIA APARECIDA DE SOUZA, CPF nº 449.465.119-20, Professor - MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de B4 para C4, a contar de 02/05/2014.
Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 22 de maio de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de maio de 2014.

Portaria Nº 177/2014

PORTARIA Nº 177, DE 22 DE MAIO DE 2014
CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO À SERVIDORA LOURDES MARIA ZUCHINALLI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito à servidora LOURDES MARIA ZUCHINALLI, CPF nº 377.215.509-04, Professor - MAG-ST-20h, do Quadro Permanente do Município, de A2 para B2, a contar de 02/05/2014.
Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 22 de maio de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de maio de 2014.

Portaria Nº 178/2014

PORTARIA Nº 178, DE 22 DE MAIO DE 2014
CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO À SERVIDORA MAITE BEZ BIROLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito à servidora MAITE BEZ BIROLO, CPF nº 009.130.129-71, Professor - MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de A4 para B4, a contar de 02/05/2014.
Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 22 de maio de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de maio de 2014.

Portaria Nº 179/2014

PORTARIA Nº 179, DE 22 DE MAIO DE 2014
CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO À SERVIDORA MARIA ANGELA PASINI FORMIGONI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito à servidora MARIA ANGELA PASINI FORMIGONI, CPF nº 625.874.719-15, Professor - MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de A4 para B4, a contar de 02/05/2014.
Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 22 de maio de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de maio de 2014.

Portaria Nº 180/2014

PORTARIA Nº 180, DE 22 DE MAIO DE 2014

CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO À SERVIDORA MARIA DO CARMO DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito à servidora MARIA DO CARMO DOS SANTOS, CPF nº 765.743.939-49, Professor - MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de A4 para B4, a contar de 02/05/2014.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 22 de maio de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de maio de 2014.

Portaria Nº 181/2014

PORTARIA Nº 181, DE 22 DE MAIO DE 2014

CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO À SERVIDORA MARIA MADALENA PEDRO INÁCIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito à servidora MARIA MADALENA PEDRO INÁCIO, CPF nº 686.386.479-72, Professor - MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de A4 para B4, a contar de 02/05/2014.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 22 de maio de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de maio de 2014.

Portaria Nº 182/2014

PORTARIA Nº 182, DE 22 DE MAIO DE 2014

CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO À SERVIDORA MARIA TE-REZA BERNARDINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003

combinada com a 2.025/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito à servidora MARIA TE-REZA BERNARDINI, CPF nº 753.503.949-91, Professor - MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de A4 para B4, a contar de 02/05/2014.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 22 de maio de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de maio de 2014.

Portaria Nº 183/2014

PORTARIA Nº 183, DE 22 DE MAIO DE 2014

CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR MÉRICLES ROSSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito ao servidor MÉRICLES ROSSA, CPF nº 753.504.249-04, Professor - MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de B4 para C4, a contar de 02/05/2014.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 22 de maio de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de maio de 2014.

Portaria Nº 184/2014

PORTARIA Nº 184, DE 22 DE MAIO DE 2014

CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO À SERVIDORA MÔNICA BEATRIZ CARMINATTI SORATTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito à servidora MÔNICA BEATRIZ CARMINATTI SORATTO, CPF nº 018.272.069-18, Professor - MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de D4 para E4, a contar de 02/05/2014.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 22 de maio de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de maio de 2014.

Portaria Nº 185/2014

PORTARIA Nº 185, DE 22 DE MAIO DE 2014
CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO À SERVIDORA RITA DE CÁSSIA BRIGNOLI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito à servidora RITA DE CÁSSIA BRIGNOLI, CPF nº 646.789.389-15, Professor - MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de A4 para B4, a contar de 02/05/2014.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 22 de maio de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de maio de 2014.

Portaria Nº 186/2014

PORTARIA Nº 186, DE 22 DE MAIO DE 2014
CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO À SERVIDORA RITA DE CÁSSIA SIPRIANO DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito à servidora RITA DE CÁSSIA SIPRIANO DA SILVA, CPF nº 769.251.109-87, Professor - MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de D4 para E4, a contar de 02/05/2014.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 22 de maio de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de maio de 2014.

Portaria Nº 187/2014

PORTARIA Nº 187, DE 22 DE MAIO DE 2014
CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO À SERVIDORA SANDRA REGINA BIZ ALFREDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Mérito à servidora SANDRA REGINA BIZ ALFREDO, CPF nº 854.924.269-15, Professor - MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de C4 para D4, a contar de 02/05/2014.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 22 de maio de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de maio de 2014.

Portaria Nº 191/2014

PORTARIA Nº 192, DE 30 DE MAIO DE 2014
CONTRATA GIANE COSTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente GIANE COSTA, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 024.591.159-62, para ocupar a função de Agente de Saúde, na Secretaria de Saúde, a partir de 02/06/2014, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 30 de maio de 2014.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de maio de 2014.

Portaria Nº 193/2014

PORTARIA Nº 193, DE 30 DE MAIO DE 2014

CONTRATA ALESSANDRA BIAVA DAMIANI DE NEZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente ALESSANDRA BIAVA DAMIANI DE NEZ, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 823.665.949-68, para ocupar a função de Agente de Saúde, na Secretaria de Saúde, a partir de 02/06/2014, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 30 de maio de 2014.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de maio de 2014.

Portaria Nº 192/2014

PORTARIA Nº 192, DE 30 DE MAIO DE 2014

CONTRATA GIANE COSTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente GIANE COSTA, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 024.591.159-62, para ocupar a função de Agente de Saúde, na Secretaria de Saúde, a partir de 02/06/2014, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 30 de maio de 2014.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de maio de 2014.

Portaria Nº 194/2014

PORTARIA Nº 194, DE 02 DE JUNHO DE 2014

RESCINDE A PEDIDO O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA JADNA GONÇALVES ELIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido o contrato da funcionária JADNA GONÇALVES ELIAS, CPF/MF sob nº 021.318.329-31, Agente Comunitário de Saúde, na Secretaria de Saúde, a contar desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 02 de junho de 2014.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 02 de junho de 2014.

Portaria Nº 195/2014

PORTARIA Nº 196, DE 02 DE JUNHO DE 2014

Cessa os efeitos da portaria nº95/2014

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº95/2014, considerando o retorno ao trabalho da servidora ZELINDA VITALI DE BONA, CPF/MF nº 999.432.049-15, Auxiliar de Serviços Gerais, a contar de 01/06/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 02 de junho de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 02 de junho de 2014.

Portaria Nº 196/2014

PORTARIA Nº 196, DE 02 DE JUNHO DE 2014

Cessa os efeitos da portaria nº95/2014

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº95/2014, considerando o retorno ao trabalho da servidora ZELINDA VITALI DE BONA, CPF/MF nº 999.432.049-15, Auxiliar de Serviços Gerais, a contar de 01/06/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 02 de junho de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 02 de junho de 2014.

Portaria Nº 197/2014

PORTARIA Nº 197, DE 02 DE JUNHO DE 2014

Cessa os efeitos da portaria nº147/2014

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº147/2014, considerando o retorno ao trabalho da servidora MARCILÉIA GREGÓRIO FIRME, CPF/MF nº 026.062.349-01, Auxiliar de Odonto PSF, a partir de 12/06/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 02 de junho de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 02 de junho de 2014.

Portaria Nº 198/2014

PORTARIA Nº 198, DE 02 DE JUNHO DE 2014

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À SERVIDORA LOIVA MARA MARTINS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, à servidora LOIVA MARA MARTINS, CPF/MF nº 909.315.219-04, a contar de 01/06/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 02 de junho de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 02 de junho de 2014.

Portaria Nº 199/2014

PORTARIA Nº 199, DE 02 DE JUNHO DE 2014

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA MÔNICA BEATRIZ CARMINATTI SORATTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade à funcionária MÔNICA BEATRIZ CARMINATTI SORATTO, CPF/MF nº 018.272.069-18, Professor MAG-LP- 20H, do Quadro Permanente do Município, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 16/06/2014.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 02 de junho de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 02 de junho de 2014.

Decreto Nº 93/2014

DECRETO N.º 93 DE 30 DE MAIO DE 2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) para suplementar, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	04	Fundo municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	01.0023	Transferências de Convênios-Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.033	Manutenção do Centro de Atendimento Psicosocial-CAPS
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	36	

VALOR: R\$ 3.000,00 (três mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos vinculados as Transferências de Convênios-Saúde, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 30 de maio de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de maio de 2014.

Decreto Nº 94/2014

DECRETO N.º 94 DE 02 DE JUNHO DE 2014
ALTERA O ART. 1º DO DECRETO Nº 2361/2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 51, inciso V, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA

Art. 1º - Fica alterado o art. 1º do Decreto nº 2361, de 09 de março de 2001, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 1º - Fica autorizada a criação e manutenção de Cursos de Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries, na localidade de Rio Jordão.”

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 02 de junho de 2014.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 02 de junho de 2014.

Decreto Nº 95/2014

DECRETO N.º 95 DE 02 DE JUNHO DE 2014
OBRIGA AS EMPRESAS FORNECEDORAS DE ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA A EXIGIREM O HABITE-SE PARA LIGAÇÃO DEFINITIVA DE ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 51, inciso V, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA

Art. 1º - As empresas fornecedoras de água e energia elétrica ficam obrigadas a exigir a apresentação do habite-se da obra para ligação definitiva de água e energia elétrica.

Parágrafo único - Serão responsáveis solidárias, pela ausência de recolhimento de tributos municipais, as empresas fornecedoras de água e energia elétrica que fizerem ligação definitiva de água ou energia elétrica sem a exigência do Habite-se da obra ou de autorização expressa do município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 02 de junho de 2014.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 02 de junho de 2014.

RGF - 1º Quadrimestre de 2014

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: SIDEROPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.929.407/0001-62

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014.

CVA: 2014052519020900101927

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
		(Últimos 12 meses)	
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1	DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) = (2+3+4)	13.815.792,51	0,00
2	Pessoal Ativo	13.594.090,53	0,00
3	Pessoal Inativo e Pensionistas	221.701,98	0,00
4	Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
5	DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º, art. 19 da LRF) (II) = (6+7+8+9)	516.080,55	0,00
6	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	516.080,55	0,00
7	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
8	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
9	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
10	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	13.299.711,96	0,00
11	DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		13.299.711,96

CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
12	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	24.268.331,90
13	% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	54,80
14	LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - (54,00%)	13.104.899,23
15	LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - (51,30%)	12.449.654,26
16	LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - (48,60%)	11.794.409,30

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
-------	------------------	--------------------	---

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: SIDEROPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.929.407/0001-62

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014.

CVA: 2014052519020900101927

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

17	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir		
----	---	--	--

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Fonte:

Nota:

SIDEROPOLIS, 25/05/2014

HELIO ROBERTO CESA
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 415.499.109-49

WILSON SCAINI
SECRETARIO DE FINANÇAS
CPF.: 181.159.509-04

MOISES DE MATTIA
CONTADOR
CRC.: 036331/O-9

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
TRAJETÓRIA DE RETORNO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: SIDEROPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.929.407/0001-62

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014

CVA: 2014052519020900101927

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL												
CAMPO	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite				Primeiro quadrimestre seguinte					Segundo quadrimestre seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)			
1												
CAMPO												
2		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - SITUAÇÃO ESPECIAL DE BAIXO CRESCIMENTO										
		Primeiro e segundo quadrimestres seguintes					Terceiro e quarto quadrimestres seguintes			
CAMPO		Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite								
		Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
	3									
	CAMPO									
	4									

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

Fonte:

Nota:

SIDEROPOLIS, 25/05/2014

HELIO ROBERTO CESA
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 415.499.109-49

WILSON SCAINI
SECRETARIO DE FINANÇAS
CPF.: 181.159.509-04

MOISES DE MATTIA
CONTADOR
CRC.: 03631/O-9

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: SIDEROPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.929.407/0001-62

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014

CVA: 2014052519020900101927

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014
			Até o 1º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	3.327.471,76	2.986.297,39
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	2.139.070,06	1.959.217,77
4	Interna	2.139.070,06	1.959.217,77
5	Externa	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00
7	Outras Dívidas	1.188.401,70	1.027.079,62
8	DEDUÇÕES (II) ¹ = (9+10-11)	2.094.725,54	1.675.202,63
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	3.951.305,88	3.058.943,31
10	Demais Haveres Financeiros	95.799,13	95.799,13
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.952.379,47	1.479.539,81
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	1.232.746,22	1.311.094,76
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	23.085.399,70	24.268.331,90
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	14,41	12,31
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	5,34	5,40
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%		29.121.998,28
17	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%		26.209.798,45

CAMPO	DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014
			Até o 1º Quadrimestre
18	DÍVIDA CONTRATUAL (IV) = (V+VI+VII+VIII)	2.139.070,06	1.959.217,77
19	DÍVIDA DE PPP = (V)	0,00	0,00
20	PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI) = (21+22+25+26)	1.772.236,46	1.717.699,56
21	De Tributos	0,00	0,00
22	De Contribuições Sociais = (23+24)	1.162.787,26	1.136.463,06
23	Previdenciárias	1.162.787,26	1.136.463,06
24	Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
25	Do FGTS	609.449,20	581.236,50
26	Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00
27	DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA = (VII) = (28+29)	0,00	0,00
28	Interna.	0,00	0,00
29	Externa.	0,00	0,00
30	DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS = (VIII)	366.833,60	241.518,21

CAMPO	OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014
			Até o 1º Quadrimestre
31	PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00
32	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-
33	DEPÓSITOS	192.571,66	210.188,38
34	RP PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.237.045,93	7.267.221,24
35	ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00

CAMPO	REGIME PREVIDENCIÁRIO		
	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014
			Até o 1º Quadrimestre
36	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (37+38)	0,00	0,00

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: SIDEROPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.929.407/0001-62

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014

CVA: 2014052519020900101927

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

37	Passivo Atuarial	0,00	0,00
38	Outras Dívidas	0,00	0,00
39	DEDUÇÕES (X) ¹ = (40+41+42-43)	0,00	0,00
40	Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00
41	Investimentos	0,00	0,00
42	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
43	(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00
44	OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00
45	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX-X)	0,00	0,00

¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta somada aos os Demais Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da Insuficiência Financeira, das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um " - " (traço) nessa linha.

Fonte:

Nota:

SIDEROPOLIS, 25/05/2014

HELIO ROBERTO CESA

PREFEITO MUNICIPAL

CPF.: 415.499.109-49

WILSON SCAINI

SECRETARIO DE FINANÇAS

CPF.: 181.159.509-04

MOISES DE MATTIA

CONTADOR

CRC.: 036331/O-9

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: SIDEROPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.929.407/0001-62

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014.

CVA: 2014052519020900101927

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA											
Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro quadrimestre seguinte			Segundo quadrimestre seguinte			Terceiro quadrimestre seguinte		
Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i - a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO											
2											

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - SITUAÇÃO ESPECIAL DE BAIXO CRESCIMENTO											
Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro e segundo quadrimestres seguintes			Terceiro e quarto quadrimestres seguintes			Quinto e sexto quadrimestres seguintes		
Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i - a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO											
4											

Fonte:
Nota:

SIDEROPOLIS, 25/05/2014

HELIO ROBERTO CESA
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 415.499.109-49

WILSON SCANI
SECRETARIO DE FINANÇAS
CPF.: 181.159.509-04

MOISÉS DE MATTIA
CONTADOR
CRC.: 036331/O-9

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
TRAJETÓRIA DE AJUSTE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: SIDEROPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.929.407/0001-62

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014.

CVA: 2014052519020900101927

TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO							
CAMPO	Exercício Financeiro	2001			2002		
		3º Quadrimestre			Quadrimestre		
		DCL	Excedente ¹	Redutor	1º	2º	3º
1	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2003			2004		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
3	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2005			2006		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
5	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2007			2008		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
7	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2009			2010		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
9	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2011			2012		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
11	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2013			2014		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
13	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2015			2016		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
15	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	% Limite de Endividamento			0,00			0,00

¹ O excedente em relação ao limite apurado ao final do exercício de 2001 deverá ser reduzido, no mínimo, à proporção de 1/15 (um quinze avos) a cada exercício financeiro. O valor da redução anual, 1/15 (um quinze avos) do excedente, é apresentado na coluna Redutor.

Fonte:

Nota:

SIDEROPOLIS, 25/05/2014

HELIO ROBERTO CESA
 PREFEITO MUNICIPAL
 CPF.: 415.499.109-49

WILSON SCAINI
 SECRETARIO DE FINANÇAS
 CPF.: 181.159.509-04

MOISES DE MATTIA
 CONTADOR
 CRC.: 036331/O-9

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: SIDEROPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.929.407/0001-62

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A ABRIL 2014

CVA: 2014052519020900101927

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

CAMPO	GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014
			Até o 1º Quadrimestre
1	EXTERNAS (I) = (2+3)	0,00	0,00
2	Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00
3	Outras Garantias nos Termos da LRF¹	0,00	0,00
4	INTERNAS (II) = (5+6)	0,00	0,00
5	Aval ou Fiança em Operações de Crédito.	0,00	0,00
6	Outras Garantias nos Termos da LRF¹.	0,00	0,00
7	TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I+II)	0,00	0,00
8	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	23.085.399,70	24.268.331,90
9	% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00
10	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - (22%)	5.078.787,93	5.339.033,02
11	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - (19,80%)	4.570.909,14	4.805.129,72

CAMPO	CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014
			Até o 1º Quadrimestre
12	EXTERNAS (V) = (13+14)	0,00	0,00
13	Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00
14	Outras Garantias nos Termos da LRF¹	0,00	0,00
15	INTERNAS (VI) = (16+17)	0,00	0,00
16	Aval ou Fiança em Operações de Crédito.	0,00	0,00
17	Outras Garantias nos Termos da LRF¹.	0,00	0,00
18	TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V+VI)	0,00	0,00
19	MEDIDAS CORRETIVAS :		

¹ Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.

Fonte:

Nota:

SIDEROPOLIS, 25/05/2014

HELIO ROBERTO CESA
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 415.499.109-49

WILSON SCAINI
SECRETARIO DE FINANÇAS
CPF.: 181.159.509-04

MOISES DE MATTIA
CONTADOR
CRC.: 036331/O-9

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: SIDEROPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.929.407/0001-62

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014.

CVA: 2014052519020900101927

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")

R\$ 1,00

CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
		No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
1	SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I) = (2+5)	0,00	0,00
2	Mobiliária = (3+4)	0,00	0,00
3	Interna	0,00	0,00
4	Externa	0,00	0,00
5	Contratual = (6+16)	0,00	0,00
6	Interna. = (7+8+11+14+15)	0,00	0,00
7	Abertura de Crédito	0,00	0,00
8	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro = (9+10)	0,00	0,00
9	Derivadas de PPP	0,00	0,00
10	Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
11	Antecipação de Receita = (12+13)	0,00	0,00
12	Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
13	Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
14	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
15	Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
16	Externa. = (17+18+19+22+23)	0,00	0,00
17	Abertura de Crédito	0,00	0,00
18	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
19	Antecipação de Receita. = (20+21)	0,00	0,00
20	Pela Venda a Termo de Bens e Serviços.	0,00	0,00
21	Outras Antecipações de Receita	0,00	0,00
22	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
23	Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
24	NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II) = (25+31+32+33)	0,00	0,00
25	Parcelamento de Dívidas = (26+27+30)	0,00	0,00
26	De Tributos	0,00	0,00
27	De Contribuições Sociais = (28+29)	0,00	0,00
28	Previdenciárias	0,00	0,00
29	Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
30	Do FGTS	0,00	0,00
31	Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
32	Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
33	Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00

CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
34	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	24.268.331,90	-
35	OPERAÇÕES VEDADAS = (36+37)	0,00	0,00
36	Do Período de Referência (III)	0,00	0,00
37	De Períodos Anteriores ao de Referência	0,00	0,00
38	TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia+III)	0,00	0,00

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: SIDEROPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.929.407/0001-62

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014.

CVA: 2014052519020900101927

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")

R\$ 1,00

39	LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	3.882.933,10	16,00
40	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	3.494.639,79	14,40
41	OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
42	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.698.783,23	7,00
43	TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

I Para fins de contratação de operações de crédito, verificadas pela STN/COPEM segundo o Manual para Instrução de Pleitos, serão consideradas no cálculo do limite as operações que pressupõem ingresso financeiro.

Fonte:

Nota:

SIDEROPOLIS, 25/05/2014

HELIO ROBERTO CESA

PREFEITO MUNICIPAL

CPF.: 415.499.109-49

WILSON SCAINI

SECRETARIO DE FINANÇAS

CPF.: 181.159.509-04

MOISES DE MATTIA

CONTADOR

CRC.: 036331/O-9

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: SIDEROPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.929.407/0001-62

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014

CVA: 2014052519020900101927

RGF - ANEXO 7 (LRF, art. 48)

R\$ 1,00

CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
1	Despesa Total com Pessoal - DTP	13.299.711,96	54,80
2	Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - (54,00%)	13.104.899,23	54,00
3	Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - (51,30%)	12.449.654,26	51,30

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
4	Dívida Consolidada Líquida	1.311.094,76	5,40
5	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	29.121.998,28	120,00

CAMPO	GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
6	Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
7	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	5.339.033,02	22,00

CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
8	Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
9	Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
10	Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	3.882.933,10	16,00
11	Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	1.698.783,23	7,00

CAMPO	RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
12	Valor Total	-	-

Fonte:

Nota:

SIDEROPOLIS, 25/05/2014

HELIO ROBERTO CESA
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 415.499.109-49

WILSON SCAINI
SECRETARIO DE FINANÇAS
CPF.: 181.159.509-04

MOISES DE MATTIA
CONTADOR
CRC.: 036331/O-9

Timbé do Sul**PREFEITURA****Decreto 106/2014**

DECRETO Nº. 106, DE 02 DE JUNHO DE 2014.
DEMITE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a 1.114/2002, de 05/02/2002;

DECRETA:

Art. 1º - Fica demitida Deonilda dos Santos, Matrícula nº 2891, do Cargo de Professor 20 hs , Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 02 de Junho de 2014.

Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

Timbó**PREFEITURA****Portaria Nº FME-19, de 06 de Maio de 2014**

PORTARIA Nº FME-19, DE 06 DE MAIO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Fundação Municipal de Esportes.

O Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 194 de 29/12/2000, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013 e nº 3320, de 07 de novembro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Cargo: Auxiliar de Serviços Administrativos (GA-30)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Larissa Karine Van Bommel (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Conc. Público/Processo Seletivo)	28/12/94	081.721.519-00	35h	06/05/2014 a 30/06/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

MARTINHO DE SOUZA FILHO

Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes

Portaria Nº FME-020, de 09 de Maio de 2014

PORTARIA Nº FME-020, de 09 de MAIO de 2014

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Larissa Karine Van Bommel, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, a contar de 05 de maio do corrente.

O Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 194 de 29/12/2000, e pelo art. 9º Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de Dezembro de 1993,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal LARISSA KARINE VAN BOMMEL, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, pela Portaria nº FME-16, de 03 de

fevereiro de 2014, do Quadro de Servidores Públicos da Fundação Municipal de Esportes, a contar de 05 de maio do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICIPIO DE TIMBÓ, em 09 de maio de 2014; 144º ano de Fundação: 80º ano de Emancipação Política.

MARTINHO DE SOUZA FILHO

Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes

Decisão - Angeomed - Pregão Presencial N.º 28 2013 FMS - Suspensão Item

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Fundo Municipal de Saúde - FMS

DECISÃO

Assunto: Descumprimento prazo de entrega - item 20 do Edital de Pregão Presencial n. 28/2013

RELATÓRIO:

Trata-se de justificativa apresentada pela empresa ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI., em virtude do descumprimento do prazo de entrega de 15.000 comprimidos do medicamento "amoxicilina 500 mg" conforme requisição de compra emitida pela Secretaria Municipal de Saúde através do Pregão Presencial n. 28/2013.

Ampara seu pleito sob argumento de que o laboratório indicado na proposta apresentada encontra-se com a produção suspensa em razão da falta de matéria prima, sendo que a regularização do estoque somente deverá ocorrer no mês de novembro, nos termos da nota firmada pelo Laboratório RANBAXY.

Informa que realizou buscas junto ao mercado, contudo, tratando-se da falta de insumos, a escassez atingiu de maneira generalizada o setor fármaco-farmacêutico e não localizou laboratórios que dispõem do item no momento.

Em virtude da falta de previsão imediata de retorno do medicamento ao mercado, a ANGEOMED solicita o repasse o item 20 do Edital de Pregão Presencial n. 28/2013 para o próximo colocado a fim de não deixar o Município desabastecido.

Diante do exposto, roga pela compreensão da Administração Pública Municipal a fim de que não lhe sejam aplicadas as penalidades previstas pelo Edital, eis que o descumprimento decorre de motivos de força maior sem que a ANGEOMED tenha dado causa ao fato por desídia ou negligência.

Este, na síntese necessária, é o relatório, passo a fundamentar a decisão:

Vistos e examinados os autos, constata-se que a ANGEOMED restou vencedora do Procedimento de Licitação - Pregão Presencial n. 28/2013 nos itens 01, 20, 33, 46, 52, 80, 83, 85, 86, 102, 115, 152, 155, 161, 177 e 189, vindo a firmar com o Município de Timbó a respectiva Ata de Registro de Preços de fls. 4572/4579.

Vislumbra-se da proposta apresentada que a ANGEOMED comprometeu-se a fornecer os medicamentos de acordo com as condições previstas no Edital de Pregão Presencial n. 28/2013 bem como a cumprir os cronogramas de entrega predeterminados. Entretanto, conforme informado pela empresa, a entrega do medicamento "amoxicilina 500 mg" correspondente ao item 20 da Ata de Registro de Preços de fls. 4572/4579 não poderá ser realizada no prazo previsto pelo Edital em virtude da suspensão da produção do referido fármaco pelas indústrias farmacêuticas.

Aludida suspensão se deve à baixa disponibilidade da matéria prima internacional, o que deverá ser normalizado apenas no mês de novembro do corrente ano, como esclarecido pelo laboratório.

No intuito de evitar eventual prejuízo aos pacientes que necessitam do referido medicamento, a municipalidade procedeu à convocação das demais empresas participantes do certame a fim de que manifestassem a possibilidade de fornecimento do item "amoxicilina 500 mg".

Porém, assim como a ANGEOMED, as empresas Promefarma Rep. Comerciais Ltda; Prosaude Distr. de Medicamentos Ltda; Coml. Cirúrgica Rioclarense Ltda; Andromeda Dist. de Medicamentos Ltda e Dimaster Com. De Prod. Hospitalares Ltda comunicaram não ter condições de fornecer respectivo item em razão da indisponibilidade de estoque visto que o medicamento encontra-se em falta no mercado.

Tendo em vista a confirmação de veracidade da justificativa apresentada pela ANGEOMED e tratando-se de descumprimento motivado, não se vislumbra a hipótese de aplicação das penalidades previstas em Edital, conforme previsão do Código Civil Brasileiro que em seu art. 393 prevê que "O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado."

Desta forma, configura-se a imprescindibilidade da suspensão da Ata de Registro de Preços de fls 4572/4579, exclusivamente no que se refere ao medicamento "amoxicilina 500 mg comprimidos", correspondente ao item 20 do Edital de Pregão Presencial n. 28/2013.

DECISÃO:

Diante do exposto, considerando a plausibilidade da justificativa apresentada pela empresa ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI e a ausência de interesse das demais empresas participantes do certame licitatório em assumir as obrigações inerentes ao fornecimento do item 20 do Edital de Pregão Presencial n. 28/2013, determino a SUSPENSÃO da Ata de Registro de Preços de fls. 4572/4579 tão somente no que se refere à aquisição do medicamento "amoxicilina 500 mg comprimidos" até novembro do corrente ano, mês previsto para a normalização da comercialização do referido item.

Registre-se, Publique-se e Intime-se a empresa ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI acerca dos termos desta decisão para que surta os efeitos legais.

Timbó, 29 de maio de 2014.

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário Municipal de Saúde

Treze Tílias

PREFEITURA

Portaria Nº 056-14 - Exonerar Rudimar Farenzena

PORTARIA Nº 056/14 DE 01 DE JUNHO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR a pedido, o Sr. RUDIMAR FARENZENA, CPF nº 009.706.729-69 e identidade nº 4.434.972, residente e domiciliado no município de Treze Tílias/SC, do cargo efetivo de Auxiliar de Obras e Serviços Públicos - 40 hs, conforme portaria de nomeação nº 190/13 de 16 de dezembro de 2013.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 01 DE JUNHO DE 2014.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 057-14 - Exonerar E Nomear Armindo Ramos

PORTARIA Nº 057/14 DE 02 DE JUNHO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR o Sr. ARMINDO RAMOS, CPF nº 168.120.009-06, residente e domiciliado no município de Treze Tílias/SC, do cargo comissionado de GERENTE DE MEIO AMBIENTE E DEFESA CÍCIL, conforme portaria de nomeação nº 153/13 de 01 de outubro de 2013.

Artigo 2º - NOMEAR o Sr. ARMINDO RAMOS, CPF nº 168.120.009-06, residente e domiciliado no município de Treze Tílias/SC, para o cargo comissionado de DIRETOR DE OBRAS.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 02 DE JUNHO DE 2014.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 058-14 - Exonerar E Nomear Herberto Kaspers

PORTARIA Nº 058/14 DE 02 DE JUNHO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR o Sr. HERBERTO KASPERS, CPF nº 221.120.309-49, residente e domiciliado no município de Treze Tílias/SC, do cargo comissionado de DIRETOR DE OBRAS E MANUTENÇÃO, conforme portaria de nomeação nº 019/13 de 02 de janeiro de 2013.

Artigo 2º - NOMEAR o Sr. HERBERTO KASPERS, CPF nº 221.120.309-49, residente e domiciliado no município de Treze Tílias/SC, para o cargo comissionado de DIRETOR DE MANUTENÇÃO.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 02 DE JUNHO DE 2014.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 059-14 - Férias José Dalla Costa

PORTARIA Nº 059/14 DE 01 DE JUNHO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares ao servidor municipal abaixo mencionado.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
José Dalla Costa	03/03/2012 a 02/03/2013	02/06/2014 a 01/07/2014	30

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 01 DE JUNHO DE 2014.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº 060-14 - Revogar Portaria Nº 049_14
PORTARIA Nº 060/14 DE 03 DE JUNHO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - REVOGAR a Portaria nº 049/14 de 30 de abril de 2014, a qual instaura sindicância investigativa.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 03 DE JUNHO DE 2014.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº 061-14 - Nomeia Comissão - Notificação Marciano Acordi Pereira

PORTARIA Nº 061/14 DE 03 DE JUNHO DE 2014

O PREFEITO DE TREZE TÍLIAS/SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 73, VII, IX, da Lei Orgânica do Município e da Lei Complementar Municipal nº. 69/2014,

CONSIDERANDO a ocorrência de reiteradas reclamações feitas por pais de alunos diretamente em seu gabinete, noticiando conduta, em tese, incompatível com o serviço público e com as atribuições do cargo exercido;

CONSIDERANDO que tais fatos relatados, em tese, comprometem a qualidade de ensino e causam prejuízos ao aprendizado dos alunos e, ainda, comprometem a formação psicossocial dos infantes,

RESOLVE,

Art. 1º. Instaurar sindicância investigativa, nos termos do art. 7º e seguintes da Lei Complementar Municipal nº. 69/2014, para fins de proceder à apuração de ocorrências anômalas ocorrentes no serviço público que, em tese, tenham sido praticadas pelo servidor MARCIANO ACORDI PEREIRA, matrícula nº. 625, atualmente exercendo o cargo de professor na Escola Municipal Irmã Filomena Rabelo.

Art. 2º. Nomear os(as) servidores(as) CRISTIANO CANALLE - CPF 032.931.429-74 e CRISTINA BEVILACQUA AUER - CPF 011.346.818-01 para conduzir a sindicância, sendo que a primeira deverá presidir os trabalhos que serão secretariadas pela segunda.

Art. 3º. Dê-se ciência da referida portaria, pelos meios legais, ao servidor sindicado.

Treze Tílias/SC, em 03 de junho de 2014.
MAURO DRESCH
Prefeito

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

Aviso de Licitação CC 49/2014

PREFEITURA DE TREZE TÍLIAS
CONCORRÊNCIA Nº 49/2014

O MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS (SC), representado neste ato por seu Prefeito MAURO DRESCH, torna público que realizará CONCORRÊNCIA, tipo MELHOR TÉCNICA, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações, para a concessão de transporte individual de passageiros, no Município de Treze Tílias, em veículo de aluguel provido de taxímetro, em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 1.687/2010, e as demais condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos. O recebimento abertura dos envelopes de habilitação será até o dia 10 de Julho de 2014 às 09h00min na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal sito na Praça Andreas Thaler, 25, o edital na íntegra poderá ser retirado no site da Prefeitura no endereço www.trezetilias.sc.gov.br.

Treze Tílias (SC), 03 de Maio de 2014.
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Trombudo Central**PREFEITURA****Inexigibilidade 01/2014 Pmtc**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2014

DATA: 12/05/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA NA ÁREA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.

Valor total: R\$ 20.400 (vinte mil e quatrocentos reais)

CONTRATADA: Bernadete Sant'anna

EMBASAMENTO LEGAL: Artigo 25, Inciso II, da Lei Federal 8666/93, e demais alterações posteriores.

Trombudo Central, 12 de maio de 2014.

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

Tunápolis**PREFEITURA****Processo 17.2014 Fundo**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 17/2014
Edital de Pregão Presencial nº 15/2014

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE DESTINADOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 1.159 DE 27 DE MAIO DE 2014.

Entrega das propostas até às 7h45min do dia 17/06/2014.

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Bruno José Heberle

Gestor do Fundo

Turvo

PREFEITURA

Portaria 169/2014

PORTARIA Nº 169/14, de 30 de Maio de 2014.

ADMITE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Admitir a Servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A)	CPF	LOCAL DE TRABALHO
Nelia Senger da Costa	772.871.939-49	Centro de Triagem

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 02 de Junho de 2014 e encerrará em 15 de Agosto de 2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 30 de maio de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Portaria 170/2014

PORTARIA Nº 170/14, de 30 de Maio de 2014.

CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 97, da Lei nº. 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Turvo),

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Sem Remuneração de 02 (dois) anos, a servidora JULIANA MALGARISI AGUIAR matrícula nº 0867, CPF nº. 863.069.109-30, ocupante do Cargo Efetivo de Agente Comunitário, no período de 01 de Junho de 2014 a 30 de Maio de 2016, para tratar de interesses particulares.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 30 de maio de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Portaria 171/2014

PORTARIA Nº 171/14, de 30 de Maio de 2014.

CESSA CONCESSÃO DE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 97, da Lei nº. 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995,

RESOLVE

Art. 1º - Cessar a partir do dia 02 de Junho de 2014 a concessão da Licença sem Remuneração concedida à servidora NAIR DE ANDRADE ESTEVAM, CPF nº 828.387.989-87, matrícula nº 1089, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 30 de maio de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Portaria 172/2014

PORTARIA Nº 172/14, de 02 de Junho de 2014.

EXONERA, A PEDIDO, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, DE CARGO PERMANENTE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a Servidora abaixo relacionada, ocupante do Cargo Permanente de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

SERVIDORA	CPF	MATRICULA
Nair de Andrade Este- vam	828.387.989-87	1089

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 02 de junho de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Portaria 173/2014

PORTARIA Nº 173/14, de 02 de Junho de 2014.

DEMITE A PEDIDO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido a Servidora abaixo relacionada, ocupante da função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

NOME	CPF	MATRICULA
Tarcila da Silveira Cordeiro	769.757.549-34	3024

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 02 de junho de 2014.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças - designado.**Portaria 174/2014**

PORTARIA Nº 174/14, de 02 de Junho de 2014.

DEMITE A PEDIDO AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR, NOMEADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido, a Servidora abaixo relacionada, ocupante da função pública de Agente Administrativo Escolar nomeado temporariamente através do Processo Seletivo nº 002/13 - SME, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

NOME	CPF	MATRICULA
Vanessa de Aguiar Costa	080.127.519-92	3160

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 02 de junho de 2014.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças - designado.**Portaria 175/2014**

PORTARIA Nº 175/14, de 02 de Junho de 2014.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias aos servidores abaixo especificados, no período de 02.06.2014 a 01.07.2014, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

MATR.	SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO
2508	Maria Aparecida da Silva Comicioli	20.07.2012 a 19.07.2013
0375	Maria Terezinha Elias Rovaris	30.05.2011 a 29.05.2012
1094	Maria Bernardete Bardini	15.04.2012 a 14.04.2013
1223	Paulo Cesar Angeloni	15.03.2013 a 14.03.2014
0129	Adilson Pereira de Almeida	01.06.2013 a 31.05.2014
1893	Marilene Arino Borges	12.05.2013 a 11.05.2014

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 02 de junho de 2014.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças - designado.**Lei 2196/2014**

Lei nº. 2.196/14, de 28 de Maio de 2014.

RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CRIANÇA FELIZ.

O Prefeito Municipal de Turvo, estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica reconhecida de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CRIANÇA FELIZ, CNPJ nº. 18.088.761/0001-02, com sede na Rua Rui Barbosa, nº. 550, cidade Turvo/SC, fundada em 04 de abril de 2013.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Turvo (SC), 28 de maio de 2014.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Lei 2197/2014

Lei nº 2.197/14, de 28 de maio de 2014.

AUTORIZA A DOAÇÃO DE IMÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o poder executivo Municipal de Turvo autorizado a doar os imóveis localizados na Rua nº 311, anexo ao Bairro São Luiz de propriedade do Município de Turvo, com as matrículas de nº 27258, 27247, 27257, 27256, 27255, 27254, 27253, 27252, 27251, 27250, 27249, 27248, 27270, 27259, 27269, 27268, 27267, 27263, 27265, 27264, 27266, 27262, 27261, 27260, 27271, 27284, 27283, 27282, 27281, 27280, 27279, 27278, 27277, 27276, 27275, 27274, 27273, 27272, 27285, 27286, 27287, 27288, 27289, 27290, 27291, 27292, 27293, 27294, 27295, 27296, 27297, 27298 a seus mutuários finais (beneficiários).

Art. 2º - Para fins de incentivo a transmissão da titularidade de propriedade dos imóveis a cima mencionados, objetivando a outorga de escritura pública de doação entre o município e seus mutuários final (beneficiários), fica isento do pagamento do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos do Estado de Santa Catarina - ITCMD-SC, de acordo com o Decreto nº 2.884/04 de 30 de Dezembro de 2004, Artigo 9º Inciso VI.

As despesas de transferência com tabelionato e registro dos imóveis, ficarão por conta dos mutuários (beneficiários).

Parágrafo Único - A isenção do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos do Estado de Santa Catarina - ITCMD-SC, que trata esse Artigo é valido apenas para os imóveis beneficiados nesta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 28 de maio de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Decreto 27/2014

DECRETO Nº 027/14, de 02 de Junho de 2014.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.180/13 (Lei Orçamentária Anual), de 12/12/2013.

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), assim classificados:

07.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0007.1.004 - VIAS URBANAS PAVIM PASSEIO PÚBLICO E PRAÇA PÚBLICA

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0080.0 (129) - Aplicações Diretas
..... R\$ 60.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do superávit financeiro da seguinte fonte de recurso:

0080 (Recurso Próprio)R\$ 60.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 02 de Junho de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Notificação de Repasse 15/2014

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REPASSES

A Administração Municipal de Turvo, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município de Turvo, que recebeu recursos federais conforme abaixo especificado:

Contrato de Repasse: 0386227-88/2012

Objeto: Pavimentação com construção de guias e sarjetas em trecho da rua Usílio Tonetto, no Município de Turvo.

Origem dos Recursos: Ministério das Cidades

Valor da 4ª parcela parcial - R\$ 59.749,75

Data do repasse: 02/06/2014

Turvo/SC, 04 de junho de 2014.

Portaria 176/2014

PORTARIA Nº 176.14, de 02 de Junho de 2014.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 83, § 3º da Lei nº 1.154/95 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Turvo),

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias de 20 (vinte) dias ao servidor abaixo especificado, no período de 02.06.2014 a 21.06.2014, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal, sendo que 1/3 será convertido em abono pecuniário, conforme preceitua o Art. 83, § 3º da Lei nº 1.154/95 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Turvo).

MATR.	SERVIDOR	PERÍODO DE AQUISIÇÃO
0269	Gabriel Arcanjo da Luz	04.01.2013 a 03.01.2014

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 02 de junho de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Contrato PMT 74/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 54/2014
MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº 54/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TURVO/SC

CONTRATO N.º 74/2014
CONTRATADO: A.J.E TERRAPLANAGEM LTDA LTDA
DO OBJETO: Recuperação viária da rodovia de acesso a comunidade de Boa Vistinha - trecho 1.

VIGÊNCIA: 5/6/14 a 30/10/14
VALOR: R\$ 301.296,49

Vargem Bonita

PREFEITURA

Lei Nº 998/2014

LEI Nº 998/2014, DE 03 DE JUNHO DE 2014.
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A INVESTIR NA REGULARIZAÇÃO DE ÁREA URBANA OCUPADA E CONSOLIDADA CONFORME ESPECIFICA.

MELÂNIA APARECIDA ROMAM MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita - Santa Catarina faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a pagar taxa de licenciamento ambiental da FATMA referente ao FCE: 336034/ano2014, referente à análise de LAO corretiva diretamente a FATMA, no valor de R\$ 9.038,04 acrescidos de eventuais correções e encargos.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - A exposição de motivos faz parte integrante do presente texto legal.

Vargem Bonita (SC), 03 de junho de 2014.
Melania Aparecida Roman Meneghini
Prefeita Municipal

Registrada e publicada a presente Lei no Site Oficial dos Municípios - DOM, em 04/06/2014, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 28 de maio de 2013.

Suélen Favretto
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 042/2014

DECRETO Nº042/2014, DE 02 DE JUNHO DE 2014.
"ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS NOS DIAS DE JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL."

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam fixados os seguintes horários de expediente no âmbito dos órgãos públicos municipais para os dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol:

I - Prefeitura Municipal de Vargem Bonita/Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo/Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico/Secretaria de Educação, Cultura e Esportes nos dias 12, 17 e 23 de junho horário será das 07h00min às 13h00min;
II - Escolas e Centros de Educação Infantil Municipal nos dias 12 e 23 de junho terão início em horário normal e término as 15h00min, sendo que no dia 17 de junho não haverá aula no período vespertino;

III - Secretaria de Saúde e Bem Estar Social/CRAS, nos dias de jogos da Seleção Brasileira, os funcionários serão dispensados 30 (trinta) minutos antes do início de cada jogo.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 02 de junho de 2014.
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita de Vargem Bonita

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios - DOM em 03/06/2014, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 043/2014

DECRETO N.º 043/2014, de 02 de junho de 2014
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita de Vargem Bonita - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 6º da Lei Municipal n.º 974/2013 de 03 de dezembro de 2013:

DECRETA:
Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

ÓRGÃO 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE 05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO/ATIVIDADE 2.011 - MERENDA ESCOLAR - EDUCAÇÃO INFANTIL
Modalidade 339000.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 30.000,00

Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 0000.00 - Recursos Ordinários, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64
..... R\$ 30.000,00

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 02 de junho de 2014
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em 02/06/2014

SUELEN FAVRETTO
Secretária de Administração e Finanças

Vidal Ramos

PREFEITURA

Pregão Para Registro de Preços Nº. 14/2014 - Eventual Aquisição de Fraldas

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

Setor de Compras

PREGÃO Nº. 14/2014

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 14/2014

OBJETO: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE FRaldas DESCARTÁVEIS DESTINADA A PACIENTES QUE APRESENTAM ALGUMA DEFICIÊNCIA OU AGRAVO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS. CONFORME NECESSIDADE DE CONSUMO DOS PACIENTES.

REGIMENTO: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03 de janeiro de 2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº. 14/2014, do tipo MENOR LANCE POR LOTE ÚNICO, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 7.892 de 23/01/2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93 e Lei complementar 123/06,

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até o dia 16/06/2014, às 08:30 horas.

LOCAL: Departamento Administração da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos /SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Pregão Registro de Preços Nº. 59/2014 - Eventual Contratação de Mão de Obra Mecânica Para Ônibus, Patrola E Carregador

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 59/2014

OBJETO: Constitui objeto do presente certame EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA DE OFICINA MECÂNICA PARA A MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR (ÔNIBUS, MICRO ÔNIBUS). E TAMBÉM DO SETOR DE OBRAS (máquinas pesadas- Patrola e Carregador). O SERVIÇO A SER REQUISITADO DE FORMA FRAGMENTADA SEMPRE QUE ALGUM DOS VEÍCULOS

APRESENTAREM DEFEITO MECÂNICO.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 59/2014, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93,

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 10:00 hrs do dia 16 de junho de 2014.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANÇES: Às 10:00 hrs do dia 16 de junho de 2014, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 03 de junho de 2014.
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Videira**PREFEITURA****Extrato do Contrato N. 0442/14**

Extrato do Contrato n. 0442/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ALESSANDRA MARTIM BATISTA

CPF: 084.101.289-00

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 05 de maio de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - PSF

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 862,49 (oitocentos e sessenta e dois reais e quarenta e nove centavos)

Extrato do Termo Aditivo N. 0600/13

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0600/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: TUANE CRISTINE SAVIAN

CPF: 070.117.789-69

VIGÊNCIA: de 16 de julho de 2013 até 10 de agosto de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Pregão Presencial Nº 77/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2014-PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 77/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS DE EMPRESA PARA LOCAÇÕES DE SISTEMAS DE SONORIZAÇÃO PARA ATENDER OS EVENTOS REALIZADOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 15:30 horas do dia 09/07/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 15:30 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 03 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 78/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 78/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO PARA SER UTILIZADO NA MANUTENÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E

CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 11/07/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 03 de junho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Editais de Notificação Nº 014/2014

SECRETARIA DE FINANÇAS
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 014/2014
INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA

O Secretário de Finanças, no uso de suas atribuições e em conformidade ao previsto na Lei Orgânica no seu artigo 100, no Código Tributário Municipal (Lei 69/85) no artigo 87, §2º, e no Código Tributário Nacional, artigo 198, §3º, II, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados da inscrição em Dívida Ativa referente aos créditos tributários e não tributários vencidos, provenientes dos Autos de Infrações e Notificações Fiscais.

A inscrição em dívida ativa será efetuada com os acréscimos previstos na legislação tributária do município, e sua execução fiscal far-se-á independentemente de nova notificação.

Contribuinte: CEDILIA DOS SANTOS ROGRIGUES & CIA LTDA ME
Endereço: Avn Dom Pedro II, 35 Inscrição Municipal: 2073765
CNPJ: 12.405.165/0001-22

Auto de Infração Nº: 037/2013 Data de Emissão: 15/07/2013 Valor original: R\$ 125,58

Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2012, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.

Auto de Infração Nº: 038/2013 Data de Emissão: 15/07/2013 Valor original: R\$ 125,58

Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de janeiro de 2013 a maio de 2013, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.

Contribuinte: CENTER CELL LTDA ME
Endereço: Avn. Dom Pedro II, 35 Inscrição Municipal: 2114224
CNPJ: 09.662.415/0001-03

Auto de Infração Nº: 035/2013 Data de Emissão: 15/07/2013 Valor original: R\$ 125,58

Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2012, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.

Auto de Infração Nº: 036/2013 Data de Emissão: 15/07/2013 Valor original: R\$ 125,58

Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de janeiro de 2013 a maio de 2013, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.

Contribuinte: COMERCIAL PLAST COMÉRCIO DE PLASTICOS LTDA
Endereço: Rua Prefeito César Augusto Filho, 15 Inscrição Municipal: 2043890 CNPJ: 10.668.558/0001-01

Auto de Infração Nº: 033/2013 Data de Emissão: 15/07/2013 Valor original: R\$ 125,58

Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de junho de 2011 a dezembro de 2011, nos termos do

artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.

Auto de Infração Nº: 034/2013 Data de Emissão: 15/07/2013 Valor: R\$ 125,58

Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2012, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.

Contribuinte: ES PROFIT CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA ME
Endereço: Rua Pedro Andreazza, 147 Inscrição Municipal: 2099110
CNPJ: 10.616.284/0023-04

Auto de Infração Nº: 028/2013 Data de Emissão: 10/07/2013 Valor original: R\$ 125,58

Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de agosto de 2012 a dezembro de 2012, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.

Auto de Infração Nº: 029/2013 Data de Emissão: 10/07/2013 Valor original: R\$ 125,58

Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de janeiro de 2013 a maio de 2013, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.

Contribuinte: FABIANA SANTANA DO LIVRAMENTO ME
Endereço: Rod SC 453, s/n Inscrição Municipal: 2112205 CNPJ: 13.956.100/0001-38

Auto de Infração Nº: 026/2013 Data de Emissão: 10/07/2013 Valor original: R\$ 125,58

Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de janeiro de 2013 a maio de 2013, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.

Auto de Infração Nº: 027/2013 Data de Emissão: 10/07/2013 Valor original: R\$ 125,58

Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de junho de 2012 a dezembro de 2012, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.

Contribuinte: JF GESSOS E DECORAÇÕES LTDA
Endereço: Rua Alexandre Gaedke, 30 Inscrição Municipal: 2069474
CNPJ: 12.066.911/0001-09

Auto de Infração Nº: 43/2013 Data de Emissão: 17/07/2013 Valor original: R\$ 125,58

Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de abril de 2011 a dezembro de 2011, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.

Prazo de entrega da DIF - dia 25 do mês subsequente a emissão do documento fiscal.

Auto de Infração Nº: 44/2013 Data de Emissão: 17/07/2013 Valor original: R\$ 125,58

Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2012, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.

Auto de Infração Nº: 45/2013 Data de Emissão: 17/07/2013 Valor: R\$ 125,58

Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de janeiro de 2013 a maio de 2013, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.

Contribuinte: MAMMOTH COM DE COMPUTADORES E SERV DE INTERNET LTDA

Endereço: Avn Dom Pedro II, 35 Inscrição Municipal: 1987461 CNPJ: 07.964.782/0001-28

Auto de Infração Nº: 53/2013 Data de Emissão: 17/07/2013 Valor original: R\$ 125,58

Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2012, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.

Contribuinte: MECANICA SÃO BENEDITO LTDA ME

Endereço: Rod SC 453 Inscrição Municipal: 2098113 CNPJ: 14.439.224/0001-09

Auto de Infração Nº: 50/2013 Data de Emissão: 17/07/2013 Valor original: R\$ 125,58

Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de maio de 2012 a dezembro de 2012, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.

Auto de Infração Nº: 51/2013 Data de Emissão: 17/07/2013 Valor original: R\$ 125,58

Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de janeiro de 2013 a maio de 2013, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.

Contribuinte: MEGACRED CREDITO PESSOAL LTDA ME

Endereço: Rua Saul Brandalise, 210 Inscrição Municipal: 2085186 CNPJ: 07.943.846/0010-03

Auto de Infração Nº: 40/2013 Data de Emissão: 17/07/2013 Valor original: R\$ 125,58

Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de abril de 2011 a dezembro de 2011, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.

Auto de Infração Nº: 41/2013 Data de Emissão: 17/07/2013 Valor original: R\$ 125,58

Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2012, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.

Auto de Infração Nº: 42/2013 Data de Emissão: 17/07/2013 Valor original: R\$ 125,58

Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de janeiro de 2013 a maio de 2013, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.

Contribuinte: VESA INDUSTRIA E COMERCIO DE CARROCERIAS FRIGORIFICAS LTDA

Endereço: Rod SC 453 Inscrição Municipal: 120309 CNPJ: 82.919.911/0001-81

Auto de Infração Nº: 54/2013 Data de Emissão: 18/07/2013 Valor original: R\$ 125,58

Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2012, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.

Auto de Infração Nº: 55/2013 Data de Emissão: 18/07/2013 Valor original: R\$ 125,58

Infração: Não entrega da DIF - Declaração de Informação Fiscal no período de janeiro de 2013 a maio de 2013, nos termos do artigo 26, §1º, III e do artigo 58, inciso IX do Regulamento do Imposto sobre Serviços.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo aos contribuintes.

Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09

Videira, 03 de junho de 2014.

Alexandre Ganasini
Secretário de Finanças

Pregão Presencial Nº 79/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 79/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: AQUISIÇÃO DE TECIDOS PARA SEREM UTILIZADOS COMO MATERIAL PEDAGÓGICO PARA OS TRABALHOS ARTESANAIS DESENVOLVIDOS NAS ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 15/07/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 03 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 80/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2014-PMV
REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 80/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MÓVEIS PARA SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 09:00 horas do dia 17/07/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 03 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Vitor Meireles

PREFEITURA

Decreto Nº 028/2014

DECRETO DE N.º 028/2014
FIXA PONTO FACULTATIVO

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal de Vitor Meireles,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado Ponto Facultativo para repartições públicas municipais no dia 20 de junho de 2014.

Parágrafo único. O Ponto Facultativo é decorrente do Feriado Nacional de Corpus Christi.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 03 de junho de 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ___/___/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Aviso de Licitação 023/2014

Processo de Licitação 023/2014

Modalidade: Tomada de Preços Obras e Serviços Engenharia 002/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Tomada de Preços Obras e Serviços Engenharia

O Município de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade Tomada de Preços, para Obras e Serviços de Engenharia, objetivando a CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO EDUCATIVO URBANO II - ESCOLA 06 SALAS - PROJETO FNDE, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00min, do dia 17 de Junho de 2014 em sessão pública, no mesmo dirigido pela comissão permanente de licitações, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 30 de Maio de 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

Xaxim

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pregão 067/2014 PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 067/2014

PROCESSO LICITATÓRIO N. 126/2014

O MUNICIPIO DE XAXIM - SC através do seu prefeito COMUNICA que estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial sob o n. 067/2014, com protocolo dos envelopes até às 13h45min do dia 17 de junho de 2014, e farão abertura das mesmas às 14h00min do mesmo dia. Esta licitação tem por objeto, aquisição de Estabilizante de origem químico iônico, a base de óleo sulfonado, sem necessidade de reagentes, solúvel em água, não inflamável, não tóxico, não corrosivo, biodegradável, que garanta aumento de no mínimo 100% do cbr, que reduza o índice plástico (i.p) e que a estrutura do solo permaneça permeável, ou seja, que funcione como sistema de água livre, com assistência e orientação na preparação da base e acompanhamento "in loco" quando da aplicação do produto, destinado as melhorias nas estradas vicinais e ruas de nosso município, conforme convenio Fundo Social - SIGEF N. 012345 e especificações constantes no Edital e seus anexos, tipo menor preço Global, conforme dispõem as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, e no que couber a legislação aplicável. O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira, ou ainda pelo telefone 49 - 3353-8213.

Xaxim - SC, 03 de junho de 2014.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

Decretos 01

DECRETO Nº. 280/2014.

Nomeia cargo comissionado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, pelo presente Decreto, o Sr. CLERISTON MAKEI SOUZA XAVIER, ocupante do cargo de Chefe de Gabinete do Secretário, na Secretaria Municipal da Fazenda para a partir da presente data exercer o cargo de CHEFE DE GABINETE DO SECRETÁRIO, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, deste município de Xaxim - SC, percebendo a remuneração constante em lei vigente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 28 de maio de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira
Diretor Geral de Administração e RH

DECRETO Nº. 281/2014.
Nomeia cargo comissionado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, pelo presente Decreto, a Sra. CRISTIANE IONÁ MATTE, CPF: 003.596.019-10, para a partir de 02 de junho de 2014, exercer o cargo de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, deste município de Xaxim - SC, percebendo a remuneração constante em lei vigente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 29 de maio de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira
Diretor Geral de Administração e RH

DECRETO Nº. 282/2014.
Nomeia cargo comissionado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, pelo presente Decreto, a Sra. JULIANI MARINHO, CPF: 070.284.449-70, para a partir de 02 de junho de 2014, exercer o cargo de CHEFE DE GABINETE DO SECRETÁRIO, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal da Fazenda, deste município de Xaxim - SC, percebendo a remuneração constante em lei vigente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 29 de maio de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira
Diretor Geral de Administração e RH

DECRETO Nº. 283/2014.
Nomeia cargo comissionado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, pelo presente Decreto, a Sra. BARBARA ALEXSSANDRA SORGATTO LORENZETTI, CPF: 066.315.109-02, para a partir de 02 de junho de 2014, exercer o cargo de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, deste município de Xaxim - SC, percebendo a remuneração constante em lei vigente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 29 de maio de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira
Diretor Geral de Administração e RH

DECRETO Nº. 284/2014.
Prorroga contrato de médico psiquiatra em caráter emergencial e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações e:

- a) Considerando que, em virtude do último concurso público realizado, onde houve número considerável de médicos inscritos para as outras áreas, fato diverso de concursos anteriores;
- b) Considerando que, apesar de ser disponibilizada vaga para Médico Psiquiatra, sequer houveram inscritos para o preenchimento da vaga;
- c) Considerando que, compete ao Município, conforme inciso II, do art. 23, inciso VII, do art. 30 e art. 196, todos da Constituição Federal, prestar atendimento à saúde da população;
- d) Considerando que, existe uma demanda relativamente grande de pacientes que necessitam de tratamento psiquiátrico;
- e) Considerando que, não fosse o caso de prorrogação, muitos pacientes teriam seu tratamento interrompido, o que traria inúmeros prejuízos ao cidadão até então atendido, e ao próprio Poder Público que, teria que retomar tratamentos desde o início, o que iria de encontro ao princípio da eficiência;
- f) Considerando que, será tomado providências para realizar concurso público para preenchimento desta vaga.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado, em caráter emergencial, a partir de 31 de maio de 2014, o contrato da servidora municipal DIRCE REGINA QUATRIN, matrícula 6002, na função de Médico Psiquiatra, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, até 30 de agosto de 2014, quando encerra este contrato.

Art. 2º Os vencimentos do referido servidor são aqueles constantes em lei vigente.

Art. 3º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 30 de maio de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira
Diretor Geral de Administração e RH

DECRETO Nº. 285/2014.

Dispõe sobre aquisição de Estabilidade de Servidor Público em razão da nomeação decorrente de Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso IV do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal, combinado com a Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações, Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ESTÁVEL o (a) servidor (a) público (a) municipal ANTONINHO SILVEIRA NETO, no cargo de MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR/DESPORTIVO, portador da matrícula 5279, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 01 de junho de 2014, em decorrência de investidura em cargo de provimento efetivo pelo período de 03 (três) anos e aprovação em Estágio Probatório, percebendo remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 30 de maio de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município

DECRETO Nº. 286/2014.

Dispõe sobre aquisição de Estabilidade de Servidor Público em razão da nomeação decorrente de Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso IV do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal, combinado com a Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações, Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ESTÁVEL o (a) servidor (a) público (a) municipal CLEITON ZANOTTO, no cargo de MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR/DESPORTIVO, portador da matrícula 5278, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 01 de junho de 2014, em decorrência de investidura em cargo de provimento efetivo pelo período de 03 (três) anos e aprovação em Estágio Probatório, percebendo remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 30 de maio de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município

DECRETO Nº. 287/2014.

Dispõe sobre aquisição de Estabilidade de Servidor Público em razão da nomeação decorrente de Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso IV do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal, combinado com a Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações, Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ESTÁVEL o (a) servidor (a) público (a) municipal CARLOS ANTONIO ZANCANARO, no cargo de MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR/DESPORTIVO, portador da matrícula 5277, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 01 de junho de 2014, em decorrência de investidura em cargo de provimento efetivo pelo período de 03 (três) anos e aprovação em Estágio Probatório, percebendo remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 30 de maio de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município

DECRETO Nº. 288/2014.

Dispõe sobre aquisição de Estabilidade de Servidor Público em razão da nomeação decorrente de Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso IV do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal, combinado com a Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações, Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ESTÁVEL o (a) servidor (a) público (a) municipal ALTAIR JOSE BARRIONUEVO, no cargo de MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR/DESPORTIVO, portador da matrícula 5276, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 01 de junho de 2014, em decorrência de investidura em cargo de provimento efetivo pelo período de 03 (três) anos e aprovação em Estágio Probatório, percebendo remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 30 de maio de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município

DECRETO Nº. 289/2014.

Dispõe sobre aquisição de Estabilidade de Servidor Público em razão da nomeação decorrente de Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso IV do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal, combinado com a Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações, Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ESTÁVEL o (a) servidor (a) público (a) municipal JURANDIR LIMA, no cargo de MOTORISTA, portador da matrícula 5280, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 03 de junho de 2014, em decorrência de investidura em cargo de provimento efetivo pelo período de 03 (três) anos e aprovação em Estágio Probatório, percebendo remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 30 de maio de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município

DECRETO Nº. 291/2014.

Nomeia cargo comissionado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, pelo presente Decreto, a Sra. JUCELIA DE FREITAS COSTA, CPF: 023.001.489-51, para a partir de 02 de junho de 2014, exercer o cargo de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, deste município de Xaxim - SC, percebendo a remuneração constante em lei vigente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 30 de maio de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira
Diretor Geral de Administração e RH

Decreto 2

DECRETO Nº. 292/2014.

Exonera servidor municipal por morte e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, por morte, a partir de 01 de junho de 2014, a servidora municipal ROSANE SALETE PORTIGLIOTTI, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, portadora da matrícula 4848, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, desta Prefeitura Municipal de Xaxim - SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de junho de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira
Diretor Geral de Administração e RH

DECRETO Nº. 238/2014.

Prorroga contrato de odontóloga em caráter emergencial e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações e considerando:

- a)Considerando que, o Servidor Público Thiago Gheno, no mês de novembro, acabou pedindo o seu desligamento das funções ligadas à Odontologia;
- b)Considerando que, não há concurso válido em andamento para que houvesse o preenchimento desta vaga;
- c)Considerando que, compete ao Município, conforme inciso II, do art. 23, inciso VII, do art. 30 e art. 196, todos da Constituição Federal, prestar atendimento à saúde da população;
- d)Considerando que, existe uma demanda relativamente grande de pacientes que necessitam de tratamento dentário em nosso Município;
- e)Considerando que, devem ser os programas de saúde bucal, ter caráter permanente, especialmente em relação às crianças;
- f)Considerando que, está cientificamente demonstrado que a má conservação da dentição, pode acarretar dentre outras doenças, o câncer, diabetes e doenças coronarianas;

g)Considerando a Portaria 2.027 de 25 de agosto de 2011, na qual prevê no item 3.2. a necessidade da permanência de Profissional, pelo período de 40 (quarenta) horas no ESF;
h)Considerando que não há a possibilidade de remanejar servidor para ocupar o cargo deixado pelo anterior profissional, pois todos já estão devidamente lotados;
i)Considerando que, os Dentistas que pertencem ao quadro da Administração Pública Municipal, já possuem número considerável de pacientes, além da fila de espera;
j)Considerando que, em caso de interrupção no tratamento, o que traria inúmeros prejuízos ao cidadão até então atendido, e ao próprio Poder Público que, teria que retomar tratamentos desde o início, o que iria de encontro ao princípio da eficiência;

k)Considerando que, realizar outro concurso público, pelo menos momentaneamente, iria apenas trazer despesas desnecessárias à Administração, pois todo o procedimento de um certame como tal, certamente levaria prazo de cerca de 60 (sessenta) dias;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado, em caráter emergencial, o contrato da servidora municipal ISAURA BARRIONUEVO IESBIKI, matrícula 6491, na função de Odontóloga, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 90 (noventa) dias a partir de 14 de abril de 2014 até 13 de julho de 2014, quando encerra este contrato.

Art. 2º Os vencimentos do referido servidor são aqueles constantes em lei vigente.

Art. 3º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 11 de abril de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio Dal Magro
Procurador Geral do Município

Aviso de Publicação Concorrência 001 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE XAXIM
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 001/2014
PROCESSO LICITATÓRIO 127/2014

O MUNICÍPIO DE XAXIM, Estado de Santa Catarina, através de seu Prefeito COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital de Concorrência Pública n. 001/2014, até às 08h45min do dia 07 de julho de 2014, e farão abertura das mesmas às 09h00min do mesmo dia. Constitui-se objeto da presente licitação a seleção de empresa para outorga de concessão do direito à exploração do serviço de internet e telefonia nas torres instaladas no interior do Município, conforme disposto no edital e seus anexos. Tipo maior percentual de desconto - global, conforme dispõem as Leis n. 8.666/93 consolidada, e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, e no que couber as demais legislações aplicáveis. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 03 de junho de 2014.

Idacir Antônio Orso
Prefeito Municipal

Decreto Nº 293

DECRETO Nº 293/2014

Declara área de Interesse Social para implantação de habitações Populares e dá outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, de acordo com as atribuições do seu cargo, embasadas com o Artigo 66, VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declaradas de Interesse Social para fins de implantação de habitações populares as áreas desmembradas da matrícula nº 12.608 no Cartório de Registro de Imóveis, de propriedade desta municipalidade a seguir descritas e caracterizadas, constituídas pela Lei Municipal nº 3962/2014 de 13 de março de 2014, sendo:

LOTE URBANO nº03-"A", da quadra nº232, com área superficial de 153,00m² (cento e cinquenta e três metros quadrados), localizado no lado par da Rua Ivo Villa, distante pelo lado esquerdo 76,50m da Rua Justo Eugênio Soccol, Loteamento Dalla Riva, Bairro Primavera, com as seguintes medidas e confrontações:

NOROESTE: Com a Rua Ivo Villa, em 11,25m.

SUDESTE: Com parte do lote colonial nº05, de Dilema Maria Soccol e outros, matrícula 7.202, em 11,25m.

NORDESTE: Com o lote nº03-"B", ora desmembrado, em 13,60m.

SUDOESTE: Com o lote nº04, do Município de Xaxim, matrícula 12.609, em 13,60m.

LOTE URBANO nº03-"B", da quadra nº232, com área superficial de 153,00m² (cento e cinquenta e três metros quadrados), localizado no lado par da Rua Ivo Villa, distante pelo lado esquerdo 87,75m da Rua Justo Eugênio Soccol, Bairro Primavera, com as seguintes medidas e confrontações:

NOROESTE: Com a Rua Ivo Villa, em 11,25m.

SUDESTE: Com parte do lote colonial nº05, de Dilema Maria Soccol e outros, matrícula 7.202, em 11,25m.

NORDESTE: Com o lote nº02, do Município de Xaxim, matrícula 12.607, em 13,60m.

SUDOESTE: Com o lote nº03-"A", ora desmembrado, em 13,60m.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 03 de junho de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município

Lei 3960/2014

LEI Nº 3960/2014 de 13 de março de 2014.

DISPÕE SOBRE A DOAÇÃO DE IMÓVEL PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a doar, sem ônus, o imóvel matriculado no CRI sob o nº 11.161 (lote nº 08, da quadra 133), com área de 379,13m² (trezentos e setenta e nove metros, com treze centímetros quadrados), em favor da Associação de Moradores e Amigos do Bairro Frei Bruno, inscrita no CNPJ sob o nº 02.568.119/0001-90.

Art. 2º. Fica desafetado o imóvel de sua destinação primária, se assim houver.

Art. 3º. Fica condicionada a doação, com a cláusula de uso restrito e exclusivo à atividades voltadas a Associação e por consequência, a comunidade do Bairro Frei Bruno.

§ 1º. Caso haja a extinção da Associação, ou o imóvel deixe de ser utilizado pela beneficiária, o imóvel retorna à propriedade do Município.

§ 2º. As condições de uso e a propriedade em favor da beneficiária possuem caráter perpétuo, ficando impossibilitada a alienação do imóvel.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial, a Lei nº 3.285/2008.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 17 de março de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município.

Lei 3961

LEI Nº 3961/2014 de 13 de março de 2014.

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 4º DA LEI 3.881/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 4º da Lei 3.881/2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

[...]

Art. 4º. Fica concedida isenção do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis "Inter Vivos" - ITBI, relativa a permuta descrita na presente Lei.

[...]

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 17 de março de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município.

Lei 3962

LEI Nº 3962/2014 de 13 de março de 2014.

Autoriza o desmembramento do lote urbano n. 03, da quadra n. 232 e da outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o desmembramento do lote urbano n. 03, da quadra n. 232, do Loteamento Dalla Riva, Bairro Primavera, com área de 306,00 m² (trezentos e seis metros quadrados) de propriedade do MUNICÍPIO DE XAXIM matrícula 12.608 no Cartório de Registro de Imóveis de Xaxim - SC., ficando assim constituído:

LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO (situação atual):

LOTE URBANO nº 03, da quadra nº232, matrícula nº 12.608, com área superficial de 306,00m² (trezentos e seis metros quadrados), localizado no lado par da Rua Ivo Villa, distante pelo lado esquerdo 76,50m da Rua Justo Eugênio Soccol, Loteamento Dalla Riva, Bairro Primavera, com as seguintes medidas e confrontações:

NOROESTE: Com a Rua Ivo Villa, em 22,50m.

SUDESTE: Com parte do lote colonial nº05, de Dilema Maria Soccol e outros, matrícula 7.202, em 22,50m.

NORDESTE: Com o lote nº02, do Município de Xaxim, matrícula 12.607, em 13,60m.

SUDOESTE: Com o lote nº04, do Município de Xaxim, matrícula 12.609, em 13,60m.

DESCRIÇÃO DO DESMEMBRAMENTO:

LOTE URBANO nº03-"A", da quadra nº232, com área superficial de 153,00m² (cento e cinquenta e três metros quadrados), localizado no lado par da Rua Ivo Villa, distante pelo lado esquerdo 76,50m da Rua Justo Eugênio Soccol, Loteamento Dalla Riva, Bairro Primavera, com as seguintes medidas e confrontações:

NOROESTE: Com a Rua Ivo Villa, em 11,25m.

SUDESTE: Com parte do lote colonial nº05, de Dilema Maria Soccol e outros, matrícula 7.202, em 11,25m.

NORDESTE: Com o lote nº03-"B", ora desmembrado, em 13,60m.

SUDOESTE: Com o lote nº04, do Município de Xaxim, matrícula 12.609, em 13,60m.

LOTE URBANO nº03-"B", da quadra nº232, com área superficial de 153,00m² (cento e cinquenta e três metros quadrados), localizado no lado par da Rua Ivo Villa, distante pelo lado esquerdo 87,75m da Rua Justo Eugênio Soccol, Bairro Primavera, com as seguintes medidas e confrontações:

NOROESTE: Com a Rua Ivo Villa, em 11,25m.

SUDESTE: Com parte do lote colonial nº05, de Dilema Maria Soccol e outros, matrícula 7.202, em 11,25m.

NORDESTE: Com o lote nº02, do Município de Xaxim, matrícula 12.607, em 13,60m.

SUDOESTE: Com o lote nº03-"A", ora desmembrado, em 13,60m.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 17 de março de 2014.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município.

Lei 3963

LEI Nº 3963/2014 de 13 de março de 2014.

Autoriza a retificação de área, desmembramento e remembramento dos lotes urbanos N. 11 e N. 12, da quadra 340 e da outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado à retificação de área, desmembramento e remembramento dos lotes urbanos: Lote N. 11, com área encontrada de 237,95 (duzentos e trinta e sete metros e noventa e cinco decímetros quadrados) e lote N. 12 com área encontrada de 238,39m² (duzentos e trinta e oito metros e trinta e nove decímetros quadrados), ambos da quadra n. 340, do Loteamento Arisi, Bairro Flor, matrículas 16.671 e 16.672 no Cartório de Registro de Imóveis de Xaxim - SC.de propriedade do MUNICÍPIO DE XAXIM - SC., ficando assim constituído:

LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO (situação atual):

LOTE URBANO nº 11, da quadra nº340, matrícula nº 16.671, com área superficial de 237,95m² (duzentos e trinta e sete metros e noventa e cinco decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Antonio Fiorelo Bedin, distante pelo lado direito 13,45m da Rua Angelina Favero, Loteamento Arisi, Bairro Flor, com as seguintes medidas e confrontações:

NORTE: Com o lote nº12, do Município de Xaxim, matrícula 16.672, em 19,79m.

SUL: Com parte do lote nº10, de Rafael Reginatto, matrícula

16.670, em 14,22m.

LESTE: Com a Rua "C", em 18,07m.

OESTE: Com a Rua Antonio Fiorelo Bedin, em 15,00m.

LOTE URBANO nº 12, da quadra nº340, matrícula nº 16.672, com área superficial de 238,39m² (duzentos e trinta e oito metros e trinta e nove decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Antonio Fiorelo Bedin, esquina com a Rua Angelina Favero, Loteamento Arisi, Bairro Flor, com as seguintes medidas e confrontações:

NORTE: Com a Rua Angelina Favero, em 22,39m.

SUL: Com o lote nº11, do Município de Xaxim, matrícula 16.671, em 19,79m.

LESTE: Com a Rua "C", em 12,08m.

OESTE: Com a Rua Antonio Fiorelo Bedin, em 13,45m.

DESCRIÇÃO DO REMEMBRAMENTO:

TERRENO URBANO, da quadra nº340, com área superficial de 476,34m² (quatrocentos e setenta e seis metros e trinta e quatro decímetros quadrados), constituído pelos lotes urbanos nº11 (237,95m²) e nº12 (238,39m²), localizado no lado ímpar da Rua Antonio Fiorelo Bedin, esquina com a Rua Angelina Favero, Loteamento Arisi, Bairro Flor, com as seguintes medidas e confrontações:

NORTE: Com a Rua Angelina Favero, em 22,39m.

SUL: Com parte do lote nº10, de Rafael Reginatto, matrícula 16.670, em 14,22m.

LESTE: Com a Rua "C", em 30,15m.

OESTE: Com a Rua Antonio Fiorelo Bedin, em 28,45m.

DESCRIÇÃO DO DESMEMBRAMENTO:

TERRENO URBANO, da quadra nº340, com área superficial de 150,12m² (cento e cinquenta metros e doze decímetros quadrados), constituído por parte do lote urbano nº11, localizado no lado ímpar da Rua Antonio Fiorelo Bedin, distante pelo lado direito 17,43m da Rua Angelina Favero, Loteamento Arisi, Bairro Flor, com as seguintes medidas e confrontações:

NORTE: Com os terrenos urbanos, ora desmembrados, em 8,54m e 8,35m, totalizando 16,89m.

SUL: Com parte do lote nº10, de Rafael Reginatto, matrícula 16.670, em 14,22m.

LESTE: Com a Rua "C", em 10,85m.

OESTE: Com a Rua Antonio Fiorelo Bedin, em 11,02m.

TERRENO URBANO, da quadra nº340, com área superficial de 161,63m² (cento e sessenta e um metros e sessenta e três decímetros quadrados), constituído por parte do lote urbano nº11 e por parte do lote urbano nº12, localizado no lado ímpar da Rua Antonio Fiorelo Bedin, esquina com a Rua Angelina Favero, Loteamento Arisi, Bairro Flor, com as seguintes medidas e confrontações:

NORTE: Com a Rua Angelina Favero, em 10,81m.

SUL: Com parte do terreno urbano, ora desmembrado, em 8,54m.

LESTE: Com o terreno urbano, ora desmembrado, em 18,00m.

OESTE: Com a Rua Antonio Fiorelo Bedin, em 17,43m.

TERRENO URBANO, da quadra nº340, com área superficial de 164,60m² (cento e sessenta e quatro metros e sessenta décimos quadrados), constituído por parte do lote urbano nº11 e por parte do lote urbano nº12, localizado no lado par da Rua Angelina Favero, esquina com a Rua "C", Loteamento Arisi, Bairro Flor, com as seguintes medidas e confrontações:

NORTE: Com a Rua Angelina Favero, em 11,57m.

SUL: Com parte do terreno urbano, ora desmembrado, em 8,35m.

LESTE: Com a Rua "C", em 19,31m.

OESTE: Com o terreno urbano, ora desmembrado, em 18,00m.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 17 de março de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município.

Lei 3964

LEI Nº 3964/2014 de 13 de março de 2014.

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento de 2014 e dá outras providências".

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 745.000,00 (setecentos e quarenta e cinco mil reais), nas seguintes programações de despesas dentro do orçamento vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.024 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.01	630.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	1.014 - Ampliação da frota Rodoviária
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.00	35.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
17.01	FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO	1.010 - Apoio ao Sistema Habitacional
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.00	80.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar serão utilizados recursos de anulação de despesas nas seguintes programações de despesa:

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.024 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.01	500.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
08.01	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1.004 - Ampliação do Abastecimento de água potável
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.00	25.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
09.01	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	2.051 - Promoção do Turismo Local
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	10.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
10.01	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	1.017 - Ampliação da Rede Física Social
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.00	10.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
04.01	SECRETARIA DE ADMINISTR- TAÇÃO	1.001 - Aquisição de Veículos
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.00	100.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
04.01	SECRETARIA DE ADMINISTR- TAÇÃO	2.022 - Manutenção das Atividades Administrativas
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	100.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 17 de março de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal
Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município.

Lei 3966

LEI Nº 3966/2014 de 01 de abril de 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, PROCEDER EM NOME DO MUNICÍPIO A DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS AO ESTADO DE SANTA CATARINA, ESPECIFICAMENTE A DELEGACIA REGIONAL DE POLICIA CIVIL DE XAXIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município de Xaxim, a doar ao ESTADO DE SANTA CATARINA - POLICIA CIVIL, especificamente à DELEGACIA DE POLÍCIA - Distrito Policial de Xaxim - SC, com finalidades específicas, os bens móveis constantes do Anexo único, da presente lei.

Art. 2º. Os bens móveis a serem doados, destinam-se exclusivamente para utilização das unidades da Polícia Civil instaladas no município, ficando vedada sua transferência para outras unidades, sob pena de imediata reversão dos bens ao patrimônio público municipal.

Art. 3º. Fica autorizado o Executivo Municipal, após processada a doação, a realizar todos os registros contábeis e patrimoniais necessários ao cumprimento da presente lei.

Art. 4º. Em caso de reversão dos bens móveis descritos no anexo da presente lei ao patrimônio público municipal, esses serão revertidos, sem ônus ao Erário Público Municipal.

Art. 5º. Todas as despesas oriundas dos bens, ora doados, correrão a partir da sua transferência por parte do Município, as custas da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina.

Art. 6º. A doação concretizar-se-á por meio da efetiva entrega dos bens, mediante assinatura de termo próprio.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 04 de abril de 2014.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município.

Lei 3967

LEI Nº 3967/2014 de 29 de abril de 2014

Autoriza a concessão especial para desmembramento do lote urbano N. 04 da quadra 16 e da outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a concessão especial para desmembramento do lote urbano nº 04, da quadra 16, localizado no lado ímpar da Rua André Lunardi, antes Rua Bento Gonçalves, distante pelo lado

esquerdo 45,00m da Rua Borges de Medeiros, município e Cartório de Registro de Imóveis (C.R.I.) de Xaxim, com área superficial de 648,00m² (seiscentos e quarenta e oito metros quadrados) de propriedade de LUIZ LAUCHZER, ficando assim constituído:

SITUAÇÃO ATUAL

MATRÍCULA Nº 10.945 - Lote urbano nº 04, da quadra 16, localizado no lado ímpar da Rua André Lunardi, antes Rua Bento Gonçalves, distante pelo lado esquerdo 45,00m da Rua Borges de Medeiros, município e Cartório de Registro de Imóveis (C.R.I.) de Xaxim, com área superficial de 648,00m² (seiscentos e quarenta e oito metros quadrados), sem benfeitorias confrontando:

NOROESTE: com a Rua André Lunardi, por 15,00 metros.

SUDESTE: com o lote urbano nº 20, matrícula nº 20.052 de João Carlos Vicari e Fátima Vicari, por 15,00 metros.

NORESTE: com o lote urbano nº 05, matrícula nº 8.941, de Valdacir Miliorança e Gelmira Libra Miliorança, por 43,20 metros.

SUDOESTE: com o lote urbano nº 03, matrícula nº 10.997, de Ermínia Vide, por 43,20 metros.

SITUAÇÃO DO DESMEMBRAMENTO**LOTE 04 "A"**

MATRÍCULA Nº 10.945 - Lote urbano nº 04 "A", da quadra 16, localizado no lado ímpar da Rua André Lunardi, antes Rua Bento Gonçalves, distante pelo lado esquerdo 50,00m da Rua Borges de Medeiros, município e Cartório de Registro de Imóveis (C.R.I.) de Xaxim, com área superficial de 333,00m² (trezentos e trinta e três metros quadrados), sem benfeitorias confrontando:

NOROESTE: com a Rua André Lunardi, por 10,00 metros, e com o lote urbano nº 04 "B", de Luiz Lauchzer, por 2,00 metros.

SUDESTE: com o lote urbano nº 04 "B", de Luiz Lauchzer, por 12,00 metros.

NORESTE: com o lote urbano nº 05, matrícula nº 8.941, de Valdacir Miliorança e Gelmira Libra Miliorança, por 29,75 metros.

SUDOESTE: com o lote urbano nº 04 "B", de Luiz Lauchzer, por 17,75 metros e com o lote urbano nº 04 "B", de Luiz Lauchzer, por 12,00 metros.

LOTE 04 "B"

MATRÍCULA Nº 10.945 - Lote urbano nº 04 "B", da quadra 16, localizado no lado ímpar da Rua André Lunardi, antes Rua Bento Gonçalves, distante pelo lado esquerdo 45,00m da Rua Borges de Medeiros, município e Cartório de Registro de Imóveis (C.R.I.) de Xaxim, com área superficial de 315,00m² (trezentos e quinze metros quadrados), sem benfeitorias confrontando:

NOROESTE: com a Rua André Lunardi, por 5,00 metros, e com o lote urbano nº 04 "A", de Luiz Lauchzer, por 12,00 metros.

SUDESTE: com o lote urbano nº 20, matrícula nº 20.052 de João Carlos Vicari e Fátima Vicari, por 15,00 metros e com o lote urbano nº 04 "A", de Luiz Lauchzer, por 2,00 metros.

NORDESTE: com o lote urbano nº 05, matrícula nº 8.941, de Valdacir Miliorança e Gelmira Libra Miliorança, por 13,45 metros, com o lote urbano nº 04 "A", de Luiz Lauchzer, por 17,75 metros e com o lote urbano nº 04 "A", de Luiz Lauchzer, por 12,00 metros.

SUDOESTE: com o lote urbano nº 03, matrícula nº 10.997, de Ermínia Vide, por 43,20 metros.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 29 de abril de 2014.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município.

Lei 3968

LEI Nº 3968/2014 de 29 de abril de 2014.

Aprova LOTEAMENTO TRENTIN E PERTUZATTI e dá outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica Aprovado o LOTEAMENTO TRENTIN E PERTUSSATTI formado pela da chácara número um (01), parte da chácara número dois (02) e parte da chácara número seis (06), formando uma área total escriturada de 16.760m² (dezesesseis mil, setecentos e sessenta metros quadrados), localizado na Avenida Plínio Arlindo De Nes, município de Xaxim, com matrícula nº 178 Cartório de Registro de Imóveis de Xaxim, de propriedade de: SUZANA PERTUSSATTI, IVETE TRENTIN MENEGUZZI E ESPOSO, IRINEU TRENTIN E ESPOSA, MARISETE TRENTIN PERTUSSATTI E ESPOSO, VALDECIR JOSÉ TRENTIN E ESPOSA e DOMINGOS TRENTIN E ESPOSA ficando assim constituído:

DESCRIPTIVO

Trata-se de uma subdivisão de uma gleba urbana com área total de 16.760,00 metros quadrados, subdivididos em 16 (dezesesseis) lotes, em 3 (três) quadras, 01 (uma) Área Verde, 01 (uma) Área de Uso Público, 02 (dois) Aparelhos Públicos (Ruas).

TOTAL DA ÁREA DA ESCRITURA - Área: 16.760,00 m²

Confrontações:

Ao Noroeste, na extensão total de 156,91 metros em linhas quebradas, na extensão 102,69 metros com terras de Silvio Trentin Espólio e outros matrícula 17.535, na extensão 23,61 metros com a Avenida Plínio Arlindo de Nês, na extensão 21,06 metros com Egidio Trentin Matrícula 18.280;

Ao Nordeste, na extensão total de 113,25 metros em linhas quebradas, na extensão 4,50 metros com terras de Juliano José Ampese com matrícula 29.406, na extensão 11,65 metros com terras de Genuor Ceratto com matrícula 9.407 e na extensão 97,09 com terras de José Correia de Amorin com matrícula 10.923;

Ao Sudoeste, na extensão total de 161,27 metros, com terras da Sociedade Recreativa Cultural Xaxiense;

Ao Sudoeste, na extensão 122,36 metros, em curvas com Lajeado Xaxim;

Área Total das Ruas - Área: 2.953,80 m²

Avenida Plínio Arlindo De Nês - Área: 2.288,69 m²

Confrontações:

Ao Noroeste, na extensão de 23,61, com a Avenida Plínio Arlindo de Nês;

Ao Nordeste, na extensão total de 113,26 metros com a Quadra 625, em linhas quebradas, na extensão de 16,67 metros com o Lote 01, da Quadra 625; na extensão de 13,64, com o Lote 02, da Quadra 625; na extensão de 13,59 metros, com o Lote 03, da Quadra 625; na extensão de 13,59 metros, com o Lote 04, da Quadra 625; na extensão de 13,59 metros, com o Lote 05, da Quadra 625; na extensão de 13,59 metros, com o Lote 06, da Quadra 625; na extensão de 13,59 metros, com o Lote 07, da Quadra 625; na extensão de 13,59 metros, com o Lote 07, da Quadra 625; na extensão de 15,00 metros com a Área de Preservação Permanente - "APP-03", do referido loteamento;

Ao Sudeste, com extensão de 20 metros, com terras da Sociedade Recreativa Cultural Xaxiense;

Ao Sudoeste, na extensão total de 65,38 metros com a Quadra 627; na extensão de 15,00 metros, com futura ampliação da Avenida Plínio Arlindo de Nês; na extensão de 12,55 metros, com Lote 16, da Quadra 627; na extensão de 12,54 metros, com Lote 15, da Quadra 627; na extensão de 12,54 metros, com Lote 14, da Quadra 627; na extensão de 12,75 metros, com Lote 13, da Quadra 627; na extensão de 8,03 metros, com a curva da Quadra 627; na extensão de 12,00 metros com a Rua Silvio Trentin; na extensão total de 36,09 metros na extensão de 12,04 metros, com Lote 10, da Quadra 626; na extensão de 12,00 metros, com Lote 09, da Quadra 626; na extensão de 12,05 metros, com Lote 08, da Quadra 626, do referido loteamento.

Rua Silvio Trentin - Área: 665,11 m²

Confrontações:

Ao Noroeste, na extensão total de 54,56 metros; na extensão de 12,00 metros com a Área Verde; na extensão total de 42,56 metros com a Quadra 626; na extensão de 12,00 metros, com o Lote 11, da Quadra 626; na extensão de 30,56 metros, com o Lote 10, da Quadra 626, do referido loteamento;

Ao Nordeste, na extensão de 12,00 metros, com a Avenida Plínio Arlindo de Nês, do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão total de 54,54 metros; na extensão de 12,00 metros com a Área de Equipamentos Público - "AEP-01"; na extensão total de 42,54 metros com a Quadra 627; na extensão de 12,54 metros, com o Lote 12, da Quadra 627; na extensão de 30,00 metros, com o Lote 13, da Quadra 627, do referido loteamento;

Ao Sudoeste, na extensão de 12,00 metros, com a Área Verde, do referido loteamento.

Área Verde - da quadra 626, com área superficial de 1.219,22m², localizado no lado par da Rua Silvio Trentin, distante pelo lado esquerdo da Rua Silvio Trentin, com as seguintes medidas 54,56 metros da esquina mais próxima até o terreno.

Confrontações:

Ao Noroeste, na extensão de 31,44 metros, com terras de Silvio Trentin Espólio e outros, matrícula 17.535;

Ao Nordeste, na extensão total de 98,87 metros; na extensão de 35,68 metros com o Lote 11, da Quadra 626; na extensão de 12,00 metros com a Rua Silvio Trentin; e na extensão total de 51,19 metros com a Área de Equipamentos Público - "AEP 01", do referido loteamento;

Ao Sudoeste, na extensão de 103,90 metros, em curva, com a Área de Preservação Permanente-"APP-01", do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão total 20,14 metros, na extensão de 12,00 metros com a Rua Silvio Trentin; e na extensão de 11,74 metros, com Área de Preservação Permanente-"APP-02" do referido loteamento.

Área de Equipamentos Públicos - "AEP - 01" - da quadra 627, com área superficial de 956,18m², localizado no lado ímpar da Rua Silvio Trentin, distante pelo lado esquerdo da Rua Silvio Trentin, com as seguintes medidas 54,54 metros da esquina mais próxima até o terreno.

Confrontações:

Ao Noroeste, na extensão de 12,00 metros com a Rua Silvio Trentin do referido loteamento;

Ao Nordeste, na extensão total de 50,38 metros, com a Quadra 627; na extensão de 37,83 metros, com o Lote 12, da Quadra 627; na extensão de 12,55 metros, com o Lote 16, da Quadra 627, do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão de 32,18 metros com a Área de Preservação Permanente-"APP-02" do referido loteamento;

Ao Sudoeste, na extensão total de 51,19 metros com a Área Verde, do referido loteamento.

Área Total das APPs - Área: 4.841,83 m²

Área de Preservação Permanente ("APP-01") - Área: 3.488,33 m²

Confrontações:

Ao Noroeste, na extensão de 32,90 metros com terras de Silvio Trentin Espólio e outros, matrícula 17.535;

Ao Nordeste, na extensão total 150,95 metros, na extensão de 103,90 metros, em curva, com a Área Verde; na extensão de 14,88 metros, em curva, com a Área Verde, na extensão 13,43 metros, em curva, com Área Verde, e na extensão de 18,74 metros, com a Área Verde do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão de 30,85 metros, com terras da Sociedade Recreativa Cultural Xaxiense;

Ao Sudoeste, na extensão de 122,36 metros, em curva, com Rio Xaxim.

Área de Preservação Permanente ("APP-02") - Área: 920,73 m²

Confrontações:

Ao Noroeste, na extensão total de 73,92 metros; na extensão de 11,74 metros, com a Área Verde; na extensão de 32,18 metros, com a Área de Equipamentos Público - "AEP-01", na extensão de 30,00 metros, com o Lote 16, da Quadra 627, do referido loteamento;

Ao Nordeste, na extensão de 15,00 metros com a Avenida Plínio

Arlindo de Nês do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão de 80,40 metros, com terras da Sociedade Recreativa Cultural Xaxiense;

Ao Sudoeste, na extensão de 17,38 metros, em curva, com Área de Preservação Permanente - "APP-01", do referido loteamento.

Área de Preservação Permanente ("APP-03") - Área: 432,77 m²

Confrontações:

Ao Noroeste, na extensão de 30,02 metros, com o Lote 07, da Quadra 625 do referido loteamento;

Ao Nordeste, na extensão de 15,00 metros, com terras de José Correia de Amorin e outros, matrícula 10.923;

Ao Sudeste, na extensão de 30,02 metros, com terras da Sociedade Recreativa Cultural Xaxiense;

Ao Sudoeste, na extensão de 15,00 metros com a Avenida Plínio Arlindo de Nês do referido loteamento.

Área Total das Quadras - Área: 6.412,28 m²
Quadra 625 - Área total: 2.926,97 m²

Lote nº 01 - da quadra 625, com área superficial de 480,51 m² (quatrocentos e oitenta metros e cinquenta e um decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Avenida Plínio Arlindo de Nês, distante pelo lado direito 122,78 metros da Rua Irani, com as seguintes medidas e confrontações:

Ao Noroeste, na extensão de 29,64 metros, com terras de Egidio Trentin e outros, matrícula 18.280;

Ao Nordeste, na extensão total de 16,15 metros; na extensão de 4,50 metros, com terras de Juliano José Ampese e outros, matrícula 29.406; na extensão de 11,65 metros, com terras de Genuor Ceratto e outros, matrícula 9.407;

Ao Sudoeste, na extensão de 16,67 metros com a Avenida Plínio Arlindo De Nês, do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão de 28,96 metros com o Lote 02, da Quadra 625, do referido loteamento.

Lote nº 02 - da quadra 625, com área superficial de 408,01 m² (quatrocentos e oito metros e um decímetro quadrado), localizado no lado ímpar da Avenida Plínio Arlindo de Nês, distante pelo lado direito 139,45 metros da Rua Irani, com as seguintes medidas e confrontações:

Ao Noroeste, na extensão de 28,96 metros com o Lote 01, da Quadra 625, do referido loteamento;

Ao Nordeste, na extensão de 14,15 metros, com terras de José Correia de Amorin e outros, matrícula 10.923;

Ao Sudoeste, na extensão de 13,64 metros com a Avenida Plínio Arlindo De Nês, do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão de 30,02 metros com o Lote 03, da Quadra 625, do referido loteamento.

Lote nº 03 - da quadra 625, com área superficial de 407,69 m² (quatrocentos e sete metros e sessenta e nove decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Avenida Plínio Arlindo de Nês, distante pelo lado direito 153,09 metros da Rua Irani, com as

seguintes medidas e confrontações:

Ao Noroeste, na extensão de 30,02 metros com o Lote 02, da Quadra 625, do referido loteamento;

Ao Nordeste, na extensão de 13,59 metros, com terras de José Correia de Amorin e outros, matrícula 10.923;

Ao Sudoeste, na extensão de 13,59 metros com a Avenida Plínio Arlindo De Nês, do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão de 30,02 metros com o Lote 04, da Quadra 625, do referido loteamento.

Lote nº 04 - da quadra 625, com área superficial de 407,69 m² (quatrocentos e sete metros e sessenta e nove decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Avenida Plínio Arlindo de Nês, distante pelo lado direito 166,68 metros da Rua Irani, com as seguintes medidas e confrontações

Ao Noroeste, na extensão de 30,02 metros com o Lote 03, da Quadra 625, do referido loteamento;

Ao Nordeste, na extensão de 13,59 metros, com terras de José Correia de Amorin e outros, matrícula 10.923;

Sudoeste, na extensão de 13,59 metros com a Avenida Plínio Arlindo De Nês, do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão de 30,02 metros com o Lote 05, da Quadra 625, do referido loteamento.

Lote nº 05 - da quadra 625, com área superficial de 407,69 m², (quatrocentos e sete metros e sessenta e nove decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Avenida Plínio Arlindo de Nês, distante pelo lado direito 180,27 metros da Rua Irani, com as seguintes medidas e confrontações:

Ao Noroeste, na extensão de 30,02 metros com o Lote 04, da Quadra 625, do referido loteamento;

Ao Nordeste, na extensão de 13,59 metros, com terras de José Correia de Amorin e outros, matrícula 10.923;

Ao Sudoeste, na extensão de 13,59 metros com a Avenida Plínio Arlindo De Nês, do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão de 30,02 metros com o Lote 06, da Quadra 625, do referido loteamento.

Lote nº 06 - da quadra 625, com área superficial de 407,69 m² (quatrocentos e sete metros e sessenta e nove decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Avenida Plínio Arlindo de Nês, distante pelo lado direito 193,86 metros da Rua Irani, com as seguintes medidas e confrontações:

Ao Noroeste, na extensão de 30,02 metros com o Lote 05, da Quadra 625, do referido loteamento;

Ao Nordeste, na extensão de 13,59 metros, com terras de José Correia de Amorin e outros, matrícula 10.923;

Ao Sudoeste, na extensão de 13,59 metros com a Avenida Plínio Arlindo De Nês, do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão de 30,02 metros com o Lote 07, da Quadra 625, do referido loteamento.

Lote nº 07 - da quadra 625, com área superficial de 407,69 m²

(quatrocentos e sete metros e sessenta e nove decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Avenida Plínio Arlindo de Nês, distante pelo lado direito 207,45 metros da Rua Irani, com as seguintes medidas e confrontações:

Ao Noroeste, na extensão de 30,02 metros com o Lote 06, da Quadra 625, do referido loteamento;

Ao Nordeste, na extensão de 13,59 metros, com terras de José Correia de Amorin e outros, matrícula 10.923;

Ao Sudoeste, na extensão de 13,59 metros com a Avenida Plínio Arlindo De Nês, do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão de 30,02 metros com a Área de Preservação Permanente - "APP-03" do referido loteamento.

Quadra 626 - Área total: 1.500,33 m²

Lote nº 08 - da quadra 626, com área superficial de 381,04 m², (trezentos e oitenta e um metros e quatro decímetros quadrados), localizado no lado par Avenida Plínio Arlindo de Nês, distante pelo lado direito 24,04 metros da Rua Silvio Trentin, com as seguintes medidas e confrontações:

Ao Noroeste, na extensão de 34,70 metros, com terras de Silvio Trentin Espólio e outros, matrícula 17.535;

Ao Nordeste, na extensão de 12,05 metros com a Avenida Plínio Arlindo De Nês, do referido loteamento;

Ao Sul, na extensão de 13,57 metros com o Lote 11, da Quadra 626, do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão de 30,56 metros com a o Lote 09, da Quadra 626, do referido loteamento.

Lote nº 09 - da quadra 626, com área superficial de 366,48 m², (trezentos e sessenta e seis metros e quarenta e oito decímetros quadrados), localizado no lado par Avenida Plínio Arlindo de Nês, distante pelo lado direito 12,04 metros da Rua Silvio Trentin, com as seguintes medidas e confrontações:

Ao Noroeste, na extensão de 30,56 metros com o Lote 08, da Quadra 626, do referido loteamento;

Ao Nordeste, na extensão de 12,00 metros com a Avenida Plínio Arlindo De Nês, do referido loteamento;

Ao Sudoeste, na extensão de 12,00 metros com o Lote 11, da Quadra 626, do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão de 30,56 metros com o Lote 10, da Quadra 626, do referido loteamento.

Lote nº 10 - da quadra 626, com área superficial de 367,77m², (trezentos e sessenta e sete metros e setenta e sete decímetros quadrados), localizado no lado par da Avenida Plínio Arlindo de Nês, esquina com a Rua Silvio Trentin, com as seguintes medidas e confrontações:

Ao Noroeste, na extensão de 30,56 metros com o Lote 09, da Quadra 626, do referido loteamento;

Ao Nordeste, na extensão de 12,04 metros com a Avenida Plínio Arlindo De Nês, do referido loteamento;

Ao Sudoeste, na extensão de 12,05 metros com o Lote 11, da Quadra 626, do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão de 30,56 metros com a Rua Silvio Trentin, do referido loteamento;

Lote nº 11 - da quadra 626, com área superficial de 385,04 m² (trezentos e oitenta e cinco metros e quatro décimos quadrados), localizado no lado par da Rua Silvio Trentin, distante pelo lado esquerdo 30,56 metros da Avenida Plínio Arlindo de Nês, com as seguintes medidas e confrontações:

Ao Noroeste, na extensão de 4,62 metros, com terras de Silvio Trentin Espólio e outros, matrícula 17.535;

Ao Nordeste, na extensão de 23,24 metros com os Lotes 09 e 10, da Quadra 626, do referido loteamento;

Ao Sudoeste, na extensão de 35,68 metros com a Área de Verde, do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão de 12,00 metros com a Rua Silvio Trentin do referido loteamento;

Ao Norte, na extensão de 13,57 metros com o Lote 08, da Quadra 626, do referido loteamento.

Quadra 627 - Área total: 1.984,98 m²

Lote nº 12 - da quadra 627, com área superficial de 474,20 m² (quatrocentos e setenta e quatro metros e vinte décimos quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Silvio Trentin, distante pelo lado direito 30,00 metros da Avenida Plínio Arlindo de Nês, com as seguintes medidas e confrontações:

Ao Noroeste, na extensão de 12,54 metros, com a Rua Silvio Trentin do referido loteamento;

Ao Nordeste, na extensão total de 37,83 metros; na extensão de 12,75 metros com o Lote 13, da Quadra 627; na extensão de 12,54 metros com o Lote 14, da Quadra 627; na extensão de 12,54 metros com o Lote 15, da Quadra 627, do referido loteamento;

Ao Sudoeste, na extensão de 37,83 metros com a Área de Equipamentos Público - "AEP-01", do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão de 12,54 metros com a Área de Equipamentos Público - "AEP-01", do referido loteamento.

Lote nº 13 - da quadra 627, com área superficial de 382,59 m², (trezentos e oitenta e dois metros e cinquenta e nove décimos quadrados), localizado no lado par da Avenida Plínio Arlindo de Nês, esquina com a Rua Silvio Trentin, com as seguintes medidas e confrontações:

Ao Noroeste, na extensão de 30,00 metros com a Rua Silvio Trentin, do referido loteamento;

Ao Nordeste, na extensão de 12,75 metros com a Avenida Plínio Arlindo De Nês, do referido loteamento;

Ao Sudoeste, na extensão de 12,75 metros com o Lote 12 do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão de 30,00 metros com o Lote 14, da Quadra 627, do referido loteamento;

Lote nº 14 - da quadra 627, com área superficial de 375,92 m² (trezentos e setenta e cinco metros e noventa e dois décimos quadrados), localizado no lado par da Avenida Plínio Arlindo de Nês, distante pelo lado esquerdo 12,75 metros da Rua Silvio

Trentin, com as seguintes medidas e confrontações:

Ao Noroeste, na extensão de 30,00 metros com o Lote 13, da Quadra 627, do referido loteamento;

Ao Nordeste, na extensão de 12,54 metros com a Avenida Plínio Arlindo De Nês, do referido loteamento;

Ao Sudoeste, na extensão de 12,54 metros com o Lote 12, do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão de 30,00 metros com o Lote 15, da Quadra 627, do referido loteamento.

Lote nº 15 - da quadra 627, com área superficial de 375,92 m², (trezentos e setenta e cinco metros e noventa e dois décimos quadrados), localizado no lado par da Avenida Plínio Arlindo de Nês, distante pelo lado esquerdo 25,29 metros da Rua Silvio trentin, com as seguintes medidas e confrontações:

Ao Noroeste, na extensão de 30,00 metros com o Lote 14, da Quadra 627, do referido loteamento;

Ao Nordeste, na extensão de 12,54 metros com a Avenida Plínio Arlindo De Nês, do referido loteamento;

Ao Sudoeste, na extensão de 12,54 metros com o Lote 12, do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão de 30,00 metros com o Lote 16, da Quadra 627, do referido loteamento.

Lote nº 16 - da quadra 627, com área superficial de 376,35 m², (trezentos e setenta e seis metros e trinta e cinco décimos quadrados), localizado no lado par da Avenida Plínio Arlindo de Nês, distante pelo lado esquerdo 37,83 metros da Rua Silvio Trentin, com as seguintes medidas e confrontações:

Ao Noroeste, na extensão de 30,00 metros com o Lote 15, da Quadra 627, do referido loteamento;

Ao Nordeste, na extensão de 12,55 metros com a Avenida Plínio Arlindo De Nês, do referido loteamento;

Ao Sudoeste, na extensão de 12,55 metros com a Área de Equipamentos Público - "AEP-01", do referido loteamento;

Ao Sudeste, na extensão de 30,00 metros com a Área de Preservação Permanente-"APP-02" do referido loteamento.

Art. 2º Fica convencionado que os loteadores ficarão responsáveis pelas obras de infraestrutura constantes no art. 3º parágrafo 5 da Lei Federal do Parcelamento do Solo Urbano nº 9785/99, da área loteada, em um prazo de até 04 (quatro) anos conforme o art. 09 da referida Lei Federal 9785/99, após a escritura pública efetiva e exclusiva em nome do contratante ou a quem de direito
Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 29 de abril de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município.

Associações

AMAVI

Extrato do Contrato Nº 01/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2014

Credenciante: Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI.

Credenciada: Fundação Osny José Gonçalves Televisão Bela Aliança.

Objeto: Credenciamento da prestação de serviços de comunicação pela CREDENCIADA de veiculação em emissora de televisão com sinal aberto de informações institucionais da AMAVI, conforme especificado no Edital de Chamamento Público nº 01/2014.

Valor: Pelos serviços objeto deste contrato a CREDENCIANTE pagará à CREDENCIADA o valor mensal de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

Vigência: até 31 de dezembro de 2014, a contar de sua assinatura.

Data de Assinatura: 07/05/2014.

Assinam: José Constante, Presidente da AMAVI e Rubens Gonçalves, representante legal Fundação Osny José Gonçalves Televisão Bela Aliança.

Consórcios

CIGA

Dispensa de Licitação Nº 06/2014

Ato de Dispensa nº 06/2014

Processo de Licitação nº 07/2014

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de Certificado Digital SSL, com validade de 4 anos.

Contratado: ACTIVEWEB TECHNOLOGIES INFORMÁTICA LTDA - ME.

CNPJ: 04.724.924/0001-91

VALOR: R\$ 1.016,60 (um mil e dezesseis reais e sessenta centavos)

Florianópolis, 03 de junho de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIS NORDESTE

Resolução Nº 08/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA

Max Colin, 1843 - América - 89204 635 - Joinville - SC

Fone/Fax: 47 3422 9838 e 3422 5715

CNPJ: 03.222.337.337/0001-31

Resolução nº 08/2014.

Define a comissão especial para realizar o inventário dos bens do CISONORDESTE/SC e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CISONORDESTE/SC, Sr. Mário Fernando Reinke, Prefeito Municipal de Massaranduba, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Contrato de Consórcio Público do CISONORDESTE/SC, considerando as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05; e, conforme deliberado na 2ª Reunião Ordinária do Conselho Administrativo realizada em 22/05/2014,

RESOLVE:

Art. 1º - Definir a comissão especial para realizar o inventário dos bens do CISONORDESTE/SC, a fim de identificar o patrimônio e segregar a participação de cada ente consorciado, sendo:

I - Contadora do CISONORDESTE/SC, como Presidente da Comissão;

II - Técnica Contábil do CISONORDESTE/SC, como Membro da Comissão;

III - Gerente Financeira do CISONORDESTE/SC, como Membro da Comissão.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

Joinville, 22 de maio de 2014.
Mário Fernando Reinke
Prefeito Municipal de Massaranduba
Presidente do CISNORDESTE/SC

Resolução Nº 09/2014

RESOLUÇÃO Nº. 09/2014

Dispõe sobre a revisão geral anual de salários dos empregados públicos do Consórcio, conforme art. 37, inciso X da Constituição Federal, c/c art. 23, inciso X e art. 41 caput e § 1º do Contrato de Consórcio Público e Atualiza Valor do Auxílio Refeição, conforme art. 46 do Contrato de Consórcio Público.

O Conselho Administrativo do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CISNORDESTE/SC -, representado pelo seu Presidente, o Sr. Mário Fernando Reinke, dentro das prerrogativas conferidas pelo art. 23, inciso X e art. 41, § 1º do Contrato de Consórcio Público, em consonância com a deliberação de seus membros na ata da 2ª Reunião Ordinária do Conselho Administrativo do CISNORDESTE/SC, realizada em 22/05/2014, considerando a necessidade de revisão geral anual de salários no âmbito do Consórcio, conforme previsão do art. 37, inciso X da Constituição Federal e art. 41, caput do Contrato de Consórcio Público

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a revisão geral anual dos empregados públicos do Consórcio, no percentual de 4,19% (quatro vírgula dezenove por cento), conforme variação do INPC-IBGE no período compreendido entre 31/10/2013, data da transformação do Regime Jurídico do Consórcio, até 30/04/2014.

Art. 2º A revisão geral se estende ao salário de todos os empregados do Consórcio, independentemente da data de admissão.

Art. 3º O Anexo II e a Tabela de Referências Salariais do Contrato de Consórcio Público ficam atualizados no mesmo percentual definido no Art. 1º desta Resolução, conforme Anexo Único a esta Resolução.

Art. 4º Sem prejuízo da revisão geral anual de que trata o Art. 1º, o valor do auxílio refeição previsto no art. 46 do Contrato de Consórcio Público será reajustado para R\$ 22,00 (vinte e dois reais) por dia, com desconto de R\$ 2,00 (dois reais) por dia, na folha de pagamento dos empregados.

Esta Resolução entra em vigor a partir da data de publicação, gerando efeitos financeiros a partir de 01/05/2014.

Joinville, 22 de maio de 2014.
Mário Fernando Reinke
Prefeito Municipal de Massaranduba
Presidente do CISNORDESTE/SC

CIS/AMUREL**Extrato de Contrato de Rateio 61/2014 - São Ludgero**

EXTRATO DE CONTRATO

CT de Rateio nº. 61/2014

Município: São Ludgero

Consórcio: CISAMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região da Amurel

Objeto: Rateio das despesas, inclusive pré-operacionais, necessárias à manutenção do Consórcio, bem como aquelas referentes aos serviços que serão contratados e disponibilizados aos Municípios.

Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05

Data da Assinatura: 03/03/2014.

Assinantes: Volnei Weber e Nilva Schlickmann Pickler pelo Município, e Jaime Wensing pelo Consórcio.